ANAIS

1º ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECOMUSEUS

Rio de Janeiro, 18 a 23 de Maio de 1992

1º ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECOMUSEUS

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Marcelo Alencar
Prefeito

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte
Carlos Eduardo Novaes
Secretário

Assessoria
Dymas Joseph
Assessor

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte
Rua Afonso Cavalcanti, 455 - 3º andar - Tel.: 273-0095
Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ

ANAIS

1º ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECOMUSEUS

RIO Prefeitura da Cidade

Rio de Janeiro, Maio de 1992

© Copyright by Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte - 1992

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA
DOAÇÃO FEITA POR CT/DGDI
PARA BP Botafogo
DATA: 03/11/92

DIVISÃO DE DOC. E BIBLIOTECA
BIBLIOTECA POPULAR DE BOTAFOGO
N.º 10590 | Data 1993

R 069 ENC A

Coordenação Gráfica
Walter Duarte

Capa e Projeto Gráfico
Anna-Beli Honorio
Ivone Barros

Editoração Eletrônica
Fernando Augusto
Valéria Vianna
Roberto Turola (Art-Plus)

Tradução, copydesk
Alda Torres

Colaboração
Ivo Torres

Fotolitos
Densicolor

Impressão e Acabamento
Printel Gráfica e Editora

APRESENTAÇÃO

Carlos Eduardo Novaes

A primeira vez que ouvi falar em ecomuseu, ano passado, imaginei-o, como qualquer leigo, um museu ecológico e reagi com a incredulidade de quem considera impossível emparedar a questão ambiental nas dependências de um museu. Além disso, sempre resisti a museus. Na minha pecadora ignorância, vejo-os muito mais como um sarcófago do que um agente de transformações sociais.

Errei duas vezes. Ecomuseu NÃO é um museu ecológico. Ecomuseu pode até nem ser museu, tamanha a distância que o separa dos fundamentos básicos deste local destinado à guarda de objetos. O objeto do ecomuseu é o Homem, vivo, pulsante, na sua ciranda comunitária. Tem a ver com a História e o patrimônio físico e natural e cultural. Mais que isso, no entanto, o ecomuseu se realiza na memória coletiva, sua relação com o território, seu domínio sobre o cotidiano. Potencializa enfim a comunidade para uma ação libertadora, capaz de preservar sua área das pressões e imposições que cheguem de fora. Não foi por outra razão que Hugues de Varine, um dos pioneiros do ecomuseu há 20 anos, preferiu chamá-lo de "museu da comunidade".

Foi a dimensão política desta idéia pouco conhecida no país que me arrebatou. Foi com a proposta de vir a implantá-la na Zona Oeste que decidi colocá-la sob a luz dos refletores. Já disse alguém que só se gosta daquilo que se conhece. Para abraçarmos tal idéia — de denominação tão infeliz — seria preciso antes apresentá-la aos nossos corações e mentes. Nada melhor para isso do que um encontro, um seminário.

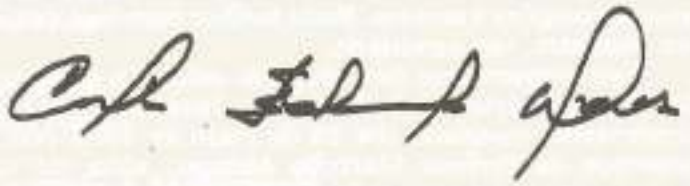
Este registro que lhes chega às mãos é o resultado deste seminário, o I Encontro Internacional de Ecomuseus, instalado dia 18 de maio de 1992 com a presença do Prefeito Marcello Alencar, além de um pequeno grupo, o arquiteto Ricardo Várzea, as museólogas Fernanda Camargo-Moro, Lourdes Rego Novaes, Tereza Scheiner, o professor Dymas Joseph, meu assessor, que colaborou para tirar a idéia do papel e transformá-la num

dos mais bem sucedidos projetos da Secretaria Municipal de Cultura.

Durante cinco dias, representantes do Rio de Janeiro e de vários pontos do país expuseram, ouviram, debateram, aprenderam, abrindo enfim os caminhos para a compreensão do que seja um "museu da comunidade". Jogando um pouco de luz sobre nossas incertezas, tivemos o canadense René Rivard, o português Mario Moutinho, o francês Hugues de Varine e teríamos tido também o africano Alpha Konaré, que após confirmar a presença, deixou de comparecer por um justo motivo: foi eleito presidente da República do Mali.

Estes anais, portanto, não se limitam a teorizações em torno do conceito de ecomuseu, mas enriquecem nossos conhecimentos com o relato de algumas experiências internacionais que estão inspirando a criação do Ecomuseu Municipal de Santa Cruz, a área da Zona Oeste, escolhida na sessão de encerramento para abrigar o projeto pioneiro. Ao escrevermos esta apresentação — parte extraída do meu texto para o programa — o Prefeito Marcello Alencar já tinha assinado o decreto criando o Ecomuseu, o Secretário de Cultura já havia alocado recursos financeiros no orçamento de 93 e um punhado de bravos de Santa Cruz já vinha trabalhando para encurtar as distâncias entre a teoria e a prática. Espero que esta nova idéia contagie toda a comunidade local — e se espraie por outras — porque somente com sua participação um ecomuseu fará sentido.

Deixo aqui, antes de encerrar, meus agradecimentos à Petrobrás, ao SESI (Serviço Social da Indústria), ao ICOM (Conselho Internacional de Museus) e à Unesco, pelo apoio. Muito obrigado.



DEPOIMENTO

Mário Moutinho
Professor Doutor em Museologia (Portugal)

Sem dúvida que a Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro é uma terra onde a ânsia frustrada do direito à igualdade se sente a cada instante, em cada olhar e em cada coisa.

Terra diferente e igual ao mesmo tempo no desencanto dos pais que tão cedo perdem o destino dos seus pivetes, para quem sonharam caminhos mais abertos.

Terra diferente e igual ao mesmo tempo no tardar do reencontro de cada um com os seus, com a memória e com o dia de amanhã.

Mas, também, terra diferente e igual na luta e na vontade de contrariar o abandono, e que obriga cada um ao seu jeito e no seu saber a tomar, a gritar e a provocar a mudança.

Uma espécie de rosnar que amedontra os donos do mundo...

Saint-Hilaire de Dorset, 24 de setembro de 1992

NOTAS SOBRE UM PROJETO DE MUSEU COMUNITÁRIO

Hughes de Varine
Consultor para Programas de Desenvolvimento Local e Comunitário
Ex-Diretor do ICOM
Responsável pela definição de ecomuseu

ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO

(As notas que se seguem foram tomadas durante minha estadia no Rio. De 20 a 23 de maio de 1992, a convite do Secretário de Cultura da Prefeitura do Rio de Janeiro. Dentro de um encontro internacional sobre os Ecomuseus. São uma contribuição ao debate instituído pela Prefeitura sobre a criação de um ecomuseu na Zona Oeste no território municipal, e um testemunho de minha gratidão por essa oportunidade de conhecer uma problemática de tal interesse.)

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Prefiro falar mais de museu e museologia "comunitária" que de ecomuseu, em todos os casos onde há efetivamente uma população ou populações envolvidas e se espera que participem do processo museológico.

A duração da minha estada e o grau de aprofundamento dos problemas da Zona Oeste foram totalmente insuficientes para que as primeiras notas sejam mais que uma coleta de impressões sumárias e superficiais. Elas têm o mérito apenas de reações vindas de um observador externo, portanto não prevenido e não envolvido nos debates locais.

Dizem-me que não pude visitar, nem receber informações detalhadas sobre os bairros mais povoados e sociologicamente mais desfavorecidos da Zona Oeste, sobretudo Bangu. Portanto, não posso julgá-los.

Uma boa definição de museu comunitário foi dada por um habitante de Santa Cruz: um instrumento de integração das comunidades, utilizando o diálogo entre essas comunidades, através de elementos patrimoniais e, sobretudo, objetos e exposições.

2. UMA CONSTATAÇÃO

O que existe

A zona visitada (essencialmente Santa Cruz, Guaratiba, o território agrícola, zonas industriais em torno de Santa Cruz) compreende uma população de várias centenas de milhares de habitantes, em várias centenas de quilômetros quadrados.

Pareceu-me evidente que o museu comunitário já existe de fato, por vários elementos concordantes:

- a admirável mobilização de setores importantes da população e da vida associativa, e de pessoas- recursos, trazendo suas aptidões (sua participação no Encontro foi exemplar, assim como no debate de sábado, em Santa Cruz).
- a existência de locais de referência (Ponte dos Jesuítas, o Quartel, o Centro Cultural de Guaratiba, etc.), que podem constituir a base de uma rede de antenas especializadas (respectivamente para os locais mencionados, a história da agricultura, a história religiosa e imperial, a criação artística). Indicam igualmente bom conhecimento da riqueza natural da Zona Oeste.
- uma forte vontade local e um decidido apoio municipal.

Não se trata pois, de criar um museu comunitário (ou ecomuseu), mas de reconhecer sua existência, de fornecer-lhes os meios de desenvolver-se, enfim, de formar seus animadores saídos do meio para a museologia e a museografia populares (ver o que se faz no Canadá — Quebec).

A questão do território

Parece-me essencial debater isso. Parece que existem várias possibilidades entre as quais será necessário escolher. Valeria mais a pena escolhê-la o mais rápido, para evitar os mal-entendidos e os erros de método.

- toda a Zona Oeste, que me parece exageradamente vasta e pouco homogênea, e sem justificativa cultural, geográfica, ou mesmo política.
- o conjunto Santa Cruz/Guaratiba (museu comunitário), ao qual viria juntar-se um verdadeiro ecomuseu (natural), nas zonas mais "agrestes" do território.
- uma rede de museus comunitários e ecomuseus nos territórios mais limitados, que criariam progressivamente, à medida de seu avanço, apoiados por um serviço técnico único (museografia, documentação, relações públicas, programação da pesquisa).

Eu pessoalmente daria preferência a esta última fórmula, que tem a vantagem da maior flexibilidade, sem excluir nenhum dos subterritórios da Zona Oeste *a priori*. De fato, deve-se ver, por exemplo, que Bangu, Guaratiba e um maciço montanhoso no meio ambiente natural, mais ou menos preservado, não podem recuperar-se no mesmo passo, nem seguir no mesmo ritmo. Como um museu comunitário semana acima de tudo, essencialmente, da vontade e do empenho da população interessada, a mistura arbitrária e mais ou menos imposta de comunidades demasiado diferentes num programa pode resultar num tipo de esterilização de todo o projeto.

3. ALGUMAS CRÍTICAS

Pelo que vimos, falta muitas vezes aquilo que se refere à vida das pessoas, sejam as de antigamente, sejam as de hoje. Ora, se o museu comunitário é um espelho, deve refletir seus autores, que são os membros da comunidade, e suas preocupações. O que existe é ao mesmo tempo demasiado patrimonial e demasiado artístico: não se trata de suprimir isso, mas de desenvolver um outro aspecto, o da expressão comunitária.

Há risco de confusão entre o projeto de Museu e o projeto de Centro Cultural no Matadouro de Santa Cruz. São dois projetos de lógicas e exigências bastante diferentes, que não devem nem se excluir nem ser concorrentes, mas ser concebidos desde o início em estreita coordenação e complementaridade.

Falta também um documento de síntese, que sirva ao mesmo tempo de guia para a ação da comunidade e de instrumento de (re)apresentação ao exterior. Um

documento como esse poderia compor-se de duas partes, cujos elementos dispersos ou apresentados demasiado resumidamente e de difícil leitura já existem: um inventário cartográfico dos recursos da zona ou zonas (segundo os limites escolhidos), em termos de patrimônio, pessoas e organismos-recursos, itinerários e redes; um programa de ação (pesquisa, inventário e coleta, exposições, formação, etc.)

4. ALGUNS PROBLEMAS

Parece-me que seria importante dar rapidamente uma resposta concreta e positiva a alguns problemas que condicionarão o sucesso e governarão provavelmente o futuro do museu:

- elos funcionais entre o projeto do Centro Cultural de Santa Cruz (ver acima) e o de Guaratiba.
- elos entre as diferentes comunidades étnicas presentes na Zona Oeste (austríacos, japoneses, nordestinos, etc.), para que tragam sua contribuição histórica e cultural ao projeto.
- um acordo com o Exército, não apenas para a utilização de locais particulares, mas também para que ele participe, como comunidade local, da gestação e da vida do museu.
- uma inserção no processo global de *desenvolvimeto local*, para que o museu se torne progressivamente o instrumento que a população cria para participar ativamente desse desenvolvimento, como parceira e autora. Isto pressupõe que os responsáveis pelo projeto asseguram a cooperação de especialistas dos setores de economia, urbanismo, agricultura, pesca, indústria, ciências naturais, turismo, etc. Todas essas disciplinas deverão de fato ser levadas em consideração na programação do museu.

5. UM MÉTODO DE TRABALHO

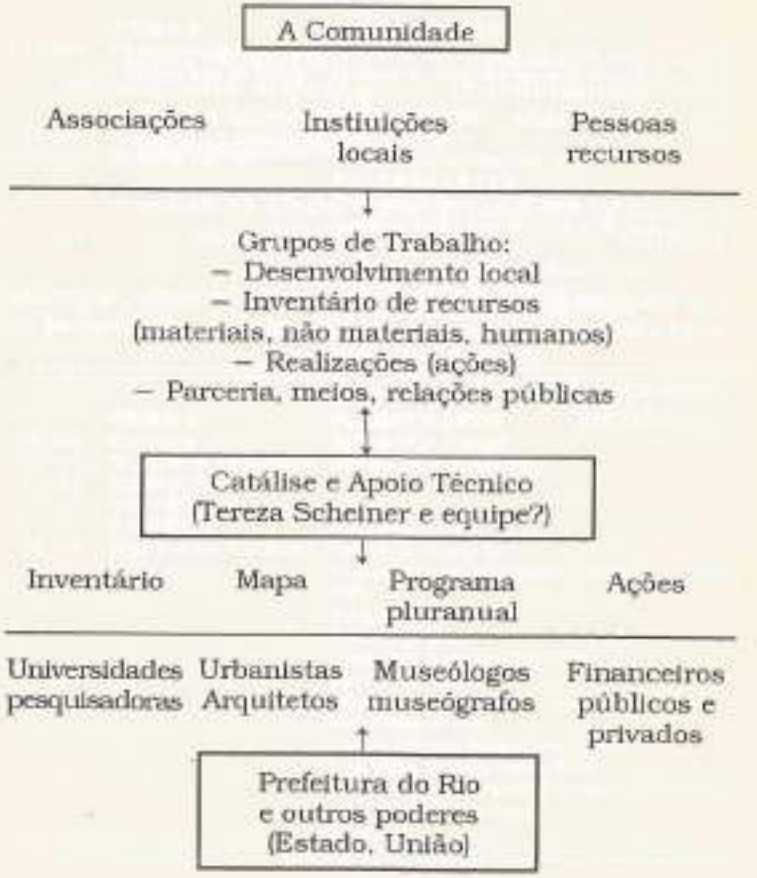
Não se trata, após uma visita tão curta, de propor um método preciso e "garantido". Eu gostaria apenas de dar algumas sugestões, a título de provocação, pois os responsáveis pelo projeto logo terão de decidirem, a questão do método a ser adotado. Dois eixos principais podem ser propostos para a primeira fase, de prefiguração, que prolonga e aprofunda o trabalho já realizado.

- grupos de trabalhos temáticos, no nível dos bairros, para uma mobilização e uma escuta da população.
- ações-pretexto que dêem credibilidade real e densidade ao projeto.

Eu veria por exemplo:

- uma oficina de jovens para a restauração e arrumação do Matadouro e do Palácio da Princesa.
- exposições participativs e interativas sobre temas ligados ao desenvolvimento local.
- ações específicas, como um trabalho de *multimedia* sobre a poluição, familiar e industrial, na Zona Oeste.

Eis enfim um esquema, explicando o que poderia ser o organograma do museu, em sua fase inicial:



6. O PROCESSO DE GESTAÇÃO MUSEOLÓGICA

Mobilização Comunitária

Comunidade (s)	Equipe de Catálise e de Apoio
Formação em museologia popular	Escuta e formalização da demanda
	Constituição das equipes de trabalho
	Programação e dossiê de ação
Relações Públicas Co-responsabilidade ou Comunidade	Informação Local Pesqisa (científica, de parceiros e de financiamentos)
Formação em Museografia popular	Coleta de dados e planificação
Co-responsabilidade da comunidade	Realização (sede, antenas, exposições, atividades)
Avaliação (feita pela população)	

PROGRAMAÇÃO

18/05/92

13:00h **Credenciamento e entrega de material**
19:00h **SOLENIDADE DE ABERTURA** **Marcello Alencar**
Carlos Eduardo Novaes
Fernando Walcacer
Herman Crespo Toral
Fernanda de Camargo-Moro
Lourdes Rego Novaes

19/05/92

09:30h **TEMA 1**
Museus, Cultura e Desenvolvimento Sustentado
PRESIDENTE
Fernanda Camargo-Moro
Presidente do Comitê Internacional de Arqueologia e História do ICOM
PALESTRANTE
Herman Crespo Toral (Equador)
Diretor Oficina Reg. de Cultura da Unesco para América Latina e Caribe

11:00h **TEMA 2**
A Proposta do Ecomuseu – Experiência de Itaipu
PALESTRANTE
Fernanda de Camargo-Moro
Presidente do Comitê Internacional de Arqueologia e História ICOM

14:00h **PAINEL 1**
Ecomuseu – A Guarda da Memória Coletiva
PRESIDENTE
Lourdes Rego Novaes
Presidente do Comitê Brasileiro - ICOM
PALESTRANTES
Eliana Rezende Furtado de Mendonça
Diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
Teresa Cristina Scheiner
Vice-Diretora da Escola de Museologia - UNIRIO
Maria Célia Teixeira Moura Santos
Professora da Escola de Museologia - UFBa
Ulpiano Bezerra de Menezes
Diretor do Museu Paulista - USP

20/05/92

09:30h **TEMA 3**
Ecomuseu - A Experiência em Portugal
PALESTRANTE
Mario Moutinho (Portugal)
Professor Doutor em Museologia

11:00h **EXIBIÇÃO DE VÍDEOS**

14:30h **PAINEL 2**
Experiências Brasileiras a Céu Aberto
PRESIDENTE
Fernanda de Camargo-Moro
Presidente do Comitê Internacional de Arqueologia e História ICOM
PALESTRANTES
Lourdes Rego Novaes
Presidente do Comitê Brasileiro - ICOM
Márcio D'Olne Campos
Diretor Observatório a Céu Aberto - Campinas
Mário Chagas de Souza
Chefe do Diretório de Memória Cultural - MAM
Maria Regina Mendonça Furtado Mattos
Diretora do Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá
Aurea Maria de Freitas Carvalho
Historiadora

21/05/92

	TEMA 4	**PALESTRANTE**
09:30h	Ecomuseu - A Experiência Americana	René Rivard (Canadá) *Membro Fundador - MINOM*
11:00h	**EXIBIÇÃO DE VÍDEOS**	
	PAINEL 3	**PRESIDENTE**
14:30h	Comunidade e Desenvolvimento Sustentável	Ricardo Vieira *Coordenador do Encontro* **PALESTRANTES** Wanderbilt Duarte de Barros *Superintendente do Jardim Botânico* Haroldo Mattos de Lemos *Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável* Herbert de Souza *Secretário Executivo do IBASE* Paulo Pereira de Guimarães *Superintendente do Meio Ambiente*

22/05/92

	TEMA 5	**PALESTRANTE**
09:30h	Ecomuseu - A Experiência Européia	Hugues de Varine-Bohan (França) *Consultor para Programas de Desenvolvimento Local e Comunitário*
	PAINEL 4	**PRESIDENTE**
10:30h	Pressupostos para Implantação em Países do 3º Mundo	Fernanda de Camargo-Moro *Presidente do Comitê Internacional de Arqueologia e História ICOM* **PALESTRANTES** René Rivard (Canadá) *Membro Fundador MINOM* Hugues de Varine-Bohan (França) *Consultor para Programas de Desenvolvimento Local e Comunitário* Mario Moutinho (Portugal) *Professor Doutor Museologia* Fernanda de Camargo-Moro *Presidente do Comitê Internacional de Arqueologia e História ICOM* Herman Crespo Toral (Equador) *Diretor Oficina Reg. de Cultura da Unesco para América Latina e Caribe*

	PAINEL 5	**PRESIDENTE**
09:30h	Potencialidades Zona Oeste. Projeto Sócio-Cultural	Evelyn Wernek de Lima *Diretora do Depto Geral do Patrimônio Cultural do Município do Rio de Janeiro* **PALESTRANTES** Luiz Paulo Corrêa da Rocha *Secretário Municipal de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente* Adir Gama ben Kauss *Presidente da FEEMA* Osvaldo do Nascimento Santos *Coordenador do NOPH* Roberto Pechman *Professor e Pesquisador do IPPUR*

23/05/92
(EXCLUSIVAMENTE NESTE DIA, AS ATIVIDADES SERÃO REALIZADAS NO SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA CENTRO DE ATIVIDADES DE PACIÊNCIA)

09:00h	**VISITA À ZONA OESTE**	
	PAINEL 3	**PRESIDENTE**
14:30h	Proposta para um Plano de Ação para a Zona Oeste	Carlos Eduardo Novaes *Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Esportes* **PALESTRANTES** Fernanda de Camargo-Moro *Presidente do Comitê Internacional de Arqueologia e História - ICOM* Ariane Luna Peixoto *Professora da Universidade Rural do Rio de Janeiro* Teresa Cristina Scheiner *Vice-Diretora da Escola de Museologia - UNIRIO* Ricardo Vieira *Coordenador do Evento* Osvaldo do Nascimento Souza *Coordenador do NOPH* Dyonas Joseph *Assessor do Secretário Municipal de Obras*

17:30h **Encerramento**

CONSELHO CONSULTIVO

Fernando Walcacer
Assessor Especial da Prefeitura
Fernanda de Camargo-Moro
Presidente do Comitê Internacional de Arqueologia e História - ICOM
Luiz Emygdio Filho
Professor Emérito de Botânica da UFRJ
Roberto Burle Marx
Arquiteto e Paisagista

APOIO

PETROBRÁS - PETRÓLEO BRASILEIRA S/A
ICOM - CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS
SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

SUMÁRIO

1 CAPÍTULO I
Solenidade de Abertura do Encontro

7 CAPÍTULO II
Museus, Cultura e Desenvolvimento Sustentado
(Herman Crespo Toral)

27 CAPÍTULO III
A proposta do Ecomuseu: Êxperiência de Itaipú
(Fernanda de Camargo-Moro)

49 CAPÍTULO IV
Painel - Ecomuseu: a guarda da memória coletiva

93 CAPÍTULO V
Ecomuseu: A Experiência em Portugal
(Mário Moutinho)

149 CAPÍTULO VI
Painel - Experiências Brasileiras: Museus a Céu Aberto

201 CAPÍTULO VII
Ecomuseu: A Experiência Americana
(René Rivard)

231 CAPÍTULO VIII
Painel - Comunidade e Desenvolvimento Sustentável

273 CAPÍTULO IX
Ecomuseu: A Experiência Européia
(Hughes de Varine-Bohan)

301 CAPÍTULO X
Painel = Pressupostos para a Implantação em Países do 3º Mundo

333 CAPÍTULO XI
Painel = Potencialiades da Zona Oeste: Projeto Sócio Cultural

375 CAPÍTULO XII
Painel = Proposta para um Plano de Ação para a Zona Oeste

CAPÍTULO I

SOLENIDADE DE ABERTURA DO ENCONTRO

DIA
18 de maio de 1992

HORA
19 horas

COMPOSIÇÃO DA MESA
Marcello Alencar
Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro
Carlos Eduardo Novaes
Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Esportes
Fernando Walcacer
Assessor Especial da Prefeitura
Hernan Crespo Toral
Diretor do Ofício Regional da UNESCO para a América Latina e o Caribe
Fernanda Camargo-Moro
Presidente do ICMAH/ICOM
Lourdes Rego Novaes
Presidente do ICOM/Brasil

Mestre de Cerimônias

Senhoras e senhores, Boa noite. A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no âmbito da 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, dá início ao 1º Encontro Internacional de Ecomuseus, uma realização da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes.

O objetivo principal do Encontro é o tratamento do Ecomuseu como alternativa de desenvolvimento sustentável. Com este propósito, será estudada a possível implementação do primeiro Ecomuseu da Cidade do Rio de Janeiro.

Gostaríamos de agradecer à UNESCO, à Riotur, à Petrobrás, ao SESI e ao ICOM.

Para compor a mesa convidamos o Sr. Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, Dr. Marcello Alencar; o Sr.

Carlos Eduardo Novaes, Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, que irá presidir os trabalhos do 1º Encontro Internacional de Ecomuseus; o Sr. Hernan Crespo Toral, Diretor da Oficina Regional de Cultura da UNESCO para a América Latina e o Caribe; a Dra. Fernanda de Camargo-Moro, museóloga, Presidente do Comitê Internacional de Arqueologia e História do ICOM; o Dr. Fernando Walcacer, Assessor Especial do Prefeito para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Sra. Lourdes do Rego Novaes, Presidente do Comitê Brasileiro do ICOM.

Passamos a palavra para a Dra. Fernanda de Camargo-Moro.

Fernanda de Camargo-Moro

Boa noite. É uma honra ter sido escolhida para dar boas vindas a todos os participantes e agradecer às autoridades desta cidade linda por terem dado aos ecomuseus esta possibilidade de aqui se mostrarem e de se discutirem entre si.

O ecomuseu é uma das novas propostas abertas pelo museu moderno. O museu tradicional não perdeu o seu lugar, mas dentre os novos projetos equacionados ao mundo de hoje, um deles é a proposta do ecomuseu, que nasceu há muitos anos atrás, da idéia de Georges Henri Rivère - que foi o grande padroeiro da Museologia Internacional.

O ecomuseu não é um museu ecológico, mas um museu que vincula o território à comunidade e ao patrimônio - patrimônio este sem limites ou conceitos estéticos obsoletos. O território também não precisa ser um território bonito, precisa ser um território querido e amado pela comunidade. É isso que vamos começar a discutir amanhã.

Mais uma vez agradeço esta oportunidade, criada quando a idéia de se fazer um encontro no Rio, trazida por Mariane e Ricardo Várzea, encontrou os braços abertos do Secretário Carlos Eduardo Novaes. Muito obrigada.

Mestre de Cerimônias

Com a palavra, o Sr. Carlos Eduardo Novaes, Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Esportes.

Carlos Eduardo Novaes

Vai ser muito bom que a Fernanda amanhã explique, para as pessoas que ainda não estão suficientemente informadas, o que é ecomuseu, porque eu não estou capacitado para fazê-lo. Ouvi falar em ecomuseu em outubro do ano passado e, neste ano em que estou na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, esta talvez tenha sido uma das idéias mais arrebatadoras: a de se fazer um museu vivo, em processo, dinâmico - alguma coisa que escape das quatro paredes de um museu fechado, que se propõe à coleção e à guarda de objetos. Um museu onde não há uma área perfeitamente limitada, onde o foco e o centro das atenções é o homem vivo e pulsante.

Acho que o ecomuseu se apóia basicamente neste tripé, que é o território, a memória e o homem.

Vamos estar juntos durante toda a semana e espero que este Seminário seja proveitoso para todos nós. Vamos trocar idéias e aprender muito com a idéia de ecomuseu, que já se desenvolve ao Norte do Equador há mais de vinte anos.

Tenho a impressão que nossos convidados internacionais serão da maior importância para difundir essa idéia aqui. É propósito da Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Cultura, tentar implantar um ecomuseu, porque acredito que, dentre outras coisas, para sermos um país de Primeiro Mundo também temos que ter um ecomuseu. E o propósito da Prefeitura de vir estudar a possibilidade de implantação de um ecomuseu, provavelmente na Zona Oeste, região que ainda está preservada e suficientemente viva e inteira para que possamos trabalhar o ecomuseu.

Este Seminário vai terminar no sábado que vem, e vai depender muito da comunidade, dos artistas, dos

intelectuais, das pessoas da Zona Oeste, a adesão a este propósito de desenvolvermos um ecomuseu em nosso Município.

Quero dar as boas vindas a todos vocês, e espero que o Seminário - que é uma coisa inteiramente original, inédita, nova neste país - possa fazer com que vocês se entusiasmem tanto com a idéia como ela entusiasmou a Prefeitura e a Secretaria de Cultura.

Muito Obrigado.

Mestre de Cerimônias

Com a palavra agora o Excelentíssimo Senhor Prefeito, Dr. Marcello Alencar.

Marcello Alencar

Quero, em primeiro lugar, agradecer a presença daqueles que acolheram e compreenderam a nossa iniciativa deste Encontro, no sentido de dar eco ao ecomuseu. A idéia de fazer prosperar a iniciativa localiza-se no setor cultural, que tanto nos preocupa, ainda mais agora quando se pretende começar a fazer uma grande reflexão sobre o futuro da humanidade.

Considerando-se os problemas que já se agravam em relação ao equilíbrio ecológico, às questões planetárias, acho que nada mais oportuno do que esta iniciativa de valorização do Homem, de fixação da memória em espaços.

Enfim, acho que chegou a hora de se preparar uma verdadeira revolução cultural, capaz de atingir as consciências, modificar as orientações, os conceitos, na escala de valores que preside a vida social do nosso tempo. Acredito que todas estas vontades foram manifestadas por nosso governo no sentido de fazer deste evento a grande reflexão do que vai se construir na Rio 92. Estou na esperança que a cidade não deixe de considerar que realmente vai ser importante para a humanidade dar início a uma preocupação nova em relação ao planeta.

E nada mais oportuno do que já conduzir, por meio desses procedimentos, a idéia do que nós precisamos, como fator fundamental de construção de um mundo ecológico, como se deseja - com possibilidade de convivência entre o homem, a natureza e seu equilíbrio.

Acredito que, sem se modificar a escala de valores, sem dar conteúdo à nova feição, à nova consciência das pessoas, será sempre impossível obter qualquer nível de resultado - pelo menos a médio ou curto prazo.

Acredito firmemente que o Município do Rio de Janeiro, face ao País, face à comunidade internacional, precisa mostrar que está bem escolhido para sediar este evento, a começar pelas suas preocupações em colaborar com a grande reflexão que se fará nos próximos dias, aqui, no Encontro que vai debater a boa vontade do homem nas suas relações com a natureza e com a vida no Planeta.

Agradeço, portanto, a presença de todos, fazendo votos para que o Novaes recolha dessas experiências um acumulado de sugestões, de orientações, para que possamos consolidar, materializar as idéias que forem produzidas aqui.

Muito obrigado, portanto, a todos vocês.

CAPÍTULO II

TEMA 1 - MUSEUS, CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

DIA
19 de maio de 1992

HORA
09:30 horas

PRESIDENTE DA MESA
Fernanda Camargo-Moro
Presidente do Comitê Internacional de Arqueologia e História do ICOM (ICMAH)

PALESTRANTE
Hernan Crespo Toral
Diretor da Oficina Regional de Cultura da **UNESCO** *para a América Latina e o Caribe (ORCALC)*

Fernanda Camargo-Moro

Vou apresentar agora a vocês o nosso primeiro conferencista, o Arquiteto Hernan Crespo Toral, que criou o Museu do Banco Central do Equador, o Museu da Metade do Mundo e muitos outros projetos na sua terra natal, o Equador. O Professor Toral foi depois convidado a dirigir a Oficina Regional da UNESCO em Havana. Ele passará a contar para vocês coisas bonitas da experiência que teve no mundo dos museus e do patrimônio cultural.

Hernan Crespo Toral

Bom dia. Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à Prefeitura, por este convite que me foi dirigido para participar deste Seminário tão importante, neste momento, não só para o Brasil e toda a América Latina mas para o mundo inteiro.

Lamento muitíssimo que o Sr. Konaré não esteja presente aqui. Como Presidente do Conselho Interna-

cional de Museus, talvez tivesse podido iniciar este Seminário com a propriedade necessária. Vejam então o risco que uma pessoa corre quando se dedica a museus: pode-se chegar a ser Presidente da República.

Gostaria de dar a minha visão do mundo contemporâneo, sobretudo a minha visão do Museu neste mundo, neste momento. Dentro de poucos dias vai-se fazer, aqui no Rio de Janeiro, a Conferência Mundial da Terra, que também foi chamada de Cúpula da Terra.

Este evento tem traços, poderíamos dizer, apocalípticos: a Cúpula da Terra convoca os Presidentes dos diversos países que formam este Planeta para estabelecer definitivamente o futuro, a sobrevivência da espécie humana sobre a terra, a sobrevivência da cultura e da civilização. Por isto digo que esta Cúpula tem traços apocalípticos.

E por que esta frase agourenta? Lembremo-nos que a Terra, há milênios, tem sido explorada da forma mais desprovida de misericórdia. Esta exploração impiedosa atentou contra os recursos da natureza, não somente os recursos visíveis, mas também os invisíveis, intangíveis, como o ar.

O famoso buraco na camada de ozônio nos traz a possibilidade de que o Sol, que dá vida à Terra e à natureza, se converta no inimigo maior, no exterminador das espécies, inclusive da espécie humana - porque os gases emitidos pela cultura e pela civilização humana vão causando este buraco, que no momento se encontra sobre a Antártica, mas que pode, pouco a pouco, ir-se abrindo e provocar o extermínio.

Fala-se da chuva ácida que extermina os bosques, e que em países como a Alemanha, que tinha a famosa Floresta Negra, faz com que suas florestas, suas árvores, sua natureza, vão-se tornando raquíticas e aniquiladas.

Isso para não falar da poluição dos mares e dos rios, do Exxon Valdéz - que lançou milhares de barris de petróleo ao mar, produzindo uma contaminação incrível. Ou da poluição dos rios, que, como o Amazonas,

já são poluídos não na foz, mas nas suas nascentes, no nascimento de seus afluentes.

Tudo isto fará com que, nesta Conferência, tomem-se decisões drásticas, porque o ser humano está ameaçado.

Gostaria de lembrar-lhes que, em 1969, o homem chegou à Lua, e da Lua pudemos contemplar a Terra através dessa magia que é a comunicação pela televisão. Lá de cima podíamos ver que, no imenso espaço negro havia um pequeno ponto azul, que era a Terra - o único planeta azul, onde existem seres inteligentes.

Creio que neste momento a humanidade inteira deveria tomar uma decisão definitiva, e conviver em paz, porque este é o único planeta que temos, e porque o planeta Terra tem uma proteção muito leve que é a sua atmosfera - e se esta é atacada pela poluição, a condenação do planeta vem imediatamente. Mas depois pudemos ver a Terra de mais em baixo, os satélites que se encontram a 300 e 600 Km vêem a Terra de muito mais perto. Fomos nos dar conta de um fenômeno que até então não se percebia, que era a fragilidade da Terra, como a própria Terra é formada por ecossistemas que estão interligados e são interdependentes, e como que, se atacávamos um deles, os efeitos teriam uma ressonância praticamente de índole universal. Venho de um belo país que se chama Equador, que possui um dos fenômenos tectônicos mais admiráveis do mundo: a Cordilheira dos Andes, duas cadeias imensas que correm de Norte a Sul, com alturas desde 6 mil metros até bancos entre as duas cordilheiras. Quando era jovem pensava que o espólio da Cordilheira dos Andes poderia ser infinito, um monstro inesgotável, um monstro imenso, maravilhoso, prodigioso, que teria todos os ecossistemas, todos os climas, todas as paisagens e que poderia ser explorado pelo homem *ad infinitum*. Tive então a oportunidade de voltar à Cordilheira dos Andes e percebi que este monstro tectônico tão bossal já tem feridas profundas que lhe transformaram, que faz com que já haja uma seca imensa em alguns locais

e que o país passe por uma crise tremenda de energia, porque uma represa hidráulica está para acabar, devido a carência de chuvas. E quando pensamos por que se produz este fenômeno, nos damos conta que houve uma exploração irracional da natureza. No golfo do Uruguai, que é um rio muito importante no Equador, havia extensíssimos manguezais, habitados por uma fauna maravilhosa, que era justamente a combinação entre a terra e o mar. O manguezal é desta área de combinação de águas doces e salgadas e tem uma fauna extraordinária, tanto de aves, quanto de animais, como de mariscos. Depois o Equador decidiu se desenvolver, progredir e passou a fechar esta área para a piscicultura e acabou com vários manguezais. Isto teve uma ressonância no lado ocidental da Cordilheira Ocidental, no lado oriental da Cordilheira Ocidental, nas zonas intermediárias dos planaltos interandinos, no lado oriental da Cordilheira Oriental e, por fim, na Amazônia, rompendo o equilíbrio por ter destruído o manguezal em uma zona mais ou menos restrita, se produziu este eco terrível que abalou o equilíbrio da natureza.

Coloquei tudo isto para chegarmos a uma conclusão, estamos absolutamente equivocados no que diz respeito ao desenvolvimento. O desenvolvimento não é extermínio, é exploração racional da natureza em benefício humano, é harmonia entre sujeito e cenário, é um processo simbiótico entre o homem e a natureza. Mas isto não é um patrimônio comum. Já desde o ano de 1982, os ministros de cultura, as pessoas ligadas a esta área, tinham grande preocupação e se reuniram no México, a chamado das Nações Unidas e da UNESCO para uma conferência. Então se fez uma reflexão profunda sobre o que estava acontecendo com o homem e até onde ia a teoria do desenvolvimento ou a teoria "desenvolvimentista" e, com base nesta reflexão, vimos que o homem estava isento dos processos de planejamento de desenvolvimento e que os economistas e os planejadores aceitavam premissas que eles mesmos

se impunham, sem levar a questão do desenvolvimento ao homem, à cultura, à comunidade, sem tocar a realidade.

Então o México propos a redefinição de desenvolvimento, redefinindo-se a cultura e propondo dar uma inserção de uma dimensão cultural ao desenvolvimento, porque, unicamente, mediante a dimensão cultural, poderia-se estar de acordo com as pessoas, com a paisagem, com a ecologia, com os recursos. E para isto se redefine a cultura. O conceito antropológico da cultura que vinha batalhando durante muito tempo, a concepção antropológica que dizia que a cultura não era a expressão sacralizada da vida humana, que consagramos com o título de artes, que não é somente a literatura, a pintura, a música, o teatro e as outras expressões que a civilização, que o homem tinha sacralizado. A cultura é a cosmovisão que é gerada por um povo, por uma pessoa, dentro do meio-ambiente, possuindo um processo simbiótico, como dissemos anteriormente, que a cultura é aquilo que nos vem passado de geração para geração que nos é entregue em um momento determinado; que a cultura é o todo, é a maneira de ser, de existir, de confrontar-se com o universo, o que poderíamos definir como cosmovisão. Significa que o homem existe em sua relação com as circunstâncias, e que o processo cultural nasce desta relação, deste combate que este conceito intangível, que definimos como cultura, que definimos como identidade que fazia falta nos processos de planejamento do desenvolvimento, esta individualidade, que esta dimensão cultural fosse incluída nos processos de desenvolvimento, porque, de outra maneira, havia o fracasso, porque o homem estava isolado do processo, estava desinteressado no desenvolvimento que havia fracassado, e de outra maneira, e o que se estava produzindo era a construção de uma grande infra-estrutura atentatória à identidade deste povo, desta comunidade, e, ao mesmo tempo, um atentado direto contra a natureza, porque não se havia

considerado justamente a cultura, a essência dos povos.

Para circunscrever um pouco mais o problema, vocês sabem que os anos 70 se caracterizaram por modelos econômicos, produtos de uma intensa investigação e também de uma concepção que acreditava que o processo de industrialização dos nossos povos realmente levaria ao desenvolvimento e nos colocaria dentro do mercado universal. Com o passar do tempo, nos demos conta que estes paradigmas estavam errados e que havia uma teoria economicista do desenvolvimento da qual a cultura estava isolada. E chegamos aos anos 80 e constatamos que havia uma década perdida, ao chegarmos aos anos 90 e olharmos para trás, verificamos que a nossa América Latina, primeiro, por estas teorias falsas de desenvolvimento, e depois, por outras teorias falsas que têm a ver com o mercado universal, está prostrada, desesperada, extremamente pobre. Primeiro, devido à famosa dívida externa, estabelecida pelas elites de tipo mercantil comercial, industrial e que agora é paga pela comunidade inteira. A América Latina deve US$ 400 milhões e exporta anualmente para servir esta dívida, US$ 30 milhões aos países desenvolvidos, aos países do primeiro mundo. Em 1981, a América Latina era importadora de capital. Realizavam-se inversões por parte destes países desenvolvidos, industrializados do primeiro mundo na América Latina, que se beneficiam destas inversões, o que implicava que deveríamos continuar com o nosso desenvolvimento, pois havia esta contribuição egressa dos países de primeiro mundo. Paradóxica, dramática e terrivelmente, neste momento nós exportamos capital ao primeiro mundo, produzindo um processo de regressão a níveis de pobreza extrema. Forçosa é reconhecer que 42 a 60% da população latino-americana se encontram no umbral da pobreza extrema, o que implica em um problema terrível, desesperador. Temos que ver que todos estes esforços gigantescos feitos pela América Latina para baixar as taxas de analfabetismo, para implantar os

sistemas de saúde, que são positivos e que fizeram grandes progressos, seriam travados por estes problemas incríveis que são de nível social, do ponto de vista dos capitais da inversão.

Isto nos leva a pensar o que podemos fazer, o que se está fazendo. Na reflexão de 1982, sustentou-se a teoria que teríamos de escalonar uma dimensão cultural ao desenvolvimento, que o homem seria o sujeito e o objeto do desenvolvimento. E pensou-se que teríamos quatro pontos fundamentais para que isto se desse. Primeiro, imprimir uma dimensão cultural ao desenvolvimento, que os planejadores dos nossos países, esta elite importante que condiciona, planeja, exerce a função de futuro, considerassem a cultura para todos os planos de desenvolvimento. A cultura, em sua imensa variedade, sua imensa riqueza que nos caracteriza. Que se contribuísse com o fortalecimento e enriquecimento da identidade cultural. Quer dizer, diante do processo imenso de homologação das culturas mundiais, de transculturação, de homogeneização que ocorre no mundo todo quando os paradigmas externos são absorvidos em benefício do nosso povo, quando poderíamos concluir que há uma fraqueza nossa em resistir aos paradigmas, temos que mergulhar nesta realidade e nos reconhecer como seres, pessoas, identidades originais, com uma produção não somente endógena, mas também externa. A América Latina, a meu ver, é o continente mais rico, do mundo inteiro, do ponto de vista da humanidade. O seu imenso território e a sua imensa quantidade de recursos, sobretudo, a variedade imensa de culturas, faz com que sejamos uma reserva, do ponto de vista da humanidade. E não somente porque existem estas culturas, mas também porque se preservam valores ancestrais que nos caracterizam, valores como a solidariedade, a família, a religiosidade, como a ética que ainda sobrevivem nos nossos países, em nossas comunidades e que estão em processo vertiginoso de deteriorização, porque justamente os paradigmas exteriores como a violência, a droga, são a ordem do

dia. Esta América Latina, que com muito esforço regressou à democracia, que, com todos os defeitos, é o melhor dos sistemas, está em processo de erosão destes sistemas, destes grandes esforços obtidos. Por quê? Porque as condições do tipo econômico estão atentando contra a paz social, o progresso, a eqüidade. A identidade cultural tem um papel essencial no processo, é fundamental ser, reconhecer-se, saber de onde se vem, reconhecer-se como ser humano e como povo. E este processo é pouco comum nos nossos países. Não existe uma política nacional coerente, permanente, estável, para alcançar esta redefinição, esta reafirmação da identidade, esta maneira de ser que nos distingue e nos caracteriza.

E aqui eu gostaria de fazer uma breve alusão aos projetos culturais das nações e à deteriorização destas políticas. Talvez isto se deva também à carência de recursos. Como a cultura é considerada como algo de luxo, normalmente, os recursos que se dedicam a ela são os menores dentro da sociedade. Quando a cultura alcança um nível muito aceitável dentro dos projetos governamentais, chega um momento, devido à descontinuidade política, em que ela não tem mais o nível necessário, de ser imprescindível. Então o projeto de desenvolvimento proposto pela UNESCO depois desta reflexão e que tem que se dar de 1988 a 1997, não existe somente para oferecer uma dimensão cultural ao desenvolvimento, mas também para fortalecer a identidade nacional e cultural, para favorecer o intercâmbio entre culturas e para favorecer um maior acesso da população à cultura, que fundamentalmente deve servir para dar uma permanência aos projetos nacionais de cultura. Quer dizer que as políticas culturais têm que ter um espaço grande, têm que ter o ajuste necessário entre os países para que o projeto cultural de um povo, de um país, de uma nação não esteja sujeito às contingências. É importante que no planejamento desta política cultural se encontrem as duas partes, os gregos e os troianos para formular o projeto cultural.

Somente desta maneira se conseguirá que as ações empreendidas hoje não sejam colocadas de lado amanhã porque mudou o exercício do poder. O projeto de desenvolvimento cultural, tem, entre outras finalidades, estabelecer estas políticas e fazer com que a cultura não esteja na contingência da mudança. De criar e inventar algo de novo todas as vezes que as coisas mudam. Porque não se pode aceitar que se dê o que está se passando, que o homem não seja objeto e sujeito do desenvolvimento. Que o nosso patrimônio cultural desapareça, e que seja objeto de crimes e que simplesmente pelas ações climáticas as cidades desapareçam, desapareçam os bens culturais e a própria cultura, por que não há uma tendência do Estado e da sociedade civil de resguardar esta personalidade, esta identidade cultural que nos define e que é nossa riqueza, porque o que é o projeto de uma nação senão o projeto cultural? e que é o projeto cultural, senão o projeto da nação? E este projeto diz respeito ao conhecimento, à realidade humana, ao patrimônio passado de geração a geração, patrimônio intangível, espiritual, físico, memória que se encontra nos bens culturais tangíveis, que são as cidades, os centros culturais das nossas cidades, a arquitetura, os monumentos dos povos que estão sujeitos à voracidade do assim chamado progresso. Progredir parece implicar em demolir, arrasar, mudar-se para progredir. Temos que fazer uma tábua rasa do que era o passado para estabelecer um presente e sabemos muito bem que isto não leva a lugar algum.

Então a reflexão que procuraremos fazer durante estes dias é uma reflexão em termos de identidade, de permanência e de essência. E falarmos de ecomuseus nestes dias é muito importante, porque seja chamado de ecomuseu ou de museu integrado, ele é um reflexo deste espaço único, reservado, privilegiado que é o museu, para produzir este desenvolvimento, esta transformação integral de nossa comunidade, do nosso ser humano. E o museu tem um papel essencial nisto. Sou um trabalhador dos museus, que trabalha intensamen-

te há 25 anos em um museu, no museu arqueológico que fundei, e este museu esta mística do museu aqui no Rio de Janeiro em 1958, quando a UNESCO fez um seminário maravilhoso que se chamava "Os Museus e a Educação", ao qual compareceram as grandes personalidades da museologia. Então vi que o museu não era a panacéia, mas que torna as pessoas mais eficazes para a passagem da memória, para a inserção da memória na população, na comunidade, nas pessoas, na escola, na universidade, na sociedade, no poder. O museu é o veículo mais eficaz para a transmissão e para a inserção desta memória, a atemporariedade do museu é o elemento mais idôneo para a incersão desta memória, deste presente no futuro. Por quê? Porque o museu é uma instituição permanente onde está o objeto, que é o testemunho, que é o intermediário entre o sujeito que está por trás e diante dele. Este diálogo é o que produz o que poderíamos chamar de aceitação, inserção, assimilação do que é a memória e do que tem que projetá-la. De forma que, a reunião destes dias, que a meu ver toca na definição de Santiago do Chile, do museu integral e integrado, visto globalmente e não de forma particularizada, que tem a ver com a definição de ecomuseu, é a reflexão sobre esta função. Há uma metáfora da qual eu gosto muito, pois é muito reveladora - o museu e o museólogo são Prometeu, que rouba o fogo sagrado. Temos a capacidade de roubar o fogo sagrado e entregá-lo à comunidade. Este roubo maravilhoso tem que ser feito com uma imensa inteligência, uma grande sensibilidade e com uma mística que entremeia a função social. Pode-se dizer que o museólogo é um sacerdote, é um privilegiado que chegou a este templo que tem que ser dessacralizado e que tem se dar acesso ao fogo sagrado que nos chegou acumulado de geração em geração e que está nos objetos deste acervo maravilhoso, que é, ao mesmo tempo, luz e fogo. Luz, porque é iluminação da cultura do passado e do presente e fogo, porque pode queimar-nos. O museólogo é o Prometeu que rouba este fogo e que tem que entregá-lo aceso à

comunidade, pois se não o faz, queima as mãos. Assim não há luz, há opacidade, tragédia, responsabilidade. Então, o museu no mundo contemporâneo não pode ser esta definição tão bonita, tão arcaica e terrível, que nos dá medo de entrar. O museu tem que ser luz, novidade e tem que estar inserido na modernidade, porque senão se chama conservatório e o conservatório tem outras funções, ou aí se cultiva a música, o que é uma maravilha, ou se chama armazém e o armazém não é um museu. O museu atualmente é a inserção dentro da comunidade para produzir a consciência sobre este desenvolvimento sustentável do qual estamos falando, que é um desenvolvimento equilibrado, e não um de ator e circunstâncias, forma um processo racional, orgânico e simbiótico, ator e circunstâncias se enfrentam e devem se reconciliar com o museu, que por sua vez tem um papel fundamental na sociedade contemporânea, na atualidade, na crise, no apocalipse. Porque o museu é o único local onde se pode mostrar o apocalipse, porque quando vemos uma imagem na televisão, ela é fugaz, quando temos uma aula, também, um cartaz, também. O museu é permanência na mensagem, por isto tem que ter uma ideologia sustentada nos valores humanos essenciais, não nos valores políticos que passam para o dia seguinte, e sim a ideologia fundamental dos seres humanos. O museu tem que desempenhar um papel essencial agora no apocalipse.

Há alguns anos estive em uma aldeia suiça, onde acontecia uma exposição terrível. Era uma colina, com grama artificial, onde havia muitas cruzes, talvez umas 50, e no final uma que se destacava. As cruzes que estavam no declive da colina tinham o nome de uma espécie animal e o ano de extinção desta espécie e acredito que em cinqüenta anos cerca de 200 espécies tinham sido extintas. E acima, a cruz dizia: "O homem, quando?" Isto é uma questão essencial. Não podemos postergá-la, temos que assumi-la e cumpri-la bem.

Por isso, o museu, para mim, tem três funções essenciais neste momento da história. A primeira é o for-

talecimento da identidade do ser humano. "Quem é você e por quê está diante de mim?" pergunta a peça. "Por que veio? Quem é você?" No momento que o indivíduo sai do museu, acrescentou algo à sua essência, à sua existência, saí vivificado, sabendo que é homem, que pertence a uma cultura, que vem de uma cultura e que pode inserir-se em uma cultura universal com propriedade, com personalidade própria, com orgulho e originalidade próprios. Esta é a primeira função do museu, seja o museu de ciências naturais, de tecnologias, de belas artes ou o ecomuseu. O museu tem que verter esta mensagem, em primeiro lugar. Em segundo lugar, tem que verter a mensagem da urgência. O meio-ambiente está sendo aniquilado e "você que está diante de mim", diz a peça ao sujeito, "também é co-responsável". Você que faz coisas indiscriminadamente, que fuma, que é industrial e que tem na sua fábrica uma chaminé que produz CO2, ou você que é industrial e que tem uma indústria química, que está despejando os detritos no rio, que está infestando as águas, correntes e riachos, você que polui o ambiente com o ruído, você que polui o ambiente com a televisão, onde se vê somente violência, que está levando os povos ao uso da violência e a exercitar esta violência com gozo, você, indivíduo que está produzindo a concupiscência terrível através de um erotismo desenfreado, de uma pornografia bestial, você que menospreza os valores, você tem que recuperar os valores de uma sociedade que acredita neles, valores éticos, formidáveis, como a honra, o trabalho. É isto que o museu tem que dizer. Primeiro a identidade, depois a relação com o meio-ambiente, não só o ecológico, a natureza maravilhosa, mas também o social, o que chamaríamos cultura, tem esta obrigação fundamental de passar esta mensagem para a sociedade. E por fim, para não cairmos somente neste arcaísmo, para não cairmos somente na lembrança, na memória, a inserção na modernidade. O museu tem que postular a inserção no futuro. E como vamos fazê-lo? Será feito mediante ao uso da tecnologia, se não

aproveitarmos e utilizarmos a tecnologia, a defasagem será muito maior. A escravidão será muito maior, a dependência será muito maior. Mas como vamos aproveitar esta tecnologia? Ela não tem que ser aceita indiscriminadamente, e sim absorvida, porque senão nos tornamos cada vez mais escravos. O museu é a autorização da tecnologia, serve para dar aos seres humanos normais a idéia que podem entrar neste mundo, neste meta-mundo que faz uso de uma meta-linguagem para poder compreendê-lo. O museu tem que dessacralizar a tecnologia, para torná-la aceitável aos seres normais, curiosos, que, por exemplo, diante de um computador não sabem o que fazer, porque o computador é uma máquina estranha, maravilhosa, para a qual tem que aprender uma linguagem sacerdotal antes de começar a compreender a maravilha que é a computação, a informática.

As estruturas de alguns museus em certos países, não conheço profundamente o Brasil, tem sido conceituadas como um tipo de carreira secundária. Os museólogos, os museógrafos poderiam ter um nível aceitável. Depois de três ou quatro anos na universidade se poderia dizer que eram museólogos. Infelizmente não é assim. A museologia, justamente por expor problemas de transcendência, como explicava anteriormente, exige uma preparação imensa, uma compreensão imensa que é a problemática que tem que encarar no dia a dia. Então o museu tem que se reciclar nestas áreas, do ponto de vista profissional. E do ponto de vista do Estado, do Departamento, seja lá o que for, tem relação com o museu. Também tem que haver uma conscientização, porque tem que haver esta apreciação da função do museu dentro da sociedade. E isto é uma urgência que tem que ser gritada através dos meios de comunicação, do convencimento dos políticos, que se dará primeiro pelo discurso, depois pela visita, e depois pela integração ao museu, para que haja a co-gestão do museu. E por último, neste momento onde há uma transferência dos poderes do Estado à sociedade civil, é

muito importante que ela compreenda que esta transferência não é somente a nível de empresas, mas de responsabilidades. E o museu tem que contar com a comunidade, tem que chegar à comunidade. As organizações não-governamentais, as fundações têm que integrá-los às suas funções, porque é obrigação essencial da sociedade conservar o seu patrimônio. Também tem-se que transformar a sociedade. A sociedade tem que integrar-se em seus processos de auto-transformação e para isto não é importante somente a capacidade intelectual, mas também os recursos econômicos. Este plano de inserção do museu através da sociedade e das fundações é essencial. Mas para isto temos que ter o que chamamos da mística.

Então não é simplesmente a questão de se dizer que na Zona Oeste deve-se ou não colocar um ecomuseu; deve-se definir o que é um ecomuseu, o que é um museu, e como tem que ser. Isto é um desafio para vocês e para mim, pessoas que trabalham em museus. Porque temos que chegar a cumprir esta função social, temos que nos inserir na problemática e nas urgências, senão vamos queimar as mãos por não transmitirmos o fogo de Prometeu. Obrigado.

Gabriela Pantigoso

Gostei imensamente da palestra do Herman e já conhecia um pouco do seu pensamento.

O que gostaria de colocar é que vemos a permanência de conceitos da nossa Museologia que são um tanto estanques e pulverizadores. Estamos falando em ecomuseu e ecomuseologia como se fossem apenas mais um tipo de museu, quando, na realidade, seriam um conceito.

É por isto que me espanto neste momento com a presença tão pouco visível de museólogos de outros tipos de museu. E esta mudança ou será feita através da própria comunidade ou acontecerá o que o Herman disse - o fogo vai nos queimar e vai se apagar.

Diante disto, gostaria que o Herman pudesse enfatizar esta proposta de mudança.

Herman

Acredito que esta mudança está sendo gerada primeiro pela conscientização. Infelizmente, quando se vive dentro de um museu, vai-se criando um casulo interessante, belíssimo, que é como o do bicho da seda. Temos que romper o casulo e ver mais adiante. Isto implica em conscientizar-se e inserir-se dentro da comunidade, conhecer os desejos desta comunidade e tentar resolvê-los, melhorá-los, informar as pessoas. Isto é essencial.

O museu tem que romper suas barreiras. O museu que vive entre quatro paredes não parece ter vigência. Tem que estar em contato permanente, em reciclagem permanente com a comunidade que o nutre.

Acho também necessário que as pessoas ligadas ao museu se atualizem em seus sistemas, na sua profissão, na Museologia, na Museografia.

Atualmente estamos voltando ao conceito de interdisciplinariedade, de integração - houve um período em que a especialização era importantíssima, inclusive na Medicina, de maneira que uma pessoa era especialista em ossos, outra em dentes, coração, esôfago. Isto foi terrível, foi um processo de desumanização. E agora houve um retorno muito importante ao conceito de integralidade, de conceituar-se o ser humano integradamente, e isto é um processo importante porque é interdisciplinar. Poder aceitar a opinião dos outros dentro desta interdisciplinariedade e poder tirar disto uma mensagem aceitável para a comunidade.

O museu é uma militância, é uma batalha, é uma mística. Temos que acreditar no museu para poder transformá-lo. Porque se deixarmos o museu em *status* burocrático, nós o desvirtuaremos do que ele é.

Insisto em dizer que o museu é um sacerdócio, é uma coisa importantíssima, porque guarda a cultura, favorece a identidade, é o legado de identidade da co-

munidade, que está assediada por tantas coisas - pela pobreza, pelo *status* econômico, pelos meios de comunicação. Então o museu é o bastião onde o ser humano pode encontrar-se consigo mesmo. E para ser um bastião tem que ser agressivo, no real sentido do termo, para impor-se, para entrar, romper suas barreiras, projetar-se mais adiante no seu claustro.

Acredito que é esta a função.

Maria Helena Novaes

É uma dimensão que existe dentro do museu. Depois, a outra dimensão que acho que o senhor colocou muito bem, que é o tempo na sua vertente vertiginosa, mas ao mesmo tempo muito pouco entendido pelas pessoas que vão ao museu.

Acho que toda a sua mensagem passa pela vivificação de um tempo que não é mais só histórico, cronológico, mas que remete para a grande cultura, para o grande universo.

Por último, fiquei realmente muito encantada porque em toda a sua exposição transparece a importância da linguagem em toda a sua dimensão - sejam símbolos, sejam signos. Mas a grande missão do museu é fazer com que o homem aprenda a usar bem esta linguagem - pela memória, pelo objeto, pelo diálogo, enfim, por tudo o que ocorre lá dentro. Então eu gostaria de perguntar se o senhor concorda que estas três dimensões, que de certa forma justificariam este resgate humano do ecomuseu, esta nova conceituação de museu, ou o senhor acrescentaria mais outra dimensão?

Hernan

Sempre se disse que a educação não-formal se realiza em espaços que podem ser os parques, a diversão, o cinema. Acredito que o espaço para esta educação não-formal, esta entrega, esta mensagem, esta comunicação, é e tem que ser o museu. Daí a importância de como fazer a transmissão do uso da linguagem à qual a senhora se referiu. Curiosamente, nesta época de comunicação, a comunicação na família desapareceu, a televisão arrasou pouco a pouco com a transmissão através da oralidade do acervo cultural, da memória cultural, da cultura em si. Já não existem as noites nas quais o avô, guardião da memória, conversava e relatava o que era a vida, o passado, a cultura, a família, a lenda, a tradição, a culinária, tudo. Agora chegamos em casa e temos uma janela alucinante, acesa e aberta o tempo todo: a televisão, na qual as gerações caem como moscas, primeiro, os avós não têm mais nada a fazer do que ver novelas, depois os pais, apressados porque têm que trabalhar, mas correm para ver as notícias, ou as novelas, e depois as crianças, que chegam cedo da escola e a partir das quatro ficam presas à televisão, que muitas vezes traz coisas terríveis. Então a linguagem do museu tem que ser eficaz para desfazer estas distorções, para ser um antídoto do que está havendo fora, sobretudo se acreditamos em um museu, e se acreditamos em um museu, tem que ser este. Porque o museu tem que ser este feito prometéico de elevar a cultura às gerações, os valores que implicam na cultura, porque a cultura é também a culinária com todos os valores maravilhosos da comida, é também os valores éticos, morais, religiosos. Então, nesta época da comunicação o museólogo é um comunicador e também tem que aprender a comunicar, quais as linguagens que tem que usar, que para mim é o ponto principal do museu, é tudo. Temos que lembrar que o fracasso do museu foi quando entregava um texto de trinta e duas linhas para explicar o objeto exposto. A linguagem tem que ser um apoio do objeto, e se tem uma ou duas linhas, é o suficiente, possuir conteúdo para concomitar com o objeto, para respaldá-lo. Por outro lado agora dispomos destas maravilhas que são os audiovisuais. Esta famosa descontextualização do objeto em um museu, esta perda de vida podem tranqüilamente ser revertidos, não completamente, mas muito através do visual e do auditivo.

Este diálogo entre meio-ambiente e objeto, entre as circunstâncias e o objeto é essencial. Temos que aprender a utilizar esta tecnologia dentro deste ambiente, dentro da nossa ação no museu.

Ana Lúcia de Castro

Sou museóloga, representante da Secretaria Municipal de Cultura, e Mestranda em Ciências da Informação. Queria complementar e perguntar também como o senhor vê a questão da dinâmica da comunicação apoiada em uma nova visão do que representa a informação, no sentido exatamente de uma mudança de estrutura - a informação que representa conhecimento, exatamente a possibilidade de que o museu se identifique, se aperceba de que é um centro gerador de conhecimento, de informação, e conseqüentemente discriminador do conhecimento, da informação, enfim, informação e conhecimento que irão efetivamente alterar, conscientizar, estruturar, dar corpo teórico a este novo conceito de ecomuseu.

Como o senhor vê a introdução do conceito de informação dentro da Museologia?

Hernan

Acredito que o museu seja essencialmente o instrumento para a informação. E a interdisciplinariedade de que falamos tem que estar presente por trás desta informação, que será o veículo do outro conceito que coloquei, que é a ideologia do museu, para que este tenha uma justificativa essencial.

Espero que esta justificativa não seja a do domínio de uma casta sobre outras, de uma classe sobre outra.

O museu, como instrumento dessas três essências - a identidade, a comunicação do homem e do seu meio ambiente, e a possibilidade de desmistificar o fenômeno tecnológico por meio da informação.

O Rio, em si, é um ecomuseu, no sentido mais bonito da palavra, não no sentido arcaico. No momento em que se pode ver a natureza, se pode aprender a geologia, se pode compreender os fenômenos extraordinários da natureza nesta prodigiosa paisagem, isto é uma função de transmissão desta coisa que chamo de fogo de Prometeu. Quando a pessoa se aproxima do centro histórico do Rio de Janeiro, o que acontece? Ali se encontra a memória cultural, lamentavelmente amputada porque se perdeu a memória do que foi a colônia, por exemplo. Isto é parte de um processo, a maravilhosa arquitetura do Rio com suas etapas, com seus tempos. E acima de tudo, existem as pessoas. Para mim isto é o ecomuseu. A leitura eficiente disto é o que tem que fazer o museu, e, além do mais, o que o museu tem que fazer para a sociedade é colocar em evidência esta coisa macro, imensa que é a cidade maravilhosa, esta memória, estas entregas, estas mensagens, que vão ser entregues à comunidade. Não que seja colocado um papel para não infestar o meio-ambiente, para minar a maravilha que é esta cidade, sim conservá-la. Não somente uma parte que estará no ecomuseu, mas sim em todas as partes. Talvez seja uma utopia, mas temos que viver de utopias.

Fernanda

Queria agradecer a Hernan Crespo pela maravilhosa e poética palestra, à Maria Gabriela Pantigoso pela sua intervenção, que foi essencial no prosseguimento da palestra do Hernan. O mesmo eu diria à psicóloga e museóloga Maria Helena Novaes Mira, e à Ana Lúcia de Castro, que vem fazendo este trabalho tão bom na área da informação ligada a museus. Muito Obrigada.

CAPÍTULO III

TEMA 2 - A PROPOSTA DO ECOMUSEU: EXPERIÊNCIA DE ITAIPÚ

DIA
19 de maio de 1992

HORA
11:00 horas

PALESTRANTE
Fernanda Camargo-Moro
Presidente do Comitê Internacional de Arqueologia e História do ICOM (ICMAH)

COORDENADOR DOS DEBATES
Ricardo Várzea
Coordenador do Evento

Ricardo Várzea

Dando prosseguimento aos trabalhos do nosso 1º Encontro, dou a palavra à Dra. Fernanda Camargo-Moro, que vai nos falar sobre A proposta do Ecomuseu: a experiência de Itaipú.

Fernanda Camargo-Moro

A minha incumbência, dentro deste panorama que é o Encontro, é dar uma seqüência dos movimentos que levaram ao ecomuseu, e falar o mais rapidamente possível do ecomuseu de Itaipú como um "*case study*". O ecomuseu de Itaipú é uma realidade, e na área de ecomuseu muitas vezes temos sonhos e possibilidades.

O ecomuseu, lá, existe e funciona. Temos aqui entre nós Luiz Antonio Alvarenga Cortes, biólogo de Itaipú, que trabalhou no ecomuseu e continua a trabalhar. E teremos, na quinta-feira, o Superintendente, Dr. José Roberto Borgetti, que foi uma peça capital para o funcionamento do ecomuseu.

Este movimento de abertura na área da Museologia, aliás eu gostei muito da maneira pela qual a Gabriela hoje se expressou, foi vivido por todos nós, em diversas partes do mundo, desde os anos 60. Era uma reação marcante do inconsciente coletivo, que buscava novas formas para a ação social dentro das carências contemporâneas, ações estas que muito raramente tiveram a participação direta do Estado e do Poder.

Em 1970, 71, quando Georges Henri Rivière começou a fazer as ligações dentro de um mapa imenso que ele tinha no escritório das diversas atividades realizadas nas mais diversas partes do mundo, havia também uma marcação do que tinha partido dos indivíduos e dos grupos de indivíduos e aquilo que partia do Estado. Toda a movimentação e eclosão que se processava naqueles anos, partiu de indivíduos. E quando ela era realizada em órgãos do Estado, muitas vezes as direções não se apercebiam. Quando, em uma conferência do Conselho Internacional de Museus, em 1971, promovida em Paris, Grenoble, começou-se a dar espaço para a amostragem destas novas atividades, ela agiu de duas maneiras. De um lado, convidando conferencistas. Em Grenoble, o museu como instituição foi amplamente discutido, analisado, criticado em sua ação ortodoxa. Foram condenadas à obsessão de conceitos deformados de estética, estreitamente ligados à formas clássicas ocidentais, o testemunho do homem, de sua obra, seu meio, adquiriu uma visão muito mais ampla. Esta provocação do intercâmbio de idéias, este encontro de novas soluções deram uma nova visão para o museu. O manifesto de Grenoble, que abriu a própria instituição, o ICOM, fez com que o Conselho Internacional de Museus passasse pela primeira vez a ter em si a proposta que existia apenas no papel, de ser uma instituição internacional, um fórum aberto para todos. Isto foi conseguido através de um manifesto que custou muito para todos que assinaram, mas que foi a eclosão do museu. A este manifesto aderiram os diretores dos museus mais clássicos. Era o final de uma luta intensa

que se travava nesta conferência, em que, graças aos princípios éticos que naquela época eram altamente conceituados ainda, não saiu nada que pudesse destruir aquele trabalho que vinha sendo realizado. Então aconteceu uma luta terrível, uma verdadeira guerra, mas uma guerra ética, que nos deu um produto fundamental para o que depois se chamou de Conferência de Santiago. Gostaria de chamar a atenção de vocês porque os porta-vozes governamentais só falam na Conferência de Santiago, e esta conferência pecou fisicamente quando esqueceu a função do município, a função do índio, do indivíduo, do grupo de indivíduos. A Conferência de Santiago foi a transformação de todos os trabalhos de Grenoble, trabalhos de profissionais, feitos através de uma reunião de profissionais em termos de padrões governamentais vinculados a uma região do mundo. Destes trabalhos, vamos mostrar, por exemplo, o de Hernan Crespo que conseguiu sobreviver, porque ele, participante intenso, trabalhando no seu museu com a sua autonomia pode continuar realizando o seu trabalho. Em El Salvador, nós não conseguimos, por exemplo, nem com consultoria, nem com ajuda, romper a barreira que os próprios governos colocaram em cima dos trabalhos comunitários que se propunham. O museu integrado que aparece tão fortemente em Santiago, que é profundamente ligado a todos estes trabalhos ao qual se impunha o ecomuseu, consegue se estabelecer em alguns lugares. Em El Salvador foi impossível. Ele mexia com comunidade, abria um fórum para a comunidade falar, e isto não interessava ao governo naquela época. Vamos ver que Hughes de Varine deixa o próprio México, que Mário Vasques é chamado a dirigir o Museu Nacional de Antropologia e abandona completamente esta área de trabalho. O Coral Ordóñez Garcia, que fazia a Casa do Museu, pouco a pouco se vê reprimido e vai embora, morar na Holanda. Então iremos ver que este processo não conseguiu se desenvolver e foi retomado mais tarde com forças como o movimento de experimentação social de Marse-

lha, com os trabalhos do que mais tarde se chamou de Movimento da Nova Museologia. Fora disto, vamos citar uma série de pessoas que continuaram realizando estes trabalhos e que permitiram dar uma solução de continuidade. Georges Henri Rivière, nos anos 70, consegue reunir este movimento de modernidade, cria o que se chama de ecomuseu, que não era nada mais do que aqueles trabalhos de integração do homem e sua obra em seu meio, trabalhando a comunidade fortemente, visto sob a visão dele, dando esta identidade francesa que sempre foi característica dos ecomuseus da França. O próprio Georges Henri evolui nesta idéia, e vamos ver que, mais tarde, ele modifica o seu texto. Vou me permitir a ler para vocês o que ele escreve em 1980. Ele se distancia um pouco desta idéia "o museu, a comunidade, o patrimônio guardado da memória antiga". A evolução entra. Por volta de 1970, visitando um dos ecomuseus na França, fiquei horrorizada quando um museólogo que dizia ter assumido uma posição como participador do projeto, (eu detesto esta palavra ator, porque se estudarmos esta palavra, vemos que ela não tem nada a ver com a maneira que é usada, isto é uma coisa que vamos discutir depois), então este participador pegou umas plantinhas e começou a tirar e a jogar fora. Perguntei o que estava acontecendo e ele respondeu que no tempo dos avós dele, aquela planta não dava no local e que algum passarinho deveria ter jogado esta semente, mas que ela não era característica daquela região. Então eu perguntei se ele não admitia aquela evolução. E levei esta estória pequena de tirar a plantinha para o Georges Henri e disse que a mesa estava virando, que não era possível ele estar criando cenários antigos de ecomuseu. E ele diz já em 1980: "O ecomuseu é um instrumento de um poder, que um poder e uma população concebem, fabricam e exploram em conjunto. O poder com os especialistas, facilidades e recursos que ele fornece. A população, com suas aspirações, seu conhecimento, suas possibilidades de criação e agregação. Um espelho, (daí vem o espelho que

todo mundo usa e que ele, o homem, inventou e recusa) onde esta população se olha para se reconhecer, onde ela busca explicações sobre o território ao qual ela está lidada, reunindo lembranças das populações que a precederam na descontinuidade ou na continuidade das gerações. Um espelho que esta população estende aos seus hóspedes para se fazer compreender melhor, no respeito ao seu trabalho, ao seu comportamento, à sua intimidade. Uma expressão do homem e da natureza, o homem aí é interpretado no seu meio natural, o é no seu estado e lhe diz a palavra selvagem, assim como diversas sociedades adaptaram a sua imagem. Uma explicação de tempo, quando a explicação remonta àquele tempo em que o homem apareceu, se estende através dos tempos pré-históricos que ele viveu, desemboca no tempo em que ele vive, com uma abertura no tempo de amanhã, ele se instala, evolui, sem que do mesmo modo o ecomuseu se coloque como um decisor, mas naquela posição informativa e de análise crítica. Uma interpretação do espaço, espaço privilegiado onde se possa parar ou caminhar, um laboratório, à medida que ele contribui ao estudo histórico e contemporâneo desta população e de seu meio e valoriza a formação de especialistas neste domínio, em comparação com a urbanização de exteriores de pesquisa. Um conservatório na medida em que ele ajuda na conservação do patrimônio natural e cultural desta população, uma escola, na medida em que ele associa a população às suas açõ-es e estudos de proteção, onde ele a incita a melhor compreender os do seu próprio futuro. Este laboratório, este conservatório, esta história, se inspiram em conceitos comuns. A cultura que eles reivindicam é para ser compreendida no sentido mais profundo, eles se empenham em fazer conhecer a dignidade e a expressão artística de qualquer camada da população da qual emane manifestações. Sua diversidade é sem limites. Tanto os dados diferem de uma amostragem a outras que se pode imaginar um mundo de diversidades e não

se fecham e jamais se fecharão neles mesmos. Eles recebem, eles dão."

A atualidade, a contemporaneidade das palavras de Georges Henri... Ontem, repassando alguns *slides* do ecomuseu de Itaipú, cheguei até a colocar na ordem, porque o pensamento dele é vivo, e por mais que se modifiquem as estruturas atuais, esta será sempre a grande idéia inspiradora do ecomuseu. As oficinas de trabalho conjunto que se processaram em Quebec, em 84, também em Lisboa, em 85, proporcionaram que novos ideais de evoluções, criações e recriações se processassem. O próprio Georges Henri Rivière, já hospitalizado em 84, final de dezembro de 84, início de janeiro de 85, me diz para não me ater a modelos, para criar e recriar dentro da proposta do ecomuseu. O falecimento do grande mestre logo após, em março de 85, se não engano, no dia 26, trouxe um grande vazio. O grande interlocutor de todos nós, que sempre fugira de estruturas fixas, que sempre achou que novas idéias eram bem-vindas, e como ele dizia, "auto-colantes". "Vou fazer uma auto-colagem de sua idéia. A auto-colagem veio para esta minha idéia de um africano que esteve aqui." Então, esta idéia, estas auto-colagens dele eram umas das coisas mais deliciosas. Quando hoje nós muitas vezes temos até medo de dizer que nos inspiramos na idéia de um amigo. Já morto, Georges Henri sofre vicissitudes de um enquadramento de suturas que ele não fez, de incisões que não existiam. E aí eu chamo a atenção de vocês para o livro "La muséologie selon Georges Henri Rivière". Este livro nada tem a ver com o pensamento de Georges Henri, alguns trechos são ligados a ele. Ali tem textos de pessoas que nunca viram Georges Henri na vida. Logicamente que tem um Duclos, que tem uma parte proeminente. A parte de documentação inclusive ficou pela metade, a outra parte ficou no espólio de Ivonne Oddon. Então não existe esta tentativa. Colocar Georges Henri foi sempre o que ele fez questão de ser vivo. Ele me disse uma vez que só servia para ser filmado, jamais para escreverem sobre ele. Então temos que continuar com a liberdade na criação de novos projetos. Pouco antes de falecer nos disse que queria que os museus fossem livres, nada de figurinos. O diálogo de palavra fácil... a busca do informal... o seu grande amor talvez tenha sido o projeto para o oásis de Bussada. Ali lhe foi permitido sonhar, descobrir novos mundos, e aceitar realidades sem tentar julgar. Georges Henri, no final da vida não podia mais aceitar esta expressão Terceiro Mundo. Não podia mais aceitar o termo Primeiro Mundo. E me disse que um dia nós iríamos descobrir a farsa de utilizar sistemas econômicos para se tratar de cultura. Hoje em dia eu mesma me pergunto se um dia não vou dizer "isto é coisa de Primeiro Mundo". Isto é horrível, não estamos mexendo com finanças e dinheiro. Georges Henri odiava. Uma vez apresentaram a ele numa reunião o projeto do oásis de Bussada, que é um oásis na Argélia, em que ele viveu muito tempo junto aos beduínos para poder sugerir a possibilidade de um ecomuseu, disseram: "Agora o Georges Henri Rivière vai apresentar um projeto do Terceiro Mundo." Ele disse: "Não vou, não entro e não apresento." Então, para ele, não havia parâmetros, havia uma igualdade enorme. O "velho" estaria muito contente neste seminário, iria ver René, Heghes, Mário, todas as pessoas que ele sempre amou trabalhando para construir um ecomuseu no lugar que ele dizia: "mas o Brasil é um ecomuseu enorme, ele se divide em milhões de filhotinhos de ecomuseus."

Ao sermos convidados para a Itaipú Binacional para a criação de dois museus, um de arqueologia e um de história natural, museus estes que tentavam preservar a memória da região que tinha sofrido o impacto da construção da hidroelétrica, nós dissemos a Fernando Walcacer que está aqui presente, que não era possível, dentro da problemática inteira da Itaipú, fazermos dois museus à moda antiga, um de arqueologia, um de história natural. Hoje os museus de arqueologia são todos vinculados aos museus de história natural, porque é o meio-ambiente visto como um todo. Tinha-

mos que pensar em um projeto novo, em mexer com esta comunidade estranha, heterogênea, de seguimentos mais diversos, sofrida, mexida, mas, ao mesmo tempo, contente com o progresso, mas que se sentia obrigada a rejeitar muitas vezes novas idéias, e que muitas vezes não entendia o que eles estavam fazendo naquele lugar. Para se fazer um ecomuseu, o "velho" tinha morrido, Georges Henri tinha morrido, estávamos em outubro, às vésperas do encontro de Lisboa, e a minha cabeça não podia parar quieta, porque a idéia seria fazer um ecomuseu lá. Mas como fazer um ecomuseu com aquele achatamento que se tem, de um lado com as Cataratas do Iguaçu, de outro com a hidroelétrica? Como começar a pensar? E aí é que começamos a dedilhar aquele violoncelo difícil, que era aquela região, que tinha populações, calmas, amenas, que levavam a sua vida sem modificação, outras semidestruídas com as modificações que existiram. Tínhamos problemas sérios de drogas naquela região fronteiriça, problemas de jogo, de contrabando, uma população ingênua e outra esperta, as duas juntas ali, atuando uma sobre a outra. Tínhamos uma parte de população flutuante terrível, porque não era uma flutuação que o turismo trás, mas uma flutuação em que os peões vêm de uma hidroelétrica para a outra, e criam uma camada central como se fosse um rio caudaloso no meio da população já existente. Então tivemos que trabalhar devagarinho, e, como diz Georges Henri, o poder que neste caso seria Itaipú, o agilisador, foi irretocável, era uma coisa difícil, nós iríamos mexer com barragens, tínhamos problemas de greve lá dentro, iamos chamar a atenção para coisas que muitos ainda não tinham reparado e que iam notar, tínhamos que fazer com que esta população vibrasse conosco nas atividades. Pegávamos e entrávamos naqueles ônibus que faziam as linhas ali dentro, perguntávamos, entrávamos na população, levantávamos o que eles queriam, de onde vieram, para onde iam. Então vinha sempre na cabeça aquela pergunta, aquele trabalho com a comunidade. Aquele trabalho era uma

coisa tão maravilhosa que quando fui participar da inauguração do núcleo central do ecomuseu, pensei que aquele trabalho não tinha acabado, porque aquele trabalho era uma devoção. Então vamos ver que a proposta do ecomuseu, que é a coordenação do meio ambiente, feita através do ecomuseu que são as pessoas que se alojam casualmente. A idéia antiga do museu de um prédio de preferência neo-clássico... vemos que o Roberto Lacerda aqui já acabou com isto. De dentro do prédio sai uma flor que vive, pulsa, então vamos ver que este prédio não era mais importante, a importância era o que ia se passar dentro dele, para ele se atirar em cima da comunidade. Em alguns lugares nós iamos precisar do que se chama *antenas* para ponto de reforço, para começarmos o jogo. Mas o importante eram as pessoas que iam trabalhar. Quando disse a vocês que detestava este nome "atores", é porque o ator faz uma performance, ele usa uma persona, ele usa uma máscara. Não está fazendo uma coisa que sai de dentro dele intrinsecamente, está representando. E na formação de um ecomuseu, mesmo o que se chama de atores endógenos, eles vão representar muito pouco, porque vão sentir aquilo que é a própria vida deles. Os atores exógenos, chamados pelas pessoas por este nome horrível de "consultores", não podem ser consultores, têm que ser cooperadores, vão cooperar com aquele trabalho, diziamos sempre na nossa equipe que tinhamos que ser invisíveis. Temos que ser transparentes no trabalho, quando nos ligamos na comunidade, quando fazemos esta inserção no poder, mas temos que ser invisíveis, não podemos criar uma cara irretocável que se diga que quando fulano e beltrano largarem, o museu deixa de existir. Isto não existe. As pessoas que vão fazer um trabalho em um museu, têm que saber sair devagarinho na hora certa e não se tornar imprescindíveis. Este é o segredo do ecomuseu. O ecomuseu tem que fazer com que a comunidade seja imprescindível no seu trabalho, mas que o consultor, nenhum deles pode ser. Ele tem que ser, prescindível, e na hora, por exem-

plo, que o projeto deslanchou e que hoje vive sozinho, tem que ver que você desapareceu. Nós temos aqui uma das participantes que foi u'a mão nossa dentro do ecomuseu, que possibilitou a inauguração do núcleo central. Sem a força dela, manejando a usina, fazendo a usina mandar a sua representação para dentro do núcleo central, sem o trabalho que ela realizou, este museu não teria sido inaugurado na data, não teria tido a presença de todos os setores, como ele teve. Ela não pôde ficar, teve que sair, em um primeiro momento, ela ficou triste, depois ela entendeu. "Foi bom porque você mostrou que as pessoas não são imprescindíveis e nós todos vamos sair sem ser imprescindíveis." Estou batalhando nisto porque vocês todos podem futuramente vir a trabalhar o novo museu. E isto é uma experiência... olha, já estou com o cabelo todo branco, isto aqui já é rinçagem... de uma pessoa mais velha do que vocês, pelo menos do que grande parte de vocês, que perdeu o orgulho, a pose, tudo que podia ter quando trabalhou no ecomuseu de Itaipú, porque eu tive que pegar um trabalho braçal mesmo e ver que eu era prescindível, que eu poderia estar entusiasmada, mas que a comunidade o fez, e a comunidade de Itaipú que trabalha nele fez um trabalho incrível e continua fazendo, nós todos que saímos, de vez em quando ligamos um para o outro e lembramos com saudade daquele bom tempo, mas a alegria maior é que o projeto se desenvolveu, que a Itaipú permitiu que críticas fossem feitas, que nós fizéssemos um quase cemitério, mostrando onde tinha sido alagado o território, que nós mostrássemos o que se perdeu, sabendo que nós tínhamos que perder isto para construir coisas do amanhã. Há uns anos atrás, um diretor do Patrimônio Histórico, em uma reunião, disse:" Nós estamos fazendo um trabalho bom, não somos os itaipus da vida." Eu fiquei muito revoltada, e na semana seguinte, ele foi fazer uma visita...

O ecomuseu não ia entrar ali. Ele trabalha equacionando áreas, lembrando coisas. Se alguém me pergunta se é um ecomuseu, digo que sim, depois perguntam qual é a especialidade dele, digo que é um ecomuseu que tem linhas de ciências e tecnologia, de história regional, de museu etnográfico, porque para representar aquela comunidade, estas linhas todas apareceram, trabalhos foram feitos com todos os segmentos, com todas as idades. Os velhos iam participar, contribuir, a área de pesquisa não foi esquecida. Certos ecomuseus me assustam, principalmente certos projetos que aparecem que abrem mão das pesquisas. Vocês todos sabem que os nossos museus são carentes de pesquisa. A pesquisa é rasa, as fichas da documentação não podem informar quase, porque a pesquisa parou ali. Como é possível que as documentações sejam tão fragilizadas, que os mistérios das peças não possam ser descobertos, que as origens das peças precisem de manuais de arqueologia de campo, de etnografia de campo, para estudar sua tipologia. Os museus têm que reagir e aprofundar a sua pesquisa, e ali, na pesquisa, está se conseguindo muita coisa, porque neste meio ambiente, ela ultrapassava certas áreas da museologia, mas era uma ultrapassagem benéfica, porque ela tinha mais informações a dar.

Agora que se imagina um novo projeto de ecomuseu, principalmente nesta cidade, onde foi sempre um sonho trazer um ecomuseu, o Rio de Janeiro é por si só um ecomuseu... Mas não me venham com esta estória de que o ecomuseu tem que ter paisagem bonita, o ecomuseu prescinde disto, porque para quem mora em uma casinha feia, ela é a mais bonita do mundo. E não cabe a mim julgar se sua casa é feia ou bonita. Então o ecomuseu vai valorizar o território daquela comunidade. Lógico que o ecomuseu mais lindo do mundo não seria o da cidade de Quito, ele seria o segundo. O primeiro seria o do Rio de Janeiro. Mas nós neste momento temos que ser parcimoniosos, e pensar naquilo que Ricardo e Mariana Várzea, arquiteto e museóloga, imaginaram e levaram para o Secretário de Cultura, e que ele segurou de uma maneira lindíssima. Quando se vê

uma autoridade dar ênfase a um projeto de museu como o Carlos Eduardo Novaes deu a esta proposta de Mariana e de Ricardo, acho que é uma coisa que se tem que valorizar. Então não podemos pensar e sonhar no momento em termos de Rio de Janeiro, de concentrar em outras áreas o ecomuseu. Acho que nós devemos seguir esta, porque a Zona Oeste é imensa, poderosa, aterradora. Ela é um desafio. Fazer ecomuseu onde não haja um desafio não interessa, porque quando não se sente desafiado, a vontade não vem, e a gente precisa desta vontade, precisa da força que sai de dentro, pois o museólogo adora ficar com idéia fixa. Ele se projeta, mergulha nesta idéia fixa e vai em frente. Quanto mais dificuldades, melhor. Vou dizer uma coisa horrível, quanto mais dinheiro a gente tem, pior, porque se você tiver dinheiro demais, desanda a fazer bobagens. Então este dinheiro tem que ser controlado.

Quando fizemos o núcleo central lá em Itaipú, uma pessoa que comanda me disse: "Podemos pensar em ter um prédio bonito para ser o núcleo central." E eu pensei: "Lá vem o arquiteto da pátria ser convidado para fazer um monumento a ele mesmo, enfiar um museu dentro, feito uma torradeirazinha tostando o pão. Não pode." Devagarinho, eu fui convencendo as autoridades que nós deveríamos utilizar o prédio que fora o lugar de recenseamento e adaptá-lo para fazer o núcleo central do ecomuseu. O prédio tinha uma forma fantástica. Quando mandei timidamente para Marcelo Lemgruber, o arquiteto do ecomuseu, um bilhetinho dizendo que íamos fazer o núcleo central neste prédio, não sei se ele entendeu direito, mas quando me encontrou, me disse que tinha gostado tanto do prédio, da planta, que iria fazer prédios similares para fazer museus. E foi muito engraçado, porque nós rasgamos aquelas paredes para fazer a ligação com um meio-ambiente que seria, de um lado, a grande estufa, e depois o arvoredo. Trouxemos aquários para fazer um elemento de ligação com toda a parte aquática, e junto a isso os objetos cresciam. Uma pessoa me perguntou se o

ecomuseu de Itaipú era bonito como o museu de antropologia do México e eu disse que não, que aquilo era uma coisa monumental. O núcleo central do ecomuseu é conhecido na comunidade, e os outros são as atividades do ecomuseu.

Você não vai querer que a comunidade seja museóloga, nem que discuta a filosofia da museologia. Deixe então eles verem aquilo como ecomuseu, e quando fazemos uma antena, aquela antena também chamam de ecomuseu. O fato é que é dentro da dimensão que nós temos, não é dentro da dimensão de todo este Vale dos Reis, tão bonito, que era a que pensávamos ter. O ecomuseu é dentro da dimensão que nós temos, prédios monumentais, coisas monumentais no Brasil acabaram há alguns anos atrás. Não é a nossa realidade. Era uma realidade fingida, uma brincadeira. A nossa realidade é outra, é tangível, palpável, a nossa monumentalidade é desfile de escola de samba, nós mesmos temos que botar o pé na terra, e vamos botar o pé na terra sempre que pensarmos em termos de ecomuseu.

Peço desculpas a vocês, saí um pouco do tema, tinha trazido isto aqui para controlar o entusiasmo quando se fala do ecomuseu, mas acho que vou conseguir que alguns de vocês se entusiasmem por esta nova proposta. Quando se fala em termos de ecomuseu, e isto tem que ficar claro, a gente tem que dividir certos projetos de museu integral, como, por exemplo, aquele projeto de musealização da coleção da dra. Nise da Silveira, de arte e psicologia, que é uma coleção que teve, em fase, uma proposta de museu integral, em que aquela que era a comunidade dos loucos, que eram loucos para outras coisas, mas que para trabalhar dentro do ecomuseu, nunca foram. Foram pessoas magníficas, fantásticas que trabalhavam até na área de ação educativa. Eram pessoas incríveis, então aí tínhamos um projeto de museu integral, não era um projeto de ecomuseu. Muitas vezes a gente confunde, muitas vezes a gente pensa que um museu ecológico é um ecomuseu, e não é. Muitas vezes a gente pensa que um

museu de amostragem... já ouvi muita gente dizer que tinha estado no Skándia, em Estocolmo... não é um ecomuseu, é um museu de amostragem de meio-ambiente, da mesma maneira que os museus ao ar livre continuam a ter seu lugar, como todos os outros, e muitas vezes, nós mesmos que gostamos deste trabalho, que é ao mesmo tempo muito espiritual e muito braçal, gostamos de visitar um museu clássico, cheio de "requiqui", onde geralmente a força maior está na turma da limpeza do que na área de pesquisa. Muitas vezes se gosta. Nós todos fazemos parte de um país como o Brasil que tem uma comunidade heterogênea, uma cultura que não se pode chamar brasileira, mas é um país policultural. Então nós gostamos destas amostragens e queremos que elas sobrevivam. A coisa mais trágica seria a transformação de todos os museus do país em ecomuseus, mas nós gostamos e vamos lutar para que se faça mais ecomuseus, que se use os preceitos do ecomuseu também na preservação dos monumentos, que os centros históricos apoiem a sua comunidade, como é o trabalho que se vem fazendo na área do Pelourinho.

Isto tudo são trabalhos ecomuseais, e são todos bem-vindos, mas vamos também lutar para o Brasil ter mais ecomuseus, para não continuar dando esta chance a Itaipú para continuar caminhando em vôo solo. Eles precisam de parceria para poderem crescer mais, e deixo nas mãos de vocês o destino do ecomuseu que se propos naquela zona fantástica, que é a Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Estou a disposição ao que vocês quiserem perguntar.

Várzea

A palestra da Dra. Fernanda nos trouxe temas que, na certa, estarão presentes durante todo o Encontro, e que já estavam mais ou menos enunciados em muitas das nossas inquietações, não só para o Encontro, mas também para o projeto de museu da Zona Oeste. Portanto, estão abertas as perguntas, para que possamos tratar desses temas neste momento.

Regina

Meu nome é Regina, sou moradora da Zona Oeste e é a primeira vez que estou tendo contato com esta idéia de ecomuseu. Gostaria de perguntar à Dra. Fernanda de que forma as pessoas que trabalham com o ecomuseu, e que estão nos trazendo este conhecimento, pretendem sensibilizar a população da Zona Oeste para o trabalho com o ecomuseu. Que estratégia será usada para que a população compreenda e faça no seu meio o ecomuseu?

Fernanda

A estratégia é um envolvimento maior. As pessoas que vão trabalhar no ecomuseu da Zona Oeste, estas pessoas que serão chamadas para trabalhar terão uma tarefa enorme, que é sensibilizar a população. Porque a idéia da qual se partirá no sábado não é a de que o ecomuseu ficará pronto, que a proposta estará terminada e que com isto (o ecomuseu) seja aceito. É um início de trabalho de informação à comunidade, para saber se querem ou não o ecomuseu.

Regina

Fernanda, é a primeira vez que estou tendo este contato com o ecomuseu. Sou uma pessoa que trabalha na Zona Oeste, que milita na Zona Oeste, e como a idéia me atraiu e eu estou sacudida e interessada nela, por ser nova neste assunto, por não ter ainda este conhecimento, o que eu procuro na sua resposta é saber de que maneira vou sensibilizar a minha comunidade, os moradores, para isto - porque eu não tenho este conhecimento.

Na verdade, estou procurando idéias que possa colocar em prática, junto com a minha comunidade.

Fernanda

Você vai fazer este Seminário, não é, Regina? E no fim deste Seminário, você vai ter uma série de informações, como as que eu dei, por exemplo.

Amanhã, o Mário Moutinho dará as informações do que ele viu em termos de Portugal, da experiência dele em Portugal. O René Rivard trará a experiência dele. Na quinta ou sexta-feira, discutiremos todos o que seria uma possibilidade de um ecomuseu. Mas não podemos traçar limites, nem projetos, isto vai caber a você que vai começar a se interligar com todo o processo de ecomuseu e que vai ser uma das pessoas que vai transportar para a comunidade a proposta do ecomuseu. Você tem uma responsabilidade enorme, porque se interessou pelo assunto, você vai ganhar uma série de novos conhecimentos, e você trará isto para a comunidade. Quando eu lhe disse que estou aberta ao que você precisar, tinha entendido bem. Estamos à disposição para poder dar as informações sobre os caminhos que você vai seguir, sobre as opiniões diferentes, para poder orientá-la na penetração da comunidade. Você poderá ser um dos agentes dentro da comunidade. As pessoas invisíveis vão trazer novos suportes que você possa necessitar. Quando falei sobre as pessoas a serem chamadas para fazer a parte inicial do ecomuseu, é porque estas pessoas que vão trabalhar com uma comunidade no início e que têm um conhecimento maior da perspectiva do ecomuseu, serão pessoas convidadas pela Secretaria para trabalhar no projeto. Estas pessoas então vão fazer este primeiro deslanchar do processo, juntamente com você, até o momento que o projeto corra livre, sem necessidade de pessoas de fora penetrando dentro da comunidade. Então é isso que eu queria mostrar a vocês desde o princípio. Você vai conseguir. Você vai arguir a nós todos, você vai arguir não apenas em plenários, você vai chegar nos entremeios do encontro e perguntar a cada um de nós: "Como é que é isto? Isto eu não entendi." Vai ser um dos agentes. Você é uma parte deste ecomuseu. Estas pessoas que vão fazer o traçado, o desenho deste ecomuseu desde o ponto de partida, serão pessoas a serem futuramente selecionadas pela Secretaria e que vão ter um convívio maior com você.

Várzea

Regina, só para reforçar, eu gostaria de lembrar que no sábado à tarde, às 14:30, vamos ter uma sessão que tratará de uma proposta para um plano de ação para a Zona Oeste, onde vamos tratar especificamente desta questão. O que não quer dizer que, no decorrer dos debates, não nos refiramos à Zona Oeste, o que será feito todas as vezes em que isto for necessário.

Carlos Eduardo Novaes

Eu gostaria só de prestar um esclarecimento aqui. O propósito deste Encontro não é discutir um ecomuseu para a Zona Oeste, especificamente. Quando nós todos unimos os nossos esforços - a Fernanda, o Ricardo, a Secretaria - foi para tentarmos divulgar a idéia de ecomuseu que não é conhecida abaixo da Linha do Equador. Mas observando-se o programa do seminário até sábado, vamos percebendo que ele, a partir de sexta-feira à tarde, se afunila para esta possibilidade. Até porque não faria sentido fazermos um encontro nacional e internacional, termos pessoas aqui bastante representativas de outros estados, para discutir aqui a questão da implantação de um museu na Zona Oeste. Na verdade, esta grande discussão vai começar a partir do momento que terminar o seminário. As pessoas da Zona Oeste, a Secretaria, os interessados em museologia... a partir daí vai se criar uma comissão, um grupo de trabalho, seja lá o que for. O propósito da Secretaria, o propósito de todos nós era de divulgar a idéia de ecomuseu, era de colocar aqui, e para isso convidamos pessoas com experiências de outros países, para tentar nos vender esta idéia tão arrebatadoura que é de um ecomuseu. De modo que, as pessoas da Zona Oeste que

já estão irrequietas com esta possibilidade, vão perceber que, ao longo do Seminário, vamos encostar nesta possibilidade. E, evidentemente as pessoas que vêm de outros estados e que têm Zona Oeste também nos seus estados vão poder se aproveitar disto também, para, quem sabe, pensar em implantar um ecomuseu nos seus estados, nas suas cidades.

Era só este esclarecimento que eu queria dar, antes que fique parecendo que nós estamos aqui em um Seminário para discutir especificamente um ecomuseu para a Zona Oeste.

Fernanda

Eu gostaria ainda de acrescentar a estas palavras tão certas do Secretário, que seria impossível nós pautarmos daqui um ecomuseu para a Zona Oeste.

Primeiro, uma visita de algumas horas ou uma visita maior à Zona Oeste não dão o calibre do local. É impossível, para se conhecer a Zona Oeste. Tem que ser uma pessoa, ou a própria comunidade, que vá fazer uma pesquisa de grande profundidade para responder aos anseios.

Não existe modelo de ecomuseu, não existe cartilha nem modinha de ecomuseu. As pessoas que pensam que existe um programa que se possa estabelecer estão enganadas. Não existe isto. O profissional vai ter que se acomodar aos anseios daquela comunidade. No final da tarde de sábado se poderá dar modo de acesso, mas ninguém vai conhecer rapidamente uma comunidade para opinar. Não é salão de decoração, onde a gente muda os móveis, é coisa de muita profundidade e responsabilidade.

Renata

Dra. Fernanda, meu nome é Renata, sou arquiteta e estou aprendendo neste Seminário estas noções sobre ecomuseu e sou muito grata por isto. Gostaria de pedir à senhora que contasse um pouco das experiências dos pesquisadores junto à comunidade de Itaipú, como se passou este intercâmbio entre aqueles que foram apresentar a idéia, a proposta do ecomuseu junto a esta comunidade e este intercâmbio, como se deu, na medida em que a comunidade é que deveria evidenciar, mostrar aos pesquisadores as suas referências, as suas razões, a sua história. Gostaria que a senhora dissertasse sobre como se passou este intercâmbio em Itaipú.

Fernanda

Itaipú, como qualquer outra região, já tinha os seus pesquisadores, e tinha a comunidade profundamente curiosa, por um lado, e por outro lado praticamente inerte.

As pessoas que foram encaminhadas à região de Itaipú para fomentar um ecomuseu tiveram que penetrar junto à comunidade e com isto, fazer com que os pesquisadores da própria região também participassem. Lentamente penetrando na comunidade para fazê-la sentir e ir respondendo a esta proposta. É um trabalho lento, mas que começa a render frutos muito rápido, porque se propõe idéias à comunidade que são pequenas e a comunidade começa a desenvolver estas idéias, que muitas vezes não são fáceis de serem entendidas por outras pessoas.

Vou contar rapidamente uma coisa. Não sei se as pessoas que participaram do seminário ocorrido há uns anos atrás chegaram todas no domingo. No domingo tinha uma festa da comunidade, feita e organizada por ela, e o seminário começava na segunda-feira. E algumas das pessoas, principalmente os estrangeiros, chegaram no domingo. A comunidade organizava uma festa. E você sabe que no Paraná existem muitos grupos étnicos, o grupo polonês, o alemão, o indígena, cada um fez a sua demonstração com a sua idéia, com a sua característica, dando uma visão de conjunto que para nós, brasileiros, é normal. Um dos estrangeiros, europeu, olhou aquilo e me perguntou para que eu estava fazendo aqueles alemães e aqueles poloneses dançarem para os índios. Eu não entendi. E ele disse que

deveria ter sido muito caro trazer aqueles poloneses e alemães para fazer o espetáculo para os índios. Mas quem eram os índios? "Vocês todos." Aí eu descobri que eu também era, na cabeça dele. Então respondi que aquilo era uma comunidade local e ele perguntou como. Aí ele viu os índios dançando no meio dos alemães, todos juntos, e disse que aquilo era uma bagunça, que iriam perder a identidade. E eu respondi que eles tinham construído uma identidade em termos de Brasil e em termos da região. Para fazê-lo entender, foi uma luta. Ficamos quase até meia-noite tentando enfiar na cabeça dura que aquilo era Brasil, porque ele não conseguia perceber estas nuances. A comunidade se divertiu, adorou. Eles organizaram. Ele disse que havia um erro na museologia e eu respondi que aquele erro da museologia tinha sido feito pela comunidade.

A própria comunidade vai corrigindo aos poucos, se isto não estiver dentro do pensamento dela. Se estiver, nós todos é que nos danamos, porque isto é a vontade dela, então você tem que ter um entrosamento muito grande e saber que aquela comunidade vai se expandir e muitas vezes vai fazer coisas de que você não gosta - mas você não tem que gostar, tem que aceitar.

Maria Célia Teixeira de Moura Santos

Sou da Universidade Federal da Bahia. Fernanda, na sua experiência em Itaipú, eu gostaria que você me respondesse o seguinte: A maior dificuldade que temos em um projeto de ecomuseu, é sairmos de uma atitude paternalista de preservação e passarmos para uma proposta de apropriação do fazer cultural, que é próprio daquela comunidade. Estando dentro de uma usina, daquele contexto, de uma proposta que vem de cima para baixo, como vocês conseguiram que este crescimento da própria comunidade se desse? Um dos grandes riscos destes projetos de ecomuseu é que muitas vezes são manipulados pelo poder público ou pela própria empresa que está propondo. Como vocês conseguiram conciliar esta coisa naquela experiência de Itaipú?

Fernanda

Tivemos uma sorte muito grande. A idéia partiu de cima para baixo, mas logo depois a entortamos e ela passou de baixo para cima. Tivemos a sorte do presidente da Itaipú na época ser um homem de cultura. E muito aberto. E ele era uma pessoa que, como já tinha uma experiência e uma maturidade muito grande, não estava pensando em se eternizar naquele cargo, e sim em fazer alguma coisa. As pessoas que estavam diretamente junto a ele, também tinham este modo de pensar. Ele estava deixando a comunidade fazer alguma coisa que fosse para o bem dela e não uma vontade de se perpetuar naquele cargo, fazendo coisas que o figurino ditava. Então tivemos a sorte desta abertura, em que muitas vezes havia críticas terríveis ao sistema inteiro. Uma vez se fez um trabalho muito interessante que foi levar os filhos das pessoas que trabalhavam nas máquinas da usina para visitar a própria usina, e depois eles se expandiram como quiseram, escrevendo, fazendo objetos e pintando. Então a crítica deles era muito grande em certos setores e esta crítica foi levada para a comunidade "numa boa", não havia preocupação com críticas. Eu disse ao Ministro Nei Braga quando fui levar o projeto à convite da Índia, num centro de ciências, que a usina tinha o seu fator destrutivo. Houve uma modificação do meio-ambiente, houve uma destruição de áreas enormes, e isto não se esconde. Agora, temos que sanear as feridas da comunidade, deixando que eles possam manipular a sua memória, mostrar as suas histórias, e projetar um patrimônio futuro. Então havia esta abertura e isto foi muito importante. Obrigada.

CAPÍTULO IV

PAINEL 1 - ECOMUSEU: A GUARDA DA MEMÓRIA COLETIVA

DIA
10 de maio de 1992

HORA
14:00 horas

PRESIDENTE DA MESA
Lourdes do Rego Novaes
Presidente do Comitê Brasileiro do ICOM

PALESTRANTE
Eliana Rezende Furtado de Mendonça
Diretora do Arquivo Geral da Cidade do RJ
Tereza Cristina Scheiner
Vice-Diretora da Escola de Museologia (UNI/RIO)
Maria Célia Teixeira de Moura Santos
Professora da Escola de Museologia da UFBa
Ulpiano Bezerra de Menezes
Diretor do Museu Paulista - USP

Eiana Rezende Furtado de Mendonça

As questões relativas à memória e sua preservação vêm provocando, já há algum tempo, a reflexão, o debate entre profissionais das diferentes áreas do conhecimento, a partir da constatação de que o trabalho com a memória é uma prática que se desdobra em múltiplas dimensões diante da evolução das formas de materialização de seu registro, da pluralidade dos estudos científicos e das demandas da sociedade.

A forma pela qual a ação de preservação se relaciona com a memória apresenta variadas conotações, em função das mudanças dos conceitos de memória e da ampliação do significado da preservação.

A memória tem se tornado objeto de estudo por parte de alguns especialistas, seja no campo da psicologia, da sociologia ou da história, na intenção de se estabelecer a relação entre indivíduo e memória; memória

e história; e memória e sociedade, formando elos que se dirigem à compreensão da necessidade da preservação do passado, em face da acelerada mutação das sociedades industriais e da produção do volume de informações, impossível de se apreender naturalmente.

Do ponto de vista psicológico, a memória é um fenômeno psíquico que tem seu suporte na acumulação de resíduos de experiências individuais. Sem memória não há vida psíquica e o indivíduo estaria impossibilitado de adquirir hábitos ou conhecimento. Transportando para o âmbito social, podemos afirmar que a memória social é formada pelos resíduos e sobrevivências do passado encontrados nas memórias individuais e coletivas. A memória social é, portanto, "um patrimônio que vive no indivíduo, mas o transcende, pois não é produzido por ele, é constituído por um conjunto de vivências da sociedade da qual pertence o indivíduo e que se atualiza nas vivências particulares e coletivas deste mesmo indivíduo".

Maurice Halbwachs esclarece esta problemática em sua obra "Os quadros sociais da memória", no seguinte trecho:

"Nós diremos, voluntariamente, que a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ocupa ali e que este próprio posto muda segundo as relações que se mantenha... A ciência social deve inspirar-se deste princípio: a sociedade se compõe de grupos elementares, e não de indivíduos, é destes grupos que é necessário partir".

A memória, como podemos perceber, é um fenômeno sempre atual, em evolução permanente, onde o passado não é reconstituído, mas sim reconstruído, reapropriado num plano afetivo e mágico e como nos diz Elza Bozi em seu livro *Memória e Sociedade*: - "a função da memória é o conhecimento do passado que se organiza, ordena o tempo, localiza cronologicamente. O passado, revelado desse modo, não é o antecedente do presente, é a sua fonte".

A memória não é, portanto, a representação do passado, isto já é história! O contraponto que Pierre Nora estabelece entre memória e história surge desta questão basilar.

A memória é a vivência passada de uma coletividade ou de um indivíduo e a história é uma operação intelectual que demanda análise e discurso crítico para interpretá-la. "História é tudo aquilo em que se transformou a memória a partir do momento em que o homem começou a criar vestígios do passado".

O registro do passado vivido se constrói quando não mais existe acesso fácil e espontâneo à memória. O homem recorre à materialização das imagens de parcelas do passado, delegando a elas a função de lembrar.

O advento da escrita e, muito posteriormente, o da imprensa foram grandes responsáveis pelas alterações na construção das memórias. A ação de documentar passa a constituir uma das principais formas de registro das vivências do presente e do passado e a exigir a criação de mecanismos de guarda, conservação e de recuperação. No entanto, a diversificação dos tipos e suportes documentais refletirá diretamente no processo de fragmentação do conteúdo da memória coletiva, ampliando a dimensão de avaliação desses elementos do passado que se projetam no presente.

A criação dos arquivos, bibliotecas e museus nacionais remontam ao século XVIII, quando a Assembléia Nacional Francesa declarou de propriedade nacional estas instituições, garantindo ao cidadão o acesso aos documentos, fonte de prova de direitos, existentes nos arquivos reais, agora transformados nos Arquivos Nacionais da França. Primeiro arquivo nacional criado no mundo por decreto de 12/09/1790. Identificados como testemunhos dos direitos e deveres do Estado para com a sociedade e desta para com aquele, os documentos a serem preservados nos Arquivos eram de natureza eminentemente pública.

Baseado nesta concepção de apoio à administração do Estado e à preservação de direitos da sociedade,

foi também criado o Arquivo Nacional do Brasil. O Regulamento nº 2, de 1838, determinava que o Arquivo Imperial teria por finalidade guardar os documentos produzidos pelos quatro poderes constituídos e sua estrutura organizacional foi estabelecida em função deste objetivo distribuindo-se em: Seção Administrativa (documentos dos poderes Executivo e moderador), Seção Legislativa (documentos do poder Legislativo) e Judiciário (processos e autos findos).

Esta documentação, preservada nos Arquivos, é a principal fonte da história oficial, da história nacional que valorizam essencialmente os grandes feitos e seus personagens. Nesta construção do imaginário da nação, documentos, monumentos, arquivos, bibliotecas e museus, enquanto lugares de memória, privilegiam a excepcionalidade dos fatos memoráveis.

"As memórias coletivas - entendida como expressão da identidade de grupos e movimentos - ricas por suas diferenças, complexas em seus significados próprios, cedem lugar a uma memória nacional ligada a uma razão de Estado". A nação ocupa o espaço do imaginário coletivo como elemento capaz de reunir os valores de uma população, apesar de suas individualidades, tradições, situações diferenciadas e seus interesses específicos. A própria História se torna o principal agente condutor da imaginação fantasiosa do passado. A expressão dos modos de viver coletivos são homogeneizados em favor da formação do Estado Nacional e os indivíduos são induzidos a se identificar com a nação, antes mesmo de se perceberem como protagonistas do processo histórico. Neste contexto, a memória popular perde seu espaço e se esvazia.

A partir da década de 30, a historiografia francesa, reexaminando o seu próprio campo de investigação, aliando a teoria marxista aos recursos das teorias econômicas, sociológicas, demográficas e antropológicas do grupo dos Annales, provocou estudos revisionistas enunciando "a História como Ciência Social", de Fernand Braudel, a "ciência da diversidade", de acordo

com Marc Bloch, onde o olhar plural nos conduz a "História de todos os homens, libertando-a dos mitos das Histórias Oficiais".

Estas novas propostas da História, que privilegiam os processos históricos e não os fatos isolados, aliadas às transformações teóricas ocorridas na arquivologia, refletiram decisivamente no conceito de Arquivo Público, sua formação, finalidade e relação com a sociedade.

Os arquivos deixaram de ser lugar de uma determinada erudição para abrigar a pesquisa sobre e pelo cidadão comum. A análise do documento como peça única é substituída pelo processamento dos conjuntos documentais que espelham as formas de produção, sua intencionalidade e sua perfeita inter-relação com outros conjuntos.

Entendendo que a relação entre os arquivos e o cidadão é constitutiva do exercício da cidadania, o resgate da memória assume papel fundamental na consecução dos objetivos de tornar os indivíduos capazes de reelaborar as determinações que encontra no seu viver, criando sua própria identidade, expressando vontades e em condições de construir um projeto na interação com outros indivíduos.

Nesta tomada de consciência do seu papel junto à sociedade, os arquivos vêm ampliando as características de seus acervos, acrescentando a eles os registros produzidos pelos diversos segmentos da sociedade, em diferentes suportes. A guarda da documentação oficial ainda é o pressuposto de sua existência, mas cada vez mais os arquivos recebem coleções inteiras de documentos particulares, assim como as dos sindicatos, empresas, sociedades, associações etc. Todos os registros, são, agora, fonte de pesquisa - sejam eles textuais, orais, iconográficos (principalmente os fotográficos), ou magnéticos - pois expressam relações institucionais, sociais, possuem significado e representam a história de um grupo social.

As formas de recuperação da informação têm também se acelerado. Diversos instrumentos de pesquisa

foram criados para dar acesso aos documentos. O uso, em larga escala, do computador permite o resgate e o cruzamento imediato das diferentes fontes de informação.

A garantia dos direitos dos cidadãos referentes à pesquisa e ao acesso à informação foi matéria de leis e instrumentos legais, assim como o controle e a disciplina da produção documental nos órgãos públicos, a avaliação e a transferência da massa documental.

Ao mesmo tempo os arquivos passaram a desenvolver atividades educativas e culturais como exposições, palestras, seminários, gravações de depoimentos, trabalhos pedagógicos com escolares, além de estabelecer contatos permanentes com associações representativas da sociedade, estimulando a preservação dos acervos documentais particulares orientando quanto ao seu tratamento técnico e divulgação.

Percebemos que neste mudar, envolvendo a política da instituição e a sociedade como um todo, que o tratamento historiográfico da memória individual ou das estruturas mentais coletivas deve ser direcionado para não apenas revelar o passado "mas explicá-lo e ao fazê-lo, forjar o elo com o presente", contribuindo efetivamente para a conquista da cidadania e da consciência.

Dentro destas novas perspectivas os arquivos municipais se encontram em posição de extrema relevância.

Reconhecendo a atual importância dos Arquivos Municipais no contexto cultural das comunidades locais, a UNESCO vem incentivando a criação destas instituições de memória. Na década de 1980 os arquivos municipais se duplicaram ou triplicaram em países como a França, Espanha, Grã-Bretanha e países nórdicos, sendo necessário criar, no Conselho Internacional de Arquivos, uma sessão especial contemplando os Arquivos Municipais.

Os arquivistas franceses vêm definindo os Arquivos Municipais como sendo a memória de uma vila, a

memória do passado, como a memória do futuro, à disposição de todos os cidadãos desejosos de conhecer a história. Eles são um pólo cultural ativo que estimula e favorece o conhecimento e a compreensão dos tempos presentes.

Nós, no Brasil, precisamos ir mais além. País colonizado, atormentado por graves problemas políticos, econômicos e sociais, impedido de pensar por duas longas ditaduras e massificado pela informação da imprensa escrita e falada, tem na sua trajetória uma história de controle da dinâmica social que oculta as diferenças e os conflitos num processo de harmonia e homogeneidade. "Nesse cenário, a memória coletiva torna-se cada vez mais externa aos indivíduos".

Portanto, cabe também aos arquivos em geral e aos municipais, em especial, refletirem sobre as questões de preservação da memória para exercerem plenamente sua ação cultural, em favor da formação de uma sociedade consciente do seu compromisso cultural com a atualidade e com o futuro.

Tereza Scheiner

Boa tarde. Agradeço à Secretaria Municipal de Cultura, organizadora do Encontro, a oportunidade de estar aqui presente falando sobre ecomuseu. Como pessoa da área acadêmica, vou resumir aqui algumas das idéias que integram o corpo teórico da Museologia com referência ao assunto, falando da relação entre o ecomuseu e a guarda da memória coletiva.

A proximidade da Rio 92 coloca em pauta o debate ecológico - trazendo à luz da opinião pública o fato de que a obtenção de um meio ambiente sadio é, antes de tudo, uma questão cultural. Neste momento, questiona-se o papel das instituições de cultura na resolução dos problemas ligados ao meio ambiente e ao desenvolvimento da sociedade. Que tipo de espelho social representam estas instituições? Como sintetizam, interpretam, e apresentam os diversos aspectos da realidade? Que papel cumprem, no panorama cultural de

cada país? Como contribuem para a compreensão dos aspectos político/econômicos do debate ambiental? Até que ponto podem atuar como agentes modificadores de idéias e comportamentos?

Entre as instituições atualmente mais questionadas, no campo da cultura, encontra-se o Museu. Preocupada com as relações entre sociedade e meio ambiente, a Museologia contemporânea lança um olhar crítico sobre si mesma e sobre a imagem que vem projetando nas últimas décadas. E descobre que as mudanças estruturais que promoveu e incorporou ao longo desse tempo não foram bem compreendidas pela sociedade - que, de maneira geral, continua a ver o museu sob o véu do preconceito.

Esta é uma responsabilidade que os próprios museólogos terão que assumir. Um dos grandes equívocos da Teoria Museológica é pensar o Museu como coisa acabada, como organização instituída. O Museu ainda é visto como instituição, como local de guarda de coisas tangíveis, que precisam ser preservadas. A concepção essencialmente materialista nos impede de observar, de ver o Museu como ele é, e ele é um fenômeno mais próximo à concepção bergsoniana de memória - onde não é o espaço, mas o tempo que detém a essência da vida e da realidade.

Para Bergson, a previsibilidade de todas as coisas é apenas uma ilusão: existir é mudar, mudar é amadurecer, amadurecer é continuar criando a si mesmo eternamente.

É preciso que se mostre à sociedade o Museu como ele realmente é - não apenas como instituição, mas como fenômeno social, em permanente e contínua mutação, independente de um local e tempo específicos, mas que pode acontecer nas ruas, nas praças, nos campos, nas casas - onde quer que um território, objeto ou traço cultural possa ser, de alguma forma, utilizado para ampliar a consciência do Homem sobre si mesmo e sobre a realidade à sua volta.

É preciso que se diga que não existe uma forma ideal de museu: cada sociedade, cada época, terá o museu que deseja e permita existir.

O museu possível da sociedade brasileira tem sido, até agora, o museu tradicional - o modelo de museu tradicional na sua forma mais ortodoxa. A maioria das pessoas já conhece o modelo: eu trouxe (uma transparência) só para quem não conhece ainda. É um edifício, onde um conjunto de objetos é recolhido do mundo e trabalhado por um conjunto de especialistas, que sobre esses objetos detém um total poder. E a sociedade vai a este edifício para ver o trabalho que é feito. Este é o desenho do modelo conceitual do Museu Tradicional.

O fato deste ser o único modelo possível até agora na sociedade brasileira, não é, em si, um dado negativo, porque museus tradicionais existem e são o espelho das sociedades que os criam e/ou mantém.

Apresentam a face que a sociedade deseja e pode ver de si mesma, com maior ou menor veracidade, com maior ou menor competência, de acordo com a própria sociedade.

O que nos cabe perguntar, neste momento, não é se este modelo é bom ou ruim em si: o que nos cabe perguntar é que papel cumpre o Museu junto à sociedade brasileira.

Que tipo de espelho o museu tem sido da nossa realidade? Ele é um espelho virtual ou um espelho deformante? Por que não têm sido possíveis, no Brasil, outras formas de museus?

Hoje já se admite, internacionalmente, que os museus têm um papel significativo como agentes de uma política cultural voltada para as questões sociais e para o seu meio ambiente. Mas poucos sabem que não é apenas como agente que o museu pode atuar: a Museologia, hoje entendida pelos especialistas como Ciência, já é plenamente capaz de auxiliar na formulação de políticas culturais e de desenvolvimento.

Este é um papel assumido não agora, mas já há vinte anos, desde 1972, quando a Conferência Geral

das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em Estocolmo, enfatizou o vínculo existente entre a herança cultural e a civilização. No mesmo ano, em Santiago, a comunidade museológica reconheceu oficialmente que o campo de atuação do museu não é só a sociedade, mas o meio ambiente integral: sociedade, território, patrimônio natural e cultural.

A partir de 72, portanto há vinte anos, a Museologia vem abandonando progressivamente a visão antropocêntrica da realidade, e adotando, pouco a pouco, uma perspectiva holística, voltando-se para o estudo do planeta Terra no seu todo e do patrimônio mais rico que o nosso planeta tem - a Vida, em si mesma.

O centro de interesse da Museologia já não é apenas a cultura humana, mas o patrimônio integral - natural e cultural. Ampliam-se os limites teóricos da ciência museológica, e surgem novos modelos de Museu, entre eles o ecomuseu.

O ecomuseu, por definição, é uma forma de museu que não está centrada no objeto. A sua base conceitual é o território do Homem, com suas características geográficas, ambientais e de ocupação cultural. É um território musealizado, um espaço com características específicas, que podem ser - ou uma paisagem ímpar, ou recursos naturais ainda em equilíbrio, ou condições especiais de ocupação humana, de produção cultural, ou todas essas coisas juntas.

Menos limitado que o museu tradicional, o ecomuseu preserva, estuda e comunica aspectos deste território: seu patrimônio físico, sua população, seus processos de cultura e neste processo o ecomuseu define os tempos e os espaços da memória coletiva.

Ele estuda a configuração das localidades, as estruturas de ocupação humana, os modos e formas de socialização; analisa a organização do grupo social, as formas de produção, o produto da atividade humana na área e se preocupa também com a estrutura do imaginário social, com os valores expressos, os valores

ocultos, com as relações entre grupos e com o lugar do privado e do coletivo nestas relações.

Trabalha simultaneamente com o passado e o presente, com testemunhos materiais e não-materiais da cultura, com a continuidade e a mudança, interpretando a vida real, como for possível. Mas, ironicamente, ao realizar este trabalho, ele se volta sobre si mesmo, tornando-se praticamente um conjunto fechado, porque o objetivo do ecomuseu não é trabalhar para um público externo, mas sim para a própria comunidade que o criou e o mantém.

No ecomuseu, portanto, a comunidade é simultaneamente ator e platéia. Isto confere à experiência um caráter único e muito peculiar: no museu tradicional, temos um conjunto e a sociedade vem para vê-lo: no ecomuseu, a sociedade faz parte do conjunto, é uma outra percepção de museu.

Ecomuseus, portanto, não são instituições - são experiências culturais, complexas e muito controversas. Não é fácil, em nenhum lugar do mundo, criá-los e mantê-los. Só podem existir nas situações em que uma comunidade ou um grupo cultural decidem preservar a sua própria memória e o seu meio-ambiente. Só podem ser viabilizados se vinculados a estruturas de poder político que respeitem as decisões das comunidades.

Isto é um ponto para nós pensarmos aqui no Brasil, na discussão sobre se é possível ou não o ecomuseu. Eles precisam ser orientados e implantados por uma equipe técnica de grande conhecimento e, principalmente, de muita sensibilidade, que permita a realização do trabalho, respeitando, em todos os momentos, o saber e a vontade dos grupos envolvidos.

Não há dois ecomuseus semelhantes, e o mesmo ecomuseu pode apresentar contornos diferentes, de acordo com a sua época e com a sua evolução. Mas são sempre dinâmicos, fascinantes - são experiências que emocionam, porque lidar com ecomuseus é sempre lidar com a vida, por mais limitada que seja a experiência. E eles são profundamente significativos do ponto

de vista social: ninguém guarda, estuda e valoriza mais o território e a memória de um grupo do que ele mesmo.

E aí cabe a nós perguntar mais uma vez: no Brasil, é possível o ecomuseu? Potencialmente, eu diria que sim. Se fizermos uma análise breve, veremos que existem inúmeras áreas que reúnem o potencial para serem musealizadas, transformadas em ecomuseus.

Nós temos, no Brasil, uma imensa riquesa de patrimônio cultural e de vida cultural que é muito pouco aproveitada pelos nossos museus.

Ricardo Várzea

Vamos passar os *slides* da Profa. Tereza, por favor.

Tereza

Estes são alguns exemplos de coisas que a gente já conhece, só para lembrar do patrimônio cultural, do nosso fazer cultural, a pluralidade de formas que a nossa cultura apresenta e o quanto isto é, de uma certa maneira, limitadamente aproveitado e limitadamente apresentado nos museus.

Esta é uma rendeira fazendo bico, na cidade de Penedo, em Alagoas.

Aí, um conjunto de ex-votos, na Igreja da Ordem Terceira do Carmo, em São Cristóvão, também é uma coisa que a gente raramente vê, em termos gerais, bem aproveitada, bem representada, estudada de maneira mais completa. É difícil em apenas uma exposição, trazendo os ex-votos para um museu tradicional, explicar a pluralidade, a riqueza de manifestações que envolvem a prática religiosa e a fabricação dos ex-votos.

Aí o casamento de dois jovens de menos de 15 anos em Igaraçu, na Igreja de São Cosme e Damião.

Algumas imagens da Vila de Carrapicho, na beira do São Francisco, que é um dos locais que eu acredito ter um enorme potencial para se transformar em um ecomuseu. É um local que ainda tem relações de produção, a relação do homem com o espaço, preservadas de uma maneira bastante interessante, e é onde a própria comunidade se organiza, vive da produção de peças de barro e se organizou no sentido de entrar em contato com as instituições estaduais e nacionais de folclore para vender a sua produção. Se organiza não só a ponto de produzir, mas também a ponto de escoar a sua produção. A comunidade está se transformando em função da produção das peças de barro. É um exemplo muito interessante.

Estão fazendo as peças. É tudo feito na própria localidade. São trazidas ainda em lombo de burro, feitas da maneira mais artesanal possível.

Aí temos a cidade de Paraty, que é um outro exemplo de localidade que tem todo um potencial para se transformar em um ecomuseu, preservada a sua parte histórica, com o resto da sua área em crescimento absolutamente normal, ou seja, a vida não para aí.

Temos alguns *slides* da parte histórica. Esta Igreja agora já está totalmente restaurada, é a Igreja de Santa Rita, que foi transformada em museu tradicional.

Outros exemplos. A cidade de Nova Viçosa, não é uma cidade, é a Vila de Nova Viçosa, no sul da Bahia.

Ainda na Bahia, a região perto da Praia do Forte, que está sendo explorada turisticamente e onde está agora a sede do Projeto Tamar, região esta que tem todo o potencial para ser um ecomuseu.

A região de Santa Cruz de Cabrália, na Bahia.

Umas duas ou três imagens da Zâmbia, na África. Este é um museu a céu aberto e está sendo estudada no momento a possibilidade da transformação desta área em ecomuseu. Fizemos um seminário na África, de museologia teórica, (esta também é uma imagem da Zâmbia) onde se estudou, se discutiu a possibilidade da criação de ecomuseus e do trabalho com o meio-ambiente integral.

Agora uma feira. As imagens são bastante parecidas com imagens brasileiras. Há um mês atrás, tive a oportunidade de passar estes *slides* em Salvador e perguntei aos colegas de onde eram os *slides*, todos disse-

ram que era da Bahia. E ficaram muito surpresos quando eu disse que não, que eram da África.

Outra vez na Zâmbia. É uma reserva de caça onde também está se discutindo a viabilidade da transformação em ecomuseu. É uma reserva que é toda cercada por pequenas aldeias e que vivem do abate controlado da caça. Uma região que vive do manejo sustentado da caça.

Aí, a Índia, que também tem regiões com potencial bastante interessante para serem ecomuseus.

Aqui no Rio de Janeiro, muito mais próximo de nós, eu identificaria, sem um estudo maior, a região de Alberto Torres, a usina de Piabanha, que hoje é a usina da CERJ, é a primeira usina que entrou em funcionamento no Estado do Rio de Janeiro - hidroelétrica, toda construída com tecnologia nacional, equipamento importado. Desde 1908 ela funciona absolutamente da mesma maneira, com o mesmo equipamento, com a mesma tecnologia. Em volta desta usina se criou uma vila para poder manter e desenvolver a usina, esta vila já está na terceira geração, as pessoas vivem em função da usina. Então é uma localidade onde estava sendo estudada até cerca de um ano atrás a viabilidade de se transformar em um ecomuseu. E agora a Zona Oeste é o exemplo mais novo que está entrando em estudo. Uma das coisas que a gente está analisando agora é a viabilidade da Zona Oeste se transformar em ecomuseu, pelo menos parte da Zona Oeste. Todas estas áreas têm recursos naturais, ocupação humana e relações de produção colocadas de uma maneira homogênea junto ao espaço, de certa forma preservadas e mantém um ritmo de desenvolvimento social que é menos lesível às características de suas respectivas comunidades.

Neste seminário ainda vamos ter uma série de outras palestras, que vão discutir a viabilidade ou não da criação no Brasil de ecomuseus. Eu queria terminar dizendo que acho muito positivo o fato de que se inicia um projeto de museu no país com um debate público.

É a primeira vez que eu vejo se fazer isto. Acho um bom sinal, considerando a tradição que nós temos de criar museus pela via do Estado e sem qualquer tipo de consulta à sociedade.

Acho que este Seminário é um indicador de que as coisas podem estar mudando para melhor no panorama da cultura e do patrimônio. Quem sabe agora o país comece a ter os museus que merece, e não apenas os museus que se deixa, passivamente, ter.

Lourdes Novaes

Obrigada, Tereza, eu queria fazer uma ressalva aqui, gostei muito do que você expos, só tenho um receio pessoal de uma proliferação, uma "epidemia de sarampo" de ecomuseus, porque acho que a instituição ecomuseu é tão cativante pelo globalizante que todos temos dentro de nós como homem, que o anseio é muito grande por ter, mas eu acho que a gente pode trabalhar no conceito de ecomuseu filosoficamente a memória coletiva, sem criar um ecomuseu como *label* e talvez aí esteja uma maior liberdade para a gente continuar criando novos museus, que venham de encontro a certas ansiedades, porque a mim me incomoda um pouco o *label*, mas isto eu acho que cabe à comunidade que pede a criação de um museu determinar se quer o nome do batismo ou não. Então uma coisa que me impressionou aqui foi quando você mostrou os ex-votos na igreja, então, não dessacralizando, como nós temos tendências na muscologia atualmente de fazer, na grande ânsia do social, acho que a gente perde muito quando leva uma coleção de ex-votos para uma exposição, realmente ela está totalmente contextualizada na sacristia de uma igreja, naquilo que ela representa como esperança das pessoas no futuro. Então acho que a gente tem que propor novas formas de museu, museu que vá ao encontro social, do homem, mas também temos que nos perguntar se os ecomuseus serão a fórmula ideal. Por exemplo, hoje de manhã, nós vimos a solução fantástica e eu tive a felicidade de participar do

projeto do ecomuseu de Itaipú, e realmente lá a gente sente que há uma concretização de uma idéia de ecomuseu, embora a gente saiba que tudo está em ebulição, tudo está em transformação.

Esta transformação que o ecomuseu impõe é que é o grande desafio para o profissional de museus, além da sensibilidade, humildade e criatividade que ele tem que ter. Também tem que ter o termômetro da comunidade.

Tereza

Isto é fundamental, em qualquer trabalho com a comunidade. Os antropólogos, os cientista sociais, sabem que é fundamental que a gente conheça o ponto certo de equilíbrio, que domine a "técnica do termômetro". Sem isto, a gente não consegue nada.

Lourdes

Passaremos agora à contribuição de Maria Célia, que todos vocês também conhecem e que vem trazer as experiências dela, realizadas em Salvador.

Maria Célia Moura Santos

Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, eu agradeço ao convite do Sr. Secretário de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro, aos organizadores deste evento por ter a oportunidade de estar aqui discutindo com vocês, trocando experiências, e acho que o mais produtivo disto tudo é, com certeza, a motivação que teremos, a partir deste encontro, para a busca de um novo fazer.

Falar de ecomuseus, de princípios, de embasamentos da ecomuseologia significa conhecer um território, sua população, seus anseios, e, por isso eu trouxe inicialmente alguns *slides* de Salvador, para vocês, embora que rapidamente, tenham uma visão geral da realidade onde eu trabalho.

Vamos fazer aqui uma abordagem que é uma reflexão sobre a nossa atuação no próprio curso de museologia da Universidade Federal da Bahia. Uma análise mostrando como houve uma evolução no pensar deste

curso, nas disciplinas propostas no seu currículo, onde houve coincidências com a proposta da ecomuseologia e como nós chegamos a este estágio. Por favor, você podia projetar os *slides*?

Aqui temos uma visão panorâmica da cidade de Salvador. Quero mostrar a vocês uma cidade onde há contrastes entre o velho e o novo, onde há todo um fazer cultural palpitante e crescente. Os *slides* estão um pouco escuro, mas esta é uma visão do Pelourinho, esta é uma visão da nossa área mais moderna da cidade que é todo um crescimento com propostas arquitetônicas arrojadas. Há este contraste - uma cidade colonial com uma cidade nova que está a cada momento surgindo em Salvador. Nesta realidade, foi criado em 1970 o curso de museologia na Universidade Federal da Bahia. Este curso, no seu início... dei até um tópico aqui ao meu texto que é "Uma análise do fazer tecnicista deste curso, a busca do desenvolvimento e da transformação social". No seu início, o curso de museologia, nas suas disciplinas, trazia uma carga muito grande de disciplina na área de artes e história, que não eram outra coisa senão uma interpretação daquela visão que se tinha de preservação de patrimônio, voltada muito mais para as construções de um patrimônio dito "patrimônio de pedra e cal". Não havia naquele momento uma discussão e nem havia nenhuma ação que apontasse para uma preservação de cunho mais antropológico e social. Foi neste curso de museologia que tivemos a nossa formação de museólogos. Começamos a ensinar no curso de museologia da Universidade Federal da Bahia e, desde os primeiros momentos, alguma coisa que nos inquietava muito era a necessidade que a gente sentia de tornar aquele patrimônio dos museus e da cidade útil à sociedade. Começamos então trabalhando vinculados à área da educação, porque achávamos que talvez fosse este o caminho mais adequado para tornarmos aquelas coleções que estavam lá no museu, o patrimônio geral da cidade, útil à sociedade, trabalhando com professores e alunos do primeiro e segundo graus. Todo

o nosso trabalho, até o presente momento, tem sido construído com a participação de professores de primeiro e segundo graus, estagiários do curso de museologia e professores do curso de museologia.

Começamos atuando no Museu de Arte Sacra, da Universidade Federal da Bahia (esta é uma visão do centro histórico da cidade) e neste museu desenvolvemos ações educativas com os professores e alunos. Apesar de naquela época já estarmos preocupados com uma necessidade de uma contextualização das coleções, dos objetos, não havia ainda uma preocupação em relacionar aquele acervo com a realidade no presente. Não havia uma preocupação naquele momento ainda em refletir com professores e alunos (aí uma visão do Museu de Arte Sacra da Universidade) no sentido de entender aquele passado relacionado com a vida dos alunos como um indicador para um entendimento e depois transformação da sua realidade. Paralela a estas ações que íamos desenvolvendo no Museu de Arte Sacra, começou a haver internamente no curso de museologia, toda uma discussão sobre o seu currículo. E estas discussões vieram não de forma isolada, nós estamos desde o início funcionando em uma Escola de Filosofia e Ciências Humanas, no início havia disciplinas de filosofia, sociologia e antropologia, mas não havia uma preocupação de relacionar estes conteúdos com a técnica museológica que era aplicada e começamos então a refletir sobre isto. Como a antropologia, a sociologia veio a contribuir para o entendimento de que havia uma pluralidade cultural, que nós tínhamos que trabalhar com uma visão de patrimônio muito mais abrangente. Que a sociedade tinha as suas contradições e que estas contradições tinham que estar refletidas nos acervos que nós estávamos preservando. E estas discussões internas foram crescendo e conseqüentemente tivemos uma reforma do currículo, onde se colocou disciplinas com uma visão muito mais antropológica e social, do que aquela visão de patrimônio, aquela visão estética, aquela visão da história, sobretudo da oficial.

Em decorrência disto, começamos a desenvolver em 1983, que foi um ano marcante para o curso de museologia, um trabalho em um colégio do centro histórico de Salvador, e, um dado interessante para analisarmos aqui no momento em que estamos pensando em realizar uma proposta de ecomuseu no Rio de Janeiro, e relacionando a pergunta que a Fernanda fez de manhã, de como ir para a comunidade e mostrar a ela este caminho, de como as pessoas podem encontrar este caminho, o que evidenciamos no centro histórico de Salvador foi o seguinte: Partimos para um colégio situado no centro histórico, havíamos acabado de montar o Museu de Arqueologia e Antropologia da Universidade Federal da Bahia e queríamos trabalhar com alunos e professores aquela coleção que estava lá no museu recém-inaugurado. E para surpresa nossa, a resposta e o incentivo, a busca, a construção de todo um novo fazer no curso de museologia vieram dos próprios alunos, da própria comunidade com a qual a gente foi trabalhar. Eles disseram que não queriam naquele momento trabalhar o museu de arqueologia, que queriam conhecer o Pelourinho, a realidade onde viviam e porque aquele bairro era importante, porque aqueles prédios eram preservados, porque as pessoas de fora iam para lá com máquina fotográfica, e eles já estavam estudando ali, já estavam na 7ª série e em nenhum momento, em nenhum conteúdo de suas disciplinas, alguém tinha abordado ou feito uma reflexão com eles sobre aquela realidade. E esta foi a grande virada do curso de museologia. A partir daí, montamos todo um projeto onde começamos a trabalhar uma abrangência cultural imensa, o fazer cotidiano da vida no Pelourinho, o vendedor ambulante daquela área, a baiana do acarajé, o engraxate, o fotógrafo lambe-lambe, enfim, avançamos inclusive metodológica e teoricamente nas reflexões internas do curso de museologia, porque este foi o incentivo que foi dado pela própria comunidade com quem nós estávamos dispostos a trabalhar. E daí passamos dois anos trabalhando com esta comunidade no bairro

do Pelourinho. A partir da 6ª série, envolvemos toda a comunidade local, trabalhamos em seguida com a área do Terreiro de Jesus, que é uma área de um fazer cultural imenso, montamos uma exposição na praça com a participação da comunidade e dos alunos e posteriormente fomos trabalhar no bairro do Rio Vermelho com uma outra escola de 1º e 2º graus, a convite já da Secretaria de Educação.

Fomos trabalhar com o Colégio Eurícles de Mattos, situado neste bairro, trabalhando toda a história social local, vinculando todo este conteúdo ao fazer cotidiano da Escola, às diversas disciplinas, planejando com os diversos coordenadores de áreas, com os professores, e tivemos esta experiência publicada em um livro.

Eu trouxe alguns exemplares, são poucos, mas talvez a gente possa fazer um sorteio e as pessoas interessadas também podem me procurar.

Esta vinda minha ao Rio de Janeiro fez com que eu refletisse um pouco sobre a relação que existe entre este nosso trabalho na Cidade de Salvador e a proposta da ecomuseologia. Queria que você projetasse a primeira transparência. É uma proposta que tem como objetivo, primeiro, trabalhar a formação do cidadão através do processo educacional e que está relacionado em vários aspectos com alguns princípios da ecomuseologia. Vamos ver até onde avançamos. É interessante observar que não houve nenhum momento, desde que começamos este trabalho, em que se fizesse um mapeamento com o modelo de museologia. Não era a preocupação nossa trabalhar a museologia ou uma proposta de museologia, o que queríamos e o que buscávamos era uma museologia comprometida com o desenvolvimento social, onde o cidadão tivesse condições de ver e interpretar a sua realidade, transformando-a.

O primeiro item que vocês estão vendo ali, a letra A, seria o ponto de aproximação, o entendimento de que a cultura é um processo social de produção, ao invés de um ato espiritual, expressivo ou criativo. Este

tem sido um ponto básico de reflexão no nosso trabalho.

Segundo. A utilização da memória coletiva com referencial básico para o entendimento e transformação da realidade. Não uma preservação saudosista, não o entendimento e a preservação do passado para que as pessoas apreciem simplesmente o monumento que está preservado e não entendam como ele pode fazer esta ponte entre passado e presente para modificar a sua realidade e a sua qualidade de vida.

A atuação em um território. Temos trabalhado em várias áreas da Cidade de Salvador planejando e executando ações conjuntas com as comunidades, levando-se em consideração os seus anseios e suas possibilidades, estimulando a encontrar os seus meios e seus fins. Todos os projetos são trabalhados em conjunto, temos utilizado teórica e metodologicamente a proposta da pesquisa-ação, que, até o momento, é a que considero mais adequada para um trabalho neste nível, então os projetos surgem das reflexões com o grupo que nós estamos trabalhando.

Letra D. Utilização da memória preservada contribuindo para a formação do cidadão. Esta é uma questão séria que a gente tem que discutir. Ainda hoje no almoço estávamos discutindo com a Lourdes como a gente investe no patrimônio e o cidadão desconhece o significado deste patrimônio, não sabe porque preservá-lo, é uma preservação paternalista, imposta de cima para baixo e depois a gente ainda exige que a comunidade preserve aquele patrimônio. A proposta é trabalhar o cidadão para que ele se aproprie do seu patrimônio, reconheça neste patrimônio um referencial de sua identidade e que esteja constantemente analisando esta relação passado-presente, fazendo esta ponte com seu fazer cotidiano. Depois contribuir para a apropriação e reapropriação do patrimônio, e para que a identidade seja vivida na pluralidade e na ruptura, sem aquela visão saudosista de preservação do patrimônio.

Na letra F temos o desenvolvimento de ações museológicas, considerando como ponto de partida a prática social e não as coleções. Estamos nos afastando dos objetos e nos aproximando cada vez mais da vida que está acontecendo no dia a dia, fora dos espaços dos museus tradicionais.

Execução de atividades onde a relação homem-natureza se dá de forma integrada e se completam reciprocamente. Por exemplo, no trabalho que desenvolvemos no bairro do Rio Vermelho houve toda uma reflexão com os estudantes e os professores sobre esta relação entre o meio ambiente-natural, o meio-ambiente cultural, o reconhecimento de que aquele meio-ambiente natural estava contribuindo para o fazer cultural do cidadão e a necessidade de preservação daquele ambiente natural onde o homem faz parte como um todo integrado e não dissociado.

Letra H. Consciência da necessidade de uma nova postura ideológica comprometida com a transformação e com o desenvolvimento social.

O item seguinte seria contribuir para que o cidadão, desde sua formação básica possa ver e compreender a realidade, expressar a realidade, expressar-se e transformar a realidade.

No momento presente, estamos com uma nova proposta de ação. Pretendemos trabalhar com este colégio, que é o Colégio Nonato Júnior, situado no bairro de Itapuã, na Cidade de Salvador. Por que este colégio foi escolhido? Porque durante este período todo que estamos trabalhando com a área da educação, percebemos que é de fundamental importância trabalhar a formação do professor para que ele seja um agente ativo neste processo, porque, geralmente quando a gente busca a escola para trabalhar, o professor não recebeu na sua formação nenhum indicador, nenhuma reflexão a respeito do que seja o patrimônio, da necessidade de se utilizar o patrimônio e a história local nas suas disciplinas e como fazer isto.

Esta escola tem um curso de magistério, atualmente existem quase 390 alunos matriculados no curso do magistério e pretendemos trabalhar do 1º ao 3º ano do magistério e também a escola possui o 1º grau e nós gostaríamos de fazer uma ponte entre os professores e o curso do magistério e os demais professores e alunos do 1º grau.

Vocês vão ver rapidamente agora algumas imagens do bairro de Itapuã, onde pretendemos trabalhar. É um bairro de uma riqueza natural e cultural imensas. Era um bairro de veraneio e hoje há já toda uma problemática de invasão dos espaços. A Lagoa do Abaeté está situada aí e há uma questão séria com as imobiliárias que estão invadindo este patrimônio natural e tudo isto pretendemos trabalhar no fazer do dia a dia da escola, utilizando-a para aproximar a comunidade e refletir com esta comunidade, pois a proposta é instalarmos em Itapuã um museu didático comunitário, para que a comunidade local e os professores continuem trabalhando.

É uma área de pescadores. Aqui, como estão vendo, é o jogo de dominó na praia, as pessoas jogam todos os dias. Isto não acontece só no domingo, todos os dias, em qualquer intervalo, as pessoas vão jogar o dominó.

A igrejinha local.

A feira local, que é de uma plasticidade, de uma riqueza cultural imensa.

O artesanato vendido na feira.

Frutas regionais.

A Lagoa do Abaeté.

As dunas da Lagoa do Abaeté. Vocês estão vendo aqui casas construídas. Há uma invasão nesta área aí. E é uma luta dos grupos que trabalham com ecologia fazer com que se dê um tratamento mais adequado a esta região da Lagoa do Abaeté.

Uma baiana da área da Lagoa do Abaeté.

Isto é uma coisa interessantíssima. É uma senhora que tem uma barraca lá na Lagoa do Abaeté e que ven-

de a cachaça com raízes e que vende também uma cachaça que tem gosto de cobra. Isto é uma cobra coral que fica em infusão na cachaça e as pessoas tomam a cachaça porque acreditam que, ao tomá-la, se forem mordidos pela cobra estarão imunes, não receberão na sua circulação sangüínea o veneno da cobra. Ela está mostrando a cobra dentro da garrafa.

Agora eu queria que você projetasse a outra transparência. Pretendemos trabalhar todo este fazer cultural no bairro de Itapuã. Isto, à nível do curso de museologia, vai trazer também uma série de transformações e vai fazer com que o estudante de museologia... Infelizmente, a museologia praticada é ligada ao modelo de museu tradicional e quando abordamos na sala de aula com estudantes de museologia uma nova proposta comprometida com este desenvolvimento social, com esta nova abrangência de patrimônio, é difícil para que o aluno entenda como se dá este processo. Então, nestes projetos, temos conseguido construir na prática esta transformação. E a continuidade deste projeto é para fazer com que o curso de museologia, a Universidade da Bahia, possa dar prosseguimento a esta nossa proposta e os alunos possam vivenciar na prática a construção de um novo modelo de museologia. Pretendemos, com este projeto, partir da prática social local, do bairro de Itapuã, a relação desta prática social com a escola, com a comunidade, com o patrimônio, buscando uma aproximação e uma apropriação do patrimônio pela comunidade, uma troca ali da relação da escola com a comunidade e a apropriação do patrimônio, buscando a construção de uma nova prática social. Não é fazer com que o bairro de Itapuã pare no tempo e no espaço de uma forma saudosista, mas é fazer com que a comunidade, com seus alunos, com seus moradores, reflitam sobre a sua identidade cultural, com estas transformações têm se dado, se estas transformações são necessárias ou não para que haja uma transformação, se for o caso, consciente por parte

da população. Então estamos trabalhando neste momento com esta proposta.

Vou ler rapidamente o final do texto que escrevi para apresentar para vocês que é o seguinte: "Acreditamos que o que mais nos aproxima da ecomuseologia, é a consciência de que é necessário ter uma nova postura museológica comprometida com a transformação e com o desenvolvimento social, considerando a relação-homem natureza como uma relação de integração, onde homem e natureza se completam reciprocamente. Temos a consciência de que é preciso buscar no nosso dia a dia, com a participação dos diversos segmentos da sociedade, a identificação do nosso território, da nossa população, dos seus interesses, da sua relação com o patrimônio natural e cultural e conjuntamente construirmos a museologia que se faz com a vida e não simplesmente com os objetos.

O fundamental, no nosso entender, é a maturidade para encontrar nos referenciais apontados pela ecomuseologia e possíveis de serem aplicados em nossa realidade, com a devida redução social, as possibilidades de crescimento e de transformação.

Todos eles, na maioria das vezes, impostos à sociedade, para demonstrar prestígio político, sendo projetados em muitas conformidades com os valores alheios à nossa realidade, traduzindo, em submissão às formas estranhas, as nossas especificidades culturais, servindo muito adequadamente como ponto de afirmação dos interesses de uma classe dominante . Obrigada.

Lourdes

Acho que os assuntos estão crescendo, se acelerando. Acho que o ponto levantado por Maria Célia é muito importante, está diretamente ligado à nossa preocupação na formação de profissionais, na formação dos profissionais ligados à museologia que vão trabalhar quer no museu "comum", quer nas novas formas de museus, só isto dava um seminário. E aqui eu deixaria uma idéia, quem sabe a Uni-Rio, representada

aqui por Tereza Scheiner depois não se interessaria em fazer um *pool* de instituições e a gente faria um seminário, que o secretário que entendeu tão bem a nossa situação de discutir museologia então apoie uma idéia dessas, inclusive porque a universidade está vinculada à Cidade do Rio de Janeiro.

Tereza

Só para não ficar no ar esta coisa da Uni-Rio. Esta é uma idéia antiga, em 1982 começamos a propor uma série de reuniões de docentes entre universidades que trabalham com museologia para discutir a questão curricular. Até hoje isto não se realizou, não sei porque, mas é uma idéia antiga. Tem dez anos.

Lourdes

Acho que todas as Escolas de Museologia devem entrar neste *pool* de pensamento, porque não é mais a questão do currículo da Uni-Rio, do currículo da Bahia, é um currículo de todos, como tão bem levantou aqui a Gabriela, da preocupação dela, da falta de maior número de profissionais presentes. Acho que é realmente a partir da construção desta idéia do profissional, da valorização no bom sentido do nosso papel na sociedade, é que a gente vai fazer com que o governo, o Estado, entendam realmente aquilo que a gente pode trazer de contribuição palpável. Acho que esta concretização daquilo que o profissional de museu pode trazer para a população é uma coisa incomensurável, principalmente no campo da educação e da comunicação, como temos visto hoje aqui. Então vou passar a palavra ao Ulpiano Bezerra de Menezes, Diretor do Museu Paulista da USP.

Ulpiano Bezerra de Menezes

Eu ouvi com muita atenção e proveito as três exposições que precederam a minha e basicamente endosso, por exemplo, toda a problemática do enquadramento da História que foi apresentada pela Eliana, as bases conceituais e metodológicas - excelentes - na formação do conceito de ecomuseu, da Tereza Scheiner e esta experiência baiana, cheia de vitalidade que a Maria Célia apresentou. O que vou fazer é um pouco diferente, embora umbricado no que foi dito, porque preferirei dar atenção aos aspectos problemáticos, seja do ecomuseu, seja sobretudo do tema que foi formulado para este painel, que na sua própria formulação já traz embutido um problema, que me parece que deva ser apontado - a guarda da memória coletiva. Portanto, na perspectiva do historiador, embora no museu tenha encontrado o espaço mais amplo e eu diria até mesmo de criação e de socialização do meu trabalho, é como historiador que desenvolverei estas questões, tentando chamar a atenção para aqueles possíveis desvios que a formulação inadequada, incompleta de certos conceitos do campo das ciências sociais podem acarretar na prática museológica. Portanto, eu gostaria que depois de apresentar um referencial para que a minha exposição, seja situada relativo à propria questão de ecomuseu.

Diria duas ou três coisas sobre o conceito de comunidade, sobre todos os aspectos problemáticos do conceito de comunidade, e finalmente de memória, que é o tema básico desta sessão, realçando, em especial, quatro questões. A primeira é a própria questão de guarda, de possibilidade de guarda de uma memória; a segunda, a relação passado-presente no campo da memória; a terceira, a problemática da passagem da memória individual para a memória coletiva e para a memória nacional que não vai nos interessar tanto aqui, mas sobretudo estas transferências de memória que são uns dos aspectos da mal conhecida fisiologia da memória; em último lugar, levantaria a questão da amnésia social, como sendo um dos aspectos negativos da memória, mas também como um dos aspectos que devem ser objeto de trabalho relativo à memória. Portanto, também será necessário que se dê *status* de cidadania à memória de esquecimento.

A primeira premissa diz respeito a ecomuseu. O meu referencial não é só aquele filão que geneticamente nos remete ao modelo francês, desenvolvido, por exemplo, a partir das propostas de Hughe de Varine, mas também a partir de uma série de experiências que poderiam ser colocadas em um mesmo nível de consideração, embora apresentem diferenças formais consideráveis, mas que, em um certo aspecto relativo em especial aos objetivos e ao campo de operação, são semelhantes, não idênticas, mas semelhantes, como é o caso de certas experiências na área do patrimônio cultural, principalmente na área do patrimônio ambiental urbano em cidades européias, em especial, cidades italianas, e também com um certo tipo dos chamados *village museums*, nos Estados Unidos, em especial aqueles que não estão preocupados tanto com o problema do espetáculo, mas justamente com este problema de vitalização da vida corrente, especificamente, da sua transformação. Há algo a ser oferecido a um consumo externo, mas há um enriquecimento interno do próprio cotidiano.

Neste quadro geral, vejo duas chaves que são fundamentais, a primeira é a consideração do território com sendo foco de atenção. E agora eu gostaria de chamar a brasa para a minha sardinha, da especialização daquilo que se chama *cultura material*. A cultura material trata de coisas materiais como suporte, entretanto do que elas representam na produção e reprodução do que se chama de social. Isto é, na organização da sociedade e nas formas pelas quais esta sociedade consegue se reproduzir. Portanto, embora a cultura material, como o próprio nome indica, utilize um referencial material, isto não equivale a materialismo, porque são precisamente os problemas de organização social, coisa absolutamente imaterial, que constituem o seu objetivo último de atenção.

Acho que o domínio do museu é e continua sendo o da cultura material, mas nesta perspectiva. Portanto não se trata absolutamente de reificar as coisas, que

podem ser reificadas tanto quanto os comportamentos e as atitudes, desde que elas saiam daquele âmbito em que elas efetivamente ocorrem, que é o das relações sociais que ganham autonomia e aquilo qe deveria se passar entre os homens parece que se passa entre as coisas ou entre as atitudes automizadas.

Portanto eu gostaria de estabelecer o território do ecomuseu como coisa material sim, coisa material complexa, uma das unidades mais complexas da cultura material, porque naturalmente envolve todos os sistemas de natureza sócio-cultural e natural. Mas são coisas materiais e não é possível escapar desta materialidade, inclusive porque não há nenhum domínio da vida biológica, psíquica e social que escape às coisas materiais. Portanto, como estamos imersos em um mundo de coisas materiais, acho bom que a gente tenha consciência disto e que saiba exatamente o que estas coisas representam como produtos e vetores de relações sociais, porque é nestas coisas materiais que temos o tipo de sociedade em que vivemos. E o projeto de sociedade que se pode ter não pode deixar de passar pelas coisas materiais. Por isto eu insisto em que é preciso que efetivamente o museu se compenetre de que é um dos campos mais extraordinários em que ele pode atuar, este que é o da cultura material, que envolve portanto uma faixa enorme de questões não-materiais, mas cujo caminho é aberto pelo estudo da materialidade das coisas físicas.

O segundo eixo, a segunda chave desta conceituação do meu referencial de ecomuseu é a noção de acervo operacional, isto é, para dar inteligibilidade a este foco que é o território, o acervo, isto é, tudo aquilo que é manipulado pelo museu, é de uma natureza muito mais ampla do que a do museu aqui chamado de tradicional. Isto abre uma série de perspectivas de natureza operacional, de natureza institucional, todas as formas de descentralização que são extremamente benéficas, mas é claro que isto pode incorrer em uma série de desvios quando se coloca o problema do conhecimento.

Porque ainda que a metodologia da observação participante seja fundamental, no caso, ela não esgota toda a necessidade de conhecimento. É necessário, portanto, que haja aquelas desmontagens da vida real para que o conhecimento se aprofunde. Isto é, a observação participante não dá conta de todo o conhecimento do real, é necessário, portanto, que ele seja desmontado nas suas diversas unidades, isto significa uma atividade documental que é indispensável. Inclusive quando, como no caso da cultura material, não é a materialidade das coisas, mas a vida que importa efetivamente. É claro que não estou reduzindo as funções do museu ao problema do conhecimento, mas não gostaria também que este campo fosse excluído, sem contar que, ao menos do ponto de vista dos historiadores e dos responsáveis, este conhecimento for falho, toda a boa-vontade vai ser inútil, contraproducente.

De maneira que, embora se deva reconhecer que o museu serve ao devaneio, ao sonho, ao deleite, à toda a atividade lúdica que constitui forma de enriquecimento da experiência humana, não vejo porque se excluiria o campo do conhecimento das possibilidades que o museu permite.

Nesta perspectiva, eu vejo com um certo receio objetivos tão amplos apresentados para o ecomuseu, por exemplo, no folheto de apresentação com que me foi comunicado este convite, que aliás me honra muito, e que faz do ecomuseu a forma absoluta, prioritária, exclusiva quase, de culturalização da vida corrente. Voltarei mais adiante a este problema, porque nesta perspectiva, me parece que o objetivo último do ecomuseu seria deixar de existir. À medida que toda a vida estivesse a tal ponto culturalizada, que seus valores culturais estivessem a tal ponto explicitados, seria desnecessária qualquer forma de conscientização para que esta consciência ainda se aprofundasse. É o que dizia Mondrian a respeito da arte, que não é exatamente o nosso campo mas que faz parte dele, que o dia em que a vida tiver equilíbrio a arte será desnecessária. É em

uma perspectiva semelhante a esta em que eu vi colocado o ecomuseu, isto é, ele é a tal ponto abrangente que a sua vocação utópica seria deixar de existir, porque então todo o espaço do trabalho, todo o cotidiano estariam suficientemente penetrados de valores culturais que não seria necessária uma organização de atividades para que isto viesse a existir.

A primeira noção problemática que acho que vale a pena apontar, no seu aspecto problemático é a de comunidade, exatamente porque o ecomuseu se apresenta como sendo o museu da comunidade, pela a comunidade, para a comunidade. Mas eu me pergunto o que é comunidade. Na ótica do cientista social este conceito é extremamente complexo e não bate com aquilo que normalmente consta do uso corrente desta palavra na museologia, porque não responde nem a um critério de proximidade espacial, proximidade física, que a meu ver teria que começar com os próprios funcionários do museu - seriam estes a comunidade imediata que se ampliaria por todos aqueles beneficiários, mas também, às vezes, há noções que levam a crer que este conceito seria o de grupo social imediato ou de grupo politizado, mas seja como for, a indefinição do conceito pressupõe sempre uma homogeneidade. Fala-se da comunidade como se isto fosse uma coisa homogênea. É claro que esta homogeneidade existe nas sociedades de cunho dito precisamente comunitário. Mas estas sociedades são caracterizadas por terem um maior número de indivíduos em uma relação face a face e cotidiana, isto é, em uma relação habitual que dispensa qualquer intermediação da comunicação, e portanto, neste tipo de sociedade, por exemplo, as sociedades tribais, sendo dispensáveis estas formas de comunicação que, pelo contrário, caracterizam as sociedades complexas como a nossa, que são por excelência sociedades intermediadas, compartimentadas e que por isso mesmo exigem instrumentos de articulação múltiplos, nestas sociedades, é claro que existe uma partilha de valores comuns, existe um saber que tam-

bem é compartilhado. Estes valores penetram todos os níveis e vãos da vida social, de maneira que há uma integridade e uma eficácia na vida social e nos seus recursos, como por exemplo aqueles que nós chamamos de culturais, que são impensáveis nas demais sociedades. Este aspecto de homogeneidade me parece absolutamente inadequado quando se trata de uma sociedade não só compartimentada como a nossa, mas que se fundamenta na compartimentação, que é a sociedade de classes. Onde fica o conflito? O que significa falar em vontade da comunidade? E como se mede esta vontade? Em geral por processos de pesquisa de opinião que são absolutamente inadequados para tanto.

As ciências sociais envolvem certas formas de apreensão do que a psicologia social chama de representações sociais. Estas sim, poderão trazer alguma matéria prima mais sólida e confiável. Mas, em geral, quando se fala em vontade da comunidade, é algo que me parece altamente problemático, porque parte de uma noção problemática de comunidade, em que se vê esta articulação nas estruturas sociais onde se deixa de considerar que, por mais isolado que pareça um grupo, ele faz parte de uma sociedade na qual ele se insere e da qual depende inclusive na forma de relações assimétricas, na forma de relações de dependência, que se exercem entre estes dois domínios.

Finalmente eu passo à segunda questão para levantar também alguns aspectos problemáticos da questão da memória. Começaria pelo problema que já está presente no próprio título deste painel que é *A guarda da memória coletiva*. O que é guarda da memória? Logo se pensa em um conceito de conhecimento e de experiência. E é muito freqüente que se passe deste processo, que é imateiral, para os seus produtos materiais. Então quando se fala da memória de uma coletividade, de um partido, de uma família, de uma indústria, de uma cidade, imediatamente se pensa naqueles suportes materiais que são mobilizados por estes grupos para estes processos de retenção, o que facilmente pode

cair na reificação que já foi mencionada anteriormente. E que aquilo que é próprio das relações entre os homens, vai se atribuir às coisas como se elas estivessem valores intrínsecos. As coisas não tem atributos que não sejam físicos ou químicos, não há atributos estéticos que sejam imanentes aos objetos. Todos os valores são valores atribuídos; portanto, é preciso entender a sociedade que os produz, armazena, consome, recicla e resgata. Mas nesta perspectiva, a memória é vista como sendo algo pronto, algo acabado, algo que foi produzido e acabado no passado e que cumpre agora transportar para o presente. Ao mesmo tempo é algo também que se corre o risco de se desgastar, alguma coisa friável, e que, pela ação abrasiva do tempo e de outras ameaças, precisa ser preservada e, eventualmente, precisa ser até restaurada na sua integridade original. Ela também pode ser aprisionada pelo esquecimento, ela se enreda em caminhos que não conduzem ao presente, daí a necessidade do resgate. Resgate é coisa de bombeiro. Resgata-se a criança que caiu no poço e não consegue subir, resgata-se o gatinho que está perdido no alto da árvore, mas não se pode resgatar a memória, porque ela é um processo e assim está em constante elaboração e reelaboração. Não existe alguma coisa de definido, como inclusive é o próprio conceito psicanalítico de memória e do processo clínico, em que a memória, por estar reprimida, produz fenômenos patogênicos e que precisa, portanto, ser trazida à superfície, como uma escavação arqueológica. Esta perspectiva não convém à história, não convém ao entendimento das práticas sociais.

Mas a memória não é um conjunto de vetores de coisas materiais, de suportes das rememorações, e nem este pacote de recordações já pronto e que eu simplesmente devo ou recuperar ou proteger. Ela é este processo permanente de construção e reconstrução. Ela está em movimento constante.

É nesta perspectiva que preciso entender certas implicações do segundo ponto que selecionei - as rela-

ções entre passado e presente. Esta elaboração e reelaboração da memória se fazem no presente. A memória é fabricada no presente. A memória não é algo que do passado se traga para o presente. A memória diz respeito às necessidades do presente e por isto mesmo se elabora no presente. Portanto, toda memória é uma construção e toda a memória tem a vida que a dinâmica social lhe impõe. A memória interessa ao presente do homem. A memória não tem no passado o seu campo vital, mas é a memória inclusive que, através do passado, permite que se dê inteligibilidade à trajetória humana. O passado é necessário, não porque seja a matriz da memória, mas porque é ele que é capaz de permitir que o homem entenda que é um ser histórico, e, portanto, em mudança, e mais ainda, que é ele que se muda a si próprio dentro das contigências a que ele está submetido. É bom que nos convençamos que a memória não dá conta do passado. Este é um aspecto fundamental que os historiadores já descobriram. Não só a história dos historiadores vai muito além da soma de todas as memórias vivenciadas, mas, além disso, é necessário que, para que o conhecimento se produza, haja o distanciamento que a memória não traz. A memória diz respeito ao aqui e agora, e não ao passado. Se eu quiser reconhecer a memória, ativá-la ou revitalizar a memória de uma comunidade, é bom que eu saiba do que se trata.

O terceiro problema diz respeito às passagens da memória individual, coletiva e nacional, se bem que a nacional não nos interessa aqui. Memória individual também, apesar do seu interesse específico, só vai importar na medida que é socializada, isto é, a memória individual exige um interlocutor, e talvez aqui se tenha uma pista para um papel fundamental que deve ter um ecomuseu ou um museu em geral com relação à memória, é este papel de interlocutor. Exatamente na medida em que uma parcela considerável da memória é a memória latente, isto é, é memória que está em hibernação, que dormita e que, no entanto, através da

interlocução pode vir à tona. Esta memória que é despertada por interlocutor ativo, não por interlocutor passivo, que talvez nos dê alguma pista de um papel que seja conveniente ao ecomuseu. Eu gostaria sobretudo de falar da memória coletiva, porque ela é um sistema organizado de lembranças que tem como suporte não tanto um grupo social espacial e temporalmente organizado, mas sobretudo, rede de interações. É em redes de interações que se tem o suporte da memória. Portanto, quando eu quizer localizar uma certa memória, eu tenho que localizar as redes de interações e sobretudo a sua imbricação em sistemas de comunicação. Não se pode esquecer que em uma sociedade de massas, de comunicação de massas, e em uma sociedade da indústria cultural, este problema fica extremamente complexo, de maneira que a recuperação ou a revitalização da memória de uma comunidade não pode ignorar esta heterogeneidade. Por outro lado, é bom não esquecer que esta memória de grupos, estes sistemas que se organizam a partir destas redes de interação não são expontâneos, são fabricados. Toda memória, portanto, é um construto e precisa ser continuamente reavivada. Nesta perspectiva, veja que esta memória não mascara o conflito, pelo contrário, dá conta dele. Na memória coletiva tem que estar presente o conflito. A não ser que se trate de sociedades tribalizadas, que infelizmente só existem em reminiscências, em restos.

Finalmente, há um problema que estas diversas memórias colocam e que está muito mal resolvido nas ciências sociais, que é o problema destas transferências de memória. A transferência da memória individual, que é, por assim dizer, desnudada em público, que é socializada de uma forma em que há uma apropriação dos conteúdos individuais. A memória dos *souvenirs*, por exemplo, que é uma memória forjada de antemão, e não a memória do produtor, mas a memória do consumidor... Enfim, há uma série de questões que acho que deveriam ser discutidas e refletidas para que este obje-

to, memória, seja mais articulado ao que ele é, na realidade das ciências sociais.

Eu deveria fazer uma série de recomendações, mas como vi que esgotei o meu tempo, eventualmente se algumas das questões que me levantarem disserem respeito a estas recomendações, eu abordarei estes novos temas, senão, fico por aqui e agradeço a atenção com que me ouviram. Muito obrigado.

Lourdes

Muito obrigada, Ulpiano, por esta excelente colocação, tão útil para nós todos, que trabalhamos na área de museus e que esquecemos, ou muitas vezes não sabemos, o que a memória representa. Eu abriria agora espaço para as perguntas, lembrando que cada um terá um espaço de dez minutos entre a formulação e a resposta. Obrigada.

Gabriela Pantigoso

Acho que hoje de manhã não cheguei a me apresentar. Meu nome é Gabriela Pantigoso, sou museóloga e trabalho no Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural e na Universidade do Rio de Janeiro. Venho acompanhando há algum tempo já, e não gostaria nem de falar há quanto tempo, estas discussões e achei muito interessante as colocações agora da tarde. Mas, em determinados pontos, me parece que a coisa ficou um tanto desalinhavada. Por exemplo, as colocações feitas pela Eliana, que foram muito interessantes para nós, não chegaram a se relacionar em profundidade com aquilo que é a proposta ou o conceitual do ecomuseu. A Tereza, dentro do aspecto geral de suas colocações, me parece ter enfatizado o aspecto intramuros, o aspecto intracomunitário, foi isto ou eu estaria enganada? E isto também me parece não ter ficado bem explicado. Eu gostaria que você explicasse um pouquinho mais. Estou fazendo uma perguntinha para cada, não sei se vocês estão percebendo, mas é porque foram as coisas que me chamaram a atenção. E quanto à Maria Célia, é

uma questão do objeto em si. Neste ponto me coloco em uma posição bastante forte em relação ao nosso trabalho de museólogo. Não podemos pensar em um objeto que não seja a vida. O homem só sobrevive por causa do objeto, e este objeto tem que ser tratado como vida, evidentemente. E todas as expressões que você teria colocado inclusive um pouco de lado, não sei, gostaria que você explicasse, sobre as manifestações de arte, de estética e tudo mais. Quanto ao Ulpiano, realmente, todas as colocações feitas vêm de encontro a esta proposta do ecomuseu, sem dúvida, porque são estas questões que têm que ser solucionadas, que têm que ser aclaradas, e eu gostaria que ele me falasse um pouquinho mais exatamente do aspecto que ele deixou para o fim e que não falou, que são as recomendações. Acho que isto seria importante para nós.

Várzea

Para a Gabriela e para todos também. A nossa intensão ao organizar o evento era trazer pessoas que conhecessem diretamente o tema do ecomuseu, mas pessoas que conhecessem temas também que se relacionam com o do ecomuseu, como o da guarda que estamos falando. O ecomuseu guarda a memória coletiva também ou proporciona esta guarda. Então não era diretamente necessário que todas as pessoas conhecessem o ecomuseu, mas era importante que todas pudessem se referir com temas relacionados ou com o ecomuseu ou com aquilo que o ecomuseu acaba por fazer.

Tereza

Gabriela, não concordo inteiramente com você, quando você coloca que o ponto focal do que eu disse está em uma percepção do ecomuseu como interno ou externo. A minha intensão foi usar como ponto focal a pluralidade de formas do fenômeno museu, a necessidade de percepção por parte da sociedade de que o museu é plural e tentar, de uma certa maneira, (talvez eu

não tenha sido bem sucedida) colocar a questão da possibilidade de cada sociedade ter aquele museu que deseja. Algumas sociedades têm, outras não. Acho que cada sociedade tem que se questionar, se olhar no espelho e se perguntar que museu tem, que espelho tem de si mesma. O espelho apolíneo, que a representa de uma maneira idealiza, perfeita, como gostaria de ser, o espelho dionisíaco, que a mostra do jeito que é? Não sei se ficou claro, mas a minha intenção era esta, tocar esta questão. Não posiciono a questão do museu, nem teoricamente, nem na prática, de uma forma maniqueísta, colocando que o bom é o ecomuseu, o ruim é o museu tradicional. Longe de mim. Acho que todas as formas são absolutamente válidas. Talvez por falta de tempo me tenha faltado fazer uma observação sobre o fato de que a proposta do ecomuseu tem limites sérios, também. Mas quem já leu o livro "Memórias do social" do Henri Pierre Jeudi sabe e já percebeu quais são as limitações do ecomuseu. O ecomuseu não é o modelo salvacionista de museu, é mais uma proposta. E aí cada sociedade, no momento em que ela puder se pensar, se analisar, se perceber como ela realmente é, ela escolherá, se tiver capacidade para tal, os museus que quizer, no local e no tempo que lhe forem possíveis de ser criados. Só para terminar, faltaria dizer então que, na realidade, se a gente analisar os dois modelos, um em contraponto com o outro, a gente vai ver que o modelo do museu tradicional é mais limitado, fragmenta mais a realidade do que o ecomuseu. O ecomuseu procura analisar e trabalhar com a realidade de uma maneira mais holista mesmo, mas ele em si, de certa forma, também cristaliza a sociedade porque, se não cristalizarmos, é mais ou menos o que o Ulpiano estava tentando dizer, não é o museu, é a vida. Se formos avançar na filosofia do museu, vamos chegar à conclusão de que a vida é um museu. Acho que é esta questão que estaria em pauta para a gente discutir.

Eliana

Gabriela, eu imagino que o Arquivo da Cidade, com milhares de documentos a partir do ano de 1565, seja o suporte para as pesquisas que serão necessárias para a implantação do ecomuseu aqui no Rio de Janeiro. Temos, inclusive, a partir da primeira sesmaria, que foi a primeira divisão geográfica do Rio de Janeiro, esta planta se encontra conosco, e daí a história do Rio de Janeiro.

A história oficial, foi aquilo que eu coloquei. Mas acho que da história oficial pode-se tirar elementos muito importantes para o desenvolvimento, o estudo, uma análise mais aprofundada da sociedade que se formou a partir disto.

Maria Célia

Gabriela, quando falo do trabalho com a vida e não somente com os objetos, estou me referindo mais à concepção de museu voltada para o colecionismo, para uma dissociação entre meio e fim, onde os museólogos atuam sem se questionar para aquela técnica que ele está desempenhando. Acho que os cursos de museologia têm uma importância vital no sentido de refletir, de ver que sociedade é esta que estamos construindo, o que queremos, como registrar estas contradições desta sociedade, e não coletar e expor sem uma reflexão mais abrangente deste fazer técnico e para que este fazer técnico tem servido. Neste sentido, no meu texto eu coloquei uma citação de Paulo Freire, que acho muito própria para isto, antes da citação digo o seguinte, que "adotar esta postura metodológica, implica no nosso entender, assumir o nosso compromisso com os homens, não nos deixando escravizar pela técnica", como também nos chama à atenção Paulo Freire, "não posso burocratizar o meu compromisso de profissional, servindo em uma inversão dolosa de valores, mais aos meios do que ao homem, não posso me deixar seduzir pelas tentações míticas, entre elas, a da minha escravidão às técnicas, que sendo elaboradas pelos homens, são suas escravas, não suas senhoras". Até que ponto

não estamos conservando, preservando, armazenando, expondo para nós mesmos? É neste sentido que digo que temos que trabalhar com o homem para a vida e com a transformação da sociedade.

Ulpiano

Na minha escala de anotação, eu tinha recomendações para uns 15 minutos, mas não vou me utilizar ilegitimamente do tempo que me é concedido para uma resposta para fazer aquilo que comecei mal. Por isto, vou responder apenas a uma questão essencial do que me foi perguntado e que diz respeito ao próprio tema, ou pelo menos a como foi formulado o tema, em que se fala de ecomuseu e a guarda da memória nacional. Eu diria que a mais importante de todas as recomendações é que o museu não se transforme em guardião de seja lá qual for a memória. O museu opera no campo da memória, mas é bom que este campo seja visto na complexidade com que ele efetivamente se apresenta enquanto fenômeno social. Isto significa que é fundamental que ele seja compreendido como um campo de algo em construção, não algo, portanto, estático e pré-definido, como algo que inclui essencialmente o conflito e não apenas acessoriamente, não apenas por acaso. Mas do tipo de sociedade em que se vive, a memória tem que ser, por inferência das estruturas e das organizações sociais, uma memória do conflito, de maneira que aqui se criam então responsabilidades muito árduas para o museu, mas que eu acho também têm novas compensações. É importante que neste trabalho de operação sobre o campo da memória se inclua também o campo do esquecimento, inclusive, se a memória é correntemente definida como sendo aquele mecanismo de retenção, ela também pode ser entendida como o mecanismo oposto, de crivo, de seleção, portanto, de cancelamento. A memória também poderia ser conceituada como sendo um sistema programado de esquecimento, aliás, faz parte da condição humana esquecer.

E já dizia Jorge Luis Borges que o esquecimento é a condição necessária para o pensamento.

Ele deu mostras disto em um conto absolutamente extraordinário que se chama "Funes, o memorioso" em que um individuo, que era incapaz de esquecer, que acumulava sem possibilidade de reciclagem, muito menos de descarte, todas as experiências que tinha passado, todos os conhecimentos que tinha absorvido, progressivamente perdia, por isto mesmo, a sua condição de humanidade. Faz parte da condição de humanidade esta seleção, este crivo e portanto este descarte. Isto precisa estar presente neste campo operatório do museu. As memórias reprimidas, por exemplo, as memórias que os especialistas chamam de memória subterrânea, as memórias dos mascaramentos, as memórias das coisas ou atitudes tabus. Todo este aspecto deveria está presente, de maneira que eu aproveito para chamar a atenção para a necessidade que os museus têm também de respeitar a memória do esquecimento.

Maria Regina Mendonça Furtado de Matos

Fico feliz pelo fato do Ulpiano não ter sido contaminado pela amnésia, por que a minha pergunta era justamente sobre a questão da amnésia social, que a Gabriela lembrou nas recomendações, mas ele a tempo, me respondeu à questão da amnésia social, que implicitamente, podemos trabalhar o próprio conceito de cidadania que você indiretamente rastreou na sua resposta. Era só isto.

Lourdes

Mais alguma questão ou reflexão ou posicionamento? Faça o favor de se identificar, por gentileza.

Flávio Junqueira

Tenho título de museólogo, mas sou um museólogo que tenta se redimir. Mas a museologia me levou, embora não praticamente ao campo do museu, a outras atividades, inclusive ao magistério, onde eu tive a

oportunidade de me dedicar durante muito tempo ao folclore. Trago para vocês agora, um pedido de reflexão sobre uma semelhança que me parece existir entre o conceito, a idéia básica de ecomuseu e folclore. O folclore existe apesar dos pesares, e ele se transforma. Quando surgiu a noção de folclore, quando foi inventado o termo folclore, por Thompson, desde o início, todos aqueles que se dedicaram ao seu estudo lembraram que ele era dinâmico, o folclore não é simplesmente uma lembrança do passado. Ele não é apenas uma memória do passado, mas alguma coisa fruto da cultura popular, ou talvez uma materialização da cultura popular que se transforma constantemente, sem perder esta característica de ser cultura popular.

Muita coisa que ouvi aqui hoje me faz lembrar isto. Esta proximidade entre o folclore e o ecomuseu. Assim como o ecomuseu vai evoluir, ele não será uma organização estática, imutável, o folclore também evolui. Então me lembrei de trazer este ponto aqui, não para dar uma aula, que, para tanto, me faltam o engenho e a arte, mas para pedir que pensem sobre esta relação que pode existir, e na implantação e na decisão de implantação de um ecomuseu, nas considerações, nas pesquisas que devem ser feitas para a sua implantação até a materialização, tem muita coisa de folclore, muita coisa impalpável, muita coisa que não se pode segurar, e ao mesmo tempo me ocorre uma outra lembrança que eu trago aqui também. A maior lei que existe é a lei do equilíbrio. Do micro-cosmos ao macro-cosmos, faltando o equilíbrio, há uma desorganização. Quando temos uma idéia, quando gostamos de alguma coisa, costumamos nos apaixonar pela idéia ou por esta alguma coisa. E a paixão é um desequilíbrio. Acho que nestas considerações, inclusive em perguntas que foram feitas hoje na parte da manhã, cabe esta lembrança do folclore, como vou atingir a minha comunidade, sendo um membro seu, pensando, sentindo e agindo como tal. Como a comunidade vai se integrar no projeto? Da mesma forma, pensando, agindo e sentindo. Aí será possível a materialização do ecomuseu. Concordo com o Ulpiano. O material é importante, justamente porque lembra o imaterial e existe por causa do imaterial. A sede, ou chamar uma instalação central de ecomuseu é inadequado, mas para a pessoa que está tomando contato com isto, ela é a materialização da idéia. Se examinarmos o folclore e seus diversos aspectos, as diferentes manifestações culturais, vamos encontrar este ponto de semelhança. Então a minha intervenção foi só para lembrar isto, esta proximidade entre o folclore e o ecomuseu. Longe de mim a idéia de querer que o ecomuseu seja folclore.

Lourdes

O senhor pode está tranquilo que o folclore tem um grande espaço no ecomuseu. Há alguma pergunta a mais? Acho que vocês já estão cansados, então nós gostaríamos de terminar esta mesa fazendo uma reflexão que nos vem a partir de Stanislav Adotev, a quem Fernada se referiu hoje de mânha, e que está contida nas atas da 9ª Conferência Geral do ICON, que foi esta conferência marco da museologia universal, que é a de Paris, Grenoble, de 1971. Entre outras coisas ele diz: "A cultura é o desenvolvimento do homem, do homem assumido como ser humano. E como relacionar isto com ecomuseu, guardando esta cultura coletiva? Esta cultura humana assumida constitui a memória coletiva do homem que o ecomuseu vai guardar. Formada por elementos não só naturais e de seu desenvolvimento integrado. Considerando que a memória coletiva não é uma manifestação congelada, mas sim flexível, em constante transformação, o guardar da memória coletiva no ecomuseu deve se dar em uma dimensão maior, livre, se os preconceitos oriundos da musealização ou não, aberta ao diálogo e à análise crítica, onde o homem se sinta participante, apropriando-se do que lhe pertence. A guarda desta memória não deverá estar sujeita apenas às regras da coleta e conservação, mas principalmente deverá ser feita através da pesquisa e da

comunicação do seu significado interdisciplinar, dentro de uma ótica cultural, social e sensível, utilizando uma linguagem que seja compreendida pela própria comunidade, não só do ponto de vista regional, mas também dentro de uma visão maior, global, comunicação esta que leva o homem a se tornar consciente de sua identidade e responsável pela preservação de sua memória no presente, seu entedimento do passado e sua projeção para o futuro."

Então terminamos aqui a nossa reflexão reafirmando que no ecomuseu o diálogo é bem aberto, todos são iguais, todo mundo participa. Obrigado.

CAPÍTULO V

TEMA 3 - ECOMUSEU: A EXPERIÊNCIA EM PORTUGAL

DIA
20 de maio de 1992

HORA
09:30 horas

PALESTRANTE
Dr. Mário Moutinho
Professor Doutor em Museologia

COORDENADOR DOS DEBATES
Lourdes Rego Novaes
Presidente do Comitê Brasileiro do ICOM

Mário Moutinho

Não vou utilizar os quarenta minutos na exposição, o que permitirá, se houver alguns pontos a precisar, podermos fazê-lo. Esta é a razão pela qual vou ler. É uma tranqüilidade para mim próprio. E tenho este texto dividido em três partes, uma primeira parte é as raizes da ecomuseologia em Portugal, o contexto no qual ela se desenvolve; a segunda parte é uma descrição rápida de alguns projetos para situar o tipo de trabalho museológico que se faz nestes gêneros de museus; e por último, uma sobre o trabalho de reflexão que é feito sobre o nosso trabalho. Portanto vou começar a ler esta pequena intervenção.

Falar da ecomuseologia ou na renovação da museologia em Portugal obriga-nos a situar este processo no quadro das transformações políticas, sociais e econômicas, ligadas à revolução de 25 de abril de 74. Com o fim da ditadura e com a democratização em todos os aspectos da sociedade portuguesa, criou-se um ambiente favorável à participação, à criatividade, e, sobretudo, ao direito à palavra e à associação das pessoas.

O desenvolvimento do sociativismo manifestou-se na reorientação do corporativismo, do sindicalismo e das associações de defesa do patrimônio do ambiente, associações culturais e recreativas, associações locais de melhoramentos, associação dos desportos etc. Este movimento foi a expressão de uma consciência social e de um interesse evidente pelas questões do desenvolvimento local. Com o 25 de abril ficou claro que grandes setores da população estavam dispostos a assumir o controle do seu destino e dispostos, para tal, a organizarem-se. Paralelamente ao associativismo civil, assistiu-se também a um enorme desenvolvimento do poder autárquico que se traduz na participação, interesse e ação, em particular a nível de freguesia. À freguesia não sei o que corresponde precisamente aqui no Brasil, digamos que é a menor divisão administrativa, que corresponde a uma, duas ou três aldeias, a um território de às vezes 5 ou 10 Km de raio, portanto é a menor de todas. É aí que se sente um melhor empenho neste processo de revalorização das autarquias. É certo que o processo iniciado com o 25 de abril tenha sofrido algumas oposições por parte dos setores mais retrógrados da sociedade portuguesa, e que, passados 20 anos, o prazer da criação e da participação tenha contornos bem mais complexos. No entanto, quanto à centralização política, econômica e cultural são, na sua essência, resultantes da mudança da macroeconomia européia, julgo não errar ao pretender que a modernização do Portugal contemporânea está passando cada vez mais pela idéia de regionalização e é desta regionalização que saíram os ecomuseus e outras iniciativas museológicas que englobamos na idéia geral de museus locais. Assim, ecomuseologia e a nova museologia em geral podem e devem ser consideradas como aspectos das mudanças profundas da sociedade e não como por vezes se pretende, como expressões de uma museologia marginal ou em ruptura com o sistema.

O que mudou não foi a museologia, mas sim as condições de produção do trabalho museológico. Podemos dizer por agora que a nova museologia deve ser entendida como uns dos aspectos do novo modelo econômico que favoriza a pequena escala, que se opõe ao centralismo político e cultural e favoriza a valorização dos recursos humanos e físicos locais. É neste contexto que se pode compreender melhor os exemplos que vou referir e nos situarmos todos na década de 80.

Foi no Seixal que pudemos efetuar a primeira criação do ecomuseu em Portugal. Trata-se de um projeto da Câmara Municipal, a Câmara que corresponde à vossa Prefeitura, no qual o seu principal animador, Antônio Novaes, soube ligar a autarquia às coletividades locais e às indústrias navais. Atualmente, o ecomuseu criou uma rede de interpretação, apropriação cultural e valorização do Conselho, relançou a indústria naval da Madeira em todo o estuário do Tejo e pôs à disposição da comunidade o mais completo serviço cultural e turístico da margem sul.

Citando Antônio Novaes, "O ecomuseu do Seixal distribui-se por todo o território do Conselho, com a organização de vários núcleos que ajudam a compreender os vestígios materiais, históricos de maior interesse para garantir a identidade, principalmente das entidades econômicas que maior influência tiveram na vida cotidiana das populações locais, desde estações arqueológicas, romanas, estações tradicionais navais, portos, caixas, antigos moinhos de maré, fábricas, armazéns, bairros operários, fornos de cal, até as tintas, núcleos urbanos, históricos, embarcações típicas do Tejo, coretos, estaleiros etc. Na organização e funcionamento do ecomuseu destacam-se os seus objetivos principais - salvaguardar e valorizar o patrimônio cultural e natural do Conselho, em benefício da comunidade local, colocar à disposição da população local instrumentos culturais que ajudem a descobrir e a conhecer o Conselho do Seixal, real e histórico na multiplicidade dos seus aspectos geológicos, geográficos, paisagísticos, arqueológico, histórico, arquitetônico, econômico social, político, tecnológico, etnológico e religioso. O ecomuseu de Seixal se caracteriza por um conjunto de elementos que são como quase todos os

museus deste tipo, território que se identifica com a área do município, participação ativa da população, dos leigos e dos técnicos, memória coletiva, interdisciplinariedade, reutilização, assegurando a conservação do patrimônio, integrado no quadro econômico e social."

Em Mértola, pequena vila do interior alentejano, Cláudio Torres chegou realmente a uma sintonia com a Câmara Municipal, e partindo da riqueza arqueológica da vila, construiu um projeto de desenvolvimento que não só susteve a queda demográfica que se vinha manifestando há vários anos, como também se transformou no segundo empregador do Conselho. O campo arqueológico, a Associação de Defesa do Patrimônio e a própria Câmara Municipal desenvolveram programas que levaram à criação de cooperativas de produtores de mel, de tecelagem, ourivesaria, hotelaria, centro de restauro, centro de investigação arqueológica, à criação de vários núcleos museológico, e agora ao ecomuseu, em colaboração com as autarquias vizinhas do lado espanhol já que Mertola situa-se exatamente na fronteira entre Portugal e Espanha. Um outro exemplo ainda, Setubal, uma cidade a 50 Km ao sul de Lisboa. Aí Fernando Antônio Batista Pereira, Ana Duarte, Isabel Vitor, no quadro da Câmara Municipal, criaram uma instituição museológica, que tem vindo a desenvolver um importante trabalho que também tem ligação a associações de empresas, em um serviço que chamaria eu de identificação sócio-cultural. Trata-se de uma sociedade industrial, que viveu nos últimos dois anos uma devastadora crise de desemprego e salários em atraso, e que encontrou no trabalho museológico elementos estruturantes de uma memória operária capaz de contribuir com um posicionamento autônomo da população e passar por recuperação econômica que finalmente se vislumbra naquela área.

Dois casos agora que vou falar e que não dependem das próprias Câmaras. Vilarinho da Furna e Monte Redondo. Em relação à Vilarinho da Furna darei mais uma vez a palavra ao seu animador, Manuel Antunes. Vilarinho da Furna era uma pequena aldeia da

freguesia de São João do Campo, vizinha à Espanha. Graças a sua condição ecológica, Vilarinho da Furna foi uma das últimas e mais típicas aldeias comunitárias da Europa. Devo notar que Vilarinho da Furna foi a aldeia onde Jorge Dias, um grande antropólogo português centrou os seus trabalhos e divulgou em certa medida o comunitarismo agrário no norte do país. Até que a construção de barragem que dá pelo nome da antiga aldeia posterga a sua existência no princípio dos anos 70. E os seus moradores foram então dispersos pelas mais diversas paragens do Conselho de Braga, Viena do Castelo, Ponta Branca, Barcelos etc., onde refizeram as suas vidas nas mais diversas circunstâncias. Os anos passaram, e hoje, estes antigos moradores vilarinhos estão organizados na Furna, associação dos antigos moradores de Vilarinho da Furna, que tem por objetivo a defesa, valorização e promoção do patrimônio cultural, coletivo e comunitário do antigo povo vilarinho. O patrimônio comunitário de Vilarinho da Furna situa-se na zona arraiana, no Conselho Terras do Gouro, um dos Conselhos mais extensos de Portugal e menos povoados, devido aos movimentos migratórios de suas populações, em busca de recursos econômicos que as estruturas locais não possibilitam, ora compulsivamente afastados de suas terras, como aconteceu exatamente em Vilar da Veiga e Vilarinho da Furna. À aproximação do término da construção da barragem no fim dos anos 70, Manuel Antunes estabeleceu um programa de salvaguarda do seu patrimônio cultural. Daí surgiu a idéia de construção do museu etográfico de Vilarinho da Furna.

Vários anos se passaram e o museu, feito com as próprias pedras de aldeia submersa, está finalmente construído pela Câmara Municipal de Terras do Gouro, a escassos quilômetros da antiga população que ficou de baixo da barragem. Além da exposição permanente, há uma parte do museu que está feita neste momento, e há um projeto do qual vos dou conta neste momento, e que se refere a Vilarinho da Furna. Além da exposição permanente que existe portanto, serão organizadas no

museu, exposições temporárias, com peças do museu, com peças etnográficas e obras de arte. E para possibilitar a investigação, terá de haver uma biblioteca e um centro de documentação. Com as instalações do museu vão funcionar a sede da Furna, um bar etnográfico, que fomentará a gastronomia original, e para este também o respectivo equipamento. Uma vez computada esta primeira fase, prosseguir-se-á a sua ampliação, e a ampliação das populações existentes, com novas recolhas, em Vilarinho, e em outras áreas. Apesar de fortemente afetada com a barragem, o patrimônio de Vilarinho ainda conta com cerca de 3.000 hectares de terreno e é exatamente esta particularidade deste museu que nos faz trazer aqui como um dos exemplos que se desenvolve atualmente neste país, e que os membros da comunidade, os membros do grupo, que chamo de proprietários verdadeiros deste patrimônio, que é uma situação particular.

Todos nós trabalhamos com um patrimônio que pertence a alguém, mas que não é propriedade própria. Neste caso é uma situação bastante particular e que pode nos mostrar campos para reflexão - a questão da propriedade dentro destes preceitos. Portanto os habitantes de Vilarinho da Furna são os detentores reais, proprietários dos 3.000 hectares, dispersos pela Serra Amarela e do Gerez. São terrenos comunitários, que, devido às lutas contra as investidas dos delitos florestais desde o final do século passado, acabaram, a partir de 1936, por se transformarem em uma propriedade privada de pleno direito, dos descendentes, dos autorgantes naturais de Vilarinho, que consta de uma escritura de aforamento dos respectivos terrenos, feita pela Câmara Municipal em 1895. Os moradores de Vilarinho da Furna procederam ao ocupamento integral do patrimônio, para o que se prevê a reflorestação dos referidos terrenos situados na Serra Amarela e a criação de uma reserva faunística e o aproveitamento turístico que defenda e valorize o patrimônio ecológico existente. Este processo de reflorestação e revalorização destes 3.000 hectares, graças em certa medida à integração de

Portugal na Comunidade Européia, permitiu um desbloqueamento de cerca de US$ 2 milhões, que vai custar o reflorestamento deste processo. É certamente, o museu mais rico que existe em Portugal e certamente em muitos países, com um projeto e investimento desta monta.

A reflorestação da Serra considera-se uma tarefa prioritária, de fato, além de ter uma escassa cobertura vegetal, está constantemente sujeita a fogos, como aconteceu este ano. Por isso se prevê, além da plantação com espécies nativas, a criação de infra-estruturas adequadas para a limpeza e vigilância sistemática etc. A parte da reflorestação, procurar-se-a criar condições para um natural desenvolvimento das espécies faunísticas típicas da região a partir da reconstituição de seus *hábitats*, como o javali, o corso, espécies já muito raras no nosso país, da raposa, do texugo, gato bravo, águia real e outros. Dentro desta área, pretende-se também fazer a criação, seleção e apuramento do garrano ibérico, esta região montanhosa, revestida de uma flora apropriada, com várias espécies melíferas, constitui uma zona excelente para a apicultura. O fomento da apicultura, baseado em métodos modernos, constituirá uma importante fonte de rendimentos de colocação garantida junto dos turistas que durante quase todo o ano afluem à região, se nela cada vez mais encontrarem melhores condições.

Por fim e como último exemplo, apresentarei também resumidamente o caso do Museu Ecológico de Monte Redondo do qual me ocupo desde 1981. Trata-se de um projeto que aparece com a proposta de criação de um núcleo clássico de etnologia local, rapidamente, no entanto, nos apercebemos dos limites de uma museologia desligada das preocupações da comunidade onde se pretendia inserir. Esta preocupação era ainda mais complexa se pensaremos que quase 3.000 objetos então recolhidos foram sempre oferecidos pela população, do que se poderia concluir que havia uma sintonia entre o grupo dinamizador e a própria população. Na verdade, estávamos era de costas voltadas, fazendo

cada um seu próprio monólogo, nós, como cientistas e a população em busca de sua memória. Tratava-se de dois projetos que se podiam conciliar, sendo a decisão, como em todos os casos deste tipo de museologia, em última análise, do grupo dinamizador. O que na altura não tinhamos percebido é que a comunidade estava mais preocupada com o seu próprio desenvolvimento e que a memória não era um fim em si. Só através de um longo, e devo dizer, doloroso processo de aprendizagem, foi possível dar ao museu uma nova orientação, na qual resultou, no fundo, uma empresa museológica de serviços. Considerando-se que existem vários tipos de empresas que utilizam os utensílios do museu para realizarem determinadas ações que de outro modo seriam inviáveis ou de difícil execução. Assim, algumas indústrias subsidiaram parte de uma exposição no núcleo central onde se revelam algumas especialidades da região, em um meio que se considerava rural, tomou novo significado uma produção local que é exportadora para todo o mundo. Madeiras, produtos agrícolas e alimentos congelados, uma produção que utiliza novas tecnologias. Esta exposição mostra também e sobretudo, que para viver em uma aldeia é cada vez mais necessário uma formação especializada.

Assim se combate a idéia de que a ingressão para a cidade é o único caminho para postos de trabalho melhor remunerados e mais interessantes. Por outro lado, algumas destas empresas possuem a chave do museu e podem em qualquer altura lá levar os seus clientes para lhes transmitir uma imagem do desenvolvimento da região quanto ao estabelecimento de novos contratos. O museu também encontrou a ajuda necessária para montar em seus módulos que colocam nas férias industriais e agrícolas, quer nacionais, quer internacionais. Um outro grupo de artesãos particular na área é a olaria e a tecelagem, puderam através do museu obter financiamentos para melhorarem as suas instalações e valorizarem a sua produção. Pela abertura de feiras de artesanato decuplicaram-se em alguns casos as vendas dos produtos. E através de ações de

formação contrariou-se a obrigatoriedade de reproduzirem-se sempre o que era considerado tradicional. Novas formas, novas cores, novos produtos e naturalmente novos preços afastaram o abandono da atividade que, em alguns casos, estava iminente. Em outra ocasião, cerca de 50 costureiras organizaram um concurso de moda, com direito a passarela que foi montada em pleno campo. Aí trinta modelos, locais naturalmente, apresentaram o que melhor se fazia na região e não tenho dúvida que saiu reforçada e valorizada uma atividade que integra o orçamento doméstico de tantas famílias e isto promoveu certamente a criatividade e a qualidade. Por outro lado, a médica residente tem promovido ações de informação no que diz respeito à saúde para adultos e jovens, graças ao apoio logístico do museu.

A junta de Freguesia conseguiu fazer parar uma estrada, graças a um estudo sobre a circulação rodoviária que solicitou ao museu. Para turistas, grupos e escola, criou-se um circuito com a museologia que é adaptado de cada vez de acordo com os objetivos do grupo que solicita a visita. Cedemos espaço para um clube de jovens, para a instalação de uma turma de recuperação escolar, e, para o próximo ano letivo, para uma escola profissional. Estes exemplos mostram o que é Monte Redondo, o museu é entendido como um conjunto de utensílios de formações que estão à disposição da comunidade. O nosso acervo são as preocupações da comunidade, o nosso museu é, no fundo, uma caixa de correio e um baú de ferramentas. Apresento um quadro, uma espécie de organograma que dá conta desta situação.

Portanto situamos o museu efetivamente como um sítio onde há um conjunto de ferramentas e utensílios. E este serviço nos dá esta base, este centro tem por base, neste momento, o grupo das empresas, o grupo das escolas e o grupo dos artesãos.

Poderíamos ter outros, de fato não temos. Os outros são apenas, no caso da médica, ou situações pontuais que nos aparecem. Isto vai um pouco de encontro

ao que o Ulpiano dizia ontem, não é a comunidade em geral que participa no museu, são grupos de interesse. E estes grupos de interesse concretamente são estes deixando aqui, outros, além dos exemplos que vos citei. E estes grupos de interesse encontram no museu um conjunto de utensílios que lhe são úteis. A museografia que os ajuda a desenvolver um certo número de projetos, ou um serviço de edição, um serviço de memória que de fato acaba por ser um grande armazém, temos cerca de 3.000 objetos que carregamos como uma cruz desde há dez anos, mas agora temos que assumir esta responsabilidade, este serviço de memória e estes objetos todos igualmente, toda a documentação que fomos recolhendo e que agora, de fato, são o grande empecilho ao desenvolvimento do museu.

É quase uma certa contradição mas provavelmente, não hoje que estamos a discutir a situação geral dos museus em Portugal, mas também amanhã talvez, se poderá falar um pouco melhor. E temos espaços que pomos à disposição dos diferentes grupos de interesse que precisam de espaço para desenvolverem as suas atividades, quer sejam as escolas, quer sejam quaisquer outros. E através destes utensílios, no fundo, é possível organizar o apoio logístico a determinados tipos de projetos, é possível organizar ações de apoio escolar e ações de formação, por exemplo, para com os professores ou ações de complemento curricular para com os próprios alunos das escolas, através destes utensílios é possível criar as feiras de artesanato e a exposição permanente que de fato caracteriza a nossa área e valoriza, no fundo, o pouco que nós descobrimos, que afinal altera muito, que havia na própria área, quando já percebemos, e quando as pessoas se apercebem que se exporta produtos congelados do Japão aos Estados Unidos; que se mandam madeiras para todo o lado, e porque estas fábricas em geral são fechadas, não são transparentes, ninguém se apercebia que dentro destas empresas existia já uma tecnologia extremamente desenvolvida e ao encontro do que se

ressaltou, que, para se viver na aldeia, é necessário uma formação especializada.

Isto são algumas daquelas coisas que me parecem interessantes, que este tipo de exposição, que não é uma exposição sobre o passado, é uma exposição sobre o que há de mais moderno dentro da povoação, é esta parte que nós salientávamos e que, no fundo foi ao encontro de algumas necessidades que não são obrigatoriamente do povo, ou do povão, como dizem, mas que podem ser até ao serviço daqueles que geram, no fundo, a economia da área. É também através disto que temos nesta parte aqui as feiras; o apoio que damos a nível de *design* e outros aos industriais da área, às outras feiras que são as feiras do artesanato, são a gastronomia local, através de restaurantes da área, e o ecomuseu, e aqui me parece que é minha vontade deixar efetivamente o ecomuseu, a ecomuseologia, como um dos aspectos e um dos métodos de trabalho de um conjunto mais vasto de museologia. E não esgotaria o projeto de Monte Redondo dentro da ecomuseologia, mas é-me útil a ecomuseologia na medida em que me permite utilizar técnicas que já então suficientemente desenvolvidas, em particular as dos circuitos de descobertas.

Neste sentido, posso de fato reafirmar que o acervo são os problemas da comunidade, e que o museu é uma caixa de correio e um baú de ferramentas. Apresentamos uma imagem do trabalho dos novos museus em Portugal. Certamente poderíamos alargar os exemplos e classificar melhor as inúmeras atividades. Evidentemente, este tipo de museu em Portugal, sei lá, dizem que há 300, não estou certamente a errar muito. Muitos deles não estão a fazer um trabalho com uma teorização do que estão a fazer, mas também, no fundo, também não é importante. O fato é que, na prática, à volta destas outras associações de que vos falei, há um grande movimento cultural que passa efetivamente pela museologia, passa pelo agrupamento, passa pela associação, e há inúmeros museus por todo o país, museus, portanto privados, como o nosso, ou museus das Cã-

maras, e poderia citar uma série de outros museus em toda a margem sul do Tejo, todas as populações tem museus com idéias da ecomuseologia, uns mais outros menos, mas são museus que estão preocupados com outros problemas que não são exclusivamente os de suas populações. Poderíamos citar também um outro projeto da Manuela que está aqui presente: um projeto piloto de renovação de museus escolares em Portugal e que utiliza e se fundamenta exatamente nestes princípios da nova museologia, como temos vindo a falar. Certamente que poderíamos alargar os exemplos e explicar melhor as suas inúmeras atividades. Mas me parece entretanto mais útil falar de algo que utiliza também este processo em Portugal.

As práticas museológicas são acompanhadas por um possível debate, no qual participam museólogos de todo o país sobre o papel da nova museologia na sociedade portuguesa. Esta reflexão coletiva tem expressão em particular durante as jornadas sobre a função social do museu que um grupo português organiza há cinco anos. Aí se debatem questões tão variadas como a profissão de museólogo, participação, propriedade, poder de decisão, estrutura e territórios da museologia, identidade, museologia e integração européia etc. Estas jornadas são a ocasião para confrontar as práticas de cada um e ajudar a construir uma consciência crítica destas mesmas práticas, e é um momento no qual conseguimos situar o nosso trabalho na sociedade portuguesa. Raramente há encontros nacionais sobre museologia e autarquia que também fazem parte deste esforço de reflexão. Em outubro próximo, cerca de 200 participantes estarão em Setubal para debater as questões da descentralização do poder autárquico e da museologia social.

Enfim, uma terceira componente deste trabalho de reflexão é o esforço de formação que temos vindo a desenvolver desde 1989. Falo do curso de pós-graduação em museologia social que funcionou primeiro na universidade autônoma de Lisboa, e que é proposto agora no Instituto Superior de Matemática. É preciso, no entanto, dizer que o ensino da museologia em Portugal se limitou desde sempre à existência de uma ou outra cadeira dispersa em seminários em cursos de licenciatura, de história, de história da arte, de antropologia, apenas por duas vezes foram propostos cursos de conservador, um há uns vinte anos atrás, que durou seis meses, e o outro entre os quais, por iniciativa do IPPC, no fim dos anos 70, com a duração de dois anos. Assim não é exagero pretender que a universidade portuguesa se manteve no essencial sempre alheia à formação superior na área da museologia. Quando propusemos o curso de museologia social, o bloqueio do meio universitário foi total e desesperante. Por um lado, a universidade não reconhecia a museologia como uma área do saber, e por outro lado os conservadores nos viram como uma ameaça ao seu, verdade seja dita, bem poucos privilégios. Se houvesse um dia a museologia, esta seria sempre no quadro de história da arte e voltada para o trabalho com os objetos. Ora, a situação é hoje totalmente diferente. Feita a demonstração de que havia espaço, matéria e utilidade para levar a universidade a ocupar-se da questão da museologia, estão anunciados para o ano que vem quatro novos cursos em pós-graduação em outras tantas universidades. Para nós a próxima etapa é demonstrar que o ensino da museologia deve se situar também a nível da licenciatura, estando encaminhado igualmente para o próximo ano letivo. Mas, voltando ao curso de museologia social, este curso apresenta de formas organizadas um conjunto de disciplinas que se inspiram diretamente nas questões debatidas nas jornadas e que são reflexos dos problemas, projetos e aspirações dos museus que temos vindo a falar. O seu currículo, e apenas cito os títulos de algumas disciplinas, é o seguinte: a função social do museu, esta carreira deu muito trabalho de se fazer compreender ao meio universitário que havia matéria suficiente para haver uma cadeira que se chamava função social do museu; história da museologia; museologia e história comunitária, administração e gestão cultural, museologia e história local, organiza-

ção do patrimônio museológico. No segundo ano: formas e meios de comunicação, introdução ao pensamento contemporâneo, conservação e restauro, ambiente natural e museologia, museologia e desenvolvimento local, etnosociologia do desenvolvimento, e legislação aplicada. Enfim, três ou quatro seminários, a ação empresarial e cultural, sistemas de informação, museologia e autarquias, e um seminário de aplicação.

Falta-me agora dar conta de algumas questões conceituais que estão no centro das reflexões sobre a nova museologia em Portugal. São nove questões que têm pela sua apresentação resumida um caráter redutor e à primeira vista não transmitem o caráter interrogativo que de fato elas têm no nosso trabalho. Na verdade, para nós, são outras tantas perguntas às quais andamos ainda a procura de respostas. Resumidamente, portanto, em relação aos intervenientes, os produtores da nova museologia são os membros de uma comunidade, com setores de sua população que se agrupam para promover projetos que correspondem aos seus interesses comuns. Território de intervenção. Cada grupo trabalha sobre um território de intervenção que é composto pelos patrimônios físicos e humanos sobre os quais se desenvolvem os projetos de ação. Área de influência do museu. A articulação entre o conjunto dos grupos e os seus territórios de intervenção permite definir a área de influência de cada museu.

Esta área pode ser definida para cada período, no fundo para cada dia, da sua atividade, é evolutiva e exprime através da sua formação e de sua contínua transformação as próprias contradições sociológicas da comunidade. O conhecimento do meio. Toda a intervenção realizada no quadro da nova museologia implica a análise rigorosa dos dados de cada projeto, a investigação a desenvolver deve corresponder às necessidades de cada projeto e realizada no seio de cada grupo. A comunicação. Cada projeto, sendo um trabalho coletivo, devido ao direito de decisão, seja efetivo e consciente por parte de cada um dos atores. Formas de participação.

A participação e os níveis de empenhamento dentro de cada grupo exprime a natureza dos projetos e o real desenvolvimento de condições permanentes. A função do museólogo. O funcionamento do novo museu baseia-se na existência de grupos que agem sobre o seu próprio futuro, retira do museólogo o seu tradicional poder de decisão sobre os projetos, a sua competência afirma-se melhor quando coloca a sua formação específica ao serviço dos diferentes projetos. A propriedade do museu. O direito de propriedade sobre estruturas físicas de cada museu determina em última instância a orientação geral do trabalho museológico.

Enfim, para concluir gostaria de trazer aqui um paralelismo das transformações da empresa em geral e as novas tendências de organização do trabalho museológico. São preocupações que de fato estão no debate que no momento é ativo em Portugal sobre estas questões. Como paralelismo que vamos enunciar se refere a questões da empresa em geral, é bom desde já esclarecer que este paralelismo não se limita apenas à transformação de um museu subsidiado em um museu produtor de lucros, gerido como qualquer empresa. Esta transformação, por certo, real, não resumisse a essência da mudança. O que nos preocupa é a natureza idêntica da transformação de idéia da empresa e da idéia de museu e não a transformação em si da instituição museu em empresa rentável. Esta última ordem de fatos, no estado atual da exposição, não é mais que um aspecto secundário. No que diz respeito à nova idéia de empresa, vamos utilizar um clássico, uma obra já conhecida, escrita por Patrícia Aberdeen, com o título "Reinventar a empresa, transformar o trabalho e a empresa para a nova sociedade em formação". A razão da escolha é simples. A reflexão de certos autores na área da economia sobre a sociedade em geral está bem mais desenvolvida do que aquela produzida pelos autores das chamadas ciências humanas e certamente muito mais do que os autores da própria museologia.

Este tipo de análise extremamente pragmática faz parte de uma observação séria das transformações do

mundo da produção para o âmbito de formas de atuação adequadas e emergentes das forças sociais. Muito do pensamento elaborado sobre a museologia, pensamos nós, poderia ter sido mais aprofundado se tivesse recorrido a uma reflexão interdisciplinar, se esta exposição desta questão tiver alguma utilidade, será pelo fato de ligar a museologia ao pensamento econômico, demonstrando que se existe paralelismo entre os resultados da investigação destas duas disciplinas, o aprofundamento das questões museológicas passará pelo reconhecimento da necessidade permanente de alargar o estudo da museologia ao mundo da economia. De certa forma, trata-se de retirar a museologia do gueto da cultura. E cito Nashville: "Na nova sociedade em formação, o recurso chave passou a ser a informação, o conhecimento e a criatividade. E há apenas um lugar onde a empresa pode buscar este recurso valioso, que é aos seus empregados. Isto implica toda uma nova ênfase nos recursos humanos." Em todas as iniciativas correntes da nova museologia, a idéia de participação da população, a idéia de museu e comunidade, a transformação do público em utilizador ou a própria idéia dos cursos de museologia popular, são por certo o reconhecimento de que a museologia se desenvolve fora dos grandes orçamentos estatais ou das ricas fundações privadas. E fora também de uma equipe técnica onipotente, privilegiando o fator humano, relegando o objeto à condição de utensílio da ação muscal e não como até agora, como o fim desta mesma ação.

Igualmente, como temos a idéia de gestor apresentada por Nashville poderíamos estar a ler a caracterização do novo museólogo, se é que existe, entendido como o animador cultural. "Na empresa reinventada", diz Nashville, "está a se passar do gestor como alguém que dá ordens para o gestor visto como uma pessoa que facilita o trabalho dos outros. Estamos habituados a pensar no gestor como alguém que tem as respostas todas. Mas o gestor, nos anos 80, mas do que saber as respostas, tem que conhecer as perguntas certas, tem que estar preocupado com elas e envolver outras pessoas na descoberta destas mesmas respostas. O papel do gestor de hoje tem que ser mais de um facilitador, o de alguém, experiente e hábil em extrair dos outros as respostas e fazê-lo muitas vezes mesmo daqueles que nem sequer sabiam que conheciam estas respostas." A diferença entre o gestor tradicional e o novo gestor traduz-se em termos de museologia, entre a natureza do conservador e do museólogo. O padrão totalitário está para o novo gestor, como o conservador para o museólogo. E mais ainda temos que encarar, e cito Nashville: "Cada vez mais o gestor como um professor, um mentor, como alguém que ajuda a desenvolver o potencial humano. O grande desafio dos anos 80 não é o de reciclar os trabalhadores, é o de reciclar o gestor." Eu diria que para a museologia, o grande desafio dos anos 90 não é reciclar as pessoas, é reciclar efetivamente os museólogos e os conservadores. "Nos anos 80, por trás dos produtos, dos serviços e das companhias com sucesso está sempre a qualidade. Para o consumidor, o que tem valor é a soma dos produtos de qualidade. "O aumento constante do número de pequenos museus espalhados por todo país revela preocupações de natureza idêntica e tem com a qualidade. Tanto mais que nos aparece a idéia chave da ecologia local, ecologia no sentido vasto, esta entendida aliás como pontos do aspecto natural e humano. O ponto de vista natural manifesta-se claramente na ecomuseologia. A idéia do passado estruturado, estável, pertencente a cada grupo é também uma forma de valorizar o meio. As recolhas de objetos etnográficos, de documentação local, de recuperação dos jogos, de ritos, são formas de valorizar, no fundo, o meio.

Aumenta-se assim a qualidade do contexto humano e natural, na medida em que se recuperam valores, com ou sem fundamentos, são tranqüilizantes. A ocupação de edifícios e de espaços para o lado da utilização que lhes é dada reveste, a nosso entender, um outro significado, talvez ainda mais profundo. Trata-se da aquisição do direito de propriedade, propriedade esta que coliga estreitamente os autores de cada pro-

cesso ao meio onde se inserem. Ao definir-se uma área de influência assinalada pelos limites mais ou menos materializados e marcas de propriedade, mas não se está a fazer do que tomar posse do agora seu território. Os circuitos de descobertas, tão desenvolvidos na ecomuseologia, são formas de posse que ultrapassam o discurso museológico, o qual, só em uma primeira abordagem, lhes serve de justificação. A cartografia, as cartas indicadoras para o curso, os espaços de paragem, de observação, são uma forma de cadastro, são o cadastro cultural de cada território. Em Portugal, a relação entre o museu e o utilizador tem vindo a ser modificada no sentido de melhor implicação deste no trabalho museológico, orientado cada vez mais para a satisfação de suas necessidades individuais e coletivas. Esta relação passa a ver a propriedade sobre o meio e, conseqüentemente, sobre o museu, flexibilidade do museu para funcionar como utensílio de intervenção social, pela valorização das competências, por estruturas de gestão não-hierarquizadas e participadas. Na era da informação, pensar que o museu continuará a desempenhar a função de conservação nos termos tradicionais, é, em nosso entender, uma grande falta de realismo. Todos estes pontos, aliás a idéia de museu tradicional, representa, por outro lado, e para um número cada vez maior de museólogos em Portugal, a própria transformação da idéia de museu, paradoxalmente aos museus tradicionais que cada vez mais se inquieta, como se fosse possível parar mudanças que têm raízes profundas nas próprias necessidades da sociedade. E era tudo.

Presidente da mesa

Não foi longo, porque acho que foi muito interessante principalmente por poder ver os aspectos de uma mudança de um país, que, politicamente, para o seu próprio povo estava tão fechado e depois, com a eclosão da abertura, trouxe à tona aquilo que estava já fomentado internamente, questões que estavam muito guardadas e que conseguiram eclodir e realmente tomaram

este rumo tão moderno que a gente viu na sua exposição. Gostaríamos de abrir o espaço para perguntas no mesmo sistema de ontem, os interessados em perguntar, que se identifiquem e cada um terá dez minutos entre a proposta da pergunta e a sua resposta.

Carlos Maia

Sou Carlos Maia, físico do Observatório Nacional, Secretário Regional da SBPC, que é a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Nós temos acompanhado vivamente a experiência portuguesa em áreas mais específicas de intervenção social em comunidades localizadas, como as áreas relativas aos processos de conhecimento, em particular o conhecimento científico e tecnológico. Neste momento em que o Rio de Janeiro é brindado com este encontro muito propício, no momento em que esta Secretaria Municipal de Cultura favorece a instalação de um centro de ciências para a cidade voltado para uma intervenção na área do ensino, em particular do ensino fundamental. Em Portugal nós temos acompanhado a produção do professor Bragança Gil, que ainda, em fins da década de 80, era presidente da comissão de instalação do museu de ciência e tecnologia da Universidade de Lisboa. Nós gostaríamos de saber qual a sua opinião pessoal, em que pé está a situação dos museus de ciência em Portugal e a sua acoplação ao processo educacional. Seria também útil... uma dificuldade que enfrentamos aqui no Brasil, o que se explica inclusive pelo perfil daqueles profissionais que levam a proposta de museu de ciência muito mais voltados para profissionais especificamente da área científica e tecnológica, onde a presença do museólogo em geral se faz ou ausente ou rarefeita. Como em Portugal enfrenta-se esta questão?

Mário

Penso que se enfrenta bastante mal. E o museu de ciência ao qual o senhor se referiu, e que ninguém mais sabe como se chama, é um museu que me parece estar bastante encalhado, o que não quer dizer que já não

haja alguns pólos do que será o futuro museu da ciência e que, estes sim, introduzirão uma outra metodologia. E estou me referindo especificamente ao Museu de Mineral da Faculdade de Ciências, onde existe uma equipe que é perfeitamente dentro do espírito da "nova" museologia e que tem um trabalho que me parece extremamente sério, de uma ligação entre este museu e uma série de grupos de interesse, que vão desde grupos escolares até o grupo do próprio bairro, mas também tenho que dizer que este trabalho que me parece ser importante, é feito, no fundo, à revelia dos chefes deste grande projeto de renovação dos museus da ciência em Portugal, que, digamos não os impedem de fazer mas que também chateiam muito quando este grupo no museu de Mineralogia quer trabalhar, e falo naturalmente de Cesário Alves que é um dos principais animadores da nova museologia em Portugal, com vários textos publicados. Ele conseguiu criar um espaço, mas, de fato, não há grande abertura, e mais ainda, este grupo do museu das ciências não imagina e nem quer e opõe-se à criação da formação da museologia no meio universitário. É uma situação um bocado dramática, no fundo pensávamos que as pessoas das ciências exatas trabalhassem de outra maneira, não é bem o caso, e aí encontramos de fato bastante dificuldades. Não sei se resumidamente dá uma idéia, não é particularmente otimista o que se está a fazer a nível do museu da ciência.

Presidente da mesa

Peço licença para um aparte. As pessoas que participaram da Tiomus, em 1990, assistiram aqui no Rio a uma demonstração muito interessante do professor Galopim de Carvalho e a sua família que trabalha unida no Museu de Ciências Naturais, o César Lopes, com demonstrações maravilhosas ligadas justamente à área de educação. Tinha um programa interessantíssimo para crianças sobre dinossauros, outro sobre geologia, na analogia à geologia e à arte da natureza, coisas fantásticas neste sentido, mas realmente foi demonstrado

por este grupo o pouco apoio que eles recebiam da área universitária em si, mas acho que este talvez seja um fenômeno também muito brasileiro e do qual os profissionais de museu, não só os museólogos, mas também os profissionais interdisciplinares, sofrem muito ao trabalhar nos museus de ciências naturais, principalmente.

Sinvaldo do Nascimento

Sinvaldo do Nascimento, do Núcleo de Orientação em Pesquisa Histórica de Santa Cruz. Mário, eu fiquei muito impressionado ontem com as observações e as colocações da Manuela a respeito do museu escolar. Eu gostaria que você falasse mais um pouco sobre esta experiência, se os professores têm alguma ligação com a museologia, como se processa a seleção das exposições, enfim que nos brindasse um pouco mais com informações sobre o museu nas escolas.

Mário

Logicamente que eu pediria à Manuela, que é encarregada de um projeto nacional de renovação dos museus escolares, que falasse por ela própria.

Manuela

Bom dia a todos. Sou professora de geografia ao equivalente à 8ª série, depois do 2º ano do 2º grau, até entrar na universidade. A minha escola tem 4.000 alunos e 250 professores. Acontece que tínhamos um museu cujo acervo, até o 25 de abril, era cedido pelo Ministério. Mas estes museus escolares estão desativados, está certo muitas coleções que desapareceram, outras que estão em sótãos, outras que estão completamente postas de lado. Acontece que existe, a nível do Ministério de Educação, um instituto que se chama Instituto de Renovação Educacional em que os professores podem apresentar projetos nas áreas variadíssimas, desde o complemento curricular, à área dentro dos currículos propriamente ditos.

Eu criei um projeto no sentido de modernizar os museus escolares, dentro de uma perspectiva diferente não do acervo curricular, mas também alargando a um território que vai abranger as coleções dos alunos. Isto quer dizer que o nosso acervo não é só um acervo dentro da escola mas também as próprias coleções dos alunos e todo o espaço envolvente, tanto do patrimônio edificado, como o próprio homem, quer dizer os problemas que a escola tem, os problemas que os nossos próprios alunos têm. Elaborei este projeto, tivemos um pequeno subsídio do Ministério para o implementar e iniciarmos dentro da escola a divulgação do trabalho. Claro que fizemos uma ação de formação de professores, houve uma aderência de 250 pessoas, porém só foram 20 à ação de formação, isto se deve porque as pessoas não são motivadas nem têm o perfil para estes trabalhos porque vão dar as aulas e fogem para outros tipos de colégios para ter um complemento de salário, o professor em Portugal também não ganha assim tão bem, como aqui.

Ëa mesma situação, isto de dar as aulas e ir embora. Este projeto é de complemento curricular, quer dizer, não é de dentro das aulas, mas os alunos podem se inscrever a nível de voluntariado fora das aulas para terem determinada dinâmica. O que fazem dentro do projeto? Museografia. Mas para isto têm que fazer investigação. Ora, fazem investigação dentro dos seus interesses. A primeira exposição que fizemos foi sobre o *surf*, porque 10% da nossa população é surfista e não era prestigiada, porque surfista normalmente não trabalha ou não apresenta os trabalhos na hora exata, porque ele vive ao ritmo da natureza, porque ele vai para as ondas, e lá é no inverno que existem ondas, de forma que ele falta por vezes ás aulas, entrega os trabalhos fora de prazo, e para nós professores o jovem surfista não era bem aceito. De forma que, indo de encontro aos interesses dos jovens, eles fizeram a investigação do vocabulário nas aulas de inglês, fizeram a história do *surf* nas aulas de história, a história das ondas e dos ventos nas aulas de geografia, e com isto

houve toda uma investigação a nível curricular e um museu escolar no seu clube de jovens como seu complemento curricular, fizeram uma exposição sobre o *surf*. A partir desta exposição, que foi bem interessante porque não apresentamos painéis nenhum, foi um grande móbile em que as fotografias deles próprios e de todo o departamento de investigação eram colocadas em caixas de cartão. Esta exposição teve oito dias em que passaram 4.000 alunos e não tinha nem sequer um toque, quer dizer, não mexeram em nada. E todas as exposições que eram feitas na escola antes eram danificadas, eram partidas, tínhamos que ter seguranças a tomar conta, e afinal quando se vai de encontro aos interesses deles permitindo-lhes também a fazerem as exposições, eles têm respeito pelo próprio trabalho e não danificam.

Outra questão que depois fizemos sondagem, e temos aí um exemplar na questão da sondagem da opinião, verificou-se que eles gostam deste tipo de trabalho, de nível de museografia dentro da escola, porque sentem auto-estima, porque em 4.000 alunos, o aluno praticamente não existe. Ele vai lá recebe aulas e vai-se embora. Se houver um trabalho neste sentido ele começa a gostar da escola porque começa-se a rever o trabalho que ele faz. Isto foi um pouco resumido, mas foi a primeira ação que se fez para divulgar um projeto dentro da escola. Depois, a partir daí, tem-se feito outras exposições de encontro aos interesses deles, de coleções que eles trazem de casa, de concursos de fotografias das próprias coleções em que eles têm que aparecer, personalizadas, as coleções deles.

Estamos a elaborar uma de *skate*, porque se temos um grupo de surfistas na escola também temos um grupo de *skate*, e foi exigência dos próprios que queriam também ser representados. Há trabalho em conjunto para conhecer o nosso território, pedimos auxílio a museus que colaborem connosco no aspecto de investigação porque ficamos junto ao mar e temos um grande acervo no âmbito de geologia. Neste momento o museu está dividido em seções. Tenho a Seção de Edi-

ção e Difusão de Documentos, que tem boletim, fotocópia; temos outro serviço que é o Centro de Catalogação, em que os jovens não se limitam a fazer a catalogação da produção deles próprios, mas também fazem álbuns temáticos. A outra seção que é Intercâmbio de Jovens, e estamos em intercâmbio com uma escola da Guiné-Bissal, estivemos na Guiné em novembro, com três jovens no museu que também participaram com os jovens da Guiné.

Neste momento estou tentando fazer um intercâmbio aqui porque o Colégio Peixoto também quer fazer intercâmbio conosco, com uma exposição sobre o Oceano Atlântico que talvez em 94 ela estará executada dentro das escolas todas da faixa atlântica e com os museus que queiram colaborar. Em termos de intercâmbio de jovens, há um grupo que faz cartas, traduz para o francês, traduz para o inglês, isto antes de trabalhar efetivamente na exposição do Oceano Atlântico. Depois há outra seção, que é de Museografia, em que eles tentam divulgar a produção da escola através de exposições. Isto quer dizer que outros colegas que tenham a nível de outras disciplinas no âmbito da sociologia e da história e que tenham produzido um determinado trabalho em que antes era feita a exposição de trabalhos, agora eles vão estar juntos do grupo do museu e pedir para eles ajudarem a conseguir a exposição. Por isso a concessão e a realização da exposição é um processo de aprendizagem em que eles tentam sintetizar as idéias da produção que fizeram, através de uma pequena exposição síntese, e a exposição não é a exibição propriamente dita porque ela poderia fechar quando acabasse de ser feita. Há um processo de aprendizagem, isto não é um produto mas sim um processo importante dentro da escola, que é diferente do museu fora da escola em que o importante é o produto e não o processo, porque o processo muitas vezes não se vê. Depois há uma seção de visitas de estudos em que eles fazem toda as cartas. Em Portugal há um problema, o aluno aprende determinadas matérias mas não aprende a escrever uma carta, a pedir um subsídio, a pedir que lhes dêem uma viagem, ou uma caminhonete. Eles estão a aprender a redigir cartas. Isto também é um aprendizado que eles fazem. Há uma de animação de interiores que é dos meus colegas de programação visual. Isto quer dizer que há toda uma dinâmica. Neste momento estamos sem professores e os alunos não são os 4.000. A comunidade escolar reflete em tudo que o museu faz, mas quem praticamente produz são determinados grupos, conforme os interesses, no caso foi os surfistas, agora são os skatistas que estão a trabalhar etc., conforme os interesses...

Mário

Eu gostaria de dizer que há um ano atrás pediram da organização de educação em uma cidade no centro do país um seminário sobre museologia e forma educativa e quem organizou este seminário foi a Manuela e duas alunas com 13 e 14 anos para este seminário, e quem fez e orientou o seminário, foram as duas alunas. Evidentemente que elas estavam um bocado intimidadas porque tinham a frente delas 40 professores, elas com seus, 13, 14 anos explicaram o que era a museologia, para o que servia, o que aquilo tinha mudado na escola, como aquilo lhes era útil, uma professora que queria ser provocadora perguntou se o museu era grande, se tinha muitas coisas, ela não se deixou apanhar e disse que era bastante grande que chegava até a casa. Para não ser extenso, só queria me referir ao fato que, neste momento, a reforma de ensino em Portugal está sendo feita sob forma educativa, sendo constantemente solicitados para fazer formação, a nível dos sindicatos dos professores também, então estão presentes pessoas das várias partes do país e elas são os intervenientes neste processo de formação e uma das questões fundamentais é que elas dizem que o professor dentro da aula é uma coisa e fora da aula é outra e que o museu lhes tem servido para ter uma atuação mais efetiva entre professor e aluno, isto tem que durar neste sentido.

Ulpiano Bezerra

Ulpiano Bezerra de Meneses, Museu Paulista da USP. Eu gostaria de chamar a atenção para uma das contribuições substantivas da sua exposição, uma necessária lufada de oxigênio, na observação das insuficiências do museu ancorado no gueto da cultura. Claro que se trata de uma noção idealista de cultura, de uma noção reducionista da cultura, bem cultural, uso cultural, função cultural, assim por diante, que é, no fundo, a consideração da cultura como sendo um domínio a parte da vida humana e não como sendo uma dimensão da totalidade da vida humana, porque cultura é uma questão de sentido e este universo de sentido deve permear todos os desvões da existência humana, portanto se trata de uma questão de qualificar a existência e não de estabelecer dentro dela algumas áreas privilegiadas. E me parece ainda que o museu não resolveu muito bem este encaminhamento neste campo cultural e é paradoxal porque já somos capazes de perceber o valor cultural da atividade econômica, ou o contrário, o valor econômico dos bens culturais da atividade cultural.

Isto é um dado já pacífico, existe até um mercado cultural que mostra como temos uma consciência aguda deste aspecto, o inverso, entretanto, ainda está por ser definido, isto é, a percepção, o aproveitamento, a exploração do valor cultural do bem econômico, o valor cultural da atividade econômica. Nós tivemos uma experiência traumática no início do governo Collor com o seqüestro da poupança, com o seqüestro das contas correntes, e neste momento é que começou a se perceber que há uma dimensão cultural neste fenômeno que não foi levada em conta, e que foi uma das principais razões pelas quais este plano econômico não deu certo. Foi justamente a insensibilidade para os aspectos culturais implicados que provocou a falta de apoio empresarial para o museu. Mas aí eu me pergunto, nesse modelo empresarial é claro que não há muitos problemas na visão de como devam ser as formas de operação, as metodologias, a racionalidade. Mas eu me pergunto, e com relação aos objetivos? Como fazer para, dentro desse modelo empresarial, conciliar as contradições entre aquilo que se poderia chamar a racionalidade econômica, que, afinal, é o que determina o objetivo da empresa, quer dizer, são as necessidades do mercado, a racionalidade social porque, dificilmente, essas duas racionalidades partem das mesmas premissas e chegam aos mesmos pontos finais. Basta dizer que, por exemplo, uma série de questões que são envolvidas por essa problemática de ecomuseu como, por exemplo, o desenvolvimento regional e o desenvolvimento urbano que, no caso brasileiro, talvez seja muito mais agudo do que em Portugal. A noção de desenvolvimento é uma noção completamente diferente na ótica da empresa, na ótica do mercado e na ótica dessa racionalidade social. Por exemplo, uma série de efeitos do espaço mercadoria, nesse quadro de desenvolvimento, funciona de uma maneira completamente diferente segundo a racionalidade econômica seja a do mercado, isto é, a da especulação imobiliária, por exemplo, a necessidade que no espaço urbano existe de tornar instável a relação entre o lote e a estrutura e entre a estrutura e a função, isso faz parte das exigências do mercado e, no entanto, isso implica, do ponto de vista da racionalidade social, a expropriação, a expulsão de habitantes, e assim por diante. Como conciliar, nesse modelo, o que eu acho necessário, sobretudo do ponto de vista metodológico, estas contradições entre racionalidade social e a racionalidade econômica?

Esta é uma situação um bocado difícil, é uma questão fundamental. Mas, digamos que eu responda de uma maneira muito simples, eu não faço ilusões sobre o papel da museologia como fator de transformação da sociedade. De fato, é o grande poder econômico o que condiciona a sociedade e nós, com a nossa museologia, tentamos, num ponto ou noutro, limar as dificuldades desse próprio sistema, mesmo quando esse sistema é profundamente injusto. Se me perguntassem isso há 10 anos atrás, eu falaria, provavelmente, no pa-

pel quase revolucionário da nova museologia. Mas, na época, eu envelheci porque penso que compreendi melhor o processo, não há um papel revolucionário da museologia no meio disso tudo, ela é parte do sistema, é como dizia há um bocado, é uma nova maneira, é a maneira contemporânea de fazer museologia. E que se integra dentro do projeto das instâncias dominantes que, ai, nós não conseguimos fugir. Por outro lado, também é verdade que a maneira como abordamos o problema é uma maneira que provoca a autonomia das pessoas, leva as pessoas a refletir, leva as pessoas a tomar decisões, a organizar-se e isso é que uma situação perversa dentro do sistema econômico onde todos nós vivemos. Que isso trará repercussões mais tarde, provavelmente que traz. Mas, da minha parte, há um grande desencantamento nesse aspecto de museu como aspecto de transformação nesse sentido em que disse. Ele, sim, pode ajudar a resolver as contradições do sistema, isso eu não tenho a mais pequena dúvida. Agora, mudar o sistema, ai não. E a questão da rentabilidade social e da rentabilidade económica, evidentemente, num sistema que é injusto, as coisas se contradizem, e continuarão a contradizerem-se. Mas isso é uma aproximação, mas também que não fique no ar uma idéia pessimista da situação. Acho que é apenas um olhar realista sobre o mundo em que vivemos, as coisas funcionam assim, nós estamos dentro disso, se fizermos qualquer coisa que seja fora daquilo que serve ao sistema, quer seja aqui, quer seja na América, quer seja em Portugal, não tem problemas, é afastado, é saneado. Portanto, acho que não tenho ilusões, eu sou realista, nossa intervenção é muito pequena, não conseguimos resolver essas contradições.

Participante

Eu queria lembrar esse problema do museu-empresa e empresa-museu, que é uma coisa muito interessante. Eu sei que nós estamos aqui num seminário de ecomuseus onde a gente propõe aberturas maiores mas ainda persiste alguma coisa chamada instituição-

museu que tem uma série de obrigatoriedade conceituais e éticas com relação a acervo, qualquer tipo que seja ele, um fiapo de linha, um rabisco de um louco, uma panela da nossa avó, aqueles que vão tomar conta desse museu e que vão tentar trabalhar esse museu a nível de comunicação, a nível, digamos assim, de revalorização de uma memória. Nós temos toda uma postura ética em relação ao acervo, qualquer que seja ele. Então, eu acho que esse afã da modernização, de chegar junto das teorias econômicas para que nós possamos sobreviver a níveis financeiros e econômicos, nós temos que pensar muito profundamente porque a nossa ciência museológica, o nosso fazer museológico tem, no dia a dia dele, uma série de colunas importantes estruturais para que nós possamos trabalhar ainda naquilo que se denomina instituição-museu. Porque senão eu acho que nós vamos esgarçar tanto esse mundo que a gente vai ter que procurar outros tipos de função e, muitas vezes, renegar a de museu. Eu não sei, isto é uma reflexão que me passa.

Ulpiano Bezerra de Menezes

Deixa-me só fazer um parêntese. Exatamente, a questão de ligar a idéia de empresa, vida empresarial e vida dos museus é a minha preocupação, mas não é, de fato, introduzir nos museus a gestão empresarial da indústria corrente. É introduzir nos museus uma nova concepção de organização de empresa. Porque a rentabilidade não é obrigatoriamente uma rentabilidade econômica, mas não temos que excluir a idéia. É evidente que o museu tradicional, pois ele tem tudo para fazer dele uma situação perfeitamente ultrapassada, quer dizer, o museu não deve viver no seu próprio tempo, é o caso da situação atual. Pronto, há ai barreira. Mas, mesmo se ultrapassasse isso, nem dois museus podiam funcionar sob forma de organização empresarial atual, mas de uma organização empresarial do anos 60 ou dos anos 50, ou do fim do século passado. Não, o que nós pensamos, já que a obtenção de informação é um fator extremamente importante para tomar decisões,

para organizar a sociedade, para organizar as pessoas, e é esse tipo de empresa que se fundamenta na gestão de informação, que se estrutura nesse nível, é essa empresa, digamos, que me interessa porque traz métodos para a museologia que são métodos contemporâneos, são métodos que estão adequados, no fundo, às forças sociais que justamente as produziram, se produziram para a economia por que não produzir justamente para o museu?

Mário

O Professor Ulpiano trouxe uma questão que bate há muito tempo na porta do mundo cultural, quer dizer, como integrar a questão econômica com a questão social, portanto, com a questão cultural? E, primeiro, era uma resposta praticamente impossível porque ou se coloca a mudança radical da sociedade para que o econômico pudesse adquirir uma nova forma, um novo conteúdo também, ou se desistia disso, se aderia francamente à organização econômica atual da sociedade e se tratava de me adaptar a ela. Quer dizer, no caso concreto, se o museu é particular ou não, se cobra por ele ou não, se a cultura vai ser paga ou se vai ser gratuita, que o poder público vai ajudar a cultura ou não. Mas isso foi, digamos, isso caminhou normalmente até o momento em que a economia começou a atingir um limite que era o limite dos recursos naturais. Quer dizer, hoje em dia, a economia, tal como ela vinha vindo da sociedade capitalista, como ela vinha se desenvolvendo, atingiu um limite, que é o limite das riquezas naturais. Quer dizer, está-se vendo que não se pode continuar da mesma forma a tratar a natureza como um inimigo que tem que ser subjugado. Como foi dito tantas vezes e, inclusive, escritas tantas páginas a esse respeito. É preciso tratar a natureza como um aliado precioso. Então, a partir daí é que está havendo um re-questionamento da questão econômica, quer dizer, como tratar a economia num mundo em que os recursos são limitados? Então, a partir daí, a questão social também está sendo desenhada de outra forma. Quer dizer, como será redesenhada a sociedade que contenha uma economia que respeite o fato de que os recursos naturais são limitados, portanto, que o homem é limitado. Então, a questão, essa questão está na própria origem desse Encontro, que era, quer dizer, ao vermos essa situação em geral, a situação do Rio de Janeiro em particular, e o estudo do caso da Zona Oeste especialmente, que tipo de desenvolvimento nós nos temos dado que produz um desequilíbrio a nível da cidade, a nível do município tão grande, que temos uma Zona Central e uma Zona Sul que são, proporcionalmente, um primeiro mundo e uma Zona Oeste que, numa análise, digamos, muito superficial e anedótica seria um terceiro mundo. Quer dizer, nós vemos que, se o desenvolvimento continuar como está, isso vai piorar, essa cisão vai piorar, essa diferenciação vai piorar e o patrimônio natural e cultural que a Zona Oeste contém vai se perdendo cada vez mais. Paralelamente, a zona central e a zona sul paga um preço porque vai se perdendo também no seu patrimônio cultural e natural nesse processo. Então, a partir dessa idéia, surge uma esperança no ecomuseu, na medida em que é uma instituição que globaliza, já não é mais um departamento de recursos naturais do estado, um departamento de patrimônio cultural federal ou um departamento não sei que municipal, senão que é uma instituição peculiar, que trabalha esse conjunto e que pode se tornar um recurso de desenvolvimento e planejamento local tendo em vista mudar o rumo desse desenvolvimento, num processo, evidentemente, lento e talvez muito lento mas que, em todo caso, vale a pena instaurar.

Eu estou inteiramente de acordo que o fato de, a maneira de pôr o problema, uma aproximação global é importante e, naturalmente, não tenho nada contra que se ajude a resolver determinadas contradições e o que fazemos em Vilarinho, por exemplo, é isso mesmo, e as dificuldades que há em encontrar soluções vindas de outras soluções, dará às pessoas a possibilidade de ultrapassar essas próprias necessidades. Teria que sempre pôr isso submetido a uma conjuntura que ul-

trapassa claramente as questões do desenvolvimento que as pessoas podem querer.

Maria Célia

Maria Célia, da Universidade Federal da Bahia. Eu quero chamar atenção para um ponto que eu acho que é importante a gente refletir, é que nós não podemos analisar: a ação da museologia, a ação museológica dissociada das demais práticas sociais globais. Então, é importante a gente analisar a estrutura de sociedade que a gente tem, o modelo econômico que a gente tem e não cairmos, de repente, na ilusão de que o ecomuseu vai ser o salvador da pátria. Ele pode apontar, ele pode fazer refletir, ele pode levar a sociedade a refletir sobre determinados pontos para que essa sociedade, junto com, por exemplo, a Zona Oeste ou a comunidade ou as pessoas residentes na Zona Oeste reflitam sobre a sua realidade, mas não dissociada desse contexto geral que a gente vive neste país. De repente, o ecomuseu não vai ser o salvador da prátria nas diferenças sociais existentes entre a zona sul, a zona norte e a zona oeste do Rio de Janeiro. Eu acho que nós temos que refletir muito sobre isto para não termos essa ilusão de que, nesse modelo de ecomuseu, vai estar a salvação dos nossos problemas. Ele sim, eu acho que ele nos aproxima mais de uma museologia participativa onde todas as ações devem ser refletidas, as econômicas, as culturais, as políticas etc., para encontrarmos o caminho dentro dessa situação geral que nós estamos vivendo. Mas não que ele seja um solucionador dos nossos problemas. É preciso que haja esta relação, essa reflexão quanto às demais práticas sociais globais, isso é muito importante, eu acho, em qualquer realidade.

Mariana Várzea

Eu queria aproveitar essa intervenção da Maria Célia e perguntar um pouco como foi a constituição desse acervo do Vilarinho principalmente, e aproveitar para dizer que o ecomuseu, sem dúvida nenhuma, não é uma panacéia, mas talvez ele seja um espaço de reflexão e de expressão dos problemas, me parece, um pouco. Quer dizer, por isso a pergunta sobre a constituição do acervo, um pouco a relação desses grupos de interesse e um pouco uma análise dessa idéia do museu como um utensílio, não é, nesse diálogo desses grupos de interesse.

Mário

Não sei nem por onde começar. Digamos que recolher objetos é fácil, depende da perspicácia da pessoa que os quer recolher. Se consegue fazer um acervo, consegue que as pessoas dêem tudo e mais alguma coisa e pode considerar que isso é uma participação da população. No fundo, pode até nem ser a utilização ou uma determinada posição social ou qualquer outra coisa, mas a pessoa já dá os objetos. Digamos que o dar um objeto para o museu não é, de maneira nenhuma um fator de avaliação da participação das pessoas e, sobretudo, muito menos de participação no projeto que o autor, que o museólogo pretende, porque eu tanto posso recolher objetos e fazer um museu tradicional como para fazer o outro, depende da maneira de me situar com relação às pessoas. Portanto, isso é em relação à questão da recolha dos objetos. Mas, depois, a outra pergunta escapou-me um bocado.

Mariana

Como é que dialogam esses grupos de interesse da comunidade através do museu, do ecomuseu, da idéia de ecomuseu?

Mário

Quer dizer, na minha experiência propriamente também pode-se dizer que não dialogam muito porque não estão preocupados com seus projetos, há uma informação e cada um faz o que quer e o que pensa e isso se traduz no fato, por exemplo, no dia 1º de janeiro de cada ano, nós temos, no banco, o escudos e cada grupo vai arranjar a maneira de arranjar os meios para conseguir fazer os seus projetos. Esperar que um dia se

ponham a discutir em conjunto, começam a ter problemas tão graves que ultrapassam os seus próprios problemas e o projeto do museu vai por água abaixo. Mas também no dia em que as pessoas decidirem que querem discutir sobre os diferentes programas, quer dizer, quem sou eu também para os impedir? O que eu sinto cada vez mais é que somente eu perdi o controle total da situação e, hoje em dia, tudo é feito à minha revelia. Devo reconhecer que as coisas interessantes são aquelas que não fui eu que comecei.

Mariana

Sabe o que eu estou preocupada? É com a idéia que você colocou de que o acervo representa os problemas da comunidade. Eu acho que isso é uma qualidade, talvez, do ecomuseu o fato de ser um museu que tenta ser, mesmo que intangível, mesmo que não esteja espacializado, um espaço de diálogo entre as várias comunidades, entre os problemas da comunidade.

Mário

Exato. E esta parte, aliás, acho que é uma parte que é estimulante neste trabalho de reflexão. Digamos que é quase um jogo de palavras. Em relação ao museu tradicional, as coleções são compostas por objetos e, portanto, há técnicas para lidar com objetos. Em relação ao ecomuseu, ao novo museu, as coleções, diria eu, que são os problemas da comunidade e, para lidar com problemas, se necessita de um outro tipo de informação, necessita de outra abordagem, necessita de outra organização. Não precisamos mais de armazéns para guardar nosso acervo, precisamos de espaço para as pessoas dialogarem. Não precisamos de pincéis para restaurar as coisas, precisamos, sei lá, de uma escola para completar uma formação. Não precisamos de tudo aquilo que é próprio do trabalho com os museus, mas precisamos de outras coisas que nos fazem lidar com as pessoas. Isso leva-nos a um outro assunto que é a organização e penso agora, por exemplo, agora que a Prefeitura está, no fundo, a empurrar esse diálogo, esta

reflexão sobre o ecomuseu, é que essas estruturas do ecomuseu terão que ser forçosamente diferentes das estruturas do museu tradicional. Aqui não há lugar, é conservador de primeira, conservador de segunda, técnico auxiliar de museografia, técnico auxiliar de segundo nível, quer dizer, esse tipo de codificação que foi feito e que construiu, no fundo, a profissão de museólogo, a de conservador, na nossa sociedade, não é evidentemente adaptável quando os problemas com que se vai lidar são problemas que têm a ver com as pessoas. Aí é preciso, e será provavelmente a primeira vez que uma Prefeitura fará um esforço de reflexão que profissionais, que pessoas necessitam, que estruturas, como é que isso vai se enquadrar dentro do sistema do, não sei se é o mesmo aqui, do funcionalismo público, como é que vamos classificar essas pessoas que, no fundo, nos aparece o eletricista e o diretor do museu ao mesmo nível, que categorias profissionais vamos encontrar para essas pessoas? Porque eles, hoje, aparecem exatamente ao mesmo nível, ou a um conservador, dentro desse processo, são pessoas que trabalham e que põem as suas competências ao serviço dos outros, logicamente eles terão que estar ao mesmo nível. Como é que lhes vamos pagar, numa Prefeitura? Já que as outras classificações deixaram de ser operatórias. Portanto, isso, essa idéia de trabalhar com as pessoas, conhecer os problemas repõe outro tipo de problema que tem a ver com a própria organização e estrutura que vai funcionar que, se não se fizer também o esforço nessa mudança de estrutura, de quadro, de organização, de classificação de pessoal, vai haver aí problemas e conflitos. Penso que esse problema, em Portugal, não está minimamente resolvido e continuam as pessoas a entrarem e a sairem dos museus em termos de escriturário de primeira, escriturário de segunda, seção A, seção B, não é minimamente adaptado a um novo tipo de trabalho. Não sei se isso agora já nos aproxima mais.

Regina

Para o Professor e a Manuela. Sou moradora na Zona Oeste e professora também. Quando Manuela começou a descrever a questão do museu na escola, então nós, ali atrás, um grupo de professores, começamos também a descobrir que o trabalho de Manuela é semelhante ao nosso trabalho na escola, só que ela fala de surfista e o nosso surfista, que nós trabalhamos, é o surfista ferroviário porque nós somos residentes da Zona Oeste. Então o nosso trabalho com o aluno era muito difícil. No momento em que nós começamos a fazer projetos, a trabalhar com a escola viva, com festival de pipa, a fazer oficina da palavra, nós conseguimos resgatar esse aluno e o professor começou a fazer seu trabalho. Então, qual foi a nossa descoberta aqui, conversando com vocês, que nos falta uma coisa, nós trabalhamos, mas nós não temos acervo, nós não conseguimos organizar esse acervo. Nós não temos nenhum museu tradicional, nem o ecomuseu. Então o que eu quero falar para vocês que estão aqui agora, porque nós, que somos da Zona Oeste, trabalhamos na Zona Oeste, é que descobrimos a importância de vocês no nosso trabalho porque, se vocês vierem a nós como esse gestor moderno que conhece o trabalho, que é o facilitador da descoberta, que sabe fazer aquilo que nós não sabemos fazer, que sabe catalogar, que sabe identificar, a Zona Oeste deixará de ser o terceiro mundo que realmente, em algumas partes é. E também nós não podemos jogar a culpa em ninguém, nós temos que assumir o nosso trabalho, e peço também a vocês que o assumam junto com a gente, esse trabalho, se nós trabalhadores, professores da Zona Oeste contarmos com vocês como gestores modernos, como gente que está lá conosco querendo trazer àquela população, mostrar que existe alguma coisa melhor, nós vamos melhorar esta cidade, porque a nossa população lá ainda não percebeu a riqueza que nós temos em volta. Então, o que nós queremos é que eles aprendam a respeitar o seu meio para que eles se respeitem e tenham o respeito de todos. E, para isso, eu conto com vocês.

Lourdes

Eu queria só dar um aparte antes de duas perguntas que eu sei que vão ser incríveis. Eu acho o seguinte, que existe o que hoje se tenta denominar de ciência e que, realmente, eu me questiono muito se é ciência ou não, e existe a museologia, que é um método de trabalho, ela não é um fim, ela é um meio. Então, ao se tratar de ecomuseu, de museu tradicional, do que a gente queira denominar, a gente necessita da museologia. Isso, eu fiquei muito contente com o seu aparte, Regina, porque você trouxe isso, uma visão de uma pessoa que está tendo um contato com o que será a museologia. Então, como a gente tem métodos para aprender a ler, a gente tem métodos para tratar os objetos, quer sejam objetos que vão constituir coleções em ecomuseu, digamos assim, num espaço físico que se denomine a base principal de um ecomuseu ou numa antena, ou num parque, ou numa experiência ao ar livre, a museologia é esse método que serve para nós e acredito que esses problemas que talvez o Moutinho tenha falado sobre ele, o problema dos objetos, das coleções, eu acho que esse é um ponto interessantíssimo da gente trabalhar, porque ele começou falando do problema, mas ele escoou falando do problema do homem que vai tratar esses objetos e como ele vai se posicionar do ponto de vista da atribuição e o cargo e função que são muito importantes na vida de um museu. Mas eu acho que, intrinsicamente ou conceitualmente, para o museu, para a gente, como a gente está se propondo para guardar uma memória, sendo a memória do homem em grande parte é composta dos objetos, dos artefatos feitos pelo homem e dos especimes da natureza, então, nós não podemos nos distanciar de métodos que nos ajudem a decodificar esses objetos para que ele possa falar a linguagem de comunicação para esse homem. Então, eu acho que esse ponto a gente tem que refletir muito, quer dizer, o ecomuseu, a ecomuseolo-

gia, ela não pode se afastar disso. Isso é como, até hoje, a classificação de Lineu. Nós só podemos trabalhar com informática para maior comunicação, maior extensão de dados, e esses dados são o que? A decodificação da linguagem dos objetos. Eles têm um método, a gente não vai poder prescindir deles.

Mário Chagas

Em cima da fala da Regina e da fala da Lourdes, eu queria dizer o seguinte. De modo especial, penso que não é preciso que se seja museólogo para se fazer museologia. Então, Regina, eu acredito que você, mesmo não sendo museóloga, você pode fazer museologia. A questão que me parece fundamental é que esse mesmo raciocínio é válido para o campo da matemática. Eu não preciso ser matemático para saber fazer as operações básicas, eu não preciso ser um gramático para saber redigir uma carta. Me parece inclusive que esta é a única forma de nós garantirmos a museologia como uma disciplina. Quando a museologia ganhar espaço, quando a museologia penetrar a casa das pessoas, quando a museologia penetrar todos os campos, aí ela pode se firmar como uma disciplina, seja uma arte, seja uma ciência, seja o que for, aí ela se firmará como tal. Só à medida em que ela for apropriada pelas pessoas. Daí e, de outro lado, é preciso uma separação muito nítida entre a museologia e os museus, quer dizer, é preciso que a gente tenha uma noção de relações. Agora, eu tenho uma questão para o Mário, o meu nome é Mário também, eu sou do Museu Histórico Nacional e da Universidade do Rio de Janeiro. É possível, Mário, na sua opinião, a transformação de um museu tradicional, em um ecomuseu e, no sentido contrário, é possível que um ecomuseu se transforme em um museu tradicional? Eu penso que essas duas questões são fundamentais porque, do contrário, nós debatemos palavras e não debatemos o conceito fundamental das coisas. Me parece que, tanto o museu que é tradicional quanto um ecomuseu, podem ser manipulados e parece que tem uma questão grave por trás disso tudo que

é o seguinte: o ecomuseu está na vanguarda de qual corrida? Ou melhor, o ecomuseu é vanguarda? E, sendo vanguarda, em que ponta da corrida que ele está? Me parece que esta é uma questão que devemos, então, refletir sobre ela.

Mário

Bom, há várias maneiras de responder. A primeira é dizer que um ecomuseu, se é fundado sob novos princípios, nunca virá a ser um museu tradicional. Mas a prática mostra que não. Hoje em dia, há cada vez mais ecomuseus tradicionais e ecomuseus de desenvolvimento. Há aqueles que, no fundo acham que fazer um ecomuseu e expor os objetos através de um território, podemos fazê-lo, não há dificuldade nenhuma. Em vez de termos dentro de uma casa, nós temos e respeitamos os princípios da ecomuseologia, em vez de estar dentro de uma casa, está espalhado. Mas não altera nada. O que há de novo na ecomuseologia é uma aproximação ao trabalho, um trabalho coletivo, pronto. Portanto, os ecomuseus, há os dois, o tradicional e há o ecomuseu de desenvolvimento, aliás, estou a utilizar uma expressão do próprio Hugo de Faria. Em relação à mudança dos museus tradicionais em novos museus, eu também diria não, nem há razão para isso. É preciso que os museus tradicionais estejam a par do tempo em que eles vivem, sejam museus contemporâneos, se modernizem, e aí eles cumprem a sua função porque realmente o que é que a gente vai fazer com tudo aquilo que está dentro dos museus? Não vamos deitar fora, em princípio, a primeira obrigação do conservador, do museólogo é conservar. Portanto, os museus tradicionais que continuem a fazer o seu trabalho, que se modernizem e aí é que estará, de fato, o seu projeto, não é se transformarem numa outra instituição. Eles também podem se tranformar numa outra instituição, mas, então, têm que se despir de uma tal maneira que, numa certa altura, já não são nada. Quer dizer, foi preciso expulsar até os próprios funcionários que estavam lá para tomar conta das peças e não para serem animadores

culturais, foi preciso retirar os objetos das salas para liberar as salas para fazer reuniões com a comunidade, nesta altura já não há museu tradicional. Portanto, a transformação do museu tradicional num novo museu, no fundo, primeiro, não há razão, há sim razão para que eles se modernizem, que utilizem todas as técnicas que uma pessoa quizer de comunicação, de exposição, tudo isso, mas que é importante. Mas pensar nesse processo de museu tradicional

Em tese é possível mas, nesse caso, já não sobra nada do museu tradicional. Mas, se se transforma, transforma, transforma, a partir de uma certa altura, deixou de ser o que era. Então está bem, nasceu um novo museu sobre as ruínas do museu tradicional, sobre as ruínas do museu tradicional brotou um novo museu. Mas o novo museu, com outras funções, até não há razão para que deixe de se ocupar de suas peças, de seus objetos, e passem a tratar de pessoas.

Mario

O que eu acho é que o museu tradicional, é fundamentalmente social e está inserido dentro do meio ambiente dele e de um meio ambiente maior. O que me parece é que a pesquisa do museu tradicional, ela sempre foi muito parada, ela nunca levou ao público o peso social de suas coleções que só existem e só são compreendidas dentro de um meio ambiente. O que que acontece? Sou o visitante, tenho uma bagagem cultural grande, ao ver um quadro dentro de um museu tradicional, eu vou me situar no tempo, no espaço, na música, no momento social etc. O que estou fazendo? Estou fazendo a nova museologia dentro de mim, só que o museu, explicitamente, não deu isso para mim, apenas eu, como um observador, digamos, privilegiado, tenho dentro de mim esta bagagem, mas você extrair isso de um museu ou não, tradicional, quer dizer, é uma coisa de cada um. Mas o museu tradicional tem essa potencialidade, ele não explora essa potencialidade. Eu acho que ele não termina se ele explorar essa potencialidade.

Tereza Cristina Scheiner

Eu queria lembrar aqui que, às vezes, se desloca, no meu entender, o foco da discussão. Do momento em que a gente está trabalhando em cima de ecomuseu, quer dizer, tentando discutir o ecomuseu, vale lembrar que não se pode ser maniqueista, ou seja, não é um jogo de futebol tipo Fla-Flu, de um lado, o museu tradicional, de outro lado o ecomuseu, ao ecomuseu tudo, ao museu tradicional nada. Não é assim, não é uma coisa tão simplista assim. Me parece, por todas as leituras e observações que eu tenho feito, que a tônica do ecomuseu é apenas a forma de trabalhar.

Se a gente lembrar que existem museus tradicionais que se preocupam profundamente com a questão social, que estão completamente felizes com a maneira como traduzem o seu trabalho, que trabalham, sim, com uma visão mais ampla da questão social, da questão cultural, que trabalham com a museologia como processo também, a gente começa a perceber que essas coisas não são características únicas, intrínsecas do ecomuseu. Eu acho que o que se confunde muito, e eu tenho colocado isso dentro da Escola, nas discussões, tanto em Teoria e em Metodologia da Museologia como na própria prática museológica, na nossa prática lá com exposições, com o trabalho que a gente faz extramuros, de educação ambiental e tudo o seguinte: a gente não pode confundir o museu do discurso com o museu real. Eu acho que aqui estamos fazendo uma ligeira confusão entre os modelos conceituais, que estão no âmbito do museu do discurso, com as experiências que se vivenciam dia-a-dia, e que estão no âmbito do museu real.

O museu tradicional, o modelo de museu tradicional, tem potencial incrível também. Agora, eu acho que a gente ficou um pouco traumatizada com algumas realidades que vivencia aqui, aonde esse modelo de museu tradicional (que, em si não é ruim, que em si tem um potencial muito grande) é mal traduzido na prática. Então é o fenômeno Museu, como nós temos o Teatro, en-

quanto fenômeno. Se o teatro da esquina é bom ou é ruim, isso é uma questão de administração, uma questão dos limites daquela experiência particular, mas não é o Teatro que é ruim porque aquele teatro da esquina é ruim, e não funciona bem. Eu acho que a gente não pode perder de vista esta questão, confundir os museus onde trabalha, alguns museus que não dão certo com o modelo do museu tradicional. Ele, em si, não é ruim: esse trabalho com a comunidade é feito em vários museus do tipo tradicional, no Brasil e fora do Brasil. Eu tenho uns colegas que são do Smithsonian Institution, que trabalham no Museu de História Americana, que é um museu absolutamente tradicional, absolutamente dentro do modelo, e fazem um trabalho magnífico de coleta de objetos com a comunidade, fizeram um trabalho com a comunidade negra que se deslocou do campo para a periferia da cidade de Washington, para trabalhar em fábrica. Essa comunidade foi acompanhada pelo museu, fizeram uma exposição, fizeram um trabalho de inventário das modificações sócio-culturais e econômicas pelas quais essa comunidade passou. Então esse trabalho pode também, e deve, ser feito pelo museu tradicional. Agora, se ele é ou não é feito pelo museu onde eu trabalho e você trabalha, aí é uma questão que precisa ser estudada via análise de caso, mas me parece que não se deve julgar essa questão de uma maneira maniqueista, no ecomuseu pode, no museu tradicional não pode.

E a outra questão, Mário, continuando o que você colocou e que eu acho foi muito bem lembrado, sobre o fato de o ecomuseu estar ou não estar na vanguarda. Vou dizer, do meu ponto de vista, eu não sei se o ecomuseu está na vanguarda, eu conheço museus tradicionais que são absolutamente vanguardistas nos seus métodos, na sua expressão, na maneira como eles se realizam frente à sociedade e já li sobre experiências de ecomuseus que não deram muito certo como se esperava porque absolutamente eram tradicionais demais. Então, eu não sei se o foco da questão seria se o museu é vanguarda ou não, se o modelo é vanguarda ou não.

O trabalho que a gente realiza naquele momento é vanguarda ou não é vanguarda? O que que é possível a gente fazer? E aí lembrando o que o Ulpiano está nos colocando desde ontem, não vamos esquecer que memória é um processo, a museologia é um processo, qualquer museu pode e deve trabalhar a museologia enquanto processo. Essa discussão focada em cima do objeto fabricado às vezes me deixa um pouco aflita.

Vamos ampliar um pouco a discussão, vamos lembrar que o Jardim Zoológico é um museu tradicional, o Jardim Botânico é um museu tradicional, o Aquário e o Planetário são museus tradicionais, então, eles também trabalham com a vida, com as comunidades de plantas, com as comunidades de bichos no museu tradicional. Me parece que a questão não é essa, focar toda a responsabilidade em cima do ecomuseu. E uma última coisa, que eu não quero me alongar aqui demais, é também não esquecer o fato de que, tanto no museu tradicional quando no ecomuseu, a gente está trabalhando não uma coisa abstrata, amorfa, que é o público ou a comunidade essa coisa remete muito para o domínio do irreal. Estamos trabalhando com pessoas, nós somos pessoas trabalhando com pessoas. E a possibilidade de transformação de mentalidades, de formação de idéias, seja no museu tradicional, seja no ecomuseu, vai ser se realizar a partir da nossa possibilidade, da possibilidade da equipe, de fazer um trabalho transformador. Quer dizer, para a gente poder transformar a comunidade, para poder fazer um trabalho que acrescente alguma coisa, é preciso que primeiro, se modifique.

Então é com isso que nós estamos preocupados no momento na escola, e qualificar pessoas para que elas possam realizar um trabalho transformador, seja em que estrutura for. Seja qual for o método que estão usando.

É aí que eu tenho algumas dúvidas também, se de fato, as universidades conseguem dar a formação para que as pessoas trabalhem nesses tipos novos de mu-

seus. Ao fim de dois cursos, cada vez me interrogo mais se, de fato, se consegue dar essa formação.

Hernan Crespo

Eu sou Hernan Crespo, do Escritório Regional da Unesco, que tem sede em Havana. Gostaria de fazer uma pequenissima reflexão em relação com a da cultura. Ontem, eu tratei um pouco de colocar historicamente o fenômeno da reflexão que foi feita a respeito dos anos 80, sobre o que é a cultura e a redefinição da cultura. Falei um pouco do processo, que teria que dessacralizar o conceito de cultura, que cultura não era apenas as artes, mas que a cultura é holística, que se tinha adotado o conceito antropológico da cultura.

Para não errar porque o planejamento do desenvolvimento até os anos 80, praticamente, tinha errado porque não havia levado em conta a cultura e o homem como sujeito do desenvolvimento e, por isso, se cometeu erros essenciais do ponto de vista de uma espécie de etno-civil, uma espécie de eco-civil, que tinha esgotado a natureza e o homem, principalmente em nossos países subdesenvolvidos, tinha ficado de fora desse processo de desenvolvimento. Então, tendo esse conceito como o conceito fundamental, o fato de pensarmos em ecomuseu atualmente, não como uma panacéia, mas sim como uma experiência nova essencial é porque se coloca o homem como sujeito do fato cultural, como sujeito do desenvolvimento. O ecomuseu, para mim, se justifica unicamente se a comunidade é o ator do museu. E aí se está aplicando essa nova teoria ao planejamento de que, primeiro a cultura, representada pelo homem e pela comunidade, e, logo, o homem é o sujeito e o ator do desenvolvimento se o fazemos participar do ecomuseu. Para solucionar problemas que vão desde a saúde ambiental até a identidade.

Por isso, por exemplo, o projeto que vocês estão projetando para a Zona Oeste me parece que tem indicações imensas porque pode contribuir para o desenvolvimento desse setor do ponto de vista da saúde, da escola, do analfabetismo e, sobretudo, do ponto de vista da identidade. A comunidade aí vai se reencontrar, vai colaborar, do ponto de vista que vai ter uma identidade. Por isso creio que a experiência dos ecomuseus, nascida a partir dos anos 70, coincide um pouco com a grande angústia expressada em 1982, no México, onde se disse, estamos errando na teoria de desenvolvimento porque o homem está fora do processo de planejamento. Parece-me que, desde aquela época, foi feita esta reflexão.

Maria Regina Matos

Maria Regina Matos, do Museu de Paranaguá. Eu gostaria de ter a oportunidade de falar imediatamente após o Mário, mas Teresa já deu um ponta-pé naquilo que nós gostaríamos de colocar. Nós estamos, nós somos um museu, para quem conhece o Museu de Paranaguá, nós somos um museu modelo tradicional. Estamos, há 3 anos, no museu procurando desenvolver atividades de ecomuseologia. Não temos a intenção de transformar o museu de Paranaguá em um ecomuseu em Guaraqueçaba, por exemplo, que é uma área próxima a uma reserva ecológica de onde nós ainda desenvolvemos uma atuação muito tímida, muito precária. Então, a minha contribuição é no sentido de que as atividades, o problema que surge, Mário, me parece, é que existe uma atividade muito pequena de alguns museus, em nosso país, uma atividade social. Então, fica clara essa necessidade de ecomuseologia em alguns museus tradicionais. E eu concordo plenamente com o Hernan quando ele coloca que, se não houver uma participação da comunidade, nós não temos um ecomuseu. E essas atividades, essas ecoatividades desses museus tradicionais me parecem ser a saída para esse caminhar para ecomuseus em nosso país. Era essa a nossa contribuição. Obrigada.

Mário

Há uma museologia que é participativa e que pode não ser ecomuseologia e há uma ecomuseologia que pode ser, ou não, participativa. E, portanto, dar a eco-

museologia como uma expressão de uma nova museologia me parece que não é o melhor caminho de deixarmos as coisas menos complexas. A ruptura que me parece que existe, e quando se põe o problema da transformação dos museus é que, teoricamente, podemos fazer tudo mas, no fundo, no fundo, um museu ou está voltado para receber um público ou está voltado para se transformar em uma instituição ao serviço do desenvolvimento das pessoas com a participação delas, com a ida e a vinda, com tudo isso. E há uma ruptura. E podemos imaginar um museu que se transforma, mas não há nenhum museu, penso eu, museu tradicional, que decida, agora nós vamos fechar. Porque as duas coisas, não é que elas sejam incompatíveis teoricamente, mas, na prática, são incompatíveis.

Um museu ou se orienta para uma coisa ou se orienta para outra a não ser que tenha, assim, tantos meios financeiros para criar uma outra instituição paralelamente. Há aqui, de fato, no momento, teoricamente, tudo vai bem mas, na prática, um museu ou se dedica a uma prática, a uma museologia participativista e esquece o público, porque não é para isso, a museologia participativa não inclui a idéia de público, de maneira nenhuma, inclui a idéia de participante, ou então continua com a outra idéia de público e, para o público, há também muito trabalho a fazer e também há trabalho social a fazer, uma preocupação, enfim uma contradição que existe. As vezes não é mal uma pessoa redizer aquilo que já sabemos, mas, no fundo, a outra museologia também é social. Agora, também não vamos esquecer que aqui há uma ruptura entre um museu que está voltado para receber público e um museu que está voltado a se pôr à disposição de uma comunidade para participar no desenvolvimento da comunidade. E na prática, na prática, as coisas são bem mais dogmáticas do que nós, às vezes, tentamos dizer, enfim no fundo, a prática é bem mais dogmática do que nós percebemos.

Heloisa Peixoto Nogueira

Bom dia. Eu sou Heloisa Peixoto Nogueira, da UniRio, do Mestrado de Administração de Centros Culturais. Gostaria de trazer aqui e aproveitar também para questionar o Mário, é uma preocupação bastante grande, no Mestrado, no que se refere, principalmente, à ausência notadamente forte de público nos museus tradicionais. Este fato, no nosso Mestrado, gerou um projeto de pesquisa, que já está em andamento, que se refere a uma busca de investigação etnográfica para que pudéssemos, em contato com algumas instituições culturais aqui do Rio de Janeiro, notadamente um museu, uma biblioteca, um centro cultural e um arquivo, já que nosso Mestrado é interdisciplinar também, nós gostaríamos de avaliar quais os comportamentos detectados do público visitante, notadamente em alguns aspectos, por exemplo: como ele trabalha a memória, como ele compreende o que é cultural na sua própria decodificação como processo vivencial, o que ele entende que é evento, porque notadamente se vê que algumas instituições, sejam particulares, ou não, têm maior ou menor âmbito de público conforme a sazonalidade de suas atuações. Mas a questão que fica sempre atrás, e que me parece que se relaciona com o que já foi discutido aqui ainda de manhã, é o aspecto de que, no momento em que os museus adotam técnicas de captação de público, principalmente no domínio da mercadologia, da propaganda, da divulgação de eventos, ele começa a entrar numa seara, que você bem trouxe, o aspecto, o reinventar a empresa; até que ponto este passo possa incidir numa conotação que fira, em termos epistemológicos, todo o conceitual da museologia e da cultura e, portanto, até que ponto este público, como é que ele decodifica, como é que ele trabalha aquele momento cultural em que ele está inserido naquele instante. Eu gostaria, dentro dessa experiência que nós estamos tentando realizar, que você trouxesse, se for possível, alguma pesquisa já realizada em Portugal com essa conotação específica.

Mario

Sinceramente, eu acho que a única resposta que vai ter de minha parte é que não sei por onde pegar nesse problema. Digamos, trabalhar com o público é uma questão que eu nunca preocupei-me, eu próprio. A única coisa que eu percebi é que há um grande desencontro no dia-a-dia, quando a gente percorre um museu, uma exposição, entre o que o museólogo quis fazer e a percepção que o público tem daquilo. São dois mundos diferentes. São pessoas que, de maneira geral, se trabalham de costas voltadas. Há um projeto, o próprio circuito que propos tudo isso, as pessoas vão lá e não seguem nada daquilo, as pessoas vão lá numa outra atitude, vão lá porque estão cansadas, vão lá porque são obrigadas a ir no grupo dos 200 alunos da escola, vão lá porque são turistas e fica bem entrar no museu.

Há aí um problema, me parece, isso não está muito bem verificado, entre o discurso do museólogo e o que as pessoas levam da exposição. Me parece que não há grande relação, só superficialmente mas, no fundo, no fundo, é muito difícil de encontrar.

As pessoas vão ao museu e vão a procura de 5 minutos de sossego ou vão a procura, ou, se ela é muito especializada, ela já nem vai mais ao museu porque o que ela vai fazer ao museu? Porque o museu também a função que ele tem como fator de formação, a vida é tão curta, são tão incompletos, os guias, na maior parte das vezes, estão mal preparados. Quer dizer, teoricamente tudo pode funcionar mas, na prática dá-me idéia de que as pessoas vão ao museu e ficam satisfeitas, mas é por razões que não têm nada a ver com aquelas que o conservador gostaria que elas estivessem satisfeitas. Ainda por cima, tudo isso, na minha maneira de pôr, os problemas ainda se agravam porque eu, de fato, não estou preocupado com o público.

E uma coisa que me inquieta é o público no museu porque, de fato, não estamos vocacionados para trabalhar com o público. Isso, sem critérios de valorização ou desvalorização do que quer que seja. De fato não estamos. É um outro processo. Para quem prepara um discurso para apresentar a um público, aí sim eu acho que todos esses estudos devem ser importantes. Mas também não esqueçamos que não é por introduzir metodologias de marketing, de publicidade e tudo isso, que se adota a postura de uma nova empresa do tempo contemporâneo.

Podemos utilizar tudo isso e estar a reproduzir uma situação empresarial com 30 anos de atraso. Portanto, uma coisa não implica a outra. Agora, que me parece que, quando se trabalha com o público, que há uma compra e uma venda de um serviço, é evidente que, mesmo introduzindo essa idéia, a idéia antiga de empresa também já não era mal. Quer dizer, significaria um progresso de 40 ou 50 anos para a maior parte dos museus, se conseguissem reintroduzir dentro dele e gerir de maneira contemporânea as suas obrigações diontológicas, e tudo isso, que têm para com suas próprias populações. É evidente que não estou a dar resposta nenhuma, é um desabafo mais que outra coisa.

Gabriela Pantigoso

Gabriela Pantigoso, IBPC. Eu não quero exatamente fazer uma pergunta, não, é apenas, depois de tudo isso que eu escutei aqui dentro, e tentando me situar dentro da discussão um pouco mais, comecei aqui a ter novas preocupações, preocupações geradas, talvez, pela minha própria formação, não só de museóloga, mas de antropologia. E a preocupação maior, nesse trabalho todo, e inclusive dentro do mesmo pensamento colocado pelo Ulpiano e por outros aqui dentro, é que nós não estamos muito capacitados, muitas vezes, a entender que as nossas interferências em todos esses segmentos, em todos esses processos, geram conse- qüências, muitas vezes, bastante diferentes daquelas que nós pensamos inicialmente e que, então, esses aspectos é que eu considero como dos aspectos mais complicados dessa problemática atual de todos esses conceitos que aqui nós vimos de toda essa situação. Nós, todas as vezes

que interferimos com a nossa maneira de pensar, nossa maneira de ver as coisas, muitas vezes causamos uma série de conseqüências que nós não podemos prever com absoluta segurança, já que nós tratamos de ciências sociais.

Por outro lado também, encarando esse problema da nova museologia, da ecomuseologia enfim, estava comentando ainda há pouco com Teresa, inclusive, daí a levar esse comentário a você, é que vejo que, realmente, mais uma vez eu sinto, a nível de tudo o que nós escutamos dos diversos segmentos aqui presentes, das diversas formações, é que realmente nós, museólogos, temos uma visão do problema bastante mais ampla.

É o que Teresa colocou como uma visão holística, talvez aí esteja o grande problema colocado. É isso o que eu queria colocar.

Dalice Priochi

Eu me chamo Dalice Priochi, sou de Santa Cruz, da Associação de Moradores de Santa Cruz e professora do Município do Rio de Janeiro. Além disso, colaboro com o núcleo de orientação e pesquisa histórica de Santa Cruz. E é sobre justamente isto que a Gabriela terminou falando que eu queria colocar. Realmente, a visão da comunidade é bem mais simples do que a que os museólogos apresentam. Vocês têm realmente uma visão ampla da coisa, mas nós, da comunidade de Santa Cruz, da comunidade da Zona Oeste, nós temos um pouco dessa prática. Felizmente eu vim a esse Encontro Internacional de Ecomuseus e pude descobrir, através das palestras e dos comentários aqui feitos, que nós praticamente fazemos um pouco disso, só que não sabíamos que se chamava ecomuseu. Não tínhamos essa conceituação toda, nós simplesmente estávamos, eu vou relatar como foi que se passou a coisa. Santa Cruz era uma província, fechadinha, todos se conheciam, todos eram uma família só. De repente, começaram a chegar os grupos vindos de diversas partes do Rio de Janeiro e ficamos ilhados, e vimos que precisávamos, para não ficar ilhados, nós precisávamos tentar entrar em contato com aquela comunidade.

E foi isso o que aconteceu. A nossa Associação de Moradores surgiu do contato com esses grupos externos. Foi assim que nasceu a Associação de Moradores de Santa Cruz. Eles nos deram o embasamento, nós, oriundos do lugar, tivemos que pedir auxílio às comunidades que migraram para Santa Cruz para podermos fundar a nossa associação de moradores. E aí começamos a trabalhar em prol do que havia, do que já existia, e isso devemos a um gestor que já há em Santa Cruz, o gestor que eu considero que é o nosso líder nessa parte porque nos mostrou esse caminho, é como Prometeu que mostrou, levou o fogo sagrado até a comunidade. É o Sinvaldo que tem feito, há 13 anos, um trabalho de conscientização da comunidade para esse trabalho de resgate daquilo que é nosso e até de conservar o que estamos vivendo. Eu não sei se estou dentro do contexto, se estou fora, eu só sei que eu me reconheci nesse espelho e, nas palavras que a Teresa disse ontem, eu olhei esse espelho e, realmente, eu não vi uma imagem apolínea da minha comunidade não, eu vi uma imagem dionisíaca, era eu como eu era mesmo, era a comunidade. E eu queria também dizer que uma coisa ficou firme na minha cabeça desde o momento em que ela falou que cada comunidade terá o seu ecomuseu na hora, no tempo, no espaço em que ela quiser. Muito obrigada.

José Tomé

José Tomé, Coordenador de Animação Cultural da SME. Eu sou morador de Campo Grande, portanto, da Zona Oeste. Só para lembrar que eu acho que o museu itinerante seria um caminho para se começar o ecomuseu porque as comunidades de Santa Cruz, de Campo Grande, são comunidades carentes, é aquele que não tem condição de ir a um museu tradicional, ele nem conhece, não sabe, a maioria não sabe e não consegue ir a um museu tradicional. Então é o caso do museu tradicional ir até às comunidades com um museu itine-

rante para poder levantar esse ecomuseu que a gente pretende. Era só isso que eu queria dizer.

Lourdes

Alguma pergunta mais?

Mário

Eu só gostava de completar o que disse há um pouco quando me falaram pela primeira vez da organização deste Encontro e que tinha a ver, efetivamente, com a criação de um ecomuseu, um ecomuseu voltado para a comunidade da Zona Oeste e eu perguntei logo, e a primeira pergunta que eu fiz foi: e quem é que vem a esse Encontro? E perguntei logo, e vêm as associações dos moradores, e vêm os animadores locais, e vêm os responsáveis pelas pequenas comunidades, e vêm essas pessoas todas? De maneira, é evidente que, quando se está, assim, falando dessa maneira, eu acho que sim, quer dizer, aí vamos ter, efetivamente, um ecomuseu de desenvolvimento da zona oeste porque, quer dizer, não é importante, nós descobrimos agora que faziamos ecomuseu, não é importante. Bom, é prática do animador cultural, não o animador cultural que, talvez, em Portugal está em crise a idéia de animador cultural, mas animador cultural, o animador social. Efetivamente é este tipo de formação que é necessária para se trabalhar com as pessoas e eu dizia, há um bocado, nós fizemos muito esforço para propor o ensino da museologia.

Pessoas que se sensibilizam para determinado tipo de trabalho, ou então não há formação nenhuma universitária que consiga. De fato, no meu entender, o animador social é a pessoa que está no centro desse processo. E é aí que o museólogo tem que ficar pequeninho porque, de fato, é uma outra história fazer o ecomuseu, praticar esta nova museologia, é outra história completamente diferente. Existe, sem valorizar ou desvalorizar qualquer coisa, existe uma competência e uma formação que, essas, são as necessárias para participar no desenvolvimento da comunidade. De maneira

que eu fico satisfeito da gente estar aqui e não estar sozinha, ainda por cima, porque já vieram aqui várias pessoas da Zona Oeste.

Sobre esse aspecto da formação, eu acho que há um dado que a gente deve refletir e que é o seguinte. É que uma ação museológica que se faz com a sociedade, em que se busca o desenvolvimento social, ela também visa a produção do conhecimento, ela não se esgota em si mesma. Não é uma ação que vai terminar no momento em que você executou aquele trabalho que foi feito junto com aquele determinado grupo. Mas ela deve gerar a produção de um conhecimento e essa produção de conhecimento vai ser diferente da produção de conhecimento acadêmico, fechado numa universidade, porque essa produção deve ser devolvida à essa sociedade. Deve ser devolvida a esse grupo. E outra questão que eu acho que é séria também é o nosso posicionamento como pesquisador, como técnico, diante da comunidade, diante do grupo com que a gente trabalha. Não é termos a ilusão de que vamos ser iguais, que vamos trabalhar como se fosse, efetivamente, um membro daquela comunidade porque não somos. Agora, temos é que deixar claro essa diferença, trabalhar com essa diferença e eu acho que o que é mais importante nisso tudo é devolver, é construir em conjunto o conhecimento que é produzido a partir dali porque, infelizmente, na maioria das pesquisas acadêmicas, nós usamos as comunidades como cobaias, realizamos os nossos relatórios e engavetamos.

Maria Célia

Rapidinho. É para dizer da possibilidade de usar o ecomuseu como recurso de planejamento no sentido de romper com o planejamento como panacéia porque é o que tem sido feito até hoje e não tem dado certo. Faz-se um belíssimo estudo, belíssimas alternativas, vêm livros em technicolor sobre como vai ser a região dada, não dá certo, não tem dado certo até hoje. Quer dizer, o próprio Plano Diretor do Rio analisa que as melhores medidas e os melhores projetos locais, municipais, de

planejamento urbano têm sido feitos porque são locais, porque são analisados com a comunidade local e a partir da realidade local. É nisso que o ecomuseu surge como um recurso de planejamento, não só urbano, mas de planejamento social porque ele engloba, nessa instituição peculiar, a questão, o fio condutor a partir de patrimônio natural e cultural, com a participação da comunidade.

Lourdes Novaes

Complementando o que a Maria Célia levantou, eu queria refletir aqui um problema que eu acho o seguinte, que foi muito vivenciado no ecomuseu de Itaipu.

O museólogo, ou o profissional de museus, que aqui eu prefiro usar essa palavra porque é a interdisciplinaridade trabalhando no museu, ele não deve se sobrepor. Ontem Fernanda falou muito na transparência daqueles que estavam trabalhando junto com a comunidade. Deve, sim, haver uma troca de conhecimentos. E só através dessa troca sadia é que nós vamos poder passar alguma coisa para vocês e vocês nos darem o embasamento para, então, a gente interagir melhor.

É através desse diálogo que, realmente, o museólogo, o antropólogo, o sociólogo, vai poder trabalhar para essa grande finalidade que é o homem daquele território que se está trabalhando em forma de ecomuseu. Então, eu acho o seguinte, lá em Itaipu, por exemplo, nós tivemos a experiência de museologia aplicada junto às pessoas que trabalhavam no museu, que faziam parte da comunidade e que não tinha formação em museologia, de jeito nenhum.

Nós trabalhávamos com equipe científica, como Fernanda mostrou, com biólogos, botânicos e, depois, tinha o pessoal que veio ajudar no museu, que eram funcionários da Itaipu, muitos deles, muitas pessoas eram donas de casa, outras eram professoras de escola primária, outros tinham servido no batalhão, tinham acabado seu tempo de serviço militar e vieram ajudar no museu, eles eram funcionários de Itaipu, mas eles não tinham, digamos assim, ferramentas, não usarei

nem o termo científico mas, no fundo, são técnico-científicos, para trabalharem em trabalhos de base para que um museu ou um ecomuseu funcionasse. Então, eu não gosto muito da palavra museologia popular porque eu acho que talvez ela deprecie, não só a idéia de museologia, mas a idéia também das pessoas que estão auxiliando.

O que houve foi um intercâmbio de informações metodológicas para que as pessoas do local realmente pudessem se ocupar e levar adiante aquele projeto. Tanto que, se vocês perceberam na fala da Fernanda, nenhum de nós que foi para lá trabalhar, quer na implantação, quer na prospecção, quer na preparação desse grupo comunitário para que ele se ocupasse e se... daquilo que era dele, nenhum de nós ficou. Quer dizer, a comunidade permaneceu e a comunidade, o que que aconteceu? Ela absorveu aquilo que nós pudemos trocar com ela e ela achou um novo rumo para ela, lógico que ainda há as linhas mestras que foram dadas através de um trabalho incrível porque, para vocês terem uma idéia, para que o ecomuseu de Itaipu fosse criado, além da vontade dos dirigentes e da comunidade, teve que ser feito um documento científico que se chama um relatório enorme museológico composto de 5 volumes. Então, esses 5 volumes, eles levaram muito tempo sendo feitos, eles só foram feitos através de uma pesquisa embasada, não só na documentação escrita, como no objeto tridimensional, como no estudo da história local, como naquela coisa tão espontânea que Fernanda colocou que a gente andava nos ônibus, que a gente atravessava a ponte, que a gente ia no restaurante do pião da obra, ia no restaurante dos engenheiros da obra e, ali, ao almoçar, a gente batia um papo e começava a entender uma série de coisas que, para nós, era completamente desconhecidas.

Então, foi na penetração de um mundo e na troca do nosso mundo com o deles é que, realmente, esses 5 volumes desse Plano Diretor saíram. Agora, vocês podem me questionar, mas por que 5 volumes de trabalho científico para que um ecomuseu seja feito? Porque as

coisas, elas nascem espontaneamente mas, para que elas continuem bem, inclusive defendendo esse espontâneo, esse real, esse verdadeiro, elas têm que ter um embasamento científico, as coisas não brotam do chão. Então, eu acho que as pessoas participam desse embasamento, desse trabalho, cada uma dentro daquilo que ela pode dar nesse trabalho. Então, acho que a palavra museólogo, sociólogo, antropólogo, ele não deve intimidar e nem deve ser uma barreira, um biombo contra a comunidade que quer alguma coisa. Não, ela tem que ser bem vinda para que esse trabalho se faça em boas bases. Agora, essas pessoas da área, digamos assim, científica, elas têm que ter uma humildade de saber, de estarem imbuídas que, ao ter contato com uma comunidade, elas não sabem nada dessa comunidade. Porque, realmente, o que está escrito nos livros, nos documentos etc. e tal nos dá um caminho até um certo ponto porque a verdade, o funcionamento, o orgânico que há nessa comunidade, só vocês, os moradores, podem trocar, nos dar, preservar e dar continuidade ao projeto, senão, esse projeto, ele começa, mas ele vai terminar rapidamente.

Alguma pergunta ou colocação a mais? Bom, nós temos planejado uma sessão de vídeos, que já está com 1 hora de atraso, mas que ela poderá ser ainda passada aqui, de meio-dia até a 1. Então, aqueles que tiverem essa disponibilidade, podem ficar para ver essa sessão. E nós gostaríamos de agradecer imensamente a palestra do Mário Moutinho, a colocação dele e agradecer, principalmente, a vocês que hoje começaram a desabrochar porque, até ontem, a gente sentia todo mundo olhando muito para a gente mas como quem diz assim, qual é a hora que eu vou entrar? Então, eu não gosto muito também da palavra ator, mas eu acho que hoje nós nos identificamos, não é, nessa troca. Então, a coisa está começando a esquentar. Eu acho que, daí para a frente, muita coisa boa vai sair nessa troca imensa que a gente pode ter, não é? Eu espero, então, que, na sessão da tarde, este crescendo alcance grandes temperaturas. Obrigada.

CAPÍTULO VI

PAINEL 2 - EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS: MUSEUS A CÉU ABERTO

DIA
20 de maio de 1992

HORA
14:30 horas

PRESIDENTE DA MESA
Fernanda Camargo-Moro
Presidente do Comitê Internacional de Arqueologia e História do ICOM (ICMAH)

PALESTRANTES
Lourdes Rego Novaes
Presidente do Comitê Brasileiro do ICOM
Márcio D'Olne Campos
Diretor do Observatório a Olho Nu - Campinas
Mário Chagas de Souza
Chefe da Divisão de Dinâmica Cultural do Museu Histórico Nacional
Maria Regina Mendonça Furtado de Mattos
Diretora do Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá
Áurea Maria de Freitas Carvalho
Historiadora

Fernanda Camargo-Moro

Boa tarde. Vamos tentar cumprir este programa, na medida do possível, mas é um programa muito forte pelo pouco tempo que dispomos. Então eu dou a palavra agora ao Márcio D'Olne Campos

Márcio D'Olne Campos

Bom. Em primeiro lugar eu queria agradecer o convite que me foi feito de mais uma vez estar entre museólogos. Com algumas ousadias interdisciplinares, algumas transdisciplinares que eu tenho feito ao longo dos últimos 10, 15 anos e ao mesmo tempo eu, nesse momento, eu te-

nho uma lembrança muito forte sobretudo da última vez que eu falei junto a museólogos no seminário latino-americano. E a convite de uma pessoa que, digamos que, me convidou, me chamou, me introduziu nesse meio minha querida amiga... que infelizmente não está mais entre nós. Eu queria, justamente, fazer essa homenagem, a minha emoção é muito grande, de estar aqui falando e, constantemente, pensando nela durante o tempo em que eu preparei essa palestra. E selecionei os *slides* de uma experiência de praça-observatório na qual ela teria participado, nós participamos, dois amigos de ..., Paulo Bastos e eu nesse projeto de praças-observatório.

Eu, em função dessa questão do tempo que a Fernanda mencionou, eu vou tentar ser mais breve do que eu pensava, contrariando a minha própria vontade. Em geral, eu vou tentar ler um esboço de texto que eu fiz, fazendo comentários e depois, então passar os *slides*, por uma questão de ganhar tempo. E eu gostaria de falar sobre a questão da consciência ambiental e a relação disso com as relações céu e terra. Lembrando ainda esse seminário latino-americano, o desafio que me levou a enfrentar foi o de falar sobre o patrimônio cultural latino-americano nas relações céu e terra. E, de certa forma, nós vamos falar dessas coisas. E esse desafio foi duplo porque uma certa contradição nessa idéia de patrimônio cultural vai aparecer em algumas entrelinhas aqui do texto, uma vez que eu tenho uma inspiração muito grande para a realização do observatório a olho nu de Campinas e dessas praças-observatório e do conhecimento indígena. Portanto nos diversos patrimônios culturais situados no território das Américas que, talvez nós não possamos chamar de Latino-americano por causa da carga do conquistador, sobretudo nessa era em que se pensa na descoberta me lembrando de uma pergunta feita pelo poeta José Paulo Pais que indaga o seguinte: Quando o Brasil foi descoberto será que ele sentiu frio? De modo que essa minha fala é também uma indagação onde, a indagação, é em que medida, Aldebarã?

Observatório a olho nu, se aproxima da idéia de um ecomuseu ou se aproximará. E a resposta eu gostaria de ouvir do comentário de vocês. Nesse momento que antecede a realização, no Rio, da Eco 92, vale insistir na presença humana no planeta quando da consideração de problemas que reclamam soluções urgentes e práticas para a crise global. Insistindo em uma ecologia que integre a diversidade biológica de fauna e flora na diversidade sociocultural do planeta. Dentro da qual os povos da floresta são os principais mantenedores da primeira: a diversidade das vidas. E só pensarmos que os bancos genéticos mantêm apenas 1% da biodiversidade do planeta. Isso pensando em grãos, em trigo, cevada etc. E que além disso não há garantia que numa crise alimentar global essas sementes fora de contexto vingarão dentro da diversidade ambiental. Como dizem os Caiapós, e especialmente o sábio... existem plantas amigas e inimigas entre si e deve-se plantar, juntas, as plantas amigas.

Essa amizade, certamente, não é construída dentro dos bancos de germo plasma. O que nos interessa aqui, então é justamente essa forma pela qual essa diversidade abstrata dos tempos com que lidamos se representa, em comportamentos e símbolos na diversidade dos espaços ou lugares contextos de vida, próximos ou não de nós. Começo lembrando uma citação sobre o cosmólogo que, no fim do século passado, descobriu o urânio e foi responsável por uma teoria sobre a evolução das estrelas. Essa citação é de Medows em um livro sobre estrelas, e que diz o seguinte: "Sir..., cento e cinquenta anos atrás, já podia contar para essa dificuldade primordial no estudo de estrelas". Ele comparou o astrônomo como um homem que, nunca tendo visto uma árvore em sua vida, é abandonado à caminhar por uma hora através de uma floresta. Durante esse tempo ele não poderia ver uma só mudança ocorrer em qualquer das árvores. No entanto ele veria brotos, árvores jovens, árvores maduras, e ele veria troncos de árvores morrendo e outros sem vida. Fosse ele, suficientemente experto para articular peças de evidência a partir de sua breve excursão e lhe seria então possível reconstituir a estória de vida de uma árvore.

Isso traduz, com precisão, a relação entre nossas observações das estrelas e nossas teorias sobre como elas evoluem. As primeiras nos contentam sobre a situação presente. A última tenta explicá-la. Então a partir do ciclo

de vida de uma árvore nós podemos nos perguntar como seria a segunda visita desse caminhante em um período inferior a um ano. Apenas dentro de uma mudança de estações. E também como seria uma terceira visita dele muitos anos mais tarde.

Na segunda visita ele estaria diante de modificações sazonais, associadas à circularidade do tempo. Nessas repetições, as mudanças em flores, frutos e folhas seriam certamente mais percebidas ou melhor percebidas do que as mudanças nos troncos das árvores. Por outro lado, na terceira visita, muito mais tarde, o caminhante constataria crescimentos e envelhecimentos agora, especialmente nos troncos tendo uma idéia da passagem de um tempo representado como linear. Uma escala em que representa o tempo. Esse envelhecimento seria também o do observador, aí eu lembro, o observador, participador, ao mesmo tempo. Marcado por quem, por que, pela flecha do tempo.

Então eu tenho uma idéia de um círculo do tempo e uma idéia de uma flecha do tempo. Nesse círculo do tempo os fatos voltam à cada estação. Grupos indígenas e sociedades mais distantes da sociedade tecnológica, atentas aos rituais e exercendo um manejo mais adequado dos recursos naturais, organizam-se em um calendário ecológico de fenômenos do círculo do tempo comparáveis ao que se esconde por traz das nossas folhinhas, tabelas de números. A flecha e o círculo combinam-se, então para formar a espiral do tempo. Onde eventos sazonais, históricos, mitológicos articulam-se entre permanência e mudança.

As dimensões cósmicas mais simbólicas e sagradas, sem passado, presente e futuro, se fazem então, representar na vida quotidiana através de espíritos e da espiritualidade do sagrado, do comunitário muito presente nessas sóctedades afastadas da civilização tecnológica. Nesse caso a postura de percepção, observação, participação não precisa necessariamente do campo ou da zona rural para nós estarmos em boa consciência ecológica. É preciso que essa seja uma postura de vida do homem urbano. Que muitas vezes se nega a perceber, na circularidade do tempo, no seu ambiente, para se mostrar conservacionista apenas no campo e no fim de semana, quando pode.

Na cidade pode-se sim notar as estrelas mais brilhantes do céu nos seus ciclos de aparecimento. Os flamboyans florescendo em novembro na lagoa Rodrigo de Freitas. A época em que se compra caqui mais barato nas feiras livres. Os engarrafamentos de trânsito no período letivo, maiores principalmente em escolas de clientela de maior poder aquisitivo. E outros marcadores de tempos naturais, sociais, econômicos e de estado de espírito que se articulam ecologicamente se quisermos estar atentos a eles. Não ver estrelas na cidade é apenas um jargão. Ele atende à boa consciência ecológica. Cegando as pessoas para percepções mais profundas e possíveis a olho nu e aos outros quatro ou mais sentidos mais. Tolhindo, com isso, possibilidades de transformação do ambiente em que se vive. Com essa fuga para o verde e a continuação, na cidade, diante do estado de coisas.

Então na metáfora da floresta aparece aí um aspecto muito interessante do ponto de vista de uma reflexão sobre a interdisciplinariedade e mais ainda a transdisciplinaridade. Nessa metáfora associamos um tipo de cosmologia, própria das ciências naturais onde as escalas de espaços temporais vão até escalas incomensurável e objetivamente grandes do cosmos. Nos transformando, então em pontos sem dimensões, nós humanos. Enquanto isso, nas ciências sociais, essa incomensurabilidade, essa grandiosidade, se situa nas representações simbólicas, nesse domínio onde contextos espaciais mais demarcados são estudados em territórios, mas nos quais o contexto do simbólico adquire escalas incomensuráveis.

Quando eu bombardeio um núcleo de um átomo com uma partícula de altíssima energia eu não sou mais observador, eu sou participador e alterador. E eu geral eu sei que partícula entrou, que energia entrou e que energia saiu. Com isso eu digo: aconteceu isso assim, assim naquela região que eu desconheço totalmente e que eu modifiquei. Aí agente lembra uma observação de um físico... que diz que, na física moderna, não se pode mais chamar o observador de observador mas sim de participador. Isso vem encontrar exatamente um ponto de vista das ciências sociais na observação participante, na pesquisa participante, enfim, em todo esse problema da objetividade, sub-

jetividade do ético, da relação *insider-outsider* na observação do fato social.

De modo que essa relação é muito interessante porque a metáfora da floresta ela nos coloca, por exemplo em uma situação em que, no trabalho etnográfico, por exemplo, que menciona a convenção do presente etnológico, quer dizer, eu estou diante uma sociedade nativa e eu tenho que me situar naquele presente, mas não em um hipotético e convencionado presente onde o contato interético não se pronunciou e tentar buscar nas raízes aqueles dados daquela cultura, digamos em períodos anteriores a um processo de aculturação maior. De modo que essa coisa da floresta é muito interessante.

Se nós pensarmos que a última supernova que explodiu a coisa de uns 6 anos atrás, que se noticiou aqui, esses 6 anos atrás foi da nossa observação. Mas a explosão da supernova aconteceu 172 mil anos atrás. E nós vivos aqui, a 5 anos atrás. Então a questão do cosmólogo diante da floresta ou do convencionado presente etnológico nos coloca diante de uma questão que eu, como não museólogo, jogo para vocês sobre os museus não tradicionais onde o observador está diante de uma vitrine, um objeto que se renovou no seu contexto original. De modo que isso nos leva a uma reflexão sobre a consciência de quem somos nós.

Do nosso fazer histórico que se dá sem a prisão das fronteiras disciplinares e através de uma consciência das representações dos tempos nos nossos e de outros espaços vivenciais. Enfim da nossa situação histórica. E nesse sentido, isso nos permite transcender as disciplinas para então poder transitar por elas, exercendo assim uma transdisciplinaridade que, além de transcender, nos permite, porque transcendendo e buscando as representações do tempo no espaço nos situarmos historicamente para então, situados historicamente, conscientemente podemos então fazer o trânsito pelas ferramentas específicas que são as disciplinas. Mas nunca ficando lá sempre voltando ao contexto global, ao contexto da transcendência.

Essa é uma abordagem da situação histórica, buscando categorias de análise as mais amplas possíveis: o tempo e o espaço. Isso nos permite, essa situação, e aqui

eu quero citar Matilde... que eu tive o prazer de conhecer naquele último congresso da latino-americana em São Paulo onde ela falando sobre os atores em meio real refere-se ao fato de que não é mais de ação cultural que tem-se que falar, mas de atos culturais, exercidos pelos próprios usuários do museu. Mas essa providência não seria efetiva que na medida onde ela toma fundamentalmente em consideração dois dados essenciais: o espaço e o tempo dos usuários. Interessante que nós podemos brincar com essa última frase dela aqui: tomar o tempo dos usuários. O que ela propõe não é tomar o tempo dos usuários. De certo modo que, nessa trajetória, eu queria só mencionar, que esse observatório a olho nu vem de um contato que eu tenho tido muito intenso com arquitetos, inclusive na PUC de Campinas, na arquitetura, co-orientando alguns trabalhos de graduação interdisciplinar e com Beatriz Goulart de Faria com quem nós fizemos o projeto do observatório a olho nu que vocês vão ver.

Depois disso, com a apresentação de Paulo Bastos, com quem eu estou trabalhando nas praças-observatório das quais vocês vão ver alguns *slides* agora. Que eu passo a apresentar.

Antes dos *slides* eu queria fazer uma figurinha aqui para deixar um pouco mais claro a idéia do círculo e da flecha do tempo. E eu vou me servir aqui do retroprojetor. Quer dizer, a idéia geral é a seguinte.

Eu teria um círculo do tempo em que algum acontecimento, como por exemplo vamos supor, o caqui, que eu mencionei, apareceria aqui, vamos supor, nesse tempo de circularidade sazonal. Acontece que as coisas não se passam da mesma forma sempre. E não se repetem exatamente iguais. Mesmo porque o observador participador, um ano depois estará um ano mais velho. Com uma nova bagagem e com uma renovação de participação e de observação. Então eu tenho aqui uma flecha do tempo que puxa esse círculo fazendo com que, então, eu tenha uma espiral do tempo puxada por essa flecha. A civilização do progresso, o que é que faz? Puxa essa seta bárbara e drasticamente. Com a tendência a torná-la uma linha reta, uma representação puramente linear onde, por exemplo eu posso ter morango o ano inteiro disponível, não importa a

que preço. E quando eu digo preço é o preço, não só de moeda, mas preço de qualidade de vida e preço em conseqüência da atividade predatória contra a natureza, em que essa relação homem-natureza se processe de uma forma a vencê-la a todo custo.

Esse processo é o processo pelo qual a flecha do tempo vence o círculo do tempo, e transforma essa espiral em uma reta. Essa é, basicamente a civilização do progresso. Eu queria lembrar aqui umas palavras do Ayrton Crenac no encontro que nós tivemos em Paulo de Frontin ano passado sobre fundamentos filosóficos e o pensamento ecológico, ele dizia que esse tempo é um tempo em que se todas as pessoas do mundo estivessem dormindo seria muito bom. Estivessem dormindo, a guerra do petróleo não seria acontecido.

Esse petróleo que foi constituído no planeta a cerca de 200 milhões de anos atrás e que acabado, nós vamos poder contar com esses 200 milhões, e se faz uma guerra em torno dos problemas da extinção e da concorrência em torno dele. Esse é um caso de gente que puxa essa espiral do tempo, transformando-a em uma reta. Eu vou aproveitar para fazer um pouco de propaganda aqui e lembrar também um trabalho com uma amiga Denise... com quem nós temos trabalhado juntos e montando a exposição Calapó que abre amanhã, no Paço Imperial, onde essa idéia do círculo da espiral do tempo aparece nas questões do contato do índio com o branco e nas agressões. Eu queria passar então aos *slides*, por favor.

Bom isso aqui é uma paisagem de Campinas, eu não sei se poderia ser do Rio. Nós temos as flores dos flamboyans... caindo e as acácias imperiais se manifestando nesse ambiente urbano. Ou seja, nós estamos aqui em presença de representações no espaço vivencial de Campinas do tempo, desse tempo circular. Do tempo da circularidade. E no contexto de Campinas, uma vez que se eu estivesse, por exemplo, em Cuiabá, como eu já presenciei, os flamboyans estariam florescidos em outubro e não em novembro. Uma vez que o sol caminha do hemisfério norte, onde ele fez o verão de lá, para o hemisfério sul onde vai fazer o verão daqui. E esse caminhar do sol em uma perspectiva de um referencial de onde eu estou, no lugar,

no centro de um lugar, topocêntrico, é um caminhar que vai provocando respostas no meio ambiente ao longo do seu caminho. A seguinte. Aqui nós temos, eu vou mostrar para vocês o Aldebarã, que é o observatório a olho nu. E eu queria lembrar só que Aldebarã é o nome dado pelos índios do Xingú. Aldebarã que é uma estrela vermelha da constelação de touro e que aparece, antes do sol nascer no horizonte do nascente.

Ele tem o apelido, o cognome de dono do peixe é uma águia dona do peixe, porque nessa época o rio está baixo, os peixes estão abundantes e se faz a pesca. Se faz a pesca logo depois da volta das casas de roça onde o solo foi preparado e se espera as primeiras chuvas, anunciadas por uma outra estrela, que vão fazer com que eles voltem para as casas de roça para fazer o plantio. Enquanto isso não tem trabalho. Se não tem trabalho tem muito peixe em suprimento das casas de roça, é hora de festa. Então se faz o furo da orelha e o quarup. São cerimônias, marcadores sociais de tempo. Esse nome é o nome do observatório. Na entrada do observatório nós temos um caminho a partir de leste com uma coluna central que serve de mira para observação do nascer e o pôr de astros no horizonte, à moda das observações indígenas. Essa linha que talvez vocês estejam percebendo aí com uma certa dificuldade, no meio da calçada, que passa pela coluna, é o paralelo da coluna, o paralelo leste-oeste. O que significa daí em diante, não se pode mais botar mapa na parede mas sim no chão, com o paralelo, paralelo ao paralelo local. É um lugar interessante, inclusive bonito, com o horizonte muito bonito, vocês estão percebendo que é um lugar interessante para namorar também.

E essa coluna é uma coluna oca que dá no subterrâneo. Em duas épocas do ano onde o sol está caminhando até o trópico de capricórnio, ele passa por ali, ao meio dia e ilumina o subterrâneo, no dia 9 de dezembro e 3 de janeiro. Essa é uma visão da fachada que dá para o poente, com o subterrâneo e nesse ângulo que vocês estão vendo aqui, o sol, a partir da mira, que é a coluna central, e vejo o sol no verão ir mais ao sul e depois voltar: verão, outono, inverno, primavera, verão e com isso ele percorre esse ângulo todo a partir da coluna onde eu tenho um ca-

lendário baseado em posições onde o sol se põe. Esse por exemplo é um sol de, deixa eu ver, dezembro, janeiro, fevereiro, março, ali no meio, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, no meio, outubro, novembro, dezembro. Quer dizer, por aí, março, outubro. É preciso observar todos os dias, o que não se faz em um laboratório convencional em ciências que têm horário próprio.

Para saber que ele está indo para lá ou para cá. Os índios do Arizona, nos Estados Unidos, foram estudados por um visitante que observou que eles tinham esse calendário baseado em picos e vales das montanhas. A cada posição do sol poente, eles sabiam que determinada festa, determinada atividade social se processava. Seguinte. Aqui no observatório, um buraco ali naquela plataforma que vocês viram faz com que eu observe o sol projetado no chão. Tem várias brincadeiras em torno de relação corpo-espaço visando o sol. As pessoas em geral pisam ali e tentam errar o sol, presumi, sem assumir mas distraidamente assumindo que existe um olho na ponta do pé.

Quando essa projeção se faz segundo um ângulo eles têm que recuperar e virar. Os comportamentos de busca desse sol verdadeiro, visível são os mais variados possíveis em função dos esquemas corporais montados. Seguinte. Então nós temos uma brincadeira de alguém que andou colocando as horas em que o sol se projetou ali e durante o ano essa trajetória vai mudar. Seguinte. Uma visão de sol poente, a seguinte por favor. Um banco com encosto de cabeça para olhar as estrelas e janelas ali onde o projeto seria colocar algumas telas transparentes que se pudesse aproveitar o ambiente e desenhar sobre isso e sobre astros se pondo. Pode ir adiante. É outra visão do observatório com a fenda norte ali. É uma projeção infelizmente, o *slide*, eu acho, que está um pouco invertido. Isso dá impressão de concavidade mas é um relevo. Ali naquela parte lateral, que faz parte do mesmo terreno, nós estamos com um projeto com uma arquiteta, que ainda não foi realizado, está esperando dinheiro, que é um projeto de um mapa do Estado de São Paulo com calçadas que tenham a forma de perímetro urbano de algumas cidades e as estradas de ferro e rodagem ligando essas calçadas. Então eu posso caminhar pela calçada de Campinas, viajar para São Paulo e comparar por exemplo, sobre o período do ônibus, no tempo que ele leva.

Eu posso também olhar para essas estradas de ferro, por exemplo, que contam uma estória do Estado de São Paulo. E fazer aí, nesse mapa calçada, trabalhar cenários e produções artísticas em torno disso. Seguinte. Isso é uma idéia do mapa de Campinas, a seguinte, e isso nos transporta para o horizonte visível onde existe a universidade, a vila de, uma antiga fazenda, onde a universidade foi implantada, a refinaria do planalto, mais ao longe com o polo petroquímico e outros contextos bastante diferentes visíveis do observatório. Então nesse sentido eu chego nas indagações que eu quero fazer a vocês.

Eu vejo daí, em um vôo, uma visão rasante, o que existe naquele ambiente. Se eu me aproximar das regiões visíveis eu tenho contato com o fato social. Então o observatório passaria a ser um centro de referência do horizonte local para que eu tenha essa observação a partir daí e que eu mobilize a comunidade para essa observação e que, ao mesmo tempo passa a se conhecer desse referencial de observação que no fundo é uma construção que é um instrumento e que passa a fazer essa transição entre digamos uma visão de quase que de *outsider*, de observador distante a uma visão de observador de um meio.

A seguinte. Isso também dá um panorama do horizonte, em um outro horário, com algumas nuvens que algumas vezes se formam em função do polo petroquímico ali à direita. A seguinte. Essas astronomias, como essas que eu mostrei a vocês, é uma astronomia sobretudo de horizonte, como aquela primeira lá. Mas podem acontecer astronomias de zênite, no alto da cabeça, como é uma astronomia mais própria dos Caiapós, que vocês poderiam ver na exposição. Os Caiapós vivem perto de florestas, observam o céu, de manhã cedo, antes do sol nascer.

E nessa hora já se forma camada bastante espessa de neblina em volta do horizonte que faz com que eles observem mais no alto do céu, onde o contexto climático deixa. Os Cuicurus do Xingú como eu mencionei a vocês, já observam no horizonte, que vivem em cerrado. O contexto climático permite uma construção de uma metodologia de observação diferente, adaptada ao ecossistema, digamos.

Seguinte. Aqui nós temos a praça-observatório em Araras, essa que nós fizemos um projeto junto com o arquiteto Paulo Bastos, nós temos uma praça anfiteatro aqui, com a rosa dos ventos, e as direções como aquela da pirâmide, está ainda em fim de construção, são direções norte-sul a partir das escadas. Naquele nicho ali, vocês estão vendo uma construção em metal; a seguinte, que é uma esfera que contém os trópicos, o equador e o zodíaco, que gira permitindo a localização de constelações do zodíaco e de planetas, ao longo do ano. A seguinte. Aqui é um relógio equatorial, onde aquele eixo é semelhante ao eixo do globo, que eu estou mostrando ali. O seguinte. Mais uma definição do relógio. Então essa sombra é o meridiano móvel que percorre os fusos horários.

Seguinte. Esse é outro contexto em que nós tivemos que montar um relógio de sol. A seguinte. Era Balbina muito longe de Manaus, eu tinha pedido uma esfera de isopor para montar esse relógio em um grupo de formação de professores de área indígena e encontrando; a seguinte, na região, em termos do contexto nada melhor que construir o relógio a partir desse instrumento que vocês estão vendo aqui que é um melão. A seguinte. Voltamos ao relógio equatorial, vendo mais ao longe um conjunto de paredes do observatório.

Seguinte. Que tem várias fendas, e vocês vêm que tem uma configuração de túnel de fendas ali. A seguinte. Através das quais às 8 da noite, que é uma hora boa de estar na praça, eu posso perceber constelações que, na direção do túnel de fendas, às 8 da noite, vão aparecer ali, uma vez no ano, e só um ano depois aparece a mesma constelação de novo. Esses tuneis foram construído para que eles marquem, com as constelações, o início de cada uma das quatro estações. Na direção oposta às paredes, eu tenho mastros que marcam, por exemplo, ali o dia mais longo do ano, naquele sol inteiro, a noite mais longa do ano, naquela lua e o momento em que o dia é igual à noite naquele meio sol, meio lua. Portanto solstícios e equinócios. Nessa direção o projeto da construção de alamedas que, a partir daquele centro, vão florescer na direção do por do sol, articulando a visão da cidade e a integração

com o meio, com a observação... portanto estabelecendo uma articulação céu e terra.

A seguinte. Isso é uma imagem das paredes, são só alguns desenhos. E isso é um trabalho, nessa mesma direção com crianças de CIEPS, durante a SBPC, em uma promoção "O SBPC vai à rua", no ano passado que nós chamamos: daqui do morro dá para ver tão legal. E eu vim com monitores do observatório e nós trabalhamos a percepção da cidade: a partir de mapas com relógio de sol e etc, e umas brincadeiras sobre distâncias. Quantos novelos de lá tem até o Pão de Açúcar, quanto tempo leva uma formiga, quanto tempo leva um avião e por aí a fora. E as crianças perceberam, por exemplo, do túnel Rebouças, que naquela hora do anoitecer, tinha mais farol branco vindo para cá, do que farol vermelho indo para lá. E uma delas disse: amanhã de manhã vai ser diferente, não é? Então esse é um trabalho que a gente tem feito aí e nós estamos, inclusive tentando repromover isso aí com um título um pouco diferente que chama-se: DI VER CIDADE.

A seguinte. Aqui as crianças nessa brincadeira.

Seguinte. Pode ir bem adiante. Isso é um trabalho de mapa com as direções. O anoitecer com a configuração do céu mudando e a do túnel Rebouças também. Seguinte. E isso é só uma questão de percepção, eu estou lembrando os naturais no Peru, que têm um esquema de constelações no qual existem constelações brancas, que são ligações de estrelas, que são associadas a construções, por eles. São aquelas lá de cima. Mas existem constelações negras que são os espaços escuros da Via Láctea associadas a formas zoomórficas e antropomórficas. Portanto a percepção fundo e forma se manifesta. Alguma coisa para a qual nós não temos sido treinados.

Eu termino só deixando curiosos sobre a peça fundamental da exposição Calapós e eu não vou dizer mais nada, por enquanto. Mas convido todos a participar, a visitar essa exposição. Muito obrigado.

Mário Chagas

Bom, antes de iniciar eu quero situar a minha fala dizendo que na realidade essa fala tem um caráter de resgate e tem também um caráter de saudade, saudosista e

ando com o coração um pouco no ritmo de comemoração, não sei se é questão dos 500 anos da América, eu estou me sentindo mais envelhecido com isso, 70 anos do Museu Histórico Nacional, 60 anos da Escola de Museologia e são tantas as datas festivas que eu me recordo, então dos 20 anos da mesa redonda em Santiago do Chile que é exatamente no dia 20 de maio, hoje, exatamente que a mesa estaria se iniciando, portanto há 20 anos atrás. Então nesse espírito assim, de comemoração, eu faço desta minha fala uma rememoração, uma homenagem também àqueles que se reuniram em 72 no Chile e então discutiram algumas idéias que muito serviram para o avanço da museologia. De outro lado ainda, eu quero dizer que essa minha fala não é uma fala das minhas experiências, mas das experiências de outras pessoas, e eu dividi a fala em, basicamente 5 resgates.

O primeiro resgate: resgatando o simpósio para uma explicação necessária.

Em 1985 em simpósio organizado pelo ICOFOM, discutiu-se amplamente os temas originais e substitutos e sua vinculação com os objetos museais. E naquela ocasião, a professora Teresa Scheiner supos de questionar os dois conceitos reconheceu a relativização como inevitável afirmando: "Em um museu de história uma fotografia contemporânea de um documento antigo poderá ser considerada como substituto. A mesma fotografia, em um museu de arte contemporânea, e dependendo de seu autor e das técnicas usadas poderá ser utilizada como precioso original. Hoje, ao resgatar este debate eu faço com intenção de perceber que esta problemática conceitual diz respeito, não apenas aos objetos, mas também aos seres humanos. Hoje, de alguma forma, eu sou um substituto e um original. Um original que fala, age, sente, pensa por si mesmo. E um substituto que se sente honrado por ter sido indicado pela professora Brandão para substituí-la em seu impedimento. E por ter sido aceito pela equipe organizadora desse encontro internacional.

O segundo resgate. Resgatando experiências museológicas a céu aberto no Brasil colonial.

Freqüentemente os textos de museologia editados no Brasil afirmam que o Museu Real, hoje Nacional, criado em 1818, após a chegada da família real, é o primeiro museu brasileiro. Esta afirmação assim ligeira, desconsidera experiências museológicas desenvolvidas nos séculos 17 e 18. Uma delas, pelo menos, amplamente demonstrada e divulgada pelo historiador Gonçalves de Melo em seu livro "Tempos dos Flamengos". De fato o primeiro ensaio museológico de que temos notícia data do século 17 quando, no governo do Conde Maurício de Nassau, foi instalado em Pernambuco, no grande parque do palácio de Widenburg um museu vivo e ao ar livre no Jardim Botânico, no Zoológico e um observatório que cumpriam as funções de pesquisa, preservação e testemunho de preservação do meio ambiente. Segundo Gonçales de Melo, o grande parque estava aberto à visitação e servia, entre aspas, a situação, a toda a comunidade. Os estudos de História Natural, de Georges Hargraves, de certo, foram desenvolvidos nesse ambiente.

Depois dessa experiência ousada, isolada e pioneira, apenas no final do século XVIII, início do XIX, em virtude de interesses econômicos, políticos e científicos da Metrópole, vamos perceber a criação de outros jardins botânicos no Brasil, entre os quais se destacam o Horto Botânico da Academia Científica do Rio de Janeiro, cujos estatutos datam de 1777, o modelar Jardim Botânico de Belém do Pará foi criado em 1796, e o Jardim Botânico de Goiás, de 1801, fica claro, portanto, que, quando a Família Real chega ao Brasil e cria, em 1808, o Horto Real de Aclimatação, e em 1818 o Museu Real, algumas outras experiências já haviam sido realizadas. Os jardins e hortos botânicos acima referidos funcionavam, como atestam os visitantes, os viajantes, como centros de estudos mais ou menos bem sucedidos e como núcleo de preservação de espécimes vegetais como espaço de visitação e de disseminação de conhecimentos e como equipamentos econômicos importantes para a manutenção do sistema colonial.

Segundo Jobim, a decadência dos jardins, depois de 1822, se deve também ao fato de não mais serem instrumentos de uma proposta política ainda, o café, que se impõe nesse momento faz o Brasil voltar a acreditar que a monocultura satisfará suas necessidades de desenvolvi-

mento econômico. Mas o esforço realizado é altamente positivo.

Terceiro resgate, resgatando dois documentos pouco divulgados.

Roberto Schwarz, em seu texto "Nacional por Subtração", observa que, a cada geração, a vida intelectual, no Brasil, parece recomeçar do zero. O apetite, diz ele, pela produção recente dos países avançados, muitas vezes, tem como avesso o desinteresse pelo trabalho da geração anterior e a conseqüente descontinuidade da reflexão e, conforme já notava Machado de Assis em 1879, o influxo externo é que determina a direção do movimento interno.

Ora, se isto é verdade para a vida intelectual no Brasil, não poderá deixar de ser verdade para o segmento dos intelectuais da museologia brasileira. De fato, freqüentemente, acompanhando os sonhos de uma noite de verão, passamos de uma a outra corrente museológica, passamos do elogio imenso à crítica feroz dos modelos teóricos e práticos, sem que tenhamos esgotado as possibilidades da corrente ou do modelo anterior. A regra é o gosto pela novidade. O reconhecimento dessa verdade serve para nos alertar em relação a essa volubilidade intelectual e no campo museológico e supondo que o novo, para nós, seja a não volubilidade é que resgatei o exemplo dos jardins botânicos e resgato agora dois documentos fundamentais para a nossa reflexão.

Primeiro documento, o Seminário Regional da UNESCO sobre a função educativa dos museus realizado em, 1958, no Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro e publicado numa série da UNESCO. O segundo documento, a Mesa Redonda realizada pela UNESCO e pelo governo do Chile, em Santiago, em 1972, e publicado no noticiário mensal do Museu Nacional de História Natural. O Seminário Regional de 58, coordenado por Georges Henri Rivière, contou com a participação de profissionais de museus da América Latina, discutiu em profundidade o papel educativo dos museus, o uso do cinema, do rádio, da televisão nos museus.

Abordou, entre outros, os museus escolares, os museus da juventude, os museus ao ar livre e os museus regionais. Até hoje não desenvolvemos, eu não conheço

nenhum tipo de museu escolar. E ali também se tratou de questões ecológicas regionais, se chegou ao ponto de se preparar um esboço de projeto para um museu flutuante que interagisse com as populações analfabetas e semi-analfabetas da região amazônica.

O documento em questão deixa transparecer um alto nível de romantismo museológico e uma certa mentalidade desenvolvimentista, contudo, ainda assim, o seminário de 58 colocou questões ainda não respondidas, sugeriu debates não realizados, introduziu temas completamente atuais e modelos com certeza não esgotados.

Em relação aos museus ao ar livre, por exemplo, depois de apresentar a conceituação adotada em 57 na Dinamarca e Suécia, os autores do documento, e o destaque especial foi para George Henri Rivière, debatem e criticam a referida conceituação do museu ao ar livre e reconhecem que a tipologia desses museus é ampla e deve envolver os museus arqueológicos ao ar livre, os museus etnográficos ao ar livre, os museus artísticos ao ar livre, os parques botânicos e os zoológicos.

O segundo documento, a Mesa Redonda de Santiago do Chile, contou com a participação de Barrêne Borran, então Diretor do ICOM, de diversos museólogos da América Latina e, ainda, com a colaboração de profissionais que não militavam na área museológica, e sim na agricultura, na arquitetura, no urbanismo, na tecnologia, na educação e em várias ciências. Na Mesa Redonda de 72, retoma o tema do museu ao serviço da realidade da vida regional com seus enormes problemas. É colocada em pauta a função social do museu e surge a conceituação do museu integrado como "a instituição que deverá ser intimamente ligada ao presente e ao futuro da comunidade e não apenas ao seu passado ou a seus aspectos acadêmicos, como até agora, na maioria dos casos tem acontecido".

A partir do reconhecimento das transformações por que estão passando os países, sejam subdesenvolvidos ou desenvolvidos, se discutiu, na referida Mesa, a necessidade de uma transformação de mentalidade por parte dos museólogos para que esta transformação se refletisse no plano da atividade museológica gerando, por exemplo, *projetos de caráter social e de baixo custo*. A Mesa Redonda de

72, revela uma preocupação clara em desenvolver projetos museológicos que signifiquem a possibilidade de troca de experiências entre a área rural e a área urbana, e tudo isso *de acordo com as bases da educação permanente*. Apesar de podermos criticar o caráter ideológico da educação permanente, e mesmo apesar de podermos desconfiar, a Mesa Redonda de 72 apresentou algumas propostas que, no meu entender, ainda não se esgotaram, entre elas, o museu integrado que, ao que tudo indica, está estreitamente vinculado à idéia de ecomuseu. Assumimos com clareza a posição de que qualquer trabalho que pretenda refletir sobre a trajetória do ecomuseu, não deve fazer tábula rasa desses dois documentos sob pena de estarem inventando a roda, a luz e a chuva.

É o quarto resgate. Resgatando a experiência do museu ao ar livre de Orleans.

Em 1977, a Professora Brandão, com o objetivo de preparar um parecer técnico sobre a viabilidade da implantação do projeto Indústrias Familiares dos Imigrantes, visitou o Museu da Imigração Conde d'Eu, do Instituto São José de Orleans, Santa Catarina. Em seu parecer, a Professora Brandão confessa o seu entusiasmo com o projeto e estimula a criação, em Orleans, de um museu regional e ao ar livre afirmando que um museu desse tipo poderia promover a valorização da cultura regional e, pelo estímulo ao sentimento comunitário, frisado, a fixação de valores que estão próximos à extinção.

Em seguida, recorrendo ao Seminário de 58, a Professora Brandão define o museu regional e diz, é aquele que se dedica a documentar e a expor a história natural e cultural de uma região. É um museu a serviço de um público de passagem completando e orientando os conhecimentos sobre a região que visita e, ao mesmo tempo, um museu a serviço da comunidade local cuja economia favorece na sua qualidade de fator de desenvolvimento turístico ajudando a referida comunidade a tomar consciência de si mesma e abrindo perspectivas sobre o resto do mundo.

Pessoalmente eu suponho que é um embrião da definição evolutiva de ecomuseu. O museu ao ar livre, ainda no Seminário de 58 citado pela Professora Brandrão, *o museu ao ar livre corresponde a um tipo de apresentação museográfica chamada ecológica em que as peças são expostas em seus ambientes próprios*. Do ponto de vista educativo, a apresentação ecológica é mais atrativa e, portanto, facilmente assimilável. Mais uma vez, referência ao Seminário de 58. O parecer da Professora Brandão serviu para embasar o projeto que deu origem ao museu ao ar livre de Orleans. É interessante perceber neste caso de Orleans que a autora do parecer, ao invés de ir buscar o modelo novíssimo, insiste em resgatar os conceitos de 58 e, fiel aos princípios daquele Seminário, tenta como que em não abandonar o caminho ou o modelo sem tê-lo testado, sem tê-lo levado ao esgotamento.

Eu poderia aqui falar em tradição e ruptura. A questão importante aqui, portanto, não é o nome, mas o princípio. Mas, enfim, como se constituiu o museu ao ar livre, de Orleans? Sem a participação do religioso João Leonir Labalba, responsável pela reunião e preservação do acervo, o projeto seria inviável. É ele quem articula e faz a intermediação entre o técnico especializado e a comunidade local.

O museu ao ar livre de Orleans estuda e apresenta as técnicas empregadas pelos imigrantes do século passado, e de seus descendentes, em suas unidades de produção e atua como núcleo catalisador de diversas manifestações culturais. Faz parte da área do museu um centro de vivência comunitária, um açude, uma gruta, beneficiamento de cereais, moinjolo, serraria, engenho de cana, olaria, engenho de farinha etc.

O quinto resgate, e último, o tempo se esgota. Resgatando o debate.

Neste momento, eu gostaria de tentar costurar os resgates realizados. A primeira idéia é que os museus a céu aberto, ou ao ar livre, existe no Brasil desde o século XVII, ainda que sem sistemática e continuidade espaço-temporal. O conceito de museu ao ar livre, já questionado por Georges Henri Rivière, implica no conceito de objeto musealizado e exposto fora do espaço construído e fechado por paredes e tetos. Nesse caso, quando os bens imóveis de uma cidade são considerados objetos musealizados, temos aí também um museu ao ar livre.

Para simplificar esse assunto, podemos estabelecer uma classificação. A) museu ao ar livre. B) museus em circuito fechado e coberto. C) museus mistos, que se desenvolvem parte em circuito fechado, parte em circuito aberto.

O resgate dos dois documentos intenciona trazer para o centro dos debates o pensamento muscológico que tende a ser abandonado, sem que tenha sido esgotado e tentado. Ao que tudo indica, continuamos precisando discutir a função social e o papel educativo dos museus e, ao dizer discutir, não digo narrar experiências, digo analisar o sentido vetorial que aplicamos à função social dos museus, que é a ação educativa dos mesmos. Discutir o conceito, o nome e a instituição museu, discutir, por exemplo, a manipulação do discurso ecológico. É evidente que o museu, e o ecomuseu não foge à regra, assim como a memória, são passíveis de manipulação. Neste caso, a função social e a ação educativa, tanto podem servir à dominação, à conformação, quanto à libertação e à transformação.

A partir desses elementos podemos questionar, existe uma vanguarda muscológica? O ecomuseu representa essa vanguarda? Assim como Mário de Andrade nos ensina a desconfiar do passado, Roberto Schwarz nos ajuda a desconfiar da vanguarda perguntando, o vanguardista está na ponta de qual corrida?

Fernanda Camargo-Moro

Eu queria agradecer ao Mário Chagas. Agora, gostaria de chamar a atenção que o nosso tema é Experiência Brasileira a Céu Aberto no qual o museu a céu aberto está incluído, mas não é o único ponto a ser abordado. Eu vou passar a palavra agora para Maria Regina Mendonça Furtado de Matos, Diretora do Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá.

Maria Regina Mendonça Furtado de Matos

Boa tarde a todos. Eu, antes de mais nada, gostaria de agradecer o convite de podermos apresentar o nosso trabalho neste Encontro e eu não poderia também deixar de registrar a minha espécie com relação à presença do Secretário de Cultura, constante, no Encontro. Eu acho

que, aos nossos pares do Rio de Janeiro, isso é extremamente importante, significativo. Nós vivemos uma situação político-cultural completamente adversa e eu estou encantada com essa presença física do Secretário, atuante do Secretário em nossos trabalhos. A mim me parece, em respeito ao trabalho que todos nós da museologia desenvolve, principalmente os nossos pares que a gente vem desenvolvendo a 3 anos e depois uma projeção de *slides* para ilustrar um pouco esse nosso trabalho.

A crise ambiental é na verdade uma contradição que se estabeleceu entre os modelos de desenvolvimento adotado pelo homem marcadamente a partir do século XVIII e a sustentação dos padrões de desenvolvimento pela natureza. Nesse sentido o estilo que o Estado do Paraná experimentou gerou uma dívida ambiental representada por uma abertura florestal de menos que 5% ocasionada pela erosão acelerada primária dos solos, pela falta de saneamento básico, o que determina o lançamento de 80% dos esgotos de todas as bacias hidrográficas do estado e pelos 80% de resíduos sólidos urbanos dispostos de forma inadequada.

A concepção de auto-sustentabilidade incorpora parâmetros ecológicos, sociais e culturais, além de parâmetros econômicos atualizados pelos modelos predominantemente de desenvolvimento. O desenvolvimento auto-sustentado prevê a utilização racional dos recursos naturais disponíveis através do uso de tecnologias ecologicamente adaptadas, socialmente justas e economicamente viáveis. Eu gostaria de fazer um parênteses aqui porque hoje de manhã houve uma discussão calorosa e bastante interessante a respeito dessa questão de socialmente justa ou uma sociedade justa. Mas nós não podemos esquecer que nós vivemos em uma sociedade de classe, então o conflito sempre acontecerá e as injustiças também. Com outras palavras esse novo paradigma de desenvolvimento adota o enfoque holístico e sistêmico em que as diversidades da questão ambiental são analisadas de forma integrada, de modo a suprir as necessidades de reprodução dos grupos é seguimentos sociais e a garantir a conservação dos recursos naturais por eles explorados.

As atividades econômico-industriais, agrícolas e de especulação imobiliária que se tem desenvolvido na região de forma acelerada nas duas últimas décadas vêm provocando impactos consideráveis sobre os diferentes ecossistemas como: devastação da mata atlântica e da restinga, erosão dos solos e não reconstituição da fertilidade, diminuição da pesca nas baías por utilização de técnicas predatórias e poluição por adubos agrotóxicos, carburantes, esgotos, assoreamentos e degradação de manguezais. As populações locais pertencentes a cultura caiçara, última cultura de pescadores tradicionais do Paraná, cuja vida gira em torno da exploração dos recursos naturais vem sofrendo uma degradação das condições de vida provocada pela rarefação de tais recursos.

O litoral paranaense caracteriza pela existência de grandes extensões de manguezais que chega a cerca de 555 metros quadrados na primeira cobertura vegetal do estado, segundo Couto. O conhecimento da mais nobre interface entre o mar e a terra, que são os manguezais, já estão tendo modificações imprimidas pela própria ação do homem sobre a forma de queimadas, cortes e loteamentos que vêm sendo realizados por especialistas no Centro de Biologia da Marinha a nível de pesquisa e de ensino e extensão pelo Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá, ambos órgãos suplementares da Universidade Federal do Paraná. Conhecê-los e disseminar este conhecimento torna-se de fundamental relevância para perpetuação da fauna, da botânica bem como pelas implicações sócio-culturais que geram.

Nesse contexto o museu desempenha um papel fundamental promovendo programas voltados para educação ambiental ressaltando o papel do referido patrimônio e a sua preservação *"in loco"* contra a ameaça da especulação imobiliária e do desenvolvimento turístico, em áreas de manguezais sem qualquer preocupação com a qualidade de vida dos seres que ali vivem.

O mangue é um importante ecossistema de manutenção com equilíbrio frágil e de pouca resistência a interferência humana modificadora. A integração dos caranguejos a esse ambiente, em uma dimensão diferente da atual pode ser uma forma eficiente de preservação do

sistema ecológico, pois seus interesses com o grupo permanente conflitarão com grupos fluídos que se forma apenas a exploração dos ecossistemas aproveitando-se de alteração ocorridas. Com essas preocupações o museu realizou um trabalho de conscientização junto a comunidade pesqueira sobre a necessidade da manutenção e preservação dos manguezais por serem ambientes em que caranguejos, ostras, mariscos e peixes como a tainha escolheram como seu hábitat. Tais elementos básicos para a dieta alimentar das populações costeiras caracteriza-se ainda como fonte de renda familiar. Palestras e folhetos explicativos foram utilizados nessa fase do projeto. O folheto que ficou à disposição no balcão de entrada foi destribuido entre os professores de ensino de primeiro e segundo grau.

Enquanto o órgão de extensão junto ao ensino formal, o museu propos uma discussão inicialmente com os professores de primeiro e segundo graus a respeito das medidas políticas sobre desmatamento, aterro e usos do solo, dessas áreas públicas objetivando ampliar o conceito de preservação na direção do patrimônio ambiental marinho desmistificando a concepção de que mangue são áreas pouco saudáveis, mal cheirosas e cheias de insetos que causam doenças. Palestras foram realizadas para esses professores sobre os seguintes temas: Ambientes estuarinos, marés e ondas, manguezais, uso da flora local, organismos marinhos de importância econômica da baía de Paranaguá, poluição em estuários, animais e plantas microscópicas na água, sua importância para a vida no mar, os peixes na baía de Paranaguá e mamíferos marinhos, além do patrimônio e herança culturais remanescentes dessas populações caiçaras e ribeirinhas.

Esses temas, essas palestras foram realizados por especialistas da área de biologia marinha. O museu montou ainda uma exposição denominada *vidas em equilíbrio*, que é o título do nosso projeto, no seu andar térreo com a utilização de redes de pescar, agulhas, barcos, dois grandes aquários com fauna e flora características dos manguezais, maquete, uma farta documentação fotográfica e audiovisual proveniente das pesquisas de campo realizadas na baía de Paranaguá. A exposição foi dividida em 3

grandes módulos. O primeiro módulo diz respeito ao que são manguezais, os manguezais e o meio ambiente, o homem, a pesca e o mangue. E no segundo módulo seria a constante ameaça evidenciando os prejuízos da má utilização dos manguezais. E o terceiro módulo, então a parte realmente da destruição causada pela especulação imobiliária. O projeto *vidas em equilíbrio* pela sua aceitação e resultados acima do previsto se transformou em programa e vem sendo desenvolvido a 3 anos pelo museu, que sempre que necessário convoca equipes interdisciplinares especialistas não só da universidade, mas também de instituições congêneres para as suas atividades. O programa *vidas em equilíbrio* foi lançado com uma atividade de cultura física e lúdica, colônia de férias prevista para 250 crianças de 6 a 14 anos, cujo tema foi *preserve o mangue*. Essa colônia de férias, essa atividade foi coordenada por 4 professores do curso de educação física da Universidade Federal e 14 formandos do ano de 91.

Em termos numéricos, durante o período de 3 anos, foram atendidas em atividades dirigidas por esse projeto, 13 comunidades pesqueiras, 587 professores da rede oficial de ensino do Paraná, 22.734 crianças do ensino do primeiro grau e cerca de 27 mil crianças do ensino de segundo grau. O programa *vidas em equilíbrio* permite que o museu se articule com áreas do conhecimento. O que eu vou citar são áreas do conhecimento que são representadas por professores da própria universidade. Vou fazer um comentário depois a respeito dessa integração museu e universidade. Professores da área de engenharia cartográfica, 2, com 23 alunos, educação física, 4 professores e 14 alunos, curso de farmácia, 3 especialistas e 5 alunos, botânica, 2 professores e 6 alunos, biologia marinha, 3 professores e 3 alunos. Ciências sociais e história, 4 professores e 15 alunos. Desenho industrial, 2 professores e 2 alunos. E antropologia, 3 professores e 5 alunos. Desmistificando a idéia de que museu é um depósito estático, o referido projeto é um exemplo vivo, que independente do seu acervo, a instituição museu pode interagir interdisciplinarmente a exemplo de como o homem atua no seu meio cultural e ambiental, além de cumprir o seu papel de universitário junto à comunidade que está inserido.

Nós vamos passar uma seleção de *slides* que acompanha. Na verdade eu trouxe poucos porque o projeto continua em andamento e nós estamos agora em Morretes, que é uma cidadezinha vizinha a Paranaguá. É nesse projeto que nós estamos. Paranaguá fica no litoral sul do Paraná e nós estamos avançando para o norte do litoral até chegarmos a reserva que faz fronteira com o Estado de São Paulo, então nós temos o privilégio de ter litoral muito pequeno e que nos permite praticamente avançar em todo ele nesse trabalho de conscientização, porque, na verdade a maior área de mangue, manguezais do Paraná está localizada no norte do estado, no litoral. E não aonde nós estamos desenvolvendo o trabalho. E seria interessante colocar ainda que, enquanto o órgão de comunicação, o museu pode exercer essa tarefa de monitorar o processo de conscientização sobre a preservação do meio ambiente através deste mais nobre interface, a partir dos manguezais, e é uma proposta piloto na área das ciências sociais e tem o respaldo do núcleo interdisciplinar de meio ambiente e desenvolvimento que atua dentro da universidade. Temos convênio com o IBAMA, SUREMA e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Recebemos incentivo financeiro, não o museu diretamente, mas o Centro de Biologia Marinha, do Governo da Alemanha e convênio com especialistas na área de pesquisa sócio-cultural da Universidade de Paris e Bordeaux da França. Então eu gostaria de partir para a série de *slides*, onde eu vou poder explicar um pouco melhor algumas questões.

Bem, para quem não conhece o museu de Paranaguá, ele está instalado em um prédio tombado, conhecido pelo patrimônio como, antigo Colégio dos Jesuítas, apesar de nunca ter funcionado como tal, porque eles foram convidados a se retirar do país e é um prédio, na opinião pessoal, extremamente carismático e de uma força muito grande e que nos impulsa muito a trabalhar ali. Paranaguá fica a 90 quilômetros de Curitiba, onde está a sede da Universidade Federal, o que nos obriga a fazer sempre uma viagem de hora e meia de ônibus para chegarmos até o museu, onde desenvolvem-se as atividades e hora e meia para subir em uma paisagem belíssima e especial da Serra

do Mar. Mas quando nós chegamos lá, nós conseguimos esquecer esse período de viagem.

Uma vista do claustro do museu, onde nós, sob esses arcos estamos implantando um projeto de fitoterapia. Pode passar.

Bom esse projeto foi resolvido de repente, porque resolvemos estudar manguezais e divulgar essa questão de consciência de meio ambiente, de preservação dos manguezais. No museu de arqueologia e etimologia nós temos uma seção de pesca e o gancho para o nosso projeto foi esse. Então como nós tivemos oportunidade de dizer de manhã, nosso entender o museu tradicional tem diferentes ganchos, pode ser explícito, ou podemos criar esses ganchos através de uma semiologia.

Essa é a vista do manguesal da janela do nosso museu, nosso vizinho. E nós não podíamos deixar de trabalhar esse tema tão próximo a nós. Pode passar.

Aqui o manguesal já bem como se nós estivéssemos explorando a área, são *slides* do pessoal de biologia marinha que nos emprestou e que nos ajuda bastante a entender a complexidade desse ecossistema.

Bem, deixa eu ver se acerto a setinha. Essa linha colorida é a marcação dos pesquisadores para mostrar que na época da catação, como falam os caranguejeiros. A época da catação coincide com a época da reprodução dos caranguejos, então eles estão constatando que a catação é feita exatamente no período de reprodução, ou seja, janeiro, fevereiro e março. Coincidentemente período de alto verão e no Paraná nós chamamos de alta temporada. O Paraná tem tradição cultural de verão e inverno. Então o litoral só é utilizado praticamente no verão e apesar de todo um balneário muito rico e com casas muito sofisticadas, essas casas, esse balneário só é usado no período de temporada, como eles chamam, que é exatamente janeiro, fevereiro até o período da páscoa da semana santa. A partir daí o balneário é deserto e coincidentemente o período da catação é o período da temporada. O seguinte por favor.

Essa é uma vista mais próxima da metodologia de trabalho do pessoal da biologia marinha. O seguinte.

A pesquisadora. Nós tivemos oportunidade nessa colônia de férias de fazer, como era uma faixa etária muito diversificada de 4 a 14, de 6 a 14 anos, os meninos maiores, da faixa etária entre 8 a 14 anos fizeram a visita "*in loco*" aos manguezais acessorados pelo pessoal da biologia marinha. Essa foto foi tirada por uma dessas crianças.

Bem, aí é a turminha em frente ao Centro de Biologia Marinha, que fica em Pontal do Sul, entrada da baía de Paranaguá e ele é pessimamente localizado, como vocês estão vendo. E nessa praia em frente ao centro de biologia a criançada, depois da visita a manguezais preferiu fazer um joguinho de futebol na praia.

Bem, aí é parte da equipe, eu gostaria de ressaltar que as crianças receberam, nós recebemos para esse projeto o patrocínio do Banestado, sem marketing comercial nenhum, mas sem esse auxílio nós não poderíamos realizar o trabalho, porque implicou na hospedagem durante as duas semanas da colônia de férias em Paranaguá dessa equipe de professores e alunos do curso de educação física. Esse projeto, ele foi extremamente importante na medida em que os próprios alunos do curso de educação física, que desconheciam que o museu pertencia a universidade, porque o museu, ele ficou conhecido como o Museu de Paranaguá. Então fica parecendo que é do município, quando, na verdade o museu é da Universidade Federal. E os alunos do curso de educação física, já formandos, desconheciam isso e nós estamos achando extremamente importante que o projeto está conseguindo conscientizar não só a população onde o museu está inserido mas a própria população, comunidade interna da universidade. Nós temos alguns professores que também desconhecem isto. Depois nós queremos ressaltar esse distanciamento dos pesquisadores, que a Maria Célia falou com tanta propriedade hoje pela manhã, a respeito das comunidades que servem de cobaia e que os resultados da pesquisa são engavetados quando nós temos várias cobaias no litoral do Paraná e esse museu que tem todo esse potencial de poder ser a ponte, a extensão para devolver os resultados desses trabalhos de investigação. Só voltando um pouquinho àquele outro *slide*, por favor.

As equipes, as crianças foram divididas, nas viagens ao manguezal, claro que com o enfoque específico para cada idade, faixa etária e, vocês vêem, os professores. O que diferencia o instrutor, do aluno? Na verdade a colônia de férias é uma atividade acadêmica de formação desses alunos do curso de educação física. E integrada a esse projeto de conscientização. Então o que diferencia no caso é a camiseta, as crianças com a camiseta lisa e os instrutores, professores e acadêmicos com a camiseta com uma manga vermelha. Pode passar.

Bem, o claustro do museu era o pátio central, onde as coisas aconteciam, como toda colônia de férias também existe uma conscientização cívica, nós tivemos que improvisar. Um pódium de bandeiras para serem hasteadas diariamente ao som do hino nacional, as crianças aprenderam ao final de, foi bastante interessante, a gente ouvir essas crianças, bastante emocionante ouví-las cantar ao final de duas semanas o nosso hino integralmente, quando, nos primeiros dias ninguém praticamente balbuciava uma única palavra, apenas ouvíamos o som da banda.

As atividades lúdicas, elas foram direcionadas de acordo com a faixa etária dessas crianças. Mas sempre com o tema voltado para preservação dos manguezais.

O calor muito grande, essa atividade foi realizada em dezembro, alto verão em Paranaguá e na segunda semana nós entendemos que não dava para continuar trabalhando com as crianças com aquele calor sem um refresco e aí improvisamos uma piscina para eles em um dos jardins do museu.

Bem, ao final da colônia, eles começaram, cada equipe, de acordo com a sua idade, a fazer uma dramatização ou uma representação daquilo que na primeira semana ficou gravado. Então vocês vão ver. Pode passar o seguinte.

Eles tiveram a idéia das chamadas desses cartazes. Os coordenadores que estão ali atrás, os alunos de educação física, eles ficaram extremamente impressionados com o retorno do trabalho deles, porque a colônia de férias também acontece em Curitiba com temas tipo *preserve o verde* etc. e tal, mas em número muito maior e com outro

nível social de criança. Então eles ficaram bastante impressionados com a riqueza dessas crianças, algumas delas diziam: A minha mãe caça esse bicho. Se vocês observarem na camiseta está escrito *preserve o mangue* e tinha um caranguejo desenhado. Então eles acharam assim um barato o fato de ter na camiseta o bicho que a mãe caça. Quer dizer, deu para entender bem. Nós conseguimos fazer com que eles entendessem o que é importante e porque. Pode passar a seguinte.

A turminha dos maiores fez um teatro, escolheram inclusive a música de pano de fundo, onde eles representavam, alguns os mangues vermelhos, e outros os mangues brancos. Pode passar.

Nesse aí eles estão se arrumando, porque houve toda uma dramaticidade. Nós tivemos que ficar escondidos. Os pais foram convidados nesse momento para o dia final, "*o gran final*" da colônia de férias. E nós, para todos foi surpresa. Só os monitores é que tiveram acesso a esse trabalho deles. Algumas meninas representando a vegetação, algumas aves.

Os mangues vermelhos. Eles pediram auxílio, os maiores pediram auxílio dos menorezinhos. Tia podemos fantasiar os maioreszinhos também? Digo, claro, claro, que tem que ser por aí. Então foi bastante interessante nesse sentido. Pode passar o seguinte. Aí a dramatização. O teatrinho aconteceu no pátio, no claustro do museu. E nós presenciamos a teatralização. Eles mostrando como é importante. A questão do pássaro que vai levar o alimento para esses peixes e a preservação da fauna e da flora local também. Pode passar o seguinte. Acho que só estão aí mais dois.

A dramatização em si, os manguezais sendo cobertos pela poluição e pela invasão imobiliária. A banda ficou intusiasmadíssima com a turma. Pode passar o seguinte.

Aí o nosso Papai Noel, porque a festa acabou, a colônia de férias terminou no dia 23 de dezembro. Esse Papai Noel magrinho era um dos monitores que fez questão, com todo calor de Paranaguá, de se vestir de Papai Noel. Nós conseguimos o caminhão dos bombeiros, que saiu do próprio Corpo de Bombeiros com faixa e o Papai Noel distribuindo bala que uma fábrica de balas de Paranaguá nos

ofereceu. E a quantidade de crianças de fora da colônia de férias que correu atrás desse caminhão dos bombeiros. E até chegar ao museu, praticamente nós não conseguimos atender a todos em termos de espaço porque o caminhão vinha com a sirene ligada, o Papai Noel jogando as balas e a criançada atrás e todos querendo saber se no ano que vem eles iam ganhar a camiseta com o caranguejo também, ou não.

Bom, era essa a nossa contribuição e eu agradeço a atenção de todos.

Fernanda

Eu queria agradecer à Maria Regina, e convocar a Áurea Maria para dar prosseguimento aos trabalhos.

Áurea Maria de Freitas Carvalho

Petrópolis com a sua localização privilegiada, seu clima e belezas naturais são fatores que garantem desde a fundação a sua vocação de cidade de veraneio e de turismo. O principal atrativo do turismo petropolitano e do veraneio é a quantidade de área verde e a pureza do ar. Hoje, naturalmente, não tão puro.

No final da década de 80 a Prefeitura Municipal de Petrópolis organizou um seminário de preservação natural e cultural, que evidenciou entre outras coisas a remanescentes da vocação industrial de Petrópolis, que chegou em fins do século passado a ser o terceiro produtor de tecidos do Brasil. Apresenta em vários bairros de Petrópolis e seus arredores grandes construções que tinham sido e/ou continuavam a ser centro de comunidades operárias providas de vilas, igreja, escola, clube e às vezes centro de atendimento médico-dentário, determinou a formação de uma equipe constituída por representantes da repartição competente da prefeitura, do ISPHAN, atual IBPC, do INEPAC, da extinta FUNDREM e do Instituto Histórico de Petrópolis. Esta equipe tinha a finalidade de viabilizar a fundação de um museu de tecnologia industrial que preservasse também o complexo comunitário ortundo da aglomeração operária. Na realidade é um ecomuseu.

Para estudo dos locais e elaboração do projeto necessitava-se de verba. Começou-se então a contactar instituições patrocinadoras das atividades previstas, entre as quais a FINEP. Para a inscrição na FINEP havia a necessidade de uma empresa de consultoria. Um grupo de profissionais da área de ciências humanas ligados ao projeto criaram, então a Consultoria Técnica. Além desse projeto encarrega-se de outros projetos culturais sobretudo de pesquisa visando a preservação e divulgação dos recursos naturais e históricos do Município e do Estado do Rio de Janeiro, naturalmente inseridos no contexto nacional. Devido à formação de seus diretores encarrega-se também de organização de arquivos, centros de documentação e de pesquisa e cursos de treinamento de pessoal especializado nas áreas. A equipe formada nesse momento pela, Consultoria Técnica, pela Secretaria Municipal de Planejamento e pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico deu prosseguimento aos trabalhos. Passou-se à procura do local.

A procura do local apresentou inúmeras dificuldades. O fechamento de várias indústrias na década de sessenta ocasionou a deterioração dos prédios, descaracterização das moradias das vilas operárias ou destinação diferente dada pelos proprietários aos prédios adequados. Um exemplo é o anexo da Fábrica Cometa no Alto da Serra, que vendido foi demolido e hoje no local ergue-se um supermercado-shopping center. Surgiu então uma idéia de utilizar um local, que embora não contando mais com a presença do edifício da fábrica, da qual hoje só existem as ruínas, contava, entretanto, com inúmeros outros motivos de recuperação e preservação. As antigas instalações da Fábrica Cometa no meio da Serra da Estrela. Trata-se de uma região de mata atlântica com zonas ainda intocadas por mãos humanas e zonas que já foram invadidas e estão em risco de desmatamento e destruição. A região apresenta, ainda, o atrativo de conter vestígios dos caminhos históricos dos séculos XVIII e XIX.

Começou-se a pesquisar a propriedade da área, os herdeiros dos proprietários da Cometa, a família Amado, passaram procuração para pesquisar os gravames incidentes na área e referentes à falência da firma. O projeto, agora, bastante ampliado, com o objetivo da preservação ambiental e de turismo histórico ecológico, além de pretender ser um centro de irradiação de conhecimentos des-

sas áreas foi registrado, então, em 1988, sobre a denominação de Parque Serra da Estrela.

Pensou-se então em criar uma fundação do parque, a fim de viabilizar a captação de recursos governamentais e ou particulares necessários para a implantação do projeto. Havia, entretanto uma fundação, a Fundação de Alta Tecnologia de Petrópolis, cujo presidente, o falecido Dr. Flávio Muniz, sempre colaboram desde o início dos trabalhos, mostrando grande interesse na fundação do museu, prestando o apoio de sua experiência na área industrial. Foi efetivado o convênio com a Fundação de Alta Tecnologia de Petrópolis.

Em março de 91, o governo do Estado do Rio de Janeiro tombou as áreas de mata atlântica existentes no estado, incluindo, obviamente o Parque da Serra da Estrela. Na mesma época a Prefeitura Municipal de Petrópolis declarou a área de utilidade pública. Em novembro, inicia-se o levantamento da comunidade local, bem como das invasões ocorridas. Foi feito, também, um estudo da possível utilização das pessoas instaladas no local para trabalharem no controle e preservação do parque. Em 25 de março deste ano, o prefeito de Petrópolis baixou o Decreto nº 4.910, publicado em Diário Municipal do dia seguinte, destinando verba para o início da implantação do projeto, inclusive desapropriação da área ocupada que não for passível de integração e dos terrenos que ainda estiverem gravados por dívidas dos ex-proprietários da Fábrica Cometa.

Agora estamos tendo o prazer de apresentar o projeto, convidados que fomos pelo Excelentíssimo Secretário de Cultura Dr. Carlos Eduardo Novaes para participar desse evento. Eu vou agora expor o parque e depois mostrarei um vídeo para dar uma idéia melhor do local.

A região do parque é esta contida naquele mapa ali exposto. A área é aquela parte em linha verde. O Ricardo Vârzea é um dos que fazem parte da equipe, juntamente com a da Cristina Machado, que está aqui presente. Ele foi o autor do mapa, o autor da maquete e mostra também a área do parque, a região toda que vamos ocupar e que rodeia o parque.

Bom, eu faço parte da equipe de criação do parque que é da Prefeitura de Petrópolis, onde eu sou funcionária.

Aqui está o sul da Cidade de Petrópolis. Aqui já é o Município de Magé. Essa é a estrada que leva desde Magé até Petrópolis, antiga Estrada Normal da Serra da Estrela. É a primeira estrada no Brasil projetada com normas de estrada propriamente dita, em 1846. Aqui está a Estrada de Ferro Grão Pará criada em 1883 e segunda estrada de ferro do Brasil depois da Barão de Mauá e que faz a ligação com Petrópolis.

É trecho da primeira estrada. Que é continuação da Estrada de Ferro Barão de Mauá, a primeira do Brasil. Aqui também está o Caminho das Lajes Soltas, que é o primeiro caminho pavimentado do Brasil pronto em 1815, por ordem de Dom João VI. E também está o Caminho do Propensa, que é o caminho que ia do Rio de Janeiro para a região aurífera em Minas Gerais, enfim o principal caminho do escoamento do ouro para a Cidade do Rio de Janeiro.

É aqui que foi criada nessa área a Fábrica de Tecidos Velo de Terra, ao final do século passado para abastecer a Fábrica Pólvora da Estrela. Naquela época a parte de armamentos era feita muito com tecido, a parte do pavio, de dinamite, era aquele tecido apertado, uniformes. Quer dizer a Fábrica de Tecidos Cometa foi feita para apoiar a Fábrica de Pólvora da Estrela, criada logo depois que Dom João VI chegou, tendo sido transferida para cá em 1811.

Essa área ainda tem nascentes digamos, não poluídas. Têm muitos rios aqui, alguns pegam uma parte de Petrópolis mas, esses rios estão poluídos com possibilidade de preservação, com possibilidade de estação de tratamento em sua descida. Mas têm muitos não poluídos nas suas nascentes. E a área total é uma espécie de um anfiteatro como o que se vê aqui na maquete. A gente fez essa maquete para ter uma visão geral da área em uma visão especial, espacial da área e ela se volta toda para a Baia de Guanabara. Esse ponto aqui tem aproximadamente 800 metros de altura, esse ponto aqui 300 metros de altura, formando esse sensação de anfiteatro. E a visão da Baía da Guanabara é integral. Ela vai desde a Refinaria de Manguinhos até praticamente Jurujuba. Com uma vista realmente impressionante. Então nós temos uma área que é uma área de mata atlântica primitiva. Temos uma área

com uma vista para um conjunto natural impressionante. E uma área com conjunto histórico formidável. Para complementar. O primeiro lugar de pesquisa dos que vinham para trabalhar aqui era justamente a área do Parque da Serra da Estrela. E é isso que nós estamos querendo preservar com o apoio da Prefeitura, da Fundação de Tecnologia e do apoio digamos de petropolitanos plenamente capacitados para realizar esse trabalho e reunidos numa consultoria que nos ajuda.

A idéia também é que o parque não seja um parque público, quer dizer, a prefeitura deu o ponta pé inicial, com o apoio dessas pessoas, mas a idéia que dessa Fundação, que é uma instituição privada de caráter não lucrativo assuma a direção do parque e na verdade o tem feito, para que o parque não seja vítima de descontinuidade administrativa. É conhecida no Brasil essa interrupção de que um governo faz uma coisa o outro governo não faz e os parques públicos não têm sido bem assistidos assim no Brasil. A gente vê uma série de parques importantes públicos praticamente abandonados. E que essa Fundação abra caminho para uma exploração privada do parque.

Inclusive nós estamos, no momento, para a implantação do parque, precisando de auxílio financeiro, tanto governamental quanto particular. Mas nós pretendemos, com o auxílio do Museu Imperial lá mesmo realizar um seminário. E com profissionais, que são autoridades em marca turístico e em turismo ecológico. Nós pretendemos com isso fazer com que o parque possa futuramente se manter, porque, como disse o Ricardo se nós deixarmos tudo por conta do Estado, do Governo há queda sempre e será mais uma tentativa fracassada daqui a alguns anos. E neste parque nós temos os seguintes objetivos: recuperação e preservação ambiental, nós queremos justamente utilizar conscientemente a área de preservação ambiental, visando interditar e proteger a zona ainda não tocada. Utilizar a área intermediária para estudo e reprodução das espécies vegetais e animais da região, fazendo isso tudo sob a orientação do IBAMA, viveiros e também uma casa do naturalista que, além de expor as colocações e reproduções fotográficas dos espécimes do local patenteie, também os trabalhos de naturalistas que passaram pela

região. E pretendemos reservar acomodações para naturalistas da época atual e estudiosos do meio ambiente, que poderão se hospedar lá e estudar e continuar estudando flora e fauna. Podemos, ainda, utilizar a área periférica para caminhadas ecológicas, sobretudo estudantes, visando a conscientização do escolar e do adolescente para a necessidade da preservação ecológica e para também o turismo controlado. Preservação e restauração do sítio histórico. Pretendemos recuperar esses caminhos que o Ricardo acabou de falar, a variante do Caminho Novo de Bernardo Soares de Proença, no século XVIII, a Calçada de Pedra de Dom João VI, a Estrada de Ferro de Mauá, que ainda apresenta trechos que podem ser recuperados, inclusive uma passagem por um viaduto que está em um bom estado e ainda pode ser utilizado. A Estrada Normal da Serra da Estrela. E outro objetivo é construção de um museu de tecnologia industrial a partir da Fábrica de Tecidos Cometa, pois as instalações estão onde ocuparam o mesmo espaço que ocupou a primeira fábrica de papel da região, a Fábrica Orlanda. Com a compreensão e colaboração dos moradores e um custo reduzido poder-se-á também proporcionar aos frequentadores, aos turistas e aos escolares uma idéia do que era um complexo da fábrica industrial no princípio do século, porque nós vamos utilizar no nosso ecomuseu a vila operária da Fábrica de Tecidos Cometa, com as casas dos operários, a igreja, o clube, que tem o nome da família Amado, Pedro Amado. E pretendemos conscientizar as pessoas da região para que nos auxiliem na manutenção do parque e na sua utilização.

Só um pequeno detalhe. Nessa vila operária da fábrica, os antigos operários receberam as casas em dívidas trabalhistas não pagas pela empresa quando ela faliu. Então muitos desses operários, alguns mais antigos, podem contar a história do lugar e que também, muitos deles são filhos de outros operários e netos de outros operários. Portanto nós temos um núcleo comunitário que pode relatar a história do lugar e mais os moradores que ali chegam e que receberam muito bem todo o processo de cadastramento, animadíssimos que a área se transforme em um parque, e animadíssimos em participar do parque, inclusive como força de trabalho.

Agora, há áreas também em que a invasão se fez exatamente em cima do Caminho das Lajes Soltas, então a ocupação na nascente de rios, há ocupação em cima do caminho, há trechos cercados como propriedade particular em que eles estão fazendo criação, plantando bananeiras, quer dizer desmatando a região. E deteriorando o local. Pretendemos também implantar o turismo histórico e ecológico. Organizar aproveitando os caminhos históricos e as trilhas já existentes para incursões turísticas com limitado número de pessoas de cada vez até às clareiras e locais pitorescos às margens do rio e seus afluentes, sobretudo onde estão localizadas as represas da fábrica. Então a fábrica construiu dentro do rio várias barragens e cada uma dessas barragens forma represas. Essas represas são utilizadas para banho de cachoeira e mesmo para, por religiões diversas fazer ritos religiosos, batismo, rituais de macumba. O local está bem utilizado para este tipo de atividade. Inclusive, ao longo da Estrada Normal existem locais que proporcionam excelente visão da baixada fluminense. Infelizmente, esses locais privilegiados já estão bastante ocupados por casas particulares. As pessoas, na ânsia de conseguirem uma boa visão do Rio de Janeiro, da Baia de Guanabara e da baixada fluminense, elas constroem a casa ao longo da estrada e fica nos privando da vista.

Esse projeto pode, ainda ter articulações com outros projetos que estão sendo viabilizados já. Um deles é o projeto da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária, ABPF. Eles estão tentando recuperar o porto de Mauá, onde começava a Estrada de Ferro de Petrópolis, porque vinha-se de barco do Rio de Janeiro, entrava-se até o porto de Mauá e ali, então, passava-se para o trem. E eles estão tentando viabilizar este porto e viabilizar o trecho da estrada de ferro até o meio da serra. O nosso parque poderia tomar do meio da serra e seguir até o alto da serra, ou em um cavalo ou em charrete. Seria um passeio pitoresco e confortável. Outro projeto é o da Universidade de Brasília que está pretendendo recuperar a Fazenda da Mandioca e se localiza justamente no final da Estrada das Lajes Soltas, no caminho que leva para a lagoa.

O parque pretende, portanto, ter várias utilizações. Ecologia, turismo histórico, preservação e ainda utilizando as ruínas da fábrica nós vamos construir um museu de alta tecnologia industrial, recolhendo o maquinário antigo de Petrópolis, as fotografias existentes, enfim todos os remanescentes da arqueologia industrial para construir lá um museu, um museu tradicional. Mas esse museu será equipado também de pequenas oficinas em que sejam ministrados cursos profissionalizantes para atender a demanda das indústrias, das empresas de Petrópolis. Naturalmente já não mais de tecidos mas a parte industrial de Petrópolis se desenvolveu muito, hoje é bastante atualizada. Nós temos vários tipos de empresas.

Em relação à exploração pela iniciativa privada, ela se referiria a pousadas, centros de diversão, também empresas que quisessem participar dos centros de investigações de tecnologia. Agora, num âmbito de um plano diretor do parque feito, por pessoas capacitadas para fazê-lo, e respeitando isso. A idéia é que tenha alguém que cuide efetivamente do parque. Quer dizer que possa, que cuide do parque como um fator de sustento material seu, como garantia de que esse parque se preserve e não seja abandonado e invadido por mais títulos e decretos e leis que tenham. Agora, dentro de um quadro de respeito e de elaboração técnico-científico da área através de um plano diretor.

Esse vídeo foi feito muito às pressas e ele não mostra todas as particularidades, todos os pontos pitorescos do parque. Mas é só para dar uma idéia. Este ponto é visto do alto e em dias sem nuvens vê-se daí também a Baia de Guanabara e a baixada e aí estão localizadas as torres da Telerj e Embratel.

As altitudes do parque variam de 1500 metros a 300 metros sobre o nível do mar.

Agora nós vamos ver bem próximo ao Caminho das Lajes Soltas as propriedades que já estão se estabelecendo no local.

Plantações de bananeiras porque se estabelece um sítio, um barracão e faz uma plantaçãozinha de bananeira.

Essa é uma das represas. A represa da Fábrica Cometa.

Esses rios já estão bastante poluídos.

Já vamos chegando às ruínas da fábrica. Que consta de apenas de duas chaminés e um muro baixo onde foram as salas de trabalho.

Elas já estão completamente invadidas, pelas cabanas.

Esse é um dos sítios. O sítio do delegado, cercado com arame farpado, com cerca e com esta tabuleta.

Aqui nós estamos na Estrada Normal da Serra da Estrela, justamente na entrada de onde se vai às ruínas. Essas casas fazem parte da vila. Nessa entradinha há uma área que pode ser utilizada para estacionamento. Tem bastante espaço. A chaminé. Dentro do local das ruínas já estão estabelecidas barracas.

Até tijolos dessas ruínas, essas pessoas estão tirando para construir casas. Já estão acabando.

Essa é uma casa bem construída, bem dentro das ruínas, no local das ruínas. E aqui terminamos. Obrigada.

Lourdes Novais

Denominamos atividades a céu aberto a integração do homem a seu patrimônio natural e cultural.

A partir de 68, na cidade do Rio de Janeiro, um grupo de especialistas multidisciplinares, incentivados e coordenados pela conceitualizadora dos projetos, Fernanda de Camargo-Moro, dava início a uma série de trabalhos no campo da pesquisa, preservação, interpretação e comunicação do patrimônio natural e cultural, buscando criar, através de linguagem própria, uma inovação museológica permanente e que refletia e preconizava mudanças profundas que tiveram papel preponderante na mentalidade no fazer museológico de nosso país, a partir de então.

Essas pesquisas coincidiram com as novas idéias que partiam de diversas partes do mundo e que foram veiculadas, internacionalmente pelo ICOM e mais tarde pela UNESCO. Oriundas do resultado direto da observação das novas expectativas dos diferentes segmentos da comunidade brasileira com relação a seu patrimônio, estas atividades mostravam que não mais aceitavam conceitos vazios resultantes de formas miméticas desgastadas e alienadas da nossa identidade cultural e que por isso mesmo eram repudiadas.

Para iniciarmos essa reflexão é preciso lembrar que essas experiências a céu aberto não significavam apenas experiências propostas por ecomuseus, mas propostas que vinham sendo já trabalhadas dentro do conceito do patrimônio natural e cultural e sua comunicação junto à comunidade. De um modo geral refletem atividades externas realizadas extra-muros, dirigidas aos elementos de uma comunidade onde o social é trabalhado através do meio ambiente natural e cultural. Quando organizados em bases científicas, podem ser um grande fator de integração social caracterizando-se pela interatividade, o que faz com que, em muitas delas, não seja fácil distinguir onde começar o público, onde ele se transforma em objeto de experiência, de apresentação e mesmo de exposição. Forte elemento catalisador, as experiências coletivas a céu aberto, requerem em sua organização, uma conceitualização de base científica multidisciplinar cuja finalidade é o homem como ser participativo e criativo e a revitalização de seu patrimônio através de conhecimentos e da vivência, afim de alcançar de forma lúdica e criativa uma melhor qualidade de vida e um desenvolvimento mais consciente de seu meio ambiente.

É importante lembrar aqui alguns pontos concretos para o estabelecimento desse tipo de atividade. Então, nenhum tipo de experiência aqui citada teria surtido efeito se não fosse feita a partir de uma pesquisa interdisciplinar do patrimônio, quer seja, natural ou cultural da comunidade a ser trabalhada. Você vê, nada brotou espontaneamente sem uma base de pesquisa, sem uma consciência daquilo que se queria trabalhar.

Outro ponto importante, que foi sempre imprescindível uma equipe treinada permanentemente reciclada, composta principalmente por elementos do seio da comunidade e elementos externos mas que faziam um grande esforço de pesquisa para entenderem a realidade das comunidades trabalhadas. Outro ponto também levantado, foi o compromisso ético dessa pesquisa e da comunicação desse conhecimento junto às comunidades. A transparên-

cia e a humildade dos cooperadores e o respeito à opinião e à realidade dessas comunidades.

Em 1970 surgiram as primeiras atividades a céu aberto proposta por esse grupo pioneiro através do Centro de Pesquisas Iconográficas do Brasil (CEPIB), para o projeto "Santa Tereza, revitalização de um bairro". Um dos produtos do resultado prático dessa nova postura e cuja antecedência se situava na experiência do Projeto Pandora, Banco de Dados de Informações Interdisciplinares, representado por um Kit composto por elementos audiovisuais que permitiam a comunicação da informação nas áreas de arte, das ciências e que podiam ser utilizados por várias faixas etárias.

O projeto de Santa Tereza vinha exemplificar o alcance da comunicação, oriunda desse tipo de pesquisa feita a partir dos elementos componentes do patrimônio do bairro onde o social tinha sempre trabalho junto ao natural e cultural utilizando métodos simples, alternativos e criativos através dos quais eram passadas informações de arte, história, ciências naturais, ciências e tecnologia caracterizados pela participação e interatividade da comunidade. Neste projeto o bairro e seus habitantes, seu meio ambiente natural e cultural formavam um grande laboratório onde era utilizada a filosofia dos ecomuseus. A ação se passava nas ruas, nas praças onde os participantes integrados levantavam o cadastramento da arquitetura do bairro com casas, templos, igrejas e os estabelecimentos comerciais como quitandas, o barbeiro, o botequim.

Este cadastramento utilizava os métodos da documentação museológica e desta forma, foram resgistradas e classificadas árvores que poderíamos chamar de monumentos, tipos de plantas, animais, transportes como o bonde. E também os artistas do bairro, os ofícios, os tipos característicos como o leiteiro, o peixeiro, o jardineiro. Muitos hoje que já não existem mais. A feira livre semanal era trabalhar interdisciplinarmente com as crianças para ensino e prática, não só da matemática moderna, como também de botânica e nutrição. As festas anuais do calendário como a quermesse da festa da padroeira do bairro, o carnaval e seus desfiles eram pretextos para exposições

montadas pelos próprios habitantes sobre os temas de arte e artesanato.

Os museus do bairro, os ateliês dos artistas eram visitados constantemente pelos moradores e trabalhos de criatividade artística eram propostos inspirados em seus acervos tendo como resultado peças de teatro, dança, pintura e escultura. A tradição oral era coletada junto aos moradores, não só mais antigos, como os atuais. Jogos didáticos foram criados a partir dessa experiência que mais tarde viriam a ser utilizados em cursos e seminários de diferentes temáticas inclusive na prática museológica. Esta experiência imprimiu nos seus participantes uma forte noção de espírito crítico, e de luta pela preservação dos valores patrimoniais daquele bairro.

É preciso lembrar que essa experiência foi feita sem qualquer ajuda econômica por parte de qualquer tipo de autoridade. Foi o resultado do trabalho criativo de pesquisa de um grupo de entusiastas, moradores ou não do bairro, que assim criaram o Museu Conceitual de Santa Tereza.

A partir de 73, com o Centro de Estudos Museológicos e de Ciências do Homem e do Meio Ambiente, outras experiências a céu aberto começaram a surgir dentro dessa mesma linha de trabalho, cujo objetivo é o homem como elemento participativo e criativo afim de que este homem alcance tudo o que ele possa de melhor através de sua vida e através da preservação consciente de seu meio ambiente total. Frutos dessa filosofia, surgiram ainda outros projetos de atividades a céu aberto propostos para o desenvolvimento museológico do Museu de Imagens do Inconsciente, onde a coleta do acervo era feita dentro dos padrões da guarda das coleções de um ecomuseu e consideradas sem preconceitos e trabalhadas para a melhoria dos estados dos doentes: os loucos.

Nas atividades dinâmicas da antiga superintendência de museus nós também vamos ver que essa linha de propostas onde alguns elementos estavam trabalhando, desde o início foi: pesquisa, ética, criatividade e sensibilidade. Acrescentada a essa postura encontrava-se a proposta do treinamento especializado constante e a reciclagem da equipe envolvida. Do sistema integrado de

museus estabelecido, do trabalho integrado nas áreas da museologia e dinamização e comunicação nasceram experiências intra e extra-muros, a céu aberto ou não, desenvolvidas no museu piloto da superintendência, o museu do Primeiro Reinado. A partir da leitura e pesquisa museológica do prédio do museu, a casa da Marquesa de Santos, concertos de música de época e peças de teatro foram levadas ao ar livre. Projetos como a horta comunitária, feita pelas crianças, tinham a preocupação de ligar os elementos aos culturais e o ensino informal, não só da ciência como da arte utilizando-se para tal, oficinas de criatividade ao ar livre.

Estes trabalhos vieram a culminar com o projeto São Cristóvão cultural que se poderia denominar o ecomuseu de um bairro ou de um museu aberto, dinamizado pela participação ativa da comunidade integrada à equipe de especialistas. O entrosamento da comunidade era tão grande que vivia-se permanentemente uma programação intensa que era anunciada diariamente pelo carro que fazia a entrega do Café Capital. Neste projeto estabeleceu-se uma cooperativa de museus, instituições culturais a serviço do bairro, como o Museu do Primeiro Reinado, o Museu Nacional, o Jardim Zoológico, o Observatório Nacional, o Mercado do Nordeste, a praça com seu coreto, restaurado por força de seu projeto para abrigar concertos com bandas, grupos de chorinho, estabelecimentos educativos e culturais, blocos de escolas de samba, cujo trabalho animava o bairro e motivavam sua comunidade como havia acontecido em Santa Tereza, mas em muito maior escala. Nesse projeto buscou-se preservar o patrimônio natural, cultural, a vida quotidiana, a história viva de uma comunidade e a participação de uma melhoria comum para sua real preservação.

Ainda nessa mesma linha de ação, outros projetos ao ar livre ou a céu aberto foram desenvolvidos fora, ou no Rio de Janeiro, como a atividade realizada no Museu do Homem do Piauí onde foram realizados trabalhos de comunicação com o pessoal do mercado que existia ao redor do prédio daquele museu, revitalizando grupos de bumba-meu-boi, recuperando e transmitindo à gerações mais novas receitas culinárias especialmente feitas para aquelas

manifestações da festa popular. E tudo isso culminou, ainda mais, com as propostas feitas no plano diretor para o Museu de Astronomia e Ciências Afins e principalmente as múltiplas realizações do ecomuseu da Itaipu. Como os trabalhos que foram e são feitos junto à comunidade daquela região da barragem e do em torno do lago de Itaipu, como, com a finalidade de esclarecimento, incentivo do saneamento, ensino de métodos para construção de poços artesianos, saneamento da água, métodos de agricultura para melhoria de vida e aproveitamento das safras, a trilha ecológica, o refúgio biológico e seus métodos de preservação e de ensino de finalidades preventivas, as festas sazonais.

Todos esses aspectos e exemplos são apenas algumas das manifestações de apoio para cumprimento dinâmico daquele ecomuseu.

Bom, todas essas manifestações vivas, somadas a diversas outras atividades de vanguarda que vinham e vêm sendo desenvolvidas no Brasil proporcionaram uma escala maior para essa nova tomada de posição no desenho do museu brasileiro. Obrigada.

Fernanda

Muito obrigada à Lourdes. Eu vou falar só uma frasezinha, que eu continuo muito preocupada com as pessoas que dizem: o museu ou o ecomuseu. O ecomuseu é um tipo de projeto dentro da área de museus integrados, museus ligados ao meio ambiente de novas visões de museu. Ele não é um museu ou ecomuseu. Um museu é uma coisa globalizante, o ecomuseu é uma das atividades que se faz. Então a repetição constante da frase o museu... os museus são divididos em museus ou ecomuseus isso é uma coisa preocupante do momento em que nós estamos dirigindo esse seminário com uma série de pessoas que estão interessadas em penetrar nesse tipo de projeto.

Então eu queria só que nós tivéssemos um modo de pensar sobre ecomuseu como uma alternativa. Existem outras, não é só essa alternativa que existe quando nós queremos fugir do museu tradicional.

Então eu gostaria de dar a palavra a vocês.

Magali Cabral

Eu vou ser a primeira logo, me levantei imediatamente, porque acho que eu pego a parte da manhã com a parte da tarde. Agora, essa colocação de museu, ecomuseu, museu tradicional, ecomuseu. Acho que no fim da manhã, hoje, ficou claro que o museu tradicional tem seu lugar, o ecomuseu tem seu lugar, o museu tradicional e a Maria Regina mostrou bem, quer dizer o museu tradicional pode trabalhar junto à comunidade.

Eu acho que na verdade o que se perdeu durante um bom tempo na área da museologia assim como na área da educação, foi a questão da função social do museu, a função social do educador, a função social do museólogo. E que agora eu acho que vem sendo rediscutida, retomada. E aí eu acho, o projeto São Cristóvão Cultural, não é um ecomuseu, não há um ecomuseu em São Cristóvão.

O projeto São Cristóvão Cultural tinha a filosofia que preside a ecomuseologia. E aí eu gostaria de também apresentar a oportunidade de dar um exemplo de continuidade do trabalho. Quer dizer, a partir do projeto São Cristóvão Cultural a direção seguinte do Museu do Primeiro Reinado cria a sala museu, a sala memória de São Cristóvão com a proposta, regida pela ecomuseologia, e não era um museólogo, buscando trabalhar com a comunidade do bairro, e mais adiante, quando eu assumo a direção do museu, dou continuidade à sala memória, buscando trabalhar com os diversos segmentos da comunidade do bairro de São Cristóvão. Que a comunidade do bairro de São Cristóvão é ampla demais.

Tem diversos segmentos na comunidade do bairro. E a atual gestão dá continuidade e a sala memória de São Cristóvão está tendo a sua continuidade. Quer dizer, eu não vim nem até fazer uma pergunta mas insisto. Quer dizer, o projeto São Cristóvão Cultural que gerou a sala memória de São Cristóvão que está hoje, lá atuante no museu, trazendo a comunidade para dentro do museu. Os moradores do bairro, hoje, freqüentam o museu. Não é um ecomuseu de São Cristóvão. Mas é a filosofia da ecomuseologia. Não é isso?

Lourdes

Entrou inclusive no texto São Cristóvão, desculpe eu responder porque eu coloquei: São Cristóvão, um ecomuseu de um bairro. Eu explico bem isso. É o seguinte: ele é uma interpretação ecomuseográfica de uma proposta. Um primeiro passo para o que se poderia ser. Inclusive, logo que você vai e começa o trabalho para um ecomuseu é feito um circo; na hora em que o ecomuseu começa não se arma a tenda e o palhaço chega. Então no primeiro passo você tem que ir tateando um dos ecomuseus mais conhecidos do mundo, quando ele já era considerado ecomuseu, eu cheguei no bairro, fora daqui do Brasil, e perguntei para uma pessoa do bairro: "você sabe onde é que o museu, o ecomuseu e ela não sabia. Aí o diretor estava atravessando a rua, eu corri atrás dele, era naquela sala. O ecomuseu não tinha ainda segurado a comunidade inteira. Então, aquele projeto São Cristóvão ia ser o primeiro passo para a transformação posterior de um ecomuseu de uma região. Então é isso que a gente tem que fazer, não é só ecomuseu, aquilo que eu disse antes. Porque eu me preocupei quando o Mário falou também. O ecomuseu é uma das propostas que saíram, não da mesa de Santiago porque o museu integrado saiu da conferência de Grenoble de 1971, nós estávamos lá e vimos e foi repensado em termos governamentais em Santiago do Chile. Então é uma das idéias de museu integrado. Os museus integrados aparecem sob diversas formas.

Áurea

É, eu queria colocar uma coisa interessante também. Essa segunda parte dessa continuidade evolutiva que a Magali mostrou agora é uma coisa muito interessante da gente ver quando se fez um trabalho muito na base do social cultural, não é? Então, por exemplo, o homem desse bairro que viu nascer a primeira etapa do São Cristóvão Cultural e que se tornou também um cliente dessa atividade, do momento em que a atividade não tomou novos rumos mas teve uma nova continuação com a sala São Cristóvão Cultural automaticamente esse homem que já estava trabalhado socialmente e culturalmente ele aten-

deu a essa chamada e ele vem e freqüenta o museu. Acredito que quando os projetos são bem plantados, quer dizer, dentro do direcionamento, da dimensão do homem e vem ao encontro dos anseios dele como morador de bairro, como ser cultural, como ser morador de uma cidade maior onde o bairro está incluído, qualquer clique que você faça você tem a clientela. Pode não ser em um número maior, pode ser em um número menor mas eles sempre virão eles sempre estão ali. Então hoje houve o início de uma discussão aqui sobre o público, uma pessoa levantou que os museus não têm público e tal justamente esse hábito que a gente cria ele tem que ser um hábito que corresponda àquilo que a gente queira entender, queira ver. Ao que nos é dado a compreender. Então a gente cria, justamente, esse elo de ligação onde a pessoa passa eternamente a te acompanhar. Eu falei muito rápido na história do homem do Café Capital que anunciava as atividades do Primeiro Reinado. Então isso é uma das coisas mais incríveis do mundo, porque esse carrinho do Café Capital ele entregava mercadorias, que eram vendidas. Mas ele era um morador do bairro, ele se sentia tão integrado que quando ele passava na frente do museu ele começava a perguntar qual era a atividade e dali ele saía anunciando pelo bairro todo. Então essa participação é o que a gente quer. E uma outra exemplificação é o seguinte: eu hoje até estava comentando com a Marta Regina a estória do peixeiro que existe em Santa Tereza e que é conhecido por gerações de pessoas que moram ali, não é, ele até hoje ele pergunta: "O dona! Quando é que a gente vai fazer a quermesse de novo? Cadê a sua amiga? Onde está o seu marido?" Entender, então são pessoas que criaram um elo quase que familiar, e aí é o trabalho do sensível, da emoção que esse tipo de trabalho, quer dizer essa conceitualização do homem como ser social, através do social existe. E é esse veio que, eu vou usar uma palavra que pode, às vezes ser mal interpretada, mas esse veio é que a gente tem que explorar, para poder ter uma resposta a curto e longo prazos que é a que nos interessa sempre.

Fernanda

Mário, para você. Você hoje levantou uma pergunta de manhã, que é uma interação sua, uma inquietação, talvez nossa, que estamos ligados de um ponto de vista mais conceitual com a museologia que era o que, como é que, quais problemas que dão se um museu tradicional vira um ecomuseu ou se um ecomuseu vira um museu tradicional. Queria que você pensasse um pouco isso não do ponto de vista institucional, nem do ponto de vista de uma ciência nosológica. Queria que você pensasse isso de uma dimensão muito mais ampla que é esse foco de discussão da função social do museu que me parece sair um pouco dos muros da nossa pequena academia e que se espalha, na própria relação que o museu estabelece com a comunidade.

Mário Chagas

Na realidade quando eu havia posto essa questão foi dentro de uma dimensão, de provocação, para que nós estivéssemos abertos para pensar esta possibilidade. Ora, um ecomuseu, criado como tal, essa criação é garantia de que ele permanecerá permanentemente como tal? Ou pode haver um momento em que esse ecomuseu deixa de ser um ecomuseu? Ora, nós aí estamos tratando de duas coisas ou de três coisas fundamentais, eu diria. Uma é o nome ecomuseu. O nome ecomuseu eu posso aplicar às coisas mais variadas, eu posso chamar de um ecomuseu um coelho azul, eu posso chamar de um ecomuseu meu sofá, posso chamar de ecomuseu as coisas que eu quiser. Posso dar o nome de ecomuseu a minha loja, eu não tenho uma loja. Isso é um nome. Outra coisa é um conceito ecomuseu. O conceito ecomuseu já exige uma definição mais precisa, quer dizer, ele, na realidade só pode ser aplicado de acordo com certos critérios. O conceito é, também uma delimitação. A instituição ecomuseu é completamente diferente do conceito. Eu posso ter uma instituição ecomuseu que, em um certo momento, está adaptada a esse conceito e em outro momento não está. Até porque todo o conceito, por natureza, é muito mais dinâmico do que a instituição que é mais enraizada. Ora, e esse raciocínio, que é válido

para o museu, é válido para a escola, é válido para "o museu". Na realidade me incomoda muito, às vezes, o seguinte: nós temos uma tendência de trabalhar com uma série de categorias que, na minha opinião elas não delimitam fronteiras muito claras. O que é próprio da categoria é delimitação de fronteiras. Ora, se eu passo a trabalhar com uma série de categorias como Nova Museologia, Ecomuseologia, Museologia e não delimito a fronteira entre essas coisas, ao invés de auxiliar o meu raciocínio, isso atrapalha o meu raciocínio. Então eu, pessoalmente tenho uma visão puramente pessoal, por questão de metodologia, eu prefiro não trabalhar com idéias de ecomuseologia, entende. Eu prefiro trabalhar com a idéia de museologia. Aplico o adjetivo nova simplesmente para estabelecer ruptura com o paradigma anterior. Só com esse objetivo, que eu aplico o adjetivo nova. Que pretendo, em pouco tempo, abrir mão do adjetivo nova. Por que isso? Porque, estudando a museologia do passado, eu percebo que em 45 se usou o adjetivo novo ao museu, à museologia. Esses adjetivos vão e voltam. Portanto, eles dizem muito pouco. Agora, a questão da passagem de um museu, que é tradicional, para o ecomuseu, não é, nesse sentido eu penso no seguinte: não se trata de necessidade. Niguém tem necessidade de transformar um museu que é tradicional em um ecomuseu. Isso não é uma coisa necessária. Agora, se o ecomuseu é conceito, se o ecomuseu é método de trabalho, eu posso aplicar um método de trabalho a um museu tradicional. Sem ter a intenção de transformá-lo institucionalmente em um ecomuseu. Porque a minha preocupação não é nome. A minha, quer dizer, o que me preocupa, efetivamente, é funcionamento. É isso que de fato me preocupa. Então se é um método de trabalho, não é, se ele é um conceito e é um método... que se traduz através de um certo método, eu posso aplicar esse método, não vejo nenhum problema nisso.

Eu não tenho nenhuma experiência de visitar nem de trabalhar em nenhum ecomuseu. O que eu tenho, na realidade, são modelos teóricos que posso pensar sobre esses modelos teóricos. O que me interessa é o modelo teórico.

Fernanda

Tem mais alguém que queira fazerr mais pergunta?

Maria Célia

Não é bem uma pergunta é uma consideração que eu vou fazer à respeito do trabalho do Márcio, que eu achei muito interessante, Márcio. Você é uma pessoa da área de física, está aqui presente nesse encontro mostrando que está realizando um trabalho sem perder de vista a noção de historicidade. Eu acho que isso demostra que nós estamos construindo uma nova ciência. Uma ciência que leva, sobretudo em consideração o fazer histórico. Seja ele na área das Ciências Humanas, seja na área Exatas, seja na área Biológica, nós não podemos perder de vista a noção de espaço e tempo histórico. Eu acho que isso é fundamental, isso é muito importante, nós devemos estar atentos em todo momento.

É a segunda vez que ouço você falar. Estive lá no seminário latino-americano e, normalmente me sinto feliz em ver essa experiência. Você, nesta área, trabalhando com o fazer científico que leva em consideração o espaço tempo histórico. Infelizmente, agora eu uso esse espaço para fazer, até, uma denúncia. Nós estamos passando nas universidades federais desse país um risco muito grande nesse momento quando existe no nosso Congresso uma proposta de tornar as universidades centros onde vão ter os seus próprios orçamentos e estes orçamentos serão buscados através de financiamentos de empresas e, neste país, vai ser muito difícil nós encontrarmos empresários para financiar alguma coisa na área das ciências humanas. Então nós vamos ter técnicos trabalhando sem noção de historicidade. Nós vamos ter pessoas trabalhando sem entender a sociedade, as suas transformações e o fazer cultural. E isso é muito sério. Eu acho que nós temos que refletir no momento em que nós estamos aqui falando em ecomuseus, de museologia. Porque a museologia não está dissociada de todo o fazer social político e econômico desse país.

Márcio

Eu queria agradecer, Maria Célia, essas observações que me emocionaram. E realmente, esse aspecto da historicidade eu acho que é extremamente importante é uma historicidade indisciplinada da própria história com essas representações no tempo e no espaço. E é uma questão que nos leva a aproveitar só a referência às Ciências Humanas e Exatas ou às Naturais como eu chamei, que na observação a respeito da referência ao Guiness Book, sobre os sinais onde ele toca mais nas ciências indisciplinares e mais próximas das ciências humanas, ele toca de leve em Galileu e faz pouca referência às Ciências Exatas mencionando o fato delas não serem tão exatas. E, de certa forma, até a ciência mais moderna demonstra uma maior inexatidão das ciências exatas. E seria bom que nesse rompimento de fronteiras a gente passe a abandonar termos tais que: Humanas e Exatas, Inexatas, Desumanas, porque no fundo existe uma coisa só. Melhor, existe uma ciência como instituição social dessa nossa sociedade. Mas existem, além dela, inúmeras ciências de várias sociedades, e especialmente de várias culturas. Então com essa idéia de que existem várias ciências não há a menor possibilidade de definir o que significam essas fronteiras entre o natural, o social, o cultural e o espiritual.

Fernanda

Agora eu acho que é Vera Alencar.

Vera Alencar

Eu queria abordar um tema que é um pouco difícil de abordar. Chama-se avaliação. É uma coisa que na minha concepção de trabalho em museu é importante, seja ele ecomuseu ou museu tradicional, qualquer um deles. Como você lida muito com a mudança de atitude, mudança de comportamento, com todas essas características não mensuráveis, vamos dizer. Então a avaliação se torna uma coisa difícil para mim. Eu queria saber se algum de vocês, que já vêm desenvolvendo esses trabalhos a algum tempo possa avaliar essa experiência e se pode dizer de que maneira isso foi feito. Isso me preocupa, porque do momento

em que nós estamos falando da validade, ou da pertinência, ou do que seja, de uma nova proposta metodológica de trabalhar com museus, como é que ficaria, ou como é que fica para você. Não é uma cobrança e sim um questionamento, um interesse, uma curiosidade minha. Saber se alguém tem essa experiência de avaliação dos projetos já executados.

Maria Regina

Vera. Quando eu li números eu não estava avaliando. Eu sei que a sua pergunta não tem nada a ver com isso. Mas nós temos uma avaliação dos nossos projetos a partir dos resultados de comportamento dos professores do ensino de primeiro e segundo graus, das crianças, poucas que nós trabalhamos, só 250, nós consideramos um número muito tímido, e do próprio fazer dessas comunidades pesqueiras que foram atingidas. Nós estamos começando o projeto. Apesar de 3 anos nós nos consideramos ainda no início do projeto. Porque muita coisa tem ainda que ser feita e nós estamos aprendendo com ele também. Esse é o lado, vamos dizer, acadêmico do projeto.

Fernanda

Aqui encerramos nossos trabalhos por hoje. Boa tarde para vocês.

CAPÍTULO VII

TEMA 4 - ECOMUSEU: A EXPERIÊNCIA AMERICANA

DIA
21 de maio de 1992

HORA
09:30 horas

PALESTRANTE
René Rivard
Membro Fundador do MINOM (Movimento Internacional para a Nova Museologia) - Canadá

COORDENADOR DOS DEBATES
Ricardo Várzea
Coordenador do Evento

Ricardo Várzea

Daremos início hoje ao Tema 4 do nosso Encontro: o Ecomuseu e a experiência americana. René, você tem a palavra.

René Rivard

Vou dar um tempo para que todos coloquem os fones. Gostaria primeiro de agradecer muitíssimo aos organizadores deste encontro pelo belo convite que me fizeram para vir aqui falar a vocês dos museus norte-americanos. Desde já, gostaria de expressar o prazer que sinto de estar alguns dias com vocês, e também agradecer, desde o início, ao Sr. Patrick, que do alto de sua cabine de intérprete faz um trabalho interessado e consciencioso, e que espero possa traduzir estes conceitos talvez um pouco diferentes em nossas culturas. Devo prevenì-los, avisá-los, desde já, que tenho filtros. Vejo as coisas através de filtros, como todo mundo, e meus filtros talvez sejam de certa forma diferentes, no sentido de que não tenho formação acadêmica ligada a museus. Minha formação é musical, e não "museal".

Portanto, vejo o mundo através dos sons, através de acordes harmoniosos e dissonantes, e em minha opinião são nessas harmonias e dissonâncias que está o êxito humano. E os ecomuseus, para mim, fazem parte dessa maneira de ver o mundo, de ver o meio-ambiente de forma global, e também sensual. A exposição que farei sobre os museus norte-americanos será em três partes. Antes de tudo, o contexto em que os ecomuseus deitaram raízes. Em seguida, a descrição de alguns deles, com o auxílio de *slides*, e finalmente um balanço, uma avaliação do trabalho feito nesse campo há treze, quatorze anos, no Quebec, Canadá, e nos Estados Unidos.

Tomemos primeiro o contexto. Quebec, no Canadá, são seis milhões de pessoas que falam francês, submersas, de certo modo, por 300 milhões de anglófonos. Houve, portanto, se conseguimos sobreviver em francês há mais de dois séculos, lutas enormes para conservar ao mesmo tempo nossa língua e nossa cultura. Em minha opinião, os ecomuseus enquadram-se nessas lutas, e em vez de estarem num nível continental, estão mais num nível regional. Nos anos 60 e 70, no Quebec, tivemos um intenso período de renovação que chamamos de revolução silenciosa, em que mudamos a maioria de nossas instituições herdadas do século 19, escolas, universidades, hospitais, e que eram dirigidas em grande parte pela Igreja Católica. No início dos anos 70, há no Quebec pouquíssimos museus, alguns na verdade dirigidos por anglófonos. Não temos portanto tradição museológica como tal. Na verdade, saímos de uma sociedade oral mais ou menos em quinze anos, da Segunda Guerra Mundial ao início dos anos 60, como se atirados no mundo moderno. Nesse contexto geopolítico do Quebec dessa época, deve-se lembrar que em 67 há a Exposição Universal de Montreal, que vai nos permitir entrar em contato com todos os povos da terra. Essa abertura para o mundo vai se refletir imediatamente em todos os tipos de empreendimentos. Antes de mais nada, o Quebec adota alguns anos depois uma

política, sua primeira política cultural. Explora também o que se chama entre nós de centros de interpretação, que são de certa forma casas de iniciação ao patrimônio natural no caso dos parques nacionais, e ao patrimônio histórico no caso dos locais históricos, governados ou dirigidos pelo Estado. Creio que outro instrumento muito importante dessa abertura para o mundo, após a visita do General de Gaulle, então Presidente da França, foi a criação do Escritório Franco-Quebequeano da Juventude, que vai permitir que cerca de 25 mil jovens do Quebec viajem para a França e a Europa, e 25 mil franceses para o Quebec, a fim de criar laços, como ele dizia, com seus primos redescobertos.

Logo, como eu disse, no nível do contexto de que havia poucas tradições museológicas em Quebec, era possível e mais fácil inovar. Desde o início dos anos 70, começamos uma exaustiva pesquisa dos diferentes museus-modelo que existiam na terra. Museus vizinhos nos Estados Unidos, como o Anacostia e o Museo del Barrio, em Nova York e na Filadélfia. Fui pessoalmente ver essas instituições e ecomuseus na França, de 74 a 79. Estudamos o sistema dos ecomuseus franceses, que é um sistema em certos casos administrado pelos parques naturais regionais, e em outros um sistema bem mais popular, muitas vezes surgido de sociedades ameaçadas. E em 1979, creio que seja o ano marcante, nasce sem que as pessoas saibam, e sem que a palavra tenha sido divulgada, o primeiro ecomuseu do Quebec. Deve-se dizer isso porque só se vai desvelar o nome de ecomuseu três ou quatro anos mais tarde, à população que se deu a si mesma um ecomuseu. Deve-se dizer que em 80 houve um referendo sobre a possibilidade de nossa independência do resto do Canadá. Os independentistas perderam e recuaram de certa forma, em três níveis. Perderam as alavancas econômicas, coisa que desde 1980, 12 anos portanto, nos permitiu recuperar quase 75% do estilo de vida. O trabalho junto a populações marginais ou marginalizadas. Ou seja, as pessoas

passaram a trabalhar num nível muito mais local, e não nos grandes projetos sociais, por exemplo, a habitação urbana. Na verdade, creio que se aplicou a partir dos anos 80 o preceito de B. Fowler, que diz: "pensar globalmente, agir localmente". Portanto, primeira experiência ecomuseológica: Haute-Beauce, 1979. O pretexto, uma coleção reunida por um etnógrafo autodidata numa região específica do Quebec, uma coleção que antiquários americanos queriam comprar a preço muito alto. Uma coleção que a população regional não desejava deixar partir, porque dizia: é nossa.

Portanto, conflito entre a propriedade privada da coleção por nosso autodidata e a propriedade virtual e coletiva da população, da qual se originava. Esse foi o pretexto, e as pessoas se diziam: se os americanos estão dispostos a pagar 120 mil dólares por essa coleção, nós arranjaremos os 120 mil dólares, e nós mesmos a compraremos. Fizeram-se então grandes coletas nas 13 cidades da região: cerca de 12 mil pessoas, e conseguiram juntar pouco mais que a quarta parte do montante e compraram a coleção, comprometendo-se a pagá-la em três anos. Desse modo, haviam agora comprado um problema. Pois, tendo comprado uma coleção, não sabiam o quê fazer com ela. O reflexo natural era de criar um museu. Ora, como fora a população de treze cidades que pagara pela coleção, onde colocar o museu? E nessas regiões, onde habitualmente se luta por interesses paroquiais, devo dizer que as lutas foram muito acirradas. Até que se propõem e se buscam com eles soluções novas, que seriam num primeiro tempo não criar o museu, utilizar a coleção para fins de estímulo e interpretação do patrimônio, mas utilizá-la de maneira brilhante e também mantê-la, para que se tornasse o símbolo da operação que desencadeou todo o movimento de ecomuseu na Haute-Beauce. Devo dizer, de saída, que a Haute-Beauce não se chamava Haute-Beauce. Na linguagem popular, chamavam-na de Beauce dos pobres. Situada em altas montanhas, a agricultura é difícil ali, o clima frio, e a gente das montanhas sempre

fora desprezada pelos da mesma região que viviam nas margens do Chaudière, um belo e grande rio, com vales férteis, etc. Por isso, rebatizaram sua região. Usaram um poder que é muito importante, o poder de rebatizar. Chamaram a região de Haute-Beauce. Rebatizaram todas as partes da região, com linguagem expressiva e popular, eu diria com poesia, vinda do ambiente que partilhavam entre si. Essa apropriação do território, claro, foi facilitada por dois anos de cursos que criamos, na verdade eles criaram - participamos da formação de cursos de museologia popular, inteiramente custeados pelo Estado. Esses cursos, em dois anos, permitiram que cerca de 400 pessoas acompanhassem cursos de museologia, fizessem exercícios de museografia, criassem suas primeiras exposições, soubessem como se faz pesquisa, aonde se encontram informações sobre saúde, genealogia, meio-ambiente, história, arquivos. E com esses cursos de museografia, vocês podem mais ou menos imaginar que há umas trinta pessoas por cidade que são museólogos experientes. É evidente que isso exigiu muitos sacrifícios, que as distâncias às vezes longas, as estradas em nosso país no inverno tornam-se muitas vezes intransitáveis por causa da neve. As pessoas eram muito dedicadas e trabalhavam bastante. Na verdade, acho que o que ocorreu foi uma desmistificação do processo técnico da museografia e da museologia. Retornarei depois ao ecomuseu da Haute-Beauce.

Agora vou falar de outro ecomuseu que nasceu mais tarde, mas em vez de num meio rural afastado, este se forma num bairro esquecido de Montreal. Um bairro hoje cortado, isolado, digamos, pelas autoestradas, soluções urbanas incompatíveis com a habitação que os operários na verdade possuíam, portanto se cria o que hoje se chama Maison du Fier-Monde (Casa do Mundo Altivo). E isto não sei se se pode traduzir, pois entre o terceiro (*tiers*) mundo e o mundo altivo (*fier*) mudamos apenas uma letra, mas passamos de uma descrição negativa ou pejorativa para um elemento de

orgulho, revalorização, que, para as 30 mil pessoas do bairro, se torna um símbolo de afirmação contra os outros bairros da cidade. Começamos a trabalhar nas moradas de operários, começamos a trabalhar em dois tipos de bairro, espaços verdes, dotando-os de equipamentos culturais que as duas outras classes da sociedade, a burguesa e a média, já possuíam. Portanto, um ecomuseu também de reivindicação social, eu diria, um museu de combate. Assim como o ecomuseu da Haute-Beauce começou como museu de resistência e de desenvolvimento, que seria ao mesmo tempo pessoal e coletivo e de tomada de posição, a Maison du Fier-Monde teve de ser nos primeiros anos um ecomuseu de combate.

Outras experiências, evidentemente, surgem a partir de 82, 83. Uma no subúrbio de Montreal, o ecomuseu de Saint-Constant, nasce a partir de um centro ecológico. Outra surge numa cidade industrial, ameaçada de perder sua principal indústria, a tecelagem. Outra será criada numa região muito afastada, pouquíssimo povoada: o vale do Rio Vermelho. Enfim, outra nas ilhas de Sorel, a jusante de Montreal, no meio do rio Saint Laurent, onde dois fatores ameaçam a natureza e a cultura dos insulares, a poluição e turismo excessivo, muito numeroso, que é também uma forma de poluição em si. Portanto, essas experiências - temos pois seis ecomuseus, criados em três anos - e essas experiências logo ganharam uma fama invejável. Deve-se dizer que eles usam muito os meios de comunicação. Afirmam sua presença em diferentes níveis, político e social.

Creio que outro fator muito importante para o êxito desses ecomuseus é que são visitados por centenas de pessoas interessadas em criar, estabelecer laços com essa iniciativa. A Haute-Beauce, por exemplo, que é uma região rural, vê desembarcarem franceses, americanos, belgas, suecos, que chegam para ver o que está acontecendo. Então os moradores dizem que, "se os estrangeiros vêem aqui, é porque fazemos alguma

coisa de bom". Talvez seja pelo fato de estarem fazendo algo meritório que vão ainda mais longe. E acho que, como em todo movimento, há uma ascensão e depois um esgotamento, e por conseguinte uma redescida, e que esses estímulos vindos do exterior farão com que o movimento adquira amplitude muito maior que a prevista ou desejada a princípio. Há, naturalmente, um preço a pagar por essa fama, o de fazer amizades pelo mundo, o de encontrar palavras para descrever o que está acontecendo e quem são aquelas pessoas. E é através dessa definição dos ecomuseus por eles próprios, pelas populações usuárias, através dessa expressão, dessa busca de definições, que nada têm a ver com as definições científicas da museologia, que as pessoas tomam consciência do valor dos instrumentos que têm em mãos.

Em 1981, Hughes de Varine chega a Quebec e visita todos esses ecomuseus, e torna-se um novo estímulo para que nos empenhemos decidamente em ecomuseus de desenvolvimento, e não em ecomuseus convencionais, onde se dá toda ênfase ao patrimônio e à sua valorização, e menos ao desenvolvimento ao mesmo tempo cultural, social e econômico. Hughes de Varine diz a essas pessoas: Se vocês quiserem, os meios estão a seu alcance. Então os ecomuseus nesse momento enfatizam a pesquisa e o desenvolvimento das estratégias que farão seu sucesso. Não todos, vejam bem. Alguns, entre os seis, vão perder o fôlego e não terão êxito. Vou me lembrar sempre de uma pergunta feita por Hughes Varine a um grupo popular: "Por quê vocês querem fazer um ecomuseu?" Uma cidadã respondeu: "Vivemos numa região pouco povoada, que o governo mal olha, porque eleitoralmente não valemos lá grande coisa. Logo, se formos esperar que o governo nos dê os equipamentos culturais a que temos direito, eu já estarei morta e meus filhos também. Portanto, é preciso agir e fazer por nós mesmos." E esta resposta surgia a todo instante a propósito da identificação de necessidades e da busca de soluções possíveis no seio do ecomuseu da Haute-Beauce. Aliás, em 1984, e isso Mário Moutinho,

que está aqui, pode testemunhar - ele estava presente com Manuela - há uma primeira oficina sobre a nova museologia e, claro, os ecomuseus participam integralmente dessa organização.

Eu gostaria agora, a nível de contexto - falou-se muito do Quebec, que é em si uma parte da América Latina. Porque, como francófonos, somos os latino-americanos do Norte. Então eu gostaria que se examinasse o resto do contexto em relação ao resto do Canadá e ao resto dos Estados Unidos. Desde os anos 80, evidentemente, as outras províncias do Canadá e muitos grupos dos Estados Unidos se interessam pelos ecomuseus do Quebec, mas acho que, durante vários anos, não captam o conceito global de ecomuseologia, o conceito de ação integrada. Para mim, só a maneira como escrevem ecomuseu - sempre escreveram em duas palavras, com um traço de união entre eco e museu - já prova que na cultura deles, anglo-saxônica, esta palavra não é boa, é sempre sinônimo de duas entidades inconciliáveis, o museu e as ecologias, humanas, naturais, sejam quais forem. Portanto, será necessário esperar uma dezena de anos para que se criem ecomuseus no resto do Canadá e nos Estados Unidos. Aliás, nos EUA há apenas um que se chama normalmente ecomuseu, e que é de fato um ecomuseu. Eu gostaria de situar vocês geograficamente, acho isso importante para conhecer melhor as distâncias que separam os ecomuseus.

Portanto, vou explicar um pouco meu desenho desta noite. Bem, em vermelho, vocês vêem os diferentes ecomuseus que se situam no Quebec. São 250 quilômetros entre o Quebec e Montreal. Isso lhes dá uma idéia aproximada das distâncias. Portanto, a região de Montreal conta com quatro ecomuseus, no subúrbio e em pleno coração da cidade. A Haute-Beauce fica nas montanhas, que são as Apalaches, e no vale do Rio Vermelho, que é esse lugar perdido, meio nórdico, que viu surgir um ecomuseu ao longo do rio, e foi o rio que uniu essas pessoas, logo esse ecomuseu é bastante especial. Se se olha a nível da América do Norte, descul-

pem, mais uma vez, o desenho aproximado, vemos muito bem os ecomuseus no Quebec, os que coloquei em verde, e o resto dos ecomuseus na América do Norte. Há, portanto, nas Rochosas, em Alberta e na Columbia Britânica, três ecomuseus de montanha, que são de certo modo instrumentos de defesa contra um turismo muito comercial, para tentar estabelecer as relações visitantes/visitados...

Dando para a Baía de Hudson, em território ártico, há toda a série de ecomuseus Inuit, esquimós, eu diria. São treze cidades separadas entre si por 200 ou 300 quilômetros de tundra. Eles adotaram um instrumento muito flexível de museografia, de língua, de auxílio linguístico se se queira, de atividade cultural e educação, através do Instituto Cultural Avatak, que eles criaram por si mesmos. Seis mil pessoas vivem nessas treze cidades.

Vem a seguir um museu em formação nesse momento, em Ontario, em Almonte. Não posso dar mais informações a vocês, pois não estou a par dos últimos acontecimentos. E no golfo de Saint-Laurent há dois novos museus, que são os ecomuseus do rio Pentecostes. Há também em Terra-Nova, na península de Port-au-Port, um grupo de francófonos que está cuidando de adotar esse instrumento; e na Ilha do Príncipe Eduardo, outra província canadense, habitam ainda os acadianos francófonos, que criaram também um ecomuseu acadiano que funciona muito bem.

Nos Estados Unidos, eu já disse a vocês que há apenas um, o ecomuseu dos índios Aktchin, no sul do Arizona, perto da fronteira mexicana. E evidentemente, no México há todos os museus comunitários, todo o sistema, a rede dos museus comunitários, que de certa forma são ecomuseus, numa forma bem mexicana, e a nível de cada estado mexicano criaram-se esses museus comunitários. O objetivo era criar 120 desse tipo em cinco anos, e creio que hoje esse objetivo foi alcançado, passados quatro anos. Os mexicanos têm essa objetividade, eles examinam, desenvolvem uma metodologia, e em seguida dizem: vamos fazer... tantos. E

fazem. Fizeram 500 museus escolares em seis anos. Na verdade, essas experiências decorrem, para aqueles que leram sobre o assunto, decorrem muito das experiências da *casa del museo*, nos *barrios*, os bairros, por todo o México. Essas experiências foram feitas no início dos anos 70.

Bem, isso cobre de certo modo o que eu chamaria de contexto. Preparei em seguida alguns diapositivos, para dar a vocês uma idéia do ambiente desses ecomuseus.

Assim, em primeiro lugar pus os diapositivos da Haute-Beauce, um meio-ambiente meio especial. Um meio-ambiente onde no outono as árvores ficam vermelhas, antes de perder as folhas, e foi nesse território, que foi rebatizado e cuja cartografia foi completamente refeita, que se implantaram os diferentes equipamentos culturais que vimos.

Uma das primeiras experiências museográficas. Foi uma experiência bastante interessante, em que se decidiu fazer o inventário de todos os enxovais de batismo existentes nas treze cidades. Inventariaram-se centenas e optou-se por fazer uma exposição sobre o que era o primeiro ano de casamento de uma mulher. Quando ela prepara o enxoval de batismo do primeiro filho. Isso desembocou numa coleção de cerca de 1.200 enxovais de batismo inventariados, fotografados, catalogados, etc., mas que jamais chegaram ao próprio museu. Ficaram todos com as famílias, mas com a ficha. Cada família tem a ficha de registro. E cada uma fez um rápido curso de conservação de tecidos, dentro de papéis não ácidos, de como colocá-los esticados nas gavetas, etc. E sobretudo, como transferir o objeto por testamento às pessoas que querem cuidar dele como patrimônio. Fizeram-se essa experiência com outros objetos, para mostrar às pessoas, acho, e para que tomassem bastante consciência de que também elas eram conservadoras do ecomuseu, da verdadeira coleção do ecomuseu.

Portanto, evidentemente, como em todos os museus, uma coleção de fotos que permanecem com as famílias, mas das quais uma cópia também se encontra na sede do ecomuseu.

Uma pesquisa genealógica. Várias cidades indicaram que desejavam conhecer seus ancestrais, e fizeram projetos que levaram quatro ou cinco anos de pesquisas genealógicas. Nesta cidadezinha de 125 pessoas, eles sabem mais ou menos onde se encontram os descendentes dos que foram para lá mas partiram há 150 anos. E isso representa cerca de 6 mil a 7 mil pessoas. E três, quatro vezes por ano, criam festas para elas, e elas vêm e inundam a cidade, dos Estados Unidos e de todas as partes. São redescobertas interessantes.

Evidentemente, há algumas atividades tradicionais, e também atividades de conhecimento do território, através da criação de trilhas de observação e de trilhas de leitura da paisagem. E por toda parte, em todas as cidades, aqui e ali, a paisagem foi sinalizada, o que significa que se criaram, de certo modo, sinais ou símbolos, em que eles se exprimiram para afirmar ao mesmo tempo essas forças das aldeias, mas também suas diferenças com as outras.

Em Saint-Hilaire, justamente essa cidadezinha de 125 pessoas, eles mesmos criaram a Maison des Gens de Saint-Hilaire (Casa das Pessoas de S.H.), que é uma antiga casa de colonos, servindo de local de exposições, e que é secundada por locais de escola, onde funcionam o centro de genealogia, o centro de história oral, a associação turística. Eles têm aliás um projeto de 3 milhões de dólares, para moradias rurais, pensando nos visitantes que buscam um novo turismo cultural.

Desse modo, todos os tipos de atividades criadas pelas pessoas, aqui na época da colheita do feno, quando se junta a forragem para os animais no inverno, isto é, uma festa onde as pessoas de certo modo recriam seu passado, mas através de todo um exercício de simulação, ou de manequins feitos justamente de feno. Portanto, é temporário, dura uma semana ou duas, as pessoas manifestam-se, cada família faz, por assim dizer, seu módulo de exposição.

Esta família, por exemplo, escolheu como tema a vida. Portanto, é o batismo do primeiro filho... Depois, já é o terceiro ou quarto ano... - ela se casou no ano anterior, a mãe, e ali a criança na escola. Agora já são doze anos, e isso se repete, é eterno como temática.

Portanto, também desenvolveram a museografia mais convencional, pensando nos visitantes que hoje afluem à região. Claro, há também as exposições de artesanato, as criações locais. Em minha opinião, desenvolveram tecnologias museográficas muito simples, mas de uma eficácia incrível. Vocês viram esta sala, trata-se de um jogo-questionário a cores, etc. Feita em compensados, nada muito caro.

Aqui os painéis são fotocópias ampliadas e reaumentadas, e depois coloridas com giz de cera. Os textos datilografados tornam-se uma coisa muito interessante. Não custa quase nada, quando se tem a fotocopiadora, evidentemente. Mas são técnicas muito simples, embora eficazes, a nível museográfico.

E creio que se saíram bem. Por exemplo, nesta exposição numa grande sala havia apenas um objeto, uma única citação escrita na parede, e uma única foto ampliada de uma mulher trabalhando nas tecelagens americanas na região de Boston. Pois muita gente dessas cidades tinha de trabalhar, para ganhar algum dinheiro, a centenas de quilômetros, e retornar, e aí, com uma das máquinas da tecelagem, uma citação e uma foto, e evidentemente uma apresentadora, uma jovem descendente de uma dessas mulheres, vi esses visitantes passarem quarenta e cinco minutos diante de um objeto, uma citação e uma foto ampliada.

Outro local, uma antiga tecelagem completamente reformada, é interessante porque se trata de uma cidade que a princípio não fazia parte do ecomuseu, mas há quatro ou cinco anos juntou-se ao ecomuseu para poder participar desse mesmo trabalho.

Aqui, a conservação do patrimônio industrial, etc.

Do ecomuseu Fier-Monde, eu só trouxe este diapositivo. Trata-se de um mural criado num dos muros do bairro. É um mural criado há dois anos, e o ecomuseu existe há cinco. Não é um mural sobre as pessoas do bairro. Mas sobre os amerindios e seus problemas. Eles convidaram grupos autóctones a fazerem esse mural e manifestarem-se em pleno coração da cidade, para que as pessoas compreendam que os vôos dos supersônicos sobre suas florestas perturbam a caça, que suas terras foram expropriadas com outros fins. Que são vítimas de problemas de alcoolismo, de drogas, etc., mas que finalmente, na tenda, ao centro, ainda há esperança, ainda há vida.

O ecomuseu do Vale do Rio Vermelho, região muito pouco povoada, mas sempre essa noção territorial bem definida, território onde as pessoas se conhecem entre si e onde partilham, na verdade, um mesmo meio-ambiente.

Mas neste ecomuseu, em vez de estabelecerem locais permanentes de exposição, ou coisas assim, eles utilizam tudo. Não têm nada. Não quiseram instalar nenhum posto permanente. Assim, por exemplo, aproveitam as vitrines das lojas. Usam a sala paroquial, as salas de escolas, e criam atividades constantes, mas nunca querendo ter centros permanentes para os arquivos, para os objetos. Logo, é um pouco o ecomuseu do efêmero, e do imaginário também, já que não se aprofundam muito, só fazem estimular um pouco as pessoas com as exposições, que eles próprios fazem e anunciam.

Neste ecomuseu, não houve curso de museologia popular. Mas mesmo assim, tranqüilamente, as poucas centenas de pessoas envolvidas chegaram aos mesmos resultados, num espaço de tempo maior, talvez, mas enfim, creio que os cursos não são uma necessidade absoluta.

E ali, vamos ver, no sul dos EUA, entre os índios Aktchin, dos quais existem apenas 500 na terra, e que falam só sua língua, e que portanto estão muito ameaçados pela sociedade contemporânea, mas ainda assim 500 pessoas muito ricas, pois exploram 700 hectares de terras hortícolas, irrigadas. Todo mundo trabalha na

fazenda, eles mobilizam além disso de 500 a 600 pessoas para as colheitas.

São portanto essas extensões bem irrigadas, resultado de uma longa luta para obter a água que lhes fora prometida em 1921.

Aqui, o ecomuseu no verão, no primeiro momento uma forma de valorização, ou de interpretação da paisagem e do território que ocupa. Aqui se vê reservatório de água. Os americanos tiveram de construir um canal de mais ou menos 100 metros de comprimento para fornecer água a eles, não sei quantos centímetros cúbicos de água por centímetro quadrado de terra, por ano. Esse projeto custou milhões. Mas como foi assinado um contrato entre eles e o governo americano, conseguiram obter tudo, e sem recorrer à justiça. Logo, acredito que sejam excelentes negociadores. E em seguida passaram a pensar em seu projeto de ecomuseu.

Na verdade, num determinado momento, eles emprestaram 10 milhões de dólares a uma empresa que precisava deles, mas foi um empréstimo de risco, risco muito alto. A empresa precisou do dinheiro por seis a oito meses. Ao cabo de oito meses, devolveu-lhes os 10 milhões de dólares, mais um milhão de juros. Então eles separaram esse milhão e disseram: isso vai ser para nosso museu, nossos arquivos, nosso patrimônio. E elaboraram um projeto, a construção de seu ecomuseu.

Assim, durante dois anos, trabalhamos com arquitetos, museólogos, mas também com sete pessoas escolhidas na comunidade para ao mesmo tempo obter um diploma universitário em estudos ameríndios e também em museologia. Portanto, todo o processo de formação esteve presente em torno desse projeto.

E que teve como resultado uma inauguração oficial em junho do ano passado, com os xamãs tradicionais, evidentemente, os discursos oficiais, o que resultou nessa belíssima construção, adaptada como, acredito, pouquíssimos museus se adaptam ao meio-ambiente, e onde eles fizeram exposições sobre sua comunidade e sobre os elos dela com as outras comunidades. Por

exemplo, os índios Aktchin ♦ que são os bombeiros para todos os incêndios em 40 quilômetros ao redor.

Este aqui dá a vocês uma idéia das salas de exposição o que são... e aquele foi temporário, para a inauguração, mas há mais salas de animação cultural. Encontro do velho com o menino. Para eles, isso se reveste de uma importância primordial.

E aqui nos deslocamos completamente para o Norte, entre os Inuit, entre os esquimós. Portanto, território muito frio. É o mês de agosto, faz quatro graus positivos. Não se vê uma única árvore numa extensão de quilômetros. Aqui é a aldeia de Inuktwat, onde se encontra um dos primeiros módulos do ecomuseu dos Inuit. Os Inuk se reúnem todos os anos, numa forma de parlamento dos mais velhos, dos anciãos, que são muito especiais. E foram eles, os anciãos, que decidiram, que pediram ao Instituto Awatak para encontrar um modelo de museu adaptado ao povo Inuk. Foi nesta reunião de 1984 que se decidiu isso de fato, e onde eles entregaram o capital para estabelecer os primeiros instrumentos de difusão cultural.

Agora, a exposição, evidentemente. Todas as aldeias, daqui a dois anos, terão essas Casas da Transmissão Cultural. São pequenos centros de exposição, pequenos centros culturais, claro, em forma de iglus. Estive lá em fins de janeiro passado, fazia menos 35 graus, e vocês podem ver um pouco seu jeito museográfico. É um jeito muito desordeado do nosso ponto de vista, mas do deles é muito ordenado. Cada coisa está em seu lugar, de acordo com o acontecimento descrito, seja uma cena de caça ou uma cena no interior de um iglu. Portanto, não é preciso tentarmos nos impor a eles, acho. Acima de tudo, são pessoas tridimensionalmente impecáveis. Não por acaso todos fazem escultura. Logo, não há nada a mostrar-lhes desse ponto de vista. Acho que são muito superiores a vários dos nossos museógrafos.

Uma cena em outra aldeia. Outra das construções, serão quatro no verão seguinte. São prédios construídos pela população. Os moldes são enviados de aldeia

em aldeia, estruturas de fibra de vidro isoladas com massa de uretano, e eles fazem o trabalho sozinhos, levam um dia para montá-las, e depois fazem o acabamento exterior. É a população que trabalha. O Instituto paga todos os materiais, mas a população monta seu museu em mais ou menos três semanas. Evidentemente, enviam-se bombeiros para instalar os banheiros e coisas do gênero. Pois é preciso dizer que no Norte os banheiros são integrados à construção. Como o solo é congelado, não se pode perfurar, não se pode ter água, não se pode ter nada no solo. Logo, cada casa e prédio público é autônomo em si em relação a água, banheiros etc.

Muito obrigado ao nosso projecionista.

Bom, ainda temos dez minutos. Farei um balanço, uma terceira parte, que chamarei de balanço, de avaliação da ecomuseologia na América do Norte. Acima de tudo, acho que um dos pontos mais importantes para os ecomuseus do Quebec e mesmo dos outros é o aspecto da participação popular, seja em relação ao tempo, aos recursos, ao saber e ao dinheiro. Por exemplo, o ecomuseu da Haute-Beauce conta com cerca de quatro mil membros em doze mil habitantes. Pessoas das quais se poderia dizer que participam com seu apoio. Eles não vêm trabalhar, mas todos os anos compram um cartão de sócio. Aliás cairia muito mal para um eleito não ser membro do ecomuseu. É esse o ponto. Portanto, participação e apoio, depois há de 400 a 800 pessoas que oferecem participações ocasionais nos eventos, por exemplo, o simpósio de arte de Saint Honoré. É uma espécie de grupo itinerante, que vai de aldeia a outra, e que dá uma ajuda para construir e criar os equipamentos necessários às manifestações. Ou no caso, por exemplo, do ecomuseu precisar de um tabelião para redigir as escrituras, e coisas assim, ou de um advogado para fazer outra determinada coisa, todos os profissionais são solicitados a prestar seus serviços profissionais de graça. E na região eles prestam, pois quando se tem mais de um terço da população que é sócia de uma organização, não é bom opor-se a essa

massa popular. Em tempo parcial, diria um ou dois dias por semana, há umas cinqüenta pessoas que trabalham. E em tempo integral, umas quinze. O resultado disso foi que o ecomuseu da Haute-Beauce foi acreditado. Logo, o governo destina cerca de 120 mil dólares por ano para o funcionamento do ecomuseu. Então, o que eles fazem é que os permanentes dividem entre si - uma parte é para pagar as despesas e outra para a massa salarial - dividem entre si a massa salarial em partes iguais. Assim, o diretor recebe o mesmo salário que a secretária ou seja lá quem for, por exemplo, o responsável pelas atividades nas diferentes aldeias. Outro ponto é que os territórios da comunidade são bem definidos, um pouco como os animais, os pássaros, por exemplo, ocupam sempre um território que definem com seu canto. Eles definem seus territórios com símbolos, monumentos, painéis, que indicam bem: vejam, vocês estão entrando no ecomuseu da Haute-Beauce. Aqui é tal coisa, ali outra. E evidentemente esses territórios se tornam motivo de orgulho muito importantes.

Outro ponto que eu gostaria de mencionar é o curso de museologia popular. Isso serviu para desmitificar o processo, para favorecer uma participação ativa. Pois assim que as pessoas sentem que são capazes, é incrível do que são capazes.

Outra coisa também importante é que o eles chamam suas ferramentas de desenvolvimento, o que denominam de triângulo da criatividade. Vou lhes dar um exemplo. Esse triângulo baseia-se no princípio da valorização do patrimônio ligado a três enfoques possíveis. Numa ponta do triângulo temos o enfoque didático, o que se usa com mais freqüência a nível dos museus, se se quer ensinar, se se quer educar... Há evidentemente, e talvez mais para os museus de arte do que qualquer outra coisa, o enfoque estético, na outra ponta do triângulo, em que se deixa o objeto ser belo e admirado. E podemos utilizar outro enfoque, exceto talvez na museologia científica, tipo "centro de ciência", ou coisa assim, que é o enfoque lúdico, em que se permite

ao visitante brincar, seja com os elementos ou com os objetos desse patrimônio. No encontro desses enfoques estéticos e lúdicos, vocês têm, evidentemente, a erudição. Todo o domínio universitário, em geral, segue nessa direção, da erudição. No encontro da estética com o lúdico, temos a imaginação, a criação das possibilidades, e no encontro de didático e lúdico, a interatividade. Isso para apresentar a vocês o triângulo da criatividade dos ecomuseus de Quebec.

Assim, onde havia enfoque didático, havia sensibilização. No ecomuseu, pega-se um problema de cada vez. E em geral vêm três... Portanto, problema ou situação estabelecida, sensibilização da população, busca de soluções, e é isso que é importante: para conseguir, de alguma maneira, os meios necessários à realizá-la, é preciso, uma vez que se estabeleceu a solução, estabelecer quais são os meios, e depois disso, há todo o processo de implantação no território, a criação do instrumento que vai regrar a situação nos altos escalões, e obtemos mais ou menos o ecomuseu, a solução. Evidentemente, fazemos a avaliação dessa e recomeçamos com outra. Evidentemente cada grupo de interesse, pois é muito importante, utilizar esse triângulo, que é muito simples, e onde é fácil colocarmos as datas, e depois os custos, e encontrar, obter um resultado.

Se houver interesse por essas questões, estarei à disposição esta tarde ou a qualquer momento, até o final da minha estadia, para conversar. É um método muito simples, e as pessoas o compreendem sem ter de usar evidentemente todas essas palavras, que são palavras de análise, de não museólogos talvez.

Um outro ponto, e retorno às coisas que foram discutidas ontem, é que nos ecomuseus do Quebec o patrimônio primeiro é ainda e sempre a memória coletiva. Mas essa memória coletiva não é igual à memória coleção. O que significa que não é de modo algum interessante colecionar essas memórias, porque estamos mais num conceito de vivido que num conceito de coisa memorizada. E o vivido na verdade deve ser percebido, e

vivido talvez a palavra, no sentido de "vivência". Num sentido de algo que é real, que progride, e que hoje será o passado do amanhã, mas muito depressa vamos estar no amanhã, e é nesse nível, acho, que essa percepção evita os esforços, ou na verdade contraria os esforços de recuperação reacionária de certos grupos de interesse, que gostariam de plasmar, às vezes, o ecomuseu. Como se diz, o que os anciãos dizem é muito bonito, mas também é preciso pensar no que dizem os jovens, as crianças. Por exemplo, no ecomuseu da Haute-Beauce, eles fazem muitas vezes a memória coletiva das crianças de 10 a 12 anos. Pois também elas têm uma memória coletiva. Os transportes escolares, as dificuldades, as belas excursões de pesca e caça com os pais, os trabalhos e novos aprendizados, mas percebidos na linguagem de uma criança, que é muito diferente dos percebidos no passado pelos velhos. E assim, vendo todas essas diferenças de percepção, chega-se à vivência, ao encaminhamento humano, que torna as coisas constantemente renovadas, constantemente novas e interessantes. Pois uma vez que aprendemos o que se passou, acaba, e se não vemos as seqüências lógicas, culturais, isso talvez não ofereça grande coisa a muita gente. Logo, é preciso pensar às vezes em conhecer a memória dos dez, doze anos.

Outro aspecto é o desenvolvimento econômico. Como eu dizia ainda há pouco, inúmeros projetos se lançaram na criação de empresas. Criação de empregos. O ecomuseu da Maison du Fier-Monde, por exemplo, uma empresa de fabricação de exposições para museus e feiras comerciais, etc. Eles usam várias pessoas que trabalham em tempo integral na empresa, para construir, pintar, fazer a parte gráfica, etc., e instalar esses módulos gráficos que lhes são encomendados e pagos. E isso resultou mesmo, não sei se algum de vocês já ouviu falar nisso, isso resultou mesmo um novo tipo, que as pessoas acabaram chamando de ecomuseu, quer dizer, um museuindústria, onde a produção é a fonte de autofinanciamento do museu. Entre outros, a fábrica de papel Saint-Gilles, por exemplo,

que fabrica papel fino, é ao mesmo tempo um museu, porque expõe não apenas as tecnologias, mas faz exposições na fábrica; eles recebem 40 mil visitantes por ano, e o museu não só vive muito bem, como tem uma dezena de pessoas, técnicos, que trabalham em tempo integral, para produzir papéis que se vendem como pãezinhos quentes, às vezes no museu, mas também em toda parte do Quebec. Ora, é uma espécie de empresa artesanal, que em vez de continuar sendo apenas uma empresa, torna-se uma empresa-museu, ou um museuempresa, não sei mais qual dos dois.

Portanto, foi através de empresas como essa que o ecomuseu pôde se livrar da tutela das empresas museológicas mais convencionais.

Mais dois pontos. Falei de orgulho e de visibilidade, e acho que houve isso nos ecomuseus do Quebec e mesmo no ecomuseu dos Aktchin, entre outros. Neste momento, nos EUA, isso causa furor junto às comunidades autóctones. Todos os índios dos Estados Unidos visitam os Aktchin para ver porque eles fazem tanto sucesso. E não apenas seu museu, mas a fazenda-museu e todo o resto, e porque se encontram hoje num processo em que sua língua materna é cada vez mais reutilizada, a língua original, aborígene. E em que o orgulho dessa gente é insuperável, pelos povos autóctonos da América do Norte.

E o último ponto, talvez, são os intercâmbios que os ecomuseus puderam fazer entre eles e os museus mais convencionais das grandes cidade, pois esses museus também fazem ecomuseologia, discutimos isso ontem. Entre os ecomuseus do Quebec e os do mundo. Todos os anos, por exemplo, faz-se uma viagem ao México e uma à França, entre as pessoas, as populações, que partem e que vão ver, como por exemplo esse ano se fez na Haute-Beauce, as pessoas do ecomuseu do Coglais, na França, após dez anos de germinação, vêm visitar. Desembarcam umas cinqüenta, ficam em casas de famílias, passam duas semanas, e um mês depois um ônibus cheio chega à França para conhecer, retribuir a visita e a amizade.

Portanto, acho que aí estão os pontos que se destacam da aventura do ecomuseu na América do Norte. Deve-se dizer que o ponto de partida, em grande parte dos casos, foi uma situação não-museológica. Uma crise, uma população ameaçada, uma busca de identidade. Mas essas populações escolheram, com a ajuda de pessoas disponíveis, a museologia como meio de comunicação e exposição. Poderiam ter escolhido outros meios, como as pressões políticas, por exemplo, como a reivindicação com cartazes nas ruas. Mas preferiram antes se mostrar, para receber *feed-back*, ouvir comentários, se sentir capazes, assim que os outros as conheciam, de maximizar esses elos estabelecidos, para obter mais, para melhorar mais sua condição. E isso através das exposições e da organização de eventos. Outra coisa também importante é o grau de interrogação suscitado pelo processo, e que muitas vezes se encontra fora do trabalho propriamente museológico. Há sempre dúvidas que são manifestadas no ecomuseu pela população. Há uma parte da população que duvida, e através dessas dúvidas pode-se fomentar discussões. Mesmo através das oposições, pode-se fomentar as discussões. Mas também se pode pegar o sistema educativo, as relações de trabalho, pode-se pegar outros problemas sociais e dar o mesmo encaminhamento, optando pela museologia, um modo de comunicação privilegiado.

Evidentemente, acho, em conclusão, que o que nos impulsiona a trabalhar é melhorar nossa qualidade de vida e a qualidade de nosso meio-ambiente. Portanto acho que se o ecomuseu pudesse fazer mesmo uma pequena parte disso, fazer brotar de uma semente essas duas qualidades, aliás acho que intimamente ligadas, ninguém iria se questionar, saber se deve existir uma ou um.

Flávio Junqueira

Estou aqui representando a Sociedade Nacional de Agricultura, Sr. Rivard. Aceite meus agradecimentos pela bela canção que nos ofereceu. Desculpe-me pelo meu francês, há muito tempo não o falo. Peço-lhe, por

favor, que responda a duas perguntas que acho que sejam importantes, pela semelhança entre as duas regiões.

A primeira: como foi o início da sensibilização da população? As ações efetuadas para sensibilizar a população foram o motivo do início do estabelecimento do ecomuseu?

A segunda pergunta é: as conseqüências ou medidas para evitar a destruição ou os danos causados pelo turismo. Sei que nossos encantos naturais atraem e trazem o turismo, mas por um paradoxo o turismo é o pior inimigo desses mesmos encantos.

Sr. Rivard

Obrigado por ter feito a pergunta em francês, obrigado pelo esforço. Vou primeiro responder à primeira pergunta. Como começaram as diferentes iniciativas dos ecomuseus, sobretudo no Quebec. Eu diria que não há nenhum caso semelhante. Cada ecomuseu, dir-se-ia, nasce de uma situação ou problema daquele momento, ou que houve circunstâncias que vão fazer com que o projeto da situação seja posto em relação com as pessoas que conhecem o modelo. Numa primeira fase, devo admitir que fui uma das pessoas-recurso, tendo trabalhado com Georges-Henri Rivière em 74, 76 e 77. Tendo enviado meus subordinados - na época, eu era funcionário do Governo Federal para locais históricos nacionais - tendo enviado pessoas para estudar durante um ano, na França, o sistema dos ecomuseus. Logo, um problema, uma situação determinada, e pessoas que conhecem um conceito diferente do que se faz habitualmente. Desse modo, esse contato permitiu à população local decidir, tentar a aventura, pois não é coisa fácil, normatizada, que esteja nos acordos e programas dos ministérios, que ajudam em geral aos museus e ao patrimônio. Em outros casos, como por exemplo o do ecomuseu do Vale do Rio Vermelho, foram as pessoas que vieram à Haute-Beauce, a um outro museu, e achando a fórmula interessante para a região delas, voltam para casa, mas vão aplicá-la à sua maneira, sem nunca ter recebido qualquer formação de ninguém, não tendo mesmo ligação com técnicos ou museólogos experientes. Portanto, é meio... creio que poderia repassar cada ecomuseu e mostrar que sempre há, em minha opinião, a presença de alguém que ao mesmo tempo está informado, e conhece o modelo, e que é capaz, eu não diria de vendê-lo, mas de promovê-lo e torná-lo acessível por meio de uma linguagem que as pessoas compreendam. Isso responde à sua pergunta?

Flavio Junqueira

Perfeitamente.

Sr. Rivard

Segunda pergunta, a poluição turística. O problema é que seria necessário dar cursos aos turistas. O turismo, sobretudo turismo balneário, o turismo dos três S, como dizem os americanos, é predatório e oportunista, e não leva absolutamente em conta as populações visitadas. Até mesmo, na maior parte do tempo, as desprezam e as excluem dos processos e empreendimentos econômicos que esse turismo poderia originar. Vou me lembrar sempre, Hughes de Varine menciona-o muitas vezes, de Lhomé, no Togo, na África - é o maior produtor de abacaxi do mundo - e nos hotéis, servem abacaxis produzidos nos EUA e no México. Portanto, que fazer?

Penso em Arthur Houlot, um belga, mais ou menos o equivalente ao Ministro de Turismo na Bélgica, um homem que nos anos 40 e 50 é um militante sindicalista - aliás, é ele quem vai permitir aos trabalhadores belgas tirarem férias anuais, no final da Segunda Guerra Mundial, férias de quatro semanas - Arthur Houlot foi solicitado pela Turquia a aconselhar o governo turco sobre como agir para diminuir essa poluição turística. Havia, estou falando do início dos anos 70, estações balneárias cheias de alemães, que passeavam nus, ou quase, num país muçulmano, criando assim

situações bastante incompatíveis com a cultura presente.

Arthur Houlot disse ao governo turco: vocês vão impor a todos os visitantes que queiram obter vistos de entrada na Turquia, que façam um curso de 30 horas sobre o Islã, a Turquia, os costumes e a cultura turca, e que inconveniências devem evitar para ser um bom turista. Em segundo lugar, visitem todas as cidades próximas às estações balneárias e projetem um filme que eu vou fazer para vocês. Ele fez um filme sobre quem são os alemães, o que fazem 48 semanas por ano na fábrica, o que fazem nas quatro semanas de férias, um pouco enlouquecidos, e quais seus valores, enfim, para que as duas partes saibam quem é o visitante e quem é o visitado. Esse sistema funcionou pelo menos durante sete anos, e depois os organizadores, os grandes chefões do turismo, conseguiram que se anulasse a cláusula para obtenção do visto, e tudo voltou a ser como antes. Mas acho que havia nele, talvez, uma solução, a de sensibilizar os visitantes, antes de chegarem, e os que os acolhem em bases quase permanentes. Que fazer? Talvez pensar globalmente, agir localmente, seja uma das soluções. Não tenho receitas milagrosas.

Flavio

A importância da população local é vital para toda a organização e condução do ecomuseu. E a respeito da exploração turística, a população local assumiu um papel importante para a conscientização dos organizadores turísticos, não foi? Obrigado.

Sr. Rivard

Acho que, nesse nível, a população vai ficar cada vez mais consciente e orgulhosa, pois acho que o orgulho e a elevação moral são alguns dos elementos propulsores para a gente não se sentir pisado, e dizer aos outros: olhem, estou aqui, e é à minha casa que vocês estão vindo. Se quiserem, vamos fazer algumas coisas interessantes juntos. E é um pouco através desses conceitos bastante genéricos, aliás, que as pessoas conse-

guem trabalhar. E, quanto mais conseguirmos eliminar os preconceitos que trazemos em nós, mesmo em nível local, mais seremos capazes de lutar contra os que agem contra nós em níveis muito mais sérios. Não tenho muito mais a dizer.

Vânia

Continua aberta a palavra.

Regina

Professor, durante todo o tempo em que o Sr. fala, o Sr. nos passa uma tranqüilidade, paz, então fica a impressão de que a implantação desses museus foi um período muito calmo. E mais adiante, quando nos mostra os *slides*, nos mostra as casas populares, o trabalho do museu junto com os esquimós, o trabalho dos índios, e uma coisa que chamou muita a atenção, o respeito que se teve por aquela organização de trabalho. Então, estou interessada em saber se, em algum momento, houve algum choque entre a implantação do museu, essa pedra fundamental e as pessoas que levaram a essa idéia e essa comunidade. Se os índios, os esquimós e até aqueles marginalizados de quem o Sr. falou, no princípio, houve alguma oposição, algum choque ou atrito entre esses elementos?

Sr. Rivard

Acho que houve choques, mas não mais que nos ecomuseus homogêneos de pessoas de descendência européia. Sempre há, evidentemente, restrições às mudanças. Mas acredito que os autóctones, por exemplo, os índios, os Inuk, são pessoas que durante muito tempo foram marginalizadas. E vendo que talvez, através dos ecomuseus ou de outra forma, terão oportunidade de desenvolver um meio bem deles, um meio bastante flexível, acho que imediatamente o que eles fazem é que se apropriam do conceito. Não precisam mais de pessoas que os iniciem, pois seu conceito do mundo já é global, holístico e ecológico. Não temos que lhes mostrar isso, ao contrário, eles é que nos ensinam, são su-

periores a nós. Assim, acho que não temos que lhes explicar. Em compensação, eles têm problemas modernos, que são a conservação da língua, do patrimônio. E para eles, esse patrimônio é acima de tudo 90% material. De qualquer modo, o material é algo que se pode repetir. Constrói-se uma canoa em dois dias, quando se precisa de uma. São objetos que não se colecionam, logo não colecionam canoas, é simples fazer canoas.

Quanto aos choques, eles vêem um pouco todo seu patrimônio, todo seu saber, de centenas de anos, denegridos pela ciência, pelos saberes provenientes da sociedade branca e do nosso método de saber e regrar nossos problemas sociais e os do meio-ambiente. Acho que os choques entre as pessoas e os amerindios, as pessoas a quem se pedem modelos, são amortecidos pelo que eles vêem como potencial no modelo e pelo que vêem como recursos pessoais e coletivos próprios. É evidente que se o animador chega ou a pessoa que é convidada chega e diz: é preciso que vocês façam isso, é assim que se faz, etc...

Tudo está também na relação humana, de qualquer modo não vamos lá para ajudar a maior parte do tempo, vamos para responder a perguntas, pois as pessoas têm muita capacidade de se organizar por si mesmas. E o que aconteceu, aliás, em muitos dos casos, foi que elas viram, nos museus nascentes, e é preciso tomar cuidado com essas recuperações, viram possibilidades de obter novos poderes sobre aquelas populações. Mas até hoje não vi nenhuma localidade em que o museu não fosse mais forte que essas recuperações. As pessoas, se utilizam bem o modelo, se adquirem novos orgulhos ou saberes, ou novas práticas que lhes permitem conciliar, ao mesmo tempo, sua situação com as pressões externas, nesse momento, acho, elas se tornam capazes, são irrecuperáveis. E assim, pouco estão ligando para os preconceitos nesse momento. Vejam bem que se trata de uma questão muito difícil, que exigirá palavras que não estão no dicionário, pois exige também gestos, choques, exige às vezes olhar bem dentro dos olhos, ou olhar para a mesma fogueira e refletir juntos, criar sinergias, energias novas entre os indivíduos, para que eles consigam de fato construir coisas novas, liberadoras. E isso não está nos dicionários. Como eu dizia ontem, não me recordo muito bem a quem... nossos dicionários, que foram feitos na Europa para meio-ambientes limitados, não têm palavras para traduzir, por exemplo, a floresta amazônica, os grandes rios como o Amazonas e o Saint-Laurent, situações climáticas que não existem na Europa. Temos dicionários, mas sempre em línguas européias. Nós inven- tamos, tenho certeza de que os brasileiros inventaram palavras para o Brasil, e seria necessário inventar toda uma língua. Talvez os índios tenham essa língua. Entre nós, há muitas palavras que nos vêm do índio, em nossa linguagem do Quebec. Isso nos permite viver melhor nesse meio-ambiente, mas acredito que eles tinham uma linguagem melhor que a nossa para aqueles meio-ambientes.

Regina

Uma preocupação que tenho em relação à autogestão é a continuidade dos ecomuseus. Na experiência do Canadá, como isso tem se dado, a nível financeiro, e nas propostas? Essa preocupação talvez se dê pelo fato de estarmos num país onde a comunidade não tem prática de autogestão, e onde todas as decisões e projetos são encaminhados de forma paternalista. Então as pessoas não têm a vivência de resolverem seus problemas, e geralmente transferem para outros. Como é que tem se dado, efetivamente, essa questão da autogestão?

Sr. Rivard

Não sei se entendi bem a pergunta. Vou talvez resumi-la de modo diferente, pensando ou avaliando as abordagens, sejam autoritárias ou paternalistas, como você diz, ou abordagens amistosas, tecidas entre os indivíduos e não entre de um órgão, uma municipalidade, uma corporação pública e os indivíduos. No Canadá, os ecomuseus nasceram de ligações entre os indivíduos. Só mais tarde os governos tentaram pene-

trar nos ecomuseus, mas não tiveram êxito. Muitos ecomuseus recusaram promessas de tornar-se, por exemplo, oficiais, pois com o dinheiro que o governo dava vinham normas, cordões, e as pessoas não queriam isso. Entre outros, o ecomuseu do Vale do Rio Vermelho, que é esse ecomuseu efêmero, que palpita em toda a região, mas não está em lugar nenhum. É um pouco como o museu de Mario Moutinho: eles não têm dinheiro e nem precisam. Trabalham, desenvolvem-se com relações individuais, e não com relações superior-inferior. Ou ainda, se os governos estão envolvidos, municipais, provinciais ou estaduais, as populações devem criar laços e cumplicidades com os funcionários desses departamentos ou órgãos. E assim há diligências a fazer, há o *marketing*, mas também se deve fazer um pouco como nossos visitantes, é preciso trazê-los à nossa casa, fazê-los viver, compreender, e isso implica da parte deles disponibilidade ou abertura de espírito, e da outra, não nos considerarmos inferiores, implica a vontade de tratar de igual para igual, como população, com os que dirigem, pois se supõe que os que dirigem trabalham para nós.

É evidente que... não conheço a situação brasileira ou outras, mas entre nós as pessoas dos ecomuseus conseguirem esse *tour de force*. E devo dizer que nos ministérios, assuntos culturais, indústria, elas têm cúmplices que, a partir do momento que os programas chegam, dizem ao ecomuseu: vem aí um programa, se quiserem uma dezena de estudantes para o verão, não haverá muitos problemas, vocês os terão, receberão dinheiro. Por que isso? Porque eles foram até lá e compreenderam o que as pessoas estavam tentando fazer, e hoje as ajudam a fazer o que elas querem, sem infringir suas responsabilidades de funcionários, mas sendo inteiramente favoráveis às coisas novas; muitas vezes é preciso dizer a eles: é uma pesquisa, um desenvolvimento. E para pesquisa e desenvolvimento, os governos com freqüência encontram fundos. Os ecomuseus usam portanto essa estratégia. Não sei se respondo à sua pergunta, espero que sim, mas é uma questão que evidentemente pode ser diferente em cada país.

Várzea

René, pegando o final de sua intervenção, qual é, digamos, o impacto desses ecomuseus na região onde se encontram, para o desenvolvimento dessas regiões. Como se dá isso? O desenvolvimento global em que entram os aspectos econômicos, sociais e, claro, culturais e ecológicos? Como se tem dado isso?

Sr. Rivard

Como direi? De fato. Se o ecomuseu fosse a panacéia ou a fórmula, o Quebec inteiro seria um imenso ecomuseu. Então como explicar que haja apenas sete ou oito? Essas regiões escolheram a forma museológica para manifestar-se. As demais escolheram outras. Nas relações com as outras regiões, o que acontece muitas vezes são cooperações em outros níveis. Por exemplo, o ecomuseu da Haute-Beauce faz parte da rede dos museus da Beauce. Logo, a nível museológico, são quatro a cinco museus que se agruparam. Os outros são museus convencionais. Enquanto o ecomuseu tem de qualquer modo sua relação.

Acho que é uma escolha popular que outras regiões não fizeram ou não tiveram a oportunidade de fazer, pois talvez não tenha o elemento disparador. Acho que no Quebec não se criarão outros ecomuseus. Acho, aliás, que o ecomuseu da Haute-Beauce está pensando em alguma outra coisa. Nessas relações, nessa espécie de afirmação e de posicionamento criados pelo ecomuseu, a Haute-Beauce, que era uma região marginalizada ou diferente, passou a ser do mesmo calibre que as outras, no nível político, social. Deve-se dizer que ela supera várias regiões administrativas, em questões de saúde, de escolas, etc.

Em Montreal, ao contrário, sem adotar o nome, criaram-se formas de ecomuseus em outros bairros. Na Maison-Neuve, chamam-se oficinas. Têm muitos traços comuns. Mas com a cidade de Montreal criou-se depois

toda uma rede de casas de cultura, toda uma rede de equipamentos culturais adequados, talvez não seja necessário... Na verdade, digo que as pessoas que não têm problemas não precisam de ecomuseus. Porque é um instrumento que deve servir para melhorar seu posicionamento em relação ao das outras. Porque, se vemos que outras regiões são favorecidas e a nossa não, criamos um instrumento para atingir o mesmo nível, e quando atingimos esse nível, caminhamos com todo o mundo. De qualquer modo, acho que foi o que aconteceu na Haute-Beauce, e o que está acontecendo em Montreal. São as mesmas relações que existem, creio, entre todas as regiões aqui... É tudo que lhes posso dizer. Não vejo especifidade nem relações especiais que poderiam haver entre os ecomuseus e regiões limítrofes, a não ser as relações existentes normalmente entre todas as regiões. Há relações entre os Aktchin com as pessoas em redor, mas isso é diferente, uma situação bem particular.

Várzea

Você respondeu bastante bem e acho que a palestra do René nos trouxe sobretudo a idéia de que é possível fazer um ecomuseu. Essa tranqüilidade, essa paz que a Regina nos chamou a atenção, nos vem por isso. O René nos mostra que é possível fazer, não só um ecomuseu, mas vários ecomuseus, e que esses ecomuseus funcionem e se relacionem, não só entre eles, mas com outros ecomuseus do mundo. Então isso para nós é muito valioso, nós que estamos começando com essa idéia e com a possibilidade de aplicação prática disso, essa contribuição do René nos é particularmente valiosa. Eu agradeço mais uma vez ao René, por sua contribuição ao nosso trabalho e para dizer que certamente vamos aproveitar seus ensinamentos em nossas atividades futuras. Muito obrigado.

CAPÍTULO VIII

PAINEL 3 - COMUNIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DIA
21 de maio de 1992

HORA
14.30 horas

PRESIDENTE DA MESA
Ricardo Várzea
Coordenador do Encontro

PALESTRANTES
Wanderbilt Duarte de Barros
Diretor do Jardim Botânico do RJ
Haroldo Mattos de Lemos
Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
Paulo Pereira de Gusmão
Superintendente de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro
Herbert de Souza
Diretor do IBASE

Ricardo Várzea

Vamos chamar os participantes deste painel. Eu chamaria então o Professor Wanderbilt Duarte de Barros, Diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro; o Doutor Haroldo Mattos de Lemos, pelo Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável; Doutor Paulo Pereira de Gusmão, Superintendente de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro, e o nosso sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, Diretor do IBASE. E passaria a palavra ao primeiro palestrante desta tarde, o Professor Wanderbilt.

Wanderbilt Duarte de Barros

Boa tarde, senhores. É um prazer comparecer a este Primeiro Encontro Internacional de Ecomuseus, trazendo aqui a palavra a respeito de um tema extre-

mamente complexo, que é o relativo à participação da comunidade, no processo de desenvolvimento sustentável. Trago a a palavra em nome da Presidente do IBAMA, Dra. Maria Tereza Jorge Pádua que, por razões administrativas do IBAMA em Brasília, não pôde comparecer. Constitui para nós, assim, um grau grande de responsabilidade abordar um tema que vem nascendo aos poucos, que se vem apresentando gradualmente à sociedade universal, e de modo particular, à sociedade brasileira que ao contemplá-lo, entretanto, não se tem fixado na identificação possível dos fatores ou fatos que conformam este tipo de ação dual.

De um lado, a necessidade de um desenvolvimento que permita ao homem ou à humanidade uma tranqüila coexistência entre ele e o meio ambiente e os fatores que formam e ajustam o processo de obtenção de crescimento, desenvolvimento e progresso, que são o meio ambiente e a própria biosfera. Este assunto merece rapidamente uma abordagem para ver qual a origem do problema que hoje tratamos. A origem, creio que os senhores o sabem bem, é o relatório chamado *Nosso Futuro Comum*, que decorreu de uma determinação superior das Nações Unidas - ONU para que uma comissão instituída por ela pudesse fazer uma análise do problema global do estado da natureza. E nesse estado, contemplasse a posição do homem e oferecesse um diagnóstico possivelmente tão feliz e fecundo quanto o desejado pelas expectativas de crescimento sobretudo que incidiam no mundo há alguns anos e que continuam a incidir, a progredir e a crescer, tornando-se, praticamente, um atentado a todo o sistema da biosfera.

Era necessário saber como o homem poderia continuar a sobreviver, utilizando os diversos fatores que constituem a biosfera. Fatores fisiográficos, sobretudo, para torná-los viáveis alcançáveis satisfatórias e permissíveis ao uso, não afetando todavia as expectativas de melhoria de vida que todos temos. Esse relatório levantou a premissa de um desenvolvimento sustentável,

como fundamento dessa estratégia de relações, entre a sociedade humana e a natureza. Mas o que seria o desenvolvimento sustentável? Como se daria? Quais os fatores que têm conformado essa expectativa de desenvolvimento sustentável? Ficou sabido que o desenvolvimento sustentável é a busca incessante, continuada, de uma autêntica política de administração do uso da natureza. Isto é, um caminho pelo qual o homem possa entender hoje que alcançará uma vida feliz, um tranqüilo padrão de sobrevivência, usufruindo dos bens alcançáveis, potenciais alcançáveis transformáveis em recursos, sem que todavia melindrasse profundamente as raízes deste procedimento com sua ação exploratória, algumas vezes espoliativa, e em certos países, certas regiões, mesmo com sua ação ordenada, racionalizada, melindrasse o menos possível esse padrão de qualidade desejável. Ora, isso passa principalmente por um tipo de percepção que decorre do crescimento demográfico que ocorre na terra.

Não é possível, por exemplo, hoje estabelecer uma estratégia definida de como se portará o homem no ano 2000, se não sabemos com precisão, adequação, consciência, com certeza, qual será o montante da biomassa humana sobre uma terra inexpansível. Que perde por ano alguns bilhões, 11 milhões de hectares por ano, de florestas. E as terras nas quais essas florestas existiam não estão sendo remanejadas com adequação precisa. Por outro lado, os recursos que dela extraímos, não apenas de florestas, mas de todos os bens que nelas existem, não são aproveitados integralmente. Só como lembrança aos senhores, perdemos ainda hoje, no Brasil, cerca de 40% da floresta que abatemos. Perdemos de graça, imediatamente. Perdemos sem o remanejamento das terras ou áreas plantáveis um volume de recursos de 46% daquilo que essas terras poderiam produzir.

Ora, isto é na realidade um atentado cujo crescimento, a se manter nessa quantidade, a se fixar nesse percentual, dos mais graves e sérios. Aquilo que essas

terras poderiam produzir, em benefício da organização da economia de uma país como o Brasil, não se dá, entretanto, com o devido buscar de equilíbrio necessário para que essas terras possam, de fato e continuadamente, produzir tudo aquilo que elas venham a produzir. Permito-me lembrar a vocês todos que hoje, pelas conquistas da biotecnologia, temos produtos, bens, que são produzidos o ano inteiro, bonitos - como o caso das frutas - mangas, abacaxi, laranja, lindos, todavia vem lhes faltando a qualidade que primitivamente tinham esses produtos. Os frutos sobretudo têm a beleza mas não o perfume. Têm a beleza, mas não o sabor, não aquela consistência que se encontrava em outros tempos. E parto do mais simples, a banana, por exemplo.

Tudo isso significa que ao trabalhar e utilizar as terras para ter os bens de que a comunidade e a sociedade carece, espoliamos bens que não vemos como os fertilizantes naturais da terra. Grande parte dos recursos que exportamos hoje em grãos e fibras, látex, e em toda sorte de produtos agrícolas, leite, por exemplo, e derivados, cada porção desses leva um contigente precioso de fatores fundamentais para o desenvolvimento, os fertilizantes da terra. Esses bens que exportamos, às vezes até com orgulho, pessoas lêem nos jornais que o Brasil está exportando milhões e ganhando milhões de dólares com exportações se esquecem que, no substrato, no conteúdo, no envólucro, nessa consistência toda, vai um patrimônio, cujo valor não tem sido avaliado nem estimado com a precisão que carece.

Isso significa certamente um ponto extremamente crucial do equilíbrio demandado ou desejado, para que possamos assegurar isso a que se chama desenvolvimento sustentável. Ele passa por certos segredos, detalhes, cuja importância, como esta a que me refiro, está olvidada, é desconsiderada, esquecida na proposta final de um projeto que vise a estabelecer um equilíbrio entre as necessidades de uma comunidade, quaisquer que sejam o grau de evolução que tenha, as disponibilidades que existem e a própria razão de equilíbrio, determinado pelos outros fatores da biosfera; é muito difícil. Todavia, para que haja o desenvolvimento que se pretende implantar, carecemos de algumas coisas essenciais. Primeiro, entender como esse crescimento populacional, que tem dois braços, uma boca, mas consome demais, pode persistir em um panorama conflitante de produção, produtividade de sensibilidade a esses bens.

Temos que pensar que o crescimento da população vem ajustado a uma série de fatores pertinentes à própria condição do crescimento. Dentre esses fatores, estão as demandas vividas por cada um de nós. Demandas que se apresentam sobretudo pelas expectativas que as novidades do progresso impõem ao país, que se caracterizam por demandas quantitativas crescentes, demandas qualificativas ascendentes, estas em grau maior, perseguidas e demandadas por toda a sociedade. E ademais, a demanda também se fixa em um outro fator que sai dessa expectativa de crescimento, da presença dos homens, que é a variedade dos materiais demandados.

Portanto, exercemos uma pressão de força da biomassa humana sobre o universo, sobre a biosfera, simplesmente atordoante. Não conseguimos prever de que maneira se pode conciliar a forma de explorar, utilizar e até produzir quantidades, qualidades e variedades que permitam ao homem o sossego, a tranqüilidade que busca para poder sobreviver. Outro fator interessante, importante, é que desse tipo de relações pode-se chegar à conclusão de uma programação teórica pelo menos para a implantação de um projeto de desenvolvimento sustentável, que abranja o universo todo; esse projeto não pode ser setorial para o país, nem territorialmente enfocado, mas tem que ser universalizado. As aspirações, intenções, propostas de vida são iguais em todas as partes do mundo. Variam, entretanto, em termos do grau de cultura que cada país tem. Todavia, elas estão presentes hoje, mais do que nunca, pela força da comunicação, pelo significado que sobretudo a televisão

exerce sobre as diferentes sociedades mundiais. É possível, portanto, pretender entender que a expectativa de cada um de nós é a expectativa do universo inteiro.

Então temos no segundo programa desta ordem de consideração o problema da natureza. Como a tratamos? Como nós, da comunidade, como pessoas até, podemos entender o papel da natureza que perpassa pela cabeça do homem, não apenas no Brasil, embora muita gente tenha dito e escrito que não há uma consciência brasileira a respeito da natureza. E esse assunto é também um assunto universal. A natureza passa a ser percebida, quando o é, pelo homem, como um bem sem dono. Ninguém tem prioridade sobre a natureza; ela é perdida, por isso adotamos duas posições conflitantes. Cada um de nós quando temos interesse em preservar, ou melhor, conservar uma parcela da natureza, lutamos para mantê-la íntegra, para protegê-la, reerguê-la, recuperá-la e aproveitá-la melhor.

Todavia, quando o interesse egoístico em cada um de nós desperta para um dos atributos daquela porção, que antes defendíamos, não pestanejamos e, imediatamente, nos associamos ou participamos do processo do uso intempestivo, irregular, agressivo, destrutivo da natureza. Esse é o segundo aspecto desse tipo de correlação entre a proposta de desenvolvimento sustentável e a perspectiva individual ou social que há na terra. Um terceiro ponto também importante nessa equação que se pretende armar é que, explorando bem ou mal a terra, há um desperdício volumétrico terrível de coisas, em toda parte. Sempre me referi a isso. Em toda parte, esse fenômeno ocorre e o desperdício é um dos mais graves atentados. Quer dizer, a falta de equilíbrio entre o acesso, a oferta da disponibilidade, o uso do bem que consumimos tornam-se, na realidade, uma parte grave e até grosseira da relação do homem e sua tentativa de armar a equação para um desenvolvimento sustentável. Um quarto ponto importante é a necessidade que há da percepção dos valores que a natureza contempla para atingir a meta do desejável, isto é, a meta do desenvolvimento sustentável e a falta de uma educação entendida como um consenso final sobre as formas de acesso da relação do homem com a terra.

Se não houver essa educação praticada, hoje, sob o nome de educação ambiental, permito me dizer a vocês, não uso a expressão educação ambiental na concepção usual do Brasil, mas sim na da educação para o meio ambiente. Falta-nos, não apenas no Brasil, mas em todo o universo, esta inovação-proposta de educação para o meio ambiente; falta-nos essa conceituação que deveria nascer da célula da nacionalidade, da célula da terra brasileira, do país e transcender, e subir até os limites superiores das aptidões da nações brasileiras, na constituição de seus recursos de entendimento, de sua forma de criar um tipo de educação, capaz de ser entendida em todo os níveis da sociedade.

Este processo de educação seria, digamos, um instrumento. Seria não, será um instrumento preciso, pelo qual se poderá e se deverá deflagrar uma equação suficiente para despertar no homem o papel que ele tem como criador, construtor, usufruidor de bens, sem que todavia moleste profundamente esses bens. Esta aliás já era uma proposta nascida no final do século passado, nos EUA, com o nome de conservação da natureza. A proposta da educação para o meio ambiente é justamente uma proposta fundamentada no processo de criação de riquezas, de manutenção de riquezas nacionais, de tal forma, que não venham a ser exauridas, nem tampouco degradadas, molestando a consciência e as necessidades de um povo, mas tornando-o realmente produtivo e, já naquele tempo, correlacionando subrepticiamente o papel da ecologia com o papel da economia. Se entendermos que, com esse instrumento, poderemos dar uma sacudidela nas expectativas da nação, cutucando o Estado como o grande administrador das coisas nacionais, será possível armar, não para execução imediata, o que condiz com um processo de educação. Este exige uma estrutura, uma funcionalidade, uma proposta pedagógica e uma proposta didática.

funcional, compatível com o grau de desenvolvimento que cada parcela da sociedade tem (refiro-me aqui à municipalidade) para ter êxito, de se desenvolver.

Temos a esperança que isso venha a ser alcançado. A proposta da ONU seria de deflagrar o processo no ano 2000. Acho que poderia ser deflagrado desde agora, com um grau experimental capaz de promover o interesse, de explodir a consciência, pelo menos de uma categoria de pessoas envolvidas com o processo que são os professores, e particularmente, o professor primário. A este cabe, tenho certeza, o papel mais importante neste processo de armar, definir, promover, fomentar o acesso ao aspirado desenvolvimento sustentável. Sem que esta participação se dê, o processo virá a acentuar-se em função da maior riqueza, da maior pobreza de um país. E sobretudo também em função de uma decisão política. Lembro-lhes que esta decisão de montar e desenvolver a equação desenvolvimento sustentável, a comunidade passa pela função política: é uma decisão de caráter político. A sociedade pode ter aspirações. Arrumá-las, organizá-las e desenvolvê-las é competência do Estado. Cabe a ele a responsabilidade maior pela manutenção do equilíbrio, que deverá surgir desse tipo de relação. A comunidade é uma riqueza mas às vezes também é uma pobreza. É necessário que ela tenha consciência destes dois valores e se apegue ao peso de que os bens que constituem o fundamento a base do desenvolvimento; em geral, sobretudo nos países subdesenvolvidos, são os recursos naturais, floresta, árvores, solos, faunas, paisagens, os fundamentos da riqueza de uma nação. Os demais são produtos transformados que se formam em recursos, antes potenciais transformados para nosso uso. Inclusive nós.

E a qualidade de um país que busca um projeto de desenvolvimento sustentável, como é o caso brasileiro, não passa pela miragem apenas da paisagem florestal; passa sobretudo pela participação voluntária decisiva, criativa e fascinante, que o homem tem sobre as coisas ao seu alcance. Se esta expectativa não for alcançada, penso, dificilmente chegaremos a consolidar a idéia de um desenvolvimento sustentável. Acho que ele busca o equilíbrio, e equilíbrio é sempre difícil de encontrar. Esta é nossa expectativa.

Fernando Várzea

Passo a palavra ao professor Haroldo Mattos de Lemos.

Haroldo Mattos de Lemos

Bom muito obrigado. É uma satisfação estar aqui com vocês, conversando sobre este tema tão apaixonante e tão importante, o desenvolvimento sustentável. E mais importante ainda, o papel das comunidades dentro desse processo. Estou aqui para falar um pouquinho em nome do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, sobre o papel da indústria, sua relação com as comunidades e um pouquinho sobre o desenvolvimento sustentável. Vou ficar de pé para passar algumas transparências. Pois bem. Em primeiro lugar, falar rapidamente sobre a relação entre a indústria e as comunidades. Essa relação foi e tem sido desde há muitos anos conturbada. Desde o início da Revolução Industrial, e até há pouquíssimo tempo atrás, o meio ambiente era considerado um bem livre ou quase livre. Significa que as indústrias pegavam o ar limpo, sujavam, e o jogavam fora sujo e não pagavam por aquele custo de limpeza. Pegavam as águas límpidas de um rio, usavam em seu processo produtivo e jogavam a água suja de volta ao rio.

Essa externalização dos custos ambientais, como nós falamos, fazia com que esses custos fossem pagos por outros setores que não a indústria. Por exemplo, quando uma usina de açúcar de Pernambuco despejava seu vinhoto - subproduto da produção do açúcar e do álcool - em um rio de Pernambuco e matava todos os peixes estava economizando recursos, porque não tratava aquele rejeito que produzira. Em compensação, quem pagava por aquilo eram os moradores ribeiri-

nhos, que estavam acostumados ao peixe como complemento de sua dieta alimentar. De modo que não tinham mais peixe. O custo não pago pela indústria era pago por outros setores da sociedade de várias formas: em danos à saúde humana, quando, por exemplo, numa cidade muito poluída por efluentes industriais, principalmente para o ar, as pessoas passavam a ter doenças respiratórias, danos à saúde. As indústrias então que não tratavam transferiam esses custos para outros setores da sociedade.

Então, desde o início da Revolução Industrial, o meio ambiental foi considerado um bem livre, ou quase livre. Em função disso, tivemos muitos problemas, porque os problemas ambientais aparecem principalmente quando a capacidade da natureza de assimilar os resíduos das atividades humanas é ultrapassado. Aí é que aparecem os grandes problemas de poluição. Dessa forma, com o aumento da produção industrial, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, e tendo em vista que as indústrias não se preocupavam com o meio ambiente, se preocupavam basicamente com o aumento da produção e o aumento da margem de lucro, ocorreram vários problemas ambientais sérios, principalmente antes da década de 70, nos países desenvolvidos.

Em Tóquio, por exemplo, no início da década de 70, o ar era tão poluído que os japoneses chegaram a sair de máscaras contra gás, protestando contra o governo. Só que o Japão depois soube dar a volta por cima e hoje ganha muito dinheiro vendendo tecnologia de controle de poluição que eles desenvolveram. Mas os problemas ambientais se tornaram graves e, a partir daí, a comunidade se organizou para protestar contra esse estado de coisas e surgiram nos países desenvolvidos as primeiras organizações ambientais não governamentais, de cunho ambientalista.

Nos países subdesenvolvidos, esses problemas eram tão pequenos antes da década de 70 e temos muito poucas organizações não governamentais ambientalistas nos países subdesenvolvidos com mais de 20 anos de idade. A exceção é a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Mas em função dessa organização e consciência sociais, dessa consciência social e política a respeito das questões ambientais, e pela pressão sobretudo das organizações não governamentais, a ONU convocou a a Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em junho de 1972, em Estocolmo. Então a comunidade se organizou, reclamou, exigiu, e foi realizada então essa conferência. E desde aí então a ONU tem mantido uma ação de apoiar a partcipação das comunidades através das organizações não governamentais, em todas as grandes conferências, inclusive esta aqui de 92.

O problema das indústrias é que no início, quando as comunidades começaram a protestar e vários desastres de poluição do ar aconteceram, elas dirigiram sua tecnologia para a construção de equipamentos de controle: filtros de ar, por exemplo, estações de tratamento dos resíduos industriais líquidos e isso, claro, fazia os custos ficarem muito elevados. Então, houve muita reclamação, as indústrias iam falir porque a legislação ambiental nos países começou a ficar um pouco mais apertada.

Então elas perceberam que não era muito inteligente ficar sujando, poluindo, e investiram nesses equipamentos de controle. Hoje por causa disso chegam a dar muito mais lucro. São muito mais eficientes e mais econômicas do que as tecnologias mais sujas. Hoje, inclusive, a poluição industrial é considerada sinônimo de desperdício. Toda fábrica que joga fumaça para o ar ou muita matéria nos seus resíduos líquidos é uma fábrica ineficiente.

Então, principalmente, nesses países desenvolvidos foram sendo desenvolvidas tecnologias industriais mais limpas. O Brasil está muito atrasado neste campo: um estudo feito há uns seis meses pelo Luciano Coutinho, usando mais de 20 consultores, estudando cerca de 80 setores industriais brasileiros chegou à

conclusão que, com raras exceções, a indústria está 15 anos atrasada em relação às indústrias do resto do mundo. Só agora, mais recentemente, estamos começando a discutir e realmente a querer usar essas tecnologias que já foram desenvolvidas nos países ricos.

Para dar alguns exemplos, a produção industrial hoje é cerca de sete vezes maior do que a dos anos 50. As fábricas de papel e celulose mais antigas consumiam 180 m3 de água por cada tonelada de polpa de celulose produzida. As mais modernas - não a última palavra pois já existe inovação em cima disso - estavam usando apenas 20 a 30 m3 de água por tonelada. Agora, olhem este último exemplo aqui. O Japão, em 1973 quando houve o choque do petróleo e o preço do barril aumentou, ficou inteiramente inviável. De repente se viu falido. Mas como têm cérebro, cabeça, principalmente educação e tecnologia, a parte mais importante da tecnologia nada mais é do que aquilo que está na cabeça das pessoas e não nos equipamentos, o governo japonês, a indústria japonesa e os trabalhadores japoneses se uniram numa cruzada para melhorar a eficiência de sua produção industrial, e conseguiram.

Em 1984, 11 anos depois do choque do petróleo, o Japão estava conseguindo produzir em média cada unidade de produção, por exemplo, um automóvel, usando apenas 60% das matérias primas que usava em 1973. Um ganho de eficiência fantástico. Em termos de energia hoje, o Japão em quantidade produz 80% mais do que em 1973. Conseguiu um ganho fantástico em termos de produtividade industrial. Produz a mesma coisa, usando muito menos energia. Isso faz parte então do que chamamos de tecnologias industriais mais limpas.

Para dar a vocês alguns exemplos mais concretos dessas tecnologias industriais mais limpas, em 1984, um Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, promoveu com a Câmara Internacional do Comércio, uma primeira Conferência Mundial da Indústria sobre Gerenciamento Ambiental e já em 84, uma multinacional americana, a 3M, divulgava, fazendo um tremendo *marketing* naquela reunião, que tinha adotado o program 3P. Vejam o *marketing*, 3M adotando o programa 3P, que significava Fase de Prevenção da Poluição (*Pollution Prevention Phase*, em inglês). Quer dizer, a prevenção da poluição dá lucro. E utilizando esse programa que era apenas a reciclagem dos resíduos e minimização dos resíduos dos seus efluentes estava economizando 2 milhões de dólares por ano, só nas suas fábricas da Grã-Bretanha. Outro exemplo: uma fábrica da Dupont nos EUA, que em média produz 500 mil toneladas de etileno por ano e em 1989, depois de implantar também um programa de tecnologia industrial mais limpa, de minimização de rejeitos e reaproveitamento, recuperou 5 mil toneladas de óleo e estava tendo uma economia de 2 milhões de dólares. Então, em termos de industriais, houve nesse período, por pressão das comunidadas e do governo pressionado por elas, uma mudança muito grande.

As indústrias hoje têm uma atitude completamente diferente da que tinham há 15 anos. Atitude delas era "não posso", "comigo não", etc., às exigências que a FEEMA fazia. Hoje em dia, principalmente nos países desenvolvidos, estão chegando aos poucos a uma atitude que se chama de pró-ativa. Procuram se adiantar aos problemas, à legislação e aos regulamentos, para evitar que sejam atingidas por eles. Um dos exemplos disso foi a criação de uma metodologia desenvolvida pela própria indústria, que agora está se tornando oficial, que é a auditoria ambiental. O mecanismo de auditoria ambiental foi desenvolvido pelas indústrias, primeiro as européias e depois as americanas - o Estado do Rio de Janeiro foi o primeiro a adotar - e o governo agora está tornando oficial a exigência de que as indústrias apresentem sempre, anualmente, um relatório de auditoria ambiental. Em uma segunda conferência mundial sobre gerenciamento ambiental, realizada em Roterdam, ano passado, as indústrias mundiais adotaram uma proposta da Câmara Internacional do

Comércio, a que se chama Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, que contém 16 princípios a serem seguidos para iniciar o processo em direção ao desenvolvimento sustentável. E essa carta já tinha sido assinada por 400 empresas e hoje tem quase 1000 empresas que já se comprometeram a seguir seus princípios.

Aqui no Brasil, a primeira a assinar foi a Aracruz Celulose, dando também o exemplo. Hoje são mais de 30 indústrias que já assinaram os princípios desta Carta. Eu queria portanto mostrar que existe uma nova relação, um maior entrosamento, da indústria com a comunidade. A fornecer informações, debater com a comunidade, estabelecer planos de emergência, uma atitude completamente diferente da que tinham os empresários há 20 anos. Eu queria também dizer umas palavras sobre desenvolvimento sustentável antes de terminar. Em 1982, houve em Nairobi uma sessão especial do Conselho de Administração do Programa da ONU para o Meio Ambiente e o diretor executivo desse programa, Dr. Mustafá Tolba, propôs então ao Conselho que levasse à ONU a sugestão da criação de uma Comissão Mundial Independente para estudar as questões ambientais até o ano 2000 e em seguida propor soluções. Então, depois de muita burocracia da ONU, o Conselho, em 83, aprovou essa proposta, que foi encaminhada à Assembléia Geral da ONU que então criou uma comissão, composta por 22 cientistas políticos do mundo inteiro que, em 1987, publicou o relatório mencionado pelo Dr. Wanderbilt, mostrando quais seriam os problemas ambientais do ano 2000 e depois propusesse as soluções. O nosso futuro comum passou a ser a Bíblia dos ambientalistas do mundo inteiro. Não é possível mais estudar os problemas ambientais isoladamente, tratar das questões do meio ambiente, sem junto estudar as relativas ao desenvolvimento. O conceito do desenvolvimento sustentável - costumo dizer que nada mais é do que puro bom senso - é aquele que atende às necessidades do

presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades. Isso é uma declaração de puro bom senso.

Mas essa declaração, que todos concordam a princípio, para se atingir o desenvolvimento sustentável é um conceito extremamente complexo, controvertido. Não vai ser fácil. Vai ser um caminho bastante árduo, como colocou o Dr. Wanderbilt. O conceito de desenvolvimento sustentável vai exigir uma mudança muito grande em todos nós. Mudanças fundamentais na maneira de pensar, agir, produzir, consumir. Não vamos mais poder ficar desperdiçando recursos como desperdiçamos hoje. Principalmente os países ricos que têm um consumo supérfluo extraordinário. Então vamos ter que mudar nossa atitude.

Temos certeza que os países mais desenvolvidos - aliás os responsáveis pela maior parte da degradação já ocorrida no planeta - vão precisar adotar estilos de vida compatíveis com os recursos ambientais do nosso planeta. Por exemplo, se olharmos a questão da distribuição de energia, 25% da população mundial, que é a população dos países desenvolvidos, consome 75% de toda a energia primária produzida no mundo. Não dá para continuar assim. Dentro do conceito de desenvolvimento sustentável, vamos ter que equilibrá-la um pouco mais. E esse equilíbrio tem que ser feito não tentando reduzir o nível de vida dos desenvolvidos e nivelando tudo por baixo, mas fazendo com que eles adotem estilos de desenvolvimento menos intensivos e mais eficientes no uso de energia. . Para que possam então dar espaço a um crescimento no consumo de energia nos países menos desenvolvidos. O desenvolvimento sustentável, além dessa dimensão basicamente ambiental, tecnológica e econômica, tem uma dimensão cultural. Como é que vamos lidar com essa variedade, que é muito interessante, essa diversidade cultural e política que temos no mundo? Porque isso vai exigir a participação democrática de todos nas decisões das

mudanças que são necessárias, que vão afetar muito nosso estilo de vida.

Quero mostrar a vocês os pontos de controvérsia importantes a respeito do desenvolvimento sustentável. O primeiro é até que ponto é justo ou ético utilizar recursos que podem comprometer o bem estar das futuras gerações? O que chamamos de justiça intergerações. É uma coisa muito difícil de definir. Se soubermos que o petróleo está esgotando, tudo bem, a gente sacrifica agora, na esperança que no futuro terá uma tecnologia melhor, outro tipo de energia? Até aonde a gente vai? É extremamente difícil e as pessoas estão tentando discutir, conversar, para encontrar algum caminho. Por outro lado, alguns economistas perguntam: o que precisa ser preservado ou sustentado? Acham importante o que chamam de capital social. E o capital social é composto de vários fatores: meio ambiente, capital físico, organização social e tecnologia. E acham importante preservar a soma desses fatores. Portanto, dentro desse raciocínio, admitem uma maior deterioração ambiental para o futuro, desde que isso seja compensado com, por exemplo, uma melhor organização social. Alguns ecologistas ouvem isso e ficam com urticárias, querem bater, matar. Então não aceitam, realmente é uma controvérsia muito grande saber até que ponto e que compromisso podemos tomar, em nome das futuras gerações. Finalmente, uma questão muito difícil para mim de se resolver é qual a capacidade da biosfera para suportar o impacto das atividades humanas? Porque todos os grandes problemas ambientais globais que temos hoje estão se formando em função de termos, já em várias áreas, ultrapassado a capacidade natural da biosfera de absorver os resíduos das atividades humanas.

Por exemplo, a questão do aquecimento da terra. Por que se fala no efeito estufa? Porque estamos acumulando cada vez mais CO2 na atmosfera. CO2 é basicamente o produto da combustão de petróleo, carvão. Estamos jogando-o na atmosfera, tirando átomos de

carbono que estavam presos há milhares de anos debaixo do solo, queimando e jogando na atmosfera uma quantidade tão grande de dióxido de carbono, que a natureza não tem capacidade de absorver. Por ano, a natureza só tem conseguido absorver cerca de 40% da quantidade que jogamos para a atmosfera. Mas o resto está se acumulando e a quantidade de CO2 aumentando. Então estamos vendo acumulados nas águas, no ar, nos solos, resíduos das atividades humanas que a natureza não tem capacidade de absorver.

Portanto, um dos muitos problemas fundamentais é verificar e determinar qual a capacidade da biosfera de absorver os resíduos das atividades humanas. Bom, entre os índices importantes da sustentabilidade ambiental, temos primeiro a poluição, ou melhor, os resíduos, porque o grande problema hoje são os resíduos. Em 72, a grande preocupação era com a exaustão das fontes dos recursos naturais, exaustão do petróleo. Ninguém falava em capacidade de assimilação da natureza. Hoje, não, ninguém mais fala da exaustão do petróleo, embora, claro, ainda seja um problema importante. Porém o mais importante são os resíduos e a capacidade de assimilação da natureza. Portanto, temos que reduzi-los das atividades humanas. Por que isso? Porque se os pobres não têm outra alternativa, se não dermos a eles outra alternativa, se não melhorarmos seu nível de vida e tentarmos acabar com a pobreza, principalmente no Terceiro Mundo, os pobres vão continuar, para sobreviver, a queimar florestas para o seu roçado. Como fazem na África sub-Saariana, com seus rebanhos, utilizando as pastagens semi-áridas. E com isso, o deserto do Saara, aumentou 100km na direção sul. Mas eles não têm outra alternativa.

O livro *Nosso Futuro Comum* mostra muito claramente que se não reduzirmos a pobreza absoluta, se não ajudarmos a acabar com a pobreza absoluta, essa degradação ambiental vai continuar e vamos esquecer que temos de conseguir o desenvolvimento sustentável. Aí entra a questão fundamental, a tecnologia. Porque

tecnologias mais limpas vão desempenhar um papel extremamente importante e finalmente a questão do estilo de vida. Porque teremos de adotar estilos de vida diferentes. Na realidade, vejo muita gente acusar, principalmente nos países desenvolvidos, os subdesenvolvidos de "estarem inviabilizando o futuro do planeta com esse crescimento populacional irresponsável". Aos que dizem isto, temos de responder o seguinte: a equação mais importante para atingir o desenvolvimento sustentável é a população multiplicada pelo consumo de recursos naturais *per capita* isso é que interessa. Porque muitas vezes a população de 100 milhões de habitantes em um país subdesenvolvido promove menos degradação ambiental do que 1 milhão em um superdesenvolvido, com seu consumo e desperdício.

Outro problema muito complicado é o problema de recursos adicionais para ajudar os países em desenvolvimento na busca do desenvolvimento sustentável. Além do documento "Carta da Terra"que deverá ser assinado aqui nesta conferência do Rio, vem aí, também, um documento chamado de "Agenda 21", que propõe a realização de várias atividades, quase mil, para que possamos iniciar esse processo de transição em direção ao desenvolvimento sustentável. Só que o secretariado da UNCED calcula que para a implantação dessas atividades, vamos precisar de cerca de 125 milhões de dólares. Então todo mundo diz, "vamos parar, nessas alturas não dá, melhor esquecer." Na realidade, esta questão dos recursos, desde o fim da Segunda Guerra que os países desenvolvidos dão aos subdesenvolvidos uma certa parcela de seu produto interno bruto, como ajuda oficial ao desenvolvimento. Hoje, essa ajuda oficial está em torno de 50 bilhões de dólares por ano. Que é mais ou menos 0,33% do PIB médio dos países desenvolvidos. Pois bem, há alguns anos, na ONU, foi aprovada uma resolução recomendando que os países ricos aumentassem para 0,70% a ajuda oficial aos subdesenvolvidos.

Mas eles não estão cumprindo isso. Se estivessem, só aí, seriam 50 bilhões de dólares adicionais. Por outro lado, a Noruega dá um exemplo muito importante, que é o de dar, hoje, 1,17% de seu produto interno bruto, como ajuda aos países subdesenvolvidos. Então se pensarmos que poderíamos ter pelo menos 1% da média dos países subdesenvolvidos e não 0,70 já seriam 100 bilhões, quase os 125. Como se chega aos outros? Simples. Existem várias formas: taxa sobre produção de gás carbônico - Os EUA não querem porque eles é que pagariam a maior conta - taxa de um dólar sobre cada barril de petróleo produzido. Isso daria de 25 a 30 bilhões de dólares, já dava para completar os 125 necessários. Queria mostrar para vocês esta última transparência, a curva de baixo que representa a ajuda oficial aos países subdesenvolvidos. A de cima, os gastos militares mundiais, uma barbaridade. Em 1985, deu 1 trilhão de dólares. Nessa época, a ONU fez um estudo e chegou à conclusão de que se pudéssemos tirar 20% desse valor e os aplicássemos, durante 10 anos, para eliminar a pobreza, no final de 10 anos, a pobreza praticamente não existiria mais. Hoje a situação geopolítica é completamente diferente. Não existe mais esse fantasma de uma guerra nuclear iminente nem de uma terceira guerra mundial. Então o único motivo é a falta de vontade política para reduzir as despesas militares e canalizar esse dinheiro na erradicação da pobreza no Terceiro Mundo.

Porque é a única maneira que temos para conseguir alcançar isso. Se é que queremos realmente para o nosso futuro um mundo mais democrático, equilibrado ecologicamente e um pouquinho mais justo socialmente. Muito obrigado.

Herbert de Souza

Não vou usar transparências mas prometo que serei transparente. Confesso a vocês que tenho muitos problemas, muitas dúvidas, quando me confronto com esse conceito de desenvolvimento sustentável. Porque

existem certos conceitos que são tão abrangentes, tão amplos, tão genéricos, tão universais, tão indiscutíveis, tão óbvios que às vezes não servem para nada. É essa a sensação que tenho quando me vejo diante do desenvolvimento sustentável. Porque, pensando ao contrário, pergunto: quem propõe o "desenvolvimento insustentável"? Quem o pratica? Quem o defende? Então prefiro trabalhar com a análise desse movimento, dessa consciência moderna, que foi se formando em torno do conceito de meio ambiente, em torno do conceito de ecologia. Que é um conceito que busca restabelecer relações que o mundo moderno tinha esquecido, ignorado, camuflado ou, simplesmente, destruído. Quando alguém postula à categoria, ao conceito Ecossistema, pensando, levando em conta os Ecossistemas, aí sim, acho que está oferecendo uma contribuição mais rica para rompermos com os pensamentos ou as lógicas ou as políticas de isolar, excluir e omitir. A grande riqueza, a meu ver, que o movimento ecológico a nível internacional produziu, está produzindo e ainda vai produzir, tem duas dimensões. A primeira, que não pode ser diminuída, é a dimensão da crítica.

A economia moderna não fez a crítica de si mesma. Ainda continua a ser com pensamento arrogante. Um pensamento que serve muito a tudo que se fez no último século. Tenho sido um crítico impiedoso da economia e dos economistas, porque nunca vi uma profissão que se desse tão bem com as autoridades. Os maiores economistas e políticos brasileiros, foram filhotes, filhos, pais e avós da ditadura. E foram muito competentes na economia quando tinham a cobertura do autoritarismo. Parece que um economista, quando se vê na democracia, ele se perde. Mas quando tem um ditador a tiracolo, todos os modelos e receitas dão certo.

Dou um exemplo moderno: os militares implantaram o neo-liberalismo no Chile às custas de uma ditadura de 17 anos. Ora, realizar o neo-liberalismo, tendo o Pinochet como patrono, até eu. Que diabo de mercado é esse que em vez de ecológico tem a farda verde?

Mas aqui no Brasil também foi assim. Na época do Delfim, ele anunciava com um ano de antecedência a inflação do ano seguinte. Dizia assim: "A inflação no ano que vem vai ser de 10%" E não fosse para ver o que acontecia. Então a ecologia, o pensamento do meio ambiente, no meu entendimento, produziu, vindo de vertentes movimentos completamente inesperadas, vindo de atores sociais novos e completamente inesperados e de repente fez a crítica da economia como não tinha sido feita até então. Eu diria que nem os marxistas fizeram a crítica da economia como os ecologistas. Criticavam que as espécies desapareciam, isso lá no Primeiro Mundo, onde a vida estava ficando um inferno.

E surgiram dezenas de movimentos que não tinham nada a ver com os partidos políticos nem com os sindicatos, nem muito menos, às vezes, com as próprias universidades. Iam fazendo movimentos que cresciam. Quando a gente vê hoje um Greenpeace que tem 2 milhões de associados e não pede dinheiro para ninguém, ele é que dá. Porque tem sócios. E milhões de sócios, tem mais associados do que qualquer sindicato brasileiro. Mas depois, na Europa, uma outra vertente foi descobrindo que enquanto a União Soviética e os EUA faziam a corrida armamentista - que deu este gráfico apresentado aqui, o chamado gráfico da guerra fria, o gráfico do absurdo - a Europa começou a perceber que caso houvesse algum desentendimento, conflito entre a URSS e os EUA, ela seria a primeira a desaparecer, participando ou não da guerra.

E aí começa a surgir um movimento pacifista que descobria que a humanidade tinha começado, tinha conseguido a coisa fantástica, que é a capacidade de se destruir 60 vezes, como se uma não bastasse. E aí, a vertente pacifista, a vertente antinuclear se somou com o mico-leão, com a floresta, com o ar, com a poluição, com os rios. Aparentemente sem fazer nenhuma crítica ao capitalismo nem ao socialismo. Mas na verdade questionando os dois. O capitalismo porque através da ação do Estado tinha produzido o desastre ecológico

moderno. E isso tem que ser dito, mesmo que os ecologistas não digam. E a crítica do socialismo porque o Estado socialista, seguia os mesmos padrões de desenvolvimento industrial destruidor, perdulário, irresponsável no tratamento com a natureza. Tinha produzido os mesmos desastres ecológicos que a chamada economia de mercado produzira. Então, no tribunal do movimento ecológico, tanto o capitalismo quanto o socialismo foram devidamente condenados. É claro que têm os arrependidos. Por exemplo, o Banco Mundial hoje é um banco arrependido. Uma grande pecadora arrependida. Mas na década dos 60 e dos 70, o Banco Mundial financiava todos os projetos poluidores e devastadores do universo. Aliás, gostava dos desastres grandes, não gostava de desastres pequenos.

Há um mês, o BID fez uma autocrítica pública. O Banco Mundial ainda não fez sua autocrítica. Só mudou de política, ou está mudando. Mas não fez autocrítica. Os grandes empresários, grandes conglomerados, hoje disputam os certificados de boa conduta de meio ambiente. Todos eles. Os estatais, os privados, os nacionais, os internacionais. Mas têm uns que reconhecem diante da opinião pública nacional e mundial que foram devastadores, poluidores, irresponsáveis e que quase chegaram a produzir o fim.

E alguns deles ainda se dão o luxo de colocar na dança os pobres, como se pobre fosse causa de poluição. Isso é que me deixa mais perplexo. Lembram quando há alguns anos, apareceu nos jornais a notícia de um grande incêndio na Amazônia? Que foi detectado via satélite nos EUA? Era um incêndio de 10km2. Tão grande que o satélite detectou. Olha, juro que não foi o Chico Mendes que fez aquele desastre. Aquele incêndio foi produzido por uma empresa chamada Volskwagen. Juro que seringueiro não tem condições de cortar um mogno e transportá-lo pela floresta, para vender no mercado de Roterdam. Mas grandes madereiras têm. Então a ecologia, toda essa visão do meio ambiente, ela produziu a crítica da economia, que ainda não foi totalmente concluída, mas que é o grande benefício que está fazendo à humanidade de hoje. Ninguém mais tem coragem de defender o desenvolvimento sem qualificar. E a primeira qualificação que apareceu foi essa: do sustentável, que como o próprio amigo Haroldo disse é óbvia. Agora, defender o óbvio também é algo que não merece muito esforço.

A outra crítica que esse pensamento, esse movimento, principalmente fez foi a crítica da política. Porque ela não criticou somente as ações feitas pelos empresários, pela lei do mercado, pela competição e pelo tipo de desenvolvimento irresponsável, que levou as empresas a só pensar na produção a curto prazo e a todo custo e às custas de todos. Os movimentos ecológicos foram fazendo a crítica da política, do poder, e é bom que reflitamos que, apesar de na reunião da Eco-92, os refletores vão estar acesos em cima dos chefes de estado, a verdade é que eles chegaram à preocupação ecológica por pressão da sociedade de seus países, e não por iniciativa governamental.

Eles vieram depois. Os governantes mudaram por pressão da sociedade; os que mudaram. E estão mudando e vão mudar, por pressão da sociedade. Porque o movimento ecológico fez e está fazendo a crítica da política, a crítica da ação do Estado. Não há uma legislação hoje existente no mundo, que não tenha surgido de um movimento de baixo para cima, da pressão da sociedade. Para regulamentar, para impedir. E sempre, se a gente for analisar caso por caso, vemos que os governantes, os presidentes, os governadores, etc., as autoridades no primeiro momento reagiram contra a lei e depois adotaram. Por que? Porque ese foi um movimento que foi surgindo de um outro, de outro lugar, que não era o lugar do poder. Era outra política que não a do Estado, era a da sociedade. Por isso, inclusive, é que o movimento ecológico contenta tanta diversidade. E daí sua riqueza. Por isso é que em torno da questão do meio ambiente, podemos falar sobre tudo e com todos. Porque ele é rico, diverso. E envolve finalmente a crítica

da cultura. Temos que produzir um novo modo de pensar a vida, a conservação da vida e a reconstrução da vida.

Então, esse movimento nos desafia a repensar aquilo que achávamos que já estava definido. Achávamos que tínhamos uma noção clara do que era a humanidade e a natureza. Isto está em questão. E uma das perguntas que às vezes me faço é se existe na nossa cultura dominante, industrialista, produtivista a noção implícita de que o homem tem direito de fazer com a natureza o que ele quiser. E que a natureza só existe para servir ao homem. O que traz implícita a idéia de que o dia em que a humanidade deixar de existir, ou se ela não existisse, seria possível fazer com a natureza qualquer coisa. Principalmente destruí-la, porque a natureza foi sempre vista como algo externo ao próprio homem.

O único ser com direito de existir é o homem, a humanidade. Todos os outros seres são absolutamente acidentais. Estão absolutamente a serviço dele, são descartáveis. E acho que hoje já é possível fazer uma reflexão sobre ética e ecologia. Sobre ética, quer dizer, a ética da nossa relação com o mundo, com o real; que também é uma grande contribuição, acho, que esse movimento está trazendo para nós. Mas é preciso que não tentemos domesticar esses pensamentos, essas críticas, eles precisam ter curso livre. Acho que precisam ir mais fundo, temos que ir mais fundo sim, na crítica da economia, na crítica do mercado e na crítica do Estado. Não é o momento de parar com a crítica para chegar ao consenso. É o momento de aprofundar a crítica para chegar a um mundo novo. E essa seria a última dimensão que eu diria. Quer dizer, a questão ecológica, do meio ambiente e todos os debates que existem em torno dela trazem, estão prenhes, grávidos da idéia da construção de um novo mundo. E isso talvez seja a sua força maior. Porque um movimento que só fosse capaz de de fazer crítica, já seria importante. Mas quando ele ao fazer a crítica é capaz de produzir o novo, aí é mais

importante ainda. E como ele não tem dono, é diverso, convocatório, participativo, então, creio que desse movimento existe uma imensa possibilidade de surgir efetivamente uma nova cultura democrática.

Uma cultura que seja capaz de construir um mundo para todos. E quando estou falando todos, incluo até o mico-leão. Quer dizer, nesse todos, não precisamos necessariamente fazer exclusões. E eu gostaria de terminar, dizendo somente que no meu entendimento, uma das questões mais graves que está se passando no mundo hoje é em torno da questão da biodiversidade. Não podemos permitir que leis de patentes, leis de não sei o quê, nos levem à destruição da possibilidade da biodiversidade. A biodiversidade é a riqueza maior que a humanidade tem. E está sendo muito ameaçada, todos sabemos, por interesses absolutamente privatistas, absolutamente egoístas, que querem tirar patente da vida.

Me imagino no futuro vendo a seguinte notícia no jornal: "Seu João foi preso plantando feijão no fundo do quintal". E aí o governo americano pede o seqüestro... como é que se chama? A prisão, a extradição, para ele ser julgado em um tribunal internacional, porque está plantando um feijão que era patente da sei lá qual. E criando-se uma Polícia Internacional para proteger a vida. Estou fazendo, obviamente, uma brincadeira, mas a questão é extremamente séria. Muito obrigado.

Fernando Várzea

Peço a palavra ao Dr. Paulo Gusmão.

Paulo Pereira de Gusmão

Minha vontade era pedir os comerciais, um intervalo para restabelecer o fôlego e começar a falar. É óbvio que depois da brilhante exposição de Betinho, eu gostaria de concordar com ele. E lembrar um fato que traduz uma coisa que ele falou. O de que nada disso, nada dessas transformações que estão ocorrendo ao nível mundial, regional, nacional ou local são gratuitas.

Decorrem de um processo que tem uma duração maior que 20 anos, de 72 para 92; pelo simples fato de que na primeira conferência salvo engano meu, compareceram dois chefes de estado: o rei, como anfitrião, que por uma questão até de protocolo, não podia estar ausente; e Indira Gandhi, Primeira-Ministra da Índia, pela figura que era, por sua projeção, por sua visão do mundo futuro, por perceber que ali se discutia alguma coisa que extrapolava muito. E pela percepção que as outras nações tinham da conferência, na medida em que mandavam para Estocolmo uma representação nacional.

E nesta conferência de 92, já à beira de virar o século, temos a presença estimada de algo em torno de 100 chefes de estado ou mais. Inclusive o Georges Bush, depois de uma série de dúvidas, "vem, não vem", acabou que vem. E essa presença reflete muito bem o avanço global que se obteve ao longo desses 20 anos. Como fui convidado para participar deste Encontro, vi que, a gente está sempre começando a lidar com novos conceitos. Mal tinha me habituado a lidar com o conceito de comunidade, passei a ter que discutir comunidade, desenvolvimento sustentável, em um encontro sobre Ecomuseu. Então fiquei meio perplexo, tentando saber o que dizer que fizesse sentido. O que quero é partilhar com vocês, torná-los cúmplices de algumas idéias que consegui alinhavar que têm a ver com a minha inserção no assunto, na questão do controle ambiental, no meu histórico profissional e na posição de Superintendente de Meio Ambiente da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Eu queria retornar um pouco no tempo e traçar rapidamente o histórico de algumas questões intimamente associadas à idéia de desenvolvimento sustentável e de ecomuseu, que são coisas que privilegiam a escala local, a participação da comunidade, o fortalecimento dos poderes locais, a erradicação da miséria, ou seja, questões muito localizadas. Não são estratoféricas, são questões que a gente enxerga e passa por

elas diariamente no caminho residência-trabalho-residência.

Começando pela gestão das nossa cidades, retrocedendo um pouco, pegando aí a história por décadas, para ser mais rápido, a gente pode dizer que a década de 60 foi para nós, urbanistas, planejadores ou não, a época do Eldorado. Trabalhava-se, fazia-se, produzia-se; embora no campo, a coisa do real, de concreto, estivesse um pouco mais distante. Embora muitos trabalhos e planos, tenham ficado nas prateleiras, fazia-se bastante.

A década de 70 já teve uma característica meio diferente, porque o planejamento, de forma geral, caiu em descrédito e a atividade entrou em declínio - falo isso muito à vontade por ser um dos planejadores do País E a autonomia do município, a dos gestores da cidade foi em grande parte tolhida. Mais ou menos desta época data a criação das regiões metropolitanas. Embora tivessem sua razão de ser, funcionavam muito mais como instrumentos de retirada dos poderes dos governos locais. Ná década de 80, a gestão das cidades, que andavam meio à deriva, ficou ao sabor da sorte das políticas nacionais, eventualmente regionais. Mas, por política e vontade própria, muito pouco se fez e se avançou. E logo a gente alcança após a Constituição de 88, a década de 90, e percebe um município como que ressuscitado no panorama brasileiro. Um município forte, atuante, que se faz ouvir e representa uma instância de governo que tem cara. E a população para ele também tem cara. As duas partes se olham nos olhos. E isso transforma um pouco o panorama nacional. A partir do momento em que a União e os estados se debatem frente a uma crise, não só de recursos, mas de prestígio no espaço político, uma crise que vai muito além. Com essa rápida pincelada, tentei, pretendi, traçar esse histórico da gestão das nossa cidade.

A questão do meio ambiente tem um histórico um pouco diferente porque teve seu nascimento localizado na década de 70. Após a Conferência de Estocolmo de

72, os países assumiram o compromisso de criar órgãos nacionais encarregados do controle ambiental e assim foi feito, criou-se a Secretaria Especial do Meio Ambiente, federal, a FEEMA, no Rio de Janeiro, e se criaram em vários outros estados. A década de 70 foi dispendida na criação, no aprimoramento dessas instituições, de seus mecanismos internos, suas equipes técnicas. Muito se treinou de gente, muito se enviou ao exterior para buscar experiências para cá. E alguma coisa se avançou em termos de regulamentação da atividade de controle ambiental, mas essa regulamentação na verdade tomou corpo, força, mais precisamente na década de 80, que foi absolutamente farta em termos de produção de legislações, regulamentações na área de meio ambiente. A começar em 81, com a Lei de Política Nacional de Meio, que criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente e o Conselho Nacional do Meio Ambiente e outras legislações, até culminar na Constituição de 88, que muito generosamente dedica um capítulo específico para a questão do meio ambiente. Isso consagra uma série de ganhos, conquistas e avanços que haviam sido realizados nos anos 70, nos 80 e os consolida dentro da Carta Magna, em termos muito mais definitivos.

Nada disso obviamente se deu de graça, como Betinho mencionou, tudo isso corresponde a uma vontade política, social, gerada, que servia como elemento de pressão. Durante os anos 70, não podemos esquecer o movimento social que tomou a bandeira verde como uma forma aceita de se reorganizar e seguir lutando. Houve também o movimento das associações dos moradores, das associações de meio ambiente, como instrumentos de resistência muito grande da sociedade civil; instrumentos de resistência e de pressão.

Esses movimentos na década de 80 têm condições, a partir da retomada de certa liberdade democrática de organização, de se diversificarem: movimento dos negros, das mulheres e tantos outros, que acabaram desaguando na Constituição de 88, na nova década que se inaugura, da qual já gastamos ou aproveitamos dois anos. E colocam-se em perspectiva a gestão das cidades e a da questão ambiental. Perspectiva que, do meu ponto de vista, é muito saudável e feliz, merecedora de comemorações; que é a perspectiva do resgate da cidadania como condição básica para se discutir, não só o ecomuseu e o desenvolvimento sustentável, mas fundamentalmente o encaminhamento dos recursos que dispomos, ambientais ou transformáveis, a partir do que a natureza nos oferece. E de que forma vamos criar - pedindo mais uma vez a autorização do Betinho - vamos avançar em direção a esse novo mundo? Dando nossa contribuição a partir do local, do que é autenticamente a vontade das comunidades. Fruto do poder, nascedouro das autoridades concedidas, e que estão aí postas dentro dessa nova panorâmica em nível nacional.

Para concluir, acho que, tanto o conceito de ecomuseu, quanto o de desenvolvimento sustentável, implicam e fazem parte do resgate da cidadania. E esse resgate não se pode dar a não ser com uma distribuição clara de poderes, atribuições, responsabilidades, em que se privilegie, reconheça e respeite a autonomia dos governos locais. Muito Obrigado.

Fernando

Antes de abrir a palavra aos debates com a platéia, também desejo fazer algumas considerações e uma reflexão sobre muita coisa que foi dita aqui. Eu começaria de onde o Betinho terminou, sobre a perspectiva que se abre hoje para nós da construção de um mundo novo. Acho que é esse, no fundo, o grande desafio da convocação da Conferência do Rio. É isso que a opinião mundial está esperando dessa reunião, que começa daqui a duas semanas. Porque está claro para todo mundo que a Conferência de Estocolmo, em 72, representou realmente um ponto de mudança na maneira pela qual alguns países vinham se desenvolvendo, como mostrou o Dr. Haroldo, a partir da situação do Japão.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, a opinião pública sentiu-se inconformada pelo fato de que

um processo de crescente acumulação de riquezas não se refletia em seu quotidiano, que tinham de conviver com essas anomalias, digamos assim, do desenvolvimento insustentável. E acho que a partir daí, mudou muito. Estocolmo representou uma mudança na maneira pela qual se vinham desenvolvendo esses países ricos. Foram eles que a partir daí, nesses 20 anos, investiram cada vez mais em tecnologias sofisticadas, aprimoraram sua legislação, aparelharam melhor suas agências governamentais, encarregadas da fiscalização. Também se beneficiaram de um crescente processo de conscientização das comunidades locais, nacionais, e hoje, chegam à de 92, ao Rio de Janeiro. Chegam montados em cima de estatísticas, mostrando como melhorou a qualidade de vida de seus países e como não estão dispostos também a generalizar esses benefícios.

Porque a convocação da reunião do Rio representa, representou e tem representado também a nós, que somos os outros todos, quer dizer, os 2/3 da humanidade, de pobres, países, nações, povos, que nesses 20 anos não se beneficiaram em nada desse processo de desenvolvimento que o mundo apresentou. Acho que no final do século e do milênio também, qualquer observador, com um mínimo de isenção, de ética vai ficar assombrado ao descobrir a civilização que nós, seres humanos, fomos capazes de construir, dois terços do globo nessa questão, envolvidos na questão da miséria, fome, falta de saneamento, de acesso a qualquer bem de consumo, e sendo também penalizados, apontados à execração, como os grandes poluidores do mundo. Os brancos ricos resolveram mais ou menos seus problemas.

E nós hoje aqui continuamos a nos reproduzir, nossas populações a crescer e somos, seríamos então os grandes responsáveis por essa degradação do mundo. No momento em que o mundo se dá conta disso, é uma coisa lamentável e que nós faz ver na Rio 92 uma preocupação muito grande. Porque alguns documentos que se pretendia que o o mundo assinasse num primeiro momento, há dois, três, anos, que firmassem compromissos mais sérios, realmente capazes de representar mudanças, talvez não sejam assinados. Como o convênio sobre a biodiversidade. Vocês lembram o que foi dito aqui, o grande patrimônio da humanidade hoje é convênio em que as naões pudessem entender como preservá-lo. E as dificuldades foram tantas, no caminho das negociações, que esta questão foi posta de lado. O que seria o acordo mais importante agora com a pressão de um país, os EUA, inclusive com ameaça da não participação de seu presidente - que foi de uma intransigência - na Rio 92.

Chegou a um nível de intransigência tal, que na última hora, o delegado representante da ONU, representantante dos países inteiros, da Europa, se viram constrangidos a concordar em enfraquecer o documento, para salvar alguma coisa. Os EUA então se recusavam a assinar um documento que garantisse que no ano 2000, cada país do mundo estaria emitindo para a atmosfera o mesmo nível de poluentes de 10 anos atrás, ou seja, de 1990. Acharam que assinar um documento desse tipo era condenar-se a si mesmo, estar ratando seu próprio processo de desenvolvimento. E tais foram as pressões, que o documento a ser assinado na Rio 92 vai sarir mais fraco, já não se vai falar mais em cifras, os compromissos vão ficar mais diluídos. Mas isso não chega nem a ser uma surpresa, é bom dizer.

Porque a gente não pode cair na tentação, na ingenuidade, de achar que essa construção de um mundo novo, como o Betinho fala, vá se fazer assim num piscar de olhos, num passe de mágica, sem sofimento, sem dor e sem luta. Porque é muito difícil. Vivemos essa sociedade que construimos, e que hoje parece assim ser o grande ideal de todos; esse ideal capitalista e efetivista. Enfim, é uma sociedade de desperdício. Como o Dr. Wanderbilt nos falava, a sociedade cultiva o desperdício, o consumismo, fomos criados cultivando esses valores. Ou seja, seremos tão mais felizes quanto mais formos capazes de ter, adquirir, etc. Isso está na

cultura de cada um, o que cada um de nós é, e isso evidentemente não se muda da noite para o dia. Talvez a próxima geração, quem sabe? Essas futuras gerações pelos direitos de quem estamos lutando hoje. Acho que a esperança que o mundo pode ter é nessa futura geração. E o nosso papel é o de testemunhar, participar deste encontro histórico. Encontro que não vai se repetir nesta geração. É lutar mesmo para que essas mudanças possam acontecer - como ingenuamente muitos pensaram - a partir do dia 15 de junho. Que as bases delas têm de ser lançadas agora. Quer dizer, é mais do que imprescindível a participação de todos para que esta luta continue em todos os níveis, e que durante a Rio 92, nesta oportunidade que se abre na história, se diga tudo. A opinião pública do mundo inteiro tem de dizer o que quer, fazer essa revolução política a que o Betinho também se referiu. Dizer aos chefes de estados que esperamos que eles caiam em si e aprovem, enfim, documentos e compromissos que sejam capazes de mudar a maneira como o mundo se apresenta hoje. Pois é isso que a nossa consciência não suporta mais e dizer que nossos sentimentos não estão dispostos a consentir mais. Acho que esse vai ser o grande papel nosso, o da comunidade, o da opinião mundial pública. No sentido de fazer essa reivindicaçõao a partir de uma constatação óbvia, de que este planeta, esta nave em que viajamos, está ameaçada. O Haroldo participou do lançamento de um livro há 15 dias pela ONU cuja leitura é aterradora. Trata-se de um relatório sobre a situação atual do planeta, ponto por ponto. A poluição do solo, das águas, a destruição dos recursos naturais, mostrando com base científica a que ponto chegamos. Então ainda é mais chocante essa postura radical de tantos países nessa negociação, de não querer abrir mão de seus privilégios, pois parece que nessa nave em que viajamos, não existem passageiros de primeira e segunda classe. O futuro da terra vai ser uma questão comum. Não há possibilidade de haver salvação para os de primeira classe e os do porão irem para o fundo. E

predomina ainda em tanta gente essa dificuldade de abrir mão dos privilégios, de posturas, de práticas colonialistas, espoliadoras, seculares.

E se a Rio 92 não conseguir mudar tudo isso, ou seja, conseguir uma mudança nesse rumo, certamente não teremos tão cedo outra oportunidade igual. É fundamental que a comunidade participe, seja ator, seja sujeito dessas transformações que todos esperamos aconteçam. Bom, passo a palavra ao plenário.

Marinete

Meu nome é Marinete e sou professora de ciências e bióloga e moro na Zona Oeste, que tem um grupo aqui neste Encontro. Fiz umas anotações, a partir do depoimento de todos e algumas considerações que eu queria colocar. Primeiro que o Sr. Haroldo falou sobre meio ambiente livre ou quase livre. E logo após, falou que os pobres queimam a floresta para fazer um roçado porque os ricos passam motoserras na floresta e vendem madeira. Então, de qualquer maneira a floresta acaba danificada, por pobres ou ricos, pelo menos essa é a realidade atual. Depois ele falou na Agenda 21, que achei bastante interessante, que devia, se pudesse, falar mais sobre isso para a gente. E é assustador 125 bilhões de dólares, e como captação desse dinheiro, falou em uma taxa sobre as emissões de CO_2. Que eu fiquei superapavorada com aquele susto do João e o pé de feijão, que é uma coisa tão óbvia, o CO_2 também é produzido por todos os seres vivos. Se a gente começar a pagar taxa de CO_2, que não é nada assustador, dentro das coisas absurdas que a gente ouviu falar aí. Daqui a pouco vão cobrar taxa de CO_2 sobre tudo porque o processo de respiração produz CO_2 e assim por diante. Eu queria saber um pouco mais sobre esse assunto, sobre isso do CO_2.

Haroldo

Bom, você colocou vários pontos. Em relação às indústrias, elas realmente no início consideravam o

meio ambiente como uma coisa livre ou quase livre. Isso provocava a externalização dos custos ambientais e que eram pagos por outros segmentos da sociedade. Realmente aconteceu e felizmente já não existe mais, a não ser em países menos desenvolvidos, que ainda não têm nem legislação, nem capacidade de lutar contra esse tipo de coisa. Mas nós não, isso não existe mais. Sobre a segunda questão, eu estava até conversando com o Betinho. Temos que nos convencer que realmente a pobreza, quer dizer, não é a pobreza que causa a degradação ambiental. São as pessoas não têm alternativa, temos que entender isso. Tenho certeza que se você estivesse com os seus filhos morrendo de fome e encontrasse o último mico-leão dourado do mundo, você não ia deixar seus filhos morrerem. Certamente não iria. Quer dizer, você não teve alternativa, está certo? Então os pobres, acho que têm toda a razão quando queimam um pouco da floresta para fazer seu roçado, porque estão tentando sobreviver, não por lucro, para comprar automóvel, mas para ter comida para dar aos filhos. Então minha colocação é conscientizar, levantando essas questões, para fazer com que recursos sejam alocados para a luta contra a pobreza no Terceiro Mundo.

Não podemos mais continuar com o mundo social que temos. A questão da Agenda 21. É um documento que está sendo preparado pelo UNCED - Secretariado da Conferência da ONU, por que? Para tentar dar um sentido mais prático a essas questões do desenvolvimento sustentável.

Concordo com o Betinho, o desenvolvimento sustentável é uma coisa de muito bom senso demais. Quer dizer, você perde a noção, o que é isso? Vai ser uma coisa muito estática. Ninguém sabe hoje qual a receita do bolo. Na realidade, o que estamos querendo hoje é atingir uma nova ordem internacional. Um novo mundo, através desse conceito do desenvolvimento sustentável. Mas a Agenda 21 foi produzida também para dar um cunho mais prático à conferência. Porque, em 72, o

que se aprovou foi uma Declaração de Estocolmo, semelhante à que vai ser aprovada aqui, Declaração do Rio de Janeiro, mas que eram apenas princípios, ou seja, os países não tinham obrigação de seguir e não havia nada combinado sobre prazos, propostas de ação. Então muita coisa foi feita de lá para cá.

Mas a Agenda 21 analisa os vários aspectos ambientais, desde o problema das indústrias, das águas, do ar, da biodiversidade, etc. E propõe para cada um desses campos uma série de atividades para iniciar um processo de transição rumo ao desenvolvimento sustentável. Já está com 700 páginas, tem quase 1000 atividades propostas e o custo para a implantação anual era de 125 bilhões de dólares. Este documento portanto não deve nem receber a aprovação oficial da ONU, porque é impossível que os delegados consigam folhear 700 páginas naquele período e discutir uma a uma. Caso fossem discuti-lo, seria preciso 10 meses, em vez de duas semanas. Mas a Conferência, na linguagem diplomática, deverá registrar, a entrega do documento e recomendar aos governos que iniciem sua implantação na medida dos recursos disponíveis e bla, bla, bla, como é a linguagem diplomática. Mas é um documento muito interessante.

A questão da biodiversidade, aproveitando o que o Fernando disse, ainda temos a esperança que ela ainda vá ser assinada, porque esta semana, em Nairobi, está sendo realizada a última reunião na sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, tentando ainda tirar as últimas dúvidas em relação à convenção da biodiversidade. Está difícil. Esta questão que o Betinho colocou é fundamental, porque os países desenvolvidos se acham no direito de vir aqui, por exemplo, na Floresta Amazônica, retirar espécimes de plantas, animais, fungos, etc. e voltam para lá, aos seus laboratórios, desenvolvem produtos químicos e não nos dá nada em troca pelos gens que eles levaram daqui para lá. Mas eu ainda tenho esperança que isso seja resolvido até o final da semana, em Nairobi. Talvez possamos ver

a convenção da biodiversidade sendo assinada na nossa reunião da Rio-92.

Participante

Sou também moradora da Zona Oeste e tenho uma experiência de vida em contato com a zona industrial de Santa Cruz. O que quero colocar aqui é a respeito da participação da comunidade na implantação de qualquer indústria naquela região. Creio que, ao se implantar qualquer complexo ou indústria, tem que haver a participação da comunidade, porque é ela exatamente que vai sofrer o impacto disso. Ultimamente, tenho participado de algumas reuniões sobre isso e acabo de saber que está para ser decidida a implantação de uma indústria de produtos, com resíduos tóxicos, e estão decidindo onde colocá-la. Quero saber quando a comunidade será chamada para ajudar a decidir, já que ela é que vai sofrer o impacto desse resultado?

Haroldo

Sua pergunta é muito oportuna. Soube dessa usina de reciclagem de lixo industrial, tóxico, de resíduos perigosos, que se pretende instalar aqui no Rio, não tenho notícias. Sei que existe essa idéia de se implantar aqui em Santa Cruz, não sei se o processo está sendo examinado pela FEEMA, e não sei se está pelo Município de Santa Cruz e pelo do RJ. Aliás sua pergunta é mais ampla, fala da participação da comunidade nesses processos de decisão, relativos a empreendimentos que vão afetar a vida da comunidade, quer dizer, o quotidiano. Então repare uma coisa. O Fernando falou sobre o capítulo muito avançado sobre a questão do meio ambiente na nossa Constituição, que é a única no mundo inteiro, pelo que sei, a prever que empreendimentos, que possam potencialmente vir a causar danos à comunidade, sejam precedidos de um estudo de avaliação do impacto ambiental, um estudo prévio à implantação do projeto e processo.

Porque a Constituição sabe que uma usina de reciclagem desse tipo de resíduos é potencialmente perigosa e pode causar danos à população que mora em redor e mais ainda à poluição da própria cidade do RJ, porque pode contaminar ali a Baía da Guanabara, etc. Então o que a Constituição quer é que antes de se implantar esse projeto, a população tome conhecimento dele, seja feito esse estudo de impacto ambiental, das alternativas, contemplando-as, e que seja público. Veja bem, ainda estamos muito incipientes nesse processo. Se fosse nos EUA, essa fábrica só seria instalada ali em Santa Cruz, depois de um longuíssimo processo de discussão, de muitas audiências públicas, em que a fábrica teria de mostrar, desenrolar ali todos seus projetos, mostrando o que pretende produzir,como vai ser, quanto vai custar e qual o perigo. E vir com peritos para atestarem aquilo e a comunidade também iria com seus peritos, e tudo aquilo seria discutido e discutido, enquanto houvesse algum risco de aquele empreendimento se implantar ali, até que se tomassem todas as precauções possíveis.

Mas estamos ainda muito longe de chegar a isso, nossa comunidade mal começa a engatinhar nessa questão, embora todos os sinais sejam muito positivos, já temos uma legislação infra-constitucional, a lei da ação civil pública, por exemplo, que garante que a sociedade organizada tenha acesso à justiça, na defesa desses interesses que a senhora se refere, de ter uma planta devidamente analisada. Agora temos que avançar muito ainda, temos que avançar talvez não tanto mais nas leis, e sim na questão da mobilização da comunidade, da participação da comunidade, na questão da maneira pela qual o próprio poder judiciário enfrenta essa questão. Avançar no fortalecimento dos orgãos ambientais do município, do estado, enfim. O Jornal do Brasil publica todos os dias uma agenda de eventos relacionados à Rio-92. Participei de um no início desta semana na UERJ, um simpósio sobre Direito Ambiental. Uma matéria que não existe nem no currículo das

universidades. Quando cheguei na UERJ, tinha uma fila enorme, e do lado um cartaz do Moraes Moreira. Pensei, bom errei o lugar, não é aqui ou então essas pessoas devem estar na fila do Moraes Moreira. Então, contornei a fila e entrei. Lá dentro tinham 500 pessoas para o Simpósio de Direito Ambiental. Havia 500 estudantes da UERJ preocupados , inscritos. Isso é um dos eventos. Esta semana está acontecendo dezenas. Acho que desse caldo de discussões vai haver um resultado muito grande. Acho que nossa comunidade, pelo menos a carioca, vai se beneficiar diretamente com isso; vai estar muito mais consciente de seus deveres e direitos, em relação à preservação do meio ambiente, e nunca mais esta cidade será a mesma.

Na segunda-feira que vem, a Prefeitura está lançando o capítulo de Meio Ambiente inscrito no Plano Diretor do Rio de Janeiro. É a primeira vez que esta cidade tem um diagnóstico ambiental, nunca se havia feito um antes. E o Plano Diretor consolida uma política de meio ambiente que se pretende ter aqui na cidade. Isso vai ser um grande avanço. Espera-se que este plano não fique aí nas gavetas como os anteriores. Mas este contou com uma participação popular maior na sua elaboração. Foi discutido exaustivamente na Câmera de Vereadores e enfim, há um imperativo constitucional, também. A Constituição diz que as cidades devem ter planos diretores, e primeira vez, ela subordina os interesses privados - na construção civil, na indústria da construção civil, na ocupação do solo urbano - a interesses maiores, de fundo, à preservação de encostas, às áreas frágeis de baixadas de margens de lagoas, de beiras de rios etc.

Arminda

Sou Arminda, Subsecretária de Cultura do Estado do Amazonas. Só pelo estado, já dá para perceber minha preocupação. Com relação ao relatório de impacto do meio ambiente, que o Haroldo acabou de falar. É uma coisa meio pesada. Como amazonense, posso dizer

que estou sentindo isso na minha pele. Quando o Betinho fala sobre as preocupações que têm agora o BIRD, Banco Mundial, tudo isso, fico pensando, que comunidade exatamente é ouvida na hora que vai receber o impacto? Simplesmente a gente tem visto todos os grandes empreendimentos feitos e elas nunca são ouvidas. E quando percebem, o negócio explodiu na cabeça delas. Falo de Tucuruí, que teve de remover grupos indígenas de uma cidade inteira, pensando na Hidrelétrica de Balbino, que antecede à vigência do VIMA apenas por uma questão de, sei lá, da Eletronorte, a empresa que estava construindo. Isso simplesmente afetou dois grupos indígenas, os Uaimiri e os Uaipari, sei disso muito bem, porque trabalhei lá. E que comunidade é essa que será ouvida? Que exigência é essa do BIRD e do Banco Mundial para liberar recursos. Me preocupo muito com isso, e não vejo muita saída não. Porque são exatamente as comunidades que não têm voz, e são elas as mais afetadas. Era essa a minha preocupação.

Haroldo

Queria falar alguma coisa sobre a moça que te antecedeu, e em relação ao que você contou. Em primeiro lugar, acho que Tucuruí, Balbina e uma série de outras tragédias foram cometidas, apesar de tudo, é verdade. Agora, a gente sabe que hoje, não se tem condições, ou pelo menos é muito mais difícil de aprovar a construção da Cachoeira-Porteira no rio Trombetas, no Pará, pois se está pensando na possibilidade de as usinas funcionarem à base de gás, e não se construa mais hidrelétricas. Acho que a gente tem avançado para fugir do sentimento de derrota, que é imobilizante. A legislação brasileira, Fernando mencionou, tem avançado muito. Mas o uso que se faz dessa legislação é muito acanhado, muito tímido. Eu estava aqui me lembrando, estive na Inglaterra em 87 e fui convidado a participar de uma reunião em que se discutia um projeto, já há dois anos na época, de uma usina elétrica de pequeno porte, nada parecido com essas brasileiras. E se discutia há

dois anos, numa reunião patrocinada pela empresa interessada, e que patrocinava um processo que envolvia as prefeituras, ou correspondentes dos municípios, das localidades, das associações. Era uma região onde havia um pouso de aves migratórias, então tinha uma representação dos caçadores da região, havia produção pesqueira, havia uma representação dos pescadores dali e, fazia dois anos que se discutia ali para fornecer elementos que pudessem servir de base para a elaboração do projeto executivo da barragem.

De qualquer forma, a usina de reciclagem a que você se refere, não deu entrada ainda na Prefeitura do Rio de Janeiro, com pedido de licença, até onde eu saiba. Só houve uma solicitação de licença ao Governo do Estado. Foi exigido um estudo departamental, que já foi realizado, está transcorrendo o prazo para análise. Acho que as comunidades devem se mobilizar, no sentido de fazer valer a sua voz, sua vontade. Se for o caso, a lei estadual 1356, que é uma lei do Carlos Minc, dá o direito a qualquer grupo de 50 cidadãos de assinar um abaixo-assinado, convocando uma audiência pública, em relação a qualquer projeto que esteja sendo analisado pelo poder público. Acho que é uma oportunidade a mais que temos de fazer valer a aplicação das leis que estão aí, boas, mas que precisam ser praticadas.

Hernan Crespo

Sou Hernan Crespo, e represento a UNESCO, o Escritório de Cultura para a América Latina e o Caribe. Em primeiro lugar, gostaria de dizer que me enriqueci muitíssimo com as várias exposições que vocês fizeram. Me parece que existe uma consciência plena por parte das autoridades, do governo, da Prefeitura, sobre os problemas imensos que a terra e a humanidade têm nas mãos. Outro dia, quando foi a minha vez de falar, isto eu dizia que é o cúmulo do apocalipse. E depois de ouvir o professor Herbert de Souza, creio que está ratificado esse critério. Se, neste momento, não se toma a

decisão de salvar o planeta, é a última ocasião, a última oportunidade que temos.

Também fiquei muito satisfeito de ouvir, em quase todas as intervenções, que a cultura tinha de ser levada em conta e, quem sabe, minha intervenção seja para acentuar este critério. Creio que somente graças a cultura, se pode conseguir um desenvolvimento sustentável, porque a cultura é aquilo que define o homem, sua ciência, a sua existência e é o que se tem que contar, para o planejamento do futuro, do que chamamos de desenvolvimento. Se a comunidade e o homem com sua identidade, sua maneira de ser, está ausente do projeto de planejamento do Estado, há quase 20 anos, quando se começou a questionar o planejador, o economista, como dizia o professor Herbert de Souza, que teria de possuir a panacéia para o homem. E justamente por que? Esse homem estava ausente, porque a cultura, não como a expressão sacralizada do ser humano, que pomos nas paredes e reverenciamos como obras de arte, ou que lemos na literatura, ou que bebemos na maravilha da dança ou da música, mas a cultura como a cosmovisão do ser humano, como sua maneira de ser, de sentir, de pensar, de viver, de comer, de amar. Se esse ser humano está fora do processo, não é consultado, não há solução.

É por isso que as palestras de vocês e as exposições caem muitíssimo bem nesse nosso Encontro de Ecomuseus, e que não tem sua origem na palavra ecologia apenas como a natureza que temos de preservar, porém ecologia urbana, cultural, e meio ambiente. Isso tem que começar praticamente quando a criança sai do ventre materno, desde que começa a lactação. E não é apenas a criança que tem de ser educada. Porém, utilizando esse fenômenos, essa tecnologia magistral da qual dispomos, para perverter, para aculturar ou enriquecer, que é a televisão, a que aludiu há pouco o professor, temos de usar esse meio fundamental para entrar na comunidade, para torná-la partícipante dos processos. E eu diria, quem sabe, resumindo esta in-

tervenção, para criar uma cultura do meio ambiente, e respeitar a cultura no meio ambiente, porque somente assim, unindo essas duas coisas, creio, poderemos obter um desenvolvimento sustentável e garantir a sobrevivência da espécie humana que, como diziam há pouco, se aproveitarmos esta imensa conjuntura, que é esta Conferência e o que poderemos depois executar, quem sabe, chegaremos ao século 21. Obrigado.

Várzea

Bem, devo agradecer a presença de todos aqui até a esta hora, a presença dos nossos palestrantes e declarar encerrada a sessão. Muito obrigado.

CAPÍTULO IX

TEMA 5 - ECOMUSEU : A EXPERIÊNCIA EUROPÉIA

DIA
22 de maio de 1992

HORA
09:30 horas

PALESTRANTE
Hughes de Varine-Bohan
Consultor para o Programa de Desenvolvimento Local e Comunitário (França)

COORDENADORA DOS DEBATES
Fernanda Camargo-Moro

Hughes de Varine-Bohan

Devemos pensar muito, antes de nos lançarmos numa aventura museológica do tipo dos ecomuseus, o museu comunitário, que só pode se apoiar, a longo prazo, numa comunidade e é um museu que está condenado, com o tempo, a desaparecer. E esta é uma pergunta que me faço muitas vezes, e que relaciono à moda atual, européia, dos ecomuseus. Os ecomuseus europeus de todas as categorias são, em geral, criados por pessoas entusiastas, pessoas de grande valor e qualidades, que brigam, lutam durante 10, 20 anos, para subir, para criar alguma coisa em que acreditavam, mas também é muito raro saber de antemão o que vai acontecer. Podemos imaginar museus temporários, como se imaginam as exposições temporárias, podemos pensar em museus para 20 anos, mas se desejamos que o museu comunitário continue sendo o instrumento da comunidade, é preciso se perguntar o que vai ser a comunidade dentro de algum tempo. Volto a esse ponto daqui a pouco. Em seguida. Só um pequeno exemplo: eis, ainda em Monteeau-les-Mines, o que chamamos de *a casa da escola*, são professoras do ensino primário que, ainda nos anos 70, resistiram, em duas salas de uma antiga escola do século 19, uma sala de

aula, que é do início do século 19, e uma segunda peça atrás, que é uma sala de aula do imediato pós-Segunda Guerra Mundial, anos 1945-50. Essas professoras primárias tinham concebido uma terceira sala, que funcionava muito bem e ainda funciona, e que está à disposição dos professores do ensino primário da região, para a pesquisa pedagógica e encontros profissionais. As duas professoras fundadoras desse museu, dessa antena do ecomuseu, morreram no ano passado e neste, e restam ainda alguns professores do pequeno núcleo inicial, do grupinho inicial, que continuam a conservação desse museu, mas não sabemos absolutamente o que poderá acontecer com ele em alguns anos; será que deixará de ser um museu vivo, mantido pelos docentes, por grupos pedagógicos, ou será simplesmente uma sala de exposição meio original como as outras? Perguntas que mais uma vez devemos fazer.

Em seguida, vejam, eu não queria mostrar a vocês antes, mas vejam o prédio que é a sede do ecomuseu, o Chateau de la Verrerie. Era uma fábrica de vidros e cristais no século 18, e nos séculos 19 e 20 tornou-se a residência, o Castelo de Versalhes, por assim dizer, da família Schneider, que era dona de toda a região de Creusot e de toda a indústria, e que aliás a concebeu como um castelo, um palácio do século 17, embora tenha sido construída de fato, como podem ver a data, no início do século 20. Mostro-a a vocês porque, bem, em si, isso não oferece grande coisa no plano museológico, mas no plano de desenvolvimento local, tínhamos ali um prédio enorme, um monumento histórico, com um parque de 30 hectares e completamente no meio da cidade, embora isolado, igualmente, da cidade, e era preciso saber o quê se fazer dele. Originalmente, em 1971, foi para aproveitar esse prédio que a municipalidade de Creusot nos pediu que fizéssemos um museu lá. Mas, depois da utilização desse prédio, que se compõe dessa estrutura central, de duas alas de cada lado, e de dois pavilhões que são os antigos fornos para os vidros, e em seguida de outras construções em redor, tudo é

agora inteiramente utilizado. O centro é o museu; à esquerda, no prédio da esquerda, vocês têm a sede dos escritórios da administração comunitária, 16 municípios que se agruparam; à direita, não dá para vocês verem, mas a outra ala simétrica é um centro de encontros para atividades culturais, técnicas, científicas, relativas à sociedade e à civilização industriais. Os outros prédios que estão à frente, não dá para vocês verem, são utilizados pelas atividades turísticas, museográficas e de hotelaria. Portanto, fizemos desse prédio maior, que era uma residência particular da família proprietária, fizemos instrumentos de recepção, administração e ação cultural, os mais importantes de toda a comunidade urbana e, na realidade, de toda a região da Borgonha, da qual faz parte a comunidade. A seguir, aqui é outra aventura, sempre na mesma região, na verdade o ecomuseu é uma sucessão de histórias ou aventuras. Há nesse território, nesses 500 metros quadrados de que falei a vocês, um canal que foi construído em fins do século 18 e início do 19, e que teve uma importância considerável na história industrial da região. Aqui, portanto, esse canal que atravessa toda a região, liga-se a duas bacias hidrográficas e duas bacias marítimas, que são as bacias do Mediterrâneo, com o vale do Sona e do Ródano, e a bacia do Atlântico, com o vale do Loire. Aqui nos encontramos na bacia, geograficamente, na bacia do Mediterrâneo; esta é a represa nº 9, e aqui a casa construída no século 19 para residência, com sua família, da pessoa que manejava, manipulava, fazia funcionar a eclusa que permitia a passagem das embarcações. A seguir... Bem, ali vocês têm ao fundo... o canal está à esquerda, e vocês têm ao fundo uma barca de, creio, umas 700 toneladas, uma barca moderna, exatamente como ainda funciona pelo canal, comprada no ano passado pelo ecomuseu, para servir de sala de exposição e de local de promoções, e também de objeto simbólico dessa antena chamada de antena do canal. Agora vocês têm todo um certo número de elementos aqui, têm a casa, que é atualmente

uma pequena exposição, e que vai ser restaurada como casa do guarda da represa, têm à esquerda, imediatamente à esquerda da foto, não dá para ver bem, a represa do século 19, que foi escavada, que desapareceu, mas está sendo restaurada, e vocês têm, não dá para ver, mas vocês têm a represa atual, pois o canal mudou de traçado. A barca aqui foi, portanto, comprada no ano passado e trazida do porto fluvial, onde estava, perto de Paris. E quem a trouxe para aqui, pelo canal, foi a presidente da associação local, que promove todo esse conjunto.

É uma associação de moradores da região, com muitos marinheiros, gente que viveu dentro de barcos, e essa senhora, que é a presidente, passou 20, 25 anos de sua vida num barco, e quando soube que se encontrara uma barca para comprar, se ofereceu, partiu de trem com o filho de 20 anos para a região parisiense, tomou posse da barca, e os dois a trouxeram em 15 dias pelos canais, profissionalmente, por assim dizer, até lá, e em seguida a retiraram e puseram em doca seca. Atualmente, são os moradores da região que estão tentando arrumar todo o interior da barca, antes de tudo no plano do isolamento térmico, para permitir a instalação das exposições, e em seguida vão colocar o mobiliário, a disposição geográfica.

Outro exemplo de um tipo de atividade, escolhi estas fotos não para dar a vocês uma idéia coerente e sintética, mas para dar uma série de impressões sobre a maneira como isso pode funcionar. Aqui temos a primeira cidade operária da indústria em Creusot, uma cidade construída em 1828, para receber e alojar os operários e técnicos ingleses das Midlands, que vieram ensinar aos franceses de Creusot as técnicas de ponta em uso na Inglaterra. Enfim, em 1828, foi preciso alojar esses ingleses, e construíram-se para eles um pequeno conjunto de casas, vocês vêem ali, uma das fileiras, vêem, não há muitas moradias, e que estavam extremamente deterioradas, modificadas, mal modificadas, portanto, ao longo de um século e meio. A cidade

readquiriu o conjunto, são 20, 30 casas, a cidade comprou o conjunto, quer dizer, todas as casas eram habitadas por famílias, muitas vezes famílias bastante idosas; a cidade vendeu em seguida, por um franco simbólico, o conjunto das casas ao museu, e o museu é dono de uma cidade operária. O museu efetuou a restauração científica do conjunto, que estava em péssimo estado, fez todo o estudo histórico, arquitetônico e etnográfico do local, fez a recuperação, deixou as famílias habitarem suas casas, uma vez reformadas, e atualmente, como o museu não é profissional em gestão imobiliária, entregou a gestão dessa cidade, que lhe pertence, a uma sociedade imobiliária de Habitação Social. Dou isso como exemplo porque, de qualquer modo, é bastante incomum que o museu possua conjuntos residenciais, que têm, claro, interesse histórico e cultural, mas também têm um valor habitacional. Aproveito a ocasião para dizer que, na Noruega, o museu, o ecomuseu de Totum, que alguns de vocês conhecem, é do mesmo modo dono de uma fábrica do século 19, que foi em parte destruída pelos bombardeios durante a guerra, e deu lugar a uma recuperação e uma transformação a um certo número de usos, notadamente do que se chama, do que nós chamamos em francês, de um "viveiro de empresas", ou seja, um hotel de empresas, um lugar onde novas empresas podem se instalar e encontrar espaço a bom preço para existir, se criar. Portanto, outro aspecto do trabalho de museu comunitário ou de museu de desenvolvimento é poder intervir, inclusive economicamente, na vida da cidade, na vida econômica e social da comunidade, para permitir essa fusão, essa coerência entre o cultural e o econômico.

Nem sempre fomos bem-sucedidos, pois também houve reveses em matéria de museus comunitários, e aqui temos outra cidade industrial, outra cidade operária. Fiz para vocês uma foto que mostra o estado dessa cidade no século 19, que é uma cidade do final daquele século, 1865. Infelizmente, não conseguimos impedir a destruição de uma parte dessa cidade e a desfiguração

de outra, não conseguimos obter um trabalho como o da cidade que vocês viram antes. A seguir, peço desculpas pela foto, que está bastante escura, mas eu não tinha opção de clima e tempo quando fiz esta foto, há três semanas. Nesse dia o tempo estava realmente muito ruim. Mostro esta, é um lugar, no plano geográfico, interessante, topográfico, é o que chamamos de calha das divisões das águas, isto é, o setor do canal de que lhes falei há pouco, o canal do centro, que se encontra suspenso entra a bacia do Mediterrâneo e a bacia do Atlântico, portanto, de um lado toda a água desemboca no Mediterrâneo, do outro toda a água segue em direção ao Atlântico. Aqui temos uma zona de 75 quilômetros de comprimento que se situa entre as duas e que, portanto, é horizontal, não há represa. Mostrei isso a vocês porque, por um lado, a ponte que se vê na extremidade da foto, vê-se muito mal, mas, aí é a ponte da linha de trem em grande velocidade, que é o acontecimento que transformou completamente a vida dessa região do Creusot-Montceau-les-Mines, e a que o museu, nos anos 70, tinha concedido muita importância. Falou-se ontem dos problemas causados, sobretudo na zona oeste do Rio, dos problemas causados pelo impacto dos equipamentos e da indústria. Aqui temos um problema de impacto muito interessante, que é o impacto da chegada de uma linha férrea de grande velocidade, 260 quilômetros por hora, a linha Paris-Lion, com a instalação de uma estação, a única estação entre Paris e Lion, que transformou completamente o futuro dessa pequena região. Transformou em vários aspectos. De um certo lado, representou uma oportunidade para a instalação de novas indústrias, do outro representou ao mesmo tempo uma oportunidade e um risco, pelo ingresso de um turismo que não é sempre um turismo fácil de controlar ou acolher, pois temos um turismo que é composto parcialmente de centenas de japoneses, que vêm fazer turismo industrial, e dos milhares de pessoas da terceira idade, que chegam em grupos de toda a França, pelo trem rápido. E temos também uma

conseqüência, que cito porque foi o museu que a percebeu primeiro e chamou a atenção dos poderes públicos; é que na época, por volta de 1972-73, em que foi tomada a decisão de construir a estação de ferro na linha do Creusot, os tabeliões e os agentes imobiliários de toda a região bloquearam todas as vendas das casas e apartamentos. Eles calcularam que, no dia em que a linha fosse inaugurada, as casas valeriam um preço muito alto para os parisienses, que viriam comprá-las e transformá-las em residências secundárias, ou que os lioneses viriam de Lion, pois levariam meia hora de trem rápido, e aí bloquearam todas as vendas, e os jovens casais, os jovens lares que se formavam na comunidade, não conseguiram mais encontrar lugares para morar. É o tipo de impacto que assinalo, um impacto social, um impacto econômico, e que também é um impacto cultural, uma vez que é incontestável que o simples fato do bloqueio, nos anos 70, das vendas imobiliárias provavelmente provocou a partida de montes de jovens da comunidade.

Nesse canal, criamos uma trilha, uma trilha de observação, que é ao mesmo tempo uma trilha de observação do canal, como ecossistema, da sociedade industrial que se estabeleceu em torno do canal, de todas as importações, e do ambiente natural, porque todo um lado do canal, o lado direito aqui, é uma região rural de agricultura. Portanto esse canal, essa trilha de observação, percorre sete quilômetros; aqui vemos outro setor do canal, vocês vêem o canal à esquerda; aqui, um dos tanques que servem para alimentar o canal de água, já que, quando se abre uma represa, se perde água. Portanto, os tanques são necessários, espaços com muita água para encher o canal quando é preciso, e ao centro, essa alameda de árvores antigas, que chamamos, na tradição local, de *alameda dos suspiros*, o lugar onde passeiam tradicionalmente os apaixonados da região, e também o lugar por onde passa nossa trilha de observação.

Eu quis portanto simplesmente dar a vocês algumas idéias sobre a Europa, considerando-se que de qualquer modo eu não vou falar a vocês unicamente dessa aventura no Creusot, embora tenha sido a aventura fundadora desses museus comunitários, museus de desenvolvimento. Alguns países da Europa não adotaram absolutamente o movimento, outros o fizeram, e eu gostaria ainda assim de mencionar que os países que adotaram, nos dez anos anteriores, foram os mais ativos nesse campo. Vocês já ouviram Mário Moutinho falar de Portugal. Apesar disso, não posso, num panorama da ecomuseologia ou do ecomuseu de desenvolvimento ou comunitário na Europa, não posso deixar de falar de novo, mesmo alguns segundos, de Portugal, que é atualmente, com certeza na Europa, o país onde o museu, esse tipo de novo museu, desempenha o papel mais extraordinário no desenvolvimento local e comunitário. Certos museus comunitários, a que alguns chamam ecomuseus, que nasceram há dez anos em Portugal, desempenham papel incontestável tanto na associação da comunidade, como parceira de seu desenvolvimento, quanto como na revelação, no inventário, na identificação e divulgação dos recursos comunitários, recursos em homens e recursos em recursos utilizáveis para o desenvolvimento, e é também um modo de educação para as gerações futuras. Há um ano, nem isso, uns dez meses, fui levado, estive, os irlandeses da região gaélica me convidaram, os da região de língua gaélica, a língua celta da Irlanda, no lado oeste da ilha, da Irlanda, me pediram que eu os levasse exatamente para visitar os museus, os ecomuseus portugueses da região de Lisboa, para ver como eles próprios poderiam, na Irlanda, e sobretudo nas ilhas extremamente turísticas que se chamam Ilhas Garrant, no Oeste, como poderiam utilizar esse fenômeno, essa idéia de ecomuseu de desenvolvimento comunitário, para reforçar as defesas, as autodefesas da população da comunidade, diante da invasão turística. Eles me falaram sobretudo de uma ilha onde havia 400 habitantes e 25 mil turistas a cada ano, portanto um enorme problema, não de atração de turistas, mas de reforço da coesão comunitária da cultura comunitária, que permitisse aos habitantes continuarem sendo eles mesmos e não se tornarem apenas os gerentes de *bed and breakfast* ou guias turísticos, ou vendedores de *souvenirs*. Essa primeira experiência para levar a Portugal pessoas que não eram absolutamente museólogas, que eram apenas promotores comunitários da Irlanda, levou a outra demanda, quando de um colóquio sobre desenvolvimento local, na Grécia, em outubro do ano passado, me pediram que apresentasse àquela reunião, que reunia quatro países, Portugal, Grécia, Irlanda e Dinarmaca, a idéia de ecomuseu de desenvolvimento como um dos meios, um dos instrumentos de desenvolvimento local. Assim, aí têm, falo desse caso porque estive, participei disso, mas há outros casos que poderíamos citar, existe uma tendência atualmente, na Europa, de suscitar o problema da utilização do museu comunitário como instrumento de desenvolvimento local.

Outro lugar onde acontecem muitas coisas há alguns anos é a Noruega. Com um grupo de ecomuseus ou de ecomuseologia e o ecomuseu de Totum, que é outro dos pontos altos locais importantes da museologia comunitária, que infelizmente, parece, segundo algumas informações que tive, vive nesse momento algumas dificuldades de caráter político. O que me leva, a propósito de Totum, mas também a propósito do Creusot, já que estou falando da evolução recente, o que me leva à questão, que eu me referia há pouco, do futuro do museu comunitário, e do futuro do museu de desenvolvimento. Um ecomuseu comunitário, a mobilização comunitária, o processo de gestação, de emergência do museu comunitário, isso requer uma energia considerável, e que se deve, seja à importância de certo número de líderes comunitários, incentivadores comunitários, seja à existência de uma situação de crise. Pode-se, aliás, dizer que há dois processos possíveis,

seja partindo de uma situação próspera, que era o caso do Creusot, não há crise, há problemas a se resolverem, e cria-se o museu para resolver esses problemas, em parte para contribuir para a solução desses problemas, mas depois, desde que ocorre uma crise grave, há o risco de romper a dinâmica comunitária que deu origem ao museu, ou então, que é o caso mais geral, no caso do Museu de Fourmi, ao norte da França, temos uma crise de saída, crise econômica e crise social; e o ecomuseu é uma das respostas a essa crise, para a mobilização, a retomada da auto-confiança da população, mas, assim que a crise desaparece, quando a situação melhora, há uma desmobilização popular e o risco do desaparecimento do instrumento comunitário. E este instrumento comunitário ou desaparece inteiramente, isto é, se esclerosa, torna-se um fóssil em termos geológicos, ou vira uma instituição como outra qualquer, dirigida por museólogos profissionais, tudo bem, aliás, embora não mais com a participação direta da população. Portanto, temos no plano europeu um quadro contrastante, ao mesmo tempo um desenvolvimento rápido, multiplicação dos ecomuseus, digamos, do tipo original, do tipo autêntico, quer dizer, o ecomuseu de parque, etnográfico, etc., industrial, e, por outro lado, um desenvolvimento mais lento, mais difícil, mais arriscado do que os que chamo de museus comunitários, museus de desenvolvimento.

Eu gostaria de terminar dizendo algumas palavras sobre esse aspecto, essa ligação que para mim, atualmente, é meu campo de reflexão pessoal mais ativo, que é o problema do museu comunitário e de desenvolvimento local. Já falei muito dos exemplos, mas apenas queria dar a vocês algumas idéias eventualmente baseadas em exemplos. Portanto, peço desculpas a vocês, vou ser demasiado, talvez nisso até caia numa teoria meio filosófica, mas eu queria chegar, retomar o enfoque do ecomuseu, do museu comunitário, não como fiz até agora, a partir do ICOM, a partir da museologia, mas retomar no sentido inverso, a partir do

desenvolvimento. Creio que isso possa ser interessante para a reflexão de nós todos, ver também esse aspecto das coisas.

Vocês não terão mais com os documentos originais. Vou apenas, para facilitar a reflexão e o encadeamento das idéias, dar a vocês quatro quadros, quatro esquemas. Bem, podemos refletir sobre o desenvolvimento? O desenvolvimento local, lembrem-se do exemplo que lhes dei da comunidade Creusot-Montceau-les-Mines, 500 quilômetros quadrados, o desenvolvimento local talvez possa ser visto de duas formas, a forma clássica, que chamarei de macrodesenvolvimento. É a forma que praticam os tecnocratas, tecnocratas não no sentido pejorativo, mas de responsáveis, eleitos ou administrativos, ou os meios econômicos que regem o desenvolvimento. O macro-econômico vem de fora da região, todas as decisões importantes que foram tomadas, desde 20 anos atrás, sobre o Creusot-Montceau-les-Mines, vinham de Paris ou Bruxelas, Comunidade Européia, ou de alguma sociedade multinacional.

Uma espécie de agitação intelectual que levou novas idéias a surgirem na mesma época em que se constituíam, em três-quartos do mundo, os novos países independentes, em seguida à descolonização. O ICOM teve de se adaptar a essas coisas e, quando preparamos a conferência do ICOM de 1971, procuramos adaptar progressivamente sua organização às novas tendências e a esses novos problemas. Não era novidade, um colóquio organizado pelo ICOM em 1962, em Neuchatel, já começara a refletir sobre os problemas dos países em via de desenvolvimento, mas de maneira característica. Só pessoas de países desenvolvidos falavam dos países em via de desenvolvimento. Em 1971, o ICOM tinha mudado muito, de qualquer modo, e pudemos fazer uma conferência geral na França em que estavam representadas, minoritariamente, mas mesmo assim presentes, pessoas de quase todas as regiões do mundo, senão de todos os países.

Foi um ano antes da Conferência das Nações Unidas sobre o meio-ambiente, em Estocolmo, de que se falou ontem, e nós do ICOM estávamos preocupados em fazer inscrever politicamente o museu como instituição que podia contribuir para o meio-ambiente e a natureza. Ora, nós sabíamos muito bem que os museus ditos de história natural, os mais próximos da natureza e do meio-ambiente, esses museus eram em geral, em muitos países, os museus mais atrasados, os mais tradicionais, os mais empoeirados. Então, tentamos, e digo porque isso toca na origem da palavra ecomuseu, quisemos que os políticos falassem do museu, falassem do museu como um fenômeno novo, como um fenômeno moderno, e muito particularmente, já que a conferência seria na França em 1971, que o Ministro do Meio-Ambiente, um francês, que era prefeito de uma cidade importante, dissesse publicamente que o museu podia servir ao meio-ambiente. Mas esse prefeito não queria pronunciar a palavra museu, e foi nesse momento que, do ponto de vista puramente oportunista, almoçando num restaurante com um assistente do Ministro, descobri, provavelmente inspirado por um bom vinho, essa palavra, ecomuseu, que jamais passou de uma combinação de sílabas, uma combinação de palavras de origem grega, e que foi repetida por esse Ministro num discurso que ofereceu, e que deu existência à palavra ecomuseu, sem que na época houvesse nada por trás, só a palavra, sem conteúdo. Foi em 1972, num colóquio internacional, mais uma vez na França, organizado também pelo ICOM, que trabalhamos para dar um conteúdo à palavra ecomuseu, e que se deu a primeira definição do ecomuseu. O ecomuseu, em sua origem histórica, é um museu de ecologia, é um museu ecológico, é um museu. Para a França, onde a palavra foi pronunciada pela primeira vez, era um museu para os parques, era a mesma coisa que os norte-americanos chamavam de centro de interpretação, não era outra coisa. Eu preciso dizer isso porque é a história da palavra e da coisa.

No mesmo ano, 1971, e continuo no meu tema, que são os ecomuseus na Europa, no mesmo ano 1971, e sobretudo em 1972, criou-se de forma inteiramente marginal, na França, numa região industrial do centro da França, um museu, do qual vou falar a vocês, porque acho interessante ver como ele foi feito e como é hoje, vocês verão a evolução em 20 anos, e é um museu que devia se chamar, e se chamou no início, Museu do Homem e da Indústria. Era um museu da sociedade industrial, numa região, que foi uma das origens da revolução industrial na França e na Europa.

Por razões puramente administrativas e financeiras, esse museu achou por bem, em 1975, adotar o nome de ecomuseu, e a partir desse dia houve de fato duas famílias de ecomuseus, os ecomuseus ecológicos, se assim se pode dizer, os ecomuseus de parques, os ecomuseus naturais, e os ecomuseus da família, por assim dizer, do Creusot, o que chamei depois de ecomuseus de desenvolvimento, e hoje chamo mais de museus comunitários. Não vou falar a vocês dos primeiros, os ecomuseus do meio-ambiente, por assim dizer, mesmo que se trate muitas vezes de ecologia humana, isto é, do meio-ambiente do homem e das populações, são instituições didáticas, pedagógicas, muito pouco participativas, salvo algumas exceções, e são museus que se multiplicaram às dezenas, às centenas, e que agora cobrem inúmeras categorias diferentes. Há ainda os museus de parques, e os de aldeias, os de locais industriais, os de ofícios, etc. São museus que se poderia cientificamente inserir no ramo das ciências naturais ou no ramo da etnografia, da antropologia social, e existem na Europa, sob o nome de ecomuseu ou não. Há centenas deles atualmente lá. Mesmo na França, que de qualquer forma conheço melhor, há até uma federação, que foi criada recentemente e de modo característico, chamada Federação dos Ecomuseus e Museus das Sociedades. Mas engloba tanto o Museu das Estradas de Ferro quanto o Museu da Eletricidade.

Portanto, foi uma evolução natural que originou instituições museográficas, museais, que são extremamente populares hoje, mas que, com exceção de sua fase de criação e do fator turístico, não desempenham verdadeiramente papéis de mobilização comunitária ou de desenvolvimento local. Creio pois que esses museus, esses ecomuseus, são importantes, é importante saber da sua existência, ver a evolução que se realiza há 20 anos, ver que hoje, pelo menos na França, mas se sente a tendência em outras partes, se procura falar de ecomuseu ou museu de sociedade, isto é, que se começa a relacionar esses museus a campos científicos como a sociologia ou a antropologia social, mas acho que o que é mais, e isso é minha opinião pessoal, o que é mais inovador e mais interessante para contribuir com esse tema de que se falava ontem à tarde. Lamento não ter podido estar com vocês desde segunda-feira por razões profissionais, mas ainda assim me interessei por isso, pelo painel de ontem à tarde e o que foi dito sobre as relações entre a comunidade e o meio-ambiente.

Creio que os museus comunitários ou de desenvolvimento, os ecomuseus de desenvolvimento, o nome não tem muita importância, são muito mais importantes como instrumentos de desenvolvimento e como instrumento de participação comunitária do que os museus - os outros tipos de museus que se tornam mais institucionais.

Então vou falar a vocês meio rapidamente do que se passou em Creusot, pois gostaria de transmitir o que sei e não simplesmente falar. Já não exerço mais atividade profissional no campo dos museus, não tenho tempo de fazer pesquisas bibliográficas para redescobrir, para dar a vocês uma visão acadêmica da evolução dos ecomuseus na Europa há 20 anos; em compensação, o que posso dar a vocês é uma experiência pessoal - há dois anos retomei uma atividade nos ecomuseus do Creusot - não mais como profissional, agora como vice-presidente, isto é, como responsável voluntário, assistente voluntário da associação que é o suporte do

ecomuseu, e portanto posso falar do que se tem passado há 20 anos. Comemoramos este ano, 1992, o 20º aniversário da criação do ecomuseu do Creusot. Então, de que se trata?

Peço 10 minutos, um quarto de hora, para mostrar a vocês algumas imagens, não será uma exposição completa, será uma exposição impressionista, para dar a vocês algumas referências, algumas idéias do que é isso; alguns de vocês não viram ou leram sobre esse assunto, mas eu gostaria de insistir por fim num ponto muito importante que é a evolução em 20 anos. O que se passou no Creusot em 20 anos.

Portanto, antes de mais nada, pois gosto de mapas geográficos, uma rápida explicação do que se trata. É uma região complexa, de 500 metros quadrados, com uma população de cerca de 100 mil habitantes, que foi, no século 19 e início do século 20, o coração da revolução industrial na França, e, com a Ruhr da Alemanha, na Europa. Temos duas cidades principais, que dão seus nomes à região: Creusot, aqui, e Montceaux-les-Mines ali, mais ou menos 30 mil habitantes em cada uma; a cidade do norte, Creusot, é uma cidade de metalurgia e siderurgia, e a cidade do sul, Montceau-les-Mines, como o nome indica, era uma cidade de minas de carvão. Na verdade, são duas regiões, o que chamamos de base de emprego, muito especializadas em siderurgia e nas minas. Ao redor, em toda essa região de cerca de 500 quilômetros quadrados, se encontra uma zona agrícola e rural de criação de animais, com cidadezinhas que, na atividade econômica, se dividem entre a rural e o trabalho nas fábricas ou nas minas. A maioria dos habitantes, homens, tem dupla atividade profissional, agrícola e urbana. Quanto às mulheres, parte delas continua na exploração agrícola, e parte é empregada na prestação de serviços ou no comércio, seja no sul da região, seja na zona das indústrias têxteis, em torno de Montceau-les-Mines. Essa zona, que estava completamente isolada no interior da França, porque fica distante, ficava distante àquela época, há 20 anos,

dos meios de comunicações fáceis, vivia em plena prosperidade.

Cito este fato porque a criação do museu Creusot-Montceau-les-Mines não foi criado devida à uma crise, era uma região próspera, tudo funcionava bem, simplesmente houvera uma mudança de *status* no norte, na região do Creusot, que era a mais povoada, onde a fábrica principal passara do sistema paternalista de propriedade de uma família, há 140 anos, para uma estrutura capitalista clássica, uma sociedade anônima, multinacional, de capital francês e belga.

Havia uma certa perturbação em meio à população, pois o sistema paternalista que existia há 140 anos era muito cômodo para as pessoas, mas lhes retirara praticamente toda capacidade de participação e iniciativa. Então criamos um museu, e cito apenas o que aconteceu em novembro de 1971, quando preparávamos o projeto. O pedido veio originalmente da municipalidade do Creusot, e eu fui até lá com uns colegas, para fazer a investigação preliminar, fui falar com os sindicatos dos trabalhadores do Creusot, e quando lhes apresentei a idéia, que era uma idéia de museu clássico da época, eles responderam que isso não lhes interessava, que um museu não era problema deles. E foi em grande parte por causa disso que tentamos encontrar fórmulas que permitissem que os museus se tornassem também um problema dos sindicatos.

Eu poderia falar disso a vocês durante três dias, desse museu; quando a gente trabalhou um pouquinho mais, um pouquinho menos, com uma instituição, tem a tendência a falar demais. Vou apresentar a vocês agora apenas algumas fotos, não uma descrição detalhada de lá, do ecomuseu, mas indicar um certo número de pontos que me parecem importantes, e que foram importantes, e depois lhes dou, porque originalmente tudo o que vêem aí foi feito nos 20 anos que passaram e creio que se pode dizer, de certa forma, inspiraram um pouco o debate sobre o que é o ecomuseu de desenvolvimento. Bem, escolhi este de toda uma série, tenho

quase uns cinqüenta desses diapositivos, que aliás selecionei especialmente para vocês, mas era completamente impraticável, em vista do tempo que eu tinha, apresentá-los, e por isso apresento uma dezena, a título de exemplo.

Bem, aí vocês têm uma vista geral da principal região industrial do século 19 no Creusot. Como podem observar, não há mais nada; quer dizer, desde a criação do museu, em 1972, aconteceu coisa alguma: em 1984 e 85, a fábrica, a companhia siderúrgica que operava ali, e onde havia dezenas de construções industriais enormes dos séculos 19 e 20, essa sociedade, que se chamava Creusot-Loire, faliu, foi a maior falência européia dos anos 80, e provavelmente a maior falência européia de todos os tempos, e desde 1985, nessa zona industrial do século 19, e mesmo do século 17, pois tudo isso começou no século 17, nessa região, todos esses prédios industriais, com exceção de dois, foram destruídos. E atualmente trata-se de relançar um novo desenvolvimento diversificado de outras pequenas empresas.

Portanto vocês, como vêem, a vista de lá, escolhi esta como a primeira porque dá a vocês uma idéia da geografia, da paisagem, vêem a cidade de Creusot no segundo plano, e no primeiro plano essa região onde tudo foi destruído, exceto um prédio no centro da imagem à esquerda, quase um terço da imagem, que é uma construção de 1848, que foi classificada como monumento histórico na qualidade de prédio industrial e que está, atualmente, vazio. No primeiro plano, ou quase no segundo plano à esquerda, vocês vêem um prédio de estrutura vermelha, que é o primeiro sucesso da reconversão da região, uma indústria que fabrica uma peça, uma única peça do foguete Arianne. Aqui. Menciono isso porque é acima de tudo um exemplo de reorganização de uma zona industrial, mas também porque essa sociedade que fabrica essa peça de alta tecnologia, mantém uma relação muito estreita com o museu, e

podemos trabalhar bastante regularmente com ela nos problemas respectivos às novas tecnologias e ao futuro.

O prédio de que lhes falei, que é histórico, é aquele ali que foi conservado, e atrás vocês vêem um outro prédio que foi bastante restaurado, mas mantém a antiga estrutura. Eis uma vista geral. Passemos. Bem, vistos de mais perto, bem rapidamente, vocês têm alguns prédios antigos restaurados, as estruturas vermelhas da indústria de alta tecnologia, e uma das características do Creusot; assim que saímos da fábrica, caímos na região natural, nas colinas e florestas. O próximo. Saio do Creusot e chego à região do sul, portanto a das minas de carvão. Há 15 dias, não, três semanas na verdade, no dia 30 de abril, o último poço de mina dessa região, não aquele que vocês estão vendo, o último poço de mina foi definitivamente paralisado. Isso significa que as minas em Montceau-les-Mines, que deram o nome, que fizeram existir toda essa região desde o início do século 19, essas minas definitivamente desapareceram, a tal ponto que a sociedade que as explorava vai, nos próximos cinco anos, destruir praticamente - a não ser que se intervenha - mas destruir completamente todas as superestruturas, todas as estruturas, a partir do solo, correspondentes a essas minas.

Aqui vocês têm um exemplo, e que dou um pouco em memória a essa atividade que acaba de terminar, dos trabalhadores das minas, desde os operários mineiros, do fundo, até os engenheiros e o pessoal administrativo, que decidiram há 15 anos, no âmbito da ação do ecomuseu, criar uma associação e um museu que trazem o nome da mina e da região. Eu comparo esse fato do nome à origem do ecomuseu, o Museu do Homem e da Indústria. Vemos aqui o Museu do Homem e a mina que foi integralmente feita a mão pelos antigos e atuais trabalhadores das minas. Um museu realizado por homens, cerca de 200 a 300 pessoas que fizeram tudo a mão, fizeram a restauração, as compras, os catálogos, as etiquetas e os painéis, que convidam, que

orientam, que recebem o público com um enorme problema, e foi por isso que escolhi este diapositivo, um enorme problema, que é o problema do envelhecimento. O que vai acontecer daqui a algum tempo? Atualmente, as pessoas que criaram a mina e o museu têm, em média, de 55 a 75 anos. Não haverá nunca mais mineiros jovens em Montceau-les-Mines.

O que vai acontecer em relação às produções, às necessidades do mercado, que é essencialmente externo à região? Portanto, temos aí um macrodesenvolvimento, que se impõe à região, à comunidade. A comunidade, no sentido das pessoas, dos habitantes, não tem como intervir, não tem um papel, participação no macrodesenvolvimento.

Lembro a vocês o que disse há pouco sobre o trem de alta velocidade e o efeito que isso teve sobre a comunidade. Esse trem foi uma decisão de macrodesenvolvimento que teve considerável influência, ainda que positiva, sobre a região do Creusot. Mas que teve também efeitos sem relações com a decisão comunitária.

Mas de outro lado vocês têm o microdesenvolvimento, que é o reverso da medalha. Não é o contrário. É o outro aspecto que, infelizmente, é menos levado em consideração pelos que nos governam. Primeiro, o microdesenvolvimento é local. Em jargão, é endógeno. É a responsabilidade dos eleitos locais, a responsabilidade de todos os habitantes, dos grupos de habitantes, grupos locais.

Segundo, não se apóia obrigatoriamente em capitais, no sentido de grandes capitais. Apóia-se nos recursos que são em parte o recurso humano, o que significa que temos aí toda a população, o recurso humano do desenvolvimento local, e se apóia nos recursos locais. Isso pode ser as paisagens em matéria de turismo, os recursos naturais, a água, a floresta, os recursos artesanais, os agrícolas, a existência de um queijo, a existência de uma raça particular de vaca, de suínos, etc.

Depois, ele não se apóia em técnicas, no sentido das técnicas avançadas, mas nos *know-hows* que existem na população, e cada indivíduo, cada habitante possui seu ou seus *know-hows*.

Logo, é apenas para lembrar que não há desenvolvimento local quando não há ao mesmo tempo macro e microdesenvolvimento.

Estou trabalhando agora, há seis anos, nas zonas urbanas em crise na França, e um dos problemas que conhecemos hoje na França, país rico, extremamente rico e desenvolvido, em que se criou há vinte anos o que se chama de sociedade dualista, o que significa que a maioria dos franceses é rica e há uma minoria prestes a cair muito abaixo do limiar da pobreza, e que se encontra marginalizada. Essas pessoas são geralmente os membros da comunidade excluídos não só da riqueza, mas também do desenvolvimento. Isso se deve ao fato de termos esquecido, na maioria dos casos, o microdesenvolvimento. Consagrou-se tudo ao macrodesenvolvimento e não se levou em conta a comunidade como fator de desenvolvimento.

Neste ponto passamos agora da comunidade à cultura. E conduzo vocês progressivamente para o museu. Tentei fazer uma espécie de paralelo sobre os processos que permitem mostrar o paralelismo entre a comunidade como parceira de seu próprio desenvolvimento, do desenvolvimento da região e a cultura, onde pus de propósito cultura e patrimônio, a cultura sendo muito mais vasta e muito mais viva, e o patrimônio mais morto, mas sendo uma parte da cultura viva da comunidade.

Nós temos, mais ou menos paralelamente, é um pouco artificial o modo que coloquei isso. Temos o aspecto mais importante das nossas comunidades marginalizadas, que é a confiança em si mesmas. É uma coisa que esquemos com demasiada freqüência, gostaríamos muito que a comunidade participasse, que fosse parceira, mas esquecemos que as pessoas mais marginalizadas, as mais excluídas da comunidade, não sentem confiança em si mesmas. E que portanto, por isso, não fazem nada. E são sempre os mesmos que fazem e decidem.

Diante da confiança em si mesmas, e esse é um dos elementos da confiança em si mesmas, há o conhecimento do patrimônio e da cultura. O conhecimento não unicamente para os cientistas, mas o conhecimento para a própria comunidade. A confiança em si permite a iniciativa, a tomada de iniciativa na comunidade. E o conhecimento deve dar lugar à valorização. E é na valorização, naturalmente, no conhecimento e na valorização, que vamos encontrar o museu. E por esse motivo é que o museu vai participar, vai ser instrumento da autoconfiança e da iniciativa. O resultado desse processo para a comunidade será o desenvolvimento, ou seja, a participação da comunidade no desenvolvimento, e para a cultura isso vai ser a criação, isto é, o equivalente ao desenvolvimento, mas no campo da cultura viva.

Se olhamos agora só o domínio cultura e patrimônio, conservando no espírito a comunidade e o desenvolvimento, temos, na verdade, quatro modos, quatro domínios de cultura e patrimônio. Vocês têm uma cultura e um patrimônio que são endógenos, que são próprios da comunidade, que pertencem a ela. Que emanam, por assim dizer, da terra. Têm uma parte deles que é exógena, ou seja, que vem do exterior, e vem do exterior pela educação, pela ação cultural, etc., pelo simples fato de a comunidade estar incluída num conjunto mais vasto, regional, nacional e internacional. E assim, o endógeno e o exógeno são tanto o patrimônio e o passado quanto o presente.

E vocês têm também uma cultura viva, que são os comportamentos das pessoas. E a cultura viva, peço emprestado o termo ao Brasil, a Paulo Freire. E depois vocês têm o que chamo, provisoriamente pelo menos, de uma cultura ou um patrimônio virtual, isto é, o que vai ser criado, o que a comunidade tem possibilidade, tem nela própria a capacidade de criar. Chamo de vir-

tual porque não existe ainda essa cultura ou esse patrimônio, mas isso vai ser o resultado do desen- volvimento. Então, naturalmente, vocês têm cultura apenas no sentido obra, no sentido objeto, vocês têm um patrimônio natural que não é uma cultura, mas que é o quadro da vida cultural, é a natureza, o meio-ambiente etc., é a ecologia humana. Vocês têm uma cultura e um patrimônio material, e depois, naturalmente, tudo que é imaterial, aí compreendidos os *know-hows*, de que falei há pouco, que são importantes para o desenvolvimento.

Enfim, já chego ao museu. Então você têm o museu comunitário. Pelo menos o que chamo atualmente de museu comunitário. Está completo, acho que falamos aqui como ecomuseu. Mas expliquei a vocês há pouco as dificuldades que eu tinha com essa palavra. O que representa para mim o museu comunitário, mas não obrigo vocês a adotarem minhas próprias idéias, é um instrumento cultural, mas é um instrumento. E insisto no termo instrumento. Um instrumento que a comunidade faz para si própria, como um operário fabrica sua ferramenta, como um operário de alta tecnologia, como um informático programa seu computador para melhor fazer seu trabalho.

O museu é um instrumento que entra na categoria dos instrumentos culturais. Mas existem outros. Existe por exemplo a biblioteca, que é um instrumento cultural. O museu comunitário é um instrumento que, ao contrário da biblioteca e da maioria dos instrumentos culturais existentes, é um instrumento interativo e participativo. Interativo porque comunitário. Se não for interativo, não é comunitário. Se não for um instrumento da comunidade, não é comunitário. Portanto, pode-se tratar minha lista de duas maneiras. Tratá-la como fiz, como uma definição de museu comunitário, ou como um teste aplicado, para saber se um museu é comunitário. É um instrumento de comunicação porque há uma linguagem. E essa linguagem... e aí volto a todas às antigas conceituações do museu instrumento da linguagem, a linguagem do objeto, da coisa, da coisa real.

Ele é naturalmente comunitário e, em último lugar, trabalha na duração. E aí volto mais uma vez - a última - a essa noção de duração.

O museu comunitário não é um museu, não é uma aventura linear. E vou terminar minha apresentação dizendo a vocês o que analisamos e observamos no Creusot: não se aplica a nenhum outro, aliás tudo o que eu disse, seja em geral ou em particular. Se é particular, só se aplica a determinado lugar, não existem modelos em termos de ecomuseus, ou em termos de museus de desnvolvimento. Existem apenas iniciativas locais e ações comunitárias. Fizemos no ano passado uma primeira abordagem de avaliação dos vinte primeiros anos do ecomuseu do Creusot. Ele passou por uma crise interna, em 1985, que correspondia, mas sem relação, à crise industrial de 1984/85: não existia relação mas ocorreram no mesmo momento, e as duas crises se combinaram para quase causar o desaparecimento do ecomuseu. Era uma crise interna de organização, uma crise devida às pessoas, em seguida a qual houve uma errônea série de decisões da parte do Ministério, que quis intervir.

Portanto, saímos da dinâmica e da lógica comunitárias, pois Paris resolveu intervir, tomou decisões erradas que provocaram o quase desaparecimento do museu. Na verdade, só conseguimos salvá-lo dois anos depois. Tivemos que repartir muitas dificuldades. Mas nos demos conta que fora a geração da comunidade que criara o museu, nos anos 70... Eu me lembro que a grande época da concepção do ecomuseu de Creusot foi 1971/1976/77. Essa geração era a que tinha então entre trinta e cinqüenta anos. Era a geração das pessoas adultas, ativas, competentes, embora fossem operários ou não importa o quê. Eram pessoas que tinham toda uma memória, toda uma história, e todas ligadas às atividades industriais, mineiras ou agrícolas da região. Essa geração, em seguida à crise e vinte anos depois, vinte anos é o tempo de uma geração, não está mais ativa, está aposentada. É ainda útil, mostrei a vocês a

barca e o canal. Ainda tem sua utilidade. As pessoas com 55, 60, 65 anos, ainda têm força, imaginação, memória, mas não são mais as forças dinâmicas que impulsionam, que carregam o desenvolvimento da comunidade. Em compensação, em vinte anos a sociedade francesa se transformou.

O patrimônio industrial tornou-se um elemento atraente. Os japoneses apaixonados pela arqueologia industrial chegaram, as pessoas idosas, a terceira idade, começaram a viajar, tendo mais meios que antigamente; e esse museu, esse conjunto de museus comunitários, criados por uma comunidade visando o seu desenvolvimento nos anos 70, tornou-se nos anos 80 um ponto turístico nacional, aonde se vem da França e do exterior para visitar um museu, para visitar um monumento, para visitar lugares, mas que não correspondem mais nem à problemática nem às necessidades da população atual.

Pois a população dinâmica atual da comunidade são pessoas entre 20 e 30 anos, pessoas que conhecem o desemprego, pessoas cujas qualificações profissionais não se adequam às novas atividades industriais e econômicas, pessoas que foram programadas na escola - no sentido quase informático do termo - há 20, 30 anos, para se tornarem siderúrgicos, agricultores, ou mineiros. São pessoas que hoje estão completamente desestabilizadas, e que não se reconhecem mais numa instituição-museu dita comunitária, que na verdade reflete uma sociedade que conheceu o revés, que conheceu a crise e as pôs no desemprego.

Então vocês vêem, no interior de uma comunidade, o que pode acontecer em 20 anos. E atualmente estamos pesquisando com as pessoas que podemos encontrar nessa nova geração dessa comunidade, estamos pesquisando para os próximos 20 anos, idéias, problemas, problemáticas, soluções, que poderão responder às necessidades das pessoas. É extraordinário, quando se acompanhou a evolução durante 20 anos, um pouco de dentro, um pouco de fora, o que pode

acontecer. Para lhes dar um exemplo, em 1971-72, só se podia falar da família Schneider, a família que foi dona do Creusot durante 140 anos, como opressora. E não exclusivamente por razões de classe ou de marxismo. Essa família era o inimigo, gente que criara uma espécie de escravatura, etc. Utilizavam-se todas as palavras mais duras.

Após 20 anos, quase todo mundo, na comunidade urbana, nos pede para fazer uma exposição sobre essa mesma família Schneider, e não para criticar. Após o desemprego, 20 anos depois, o esquecimento passou por cima do mal, e se conservam apenas as lembranças, de que não havia desemprego, a educação era gratuita, o hospital era grátis, eram enterrados de graça, os cemitérios bem mantidos, tudo. Tudo que se possa imaginar como lembranças de um período próspero, simbolizado pela família. Então, vejam, em 20 anos no mesmo lugar, após uma crise, caímos numa situação totalmente diferente.

E eu gostaria de concluir a esse respeito. Não se trata absolutamente, para mim, de uma visão negativa da coisa. É só para mostrar que houve um percurso muito sinusoidal, muito difícil para a comunidade no seu instrumento, e que devemos nos remeter periodicamente ao ofício, refletir e repensar de modo completo os objetivos, os meios e os conteúdos. Muito obrigado a vocês.

Fernanda Camargo-Moro

Bom, abro o tempo para perguntas e debates sobre essa fantástica exposição do nosso amigo Varine, que tão plenamente atendeu o objetivo principal deste encontro, que é o tratamento do ecomuseu e sua unidade com o desenvolvimento, mobilização comunitária e patrimônio natural e cultural.

Flávio Junqueira

Da Sociedade Nacional de Agricultura, senhor. Muito obrigado pela sua brilhante conferência. Minhas

perguntas sempre se relacionam com a exploração turística. Então lhe pergunto: os museus tradicionais organizam as visitas por circuito, por horário. Como um ecomuseu pode regulamentar a visita, de modo que a exploração turística não se torne nociva e prejudicial? Por ingressos, horários, entendimentos, convenções com os exploradores do turismo?

De Varine

Eu gostaria de deixar esse problema para o painel a seguir sobre os problemas dos ecomuseus nos países do Terceiro Mundo. Mas como o senhor fez a pergunta, vou começar a tentar respondê-la. E vou começar por não respondê-la; ou seja, no ecomuseu ou museu comunitário, no sentido que ouvi para o desenvolvimento, pode-se dizer que esse museu não foi feito para o turismo. Em segundo lugar, pode-se dizer que esse museu, sendo aberto a todo um território, não tem os mesmos problemas de regulamentação do fluxo de visitantes, não falo de turistas, mas de visitantes, de um museu comum instalado num prédio ou em prédios. As normas de visitas de uma casinha, uma peça com uma pequena exposição, ou os grandes salões do Castelo da Verrerie não são as mesmas. Mas, se o museu é verdadeiramente comunitário, mesmo que os turistas venham, e vêm, pelo menos na minha experiência, é a comunidade que os recebe. Não há guias profissionais. A comunidade pode rejeitar os turistas. É seu direito. Posso citar um exemplo, pessoal, que não é um exemplo de museu, mas justamente dessas trilhas de observação cuja idéia peguei nos Estados Unidos, e que utilizei muitas vezes para a animação comunitária na França.

Uma vez me encontrava, foi o meu trabalho de desenvolvimento local, e eu trabalhava num problema num vale, portanto continuamos no meio-ambiente. Era um vale, a 50 quilômetros, mais ou menos, ao norte de Paris, que no plano natural e patrimonial era um conjunto muito importante, muito interessante. Todo

sábado e domingo, esse vale era invadido por dezenas de milhares de parisienses em busca do ar livre, da natureza, das igrejas romanas, etc., e que destruíam - e aí é um problema de regulamentação. Como meu trabalho era em parte de regular esse fluxo, tive uma idéia - de acordo com a experiência do Creusot, que foi de criar numa pequena cidade desse vale um itinerário pedagógico, para ensinar ao turista que busca sempre atividades organizadas - aos turistas, no fim de semana, a respeitar o meio-ambiente e as atividades dessas pessoas. Pois os turistas perturbavam até mesmo a agricultura. E pedi à população que fizesse esse itinerário. Isso tomou mais ou menos seis meses, o processo total, e constituímos um itinerário - mais ou menos três horas de caminhada em redor da cidade, e na cidade, com os habitantes, com mais ou menos 30 pessoas da população - era uma cidadezinha de 400 habitantes. Então vocês vêem, quase 7% a 8% da população participaram da realização desse itinerário. E um dia, ao cabo de seis meses, o itinerário ficou pronto. Havia números, dados, painéis, um guia escrito feito pelas pessoas, etc. Tudo ficou pronto e, naturalmente, organizou-se a inauguração. E o Prefeito, com sua comitiva, e todo mundo partiu para fazer o caminho juntos. Bom, eu fiquei muito contente. E depois, quando terminou a inauguração, as pessoas disseram: Agora não queremos mais turistas. A trilha é nossa. Somos nós que a manteremos, mas somos nós que a utilizaremos. O que fez com que meu objetivo de educação dos turistas não fosse alcançado, mas a população criou sua trilha, e no mesmo ano 10 associações novas foram criadas entre eles, segundo o trabalho que fizera. Logo, não é uma resposta à sua pergunta. A única resposta, creio, que poderia dar é a seguinte: primeiro, a população quer receber os turistas? Segundo, se a resposta for afirmativa, é a população, a comunidade, quem determinará a maneira pela qual os turistas serão acolhidos. Terceiro, a própria natureza do ecomuseu ou do museu comunitário faz com que a regulamentação da visita varie de

um museu a outro, e de um local do museu a outro. Portanto, é muito difícil tomar decisões, e deve-se decidir em cada caso. É tudo só o posso responder ao senhor.

Flávio

Obrigado. Penso da mesma maneira. Porque nas minhas atividades turísticas, tive sempre a preocupação com o turismo educacional e no caso da zona oeste, creio que a maioria dos turistas são turistas tendo em vista a educação. E estou trabalhando para realizar o que chamo de um casamento muito difícil, o casamento da museologia com o turismo.

De Varine

Dou-lhe meus parabéns, senhor.

CAPÍTULO X

PRESSUPOSTOS PARA A IMPLANTAÇÃO EM PAÍSES DO TERCEIRO MUNDO.

DIA
22 de maio de 1992
HORA
10:30horas
PRESIDENTE DA MESA
Fernanda de Camargo-Moro
Presidente do Comitê Internacional de Arqueologia e História do ICOM (ICMAH)
PALESTRANTES
Hernan Crespo Toral
Diretor da Oficina Regional de Cultura para a América Latina e o Caribe
René Rivard
Membro Fundador do MINON
Hughes de Varine-Bohan
Consultor para o Programa de Desenvolvimento Local e Comunitário
Mário Moutinho
Professor Doutor em Museologia
Fernando de Camargo-Moro
Presidente do Comitê Internacional de Arqueologia e Museologia (ICOM)

Fernanda de Camargo-Moro

O tema deste painel em si já é um desafio. Desafio por estabelecimento de pressupostos, desafio pela expressão Terceiro Mundo. Quatro pessoas vão falar, René Rivard, Hughes de Varine, Mário Moutinho e Hernan Crespo. Como já entramos muito pelo dia, e não desejamos atrasar o painel número 5, em que haverá uma grande participação já dentro do projeto que provavelmente vai se estabelecer ou não, não se sabe ainda, mas que é de grande importância, eu cancelei minha apresentação e infelizmente cancelei, também, o *leit motiv* do ecomuseu de Itaipu, que é o filme "O Homem e seu Meio". Mas daremos um jeito de passá-lo mais tarde. Acho que devemos aproveitar a estadia des-

sas pessoas entre nós, que eu indiquei a Ricardo e Marina Várzea, quando foram me procurar com uma proposta de "O Ecomuseu da Zona Oeste", que seria apresentado à Secretaria.

No meio do caminho Marina desapareceu, só reapareceu no seminário, mas Ricardo foi levando essa proposta com muito interesse, e achei que tinha de ter pessoas para discutir. A idéia de fazer um seminário internacional era do Ricardo. A escolha, a indicação, me baseei em experiências que tivemos juntos. Pessoas que tivessem um pensamento extensivo, que não tivessem preocupações com batismos, nomes e sim com ação. Então, vou dar a palavra primeiramente a René Rivard; em seguida, a Hughes de Varine, e depois a Mário Moutinho e a Hernan Crespo Toral. Se eles tiverem alguma dúvida entre eles, podem questionar um ao outro na mesa e depois então, eu abriria ao público. Nós todos combinamos de falar o menos possível e eu já passei um minuto a mais dos meus cinco. Com a palavra, René Rivard.

René Rivard

Antes de mais nada, devo dizer a vocês que estou com um problema com o título deste painel. Tenho um problema com a expressão Terceiro Mundo, porque para mim, no plano cultural, não existem primeiro, segundo, terceiro mundo, somos todos iguais como seres humanos no nível cultural. Portanto, para mim, todos os países estão no mesmo pé de igualdade. E mesmo no nível econômico, acho que tudo é relativo. Pelo menos no que diz respeito à implantação de ecomuseus. Tenho também outro problema com uma terminologia como "país em desenvolvimento", porque para mim todos os países se desenvolvem, os EUA talvez mais rapidamente que os outros. Então, para mim, nos deparamos mais uma vez com uma classificação absolutamente inútil.

Minha intervenção vai ser muito breve. E eu gostaria que refletissemos e discutissemos três questões fundamentais. A primeira é que essas três questões se relacionam com o que eu chamo de um problema. E para mim, em todos os casos de implantação de ecomuseus, deve-se perguntar se se trata de um museu que se desenvolve numa crise, como dizia o Sr. de Varine, ou ainda, se é um museu que se desenvolve para solucionar problemas. Creio que há três perguntas que se devem fazer e tentar responder. A primeira, quem são as pessoas que estão com o problema? Segunda: quem são os que se aproveitam do problema? E a terceira, quem são as pessoas que têm soluções para o problema? E sobre essas perguntas, creio que poderemos discuti-las daqui a pouco.

Hughes de Varine

Não me estenderei muito mais, porque acho efetivamente que a noção de Terceiro Mundo, desde o desaparecimento do Segundo Mundo, de qualquer modo temos um fosso entre o Primeiro e o Terceiro Mundos. Mas eu gostaria simplesmente de dizer duas ou três coisas muito rápidas. Se se compara o papel dos países ricos e desenvolvidos no plano dos países do Norte, e países pobres, países do Sul, na evolução da nova museologia de que falávamos há pouco, constato que os exemplos, as experiências, as inovações chegaram à igualdade do Norte e do Sul, dos ricos e dos pobres. E no Norte, quando os americanos dos anos 60 criaram *os neighbourhood museums* (museus de bairro), isso veio precisamente dos mais pobres dos países ricos. Portanto, o fato de ser do Primeiro, Segundo ou do Terceiro Mundos, o fato de serem ricos ou pobres não faz muito sentido em termos de inovação metodológica para os museus. Uma das grandes fontes de inspiração da nova museologia dos anos 80 é a pesquisa no Museu Nacional de Niamey dos anos 60. Observem que há 20 anos de deslocamento e os princípios que eram válidos em Niamey nos anos 60 são redescobertos nos anos 80. Eu gostaria, em compensação, de utilizar um outro conceito, que é o de descolonização. Não me refl-

ro à descolonização política, falo da descolonização intelectual, descolonizar os museus, as teorias ultrapassadas, obsoletas, da museologia. Descolonizar não apenas as instituições, mas também as pessoas responsáveis por essas instituições. Parar de pensar em termos de modelos que se vão de qualquer modo adotar nas instituições do século 21, e que continuam a seguir as modas do século 19.

Li outro dia uma história na revista *Newsweek*, há quinze dias, sobre a nomeação do novo diretor da National Gallery, em Washington, e os problemas que os Estados Unidos enfrentam com a extensão, por dezenas de milhares de metros quadrados, de grandes museus de arte. Com satisfação, porque temos o mesmo problema na França, fazendo do Louvre o maior museu do mundo, já que um terço de suas salas não pode ser aberto por causa da demanda de guardas. Logo, é preciso descolonizar. É preciso parar de impor modelos museológicos às pessoas que têm necessidade de inventar seus próprios modelos. E enfim, vou simplesmente citar uma coisa que eu dizia, e vou dizer daqui a 20 anos, mas que eu dizia quando eu circulava nisso que chamamos de o Terceiro Mundo, quando eu estava no ICOM, a propósito, e retorno ao aspecto do turismo - esse também é um ponto que eu gostaria de fazer - a maioria dos países, em matéria de museologia clássica, considera como público apenas dois públicos: os turistas e os escolares. Os escolares são um público cativo, não lhes pedem opinião sobre a visita do museu; e os turistas são trazidos em grupo e também não lhes pedem opinião. O turismo é um problema para o museu. É um problema, não de colonização neste caso aqui, mas um problema macro-econômico, pois eu dizia isso na África, antigamente, nos anos 60, e isso é válido para toda a comunidade, qualquer que seja o país, um museu que fala a língua da cultura da comunidade poderá ser compreendido pelo turista? Talvez. Mas em nenhum caso um museu que fala a língua do turista não será compreendido pela comunidade.

Fernanda

Obrigada, Hughes. Por favor, Mário Moutinho.

Mário Moutinho

No fundo, eu gostaria de recuperar algumas idéias que tentei lançar. Gostaria de comparar o museu comunitário ao grupo desportivo local, aos pequenos grupos que reúnem os jovens em cada aldeia e em cada terra. E fazer um paralelo neste sentido. Se o pequeno grupo desportivo que não tenta imitar o grande clube de futebol, por exemplo, tem uma função extremamente importante no nível do bairro. Porque é ele que atravessa todo o desenvolvimento físico, desportivo e de aprendizagem também, do trabalho coletivo; se o pequeno grupo desportivo pretender imitar o grande clube da cidade na partida, daí temos um fracasso. E no mundo do desporto já entenderam isso há muito tempo. No mundo da museologia, isso não é entendido há tanto tempo, e as pessoas se referem sempre a modelos que lhes inviabilizam o trabalho.

Portanto o pequeno museu comunitário é tão importante quanto o grupo desportivo local, desde que de fato não tenham como referência nem o grande clube de futebol da cidade, nem o grande museu da cidade igualmente. E a outra idéia, portanto, o museu como conjunto de utensílios, como eu dizia, um baú de ferramentas para se trabalhar, e finalmente uma terceira idéia que tem a ver, muitas vezes ocorre que nós, os museólogos, pensamos que estamos a fazer um serviço para a comunidade, a ajudar a comunidade. E eu diria que eu, pelo menos, não penso assim. Trabalho no museu para mim próprio e eu queria que todos dentro do museu também trabalhassem para eles próprios. Acho que essa é a única maneira de falarmos uns com os outros. Confesso que me sinto melhor na minha aldeia, na nossa área de museu, que tem 25km^2, que é uma área extremamente pequena. Eu me sinto melhor, des-

de que há uma série de coisas que aconteceram nessa terra.

Portanto, o museólogo, o animador cultural é tão importante o trabalho que ele faz para os outros, mas é muito mais importante o trabalho que ele faz para si próprio. Mas para si próprio, naturalmente como membro da comunidade, integrado dentro da comunidade. Eram estas as idéias que eu deixaria.

Fernanda

Muito obrigada, Mário. Vou passar a palavra a Hernan Crespo.

Hernan Crespo

Vou ser um pouco mais cruel, porque parece que o termo Terceiro Mundo e países em desenvolvimento foram contestados. E creio que nós, os países latino-americanos, sentimos que existe um mundo a que podemos chamar de em desenvolvimento ou desenvolvido ou Terceiro Mundo, mas que dentro dele existe uma problemática imensa, que é a problemática social. Eu lhes falava outro dia de cifras; os últimos relatórios feitos pelo PNUD, que constata uma cifra abissal: 42 a 62 por cento da população da América Latina vive no umbral da pobreza crítica, e que há 40 milhões de analfabetos além de outros problemas. Então temos um mundo em problemas.

Para não entrar muito em detalhes, até o ano 2.000, cerca de 90% da população da América Latina estará concentrada nas urbes. E que agora mesmo, já existem megalópolis, como México e São Paulo. Mas o que tudo isso tem a ver com o museu? Para mim, o museu é essencialmente um agente de cultura e de desenvolvimento. Há problemas imensos com relação à reculturação dessa imensa população que vai perdendo sua identidade, por fatores de pobreza extrema, de êxodo dos campos para as cidades.

Essa gente, para usar uma palavra em língua quechua, que sabe dizer as coisas de maneira muito linda,

Uairapa muchcas, que significa "vindos com o vento", que não se sabe quem são, e de onde vêm, de que árvore é essa folha, e a que pássaro pertence essa pluma. Quem é essa gente? No caso da população indígena, por exemplo, a dos Andes, essa população está num processo de urbanização ou de urbanidade. Por exemplo, os índios que usavam trança tiveram de cortá-la para parecer cidadãos. E os cidadãos não consideram esses índios como cidadãos, e os índios não consideram que esses índios sejam índios, porque procuram ser cidadãos.

Então, face a esse problema, o museu tem de reagir como um dos agentes para produzir o desenvolvimento integral das pessoas, produzir esse fenômeno de "arraigamento", de ser pessoa humana, una e individual, e ser pessoa coletiva ou comunidade. E é aí que o museu, como agente de desenvolvimento, tem que contar com duas coisas fundamentais: a comunidade e o patrimônio. Porque de alguma forma essa comunidade tem que se encontrar, reencontrar-se com o auxílio de uma memória tangível, que são os objetos.

Peço desculpas se me alongo um pouquinho. Quero contar a minha experiência pessoal. Dirigi durante 25 anos um museu no Equador. Esse museu procurou reviver o que chamaríamos de identidade cultural do Equador. Explorou o mundo indígena e trouxe à luz uma coisa que poderíamos chamar de 10 mil anos de cultura equatoriana, e onde pela primeira vez o índio viu que tinha um passado que vinha das profundidades e que esse passado era um passado digno.

E os mestiços viam que a mistura entre o indígena e o espanhol havia produzido uma nova identidade, havia produzido uma mescla que se traduzia em objetos e em uma cidade, a cidade de Quito, que é uma cidade magnífica, patrimônio da humanidade. Fizemos uma série de programas para que o museu fosse algo dinâmico, especialmente no que se refere aos programas educativos, destinados às crianças e a todos, adultos, indígenas, que perambulavam pelas cidades, fazendo

tarefas servis, como carregadores. E eu me disse que apesar desse museu ser um museu transformador, estava circunscrito às suas paredes. Assim, achei conveniente romper as paredes desse museu, porque fora do museu, estava a problemática que acabamos de descrever.

Lá fora estavam os *Uairapa Muchcas*, as pessoas chegadas com os ventos. E então com relação ao problema de conservar a cidade histórica de Quito, montamos num pequeno bairro chamado San Sebastian, aonde se encontra a primeira igreja barroca dos índios, que fora abandonada. E procuramos fazer algo que fosse um agente de desenvolvimento. Não queríamos reproduzir o museu central lá. O que fizemos foi uma pesquisa na comunidade. Senhores, que desejam, que querem fazer aqui? Que precisam? E aconteceu uma coisa híbrida entre museu e centro cultural. Havia uma estátua muito bonita de um santo, São Sebastião, que é o padroeiro da paróquia que havia sido relegada ao esquecimento; se havia construído outra igreja, transportado o altar principal da igrejinha para a outra, e a original, uma das primeiras de Quito, foi abandonada.

Fizemos um convênio com a Cúria que nos arrendou esse local. Então, com base nessa estátua de São Sebastião, vinda da Espanha em 1536, e que deu o nome à paróquia, com base na igreja, que era o monumento, a comunidade começou a apropriar-se do lugar. Então esse foi o pretexto para identificar-se com o bairro, para identificar-se com a cidade. Mas também era o local onde a comunidade exercia seu domínio. E vimos coisas maravilhosas. Por exemplo, as mulheres do bairro, que trabalhavam como cozinheiras, vinham à tarde fazer ginástica, dando-se conta que além de lavar e passar roupa, elas tinham um corpo e que podiam melhorar esse corpo, fazendo ginástica. E que era necessário aprender a decorar bolos, e que ainda necessário fazer um cursinho sobre drogas, porque o bairro estava se deteriorando e que seus filhos iriam se perder. E assim queriam fazer um curso sobre drogas ou sobre alfabetização. Ou recuperar a memória da culinária, que elas próprias exerciam na casa das pessoas ricas em suas casas magníficas. Fez-se portanto um curso de culinária. A cada mês se faz, no átrio da igreja, cursos de cozinha tradicional e as senhoras que recuperaram a memória da cozinha ancestral ofereciam à comunidade a arte de cozinhar.

O que quero dizer com essa intervenção? Que o problema é fazer com que a comunidade seja dona de seu próprio destino. Primeiro, que se reconheça como comunidade, e que se reconhecendo como comunidade, decida quais são as ações com as quais o museu pode contribuir, se ele pode acelerar esse processo desse desenvolvimento, que chamaríamos de integrar.

Fernanda

Antes de abrir os debates, vou fazer um *follow-up* (dar continuidade) para nos lembrarmos que René Rivard falou sobre a expressão Terceiro Mundo, sua relatividade, sua objeção; Hughes de Varine também abordou, tocou esse ponto, observou que um ecomuseu geralmente se desenvolve numa crise, e fez três questões. Quem são as pessoas? Quais são os projetos? Quais as soluções?

Hughes de Varine compara os países Sul e Norte. Aliás, na *Segunda Trioma*s, saiu o *paper* do Barne, que deu lugar à nova proposta dos objetos e do patrimônio dos países Sul, e depois falou sobre o conceito, muito importante, da descolonização, teórica, das pessoas que estão na direção dos museus. E acho que essa é uma das coisas que nos toca profundamente, e é uma das coisas mais necessárias nesse momento, principalmente - fora a expressão da exposição Caiapó - sentimos o problema da colonização em todas as outras exposições, que se propõem nos museus de História no Brasil.

Mais tarde então, ele fala também que é preciso cessar de impor modelos; e Mário Moutinho diz uma coisa fantástica que é, entre todas as que disse, escre-

veu e executou, a seguinte: "trabalhar não apenas para a comunidade, mas também para si próprio", que é uma coisa que cala muito fundo em todos aqueles que fazem um trabalho comunitário, que sabem que eles recebem muito. Então eles estão trabalhando muito para si próprios. Depois ouvimos também Hernan, falando sobre a problemática do Terceiro Mundo, focalizando a América Latina, o problema como diretor de um museu de grande importância no Equador, e a visão que teve sobre toda essa problemática, em função desse museu.

Mas eu queria chamar bem a atenção de vocês sobre esses três pontos de René, Hughes de Varine e Mário Moutinho, e abrir a palavra para vocês. Vamos ter, que maravilha, 35 minutos para se manifestarem. Ah, um minutinho, esqueci uma coisa da maior importância. Desculpem.

Estou ainda sob o efeito da anestesia. Este livro *A Vision from the South* tem um texto de Mércio Gomes que deveria ser lido para nós todos com muita atenção e depois possivelmente até se fazer um debate sobre o assunto. É quando ele aborda a visão sobre nós mesmos, vistos do exterior, no artigo chamado *Museum*. O livro deverá ser lançado no Brasil, mas ele cai muito bem em toda essa problemática da titulação desse painel de hoje. Chama-se *A Vision from the South*, mas Ana Lúcia está aí pronta a dar as informações a vocês. Eu não deixei isso para o fim de tudo porque eu podia esquecer e é uma coisa imprescindível que todos nós possamos refletir sobre o assunto.

René Rivard

Eu gostaria talvez de acrescentar alguma coisa. Na verdade, após uns 20 anos a observar comunidades, museus, ecomuseus, me parece cada vez mais que é na cultura que se encontram as soluções dos problemas econômicos de quase todo o mundo. Se se tenta impor soluções econômicas para problemas econômicos, e se essas soluções não estiverem já ancoradas na cultura da comunidade, vocês, como eu, conhecem vários fiascos, várias experiências que não deram frutos, porque a abordagem não foi boa. Por isso é que se deve, creio, nessa procura de quais são os solucionadores dos problemas, se deve ver na cultura membros da comunidade. Talvez isso possa suscitar perguntas.

Maria Helena Novaes

Eu achei muito interessante justamente o constrangimento da mesa no sentido de adotar a classificação, que para nós, países em desenvolvimento ou do Terceiro Mundo, passou a ser, realmente um título. Mas esse constrangimento acho que vai levar a uma reflexão maior no sentido de que não interessa essa classificação, não por ela mesma, ou seja, o fosso do terceiro para o primeiro. Eu acho que esse constrangimento e a não-aceitação dessa classificação, nós do "Terceiro Mundo" conseguimos entender que temos que nos construir como uma realidade social e cultural. Se os países pobres ou terceiros em desenvolvimento não se conscientizarem de que são eles que constroem a sua própria realidade, e que essa realidade vem montada sobretudo nos enfoques todos culturais e não nas experiências de sua tradição, realmente não é o primeiro mundo que vai dar a esses países nem modelos, nem estruturas realmente lineares para eles poderem seguir. Então achei ótimo o constrangimento da mesa porque é exatamente o cerne do problema, porque não nos interessa a classificação.

Maria Célia

Antropóloga, representante da Zona Oeste no estudo de culturas populares, em especial Folias de Reis e Festas Juninas. Eu me interessei muito por todas as falas, e em especial, pela do representante de Portugal, sobretudo quando ele diz que o museólogo é um animador cultural. Gostaria que ele discutisse mais comigo, em especial a questão de se o antropólogo poderia ser o animador cultural, e como falou o representante de Cuba, do Equador.

Hernan Crespo

Queria esclarecer de uma vez por todas esse erro cometido no programa e que estou tentando reiteradas vezes corrigir. Eu sou representante da Oficina Regional de Cultura para a América Latina e o Caribe, da UNESCO, que tem sede em Havana, Cuba, há 40 anos. E eu sou equatoriano.

Maria Célia

Desculpe, obrigada.

Mário Moutinho

Bem, há pouco também eu dava uma outra precisão. É que no programa está escrito que sou doutor em museologia, de fato eu não me doutorei em museologia, e sim em antropologia, odiava os museus.

René Rivard

No meu caso está correto, sou Membro Fundador do MINOM, Movimento Internacional da Nova Museologia.

Fernanda

Bom, eu também tenho uma coisa a dizer. As pessoas me cumprimentam muito pela beleza da reunião e essa reunião foi organizada pelo Secretário de Cultura, Carlos Eduardo Novaes, com a Paluana, a idéia de Ricardo Várzea, e eu entrei muito rapidamente. Então, por favor, vamos desfazer também essa idéia.

Maria Celia

Posso continuar? E como é o museu como agente de desenvolvimento cultural? Eu queria discutir o mais possível com vocês, com a Mesa, a questão se poderia ser o antropólogo um agente de desenvolvimento de ação cultural também, ou se ele se interna dentro de um museu ou dentro de uma escola para se especializar nas categorias teóricas e antropológicas, ou ele passa a ficar na rua, como no meu caso, e trabalhar as

culturas populares. Em especial o nosso representante de Portugal, eu gostaria que falasse sobre isso.

Mário Moutinho

Em termos gerais, eu não sei o quê dizer; em termos pessoais, penso que, eu quase diria que é incompatível ser-se antropólogo e ser-se animador cultural ao mesmo tempo. Não quer dizer que uma pessoa que seja animadora cultural não tenha em si as suas diferentes formações e as suas diferentes vivências, incluindo a de, infelizmente, também ser antropólogo.

Agora, há uma rutura completa na maneira de estar na nossa comunidade se nos conduzimos como antropólogo, como observador, ou se nos conduzimos como um participante da vida. Que o antropólogo pode ser importante nesses projetos, eu mesmo quase teria dúvidas, não só importante; aí eu poria o antropólogo no mesmo nível do museólogo. Ele é importante se puser o seu saber a serviço dos diferentes grupos de interesse. E aí a experiência nos diz que isso nunca acontece. Quando o antropólogo se mete na questão, ou quando um biólogo, ou quando um historiador, eles assumem a liderança do processo e o começam, eles próprios, a selecionar o que é importante e o que não é importante.

Começam a utilizar de fato a comunidade e, enfim, não há nada de novo, como o informador, às vezes, por uma boa consciência, devolve o trabalho de investigação à comunidade mas, enfim, na verdade, é apenas uma formalidade que é feita porque, eu diria, quase são incompatíveis; elas não se excluem porque ninguém pode excluir todas as diferentes facetas da sua personalidade, ninguém pode excluir que é isso, aquilo, ou aquilo outro e mais o animador cultural.

Mas a atitude primeira, ela é determinada ou porque se é antropólogo, biólogo, ou historiador, ou porque, de fato, se é membro da comunidade. E aí, eu já nem poria o papel de animador, ou não, da comunidade, que participa do desenvolvimento da comuni-

dade. E retorno o que eu disse, trabalhamos para nós próprios. Mas talvez a gente não trabalhe tanto em nome de uma ciência que às vezes vem no meio disso tudo e desorganiza.

Eu diria, às vezes, que o pior inimigo da museologia são os museólogos; o pior inimigo destes trabalhos de animação são, de uma maneira geral, os cientistas que estão ali numa outra perspectiva, são úteis, interessantes mas, quando isso passa pelo filtro de uma outra vontade. No fundo, todas essas áreas são interessantes se soubermos por essas competências e tivermos a humildade de aceitarmos colocá-las a serviço do grupo que nos solicita. No fundo, no fundo, para concluir, penso que o antropólogo é tão importante quanto o eletricista, quanto o pedreiro, quanto a mulher da limpeza, quanto qualquer outra pessoa, desde que não mande demais nos outros.

Fernanda

Eu passaria a palavra também para o René responder.

René Rivard

Estou talvez inteiramente de acordo com o que Mário acaba de dizer. Para mim, creio que um antropólogo, geógrafo, uma pessoa de qualquer disciplina, pode muito bem ser um excelente animador comunitário, contanto que tenha o espírito aberto a todas as disciplinas, não somente às disciplinas, mas aberto à comunidade. É mais, é preciso, o que vem da comunidade é que deve impregnar o animador, e não seus conhecimentos, seus objetivos pessoais e outros. Então, creio que todo o mundo pode ser um bom animador comunitário desde que saiba se colocar à disposição da comunidade, estar disponível, atento, jamais impor qualquer modelo ou solução que viria de sua ciência, mas trabalhar com inteligência para encontrar essas soluções. Ele pode se tornar um dos solucionadores de problemas. Ele, falo dos três em questão, pode ser o antropólogo, o geógrafo e o museólogo muitas vezes por causa das possibilidades que tiveram de ver outras coisas além do que se passa na comunidade.

Várzea

Bem, acho interessante essa postulação de que não nos considerem terceiro mundo nem em desenvolvimento, nem subdesenvolvido, porque nós temos realmente coisas do Primeiro Mundo, do Segundo, temos coisas desenvolvidas, em desenvolvimento e coisas subdesenvolvidas. Agora é importante que se ressalte que nós temos uma especificidade ou especificidades, e é importante que se considere assim para que possamos tratá-las. Como, quais seriam, digamos, para vocês, assim improvisadamente algumas de nossas especificidades no que toca a questão do ecomuseu e sua unidade com o desenvolvimento, a mobilização, e patrimônio natural e cultural

Fernanda

O Hughes vai responder ao Ricardo, mas ele gostaria de ter mais uma questão para responder também à Marlene, porque eles estão fluindo mais ou menos na mesma área. Antes, porém vou dar a palavra para a Lurdinha.

Maria de Lourdes Parreiras Horta

Museóloga. Ao assistir a todas essas apresentações e contribuições dos nossos colegas, parece muito claro, que esse conceito do ecomuseu, o tema do seminário, não é exatamente um modelo de museu, mas é muito mais um modelo de ação museológica. E como disse muito bem Rivard há pouco, o ecomuseu como qualquer outro museu me parece, é um instrumento cultural, um instrumento de ação cultural.

E aí me vem à cabeça a discussão da própria museologia, que também foi falada aqui, idéia de descolonização intelectual da própria museologia, no sentido de abandonar os modelos clássicos tradicionais. E eu começo a pensar e a me perguntar, até com base na

minha experiência, que sempre foi em museus tradicionais, até que ponto, essa ação ecomuseológica pode acontecer na esfera e na competência de um museu tradicional, num grande centro urbano?

Parece, por outro lado, que o ecomuseu só tem um sentido em comunidades rurais e não em grandes metrópoles. Seria difícil você ter esse tipo de ação numa grande metrópole como o Rio de Janeiro, São Paulo. Eu gostaria de colocar essa questão, principalmente à Dra. Fernanda, como conhecedora da nossa realidade brasileira, porque teria, talvez, mais condições de dizer como se poderia ser esse problema da ação do museu tradicional, se transformando, e não se descolonizando, mas se desformalizando e buscando um novo caminho de ação. Esta é minha colocação.

Fernanda

Bom, agora se criou um impasse porque o Hugues ia responder à Marlene e ao Ricardo Várzea e, depois, vou dar uma explicação, a mais resumida possível para a Lurdinha. E por favor, não me chame de Dra. Fernanda, somos amigas há tanto tempo.

Hughes de Varine

Eu queria responder, mas tenho a impressão de que muitas intervenções me fazem colocar um outro problema de que não falei essa manhã, mas creio que isso se enquadra no problema da, quero dizer, na ordem das coisas. Quer se trate de um museu, de um ecomuseu, de uma instituição cultural qualquer, em suas relações com a comunidade, quer se trate de um museu existente ou de um novo, há dois conceitos, um conceito, uma pergunta e um princípio.

A questão que eu gostaria que colocássemos, e isso é um exercício difícil, um exercício no qual não posso dizer que eu tenha êxito todas as vezes, não estou com isso tentando fazer um discurso de virtude. Uma questão importante é saber qual é efetivamente o objetivo, só o objetivo, não os objetivos, o objetivo da ação que

queremos conduzir. Sobre o problema, por exemplo, dos cientistas, se dizemos que o objetivo é o desenvolvimento comunitário, isso quer dizer que damos o poder à comunidade. E às pessoas que sabem, os eruditos, os pesquisadores, os técnicos são os servidores da comunidade. Se dizemos que a ação que conduzimos é uma ação para o conhecimento, é uma ação para a educação da comunidade, isso quer dizer que damos o poder, seja ao pesquisador, seja ao pedagogo, e que eles vão trabalhar para o ensino da comunidade ou para o conhecimento científico. O problema é ser sincero, é ser honesto com o que se quer e com o que se fixa como objetivo. E com demasiada freqüência dizemos um objetivo e fazemos outra coisa. Eu falava do Creusot essa manhã, da minha experiência do Creusot, fixamos como objetivo o desenvolvimento para a comunidade, quer dizer, o instrumento comunitário; mas chegou um dia, e já falei de crises do ecomuseu do Creusot nos anos 80, início dos anos 80, em que foram os pesquisadores, os universitários, que tomaram o poder no Creusot e cooptaram o museu de sua comunidade.

Portanto, lá estávamos nós, abandonáramos o objetivo sem colocá-lo honestamente. A segunda palavra, que é um princípio, e aqui eu gostaria de um tempo maior para desenvolvê-lo, é um jargão, é uma palavra que hoje acho cômoda para exprimir o que quero dizer, é uma palavra que não foi inventada, mas que é utilizada legal e politicamente pela Comunidade Econômica Européia, um termo de origem teológica, parece, que se chama subsidiaridade. Gostaria de deixar com vocês essa palavra para a reflexão. A subsidiaridade, na minha definição banal, não científica, é que uma autoridade de nível superior não deve passar por cima de uma autoridade de nível inferior em todas as decisões que pertencem ao nível inferior. Isto é, a comunidade não deve passar por cima da família, e um Estado, uma autoridade estadual, não deve passar por cima de uma autoridade municipal, e assim por diante. Portanto, se tomamos esse princípio de subsidiaridade, ele nos

orienta, se temos ao mesmo tempo um objetivo claro e respeitamos o princípio de subsidiaridade, sabemos onde vamos dar à unidade mais baixa, comunitária, o direito de definir o que é bom e o que ela quer fazer e, em seguida, a autoridade superior - pode ser a universidade, pode ser o Estado, pode ser o município - não deverá decidir no lugar da comunidade, mas proporcionar à comunidade os meios. Era o que se dizia há pouco. E esse princípio de subsidiaridade me parece um bom guia em direção à procura da verdade para a comunidade, uma vez que o objetivo tenha sido fixado.

Fernanda

Bom, na segunda-feira de manhã, fiquei muito preocupada quando o Jornal do Brasil, no Caderno de Ecologia, publicando uma notícia sobre esse encontro, disse que os museus se dividem em museus e ecomuseus. Inclusive, fiz questão de frisar muito isso, aliás, nas conversas com Ricardo Várzea, na primeira conversa com Mariana Várzea, nós tocamos muito sempre no perigo dessa divisão. Essa notícia estampada no jornal foi um espanto.

A nossa busca foi sempre a de não utilizar nomes, o nome ecomuseu é utilizado muitas vezes, como Hughes disse, e nós discutimos muito na avaliação que ele fez em Itaipu, há cerca de 3 anos, sobre a "labiorização", o batismo do projeto. Muitas vezes você tem que aceitar esse nome para, com esse nome então, você chegar a um fim. Eu passei hoje uma nota para a responsável contando, por exemplo, o Museu da Imagem do Inconsciente. Ele não é mais nem de imagens nem do inconsciente. Hoje em dia, é um prédio vazio que não tem mais quase imagens, porque estão todas passeando, e ele é muito consciente, o museu tem muita consciência que acabou. Então, nomes não têm importância, importante é a ação.

A idéia de se fazer projetos novos de abertura e de estruturas mais antigas é uma idéia que deve ser efetivada e que pode ser feita. Diversas vezes, na superintendência de museus, nós bussamos projetos com tendências, é o que chamamos de ecomuseolização por causa do entrosamento com o meio-ambiente. Em 1989, Alvaro Conaré, muito preocupado com o disparate que estava acontecendo com o nome de ligação, o nome ligando museu a meio-ambiente, criou uma pequena comissão para estudar as ligações do meio-ambiente que coube extamente ao Comitê de Arqueologia e História, de que sou Presidente, a partir de história do meio-ambiente e suas ligações com a comunidade.

Inclusive, bifurcando, porque não são todos os museus que tratam dessa ligação do homem com seu meio-ambiente que são ecomuseus. Não são todos os museus que trabalham com a comunidade que também são museus, ecomuseus, dentro do nome que todo mundo dá. Então, muitas vezes, os ecomuseus que têm esse nome não são mais ecomuseus. E eu disse aqui outro dia, há uma coisa muito triste em todo o processo de museus, não só de ecomuseus, muitas vezes o circo arma quando o palhaço chega, o número de museus que temos aqui, que perderam sua identidade, e não têm mais nada a ver com os projetos iniciais, com propostas iniciais.

Museus que se tornaram casas ocas, que não funcionam mais e que já foram centros de grande produção cultural, nós estamos aqui cheios deles. De museus que, numa hora da história do Brasil vão falar no expansionismo ibérico, esquecendo os nossos problemas, nós também temos. Temos muitos problemas. Lurdinha, por exemplo, faz no Museu Imperial um trabalho, desde o tempo em que ainda não era diretora, de expansão do museu, fora do seu espaço. Eu me lembro que ela fazia uma série de coisas ligadas à educação patrimonial.

Então, eu acho que todos esses movimentos em que o museu se abre, como disse René Rivard em seu livro, que ele não publica porque todo mundo tira cópia xerox. Então nesse livro maravilhoso que ele escreveu, ele diz que o museu se abra. E é isso e que é preciso,

mesmo os museus mais tradicionais, eles podem se abrir. E sobre projetos que se dizem de ecomuseu, são desafios; este seminário foi um desafio, o nome ecomuseu é uma proposta mas, talvez amanhã, a comunidade resolva que a proposta dela é outra. Como todos os projetos, têm sempre propostas que vão se modificando e evoluindo.

Hoje em dia, o ecomuseu de Itaipu está se estabelecendo mais como ecomuseu; no princípio, a luta era muito grande, os problemas que o Varrine falou do paternalismo são constantes naquela região, desde o tempo do Mate Laranjeira, desde o tempo das missões. Ali o paternalismo grassa e a luta que se teve, e se está tendo, para acabar com esse paternalismo, acho que ele está tentando seguir esse caminho de trabalho comunitário e que, um dia, a gente possa dizer, aquilo é verdadeiramente um ecomuseu.

Já teve muitas vezes em que eu disse, não, vamos chamar só Museu de Itaipu e tirar a denominação; aí ele dava uma virada para o lado e chegava mais dentro das propostas básicas que se tem. Modelos não existem. O saber em bloco sobre qual o projeto inadequado, também não. Mas abram seus museus, porque trabalho de abertura, propostas abertas são todas benvindas, e nós temos que tratar muito disso, principalmente nós, que temos uma paisagem completamente destroçada pelas expansões que nos agrediram há 500 anos. Nós, que temos uma proposta nova, somos vistos de uma maneira que não queremos, mas que é a verdade deles.

O artigo de que falei a vocês, do Miésio Gomes, Sub-secretário de Estado de Cultura, é um livro que depois, eu não vou dizer o nome inteiro mas, depois Ana Lúcia dará informações, ele mostra justamente como é que os museus dos trópicos vêem os outros países não europeus, visões distorcidas, mas é a visão deles. Da mesma maneira que detestamos os retratos que tiramos porque achamos que não somo nós, é a visão da máquina sobre nós. Então é aquela visão. Não é que

vamos impedir que aquelas pessoas tenham sua visão sobre nós, e isso não é só o estrangeiro, mas é o Brasil sobre uma comunidade. O que temos de fazer é mostrar a nossa imagem.

Então, abram os projetos, não precisa de nomes, a musealização que o D'Avalon dá na avaliação muito boa no livro *Murée*, editado pelo Centro Pompidou, é interessantíssimo quando ele mostra: "vamos parar com essa história de musealizar território, vamos identificar esses territórios, isso é muito mais importante.

Temos mais duas pessoas, Ana Lucia, Maria Celia e mais o que? Porque só temos mais cinco minutos e pediram que não nos atrasássemos. Então gostaria que fossem breves e que os que ainda não falaram hoje, como Ana Lucia e Maria Celia, Mário Chaves, tivessem prioridade. Vou pedir ao Flávio que seja bem rápido.

Flavio Junqueira

Meio minuto. Represento a Sociedade Nacional de Agricultores. Considerando o que o Hughes e a Fernanda falaram, e a complexidade do projeto que nos une aqui, o plano que nos une aqui, faço minha pergunta: O que seria mais interessante, ecomuseu de zona oeste ou ecomuseu de Santa Cruz, depois de Realengo, de Bangu, etc.? É um problema completamente diferente dos problemas que houve, é um ecomuseu a ser instalado numa região urbana, mas que também abrange uma parte campestre e uma parte de litoral. Ecomuseu de Zona Oeste não seria uma tarefa muito grande?

Fernanda

Eu gostaria de deixar esta pergunta para o painel de amanhã à tarde, porque acho que seria um problema ético muito grande nos envolvermos em assuntos que dizem respeito apenas à comunidade da Zona Oeste. Então, passo a palavra agora à Ana Lucia.

Ana Lucia

Essas comunicações todas que vêm acontecendo e decompondo e tentando dar um conteúdo conceitual a

esse binômio eco-museu porque eu, realmente, só consigo conceber enquanto binômio, me remete a uma idéia que me leva à idéia da mitologia, a questão do eco. Eco que a Ninfa, por amor a Narciso, se consumiu a ponto de ficar somente com sua voz. Assim *oikos*, também no grego, quer dizer moradia, meio daí, inclusive, a denominação ecologia. E dessa voz que eu acho que o museu faz a junção das duas semânticas, dos dois sentidos, dos dois conceitos é a voz que encontra a sua moradia. Como o ecomuseu, no sentido conceitual que está sendo agora bem mais delineado, vem trabalhando exatamente a comunidade, ou seja, dando voz à comunidade.

Eu queria, gostaria muito ouvir de que forma essas experiências de Portugal, do Canadá, do Equador e da França fizeram o recolhimento dos depoimentos dessa comunidade. Essa comunidade tem, como todos os senhores o disseram, toda uma voz, um saber, e há uma prática de tradição oral que é muito importante e que teve, inclusive aqui no Rio de Janeiro, uma experiência extremamente frutífera e que não tinha inclusive atrás de si esse conceito de ecomuseu, no sentido de dar voz à comunidade, que é o Museu da Imagem e do Som, que vem, há mais de 25 anos, fazendo o recolhimento dos depoimentos da comunidade.

Eu gostaria então muito ouvir exatamente de que forma vocês recolheram esses depoimentos, de que forma esse tipo de programa foi estabelecido dentro dessa experiência de ecomuseus?

Hughes de Varine

Seria uma longa discussão sobre esse tema, mas creio que não se pode, mais uma vez, se dizer que não existe um modelo, como também não há, creio, um ecomuseu ideal. Portanto, creio que as relações entre o ecomuseu e a comunidade sejam, de um lado, uma relação sempre conflituosa, do outro pode-se muito bem imaginar um ecomuseu para a comunidade, sem a comunidade, e muitos museus que temos na Europa, sob

o nome de ecomuseu, são ecomuseus que não têm a participação da comunidade, mesmo quando descreve a comunidade. Então acho que não é preciso, para a existência de um ecomuseu, efetivamente, a utilização de princípios e métodos museológicos, museográficos, para exprimir, para se comunicar ao tema da ecologia humana, digamos, e da ecologia natural e cultural, desse ponto de vista a palavra eco não é constrangedora, mas eu, pessoalmente, prefiro falar seja de ecomuseu comunitário, seja de museus comunitários, é porque o objeto, perdão, embora o objeto continue sendo a comunidade e a ecologia, o tema não é necessariamente a comunidade.

Creio que quando fazemos uma distinção entre o objeto e o tema, vemos que em certos casos temos ecomuseus, a comunidade é o objeto do ecomuseu, em outros casos, a comunidade é, não apenas o objeto, mas também o tema do ecomuseu. Não condeno nem um nem outro, digo simplesmente que há as duas possibilidades, e que é preciso fixar o objetivo e se ater a ele.

Maria Celia

Bem, fazendo uma análise rápida da colocação de todos os senhores hoje de manhã, eu acho que uma coisa fundamental que marca é sobretudo, em primeiro lugar, o compromisso social do profissional. E outra coisa, uma questão que eu gostaria de fazer é a seguinte: Nós, que fomos em toda nossa história de vida, de formação educacional, tivemos uma educação bancária onde nós detemos um conhecimento e queremos depositar esse conhecimento em alguém, como tão bem coloca Paulo Freire, eu acho que, no momento em que se parte para um trabalho de comunidade, no momento em que se parte para um trabalho onde o compromisso maior é com a formação, com o crescimento conjunto das duas partes, como, na experiência de vocês, vocês conseguiram vencer esse conflito? Da formação fechada, acadêmica, entre aspas, do dono do conhecimento?

Porque, por mais que se queira, no momento, pelo menos na minha experiência, há o conflito, e como é que vocês têm conseguido vencer esse conflito? Outro ponto que acho fundamental é a questão da avaliação, que já foi abordado aqui outro dia, e que eu acho fundamental a gente ouvir o Dr. Varrine dizer, e reconhecer hoje que houve erros no Creusot, e que se retomou e se repensou esses erros; e que hoje já se está partindo para outra realidade. Acho que esse é um processo de enriquecimento muito grande, muito rico e isso nos coloca diante de uma realidade, é necessário dizer, a cada dia, o repensar a nossa prática.

René Rivard

Só um pequeno elemento de resposta tendo em vista o que se poderia chamar, talvez, de desprogramação do que se aprendeu na universidade. Creio que é preciso entrar no jogo sobre a delinqüência, os verdadeiros bons animadores são delinqüentes científicos.

Mário Moutinho

Bom, é evidente que nesse tipo de coisas, não há respostas a dar. Mas, já agora, juntava o que o senhor disse há pouco não saber onde se encontra, e que deu a entender, tanta complexidade, da dificuldade desses conceitos, e tudo isso. Eu gostaria de dizer que isso só é complexo durante os seminários porque no dia-a-dia, as coisas são muito mais simples e que, por exemplo, retomando o que eu disse, o problema da memória e da recolha, quer dizer, eu nunca senti essa preocupação, porque minha recolha é de conversa no café sobre as questões que dizem respeito àquele momento, mas também não estou preocupado em fazer uma recolha, se formos almoçar daqui a um bocado. Não vou, certamente, fazer uma recolha daquilo que vai dizer, vamos conversar. Isto é, a questão da recolha tem muito a ver com uma visão científica desse problema.

No dia-a-dia, elas acabam por se passar de uma maneira muito mais simples e como é que, pronto, já

agora na minha experiência pessoal, como é que eu consegui despir da minha formação universitária? Evidentemente, que eu não consegui me despir totalmente, e certamente, a própria comunidade se interrogaria por que é que uma pessoa abandona aquilo que o fez. Mas, no fundo, no fundo, eu reencontro muitas vezes, na minha terra, quando tinha 17 ou 18 anos, que ainda não tinha formação universitária e é muito bom

Dalice

Eu sou Dalice, representante da Associação dos Moradores da Zona Oeste, moro em Santa Cruz, sou professora do município. E venho aqui para mostrar que me identifiquei perfeitamente com as palavras do Sr. Hughes de Varine quando ele fala em crise; que uma sociedade em crise tem de partir para uma reação. Foi exatamente isso que aconteceu conosco em Santa Cruz. Nós éramos um grupo, uma sociedade fechada, vimo-nos, de repente, cercados por ação política de grupos que foram levados para essa região.

E, imediatamente isolados naquele núcleo, cercados por todos os lados, vimos que era impossível continuar desse jeito, então partimos para a reação. O nosso ecomuseu prático, porque não temos ainda metodologia, não temos ainda forma concreta de trabalho, concreta que eu digo é, assim, organizada de trabalho, é a reação da comunidade ao que lhe foi imposto, que é o convívio com essas comunidades. E sentimos já que há necessidade de integração, essas comunidades que vieram de fora, elas estão sendo integradas a nós; e o meio de integrar, o meio encontrado foi justamente esse intercâmbio no dia-a-dia, pois nossos alunos, nas escolas, são outros agora, são alunos da periferia, são alunos desses grupos que vieram.

E nós temos que conviver com eles e aprender com eles. Eu queria também colocar que essa mudança de atitude para nós decorreu de uma degradação da nossa qualidade de vida. Então, nós tivemos que ter uma rea-

ção desse tipo, não sei se estou falando claramente, mas essa é a posição das comunidades de Santa Cruz.

Fernanda

Dalice, você está falando maravilhosamente, não claramente, vou ver qual dos colegas quer responder à Dalice.

Hughes de Varine

É apenas para dizer que a senhora mencionou uma palavra extremamente importante, e que se liga ao que dizia René Rivard, ele falou de delinqüente, a senhora falou de política. Os delinqüentes são perigosos para os políticos, a senhora falou com razão, sinceramente, mas eu gostaria simplesmente de insistir, antes dessa tarde, porque creio que à tarde será preciso falar de coisas concretas, mas creio que se deva falar de princípios, o trabalho comunitário, inclusive a museologia comunitária, é um trabalho altamente político, e isso não se encaixa necessariamente no sentido da política das autoridades, das outras autoridades. Foi por isso que falei da subsidiaridade e, quando falei de subsidiaridade, falei política. Creio que é preciso sempre conservarmos no espírito que o trabalho que fazemos com as comunidades, o trabalho que as comunidades fazem sobre elas mesmas, é um trabalho político sentido como delinqüente e subversivo pelas autoridades, e que portanto há um conflito permanente, aberto, frio ou acalorado, entre o trabalho comunitário e a autoridade política. E deve-se ter isso em mente, porque não vale a pena arrastar uma comunidade para um revés imediato, é preciso que a comunidade saiba que vai se dirigir lentamente a conflitos, frios ou acirrados, com a política, e isso não é mal, a política é isso também.

Fernanda

Obrigada. Agora Mário Chagas e é o último porque não há mais tempo, desculpem.

Mário Chagas

Bom eu queria dizer, isto é, antes de mais nada agradecer a todos da Mesa, nesta manhã o ponto de vista foi, assim, excelente. Agora, de modo especial, me parece que essa dimensão, que é política, da forma como foi colocada aqui, é importantíssima. Mas de outro lado, também, penso que essa dimensão política não se coloca apenas para os ecomuseus ou os museus de comunidade, ou comunitários, como me parece adequado chamá-los.

Inevitavelmente, os museus são um palco de ação política. O que está acontecendo com todos eles, inevitavelmente, é isso. Mas então me parece que a questão fundamental é a da orientação política desses museus. Aí, voltamos ao que Maria Celia acabou de falar, do compromisso do profissional, esse seria, então, o ponto fundamental.

Agora, sintetizando, algumas coisas que foram ditas na Mesa me levaram a pensar que, no Brasil, temos tido mesmo sem o nome de ecomuseu experiências interessantes, bastante avançadas de ecomuseu. Experiências no nordeste, no sul, no norte, bastante avançadas, não é? Quer dizer, aqui têm, então, algumas pessoas do nordeste do Brasil, que podem dar o testemunho dessas experiências; isso me indica que essa idéia clara de que o nome não importa. Agora, tem ainda uma questão que me parece importante, esse tema da descolonização, é uma categoria difícil de trabalhar; o que significa descolonizar?

Eu jogaria esse tema como tema de meditação para a mesa e para nós, o quê significa descolonizar? Descolonizar é retirar todas as influências que recebemos dos outros países? Inclusive a portuguesa? Descolonizar, no mundo atual, é abandonar a influência americana do *rock*, do *reggae*, do *jazz*, de tudo o mais? O quê significa descolonizar?

Mário Moutinho

Me parece que o fundamental da descolonização, ou melhor, o tema fundamental aí não é descolonizar ou não descolonizar, o tema fundamental é aguçar o sentido crítico, em relação ao nosso comportamento nos museus.

Fernanda

Merci, o tempo está esgotado mas há uma pessoa de Fortaleza a que daremos mais uma palavra é você, Vera, será a segunda.

Cearense

Sou de Fortaleza, arquiteta, estou trabalhando com dois museólogos, o Sá Pessoa e o Henrique Barroso, no projeto de recuperação da parte rural de Fortaleza, no interior do Ceará. Mas, como arquiteta, eu tive, assim, um processo de lavagem cerebral, durante o período em que me mantive, assim, como observadora, nada mais. E achei essa visão, essa ótica de vocês muito interessante, não só pelo lado dos museólogos, mas pelo dos arquitetos, porque o arquiteto inclusive, pela sua própria formação, ele tem tendência a, pelo lado técnico e artístico e social, ele acha que tem um processo de síntese que dá o dom da verdade. Então vemos projetos monumentais, estamos vendo soluções que não estão resolvendo nosso problema. Então, essa foi uma maneira interessante de se ver como se pode fazer planejamento, inclusive de maneira mais integrada.

Agora, a minha pergunta é a seguinte, ouvi muito pouco falar em arquiteto aqui; onde entraria um arquiteto nesse processo? Mas sei que já houve caso em que, então, saindo da área de planejamento específico, mas entrando na área de ecomuseu, como poderia se encaixar o arquiteto? Vocês já trabalharam com arquiteto, certo, e como tem sido o procedimento dele? A princípio, vejo logo que, como o museólogo, temos que descer e ficar pequenininhos e entender que a comunidade é que vai dar essas diretrizes. Mas gostaria de ouvir de vocês alguma coisa sobre um trabalho já feito por arquiteto. Muito obrigada.

Fernanda

Hernan Crespo vai falar primeiro porque é arquiteto, depois, Mário Moutinho.

Hernan Crespo

Outro dia estávamos refletindo justamente sobre as funções que tem o arquiteto no mundo contemporâneo, entre outras coisas, porque não tem trabalho como arquiteto. Creio que a condição e a formação do arquiteto dão-lhe a capacidade de organizar, de planejar, de ordenar os assuntos e, por isso, creio ser sua função importante. Também creio que a formação do arquiteto, quando bem feita, tem um sentido humanístico, quer dizer, a compreensão, tratar de compreender integralmente os processos. Pela mesma razão, creio que em muitos casos, o arquiteto é chamado para ordenar os processos com grande humildade; por outro lado, para poder ouvir, perceber a voz da comunidade. Você se referiu justamente ao fato de haver um processo de magnificação da figura do arquiteto perante o resto da comunidade, se referia aos projetos elefantísticos, gigantescos. Creio que a condição para intervir nesses processos sociais, do ponto de vista da arquitetura, é manter a humildade para poder perceber, para poder ouvir a comunidade e poder cristalizar seus anseios.

Fernanda

Mário Moutinho, que também é arquiteto.

Mário Moutinho

Bem, primeiro teve uma resposta séria, eu daria uma resposta em brincadeira. Há um bocado, eu disse que o pior inimigo da museologia comunitária era o museólogo; agora acrescento o segundo inimigo, são os arquitetos. Mas entre parênteses, também é verdade que a formação de arquitetura pode ajudar a se ter uma determinada sensibilidade à forma, eu diria, à for-

ma, à museografia e julgo que isso pode facilitar de fato o trabalho de comunicação dentro de um museu. No fundo, qualquer formação artística também nesse sentido, que ela permita uma comunicação, permita a forma, o rumo, permita tudo isso, que também pode ser, digamos que é quase um efeito perverso, já não é propriamente o arquiteto.

Fernanda

Eu gostaria de chamar a Vera Alencar, representante do Sr. Jaime Zetter.

Vera Alencar

Eu trago só uma mensagem do presidente do IBCP, que me pediu em primeiro lugar, que cumprimentasse os organizadores do Encontro, porque considera este, um assunto da maior relevância e importância para ser discutido. E lamenta profundamente que não tenha recebido nenhuma comunicação sobre este Encontro porque, senão, ele teria não só tentado participar, como estar com Hernan, para quem mandou um abraço especial, e ao Ricardo Várzea.

Fernanda

Vou pedir ao Ricardo Várzea que, como Coordenador do Evento, dirija-se às pessoas responsáveis e averigue porque alguns que estavam dentro do programa não receberam o convite.

Ricardo

Pelo que sei, os convites foram enviados a todos os setores federais, estaduais e municipais. Não sabemos o que aconteceu, digamos o que se passou depois que os convites chegaram nessas instituições.

Fernanda

Bem, estarei à disposição de vocês, principalmente com a parte da bibliografia, porque é bom a gente ler e cortar, dos filmes sobre Itaipu, que também vocês podem ver sempre que quiserem discutir. Embora por razões pessoais não vá poder mais voltar, logo depois do almoço e também, infelizmente, não vou poder ir à Zona Oeste amanhã. Mas vocês terão lá o Ricardo e a Marina Várzea, e principalmente o Secretário de Cultura Carlos Eduardo Novaes, que é o grande incentivador de tudo o que se processou, e a comunidade, que é a mais importante, que pode fazer esse museu sozinha. *Hoje a partir das 14:30, vamos ter o Painel 5, Prioridades da Zona Oeste, projeto Sócio-Cultural. Au revoir.*

CAPÍTULO XI

PAINEL 5 - POTENCIALIDADES DA ZONA OESTE, PROJETO SÓCIO-CULTURAL

DIA
22 de maio de 1992

HORA
14:30 horas

PRESIDENTE DA MESA
Evelyn Werneck de Lima
Diretora do Departamento Geral do Patrimônio Cultural do Município

PALESTRANTES
Luis Paulo Corrêa da Rocha
Secretário Geral de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente
Adir Gama bem Kaus
Presidente da FEEMA
Silval do Nascimento Souza
Coordenador do NOPH
Roberto Pechman
Professor e Pesquisador do IPPUR

Luis Paulo Corrêa da Rocha

Cumprimentando a Dra. Evelyn, cumprimento toda a mesa e os participantes do primeiro Encontro de Ecomuseu. Falar sobre a potencialidade da Zona Oeste é falar um pouco de uma parcela da nossa casa. E fico até muito feliz que à minha esquerda tenha um morador de Santa Cruz, porque foi lá onde eu exerci a minha primeira função pública.

Os trabalhos comunitários da Prefeitura no sentido da preservação da história e da cultura e dos ecossistemas dentro da nossa cidade vem de longa data. Podemos registrar, já fazendo 10 anos, o corredor cultural do centro da cidade, em que o Poder Público junto com a iniciativa privada, os proprietários daqueles imó-

veis, têm feito uma ação conjunta no sentido de preservação cultural daquela parte tão tradicional da nossa cidade.

Estou exemplificando isso para nos remetermos à nossa Zona Oeste. Região da cidade extremamente importante porque, como já havíamos decidido, desde os primeiros dias de governo e também conforme indicado no plano diretor da Cidade do Rio de Janeiro, que no dia 4 próximo de junho vai ser sancionado.

A Cidade do Rio de Janeiro tem 3 grandes pólos de crescimento, Jacarepaguá, tendo como centro de gravidade o tanque; a Zona Oeste da nossa cidade, tendo como centro de gravidade Campo Grande e toda aquela vasta região de Ricardo, Anchieta e Pavuna, tendo como centro de gravidade o pólo de Madureira.

Temos tido uma preocupação constante de dotar estas áreas da cidade da infraestrutura urbana necessária para que não aconteça com aquele meio ambiente o mesmo que já aconteceu com outros urbanos da nossa cidade. Desejamos que a Zona Oeste tenha o seu desenvolvimento mais ordenado porque ali convive um patrimônio cultural de imenso valor, através do casario de Santa Cruz, do Centro Cultural do Matadouro, de diversos marcos históricos e inclusive o Marco Sete nome de um bairro dentro de Campo Grande e que também ali convive toda uma zona agrícola, a maior zona agrícola da nossa cidade. Temos ali um centro de bairros, um serviço de prestação de serviços desenvolvidos e, também, uma área industrial, registrada de uma maneira muito forte ao lado direito da Avenida Brasil na região de Palmares.

Ora, uma parcela de nossa juventude possivelmente nunca viu o Morro da Viúva porque hoje ele é cercado por prédios, está totalmente encoberto. Esse tipo de agressão é que nós não desejamos que ocorra na Zona Oeste.

Temos desenvolvido um trabalho bastante intenso com a comunidade daquela região, não somente no sentido das atividades culturais, como a festa de São Jorge Guerreiro, como as cavalgadas, como a festa dos pretos velhos e diversas outras atividades que a nossa Secretaria de Cultura e a RioArte têm desenvolvido naquele local.

Temos um recanto de valor histórico de rara beleza, que é o Rio da Prata de Campo Grande, com seus riachos, com sua igreja e a sua praça. Temos uma série de APAS que estão sendo desenvolvidas, APAS são áreas de preservação ambiental, como a do Mendanha, do Morro do São Luiz Bonfim. Tem sido uma política que estamos tentando adotar no sentido da preservação dessas áreas que contam a história da nossa Zona Oeste.

Aliado a esse processo, discutindo com a comunidade, temos procurado intervir, fruto das nossas prefeituras itinerantes que só naquela região da cidade já exercitamos mais de 50, definir programas de obras condizentes com aquela realidade social. E tanto isto é realidade que podemos traduzir essas intervenções com mais de 500 Km de obras de drenagem, pavimentações e saneamento, onde a mesma quilometragem de valas fétidas foram eliminadas daquela região da cidade.

Temos procurado, também, desenvolver uma política de preservação dos espaços culturais das praças e jardins daquela localidade, como podemos citar a Praça Primeiro de Maio e o próprio calçadão de Bangu. E procurado implantar eixos transversais que possam promover um desenvolvimento harmônico daquela região, como a interligação da Avenida Brasil com a continuação da Avenida das Américas passando pelo centro urbano de Santa Cruz através da duplicação da Estrada do Morro do Ar, do alargamento da Felipe Cardoso e do alargamento da Estrada da Pedra, tendo o cuidado absoluto de, na duplicação da Estrada do Morro do Ar, mesmo com um desvio de traçado preservarmos as palmeiras imperiais que lá existem no meio daquela estrada. Temos procurado, na região de Campo Grande, além de todo o trabalho nessa infraestrutura da cidade criar, também, um sistema viário transversal, interli-

gando a Avenida Brasil à Avenida das Américas em direção à Barra e à Pedra de Guaratiba, que consta basicamente da duplicação da estrada do Mendanha, da Estrada do Rio do Ar, do alargamento e da duplicação da Estrada do Monteiro, respeitando ali um outro patrimônio que é a Fábrica Aleixo Gari que data de 1917, se não me engano, onde foi uma antiga estação de bonde, promovendo o alargamento da Estrada do Mato Alto até chegarmos na Avenida das Américas. Uma outra região de grande beleza e de grande valor histórico é a região do Cantagalo, onde o acesso a essa região foi devidamente pavimentado propiciando àquela população um desfrute melhor daquela região. Eu ressaltaria, também, dentro desses verdadeiros nichos de beleza ambiental do Rio da Prata que estabelecemos uma rede de pavimentação, uma rede de saibro pela Rua Soldado Antonio da Silveira chegando até as nascentes do rio e até as vertentes daquele morro.

Ora isso tem mostrado uma preocupação constante que temos tido com aquela região. Recentemente com a aprovação do plano diretor da nossa cidade vamos desenvolver os projetos de estruturação urbano da Zona Oeste e nesses projetos vamos levar em conta, em intensa discussão com as associações de moradores, os projetos urbanísticos que possam considerar substancialmente todos os vetores que atuam naquela região. Desde as áreas de inundações até seus marcos históricos, o sistema viário, a habitação, as zonas agrícolas, as zonas industriais, enfim aquelas vertentes que vão fazer da Zona Oeste um fator de descontração da nossa cidade, um fator de equilíbrio na nossa cidade, porque ainda é naquela região que existe um verdadeiro espírito comunitário, um verdadeiro espírito de grupo, onde as pessoas costumeiramente, principalmente nos finais de semana, trocam as suas experiências em momentos coletivos.

E para ficar dentro do meu tempo de 20 minutos, eu diria que a Zona Oeste há mais de 17 anos não recebe um trabalho na sua macrodrenagem, isto é, não recebe um trabalho que considere todos os seus rios, o Canal do Itá, o São Fernando, o Piraquê, o Cação Vermelho, o Canal do Melo, enfim todas essas vias, todo esse sistema de drenagem, todos esses rios que desaguam na Baia de Sepetiba há mais de 20 anos não recebem uma dragagem sequer. Inicialmente esses trabalhos eram desenvolvidos pelos BNDS, com a fusão em 75 isso deixou de ser feito e nunca mais ocorreu.

A Prefeitura acaba de fechar um contrato de empréstimo com a Caixa Econômica Federal na ordem de 68 milhões de dólares para que esses rios possam realmente servir ao interesse da população no sentido de preservar a Baia de Sepetiba, mas também no sentido de as áreas de inundação, principalmente aquelas de Santa Cruz que estão ali os pontos mais baixos da nossa cidade. É uma intervenção muito esperada por aquela região, vai ser um serviço longo, de mais de dois anos, e se coloca ainda na área de planejamento como de fundamental e vital importância que se construa uma estação de tratamento de esgoto naquela região porque vai ficar impossível sua preservação ambiental tendo em vista que todos os esgotos são consumidos pela fossa séptica ou lançado diretamente nos cursos d'água, para que a Bacia de Sepetiba possa sobreviver é vital esse tipo de investimento.

Isso eu reafirmo porque entendo que nesse primeiro Encontro de Ecomuseu todas as atividades comunitárias que visem a preservação e a melhoria do meio ambiente urbano estão instaladas dentro da cultura da nossa cidade e a Zona Oeste tem na sua história esse marco fundamental, durante dezenas de anos ela foi esquecida, é necessário e fundamental, não por bondade, não por desejo somente político mas porque é uma necessidade da nossa cidade investir naquela região preservando seu patrimônio cultural. Muito obrigado.

Evelyn Werneck Lima

Gostaria de agradecer muito ao Dr. Luiz Paulo, foi muito interessante a exposição de todo o trabalho que

está sendo realizado principalmente nas duas secretarias, e gostaria de passar a palavra para o Dr. Sinvaldo Nascimento por favor.

Sinvaldo do Nascimento Souza

Boa tarde, em primeiro lugar eu gostaria de fazer uma referência toda especial à iniciativa da organização desse primeiro Encontro Internacional de Museus e dizer que no início do ano passado nós lá no NOP Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz, recebemos a visita do Ricardo Várzea e da Mariana Várzea. Eles nos procuraram com uma proposta para a realização de um encontro internacional, e eu, na época, achei a proposta muito ousada e realmente não acreditava na possibilidade da realização de um encontro internacional no prazo tão curto, num período tão exíguo. No final do mês de agosto, início de setembro, também do ano passado, realizamos o primeiro Forum Cultural da Zona Oeste, em Campo Grande, uma iniciativa da Secretaria de Cultura do Município e novamente encontrava o Ricardo Várzea, já com o Secretário de Cultura Carlos Eduardo Novaes, propondo novamente a realização do encontro. O Novaes então comprou a idéia, aceitou e estamos participando hoje deste Encontro, é claro que nesse tempo algumas idéias, algumas propostas colocadas inicialmente e modificadas. Por exemplo: a proposta inicial de se criar, de se pensar o ecomuseu, fosse limitada, fosse iniciada a partir da jurisdição daquela que foi a Fazenda de Santa Cruz, fazenda jesuítica, a Fazenda Real, depois a fazenda imperial; depois se pensou na Zona Oeste.

Vamos colocar hoje nesse nosso breve tempo, as características da Zona Oeste como um todo e acredito que a partir dessas informações vocês poderão tirar conclusões que, inclusive hoje, um participante já mais ou menos colocou, até da inviabilidade de se pensar em um ecomuseu, em uma área tão diversa e tão abrangente. Mas acho que isso é uma coisa que primeiro temos que analisar estudar.

Escrevi aqui uma apresentação e vou fazer a leitura para que possamos mais ou menos nos situar em relação a esta proposta. Então falamos assim, a temática do painel 5 deste primeiro encontro internacional de ecomuseus, potencialidade Zona Oeste, projeto sócio-cultural nos convida e nos incita a falar a respeito da totalidade dos meios disponíveis, da força e da capacidade de realização da Zona Oeste. Mas afinal o que é Zona Oeste? Como se formou historicamente esta região? Que características geomorfológicas poderíamos apontar como peculiares nas regiões de Santa Cruz, Bangu, Guaratiba e Campo Grande? Qual o perfil sócio-econômico-cultural da população da Zona Oeste? Que respostas objetivas e concretas pretendemos alcançar no encerramento deste Primeiro Encontro Internacional de Ecomuseus? Até que ponto a proposta de se pensar o ecomuseu como uma boa solução para a Zona Oeste não se aproxima e alcança a própria idealização de um projeto sócio-cultural para esta região? Como poderíamos coadunar as idéias lançadas neste fórum internacional com outras, com outras experiências bem sucedidas a nível nacional e internacional e inseri-las no espírito, mas principalmente na prática, do que se transformará em texto legal o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, especificamente no que se refere às diretrizes de uso e ocupação por áreas de planejamento, inclusive o Secretário acabou de fazer referências agora. Porque se vocês conhecem o texto do plano da cidade, de certa forma já é uma proposta para ecomuseu, então muitas vezes conversamos, debatemos e esquecemos de ver até o que já está mais ou menos previsto, não sei se o Secretário concorda com isso, mas pelo que eu li já há mais ou menos uma proposta de ecomuseu por aí. Essas e outras tantas indagações ficam lançadas e certamente serão respondidas no final do fórum, mas gostaríamos que, efetivamente, tais respostas não fossem simplesmente oferecidas aos participantes deste Encontro como algo pronto, acabado e empacotado como um presente. Mas sim como um con-

vite para uma caminhada, uma jornada que precisa ser percorrida, um problema que deve ser solucionado em conjunto, de um lado a comunidade, que irá redescobrir os problemas de seu bairro e lutar pelos recursos municipais e de outro, os governos, empresas, ouvindo todos os segmentos e decidindo a partir das prioridades propostas pela comunidade. Quero dizer que não estou elocubrando em cima de uma utopia, mas afirmando que já está na hora da descentralização das decisões governamentais e valorização do poder local. Essa questão do poder local já se coloca a nível internacional, quer dizer, já se começa a valorizar essa coisa do poder local, isso é importante tem que se pensar nesse poder local, porque a comunidade, a população que vivencia o problema, ela sabe o que doi na ferida, o que prejudica mais.

Acredito nas palavras das professoras americana, quando afirmam que a solução está nos esforços que a própria comunidade pode fazer para descobrir fórmulas inovadoras e corajosas em busca da alocação dos recursos municipais e, como todas as boas idéias, deve ser reprisada, repetida. Vamos apresentar aqui os pontos dessa socióloga norte-americana que é autora de um livro muito interessante, *O Mito da Marginalidade, Favelas e Política do Rio de Janeiro*. Ela propôs isso em uma entrevista que deu ao *Jornal do Brasil* no dia 06 de novembro de 1988, e vamos apresentar essas propostas para que possamos analisá-las, também como alguma coisa relacionada a ecomuseu.

A inovação, quer dizer, esse projeto de ecomuseu deve ser baseado na justiça social, não pode beneficiar só os ricos. Aliás, foi falado muito aqui, essa proposta tem que abranger, atingir a todos, toda a população. Esse é o primeiro ponto, talvez esteja fora de ordem a seqüência mais ou menos por aí.

Precisa ser ecologicamente compatível, não adianta criar 5 mil empregos e poluir a baía. Existia um projeto ali próximo a Itaguaí, do pólo petroquímico, que falava em criação de não sei quantos mil empregos, mas em termos ecológicos é completamente inviável.

Depois ela coloca também que não pode ser imposta de cima para baixo tem que ser democrática. É claro, tem que ser discutida com a população. Depois que precisa ter viabilidade tecnológica. Não se pode ficar falando em teleférico que ligue a Praia do Perigozinho a Grumari. Isso aí é besteira.

Deve ser economicamente viável, não pode ser caro e nem servir como plataforma política. Isso eu fiz questão de colocar como item separado porque não é possível pensar em nenhum projeto sócio-econômico como alguma coisa que parta de uma plataforma política, porque geralmente essas plataformas políticas, têm fins eleitoreiros, não podemos pensar em termos de projeto sócio-econômico e de projeto de ecomuseu, que está por aí, como alguma coisa de plataforma política. Agora, por favor, vamos apresentar alguns aspectos que questionamos aqui a respeito das origens da Zona Oeste, do Rio de Janeiro.

Primeiro vamos colocar esse mapinha para vocês terem uma idéia da Zona Oeste do Rio de Janeiro, corresponde a 47.1% de toda a área do território do Município, é quase metade do Município. Como o secretário acabou de colocar, também tem áreas agrícolas, tem parques de indústrias.

Eu gostaria que controlassem meu tempo e sobrasse 5 minutos porque temos um vídeo feito a partir de imagens paradas, vocês vão ter uma idéia de um mapa, e é aí que vocês vão ver onde tem cobertura vegetal, onde tem o maior índice demográfico, parte de litoral e isso tudo.

Pelo mapa, aqui, vocês têm, ali, Santa Cruz que é o extremo oeste da cidade e vocês têm lá Itaguaí. Essa área de Santa Cruz, ela se complementava com a área da antiga fazenda jesuítica, que subia de Santa Cruz, ia até a Serra Matacans, em Vassouras, era uma área muito grande. Então Santa Cruz, temos, ali Sepetiba e Paciência. Mas lá ao norte, quase próximo a Nova Igua-

çu, temos uma área verde. Aqui onde está escrito Campo Grande também temos uma área verde que se prolonga para leste, que é o Parque Estadual da Pedra Branca. Ainda temos área pesqueira aqui, em Guaratiba. Esse litoral que pega desde a foz ali do Rio da Guarda até essa ponta na região de Guaratiba, isso corresponde a 54 quilômetros. Essa área toda era uma área ocupada pelos primitivos habitantes dessa região, que há 3 mil anos atrás já residiam ali. Têm trabalhos no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, da Maria Conceição Beltrão, que registram a existência de 38 sítios arqueológicos, esses sítios arqueológicos, na última informação que nós temos, não sei se tem alguém com informações mais atualizadas, é de 84, 19 sítios arqueológicos já haviam sido destruídos, o que é uma pena, uma coisa lamentável. Os preservados foram devido a sua localização no Centro Tecnológico do Exército, que sendo uma área militar não tem acesso ao público. Nesses sítios arqueológicos, eles localizaram a existência da cultura tupi-guarani, encontraram diversos instrumentos e materiais.

Quer dizer essa coisa da arqueologia e da ecomuseologia se aproximam. Infelizmente não o temos mais na Ilha do Tatu nenhuma referência a respeito dos primitivos habitantes, que eram catadores de moluscos, eram índios canoeiros, como bem diz o Alberto Ribeiro Lameda naquele trabalho interessantíssimo *O Homem e a Restinga*. Eles viviam por esse litoral todo catando mariscos para o consumo e dali eles faziam monturos que mais tarde foram chamados de Sambaquis, que têm sido estudados desde o início do século. Em 1918 um geólogo já fazia os primeiros estudos de Sambaquis, mas cientificamente, de forma mais apurada e mais correta temos os trabalhos da Conceição Beltrão que foram publicados no livro *Pré-história do Rio de Janeiro*, publicado pelo Instituto Estadual do Livro. É muito interessante esse trabalho, vale a pena fazer uma consulta.

Bem essa região de Campo Grande, como o Secretário também já fez referência, é uma região comercial, representa, não toda a Zona Oeste, mas principalmente Campo Grande, 13% do comércio do Rio de Janeiro, quando vocês tiverem a oportunidade de ver o vídeo que vai apresentar, vocês vão verificar que bem próximo de distritos industriais temos fazendas. Eu levei o Mário Moutinho e o nosso amigo René Rivard para visitar uma fazenda, nós fomos em uma fazenda pecuária, um conjunto habitacional e uma indústria, entende? Quer dizer, é uma região muito diversa, muito complexa para um estudo.

Bem, nós gostaríamos de falar um pouco sobre a ocupação lusitana da Zona Oeste. Tem tanto material interessante que ficaríamos aqui dois dias falando e não completaríamos. Mas essa ocupação lusitana eu acho importante porque aí nós temos a referência aos primitivos colonizadores. Quer dizer, a primeira origem que temos é a sesmaria do século XVI e XVII, que teremos engenhos fazendas, tanto no século XVII como no século XIX, depois as paróquias, freguesias, vocês vêem ali, no século XIX, uma nomenclatura religiosa, a influência da Igreja também até na divisão administrativa. Já no século XX, temos os distritos-bairros e mais recentemente as regiões administrativas que ainda hoje se mantêm. A questão do sertão carioca, triângulo carioca e polígono carioca eram denominações populares. O Sertão Carioca, que inclusive tem um vídeo com esse título, é interessante porque foi, segundo me consta, colocado pelo geógrafo Magalhães Correa, jornalista que freqüentava muito aquela região. Ele chamava de sertão carioca toda a região de Jacarepaguá até Itaguaí, passava um pouco. Ele também tem uns trabalhos que foram publicados no Correio da Manhã, no suplemento cultural, na década de, em 1939, para ser mais preciso, intitulados *À Margem do Sertão Carioca*. E são artigos exatamente sobre Sepetiba, Santa Cruz, Campo Grande, interessantíssimos. Bom, sertão não no sentido nordestino, mas no sentido de população escassa.

Porque falar em sertão no sentido nordestino ali é até um crime porque todo mundo sabe que ali é uma área muito rica em termos de vegetação.

Bom, o triângulo carioca é referente ao que Campo Grande forma pegando Santa Cruz e Guaratiba, daí triângulo carioca. Depois eles incluíram também Bangu e daí poligano carioca. Quer dizer essas denominações triângulo e poligano, não eram denominação oficiais, mas sim populares, que se mantêm. Bem, nós paramos aqui no poligano carioca. E Zona Oeste é uma denominação que veio em 1974 com a aquela chamada definição da região metropolitana do Rio, não é? Daí a denominação Zona Oeste. Agora queria que passasse a outra prancha, depois desse aí. Quer dizer, da pré-história nós já falamos mais ou menos alguma coisa, 3 mil anos antes de Cristo, século XVI, sítios arqueológicos, principalmente em Sepetiba e Guaratiba.

Em Sepetiba foram localizados sítios na região chamada do Piaí, que quer dizer pirralho, menino na linha tupi, guri. E Guaratiba ou Sepetiba, tiba, o sufixo tiba em tupi quer dizer muito, abundante, em grande quantidade. Então Sepetiba muita quantidade de sapê, sapezal. E Guaratiba, gurá aquela ave vermelha que tem no litoral, Mangaratiba seria tiba muita banana e tal.

Bom, de tradição cultural predominante da família lingüística tupi-guarani, do tronco tupi, características culturais já falamos, índios canoeiros, coletor de moluscos e o material que foi encontrado, esse material está no Museu Nacional, cerâmica, percutores, polidores, machados esse material lítico e ponta de flecha, ossos e urnas, enterramentos em urnas. Esse sítio nós colocamos aqui a referência de 38. Em 1984, 19 destruídos. Se alguém tem alguma referência mais atualizada, eu gostaria, que depois, na intervenção falasse, porque eu sei que a equipe da Conceição Beltrão desenvolvendo os estudos até hoje.

Bom, aqui, por favor está virada, é só pra que vocês tenham uma idéia da nossa proposta de, vamos dizer assim, do núcleo dessa proposta de ecomuseu, gente vocês vão sentindo que a Zona Oeste é uma coisa muito complexa, muito grande, temos uma proposta, o NOPH, o Núcleo de História, as pessoas que têm aqui de se pensar no ecomuseu a partir desse núcleo, a partir desse quarteirão cultural do Matadouro.

Aqui temos a sede do antigo Matadouro de Santa Cruz, depois transformado em Escola Princesa Izabel. Temos que partir por aí. Aqui temos uma área histórica, com palmeiras e figueiras antigas, foi uma área urbanizada por famoso paisagista no final do século XIX e tem todo o referencial de história, ligado à história econômica da região, então temos uma população migrada para lá nas duas décadas. A nossa proposta de ecomuseu, ela tem um sentido.

Aqui nós temos a área do Morro do Mirante, que é o ponto mais alto, que inclusive temos um projeto de tombamento já encaminhado ao INEPAC, infelizmente ainda não apreciado totalmente, mas que até ontem eu conversava com o Márcio e temos uma proposta de fazer ali um observatório, a olho nu e também com a utilização daquela técnica da Universidade Federal de Minas Gerais de utilização de tubo de PVC, de criação de um bosque naquela área, enfim de utilização dessa área que é nobre.

Aqui como referência, é o centro histórico principal a área do Palácio Imperial de Santa Cruz, que atualmente é um quartel do Exército, o 1º Batalhão de Engenharia de Combate, que vem abrindo as portas para a comunidade como biblioteca, como museu. Lá tem o marco da Fazenda Imperial. Aqui, mais embaixo, o hangar do Zepelim, que é o único hangar construído especialmente para Zepelins, que atualmente é a Base Aérea de Santa Cruz. Existe também uma proposta de 1978 para o tombamento, mas o Ministério da Aeronáutica não está concordando por ser área militar.

E olha eu vou colocar aqui só para atender nosso amigo Varine duas pranchas referentes a índices dados de 88 a partir do IBGE, Instituto Brasileiro de Geogra-

fia e Estatística, da população por idade, faxas etárias. Em 1988, estávamos em Bangu, com 701 mil habitantes; Guaratiba e Campo Grande, porque Guaratiba foi computada junto com Campo Grande porque fazia parte da mesma região administrativa, com cerca de 400 mil e Santa Cruz e Sepetiba, 222 mil habitantes. Daria um milhão e trezentos mil. Quer dizer, essa população, para vocês terem uma idéia como é o perfil sócio-econômico-cultural. Vamos ver. Ainda em 92, fizemos uma estimativa a partir da taxa de crescimento anual, vocês vêem aqui, por exemplo em Bangu temos 780 mil habitantes, quer dizer que já dizer já houve um crescimento significativo. Campo Grande e Guaratiba vocês têm aqui 500 mil habitantes e Bangu, 780 mil habitantes. É uma região grande? É uma região que abrange vários micro-bairros. A taxa de crescimento de bangu vocês observem que foi menor 3,60%, Campo Grande teve 70% e Santa Cruz 5%, quer dizer, a tendência de crescimento da zona oeste é realmente para extremo oeste.

A alfabetização de Bangu é de 85,7%. Campo Grande e Guaratiba 82,5%. Santa Cruz e Sepetiba 78,6%. O que se chama de alfabetização realmente? Porque o IBGE faz a pesquisa e pergunta sabe ler? Sabe escrever? E a pessoa fala que sabe escrever o nome, já se considera alfabetizada. É uma coisa complicada, gente, porque vocês vão ver na frente, na outra tabela que nós vamos mostrar que isso aqui é uma contradição em termos de complementação de curso elementar. Bom, densidade demográfica de Bangu 6.612 habitantes por Km^2 Campo Grande 1.570 e Santa Cruz 1.404. Agora vejam aí o paradoxo que a gente não concorda com aquele alto índice de alfabetização, quer dizer, apenas saber escrever o nome é ser alfabetizado? Aqui embaixo, começando, essa aqui debaixo, do curso completo. Olha ali. Curso elementar, complementação do curso elementar, o primeiro seguimento do primeiro grau, o que corresponderia a 5 anos de estudos, quatro anos de estudo, quatro anos, menos de quatro anos, corresponderia a 61% que teria de conclusão e depois vai diminuindo, 23%, em Bangu 23%, segundo grau 12%, superior 2% apenas. Aí vem Campo Grande 61%, depois primeiro grau é equivalente para as pessoas ao estudo de 8ª série, 8 anos. Segundo grau seriam mais três anos e superior 2,3% ali em Campo Grande , 12% no segundo grau. Santa Cruz cai bastante, 66% o elementar, 22% no primeiro grau, 11% no segundo grau, 1.6% no superior.

Agora referente à origem falou aqui o nosso representante da UNESCO, o equatoriano-cubano, a respeito da procedência. Vejamos aqui, temos essa procedência. Até a questão folclórica de festas que o secretário fez referência, a festa do São Jorge, ela não teve origem na população autóctone de Santa Cruz e sim na que vinha de Minas trazendo o gado. E chegava em Minas com aquela coisa do cavalo e tudo e daí surgiu a festa do São Jorge, não é uma coisa interessante? Então você vê Estado do Rio, Pernambuco, Paraíba, contribuindo, também com Minas Gerais, contribuindo para o aumento da população dessas regiões. E lá em cima os rendimentos e salários mínimos, por favor tirem as suas conclusões a partir da esquerda para a direita, porque olhem lá *sem renda* 44% em Bangu, 47% em Guaratiba e 48% sem renda em Santa Cruz e Sepetiba. Tirem suas conclusões porque quando se fala em *sem renda* a gente tem também que considerar, as pessoas que trabalham como camelôs. Agora, por favor, gostaria que passassem o vídeo.

Olha gente é um vídeo feito ontem às pressas a partir de imagens paradas, não está muito bom, foi feito assim de ontem para hoje. Ali vocês vêem já a cobertura vegetal na área de Bangu. Essa parte mais vermelha, maior concentração de população, região de Campo Grande e Guaratiba, observem que já tem uma área, uma região bem habitada. Aqui nós temos o litoral todo, em Sepetiba, aquela área dali já é a área de Santa Cruz, observe que tem um núcleo mesmo do centro de Santa Cruz. Vejam aqui o distrito industrial de Santa Cruz. Campo de São Marcos. Jesuítas. Fazenda

dos Palmares. Serra da Paciência. Todas essas regiões nós temos tantas fazendas como distritos industriais, como áreas comerciais e como muita casa, todo esse vermelho aqui, que são conjuntos habitacionais. Serra da Paciência. Vilar Carioca, também é uma região bastante habitada. Santa Clara, também. Magarça. Aqui, Jardim Maravilha. Essa área de Sepetiba já tem um pouco de área verde, de Guaratiba. Observe que tem área verde, bastante área verde aqui próximo a Guaratiba, Sepetiba. O litoral, aqui viviam os índios, os famosos índios canoeiros, aos quais fizemos a referências. Aqui Ilha do Tatu, também existia um núcleo. Campo de Santa Cruz. Os campos tinham nome, denominados pelos jesuítas, todos ligados a Igreja. Santa Cruz, Santo Agostinho, Campo de Roma. Agora já tem trabalho realizado pelo NOPH junto com a Câmara Municipal, que é a história de Santa Cruz para crianças. É o projeto do centro cultural, que é exatamente a recuperação desse espaço. Do antigo Palacete do Matadouro. Aí a visita ao NOPH. Aqui pesquisa de campo realizada nos rios de Santa Cruz. Visita às ruínas, às igrejas, aos rios, às ruínas do Engenho de Palmares, que nós estamos querendo recuperar junto com a ajuda lá do fazendeiro. Os marcos da Fazenda de Santa Cruz. Conjunto Cezarão. A sede do NOPH. Os marcos que são importantes. Visitas de crianças. Ponte dos Jesuítas, que foi tombada pelo Patrimônio Histórico, é um monumento importante. O Antigo Palácio Real Imperial, hoje descaracterizado. Marcos, fizemos um projeto específico para localização dos marcos. O famoso Túnel dos Jesuítas, o mito, a lenda e tal. O palacete de novo. As casas, foi um inventário fotográfico de todo acervo arquitetônico daquela região. Esse é um trabalho que nós estamos desenvolvendo desde 1983. Então são elementos arquitetônicos, construções, enfim uma série de trabalhos. Bicas d'águas que eram o filão eleitoreiro da década de 50, o vereador ia para lá inaugurar a bica d'água e ganhava uns votinhos, construções antigas. De Santa Cruz. Tudo isso em Santa Cruz. Muitas casas dessas já

foram demolidas. Aí nosso projeto de luta pelo centro cultural. Aí é um trabalho já feito por crianças, alunos, alunas do primeiro grau de um colégio particular para apresentar na escola. E então demos um apoio. Têm várias crianças que fazem pesquisa no NOPH a partir do nosso acervo de biblioteca, de arquivo, hoje deixamos jornais. Essa louirinha aqui é a minha filha Tatiana. Fazer uma propagandazinha? Elas se reuniram e fizeram um trabalho em forma de vídeo e depois me emprestaram essas imagens. E apresentaram no colégio. Ficou muito interessante porque a criança vinha se sensibilizando em relação às coisas que acontecem na região. Aí as palmeiras plantadas é nosso trabalho junto com as crianças. Essa aqui é a Tatiana. Tem que falar um pouquinho da filha, das filhas, que são três. Aí é o Secretário Carlos Eduardo Novaes em frente ao centro cultural prometendo que o centro será realmente restaurado, Depois ele nos leva a falar com o Prefeito. Aí nós temos uma atividade, mostrando que Santa Cruz também tem palhaço. Aí é a sede lá do quartel. Aí já com o Prefeito, no dia da audiência, o Prefeito sempre confirmando, vocês vão observar que o prefeito está sempre com a cabeça assim dizendo que sim. olha lá o Prefeito, está falando sim, Viu?

Muito bem. Olha agente só para terminar, estamos ao lado do nosso secretário e, mais forte candidato a prefeito do Rio de Janeiro. Tenho certeza que ele vai dar seqüência a essas propostas de restauração do Palacete do Matadouro. Agora eu gostaria de fazer um agradecimento todo especial a essa platéia da Zona Oeste? Que colabora conosco e essa força para que pudéssemos apresentar esse trabalho. Obrigado.

Luis Paulo

Obrigado Sinvaldo. Foi bonito, você fez um trabalho bonito. Eu gostaria de passar então a palavra para o Roberto... para que ele pudesse fazer a sua exposição.

Roberto Pechman

Bom, eu não trabalho com ecologia e nem com museu. Sou historiador e acho que fui convidado porque fiz um trabalho, uma pesquisa muito grande na universidade sobre a formação histórica da Zona Oeste, principalmente a partir da propriedade da terra e dos conflitos. Então fiz um longo estudo documental. E nos livros de registro de terra de juízos de paz, a partir do século XVIII, sobre a zona oeste.

Eu começaria a pensar a questão do ecomuseu, e para mim mais especificamente, a questão da ecologia a partir da Zona Oeste. Eu queria avivar a memória de vocês me referindo ao Rio de Janeiro em termos da sua natureza e principalmente no que eu imagino que seja uma segunda natureza.

Eu diria, principalmente a partir da muitas evidências, que o Rio de Janeiro não tem mais a sua natureza original, tem uma natureza, vamos dizer, uma segunda natureza mesmo. Vou dar um exemplo rápido. Onde nós estamos sentados aqui nos séculos XVI, XVII era uma lagoa, a Lagoa da Carioca onde os índios gostavam de nadar, pescar e andar de barquinho.

O Rio sofreu, a partir do século XVI, com a chegada dos portugueses, profundas modificações na sua paisagem, seja na forma de aterros, seja na forma de desmontes, seja na forma de secamento de pântanos, seja na forma de aterramento de lagoas etc. Como diziam os geógrafos, principalmente o centro do Rio era uma enorme esponja, era um solo todo molhado e que foi conquistado às custas de muito trabalho e infelizmente de uma grande depredação da natureza. Um outro exemplo é o Passeio Público, que era a Lagoa do Boqueirão que foi aterrado com um desmonte de um pequeno morro ali perto de Santa Tereza, o Morro das Mangueiras. E assim se sucedem diferentes aterros, sejam da época do Pereira Passos, sejam da época do Lacerda, sejam da época dos vice-reis. Então eu diria, se fossemos pensar como os americanos gostam de fazer

aqueles filmes **De volta para o Futuro**, se fossemos ao passado e voltássemos para o futuro seria completamente impossível reconhecer a paisagem dessa cidade. É uma paisagem profundamente transformada e me suscita a pensar que processos históricos aconteceram que levaram à destruição dessa paisagem.

No meu ponto de vista, a imagem que eu faço é uma imagem de destruição mesmo. Eu queria invocar um pouco coisas que vocês já conhecem, por exemplo o projeto colonial português para o Brasil. Português chegou aqui com uma preocupação bem definida que é a da conquista, da colonização a partir de uma idéia de lucro fácil e lucro rápido.

Então ao se instalar, principalmente em terras cariocas, não se preocupou, como o espanhol, em planejar a ocupação. E aí, como diz o Sergio Buarque e vários historiadores, o português se relacionou com a terra de uma maneira sensual, despreocupado com linhas retas, despreocupado com ângulos, grandes praças centrais etc., com quarteirões, como Buenos Aires, muito bem definidos de 100 metros e etc. O português aqui não alinhou, nem em Salvador nem no Rio de Janeiro, não alinhou a cidade despreocupado com seu crescimento. À medida que precisava, ia aterrando parcelas do território e a cidade ia crescendo dessa forma. Eu acho que a partir daí a gente pode pensar em duas questões quando evoca a questão da paisagem e da ecologia em duas noções. Primeiro a do lucro fácil, à flor da pele. E a segunda, curiosamente, é uma noção que remete a pensar a questão do racional e do científico. Os espanhóis, quando chegaram na América, traziam na mão Lei das "Índias, que era todo um projeto de ocupação do espaço de maneira muito racional, pensando na direção dos ventos, na salubridade do ar, na beleza do lugar, enfim todas as qualidades ou dificuldades para se instalar no espaço. Já o português estava completamente despreocupado com isso, mas, curiosamente, nós vamos assistir ao longo dos séculos, principalmente no século XIX, um grande esforço. Já não é

mais uma terra portuguesa, a gente já tem a independência, mas um grande esforço no Brasil de se afastar drasticamente de toda uma mentalidade colonial, que apontava para alguma coisa arcaizante. Então ao longo de todo o século XIX o que se assiste, principalmente na capital do Império, é um grande esforço de se conectar com as linhas do pensamento ocidental, principalmente inspirado na França.

Eu acho que juntando essas duas noções que coloquei aqui, a idéia de lucro fácil e rápido e sem grande esforço e sem grande investimento, por um lado, e por outro, a idéia é de que o racional sempre aponta para o progresso, o que é uma falácia, eu acho que com isso a gente pode pensar um pouco a questão da transformação da paisagem. Não só a transformação da paisagem do Rio de Janeiro, que se nós fomos pensar em detalhes acompanhar esses dois movimentos da avidez do lucro, por um lado, e da tentativa de impor uma sociedade racional, podemos pensar então que os processos de transformação da paisagem e fundamentalmente a questão ecológica pode ser pensada por esse viés. É por aí que eu vou entrar na questão da Zona Oeste.

No estudo que eu fiz da Zona Oeste, minha preocupação era pensar como das grandes fazendas dos séculos XVII, XVIII se chegou ao lote urbano.

Então desde o século XVI já temos toda uma população habitando o interior do Rio de Janeiro, basicamente a área de Santa Cruz onde se instalam os jesuítas e eles têm uma enorme porção de terra onde trabalham a cana de açúcar com muitos escravos?

Ao longo dos séculos XVII, século XVII, toda a área da Zona Oeste é ocupada por grandes fazendas de açúcar, de engenho e de aguardente também. Posteriormente com a decadência do açúcar brasileiro ao nível de competição no mercado internacional estas fazendas entram em uma espécie de repouso. Então fica uma situação muito estranha, porque não há uma atividade econômica dinâmica e essas fazendas como que se voltam para si mesmo e têm que viver uma espécie de

agricultura de subsistência. Só no começo do século XIX, começa um processo de fragmentação dessas grandes fazendas. Pelo que eu vi a documentação de 1820 e 1830 e assim por diante, aparece claramente o grande proprietário construindo uma tática para valorizar suas terras e ao mesmo tempo ganhar alguma renda com isso. Então se institui o arrendamento de terras, e o que leva a criação de pequenas chácaras, pequenos sítios e a introdução do pequeno proprietário. Vocês sabem que até 1831 vigorou no Brasil o sistema de sesmarias, não havia nenhuma outra possibilidade de acesso à propriedade da terra a não ser através de doação. Só com a abolição, o fim das sesmarias, se não me engano em 1831, outras formas de acesso à propriedade vão aparecer. Mas entre 1831 e 1855 quando da Lei das Terras fica um vazio no sentido de que não há uma legislação muito clara. Então há todo um momento de entrada muito grande e pequenos proprietários sem títulos que ocupam, ao nível do Brasil em geral e certamente na Zona Oeste isso aconteceu. Então além do processo de fragmentação da propriedade das grandes fazendas, acontece paralelamente um processo de apossamento da terra através de inúmeros posseiros. A situação que a gente vai encontrar no final do século XIX, e aí eu trabalhei mais com o século XX também com sensos e com algumas informações estatísticas mostra que é uma região ocupada principalmente por pequenos lavradores.

Então é aí que eu queria chegar, nós vamos constatar que desde a virada do século XIX até os anos 60 a Zona Oeste é uma grande porção de terra ocupada basicamente por pequenos lavradores que cultivam uma agricultura de subsistência nas suas pequenas propriedades. Evidentemente que nem todos são proprietários, muitos são arrendatários, alguns são foreiros, muitos são posseiros. Então há convívio de grandes proprietários que quase não fazem nada na sua fazenda, às vezes são proprietários absenteístas que deixam um capataz no local e muitas vezes abandonam a fazenda

por falta de estímulo econômico. O fato é que se aproximando dos anos 40. Antes, nos anos 30 vamos ter uma experiência importante que vai ser da disseminação dos laranjais por toda baixada fluminense e pela Zona Oeste.

Estes laranjais fizeram com que as terras, principalmente de Nova Iguaçu, Nilópolis, toda a região da baixada fluminense se valorizassem rapidamente. O Brasil se tornou o maior exportador de cítricos do mundo. Com o problema da Segunda Guerra Mundial e o problema do tráfego internacional através de navio esses cítricos não chegam a Europa e começa a decadência. A mesma coisa aconteceu na região da Zona Oeste e no entanto se mantém aí toda uma lavoura chamada lavoura branca de horticultura e fruticultura.

Então, a característica da Zona Oeste até chegar o loteamento por volta dos anos 40, 50, é de uma vasta região muito dinâmica mas um pouco deslocada do eixo dos grandes capitais, que investem na terra para daí terem lucro ou mesmo o capital imobiliário. Agora, evidentemente que anos depois, uma ou duas décadas depois, nos anos 40, nos anos 50 e 60 essa situação vai mudar drasticamente e todo o processo de expansão que tinha tomado vetor da Baixada Fluminense começa a se dirigir em parte para a Zona Oeste. Só para vocês terem uma idéia, nos anos 60 a Baixada Fluminense teve 370 mil lotes urbanizados. É uma boçalidade em termos de expressão numérica, só na década de 50 para 60.

A mesma coisa vai acontecer na Zona Oeste, e o que a gente vai assistir aí é um dramático impasse. Por um lado a zona que vários governantes viram como a promissora de abastecimento da cidade de horticultura, de fruticultura, de laticínios, de aves e assim por diante, toda uma zona que abastecia a cidade com a possibilidade do alimento chegar mais barato à mesa do carioca. Essa zona começa a ser fortemente pressionada pelos interesses do capital imobiliário e da especulação fundiária. O que a gente vai assistir,

principalmente ao longo dos anos 50 e 60, é uma violenta expansão na direção dessa região e uma fricção extremamente forte entre os pequenos agricultores e os grandes, não diria os grandes capitais, mas os que estão ligados diretamente ao capital imobiliário. Então a partir daí a gente vai ver toda uma política de loteamento e dos órgãos governamentais fecharem os olhos para todo um problema de corrupção, de falsidade de títulos, de violência através da grilagem pura e simples e a imposição de uma nova realidade econômica à essa região. Quer dizer o padrão capitalista, no caso, para usar o jargão, capitalismo selvagem, nesses trópicos se expressa de maneira bastante clara na Zona Oeste. Não é um mercado que resolve o impasse entre a fronteira urbana e a fronteira rural mas em geral é pau, a violência, a corrupção e a falsidade de títulos. Isso aconteceu na Zona Oeste de montão e evidentemente na zona vizinha, a Barra da Tijuca também que passou a ter cinco grandes proprietários que nasceram do nada.

Enfim, só para concluir eu queria aproximar esse conjunto de informações e de idéias para mostrar o seguinte: todo o processo de destruição da paisagem, que era preservada basicamente para um tipo de atividade econômica, que do pequeno proprietário, do pequeno arrendatário, do pequeno lavrador que por sua prática tinha toda uma relação de vínculo com a terra, e evidentemente para o seu benefício econômico e que beneficiava o abastecimento da cidade. A introdução do catálogo imobiliário nessa região foi devastadora e muito pouco cuidadosa, resultando em uma nova paisagem, eu diria, numa outra natureza, essa de corte, de perfil estritamente urbano e que mostrou a sua faceta medonha, que é a miséria, que são os loteamentos estúpidos mal elaborados, loteamentos clandestinos, loteamentos irregulares. O governo interessado na carga tributária que a organização traria para essa região sempre fez vista grossa e assim conta-se mais um episódio da nossa história onde o conflito entre os direitos se coloca e é resolvido de maneira que a gente já conhe-

ce, de maneira predatória onde o que está colocado em cena é sempre uma ficção do progresso, uma ficção de que a urbanização é a panacéia, é a solução de todos os nossos males, depredando barbaramente, toda uma cultura, toda uma economia implantada no local e que a partir dessa luta é expulsa e vai se situar sabe-se lá aonde. É isso aí.

Evelyn Werneck de Lima

Pegando o gancho do Roberto, eu espero que essa luta para que a paisagem urbana não continue a ser sempre modificada e para que não aconteça o que tem ocorrido durante o século XX, onde um Prefeito abre uma avenida no período de 1903 e 1906 e hoje ao caminharmos nessa avenida já vemos a quarta geração de prédios edificados sobre essa avenida é evidente que temos que fazer alguma coisa para preservar a identidade cultural das pessoas, da população. E eu acho que fazer o seminário de ecomuseus foi uma idéia maravilhosa, infelizmente eu não pude comparecer a todas as palestras, mas hoje de manhã tive o prazer de assistir à do Prof. De Varine e achei sensacional a maneira como a cidade vem sendo abordada, os museus franceses, os ecomuseus franceses que desmistificam todo o conceito de museu que existia pelo menos na minha cabeça. Não sou museóloga, eu sou arquiteta e urbanista e realmente acho que é uma mudança radical no pensamento das pessoas.

Mas eu gostaria de dizer também que o nosso Secretário, o Novaes, quando ele assumiu, resolveu fazer um levantamento na cidade sobre o que seria realmente o desejo das comunidades em relação a cultura e eu tenho a impressão que isso foi muito positivo no sentido de que a comunidade nunca havia sido ouvida e houve um direcionamento. Eu acho que o trabalho de ação cultural da cidade na Zona Oeste tem sido muito rico.

Minha área é a do patrimônio cultural. E nesse sentido, tanto o que o Luiz Paulo colocou, de preservar a paisagem mas também preservar as populações, no sentido de evitar o que aconteceu desde a ocupação inicial no século XVI na nossa terra, que era a expulsão progressiva dos grupos sociais, dos seguimentos sociais que habitam determinado espaço porque realmente sempre o mais forte, a classe dominante conseguiu vencer. Acho que agora essa questão de baixo para cima, quer dizer, o atendimento que os governos municipais têm buscado dar no sentido de ouvir o que é o desejo realmente da comunidade tem sido muito positiva.

No caso do patrimônio cultural, Departamento de Patrimônio Cultural que é um orgão da Secretaria Municipal de Cultura, sempre trabalhamos atendendo aos pedidos da comunidade. As áreas de proteção ambiental, elas são pensadas com a comunidade, com a participação da sociedade civil organizada em geral, porque como eu ouvi dizer hoje de manhã pelo Prof. Varine há um setor da comunidade que não se manifesta, então é evidente que sempre há pessoas mais ativas que demonstram suas vontades. No caso o Fórum da Zona Oeste, ao qual o Sinvaldo se referiu foi muito positivo porque nos deixou, os vários grupos que foram formados no campo de teatro, artes plásticas, patrimônio cultural, música, houve uma colocação absolutamente democrática e desse Fórum participou também Jacarepaguá que fica a oeste mas não está incluida oficialmente dentro da Zona Oeste, mas eu gostaria de dar uma resposta, inclusive para as pessoas da população que estão aqui.

As propostas apresentadas no Fórum estão começando a ser implantadas também na Zona Oeste. Já estamos com projetos ainda para esse ano de fazer um livro sobre a história de Jacarepaguá, não chegamos lá mas estamos caminhando e implantando todos os projetos de valorização do patrimônio cultural junto a comunidade. Esses projetos têm sido através de publicações, palestras, de tentar resgatar também o ambiente construído.

A ação do Departamento de Patrimônio Cultural ela não é tão estática quanto parece, mas de qualquer maneira não é ainda tão dinâmica quanto poderia ser no ecomuseu. Eu acho que a proposta de instalação do ecomuseu na Zona Oeste deve ser pensada sim, que tem que ser protegida, que ainda tem muito do seu passado para ser resgatado.

Estamos, no momento, começando junto com a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente as conversações para fazermos a área de proteção ambiental ao redor da Igreja de São Pedro. O projeto, a proposta do tombamento da Igreja de São Pedro surgiu da Superintendência de Planos Locais da Secretaria de Urbanismo e juntou-se a outras tantas propostas que eu gostaria de ler que foram resultantes do Grupo de Patrimônio Cultural da Zona Oeste. Eles nos fizeram a proposta de tombamento do hangar do Zepelim, em Santa Cruz, da residência do Senador Cezário de Melo, da residência dos Araujos, da vila operária dos antigos operários do Matadouro, essa vila já está protegida porque ela faz parte do Entorno, nada pode acontecer no sentido de demoli-la. Porque temos que ser ouvidos, o Conselho Municipal da Secretaria tem que ser ouvido. Antiga estação ferroviária do Matadouro já estamos em conversação inclusive com a Rede Ferroviária e com o grupo da Associação dos Funcionários da Rede Ferroviária para concretizarmos esse tombamento. Os silos do Brasil Império e Colônia, a Casa do Sal, antigo Hotel Ramalho; as imagens e objetos sacros do século XVII e XIX, que devem existir muitos na região. Sou a relatora do projeto da Igreja de São Pedro, acho que realmente vai ser aprovado; a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Realengo, o Marco Sete, em Bangu. Recentemente encaminhamos o pedido de tombamento de vários marcos encaminhados pela Superintendência de Planos Locais e já devem estar seguindo para a aprovação. A Fábrica Bangu já se encontra em processo de tombamento há muito tempo eu não entendi até hoje nós não conseguimos concretizar este tombamento

uma vez que a fábrica se adequa completamente à proposta do ecomuseu, aquela comunidade que habita ao redor da fábrica, eu acho que a gente ainda tem como salvar da destruição esse nosso resquício da Revolução Industrial; a Usina de Bondes; a Fábrica Aleixo Garl; o Chafariz e o Coreto do Largo do Rio da Prata; o Prédio de Campo Grande; a Antiga Fábrica de Cartuchos em Realengo; o Casarão da Família Maria do Costa, na Rua Leopoldina, em Magalhães Bastos, o Casarão da Rua Pinto da Fonseca com a Rua São Pedro de Alcântara, em Magalhães Bastos; a Casa do Dr. Cândido Benício, na rua do mesmo nome, hoje o Educandário Nossa Senhora da Vitória.

Esses processos estão na nossa Divisão de Cadastro e Pesquisa sendo estudados, quer dizer informados, é feito uma ficha cadastral com descrição dos elementos arquitetônicos e um histórico do monumento ou dos elementos que compõem o pedido de tombamento para ser encaminhado então ao Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural e posteriormente ao Sr. Prefeito. Acho que todo trabalho que está sendo desenvolvido na Secretaria de Cultura é realmente um trabalho que se aproxima muito do descrito como trabalho do ecomuseu.

Estamos agora iniciando o projeto memórias das favelas, já tínhamos um projeto memória dos bairros, que é feito junto à comunidade ouvindo a partir da história oral aqueles que viveram, que são mais antigos naquele bairro que contam como era o bairro, a maneira de viver, o cotidiano dos homens daquela localidade. E já lançamos a história de São Cristóvão, a história de Paquetá, a história de Santa Tereza, história da Urca, do Bairro da Urca, vindo desde os tempos mais remotos até o dia de hoje e tentando sempre trabalhar com a população residente.

Acho também que estou muito de acordo com a colocação do Roberto no sentido que nós acabamos de montar um livro, uma exposição e um vídeo sobre o processo de destruição da paisagem urbana e da repo-

sição dessa paisagem ao longo dos séculos e que eu me orgulho muito de trabalhar para essa prefeitura que está trabalhando, que está lutando para preservar tanto o ambiente natural tanto o ambiente cultural do ser humano. Obrigada.

Eu gostaria de dar início aos debates. Vocês podem se encaminhar ao microfone e formular as perguntas a quem acharem de direito.

Ricardo Várzea

Eu achei esse Painel sensacional porque estamos mergulhando já no projeto do ecomuseu. Acho que este painel praticamente deu a largada no projeto de ecomuseu específico. Acho que deu porque já vinha sendo feito um trabalho de ecomuseu realmente ou de caráter ecomuseal, se assim se quer, pela comunidade da Zona Oeste e pela prefeitura também. Foi citado aqui o Plano Diretor que define para a Zona Oeste uma série de objetivos de preservação ambiental que dá vontade já de propor que sejam começos de núcleos de ecomuseu, a gente começou com a idéia do ecomuseu em Santa Cruz, depois foi para a Zona Oeste muito em função do Fórum de cultura que abarcou a Zona Oeste em seu conjunto. Mas agora a gente levando a proposta de ecomuseu para a Zona Oeste, e vai chegando a conclusão de que para fazer realmente essa proposta de ecomuseu vai ter que começar por locais específicos. Deve começar por núcleos específicos e essa possibilidade de darmos início com núcleos do Matadouro de Santa Cruz me parece muito boa porque temos uma comunidade organizada, mobilizada, ela está aqui, temos o NOPH, quer dizer o Matadouro faz parte dessa lista que o Plano Diretor define como objetivos que podem ser declarados como áreas de preservação. E da representação do NOPH aqui, do Secretário de Obras aqui presente, nos informando sobre o que vem sendo lá feito, a Diretora do Departamento Municipal de Preservação, a presença do Roberto, quer dizer, ele perguntou um pouco qual a razão da vinda dele, a razão é que a universidade estivesse aqui presente. Então contatamos o IPUR que é o Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbano-Regional da UFRJ justamente para que viesse alguém deles que têm feito um trabalho estenço, intenso, profundo sobre a questão de Plano Diretor, a questão de ocupação territorial e que falasse sobre a Zona Oeste. E o Roberto nos ofereceu esta oportunidade de nos falar sobre a história de ocupação territorial na Zona Oeste, que era tudo que precisávamos e que combinou muito bem, digamos, com a palestra do Sinvaldo. Então eu consulto particularmente a Evelyn nesse sentido. Não haveria a possibilidade de já então estudármos que estes objetivos do plano diretor pudessem já ser efetivados concretamente como áreas de preservação ambiental com vistas a instalação de projetos ecomuseais nessas áreas porque poderíamos coordenar o trabalho do Plano Diretor, o que daria a essas áreas uma força extraordinária.

Evelyn

Ricardo, parabéns para você porque eu acho que a idéia é muito brilhante. Acho que a implantação do Plano Diretor é competência da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente com a nossa ajuda é assim que temos trabalhado. A Secretaria Municipal de Cultura faz os estudos anteriormente, na hora que ficam definidos a gente entra para estudar junto, então acho que temos que arranjar um "*modus faciendi*" aí de trabalharmos em conjunto com a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente, eu gostaria de pedir ao Luiz Paulo para complementar aqui a nossa colocação.

Luiz Paulo

Vamos executar logo após a promulgação do Plano Diretor, que é no início de junho, dar início a confecção de todos os projetos da cidade. O da Zona Oeste é mais um deles e a característica desses projetos de estruturação urbana é considerar todos os segmentos sociais que atuam em uma determinada região opinando e

participando ativamente desse trabalho e todas as vertentes que possam dar uma concepção básica ao planejamento daquela região, por isso estarão integrados, não só a Secretaria de Urbanismo e Cultura mas também toda a comunidade local e os próprios orgãos que compõem a estrutura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Evelyn

Está ótimo. Mais alguma pergunta?

Carlos Eduardo Novaes

Eu sou Carlos Eduardo Novaes, Secretário de Cultura, Turismo e Esporte, a minha Secretaria é responsável pela realização desse evento. Estou aqui para ouvir e aprender, mas como fui citado e até filmado, gostaria de fazer uma pequena intervenção, em cima da fala do Sinvaldo. Até entendo a posição dele, porque um homem com a sensibilidade e consciência do Sinvaldo verificar ao longo de tantos anos a maneira como a Zona Oeste tem sido tratada pelos políticos de um modo geral, uma ralação de autoritarismo, de paternalismo, quer dizer, deve doer profundamente nas entranhas de qualquer um, que tem sido testemunha deste tipo de relação. O que eu queria dizer, antes de mais nada é que o Prefeito ao acenar várias vezes que sim com a cabeça, a idéia dele era tocar o Matadouro para frente. Lamentavelmente, esta gestão vai terminar antes que o Matadouro esteja pronto, mas, agora no dia doze de maio,foi feita a licitação, já há uma firma que já foi escolhida para tocar as obras do Matadouro e nós temos plenas esperanças de que o futuro governo venha a complementar esta obra.

Eu queria dizer também, parece que o Sinvaldo, antes da brilhante exposição que fez aqui, ele fez uma referência a respeito do ecomuseu na Zona Oeste. Quando nós acoplamos a Zona Oeste à idéia do ecomuseu era para que o encontro em que todos nós estamos aprendendo em torno de ecomuseu e a de trazer o ecomuseu para cá foi para que todos aprendessemos e divulgássemos a idéia. Quer dizer, para não se perder na teoria de determinar o encontro sobre ecomuseu e a coisa ficar no ar. Ela poderia partir de interesses localizados, se desenvolver ou não, pensei em uma proposta. Essa proposta, evidentemente, quem vai decidir é a própria comunidade da Zona Oeste. Quando eu digo Zona Oeste eu não quero dizer que o ecomuseu será toda a Zona Oeste, que ocupa quase a metade do Município do Rio de Janeiro. Em algum ponto da Zona Oeste nós poderiamos delimitar uma área onde possamos trabalhar com ecomuseu, eu particularmente tenho uma preferência especial por Santa Cruz, pelo patrimônio cultural que existe em Santa Cruz, mas essa é uma opinião minha, pessoal e que acho não tem que intervir na decisão da comunidade. Eu acho até que a comunidade tem que decidir se quer ou não quer o ecomuseu. No ano passado, quando fizemos o Fórum de Cultura da Zona Oeste, tentando reverter esse quadro de autoritarismo, de paternalismo, eu disse para as pessoas que participaram que a Secretaria de Cultura iria apenas dar o apoio e o suporte, que as decisões, as deliberações, as resoluções seriam dos próprios atores, dos próprios representantes da atividade cultural da Zona Oeste. E se eles decidissem que tinham que botar fogo em tudo que é equipamento cultural da Zona Oeste, esta seria uma decisão deles, seria de alguma forma publicada, documentada, eu não sei até que ponto respeitada, evidente que eu estou caricaturando.

Para complementar, quero só dizer que não há nenhum tipo, ainda que isso tenha sido colocado também pelo Sinvaldo, de proposta política partidária permeando essa decisão. Eu acho que a idéia de colocar o ecomuseu é ótimo para Zona Oeste. E vamos botar o ecomuseu aqui no lugar que alguém não decidisse por interesses políticos ou partidários. Não é isso que queremos fazer. Até a proposta de se fazer um ecomuseu na zona oeste, ela pode ser demolida amanhã e nós passarmos a pensar em um ecomuseu em Copacabana

ou Ipanema ou na Zona Norte. Quando eu pensei na Zona Oeste, pensei por causa do patrimônio natural e cultural que ainda se preserva na Zona Oeste e na certeza de que a Cidade do Rio de Janeiro caminha para lá, porque ela não tem mais para onde ir. E vai ser muito importante que, quando esse progresso arrasador e que vai fazer bem, evidente, à população da Zona Oeste, mas chegar lá, essa população esteja de alguma forma preparada e consciente para deliberar e para enfrentar essa coisa que avançou sobre a Barra da Tijuca de uma forma completamente caótica e desordenada. Eu acho que o ecomuseu na Zona Oeste vai ter também essa representatividade e servir como pólo de reflexão, de consciência e sobretudo de resistência porque daqui a cinco ou dez anos, ou daqui a quinze anos o progresso avassalador e desorganizado, como ele avança por todos os cantos da cidade, ele vai chegar à Zona Oeste. Quando pensamos na Secretaria de Cultura na Zona Oeste foi nesse sentido não foi por nenhum instinto paternalista, pobrezinho, coitadinho, precisa ter alguma coisa para brincar, se divertir. Absolutamente, a relação que temos com a Zona Oeste, e as pessoas de lá sabem disso pelo menos desde o momento em que eu entrei, que temos, eu estou dizendo no ponto de vista da Secretaria de Cultura do Município, tem sido da absoluta integridade, dignidade e igualdade. Era só esse dado que eu queria colocar aqui na medida em que eu fui colocado em questão.

Sinvaldo

Evelyn, eu gostaria de responder. O Secretário fez referências a minha pessoa várias vezes. Primeiro agradecer o Novaes por ter lembrado do episódio do centro cultural e a Évelyn na intervenção dela, fez referência a várias propostas de tombamentos, a leis, a situações administrativas do município. Eu gostaria de dizer, em relação a essa nossa luta, pelo Centro Cultural, pela restauração do Matadouro, temos uma lei, a Lei nº 465 do dia 13 de dezembro de 1983, sancionada pelo Prefeito Marcelo Alencar na primeira administração dele, que determina a restauração do prédio do Matadouro de Santa Cruz. Temos um decreto do dia 09 de agosto de 1984, também assinado pelo Prefeito Marcelo Alencar e que foi apresentado por proposta do NOPH, Núcleo de História, a partir de uma gestão do memorialista Pedro Nava, que determina o tombamento do prédio do Matadouro de Santa Cruz. Vocês devem ter observado ao longo dessa nossa exposição de *slides*, dessa mistura de vídeo e *slides* que em determinados momentos a fachada do palacete, ela aparece com janelas, com janelões, com telhado e enfim com uma configuração arquitetônica bem completa, e já quando aquelas crianças fazem aquele trabalho não tem mais janelas, as portas quebradas, quer dizer, isso foi em uma fase posterior, foi em 1988, depois de uma lei de tombamento e uma lei determinando que se transformasse em Centro Cultural. No ano passado tivemos um momento em que a Prefeitura realmente determinou que fossem iniciadas as obras, as obras realmente começaram. Eles fizeram uma restauração de uma parte do telhado da fachada principal, que o prédio é em formato de "U". E agora como o Novaes acabou de afirmar, já tem mais uma licitação, parece se não me engano acho que em torno de 850 mil dólares, quer dizer isso é ótimo, gente. Agora em nenhum momento, fiz referência à política partidária. Falei e repito que qualquer projeto sócio-econômico-cultural não pode servir de plataforma política. Disse e reafirmo qualquer projeto sócio-econômico-cultural, eu entendo o ecomuseu como um projeto, não pode servir de plataforma eleitoral e nem de fins eleitoreiros. Eu acredito no Prefeito, tanto que eu estou torcendo para que haja uma certa continuidade. Não sou do partido que está aí mas, sinceramente, até torço para que haja uma continuidade porque, pelo o que eu tenho acompanhado das entrevistas, do que escreve, do que fala o Luiz Paulo, tenho certeza que ele vai dar continuidade nisso. Se estamos vendo alguma coisa em termos de obra para nós de Santa Cruz que estamos

lutando, estamos sofrendo com essas promessas e com essa demora eu acho até que é importante que isso aconteça. Agora a comunidade continua lutando. E nós não fizemos referência nenhuma e nem jogamos isso em direção de ninguém, apenas uma idéia nossa. Obrigado.

Evelyn

Alguém gostaria de formular mais alguma pergunta?

Maria Célia

Maria Célia da Zona Oeste, faço estudo sobre Folia de Reis e festa junina. Dra. Evelyn se referiu a tombamento do Marco Seis em Bangu ?

Evelyn

Não, me referi a outros marcos, esse não está incluso.

Maria Célia

E por que não? Só o Marco Sete?

Evelyn

Os marcos são os de Santa Cruz.

Maria Célia

Não, o Marco Sete é perto de Santíssimo.

Evelyn

Eu me referi ao Marco Sete, inclusive, disse que é o nome de uma comunidade que se chama Marco Sete em homenagem ao Marco Sete tradicional.

Maria Célia

Exato. É que eu confundi a questão do tombamento, porque são os marcos da antiga estrada real de Santa Cruz. A partir do Tabuleiro da Baiana ia até Santa Cruz como Marco Onze, não é Sinvaldo?

Sinvaldo

É, inclusive, estes marcos todos, o Marco Onze gostaríamos que a Dra. Evelyn incluísse no projeto, porque são poquíssimos marcos que foram preservados. Esses marcos têm uma ligação histórica até mesmo com a primeira Constituição Brasileira, a de 1824, que delimitava a área, a jurisdição até onde o Imperador poderia se deslocar. Então do Marco Onze, ele só poderia se deslocar doze léguas, então é o limite, é o último marco que tem da área até onde o Imperador poderia se deslocar.

Maria Célia

Só para esclarecer, trouxe um texto básico que obviamente não li, porque detesto fazer palestra com texto, prefiro falar das coisas que estão na minha cabeça. Mas os marcos imperiais do caminho de Santa Cruz, que demarcavam as léguas do caminho usado pela família imperial entre o Paço Imperial e a Fazenda Real de Santa Cruz foram identificados os marcos seis, na Avenida Santa Cruz, em Padre Miguel; sete na Avenida Santa Cruz, em Senador Camará; nove na Avenida Cesário de Melo, na altura de Guaratiba; onze, no centro de Santa Cruz; marco imperial divisório de 1926 encontrado num terreno particular num jardim definia as divisas da Fezenda Real de Santa Cruz é o mais recente, mas também importante, na Avenida Cesário de Melo ao lado do marco nove. Esses são os marcos que já estão identificados e citados no documento que eu estou passando aqui para a Evelyn, preparado pela Superintendência de Planos Locais da Secretaria de Urbanismo.

Evelyn

Eu gostaria de fazer uma retificação porque foram muitos marcos e eu não lembrava especificamente de um marco que tivesse sido pedido separadamente. Esse pedido de tombamento dos marcos reais já foi aprovado, já teve parecer positivo pelo Conselho Municipal de

Proteção do Patrimônio Cultural e já foi encaminhado também para o Sr. Prefeito. Agora, acontece que um desses marcos está numa situação muito complicada, ele fica exatamente na divisa entre dois terrenos e o proprietário, quer dizer, houve um parcelamento de terra que não foi cuidado, mas o proprietário até que teve um pouquinho de bom senso e construiu um muro com tijolos, com bloquetes de concreto, deixou o marco, engraçadinho, no meio do muro, então nós estamos agora pensando qual vai ser a solução. Quer dizer, este tombamento não está ainda na minuta, apesar de já ter sido aprovado, porque nós temos que dar uma solução de se vamos retirar o marco do contexto em que ele se achava porque agora, ele vai ficar envolvido por duas residências, ou se vamos colocá-lo em um logradouro público, que ele possa ser visto pelo povo. Como a gente tem uma certa renitência em retirar o elemento do contexto para o qual ele foi concebido, um dos conselheiros está encarregado de dar a palavra final. Agora eu me lembrei direitinho o detalhe dos marcos. Você queria conversar mais alguma coisa a respeito?

Maria Célia

Não era isso, e a questão da Igreja de Santa Cecília e São Sebastião, em Bangu, que existe uma reivindicação da comunidade para a retirada do chafariz que foi construído no anos 60 no frontal da igreja?

Evelyn

É do INEPAC essa igreja?

Maria Célia

É do INEPAC, exato.

Evelyn

Eu já conversei como o pessoal do INEPAC sobre isso e eles iam verificar se Parques e Jardins deveria se pronunciar, como é que seria.

Maria Célia

Vocês vão receber um ofício, inclusive, da Igreja por esse mês ainda, solicitando isso, porque contraria frontalmente a questão. A Igreja é de estilo gótico, construída com tijolos ingleses e o chafariz contraria o estilo, e já não funciona mais, já matou até uma criança com um choque, entendeu? Então o pedido é para ser retirado.

Agora só queria me referir rapidamente ao Secretário Luiz Paulo sobre a questão de desenvolvimento da Zona Oeste, a preservação cultural. Eu sou ligada à antropologia, há um problema serissimo, por exemplo na área de preservação ambiental do Mendanha existe uma invasão na estrada, junto à igreja e à escolinha municipal, não sei como é que aconteceu aquilo, é uma invasão de pessoas de fora numa área agrícola e de preservação ambiental. Existe umas duzentas pessoas que estão morando em cabanas, embaixo de lona, à beira do riacho, e já houve mortes naquela região causadas por aquele problema de invasão em área agrícola, produtora de chuchu, ele sabe muito bem disso, maior produtora do Rio de Janeiro em termos agrícolas, e a questão a área do Mendanha, da Serra do Mendanha, onde existe o vulcão extinto de 80 milhões de anos, não foi citado mas é o único do Rio de Janeiro. Eu queria que ele falasse um pouquinho sobre isso, se ele conhece esse fato.

Luis Paulo

Olha quanto as ocupações aquela região do pé da Serra do Mendanha tem uma série delas, tem inclusive lá algumas ocupações no próprio Jardim Nossa Senhora das Graças também está no pé do Mendanha. Esse é um dos mais graves problemas da nossa cidade, até porque a região de Bangu, não especificamente o Mendanha, em Jacarepaguá é aquela que está sendo mais violentamente ocupada fruto da inexistência de uma política habitacional no nosso país, onde o déficit habi-

tacional já atinge 10 milhões de habitações, e na Cidade do Rio de Janeiro, aproximadamente, 300 mil. Nós já fizemos 12 mil habitações nestes três primeiros anos de administração e pretendemos encerrá-la com aproximadamente 20 mil, o que evidentemente não nos permite ter a possibilidade de doar casa para ninguém, até porque incentivaria mais ocupações. Vou pedir ao Jefferson, do assunto fundiário, para dar um pulo na ocupação que você está colocando, lá no pé do Mendanha para ver que tipo de negociação pode ser entabulada. Quanto à recuperação da Serra do Mendanha existia um grupo de trabalho, aconteceu uma negociação com a Fábrica Bangu que teria uma possibilidade de fazer a doação de parcela da Serra do Mendanha que a ela pertence, mas essa negociação não se fechou porque a contrapartida exigida pela Bangu não era possível sob o ponto de vista urbanístico, que era a de construção de prédios no local da extinta fábrica ali na Tijuca, da Santa Izabel, então esta questão está pendente.

Participante

Sou membro representante da comunidade de Santa Cruz e queria fazer um breve esclarecimento, quanto a questão levantada aqui pelo Secretário Luis Paulo a respeito da interpretação, talvez, equivocada do que o Sinvaldo falou.

Sinvaldo.

Não foi o Secretário Luis Paulo quem levantou a questão mais sim o Secretário Novaes.

Participante

É o Carlos Eduardo Novaes, perdão. O que queria colocar era que se nós todos aqui ouvimos todos os palestrantes, mesmo os estrangeiros, falar que o ecomuseu não pode ser uma coisa imposta, e sim uma coisa decidida pela comunidade, eu não vejo em que o Sinvaldo errou ao falar que esse projeto de reestruturação socio-cultural de uma região não deva estar vinculado a fins político-eleitoreiros. Isso é uma coisa óbvia por

tudo que nós ouvimos aqui. Então simplesmente eu não entendi porque o Secretário Carlos Eduardo Novaes, achou assim, interpretou de uma forma diferente da minha. O que eu queria colocar é que realmente nós como comunidade já passamos da fase agressiva, como disse alguém em uma palestra, disse que realmente quando uma comunidade deseja algo, e deseja muito algo, ela é agressiva. Nós já passamos desse estágio que nós já estamos vencendo as barreiras dos obstáculos todos e estamos agora querendo mais uma vez a todas as pessoas que têm autoridade que nos ajudem a implantar um sonho de muito tempo de uma comunidade. São 13 anos de luta e a gente não se conforma de ver esse plano muitas vezes ser adiado, adiado e graças a Deus e a nós, estamos tendo uma notícia de uma licitação de uma verba vultuosa e que vai, creio, realmente, pelo menos, dar início, dar o pontapé inicial para esse projeto, se bem que ele na prática já existe, nós já temos feito exposições, trabalhos com alunos, feito conscientização das populações da periferia, então o ecomuseu existe já, o problema do espaço, o problema do Centro Cultural é simplesmente simbólico e como é uma luta de muito tempo e de muita gente ele vale mesmo. Muito obrigada.

Luis Paulo

Novaes, deixa eu dar uma intervenção antes de você já que ela erroneamente me citou. Mas acho que essa discusão está se travando numa compreensão também errônea do que seja política. Política é alguma coisa sadia que os seres humanos fazem no sentido de mediar suas contradições e chegar a um denominador comum em suas questões. Nós agora nesse debate estamos fazendo política, política é uma questão desejável, é uma questão boa, é uma questão sadia. O fato de durante três anos e meio da gestão do Prefeito Marcelo Alencar termos, estarmos investindo 70% dos recursos recolhidos no município na Zona Oeste da cidade passa por uma decisão política, porque entendemos que a

Zona Oeste sob o ponto de vista estratégico, sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico da nossa cidade, sob o ponto de vista urbanistico é uma necessidade imperiosa, mas por entendermos que é uma necessidade imperiosa a decisão é politica. Quando decidimos investir 850 mil dólares na recuperação do centro de Matadouro, essa decisão faz com que nós deixemos de fazer no mínimo 2 km de pavimentação e iluminação de valas fétidas em alguns bairros da própria Santa Cruz. Então quando a gente coteja investimentos, agente coteja fruto das reivindicações, mas também o que entendemos como uma estratégia politica de investimento, quando decidimos investir 10 milhões de dólares para recuperar a reta do João XXIII e os 35 km dos sete conjuntos habitacionais de Santa Cruz é uma decisão politica fruto também de uma grande reivindicação. Existe nesta cidade um mar de reivindicações, e dentro desse mar de reivindicações sob o ponto de vista da prioridade da Zona Oeste, politicamente fruto da organização do nosso povo, vamos atendendo a cada uma delas. Então, isso está sendo feito desde o primeiro dia da nossa administração. Entendemos que a politica é eleitoral quando se faz promessas nas proximidades de campanha, o que não é a nossa prática na Zona Oeste da nossa cidade, porque tem sido constante em todos os pontos de vista e pensamentos de todos que nós exercitamos, que essa é a prioridade, que está consubstanciada em um documento executado pelos próprios técnicos da Secretaria de Urbanismo com a participação direta da sociedade organizada e com a aprovação dos quarenta e dois vereadores que constituem a nossa câmara, que é o nosso Poder Legislativo, que também define essa prioridade no plano decenal da cidade. Isto é politica. Na sua mais ampla expressão, na sua mais nítida expressão, sob o ponto de vista do interesse da sociedade.

Carlos Eduardo Novaes

Eu só quero fazer um pequeno aparte antes que apareça mais alguém dizendo que não entendeu as palavras do Secretário e coisa e tal. Eu entendi assim, mas se na verdade o Sinvaldo não disse isso então fica o dito pelo não dito, de qualquer forma estas palestras estão sendo gravadas e nós poderemos tirar as dúvidas depois. Mas se ele não disse, tudo bem. Eu então entendi mal. A minha intenção não foi estabelecer nenhum tipo de hostilidade aqui entre os participantes, nem criar qualquer tipo de conflito. Tudo bem. Se não disse, não disse. Depois a gente tira as dúvidas na fita.

Evelyn

Pode perguntar.

Mário Moutinho

É só um desabafo. Era para dizer que vou levar para Portugal uma idéia que acho que é extremamente interessante e que eu nunca vi, infelizmente, em meu país no seminário sobre ecomuseus não estavam os dirigentes locais e a comunidade. Eu acho que isso é extremamente interessante, de estar aqui a ver as duas presenças. Era só isso.

Evelyn

Obrigada. É, acho que é o verdadeiro exercício da polis, a polis já previa essa intercomunicação da comunidade com os dirigentes. Eu esqueci de falar para a comunidade da Zona Oeste que existe um projeto, no Departamento Geral de Patrimônio Cultural, que está começando a ser desenvolvido, que está apenas aguardando o sinal verde do Serviço de Patrimônio Histórico Federal que é sobre o patrimônio arqueológico do Apicum de Guaratiba. Esse projeto não vai ser concretizado só nesse ano, é um projeto que tem um cronograma para três anos, mas é muito interessante na medida que vai proporcionar às comunidades residentes relatórios periódicos de todo trabalho feito pelos arqueólogos

que trabalham na Secretaria Municipal de Cultura. Acho que vocês não tinham conhecimento, então eu acho que é bastante interessante. A arqueóloga Maria Beltrão já deu o parecer positivo e nós estamos apenas aguardando o acórdão do orgão federal que opina sobre o subsolo para começar o trabalho que vai envolver, também a comunidade. A proposta é de que à medida em que as escavações forem sendo feitas, elas serão mostradas e divulgadas para as escolas, para a comunidade, para a população de segundo grau e pesquisadores também. Obrigada.

CAPÍTULO XII

PAINEL 6 - PROPOSTA PARA UM PLANO DE AÇÃO PARA A ZONA OESTE ENCERRAMENTO DO EVENTO

DIA
23 de maio de 1992

HORA
14.30horas

PRESIDENTE DA MESA
Carlos Eduardo Novaes
Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Esportes do Rio de Janeiro

PALESTRANTES
Ariane Luna Peixoto
Professora da UFRJ
Tereza Cristina Scheiner
Vice-Diretora da Escola de Museologia
Ricardo Várzea
Coordenador do Evento
Sinvâldo do Nascimento Souza
Coordenador do NOPH
Dimas Joseph
Assessor do Secretário de Cultura do RJ

Carlos Eduardo Novaes

Eu sou Carlos Eduardo Novaes, Secretário de Cultura, Turismo e Esportes, e fui convocado para presidir esta mesa que encerra o 1º Seminário Internacional de Ecomuseus, que começou com uma solenidade de abertura segunda-feira passada, com a presença do Prefeito, porque a Prefeitura, através da Secretaria de Cultura, é que promove este evento no auditório da Petrobrás, e onde se desenvolveu por todo esse tempo; e como estava previsto desde o início de sua organização, iria desembocar e terminar no Encontro aqui da Zona Oeste. Eu queria, antes de mais nada, convidar então as pessoas que vão compor a mesa. Ariane Luna Peixo-

to, por favor, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Professora Tereza Cristina Scheiner, vice-diretora da Escola de Museologia da UNIRIO. O arquiteto Ricardo Várzea, que é o Coordenador do Seminário. A professora Selma Setubal Freire, professor Sinvaldo do Nascimento Souza, Coordenador do NOPH, e o professor Dymas Joseph, Assessor da Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Esportes. Independente de todas as presenças honrosas que temos aqui neste momento, eu queria ressaltar, porque não fazem parte da nossa tribo, a presença de três dos palestrantes internacionais que estão aqui e fizeram questão de vir conhecer a Zona Oeste e de participar das conclusões deste trabalho e que estão sentados entre nós, na platéia.

O Sr. Hughes de Varine-Bohan, da França, o Sr. René Rivard, do Canadá, e o Sr. Mário Moutinho, de Portugal. Havia ainda um quarto palestrante de Cuba, que teve que regressar hoje de manhã e não pôde comparecer. De qualquer maneira, antes de começar os trabalhos, eu queria solicitar aqui a presença do Sr. Walter Vieira Priosti, que é Presidente da Associação dos Moradores e Amigos de Santa Cruz, que queria antes do início da abertura dos trabalhos, prestar uma homenagem a alguns dos participantes do evento. Por favor. Enquanto ele se aproxima, quero agradecer de todo o coração, em meu nome pessoal, e, sobretudo, em nome da Secretaria e da Prefeitura, está colaboração que nos dá o SESI para o encerramento deste Seminário, através do Dr. Tales Fernandes, Diretor da Área Norte do SESI-Rio, e através de seu Gerente de Centro de Atividades de Paciência, Dr. Eloi Perez Silva Marques. Walter, a palavra é sua.

Sinvaldo do Nascimento Souza

O Walter Priosti solicitou que eu fizesse esta homenagem, falasse em nome dele. Então, queremos, numa manifestação de agradecimento, tanto à Secretaria de Cultura do Município do Rio de Janeiro, como aos conferencistas e aos participantes de hoje, e também dos outros momentos, prestar uma singela homenagem, fazendo a entrega de uma lembrança de Santa Cruz, da nossa região de Santa Cruz, que tem o brazão heráldico. Então, queríamos prestar esta homenagem ao Secretário Carlos Eduardo Novaes, à Eliana Mendonça, que é uma conferencista de hoje, e queríamos que comparecesse aqui, para que as pessoas conhecessem as outras pessoas também da Zona Oeste. Hughes de Varine-Bohan, Maria Célia, René Rivard, Ricardo Várzea, e Tereza Cristina Scheiner. Quer dizer, é uma forma a mais da Associação homenagear e agradecer a estas pessoas.

Carlos Eduardo Novaes

Sinvaldo, um momentinho só, porque fui informado que o Sr. José Froes, pesquisador genealógico e histórico não estava presente e por isso não o chamei. Ele faz parte do programa e já que está presente, é evidente que vai nos honrar aqui à mesa. Acho que todas as pessoas que foram convidadas devem sentar-se aqui e participar do painel.

Sinvaldo

Walter, por favor, gostaria que você entregasse ao Secretário Carlos Eduardo Novaes essa lembrança aí, e o nosso agradecimento da comunidade de Santa Cruz e também, um pouco em parte, da Zona Oeste pela realização deste 1º Encontro Internacional de Ecomuseus. Sabemos que realmente este encontro foi uma iniciativa principalmente de Ricardo Várzea. Então, eu queria que o Walter fizesse a entrega ao nosso Secretário de uma uma lembrança de Santa Cruz.

Eliana Mendonça, também palestrante de hoje, um agradecimento e homenagem. E a Hughes de Varine-Bohan, nosso representante da França no Encontro, nosso agradecimento, cujos ensinamentos serão importantes. Maria Célia, da Bahia, muita identificação com o trabalho que desenvolvemos, o nosso muito obrigado.

Mário Moutinho, de portugal, obrigado Mário. René Rivard, do Canadá, obrigado René, foi ótimo nosso contato. Ricardo Várzea, o idealizador do Encontro. E à professora Tereza Cristina Scheiner, da UNIRIO. Então, pedimos uma salva de palmas a todos esses palestrantes. E mais uma vez, os agradecimentos de Santa Cruz e da Zona Oeste pela realização deste 1º Encontro Internacional de Ecomuseus.

Novaes

Quero pegar a palavra só cinco minutinhos antes de passar aos palestrantes, que terão de 15 a 20 minutos. É evidente que não vamos resolver todas as questões ligadas a esta proposta de ação para a Zona Oeste aqui e agora, mas de qualquer maneira, é uma forma de a encaminharmos. Quando idealizamos este Seminário Internacional de Ecomuseus, foi antes de mais nada para que soubéssemos o que é ecomuseu, uma idéia tão pouco conhecida, e tão pouco difundida, ao Sul do Equador. Eu mesmo, só vim a ouvir falar em ecomuseu em outubro do ano passado. Independente disso, achamos desde o primeiro momento que, na cidade do Rio de Janeiro, nenhuma área, nenhuma região, se mostrava mais adequada à possibilidade de implantação de um ecomuseu do que a Zona Oeste.

É evidente que não em toda a Zona Oeste, porque teríamos que fazer um ecomuseu com quase metade do território do município, mas é em algum ponto da Zona Oeste que vamos começar a discutir agora e vamos acabar de discutir numa reunião, ou em alguns grupos de trabalho, ou em algum outro seminário, enfim, da maneira como se for encaminhar a proposta do ecomuseu para ser implantado aqui na Zona Oeste. O que quero dizer, antes de mais nada, é que esta mesa se pretende basicamente a uma proposta. Quando o seminário foi organizado, cedemos, através da empresa que organizou o evento, quarenta inscrições gratuitas, as inscrições, diga-se de passagem, custaram caro, 50 dólares. A Secretaria fez questão de, na medida em que havia esse

projeto a ser encaminhado para a Zona Oeste, que áreas de representação da Zona Oeste estivessem presentes e nós operacionalizássemos uma forma para que representantes da área cultural da Zona Oeste participassem de todo este evento. Vejo algumas pessoas aqui que eu não conhecia, que estiveram presentes no Seminário, e que certamente serão pessoas que poderão se posicionar em relação ao ecomuseu e ajudar a difundir e a divulgar a implantação de um ecomuseu. É evidente que a gente sabe das carências da Zona Oeste; sabe também, por outro lado, das dificuldades de se avançar com a questão cultural neste país e, sobretudo, numa região da cidade do Rio de Janeiro, onde existem outras prioridades.

Mas acho que o ecomuseu é alguma coisa tão abrangente, alguma coisa que tem um caráter não só de função cultural, mas também sócial, política, econômica, que acho que não podemos desprezar esta possibilidade de implantar este ecomuseu, aqui pela Zona Oeste. O ecomuseu; para as pessoas que não acompanharam o Seminário, quero dizer que não tem nada a ver com museu ecológico. Acho que o nome ecomuseu, inclusive, é profundamente inadequado e existem outras pessoas, técnicos, cientistas, estudiosos na área, que também concordam com esta idéia. O ecomuseu não é o museu ecológico e, mais do que isto, o ecomuseu transborda os limites de um museu. Vai além de um museu, na minha opinião, eu que tenho tantos preconceitos e que tenho tantas resistências a estes nossos museus tradicionais, que vivem sempre às moscas. O que se propõe não é isso. Dito isto, eu queria então passar a palavra para a Vice-Diretora da Escola de Museologia da UNIRIO, a professora Tereza Cristina Scheiner, para que comecemos a discutir a proposta para um plano de ação de implantação de um ecomuseu na Zona Oeste.

Tereza Cristina Scheiner

Boa tarde. Vocês estão me escutando? Eu queria agradecer ao Secretário, ao SESI e aos demais organizadores do Encontro mais essa oportunidade de falar; eu já falei na terça-feira. Trouxe para vocês algumas questões; na realidade, não creio que fosse a melhor pessoa para discutir pressupostos para a implantação do ecomuseu na Zona Oeste. Na realidade, não tenho experiência prática com ecomuseus. Mas tenho muita experiência prática, 22 anos já de trabalho de integração entre museu e sociedade. E achei que, no âmbito da discussão de ecomuseologia, da possibilidade de se implantar um ecomuseu na Zona Oeste, seria interessante trazer para vocês duas questões: a primeira delas, uma síntese que fiz, pessoal, de coisas que foram discutidas, durante a semana, no próprio Seminário; e uma abordagem, mostrando a vocês que a museologia, como um todo, que contém museus tradicionais, ecomuseus, outras formas culturais, se expressa socialmente e tem vínculos com a comunidade (como disse o Mário durante a semana) há muito mais tempo do que o trabalho com ecomuseus e que nem sempre o ecomuseu, ou a ecomuseologia, seria a solução maior, a panacéia para todos os males, a solução final, a mais adequada para cada caso. Acho que na hora em que se começa a discutir a aplicação real do ecomuseu - é possível ou não fazer um ecomuseu na Zona Oeste? - é preciso que fique claro que, com ou sem ecomuseu, é possível trabalhar museu e comunidade. É possível fazer trabalho social, que isso custa muito menos em termos de dinheiro, do que se pensa que pode custar, e que, como disse o Mário Moutinho ontem pela manhã, é muito mais simples do que parece. Complicados são os seminários - na realidade, a aplicação tem um grau de complexidade, mas é menos complicado do que parece à primeira vista. Estas são apenas algumas colocações para iniciar a discussão. Eu não trouxe um texto

pronto, não vou ler um texto, vou pedir ao colega que passe duas transparências que eu trouxe.

Tenho ouvido muito vocês discutirem durante toda a semana. Alguns colegas me procuraram e me perguntaram por que eu falei tão pouco, eu que costumo falar tanto durante os encontros. Eu disse que estava na hora de ouvir; e mais do que falar, cabia a mim ouvir para poder sentir, situar essa questão da Zona Oeste, sentir o que a comunidade desejava, quais as expectativas; e me parece que minha contribuição hoje seria a seguinte: em um primeiro momento, em que se vai discutir se se quer fazer um ecomuseu na Zona Oeste, devemos considerar determinadas questões, tais como - a comunidade quer mesmo fazer um ecomuseu? É isso que ela quer fazer? Isso já foi discutido com os diversos segmentos da comunidade? Este desejo, que me parece bastante forte, em um grupo que participou a semana inteira do nosso Seminário, é o desejo de todos os grupos daquela comunidade? É possível, no caso de ser um desejo de apenas um grupo, realizar esse trabalho, partindo deste grupo, e estender esta perspectiva, estender esse desejo, a todos os segmentos da comunidade? Me parece que esta é uma questão que pode ser debatida aqui e dentro mesmo da própria comunidade da Zona Oeste. A segunda questão: é necessária, para a realização de um ecomuseu, a interferência de pessoas estranhas ao grupo? Pessoas estranhas seriam os técnicos, os especialistas, os políticos, enfim, instituições e pessoas que não fossem da própria Zona Oeste. É necessária essa interferência, ou a própria Zona Oeste pode fazer?

No caso de querer fazer um ecomuseu, ela pode fazê-lo sozinha? Isto é outra coisa que precisa ser discutida, precisa ser debatida. É preciso que haja clareza dentro do grupo em relação a se querem ou não a participação externa. Um terceiro ponto seria: no caso de quererem a participação externa, que pessoas são essas a quem se pode pedir ajuda? Que perfil teriam elas? Que papel elas podem desempenhar nesta expe-

riência? Que tipo de ajuda essa pessoas podem dar na implantação de um ecomuseu? Isso também precisa ficar claro para o grupo que quer realizar o trabalho. Um outro ponto: essas pessoas que vocês acham que podem ajudar, que vocês querem que ajudem, que participem, são as mais adequadas para atuar nessa experiência? Essas pessoas estão realmente preparadas para atuar nessa experiência? E aí, coloco uma questão que é a do saber versus o potencial de trabalho com pessoas. Ás vezes, a pessoa tem um profundo saber em relação a um determinado assunto, a uma determinada questão, mas não está acostumada a fazer trabalho comunitário. Então é preciso que sejam identificadas entre as pessoas que vocês querem que venham ajudar no trabalho de implantação do ecomuseu, quais são aquelas que têm um perfil, uma prática de trabalho com comunidade, que podem realizar este trabalho de uma maneira menos conflitante, mais informal; enfim, que o trabalho flua e não se transforme em um conjunto de práticas formalizadas, difíceis até de se realizar.

Outro ponto seria a viabilidade; é viável, apesar de tudo isso, ser o desejo da comunidade - querem fazer o ecomuseu - e contam com pessoas que são as mais adequadas, mas será que é realmente viável fazer este ecomuseu? Ás vezes a gente tem uma idéia, a idéia é clara, a gente acha que é possível no papel, mas examinar as viabilidades reais de implantação, como será a passagem para a prática dessa experiência? Quais serão os limites, quais as expectativas da comunidade em relação à implantação deste ecomuseu? A comunidade tem alguma expectativa, não tem? Se tem, avaliou até que ponto vai essa expectativa? Isso também é importante.

O nono ponto: a quem o ecomuseu vai beneficiar? A todos os grupos da comunidade? Ou apenas alguns grupos? Que grupos? Precisam ser identificados. A partir desses grupos é que o trabalho se desenvolve para os demais grupos locais. Ou não está ainda identificado?

E o décimo ponto: a comunidade está consciente de que o resultado desse trabalho pode não ser o resultado inicialmente esperado? Isto também precisa ser discutido, as mudanças ocorrem, o trabalho com o ecomuseu me parece ser um trabalho extremamente dinâmico, e as pessoas devem estar preparadas para enfrentar as diversas mudanças, os conflitos, e as questões de interação que acontecem durante o processo.

Eu queria passar a outra transparência, que vai ser mais rápida que a primeira... Isto do ponto de vista do grupo que está tentando realizar o trabalho. Do ponto de vista do técnico, caso ele seja chamado para trabalhar com a comunidade no desenvolvimento do museu, o que ele deve, entre as várias questões a serem discutidas com o grupo, é discutir se a comunidade realmente quer fazer um ecomuseu ou quer fazer outra coisa na área de museologia. Isto é outra coisa que também precisa ficar clara. O ecomuseu pode não ser a melhor solução. A melhor solução pode ser outro tipo de museu; e pode não ser um museu, mas um conjunto de utilidades museológicas integradas, que não configurem um museu, mas que tenham sua validade, que sejam respeitáveis e que sejam úteis para aquela comunidade.

Existe uma outra forma de museu, uma experiência similar dentro da área de museologia, que seja mais adequada às experiências e às necessidades do grupo? É absolutamente necessária a presença do técnico? Quer dizer, da pessoa que chega para fazer o trabalho? Me parece fundamental este questionamento. Será que é preciso que eu esteja aqui, ou o que vou fazer pode ser realizado por uma pessoa da comunidade? Está melhor preparada, fará de uma forma melhor? O que a comunidade espera desse profissional? Apoio técnico? Que tipo de apoio técnico? Em que áreas a comunidade espera apoio técnico? Isto precisa ser especificado. É muito comum quando a gente recebe um pedido de apoio, dizerem: olha, você vai ser um *adviser*, um con-

sultor, um técnico, e não se dizer exatamente o que se deseja. A pessoa, por mais capacidade que tenha de realizar o trabalho, não sabe para onde se dirigir. Então é fundamental ficar claro para quem vem trabalhar para a comunidade o que se espera de cada pessoa. Até onde ela pode ir. Se se quer transmissão de *know-how*, vai se fazer algum tipo de treinamento formal ou informal? Em um sistema de *workshop*, é possível fazer isso, mas também precisa ficar definido. A comunidade espera que este técnico ou esta instituição, que vem atuar junto ao processo, resolva problemas específicos, ou que faça um acompanhamento regular, durante todo o processo?

São maneiras diferentes de trabalhar, a aproximação é diferente, os tempos são diferentes, o tipo de interação é diferente. A comunidade espera que profissionais dêem apoio político? Isto também precisa ser discutido. Ontem começou a ser abordada a dimensão do político no ecomuseu; me parece que foi um ponto que assustou um pouco os colegas da Zona Oeste, mas é uma coisa que precisa ser abordada, é uma das dimensões da realidade de trabalho, é preciso que seja discutida. Eventualmente, haverá necessidade de apoio político, então é preciso que seja identificado aonde, e a quem vai ser pedido este apoio político, até onde ele será necessário, quais seus limites, que instituições podem dar este apoio político? A comunidade espera que este profissional, ou instituição, faça uma mediação dos conflitos entre os grupos locais? Às vezes é necessário, às vezes não. Os grupos podem resolver seus conflitos dentro de si mesmos. Às vezes nada disso está claramente identificado e aí se parte para uma discussão em conjunto, para ver que rumo se tomará.

E também precisa ficar claro para este técnico, ou instituição, que vai trabalhar, quais são seus limites diante da experiência, até onde se quer que ele vá, até onde ele pode ir. Se esta pessoa, ou instituição, está atendendo às expectativas da comunidade. Se não está, isto precisa ser colocado abertamente. É muito difícil

para um técnico, qualquer que seja ele, em qualquer lugar do mundo, em qualquer experiência, realizar um bom trabalho, se há conflitos ou atritos que não sejam colocados abertamente. Que não são explanados, discutidos, para serem solucionados. Esta pessoa está preparada para uma relação aberta? O que ela representa dentro daquela experiência? Quer dizer, tanto do ponto de vista da comunidade, quanto do de quem vem trabalhar, é preciso que todos os papéis fiquem claros.

Isto colocado nessas transparências parece uma coisa muito óbvia e fácil. Não quero colocar em termos práticos, depois a gente pode pedir aos colegas estrangeiros, que desenvolveram ecomuseus, que dêem seu testemunho sobre a complexidade que é realizar esses limites, trabalhar com os conflitos, desenvolver a experiência, entender se é ou não a melhor maneira, a melhor hora, o melhor lugar para realizar o trabalho. Este foi um ponto que eu quis trazer para vocês. Outra coisa que eu queria colocar, ainda em termos do que ouvi a semana inteira, do que ouvi debater, do que eu debati com os colegas nos intervalos das discussões, é um conjunto de pequenos lembretes, é como se fosse uma pequena receita informal, se é que na vida, a gente pode dar receita para alguma coisa. Pequenos lembretes, coisas que talvez já fazemos, mas que talvez seja preciso fazê-las intencionalmente, quando se trabalha nesse tipo de experiência comunitária. O primeiro deles seria, sempre, em qualquer momento, em todo o desenvolvimento da experiência, olhar com olhos de ver; perceber a realidade, tentar realmente perceber o que está acontecendo, olhar mesmo, não apenas de uma maneira preconceituosa, de maneira fragmentada; procurar olhá-las como elas realmente são no seu conjunto. A segunda coisa seria ouvir com atenção, para compreender o que está por trás das palavras. O trabalho da comunidade é um trabalho cheio de sutilezas; aliás, qualquer trabalho com pessoas é muito cheio de sutilezas. Às vezes as pessoas dizem coisas que não estão querendo dizer, ou menos do que gostariam de dizer, e

a pessoa que trabalha nessa integração com a comunidade precisa estar atenta a isso. Muito. A gente apreende do que não foi dito pela percepção que tem do que está por trás das palavras. Então isto é fundamental.

Outra questão - e esta é mais para os técnicos do que para a própria comunidade - é falar sempre com muita simplicidade, usando os códigos de cada grupo; se é de pescadores, os códigos de aproximação serão os da linguagem do pescador; se o grupo é de agricultores, também, e por aí vai. Observar sempre os ritmos e os tempos de cada indivíduo, de cada grupo, e da comunidade como um todo. A museologia, na sua vertente social, trabalha muito mais em cima de ritmos, tempos e manifestações não materiais, do que em cima das expressões materiais da vida e da cultura. Isto é uma coisa que precisa ser levada em conta o tempo todo e permanentemente. Sentir sempre cores, cheiros e formas. A gente quando trabalha em qualquer projeto tende a formalizar tanto o trabalho, que se esquece dessas pequenas dimensões perceptuais; fica muito no racional e existem coisas que não podem ser ouvidas, nem observadas com os olhos, como o cheiro da comida, o cheiro do mar. Esse tipo de coisa também é importante nesse trabalho, para poder ser valorizado, para se poder saber até que ponto isso vai entrar na experiência. Esquecer os rótulos. Não importa, no início da experiência, o que é a comunidade, enfim o que são esses conceitos. O entorno, o ecomuseu, a museologia, a comunidade, e a nova museologia são conceitos que, em um primeiro momento, não devem ser levados em consideração. O trabalho deve se desenvolver de maneira espontânea, simples, de pessoa para pessoa, de grupo para grupo. É complicado quando a gente se aproxima de um grupo, qualquer que seja, e diz: bom, agora vou me aproximar da comunidade. É complicado. É mais fácil eu dizer, eu vou falar aqui com o Sinvaldo: uma pessoa falando com outra. As barreiras começam a cair a partir da maneira pela qual se aproximar. Não ter medo. Isto é uma coisa que observei a semana inteira, com muita atenção. Não ter medo dos conflitos e das diferenças. Me parece que todos estavam muito assustados com a possibilidade de conflitos durante a experiência. Todo trabalho com pessoas é cheio de conflitos. Elas não são iguais, não pensam igual, e é absolutamente possível passar por cima - não os ignorando - mas trabalhando os conflitos, trabalhando as diferenças e chegando a um denominador comum.

Isto principalmente no caso da Zona Oeste. A Zona Oeste não é homogênea, são grupos bastante identificáveis até à primeira vista, trabalhar com estes grupos tão diferentes. É uma região bastante plural nas suas manifestações, nas suas características. Trabalhar com estes grupos pode trazer conflitos, fatalmente trará. Não tenham medo, é assim mesmo. Qualquer trabalho em grupo traz conflitos, a gente trabalha os conflitos, o trabalho dá certo, apesar dos conflitos. Um dia ou eles acabam ou a gente trabalha apesar deles. Mas eles não impedem a realização do trabalho.

Não tentar ensinar nada a ninguém. Isto vale para o técnico também. É uma coisa que o René deixou muito claro. Expor-se. A comunidade quando não se expõe não consegue se integrar. O técnico, quando não se expõe para a comunidade, não se integra enquanto membro do grupo. Então, expor-se é um movimento que facilita o trabalho. Aprender a trabalhar junto com todas essas características e seguir em frente.Acho que era o que eu tinha a dizer. Vou passar então para o Carlos Eduardo. Obrigada.

Carlos Eduardo

Bem, acho que a professora Tereza Scheiner deu uma visão da questão. Fico imaginando as pessoas que não acompanharam este seminário, que devem estar aí como cego, no meio de um tiroteio, sem saber exatamente, mas isto é uma peça que a gente vai montando, à medida que as pessoas forem falando, forem se expondo e desenvolvendo suas idéias sobre o ecomuseu. E torno a dizer, que isso é apenas um primeiro impul-

so, essa é uma semente que estamos tentando implantar aqui e que, evidentemente, o conceito, a idéia de ecomuseu será discutida posteriormente na própria região da Zona Oeste por pessoas interessadas em se integrar nessa idéia que é, no fundo, uma idéia arrebatadora. Passo a palavra agora ao Coordenador do evento, o arquiteto Ricardo Várzea.

Várzea

Obrigado. Muito boa tarde. É uma honra estar aqui e também um contentamento muito grande estarmos coordenando este evento, aqui na Zona Oeste, com presenças tão significativas e com a presença do governo municipal, aqui representado pelo Secretário Carlos Eduardo Novaes. Ao pretendermos apresentar à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, há mais de um ano, a proposta de realização de um seminário sobre ecomuseu, veio-nos de imediato à mente Santa Cruz, como lugar possível de implantação de uma experiência concreta. A razão dessa associação residia, em primeira instância, no fato de que esta área é aquela em que o município ainda dispõe de natureza abundante, expressando-se variadamente em planície, montanha, mar, praia, ilhas, manguezais, e em muitas espécies de animais e vegetais nativos. Pensávamos que o ecomuseu, ao chegar ao Rio de Janeiro, deveria dar especial atenção ao patrimônio natural carioca, ao seu estudo, à sua história e ao seu futuro, este planejado para a sua preservação. Com importância similar, salientávamos o patrimônio cultural da região, destacando seu conteúdo histórico, que se remete ao primeiro século da conquista portuguesa, com a criação da colônia catequista jesuíta de Santa Cruz, e cuja sede edificada ainda tem seus alicerces primitivos conservados.

Durante três séculos do que se tornou a fazenda de Santa Cruz, abasteceu o espaço regional, capitaneado pela Cidade do Rio de Janeiro, de produtos agro-pecuários e de uma produção de refinada cultura, que certamente se constituiu em significativa base para o

que é hoje a cultura carioca e fluminense. Parecia-nos então, que o ecomuseu, ao implantar-se no Rio, deveria resgatar essa memória, composta ademais por tantos outros elementos de equivalente importância, reconstrui-la e dá-la a conhecer, como provável fator de formação de nossa provável identidade cultural. Da mesma forma, achávamos que a instauração de um processo museológico em Santa Cruz e na Zona Oeste contribuiria para ativar o conjunto da vida social e cultural locais, como conseqüências positivas nos campos da cultura, do debate de idéias de conscientização da realidade política, mesmo nas atividades de caráter econômico, considerando-se particularmente o potencial turístico da área.

Não muito tempo depois, ao aprofundarmos a proposta e apresentá-la à Organização Carioca da Rio-92, já tínhamos evoluído para uma maior evidência da apropriação de uma idéia de ecomuseu, como um recurso significativo e acessível de desenvolvimento local. Para tanto nos apoiávamos, como ainda nos apoiamos, nos princípios de que o ecomuseu, ao interpretar ecologicamente o desenvolvimento econômico e regional, ao proporcionar o conhecimento e o amadurecimento da vida comunitária em sua pluraridade, ao traduzir as propriedades do espaço em que se desenrola, e ao observar os princípios motores da evolução local para fazê-lo, o ecomuseu reune, portanto objetivamente, e em um movimento institucional peculiar, a questão de um meio-ambiente natural e construído com a vida social e produtiva existente. Desta maneira, cria condições de elaborações de propostas concernentes à reorganização da região aonde se dá, na escala de seus objetivos e em conjunto com a sociedade participante.

Há, da acolhida da Secretaria de Cultura, na pessoa do Secretário Carlos Eduardo Novaes, à proposição por nós apresentada, alguns aspectos que devem ser ressaltados. Em primeiro lugar, deve ser distinguida a força da idéia de ecomuseu. Entre muitos projetos que propõem as mais diferentes atividades associadas à

Rio-92, e patrocináveis potencialmente por nossa Prefeitura, foi aprovada, como poucas também o foram, a da realização do presente evento. Acreditamos que isso se deu pela possibilidade que essa idéia abre de unir a questão da participação popular, neste país que nos últimos sete anos está vivendo um dos mais longos hiatos democráticos. A questão da preservação natural neste estado, onde a natureza tem sido vítima de contínua hostilidade, e a questão da preservação cultural nesta cidade, onde a memória construída tem sido mutilada por um crescimento econômicao particularmente predatório.

Ao se conhecer melhor a proposta de ecomuseu, ela se torna tranqüilamente atraente, acenando com um caminho que combina conhecimento da realidade com afinidade no tratamento. Em seguida, é preciso dar relevo à importância da abertura do poder público para novas idéias que, como esta, aportam em nosso meio. A unidade entre um programa político coerente e este tipo de abertura é, com toda certeza, um fio condutor de maior consideração para uma administração como o Rio de Janeiro precisa. Esse valor, sinalizado pela Prefeitura Municipal neste certame, reafirma a posição de liderança democrática e cultural desta cidade no conjunto nacional.

Pensando ecomuseu como fator de planejamento e a importância de um poder público, aberto ao desenvolvimento sustentável, nos remetemos ao plano diretor do Rio de Janeiro. Este plano diretor quer como objetivo, em suas próprias palavras, a ordenação de território municipal para atender às funções econômicas e sociais da nossa realidade, compatibilizando o desenvolvimento urbano com a proteção do meio-ambiente, pela utilização racional do patrimônio natural, cultural e construído, sua conservação e recuperação. Para tanto, pleiteia em cada caso que os elementos naturais e culturais da paisagem e do meio urbano orientem o uso e a intensidade da ocupação do solo. Ao mesmo tempo, postula que estarão sujeitas à proteção ambiental as

áreas que precisem de manutenção, recuperação ou revitalização das condições necessárias ao meio-ambiente. Afirma também que essas áreas serão gradual e progressivamente declaradas áreas de especial interesse ambiental para a execução de projetos específicos. É nesse âmbito que o plano diretor prevê para a chamada Área de Planejamento 5, que corresponde à Zona Oeste, as seguintes áreas: a orla marítima, desde a ponta da praia até o Rio Guarda, incluídas as faixas de areia, as formações rochosas e as ilhas; a restinga da Marambaia, as ilhas da Pescaria, do Tatu, Rasa, do Frade, Cavado, de Guaratiba, Urubu, Nova, Surucuaí, Baleias, Bom-Jardim, Guaraqueçaba e do Capão. A reserva arqueológica e biológica de Guaratiba, o Maciço da Pedra Branca, as encostas da Serra do Mendanha, da Paciência, de Bangu, de Inhoaíba, do Cantagalo, da Capoeira Grande do Quitumbo e da Grota Funda. O Campo dos Afonsos e o Morro da Estação; o Morro do Silvério em Pedra de Guaratiba, e o Morro do Mirante, em Santa Cruz; as áreas do Matadouro de Santa Cruz, da Igreja do Salvador do Mundo e da Fazenda Modelo, em Guaratiba; da Igreja de São Pedro, em Senador Vasconcelos, a Fazenda do Viegas, em Senador Camará; a Igreja de Nossa Senhora do Desterro, em Pedra de Guaratiba e o conjunto da Fábrica Bangu, abrindo espaço para a inclusão de outros elementos de valor cultural e paisagístico, como o hangar de zepelins, na Base Aérea ou a Ponte dos Jesuítas, ambos de enorme importância.

Ora, esses também serão objetivos preservacionistas do ecomuseu ou dos ecomuseus, que já estamos a projetar. Ao mesmo tempo, o plano diretor consolida com esses objetivos o espaço propício de ancoragem desses ecomuseus na Zona Oeste. Coincidentemente, abre caminho para o ecomuseu estender a sua vocação de planejador e executor do desenvolvimento micro-regional através da interpretação e da particularização de seus objetivos para cada região.

Em uma etapa inicial desta lista, podem ser destacados núcleos que, segundo o grau de consciência e or-

ganização da comunidade e de cada um, podem desenvolver projetos de ecomuseu. Em uma primeira aproximação, o Matadouro de Santa Cruz surge como uma área bem possível. É uma área de forte conteúdo histórico, uma área que determinou o desenvolvimento econômico da região, durante muito tempo, e é uma área que tem uma comunidade combativa, culta, e inclusive organizada, desde o ponto de vista do patrimônio cultural, em uma instituição específica e atuante, que é o NOPH. Talvez aí, ou provavelmente aí, pudéssemos dar início a um trabalho de ecomuseu.

E de repente a gente vendo o grau de participação dos companheiros de Santa Cruz neste seminário, e em muitas outras oportunidades, a gente tem a impressão de que para fazer o museu, bastaria não atrapalhar o pessoal, bastaria deixar ele trabalhar de forma que isso possa ser logrado.

Eu queria destacar também o papel da personalidade na criação e efetivação de projetos como os que pretendemos. Por mais que as idéias estejam difundidas, que existam estruturas para sustentá-las, e que formas sejam criadas para dar-lhes existência, é imprescindível a ação correta da personalidade, da individualidade criativa, para que essas idéias se tornem realidade. É no trabalho conjunto das personalidades individuais ativas, que se pode levar à prática uma proposição como a que trazemos à pauta. Nesse sentido, eu gostaria de me referir a três cidadãos presentes neste seminário, e que têm personalizado em suas áreas específicas aportes significativos para o desenvolvimento dos ecomuseus que queremos. Já tinha citado uma delas, a do Secretário Novaes, que tem personificado o poder democrático e se aberto a idéias novas e que tem o valor de absorvê-las, a partir de sua sensibilidade e sua formação político-cultural.

Cito o museólogo Sinvaldo de Nascimento Souza, que oferece em sua pessoa a iniciativa e a pertinência da luta organizada no seio da comunidade e, desde a árdua e socialmente arriscada trincheira da pesquisa

histórica e da preservação do patrimônio cultural. Refiro-me à Fernanda de Camargo-Moro, Presidente do Comitê Internacional de Museus de Arqueologia e História, do Conselho Internacional de Museus da UNESCO, que tem representado para este trabalho, e desde seu começo, solidariedade fraternal, e o apoio conceitual que nos permitiu avançar. Fernada traz consigo e por vivência própria a bagagem ecomuseal, acumulada desde quando Georges-Henri Rivière, criador principal da idéia do ecomuseu e seus companheiros, ela um deles, começaram a peleja por uma museologia que se adequasse melhor às necessidades sociais do tratamento da realidade do tratamento a favor dos homens. Estou certo de que a equipe de criação do primeiro ecomuseu da nossa cidade deverá apoiar-se privilegiadamente em personalidades como as que acabei de citar.

Ainda e finalmente, na acolhida da Prefeitura do Rio de Janeiro, na nossa proposição e na realização mesma deste Seminário, que agora se encerra, devo destacar a importância fundamental da contribuição da sociedade local, que vínhamos chamando de comunidade. O Fórum de Cultura da Zona Oeste, em sua reunião final no primeiro fim de semana de outubro do ano passado, além de aprovar que se levasse adiante este encontro de ecomuseu, apresentou ao poder público municipal, várias proposições referentes à preservação do patrimônio cultural, entre muitas outras, que cobriam a plenitude do campo cultural.

Destas proposições, queríamos citar as seguintes: divulgação do patrimônio cultural local, criação de atividades escolares correspondentes, levantamento de material audiovisual referente à área, realização de exposições itinerantes, identificação dos nossos pontos históricos e geográficos, com placas descritivas e didáticas, realização de roteiros históricos e caminhos ecológicos pelos pontos identificados, acompanhados de guias credenciados, aproveitamento prático das edificações tombadas e das preservadas, reativação das ori-

gens folclóricas e dos eventos populares característicos de cada região, criação de um canal permanente entre a comunidade cultural e a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Cultura, apoio a pesquisas da região, desenvolvidas por cidadãos da comunidade local, incentivos fiscais às empresas da região para que invistam em cultura na área, estender e apoiar a organização cultural na região, prover tecnicamente os locais onde têm sido desenvolvidas atividades culturais, criação e reativação de bibliotecas e centros culturais, pesquisa e orientação relativa aos sítios arqueológicos, melhoramento do acesso físico aos sítios culturais, reativação do ramal ferroviário do Matadouro de Santa Cruz, recuperação do patrimônio relativo ao antigo caminho real, elaboração de campanha e legislação específica para os bens tombados e preservados, reflorestamento das encostas, intercâmbio com os órgãos municipais e estaduais respectivos, tombamento de bens.

É fácil reconhecer o caráter musical destas propostas, e nelas a existência de um terreno fértil para um trabalho da mente. Vale dizer que a Secretaria Municipal de Cultura respondeu a todas elas, orientando e manifestando que grau de apoio poderia corresponder à cada uma, em uma demonstração de bom trabalho entre governo e comunidade.

Quero agradecer aos companheiros que percorreram grandes distâncias e aos que atravessaram longiquas fronteiras para nos ajudar. Queremos saber retribuir tanta solidariedade. Felicitamos à Paluana pela organização do evento, pela excelente organização administrativa. Obrigado a todos.

Novaes

Muito bem. Tenho a impressão que depois da fala do Ricardo Várzea, se avançou mais um pouquinho na compreensão do que seja ecomuseu, eu me refiro às pessoas que não estiveram presentes ao longo do seminário. Passo a palavra à professora Ariane Luna Peixoto, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Ariane L. Peixoto

Quero agradecer ao Secretário o convite feito para eu estar aqui presente. E, como moradora da região de Guaratiba, quero dar meu testemunho sobre a região de Guaratiba mais especificamente, mas não perdendo de vista toda a Zona Oeste, porque na discussão desta questão de ecomuseu, o mais importante é que ele seja colocado na Zona Oeste, uma área que já foi definida, durante toda a semana, e bem antes disso, como uma área apropriada; e que nós da comunidade possamos discutir a colocação real, deixando de lado muitas das diferenças que aparecem nas discussões dos diferentes grupos. Meu testemunho vai se basear predominantemente na minha vivência da região, mas na minha vivência ligada à natureza. Trabalho sobretudo com biologia. Então, meu testemunho vai se ater predominantemente às áreas naturais, às áreas históricas. Os monumentos não ligados à natureza na área de Guaratiba poderão ser abordados por outras pessoas, que tenham um conhecimento mais amplo sobre essa questão. Vou pedir licença para ficar em pé, pois vou basear minha palestra em slides.

A Zona Oeste do Rio de Janeiro é uma região extremamente rica em patrimônios naturais. Temos nesta região, o Maciço da Pedra Branca, a Serra do Mendanha, e temos na região de Guaratiba toda uma baixada sedimentada, extremamente rica em vegetação natural e, sobre esta vegetação natural, temos marcado a passagem do homem. Então temos áreas de importância arqueológica, que já foram trabalhadas e mapeadas por pessoas do Museu Nacional e pesquisadores de fora do Brasil, que trabalharam nesta região, ao longo do último século. Nesta nossa região, conseguimos mapear três tipos predominantes de vegetação, que ocorrem em toda a Região Sudeste. Temos áreas da Mata Atlântica, áreas de Mangue e áreas de restinga.

Aqui vemos uma vista da área do Maciço da Pedra Branca. A Mata Atlântica no oeste do Rio de Janeiro ainda é bastante rica. Grande parte das áreas que temos fora do Município do Rio de Janeiro foram implantadas a partir de sementes produzidas na Zona Oeste; e mesmo no Município do Rio de Janeiro, temos exemplos de área plantada. Isto foi colocado durante toda a semana, que é a Floresta da Tijuca, praticamente toda implantada, a partir de um banco de sementes daqui da nossa região. Esta mata ainda preserva hoje valores muito importantes, nós temos muitas espécies de animais e plantas, que são raras ou ameaçadas de extinção.

Vemos aqui uma vista interna da mata, na região do Maciço da Pedra Branca, próximo à região de Grumari. A região do Grumari, em Guaratiba, é uma região especial para a preservação. É um sítio que começa beirando o mar e se tem uma área de restinga ainda basicamente preservada, em nível de pouca contaminação de agentes externos. Subindo a restinga, temos a Mata Atântica. Aqui uma vista de uma área nesta região.

Ao longo do Maciço da Pedra Branca, toda a faixa que se encontra acima da cota 100 já está preservada e vem sendo bastante trabalhada pelo pessoal do Instituto Florestal. Precisaria-se que alguns sítios fossem mapeados nessa área, que poderiam conter bancos especiais de espécies de valor histórico e biológico, predominantemente. Nestas áreas, temos algumas espécies animais e vegetais que são muito raras e que hoje estão ameaçdas de extinção.

A fauna e também a flora são extremamente ricas e predominantemente as espécies específicas, que hoje em dia têm sido bastante desgastadas, ao longo do tempo, pela exploração irracional permanecem em algumas áreas do maciço da Pedra Branca, na região de Guaratiba, como áreas basicamente intocadas.

Nessa região, encontramos uma área em Guaratiba referida pelo palestrante anterior, onde conseguimos encontrar alguns exemplares de Pau-Brasil, cujos troncos ultrapassavam 80cm de diâmetro, uma população de Pau-Brasil, na Serra da Capoeira Branca ainda natural, que floresce e frutifica, além de diversas mudas de Pau-Brasil de diferentes idades. Então é uma área remanescente desta espécie, que hoje é considerada em seu ambiente natural ameaçada de extinção. Todas estas outras plantas, cujo nome não preciso me referir, porque aqui não precisamos ficar detalhando a este ponto, são espécies que têm alguns problemas de preservação, que estão de alguma maneira ameaçadas e que precisam ser, em seu ambiente, demarcadas. Um ecomuseu, onde estas espécies pudessem ser contempladas em determinadas áreas, poderiam ser áreas extremamente úteis, tanto do ponto de vista de preservação, quanto de utilização destas espécies como bem natural.

Quando estive em Cuba, visitando determinadas áreas, chamadas de museus naturais, na visão de ecomuseu, as espécies ameaçadas eram colocadas em seu ambiente natural com alguma proteção, e os turistas pagavam para visitar aquelas espécies, e vê-las em seu ambiente natural; e o dinheiro que surgia, a partir dessa visitação dos moradores locais e dos turistas externos, era voltado sobretudo para a ampliação do sítio ou para preservá-lo, ou para desenvolver pesquisas específicas na reprodução dessas espécies. Então, este tipo de trabalho está sendo feito recentemente em vários lugares do mundo, e poderíamos aqui no Brasil começar isto na Zona Oeste, já que temos muita coisa pronta, um banco de sementes natural, em um ambiente próximo da comunidade e uma comunidade inteiramente desperta para este tipo de trabalho.

Esta helicônia é da região de Pedra de Guaratiba. Muitas espécies de helicônia têm uma beleza extremamente rara e podem ser exploradas como planta ornamental, mas devido a esta exploração, elas estão em risco de sobrevivência.

Na área da restinga na região de Guaratiba, temos a restinga de Grumari, que é uma das poucas restingas

do Município do Rio de Janeiro, não do estado, que preserva suas características originais. Temos também nesta região uma área de restinga que estamos chamando de Área da Brisa, que foi solicitada pela população local para se tornar uma área de proteção ambiental, a idéia da comunidade é formar uma área própria para visitação pública, com caminhos com rotas, para que as crianças das escolas e a população em geral possam trilhar esses caminhos e ir aprendendo com a natureza das matas de restinga. A restinga é um tipo de vegetação muito ligado ao morador local da região de Guaratiba, principalmente o pescador. Estas áreas de restinga foram principalmente invadidas e hoje, temos poucos representantes em bom estado de conservação. A Área da Brisa é muito interessante porque tem uma fauna muito rica e ainda contém no seu interior algumas lagunas, que recebem a visitação de muitas aves, que migram de outras regiões e pousam nesta área, para repousar ou reproduzir-se.

Aqui temos algumas áreas de restingas da Área da Brisa e um depósito de alguns animais, que vivem predominantemente nessa região.

Agora podemos ver algumas espécies dessa região de restinga sobretudo de Grumari ou de Pedra de Guaratiba.

Uma área muito importante e bem representada na área de Pedra de Guaratiba são os mangues. Esse ecosistema é muito forte, e a população local está intimamente ligada a ele. O manguezal fornece a base alimentar da cadeia marinha, que é fundamentalmente importante, pois a nossa população é basicamente composta de pescadores, dentre os quais um grupo evoluiu e passou a desenvolver outro tipo de atividade próxima da pesca, mas esta continua sendo a predominante.

Temos ainda mangues muito bem formados, que são praticamente protegidos também pelos pescadores e pela comunidade local. Muitas vezes, imagina-se que o pescador está só explorando e só derrubando, mas

freqüentemente, o pescador que continua pescando de fato preserva o mangue sem nenhuma orientação, pela suas raízes culturais, porque sua cultura de pesca é bastante arraigada dentro de sua família.

As áreas de manguezal são extremamente interessantes e bonitas. Em várias regiões da América do Sul, são exploradas como fonte de turismo, principalmente como fonte de visitação pública, em áreas trabalhadas especificamente para esta finalidade. Na região de Costa Rica, grande área de manguezal, faz-se a travessia por tabiques, e os turistas, visitantes, pessoas locais, podem visitar o manguezal, percebendo toda a sua função, toda sua trama biológica, sem interferir no manguezal, porque caminham pelos tabiques colocados sobre as raízes das plantas, tendo como suporte madeirames originários da região própria do manguezal. Os nossos manguezais não são aproveitados com esta finalidade. As pessoas vão ao mangue procurar entender, procurar visitar, principalmente por uma falta total de conhecimento. O mangue está sempre ligado a uma coisa mais suja, com mau-cheiro, com mosquitos, etc. Quando não é esta a realidade. Os mangues, a região próxima do mangue e predominantemente os apicuns são extremamente importantes para a preservação de toda a cadeia biológica.

Na nossa região, temos algumas áreas nucleares que precisam ser trabalhadas, porque algumas plantas são citadas a nível mundial como ameaçadas de extinção. Estão dentro de um livro chamado Livro Vermelho de Espécies Ameaçadas e destas plantas, eu trouxe apenas duas para destacar: uma orquídea *Alelia Lobata*, que ainda existe em alguns lugares, preservada, particulares de pessoas que conservam nas suas áreas de terra parte da vegetação natural com essas plantas.

Aqui a gente tem outro detalhe dela e a outra espécie. São três espécies, então: uma das espécies de Ipê amarelo também. Temos seis espécies de Ipê amarelo aqui na nossa região, sendo que de uma delas, só conseguimos mapear três exemplares em toda a região da

Zona Oeste. E o único exemplar que frutifica está localizado em uma região próxima da Grota Funda. É a única espécie individual que floresce e frutifica. A partir dela, estamos tentando reintroduzir esta espécie em seu ambiente natural. E a última é o Pau-Brasil, que localizamos aqui na área da Capoeira Grande.

Agora vou falar um pouco de uma área de Guaratiba que foi o fruto de uma experiência de uma pessoa especificamente, e que hoje é uma espécie de museu, não bastante caracterizado, mas que para nós é um caminho que pode ser seguido e ampliado, se bem que ele também tem de ser melhorado em suas funções; e é essa a idéia do pessoal que trabalha nesta área.

Refiro-me à Fundação Sítio Roberto Burle Marx, localizada na região de Guaratiba, mais especificamente na área de Guaratiba. Nesta área da Fundação, tem uma capela e o nome primitivo da área era Sítio Antônio da Bica, porque tem a igrejinha de Santo Antônio da Bica. Esta área foi inteiramente trabalhada e vivenciada pelo Roberto e pelas outras pessoas que trabalham com ele. E passou a ser uma área natural, trabalhada pelo homem e que hoje serve de deleite de muitas pessoas. É uma área que nós, da região de Guaratiba e do pró-Memória, temos idéias de torná-la uma área para cursos específicos para jardineiros, para pós-graduação em paisagismo, e também uma área para visitação pública, na qual as pessoas possam ver e vivenciar todo o trabalho feito com um museu ligado à natureza.

Temos aqui a vista da capela de Santo Antônio da Bica, já trabalhada pelo Roberto. À primeira vista é mais primitiva. Agora uma visão da casa onde trabalha sobretudo o Roberto e o trabalho feito de paisagismo por toda a equipe da Fundação. Os jardins são todos trabalhados e muitos estudantes freqüentam esta região para aprender com o trabalho feito e reproduzi-lo em outros ambientes. Dentro da Fundação, tem uma coleção de cerâmicas muito importante que, quando o sítio passou para o Pró-Memória, a coleção de cerâmica

e outras coleções, principalmente a coleção de quadros, passaram a fazer parte também da Fundação. A coleção de cerâmica é muito rica e representada principalmente por cerâmicas do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Toda a cerâmica já está organizada e catalogada. Têm os quadros. E as áreas externas onde funcionam o ateliê e as áreas de trabalho, fora do ambiente interno da casa.

E agora a parte natural, que é composta principalmente de estufas. Estufas grandes de aráceas e de bromeliáceas, que são as duas maiores coleções da Fundação. As orquidáceas, helicônias e outros grupos botânicos também fazem parte da coleção, mas são coleções de menor porte. Freqüentemente, as estufas são muito grandes e procuram aparentar a organização natural das plantas.

Aqui temos uma face já externa do sítio, com os caminhos que o sítio apresenta. Aqui uma vista da estufa de aráceas. As estufas grandes lembrando uma floresta. E a parte externa, onde os grupos de plantas de várias partes do Brasil e também do exterior são organizados. Aqui temos detalhes de flores e plantas que são cultivadas. E para terminar, a área dos lagos com suas plantas aquáticas.

Então, este exemplo de organização, que existe na Zona Oeste, é bastante interessante para depois ser discutido em uma reunião para discussão e conclusão final para que quando formos pontuar as áreas específicas a serem contempladas dentro do ecomuseu. Temos na região de Guaratiba um grupo bastante atento e que vem trabalhando há algum tempo nessa área de bens naturais. Então os bens naturais de Guaratiba são mapeados, marcados e inventariados até certo ponto.

Hoje podemos dizer quais são as áreas prioritárias da região que poderíamos contemplar dentro de um ecomuseu. Quais as áreas prioritárias desta região, que poderíamos colocar para uma visitação pública no mo-

mento em que o poder público colocasse um ecomuseu nessa região.

Novaes

Excelente. Muito Obrigado, Ariane. Quero dizer que estamos reunidos talvez correndo atrás de um sonho, que será uma proposta pioneira neste país. Não existe no Brasil um ecomuseu. Tentou-se fazer um ecomuseu em Itaipú, foi feito e cometeu-se o pecado mortal de ser feito sem a participação da comunidade; e o ecomuseu não avançou como poderia. Na verdade, há a possibilidade da Zona Oeste, que sempre foi tida como zona do atraso, de partir para a vanguarda, sob esse aspecto, porque será, se vocês quiserem, o primeiro ecomuseu instalado, instituído em todo o país.

E isto será importante sob vários aspectos. Inclusive porque trará para cá inúmeros museólogos de outros estados e de outros países, antropólogos, historiadores, pesquisadores, etnólogos e outros. É uma oportunidade que a gente tem, já adiantada, e que, antes de mais nada, terá que ser montada, já que o ecomuseu é uma complexidade de envergadura, com o auxílio da administração pública, seja municipal, estadual ou federal, como ocorre nos países europeus. Há um mês, visitei dois ecomuseus, um na França e outro em Portugal, os dois com apoio de verbas públicas, porque realmente são de uma complexidade tão grande, que não podem se manter apenas a partir de contribuições dos habitantes ou da própria comunidade ou de pequenas associações. Sendo que, é bom lembrar que só na França, existe uma Federação Francesa de Ecomuseus, abrigando uma quantidade inumerável de ecomuseus. Eu queria passar rapidamente a palavra ao professor Dymas Joseph, Assessor da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, e depois então, o professor Sinvaldo vai encerrar as exposições.

Dymas

Venho acompanhando todo esse projeto desde seu início. Exatamente há uns cinco ou seis meses, a Secretaria se reuniu com especialistas, no sentido de procurar criar um programa que chegasse até esse ponto. Pessoalmente, fiquei muito mobilizado para este projeto, porque sou de Pedra de Guaratiba, nasci na Pedra. Não sei se vou ser até parcial e achar que o museu deveria ser na Pedra, mas eu retiro o que acabei de dizer, que deveria ser na Pedra; porque, antes de começar as reuniões na cidade e agora aqui conosco, meu papel foi o de visitar a comunidade de um modo geral de toda a Zona Oeste, e passei dois meses, conversando com pessoas da Zona Oeste, e me admirando, me surpreendendo, a cada instante, com a receptividade das pessoas da chamada comunidade. Porque este ecomuseu de que todos estamos falando, esse museu da comunidade, esse instrumento que pode ter um modo muito peculiar é um instrumento da nossa memória, de nós que somos da Zona Oeste.

Estamos vendo que existe apenas um Ipê amarelo que frutifica, e que poderá deixar de existir. Quanta coisa da nossa memória, desse lugar onde nasci, onde nós nascemos, também poderão ser perdidos. Então esse instrumento, que tem recebido diferentes nomes, é um instrumento que vai possibilitar a preservação não só da memória natural como da histórica. Ele poderá ter uma forma especial, que nós e vocês, da comunidade, poderemos estabelecer. E nesses dois, três, meses em que estive conversando com as pessoas daqui, conheci algumas como o professor Rivadávia, o Manuel Pinto, da Pedra de Guaratiba, que é um bem tombado dessa região, com a memória que vai contribuir definitivamente para identificar os pontos e fundamentar a ação comunitária, a professora Graziela Barroso. Estive em contato com as faculdades e me surpreendi com a atenção que os alunos davam à possibilidade e se surpreendiam com o fato de existir tais e tais monumen-

tos, de um vulcão extinto em Campo Grande, e da Ponte dos Jesuítas. Estive na Faculdade Castelo Branco, toda ela com um peso total. Estão aqui presentes professores, o vice-diretor, preocupados em participar junto com a comunidade, ainda que ela tenha um saber mais intelectual, ela está se propondo a se abrir, para receber a comunidade em derredor, o Realengo, por ali, para conversar e estabelecer qual instrumento seria o melhor.

Na verdade, hoje estamos aqui pensando em uma proposta de reação. É hora da reação, é hora de nos organizarmos, da comunidade se organizar. Quando digo nós, é porque sinto que estou voltando à minha origem de garoto que nasceu na Pedra. É esta justamente a hora em que a gente pode se reunir. Então estou muito satisfeito por estar aqui presente e achar que, neste momento, mais do que ação, é a reação e a organização da comunidade, a espera. E estamos todos aqui, especialistas, e foi muito clara a posição da professora Tereza Scheiner, que mostrou o distanciamento que nesse momento passamos a ficar, e ao mesmo tempo desejosos de contribuir, mas à espera de que vocês, organizados de alguma forma, venham a nos solicitar. Acho que a posição é esta, nos colocar amplamente à disposição de vocês e de desejar boa sorte, nesta etapa que começa agora.

Novaes

Agora, para encerrar, o professor Sinvaldo e depois o Encontro estará aberto para perguntas, indagações e colocações que forem necessárias.

Sinvaldo

A professora Tereza Scheiner e o arquiteto Ricardo Várzea praticamente já esgotaram tudo o que teríamos que falar em relação a estas propostas, estes encaminhamentos. Mas o Dymas fez uma referência muito importante, que é este trabalho que já teve um início. Discutimos, estudamos, divergimos durante esta semana, em relação à conceituação de ecomuseu. Eu gostaria de convidá-los mais tarde para fazer a leitura da apresentação deste folheto, que foi distribuído ali na frente. A apresentação de Carlos Eduardo Novaes, quando ele diz aqui, inclusive em caixa alta "Ecomuseu não é um museu ecológico." Eu iria mais para a definição do Hughes de Varine, nosso representante da França, que está sentado ali, quando ele fala do museu enquanto uma universidade popular; uma proposta de uma universidade para o povo, museu enquanto uma proposta para o trabalho comunitário. Achei belíssima a exposição da professora Ariane, a visita ao Sítio Burle Marx, que realmente é um espaço lindíssimo, mas ainda comentava com ela e ela confirmava: é um espaço tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional. É um espaço público, mas não tanto.

Estive lá com o professor Rivadávia Pinto, que está sentado ali, nosso historiador de Guaratiba, uma pessoa conhecidíssima na região. Uma pessoa que contribui em todos os momentos, sem nenhum obstáculo, a qualquer hora, qualquer pessoa que procura o professor Rivadávia é bem recebida.

Estávamos no lançamento do livro *História de Guaratiba para Crianças*, e ele nos convidou: "Vamos dar uma passada lá no Sítio Santo Antônio da Bica para fazermos uma visita? " Fomos lá com o professor Rivadávia e senti, me perdoem a franqueza, que não é um espaço tão público; não é um espaço tão aberto. Então, gente, o nosso pensamento enquanto museu, enquanto ecomuseu na Zona Oeste, tem que ser um museu a partir da comunidade. A Tereza colocou bem isto. Será que a comunidade quer o ecomuseu? Será que nós, em determinados momentos, já não estamos fazendo um pouquinho de ecomuseu? Será que o professor Moacir Bastos da Faculdade de Campo Grande não faz um trabalho de ecomuseologia com seus alunos? Tem alguém da Faculdade do Moacir Bastos? Acompanhamos o trabalho da faculdade. Será que o professor Carlos Venceslau, que está aqui, das Faculdades Castelo Branco,

já não realiza trabalhos de ecomuseologia com alguns alunos da faculdade? Claro que sim, inclusive essas visitas à Zona Oeste. Será que o professor Omar Carpenter Becker, que está ali, da Faculdade de Campo Grande, também já não realiza trabalhos? Será que já não temos trabalho de ecomuseologia? Então, gente, esta coisa de terminologia, de definição, de nomes, como disse bem a Fernanda Moro, é uma coisa que se pode deixar um pouco de lado.

Volto a citar Hughes de Varine, quando diz que a questão do agir, da ação, é mais importante. Então realmente temos de ver o que se tem em ação, o que se tem de trabalho, na Zona Oeste. Eu gostaria de retomar apenas para uma referência às pessoas que não estiveram nesses dias, apenas uma referência desta complexidade, desta pluralidade, que é a Zona Oeste, como a Tereza bem falou; é uma região muito plural. Vou colocar apenas duas transparências para chegar ao ponto onde quero, que é o de dizer porque estamos defendendo a nossa proposta.

Vamos colocar o mapa do Município do Rio de Janeiro na transparência, para que vocês possam ter uma idéia da região que compreende a Zona Oeste. A Tereza falava da complexidade desta região. A proposta de se estudar o ecomuseu para a Zona Oeste é válida, claro que é válida, mas a primeira proposta que coloco hoje é que nós precisamos conhecer a Zona Oeste. Até nós mesmos, que somos pesquisadores, não conhecemos a Zona Oeste. Então observem bem todo o Rio de Janeiro até aqui na Foz do Itaguaí. Vejam bem que a região corresponde a 47,1 por cento de toda a área do Rio de Janeiro. Então temos ali o norte, Gericinó, aquela área toda que ainda tem vegetação, aqui na área de Campo Grande, pegando até a Barra da Tijuca, a parte da Pedra Branca, aquela região tombada pelo Estado; temos a parte industrial de Santa Cruz, a parte pesqueira de Guaratiba, Pedra, Sepetiba, Campo Grande, comércio, ao mesmo tempo lavoura. Quer dizer, é uma região plural, como bem definiu a Tereza Scheiner. A primeira proposta que quero fazer ao Secretário, a vocês, é que passemos a estudar esta Zona Oeste. Quer dizer, isto já começou, de certa forma. Ano passado, tivemos o primeiro fórum cultural da Zona Oeste, quando começamos a discutir, debater, porque toda essa beleza que estamos vendo agora, quantas pessoas da Zona Oeste conhecem isto? Estas referências que o Ricardo Várzea fez do plano diretor, que eu também considero um passo, um caminho para pensarmos em um ecomuseu, já são pontos para estudarmos. Então, nossa proposta em relação a esta região é que começássemos com um núcleo. Que começássemos com um embrião de ecomuseu da Zona Oeste, um projeto de ecomuseu.

Esta região tem características porque é uma região que começou com as Sesmarias, aquela coisa da história, depois as freguesias. Temos o professor Rivadávia, que é um estudioso de Guaratiba, que chegou à conclusão - a partir de estudos nos Arquivos Nacional e Geral da cidade - de que Campo Grande não foi criada em 1673, e sim em 1603. Então, são referências históricas que, de certa forma, nos aproximam, mas quando nos aproximamos mais do século XIX, vamos sentir divergências. Por exemplo, quem mora em Bangu, que tem as mesmas origens que as de Campo Grande, confundimos as origens de Bangu com as de Campo Grande. Campo Grande começou em Bangu, ou Bangu começou em Campo Grande? Porque os fundadores de Campo Grande implantaram a primeira igreja em Bangu, mas Bangu não existia, existia o Engenho de Bangu, a Freguesia de Campo Grande. Então ficamos aí: quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha? A verdade é a seguinte: Bangu depois do final do século passado muda de configuração social e econômica, por que? Por causa da implantação da fábrica.

Temos em Bangu, Realengo, Padre Miguel já um núcleo proletário, já não tão próximo quanto Bangu, que já é mais comercial. Temos também em Bangu áreas verdes, fazendas e engenhos, lá para cima; inclusive um falar regional próprio, que parece ter sido estu-

dado pelo Voltré, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Quer dizer, têm pessoas da Serra de Bangu com um linguajar próprio. Então precisamos estudar nessas regiões administrativas determinados pontos, vamos ter propostas de pensar um ecomuseu para cada área. Um ecomuseu naquela área mais urbana da fábrica, do proletariado, e um ecomuseu numa área mais de agricultores.

Bem, vamos então à nossa área de Santa Cruz, que é uma área plural. Quer dizer, se a Zona Oeste é uma área plural, vamos ter aí e também em Campo Grande problemas vários. Por exemplo, estive com o representante de Portugal, Mário Moutinho, fazendo uma visita terça-feira a uma fazenda pecuária, Fazenda Nova Índia, ali na Avenida Brasil, de criação de gado Nelore; e ao mesmo tempo, ao lado, dois conjuntos: o Conjunto Maguaripa e o Conjunto Sagrado Coração de Jesus; e atrás, indústria; na frente, indústria. Vejam bem que pluralidade temos aí. A questão da própria Santa Cruz, que é a proposta nossa deste início, deste embrião, nós temos essa coisa de tanta diferença.

Sei que meu tempo é curto, então propomos e gostaríamos principalmente que vocês falassem. A nossa proposta é o que estamos chamando de Quarteirão Cultural do Matadouro. É onde temos ao centro o palacete do Matadouro, que não é simplesmente uma construção, está tombado pelo Patrimônio Histórico, tem uma previsão de se transformar em Centro Cultural de Santa Cruz, mas tem toda uma história ligada à região, àquela população que se criou ali. Então a nossa proposta de embrião, de início de ecomuseu na região, é a partir deste núcleo, deste Quarteirão Cultural, pegando toda esta ambientação histórica e também paisagística, porque esta região, esta área - vocês vêem ali figueiras, palmeiras - elas foram plantadas sob a orientação do Galsiou, aquele paisagista famoso do século 19, que fez o paisagismo do Passeio Público, de Nova Friburgo, da Quinta da Boa Vista entre outros. Então trabalharíamos com tudo isso, em termos de história, de ecologia e

também, e principalmente, em termos de comunidade, porque temos ali nas proximidades - Vala do Sangue, Dumas, Largo do Bodegão - uma comunidade carente, que não conta com nada. Não tem cinema, teatro, museu, não tem espaço nenhum para o lazer cultural. Por outro lado, temos várias escolas, um Ciep, aqui, escolas estaduais, e ali atrás, a escola Barão do Rio Branco.

Temos é de conversar, trazer esta população e com ela ver o que podemos fazer, a partir de um espaço. Ver o que este Matadouro representa, se é que representa ainda alguma coisa para esta população. Ver o que falta. Por que a CBTU interrompeu a ligação ferroviária de Santa Cruz até a estação? Aqui temos a Estação Ferroviária, o ramal que dá toda esta volta e ali a estação que foi desativada. A população daquela região tem de andar dois, três, quilômetros e meio para chegar até a área que reside. Neste lado, temos a Vala do Sangue, o hangar da Base Aérea de Santa Cruz, com conjuntos habitacionais. Daquele outro lado, também têm conjuntos habitacionais do Dumas. Aqui nessa região toda, há valas negras, problemas de saneamento. Será que esta população estará interessada em um palacete para ser restaurado? Acho que é uma coisa que se tem de perguntar. A população carece de um espaço. Acho que precisamos começar a trabalhar a partir daí. Nossa proposta de ecomuseu é que ele seja comunitário, que tenha a ver com a participação da população. Então queríamos pensar junto com vocês em relação a isso. É claro que as pessoas ficaram empolgadíssimas com a Pedra de Guaratiba, com a Casa de Cultura e Ecologia. Já existe um compromisso da Prefeitura da Cidade, da Secretaria de Cultura, em se promover a restauração.

Não estamos pensando em restauração luxuosa, mas na recuperação do prédio, restauração da fachada, manutenção das características da fachada e utilização do espaço interno. Utilização com salas polivalentes, onde as pessoas possam fazer cursos, estudar e participar das atividades culturais. Que possam fazer trabalhos artesanais, cursos, participar enfim da vida da

comunidade. Esta é a nossa proposta embrionária do ecomuseu da Zona Oeste. A partir deste núcleo, iríamos então crescendo ou propondo novos núcleos.

Por que não pensar em um ecomuseu também na região pesqueira? E na região proletária de Bangu? E também na região do comércio de Campo Grande, como de Bangu e de Pedra de Guaratiba? Pensamos nesta proposta embrionária porque já existe, como disse o Ricardo Várzea, já existe o Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica, que vem desenvolvendo um trabalho. Já existe uma comunidade mobilizada, existem pessoas interessadas, professores. Estamos contando, desde o início deste Encontro, com a participação de professores. Faremos o trabalho em conjunto, não podemos fazê-lo sozinhos. Precisamos seguir esta caminhada juntos, precisamos tentar soluções em conjunto. É por isso que a nossa proposta é esta; a de fazer este embrião de ecomuseu da Zona Oeste, a partir deste Quarteirão Cultural do Matadouro.

Carlos Eduardo Novaes

Muito bem. Só para as pessoas que não acompanharam o Seminário, um dado a mais: o ecomuseu, como já foi dito, não envolve um prédio apenas. Como vi no ecomuseu de Seixal, tem um prédio pequeno, onde fica a administração e o ecomuseu é uma área enorme, é quase todo o município de Seixal, lá em Portugal, que fica do outro lado do Tejo. Aqui, o que se propõe, ao que me parece, é se escolher um lugar, que seja o núcleo central deste ecomuseu, que, à medida em que as comunidades forem participando, se integrando, se interessando, ele vai se ampliar.

Mas um ecomuseu diferente da idéia de um museu que a gente tem na cabeça; não fica necessariamente restrito a um prédio onde estão expostas coleções de objetos, sobretudo porque os museus que temos são museus impostos de cima para baixo, são museus de elites, das nobrezas. O ecomuseu implica sobretudo na idéia do anônimo, porque é um museu da comunidade.

O museu que visitei em Fresnâl, na França, entramos num galpão onde tinham mais de 3 mil objetos de pessoas da própria comunidade, que levaram botinas velhas do bisavô para participar da exposição, para ficar expostas, porque aquilo ali, de alguma forma, identifica ou caracteriza um passado;

É uma forma de se recuperar um pouco a memória. Fotos de família, que as famílias da própria comunidade levaram reproduções para lá, e que era possível observar as roupas que se usavam antigamente, a moda de antigamente da região, do local. Quer dizer, é muito mais um museu de comunidade, um museu anônimo, não é um museu de nobres, não é um museu de grandes interesses; é um museu que se cria e se forma em favor do desenvolvimento social e cultural desta própria comunidade, que participa de todas as maneiras. Como o Sinvaldo bem disse, acho que algumas faculdades e escolas daqui da Zona Oeste já fazem um trabalho mais ou menos comparável ao de um ecomuseu. Mas no dia em que vocês todos puderem articular isto dentro de um projeto maior, acho que os frutos serão muito mais profundos. Será uma possibilidade de ampliar toda esta necessidade da gente de se identificar com o nosso tempo, com a nossa história., nosso espaço e, a partir daí, adquirir uma consciência social e uma cidadania mais desenvolvida.

Queria então abrir à curiosidade geral, às pessoas que teriam colocações a fazer, e à mesa. Estamos todos aqui à disposição de vocês. Não sei se o nosso querido Hughes de Varine, com sua fluência de falar português, gostaria de dizer alguma coisa.

Varine

Penso que não é o papel do estrangeiro falar depois de um dia de presença no sítio. Penso que hoje é melhor escutar as opiniões dos moradores da Zona Oeste, porque para mim, não é possível dar uma idéia concreta, uma idéia real da situação. Estou muito interessado em aprender com vocês o que acontece aqui.

Novaes

Muito bem. Esta proposta da mesa foi só uma demonstração de carinho que todo o seminário tem por sua presença aqui e, Varine, você pode estar certo de que a idéia do ecomuseu implantando-se aqui, você será um dos consultores mais requisitados para orientações, por toda a experiência que você tem nesta área e por toda a sua visão.

Por favor, se identifique, porque está sendo feita uma gravação.

Osmar

O meu nome é Osmar. Sou professor de ensino médio na região de Bangu. Tive a honra de ter o Sinvaldo como colega de faculdade, porque sou formado em história também. Gostaria de pedir aos participantes da mesa que me orientassem sobre como será feita a divulgação da formação destes grupos específicos para a participação e união da comunidade, para formalizar esta proposta de ecomuseu na Zona Oeste; esta região tão rica em termos históricos e geográficos. Só isso.

Sinvaldo

Osmar, esta é uma proposta inicial de estudos; precisamos conhecer a nossa região. Então, gostaríamos de propor ao Secretário de Cultura, que tem sido a pessoa que está tomando as iniciativas em nome da Secretaria, que pensasse juntamente com o Dymas, que é o elemento de ligação dele com a Zona Oeste, em um encontro com os representantes das diversas lideranças dos diferentes segmentos, para começarmos a analisar esta questão; discuti-la mais dentro da região. Vamos fazer a divulgação através das universidades, como o Dymas já iniciou, e também, dependendo do lugar, através das associações de bairros, de moradores, de mulheres. Acho que a coisa tem de partir mais para o lado da comunidade. A Tereza colocou coisas importantíssimas, a respeito desse afastamento que existe.

Precisamos entrar em contato com as associações de moradores, de mulheres, de empregados, e a divulgação será feita através das universidades, dos jornais O Globo, "Zona Oeste", jornais de bairros. Temos contatos diretos; acho que será mais ou menos por aí.

Novaes

A idéia que temos é mais ou menos a seguinte: houve um grupo bastante participativo da Zona Oeste, no Seminário, que alguém chamou de "batedor", que saiu à frente e que, se interessando ou não pela idéia, vai poder divulgá-la. Então, em um primeiro momento, vamos aguardar que estas idéias que estamos trocando aqui sejam agora divulgadas pelas pessoas que participaram do Seminário, e que se interessam pela divulgação da idéia e instalação do Seminário. Acho que quando este grupo já tiver disseminado a idéia e tiver incorporado outras pessoas, associações, comunidades, instuições, se pode pensar então, em se criar um organismo oficializado que possa, a partir daí, reunir as idéias, as reflexões, organizar esta mobilização.

Não sei se a gente chamaria isto de um grupo coordenador, de um grupo de trabalho, de uma comissão; seja lá como for, o que quero propor aqui é que nós, na realização do 2º. Fórum da Zona Oeste, abramos um tema para discutir de uma forma mais madura, e quem sabe, até mais definitiva, a fim de partirmos para as ações práticas. Espero que possamos abrir neste 2º. Fórum uma temática mais específica do ecomuseu. Não tenho idéia de como o meu Departamento de Ação Cultural, que já está trabalhando no Fórum, está organizando, para que data especificamente. Mas acho que poderíamos começar a discutir e vocês terão todo o apoio da Prefeitura, da Secretaria, nessas discussões e nesses encontros formais, para disseminar e divulgar a idéia, até que possamos nos reunir, em torno da concretização de uma coordenadoria que trabalhe em cima disso. E que vai levar isso para o Fórum para que se discuta de forma mais ampla, e até onde for possível;

esgotar seus aspectos para, ao final do Fórum então, a gente partir para ações práticas e, quem sabe, já poder botar uma pedra fundamental do ecomuseu, em algum ponto aqui da Zona Oeste.

Do ponto de vista prático, acho que as medidas são estas, acho que não podemos deixar morrer a idéia, porque a Secretaria acoplou a proposta concreta da Zona Oeste ao Seminário, para que ele depois não se perdesse no ar, e ficasse sem uma direção mais definitiva. Acho que a idéia é esta. Vamos discutir mais um pouco, vamos nos entender; ecomuseu não é um conceito que se aprisione dentro de meia dúzia de palavras, dentro de uma frase; é amplo, contraditório. Um ecomuseu aqui na Zona Oeste vai ter que ter características diferentes das que teria se fosse na Zona Sul, certamente diferentes das de Portugal, França, Noruega, mas a gente já tem uma idéia mais ou menos vaga, e vai tentar discutir com mais clareza esta idéia de ecomuseu e o que se quer exatamente com isso.

Vamos dar importância maior à questão da pesquisa histórica, da arqueologia, da memória, da participação de uma exposição iconográfica. É a valorização da cultura que tem uma valorização social, como disse a professora Célia, da Universidade Federal da Bahia, durante o Seminário. Muito importante, talvez tenha uma vertente política no mais amplo sentido, nada de política doméstica, municipal ou partidária, mas no mais amplo sentido, que está embutida na proposta de um ecomuseu também, e que acho que é muito importante que a toquemos para a frente.

Ariane

Gostaria de sugerir à mesa que coordenasse um grupo talvez saído daqui com o Sinvaldo à frente para elaborar um documento simplérrimo, dirigido à comunidade, sobre esta questão de ecomuseu, porque esta questão da passagem do que foi o Seminário para a comunidade diretamente junto às associações de moradores, às escolas, fica uma coisa meio solta, e assim nós

teríamos uma uniformidade, um documento quase panfletário, mas nesse sentido.

Novaes

Maravilha. Acho perfeita sua proposta e que podemos incorporá-la.

Sinvaldo

Só queria dar mais uma palavrinha rápida sobre isso. Acho esta idéia ótima, que deste grupo que tenha ido ao Seminário, claro que com outras pessoas também, faça uma interpretação deste Seminário e a leve às pessoas interessadas, esclarecendo dúvidas, lançando sementes; que transmitam esta interpretação aos grupos interessados nos locais. E que este embrião de ecomuseu, o Ecomuseu do Matadouro tivesse representantes dos grupos interessados também, para que depois pudéssemos ir levando a experiência da criação prática aos seus respectivos locais. Acho que com isso, vamos levando tanto no relato, quanto na organização prática, a feitura do ecomuseu propriamente dito.

Edgar

Meu nome é Edgar de Moura, sou jornalista e tenho um espaço em Sepetiba. Tomei conhecimento do Fórum do ano passado já no último dia e vim participar e tomar conhecimento do que tinha sido realizado, como também tomei conhecimento deste encerramento hoje aqui, na quinta-feira. Na minha opinião, falta justamente acelerar esta divulgação para um todo. Quem sabe se muita gente não gostaria de assistir este encerramento e não foi feita uma divulgação que pudesse trazer aquele que vive no local, que, como o Secretário falou, tem a sua botina em casa para trazer para o ecomuseu. Estou abrindo meu espaço para a divulgação do ecomuseu, com o título Sepetiba Eco-92. O que vem a ser minha idéia? Justamente popularizar e divulgar seja em Pedra de Guaratiba, Sepetiba, Bangu, em Santa Cruz, a cada mês, a cada semana, tivesse um movimento como este; a idéia iria frutificar e fazer tudo que

a mesa realmente se propõe. Mas se fizemos um Fórum o ano passado, e daqui para lá, o germe não funcionou, só em gabinete, em diretores, em pesquisadores; e o povo, aquele que gosta, que quer participar, não tomou conhecimento, fica um pouco frustrado.

Voltamos hoje para falar do mesmo movimento, mas encontramos poucas pessoas para participar. Acho que é a divulgação que tem de ser constante e a melhor divulgação é esta - cada bairro ter um movimento destes, incentivado pelos senhores que conhecem tão bem o assunto. Poderiam nos ajudar a divulgar com mais facilidade. Fica inclusive o meu convite a quem quiser nos prestigiar, que nós vamos ter a cada dia um espaço aberto para falar do movimento ecológico, para palestras, estaremos à disposição de quem quiser nos prestigiar. Esta é a pequena parcela. Dias 29, 30 e 31 de maio. Obrigado e meus parabéns pelo trabalho.

Novaes

Muito obrigado, jornalista, pela sua colaboração.

Odalice

Odalice, membro da comunidade de Santa Cruz, professora do Município. O que eu queria colocar aqui é uma coisa que ainda não foi abordada. O fator da integração. O ecomuseu representa muito mais para nós do que já foi dito aqui. Para nós, da Zona Oeste, que tivemos que conviver com outros grupos, que vieram de outras regiões, este ecomuseu é um projeto de integração da sociedade. Ela hoje parece uma colcha de retalhos e nós precisamos urgentemente remendar esta colcha, serzir os pedaços que estão mal costurados. É para isto que precisamos estar atentos. Lido com alunos que vêm de diversas comunidades, preciso saber qual a linguagem que eles usam. Preciso dialogar com estas comunidades. O ecomuseu seria um projeto de diálogo entre as comunidades.

Novaes

Só um adendo ao que a professora acabou de falar. Eu só acho que este grupo de vanguarda que participou e representou a Zona Oeste neste Seminário, incorporando novas pessoas que aqui estão presentes, interessadas em se mobilizar em torno dessa idéia. Como disse a professora Ariane, acho que é preciso se fazer um documento; e é preciso que haja, antes de mais nada - como a idéia já é muito complexa, uma certa unidade de pensamento entre estas pessoas, que são pioneiras na divulgação do projeto, para que talvez nesse documento sugerido pela professora Ariane, cada um passasse sua idéia de ecomuseu, como lhe parecesse melhor.

Acho que um primeiro momento é juntar essas pessoas e ver o que vai ser um ecomuseu aqui na Zona Oeste, o que já temos de ecomuseu, o que vamos incorporar para que se adquira uma linguagem única, para que as professoras possam divulgar isto aos alunos e eles depois encontrarem outra professora ou professor que vai dizer de uma forma numa escola e outro dizer de modo diferente em outra, porque não é fácil, não é dois mais dois igual a quatro, não é isto. Então acho importante este documento inicial, que o Sinvaldo pode coordenar com as outras pessoas que participaram do Seminário, e com mais estas que se integraram para que, basicamente, como um primeiro passo, tenhamos uma idéia do que é o nosso ecomuseu. Não importa como eles conceituem o ecomuseu na França, Portugal, ou na Suécia, nós já temos uma idéia. Já aprendemos, todos nós, seja da Zona Oeste, da Zona Sul ou da Zona Norte, porque este Seminário foi feito para que aprendêssemos alguma coisa em termos de ecomuseu. À medida que temos isto, botamos no papel, temos uma unidade de pensamento e teremos uma unidade de ação em torno disso.

Marcovan

Meu nome é Marcovan, sou professor da Faculdade Castelo Branco, onde estamos iniciando cursos de ciências biológicas. Assisti a todo o Seminário, embora em alguns momentos não pudesse estar presente e uma coisa que vinha me preocupando, ou melhor, uma curiosidade, era a respeito dos custos de um ecomuseu. Vivemos uma crise econômica gravíssima. Várias instituições culturais obviamente sofrem com isto; e hoje, finalmente, ouvi o Sr. Carlos Eduardo Novaes tocar na questão financeira, que é caro, custoso, e que o Estado deve entrar com boa parte disso aí, se não com o todo. O perigo que identifico aí é que isto geralmente depende da boa vontade das pessoas que estão nos órgãos responsáveis, e com a mudança política e a entrada de novas pessoas, isso pode deixar de ser interessante. E aquele projeto que mobilizou tanta gente, que gerou tanto esforço, que envolveu a comunidade - de repente os recursos deixam de vir, há outras prioridades, as pessoas entram com outras cabeças, e vai tudo por água abaixo, e vem mais outro descrédito.

Outro detalhe que vi pouco enfatizado foi a participação da universidade. Foi falado agora mesmo que têm faculdades aqui representadas, Campo Grande, Castelo Branco, UNIRIO, Rural, mas em nenhum momento, vi dar-se ênfase ao papel da universidade neste ecomuseu. Pelo menos conheço as experiências nos Estados Unidos com os parques nacionais, embora não sejam ecomuseus; mas também são áreas livres de participação da comunidade que, as universidades, através de trabalhos voluntários acabam auxiliando nas atividades destes parques através dos estudantes de diversas áreas, de educação física, biologia, antropologia, e com isso, você consegue minimizar sensivelmente os custos envolvidos na implantação de um projeto, na execução e continuidade deste projeto. Além disso, permite à universidade cumprir seu papel social, além de abrir espaço para os estudantes universitários, que recebem na sua vida acadêmica uma carga muito grande, mas que raramente têm a oportunidade de desenvolver esta atividade de trabalhos práticos. Então eu ficaria satisfeito se o pessoal envolvido com o projeto de ecomuseu, seja em Mangaratiba, em Bangu, ou em qualquer outro lugar, se preocupe em chamar as universidades da região para que se integrem de fato, não que venham a reboque, mas que desde um primeiro momento, elas se integrem em um projeto de voluntários, envolvendo os seus estudantes e o corpo docente.

Novaes

Vou responder à primeira parte da pergunta e a segunda passo para a professora Tereza Scheiner que, sendo uma professora universitária, Vice-Diretora da Escola de Museologia da UNIRIO, ela vai poder lhe dar um enfoque universitário a respeito da questão.

Em relação a esta questão política de que entra um e sai outro, isto é perfeitamente colocado, porque lamentavelmente não há uma continuidade. O que posso dizer para você é o seguinte: um ecomuseu vai precisar de um suporte da administração pública, seja em que esfera for, municipal, estadual ou federal, porque os que conheci e tive notícia não sobrevivem com o pires rodando entre os habitantes da população e da comunidade. Vou colocar, porque está na hora, e estou fazendo isto agora, uma dotação substancial para o orçamento do ano que vem para a implantação do ecomuseu. Já ordenei, sugeri que isto fosse feito. Estamos fazendo o orçamento agora para 93, um ano que não vai me pegar mais na Secretaria de Cultura; se não houver nenhum acidente de percurso, eu saio dia 31 de dezembro com o Prefeito; se houver algum acidente, com essa crise que está se estabelecendo dentro do partido, é bem possível que eu saia até antes. Mas o meu compromisso é até o dia 31 de dezembro. No entanto, o compromisso com o ecomuseu vai se manter, porque a dotação, a verba para a implantação do eco-

museu, vai estar dentro do orçamento para 1993, disto vocês não tenham a menor dúvida. Agora, acho que é uma questão de organizar a comunidade.

Por exemplo, quando criamos o Fórum de Cultura no ano passado, muita gente dizia: "Bom, e depois?" Quando vocês saírem, pode pintar aí um secretário que não tenha a mesma idéia." Acho que, na medida em que se faça um fórum este ano, e já tendo feito no ano passado, acho que quando chegar o próximo prefeito, o próximo secretário de cultura, seja de que partido for, pelo menos a comunidade cultural já pode fazer um tipo de pressão, vai chegar e dizer: "Olha, não pode acabar com este fórum, porque ele já faz parte do calendário, das discussões da questão cultural da Zona Oeste. Já fizemos em 91, em 92, e não é possível acabar." Vai depender da própria comunidade exercer seus mecanismos de pressão para que estes políticos não fiquem o tempo todo, fazendo e desfazendo. É só isto que eu queria dizer.

Marcovan

Gostaria de fazer uma observação antes de passar para a professora. Quando pensei na questão da mudança de partido, de representantes, não estava preocupado exatamente com isto, mas sim com uma crise econômica mesmo, já que ninguém pode prever aonde isto vai dar, e em que determinado momento não se tenha realmente recurso, ainda que haja boa vontade. O que eu pensava, apesar de não ter deixado claro, era se não há alternativas para que este ecomuseu seja no futuro, embora receba inicialmente uma dotação pública, autogerido. Acho que isto é que vai tornar o ecomuseu uma realidade, porque se ele ficar dependendo a cada ano de um dotamento público, em um determinado momento, por mais que haja pressão da comunidade, ele pode acabar.

Novaes

Acho que isso vai depender do encaminhamento que se der a ele; já não quero nem raciocinar lá na frente, eu até que poderia chegar aqui e dizer que as empresas privadas, ou até instituições internacionais, que podem chegar até nós através dos nossos companheiros estrangeiros, que vieram participar disto aqui; quer dizer, há infinitas possibilidades. Mas não estou querendo ir lá para a frente, vamos passo a passo.

Acho que em um primeiro momento, vocês vão depender seja do município, do estado ou da União. Há outro perigo que você não colocou, que é a tentativa de manipulação política em cima disso, e que vai depender também da presença da comunidade. E aí, tem um dado que é fundamental; não vai poder haver manipulação política, porque se ela começar a contrariar o interesse desta comunidade, que participa do ecomuseu, o interesse acaba, ou então vira outra coisa, vira um curral eleitoral, um outro negócio qualquer. Então este perigo: "Eu dou o dinheiro, mas bota meu compadre aí para dirigir, bota o outro aqui para ser assessor..." Então a comunidade vai dizer: não, você está querendo deformar o sentido disto aqui; a gente não vai barganhar, isto é um projeto cultural, tem muito mais profundidade que uma eleição ou que um assessor que o senhor quer botar aqui, para servir de cabo eleitoral, ou qualquer coisa do tipo. Deixa eu passar para a Tereza. Acho que ela tem coisas a dizer em relação ao ponto de vista universitário.

Tereza

Quanto à participação da universidade, acho perfeitamente cabível e até desejável, desde que parta do princípio de que a comunidade chame a universidade, não que a universidade se imponha à universidade. Há uma linha de ação agora nas universidades que eu conheço, pelo menos as de nível federal, a UERJ ou outras; talvez as universidades aqui desta área também

estejam adotando esta linha, de uma participação efetiva e prática com projetos comunitários. Vou citar o exemplo da UNIRIO, que é a universidade de onde venho; há uma linha realmente formal de participação comunitária, entre comunidade e universidade, mas nós fazemos sempre uma primeira aproximação, quase a título do que a universidade pode fazer.

Depois nos retiramos e esperamos que as comunidades venham a nós. E só fazemos outra aproximação quando há uma solicitação por parte das comunidades. Por que isto? Porque qualquer professor universitário, devem haver vários aqui, além dos colegas coferencistas, devem haver outros da Zona Oeste aqui presentes, sabe que é uma questão ética muito séria, que envolve os programas de interação com a comunidade. O professor é visto e é, na realidade, como uma forma de poder. É a coisa do poder do saber; se chego em uma comunidade, principalemnte uma de baixa renda, e digo que uma coisa tem de ser assim é aquele saber reconhecido oficialmente, que está chegando, e fica muito difícil dizer não, fica muito difícil até falar. Então a comunidade universitária, sabendo disto, se coloca numa posição de expectativa de ser convidada, ser chamada e na hora em que é chamada, tenho certeza, ela corresponde de uma maneira até muito afetiva. As universidades estão se abrindo para os programas universitários, embora não haja dúvida de que há um outro lado nesta questão, que não pode ser deixado de ser considerado, que é a questão financeira também. Professores universitários ganham pouco, têm seus horários de trabalho tomados; a maioria tem dois, três, quatro empregos, e não sei quantas atividades para pode ganhar o que ganha um profissional de outra área com um emprego só.

Isto significa que a formulação de programas de ajuda, de ensino, de participação comunitária via universidade, é mais complicada do que parece à primeira vista. Às vezes as coisas não se fazem no tempo que se deseja, da maneira que se deseja, não porque a universidade não queira, mas porque é complicado mesmo. Então há necessidade, às vezes, ou quase sempre, de um terceiro agente, que é o financiador, para que possa viabilizar, para que os professores e alunos da universidade, da comunidade universitária, realizem este trabalho. Acho perfeitamente possível, inclusive vou citar uma possibilidade real dentro da Zona Oeste; vínhamos no ônibus conversando, o professor Hughes de Varine e eu, quando paramos na frente do prédio do Matadouro, e o Sinvaldo começou a falar da necessidade de restauração; vimos que é um prédio belíssimo e que a restauração vai implicar um custo muito alto, o prédio está em um estado alto de degradação; o Hughes me perguntou se não seria possível que as pessoas da comunidade fossem treinadas para auxiliar os arquitetos e os restauradores neste trabalho. Isto é perfeitamete possível, e este é um dos papéis que a universidade pode cumprir perfeitamente bem - iniciar programas de treinamento, *workshops*, enfim, orientação de capacitação de mão-de-obra em qualquer área, não só na área de museologia, de onde venho, mas em qualquer área.

Marcovan

Não sei se concordo bem com a posição da senhora, quando diz que a universidade deve ficar esperando o contato da comunidade. Porque, na verdade, o enfoque que foi dado ao papel da universidade, durante todo o Encontro, é o de exatamente um corpo estranho como unidade; quando, na verdade, ela faz parte da comunidade. Seus membros docentes, seus estudantes, estão dentro da comunidade, ela não é ausente, pertence à comunidade, então também tem seu papel. Eu apenas vi a faculdade sendo afastada dessa comunidade. Sem dúvida que o professor, talvez até devido ao período de autoritarismo que passamos, chegasse para as pessoas com aquele ar de grande gênio, procurando impor condições e teorias, etc. Não era nisto que eu estava pensando e sim no envolvimento dos estudantes da universidade, que é um papel social o que ela tem que

cumprir. Não para ensinar a um pescador como ele vai pescar.

Em relação a esta questão, acho que deveríamos não usar somente a palavra finanças, mas também a palavra recursos. As finanças são parte de um quadro de recursos. Se preciso de uma caneta, ou tenho dinheiro para comprá-la ou consigo uma. Posso conseguir numa papelaria, com alguém que queira me dar. Ou numa escola. Então o exemplo da caneta pode ser usado para os implementos gerais de um ecomuseu. Em termos de recursos, podem ser conseguidos objetivamente no que são para o ecomuseu. Uma empresa que produz máquina de escrever pode comparecer com uma, enfim, e tantas outras coisas. É importante que quem vá organizar o ecomuseu possa estabelecer primeiro uma lista de necessidades básicas, tanto em termos de materiais de trabalho, quanto de elementos que necessitem para o trabalho; e também, paralelamente, fazer uma listagem daqueles que podem proporcionar estes recursos e estabelecer uma estratégia para consegui-los.

Tereza

Eu só queria complementar. Acho que tem uma coisa que não ficou bem entendida. Quando coloquei que há uma certa complexidade nesta relação, não sei se teria dito alguma coisa, durante a semana, que possa ter contribuído para você sentir este distanciamento. Mas queria enfatizar aqui a seguinte questão: todo programa universitário, por mais simples que seja e por mais que conte com o apoio dos alunos, e que entre só um professor, entrem 300, 500 alunos - o que seria inviável na parte prática - geralmente, entra menos gente, precisa ser orientado por um professor. Então, o que estou colocando não é a questão distanciamento. Mesmo que a universidade faça parte da própria comunidade, que o profesor seja um membro da comunidade e os alunos também sejam.

Aí, a gente precisa examinar que em qualquer grupo social, nos diversos momentos da sua vida, e até nos momentos do seu dia, os indivíduos atuam em papéis diferentes. Se você está na reunião dos colegas da comunidade, falando de ecomuseu, você está aí atuando como um membro da comunidade. Na hora em que você entra na universidade e é um aluno, seu papel como ator muda. Você é um aluno daquela universidade e qualquer coisa que você faça, via universidade, tem que fazer via a forma da própria universidade. Então terá que ser orientado por um professor, que só vai poder orientar, se alguém financiar, ou a própria universidade, ou um terceiro agente. O que coloco aqui é que isto é mais complexo do que parece à primeira vista. Agora, alunos e professores universitários da comunidade que queiram participar sem ser pela via formal da própria universidade - quer dizer, sou professora, posso vir para cá e participar com vocês em um sábado de um *workshop*, que não tenha nada a ver formalmente com a universidade. Isto é uma forma de participação. Outra é uma comunidade solicitar formalmente a uma universidade, mesmo que esteja aqui dentro da Zona Oeste, que faça um programa de treinamento para a conservação de um prédio, para o reconhecimento de bromélias ou de *Lelia Lobata*. É diferente.

Marcovan

Só para terminar, vou dar um exemplo do que é a participação da universidade, junto à comunidade, o que é feito no Museu de História Natural, da UFMG, em que uma instituição não governamental, que é a Fundação Multi, cede ajuda de bolsas para o estudante. Não vejo tanta participação do professor, vejo mais do estudante. Então, um único professor orienta vários estudantes para várias atividades, uma organização não governamental cede as bolsas, como estímulos a estes estudantes para participare desta atividade. Então, acho que há alternativas para isto aí.

Novaes

Sr. Mário Moutinho.

Mário Moutinho

Eu tinha pensado que não ia falar e quase prometi a mim mesmo que não ia falar, porque estou aqui para ouvir mais do que outra coisa. Mas há duas ou três reflexões, que estão desordenadas na minha idéia; portanto, conseqüentemente, também vou dizê-las de maneira desordenada. Confesso que nunca assisti em toda a minha vida, pelo menos nesses 10 anos que estou ligado a museus, uma reunião em que houvesse um amplo debate, como o que está havendo aqui, entre pessoas da comunidade e outros da área. Isto me parece o princípio de um trabalho positivo e lembro a própria definição de Georges Henri Rivière a quem todos nos referimos, que é o grande pai e o grande mestre da ecomuseologia: ele dizia que o ecomuseu é um museu desejado pela população e por um poder, pela população que tem implicações no seu próprio desenvolvimento, e pelo poder que tem os meios que faltam por vezes a esta população. Portanto, eu diria que estamos aqui em uma situação que eu gostaria de ver repetida em Portugal e, confesso, nunca vivi. Esta é a primeira reflexão que eu gostaria de deixar.

Depois, temos tentado sempre falar de população, de comunidade, dos outros que cá não estão e tenho por princípio considerar que quem não está, não tem razão, e quem está é que são de fato as pessoas que estão iminentemente interessadas naquilo que vão fazer. Ora bem, também me apercebi que, no fundo, se falou muito que a idéia do ecomuseu é complexa; e temos aqui as universidades a discutirem como é que podemos abordar o problema mas, como diziam ontem, os problemas são mais complexos nos seminários e nas reuniões do que no dia a dia do trabalho, quando cada um tem que encontrar a solução, no momento em que o problema aparece e não há nada a fazer. Se no fundo

deixarmos um bocadinho de lado o problema da universidade, o problema dos especialistas de estudo - já me apercebi também que - grande parte das pessoas que estão aqui são pessoas que estão implicadas em processos que, se quiséssemos, já podíamos denominar ecomuseologia, ecomuseu comunitário, chama-se de outra maneira.

Mas no fundo, o saber do trabalho com as pessoas e entre as pessoas é estar presente nesta sala. Então eu pergunto para as outras pessoas que não estão cá e àquelas que aqui estão, o que elas vão fazer amanhã. Porque não há razão para ser depois de amanhã.

Walter Priosti

Presidente da Associação de Moradores e Amigos de Santa Cruz. Bem, como podemos verificar, a coisa realmente ficou meio polêmica, porque a cultura em nossa região caminha a passos de tartaruga. O que nós entendemos é que quando surge um processo deste tipo, desta altura, é que todas as comunidades envolvidas realmente lutam para que a coisa comece em sua área. A gente realmente entende que a coisa deve partir de uma micro-região, para depois avançar em termos de Zona Oeste. O que às vezes deixa a gente um pouco triste é que ontem foi dito pelo Secretário Luiz Paulo que a verba destinada ao Centro Cultural estava sendo desviada para construir dois quilômetros de estrada. Fato que vem realmente ocorrendo há muito tempo.

Novaes

Ontem ele não disse isto não. Disse que o dinheiro que foi alocado para reformar o Matadouro equivaleria à pavimentação de dois quilômetros de estrada. Até porque se isto fosse verdade, ele não diria, faria na surdina.

Walter

Foi realmente um mal-entendido. Na nossa região, a cultura é uma coisa que está abandonada. Então a gente espera aqui que, a gente vem sentindo que, a

partir do momento em que o Sr. Carlos Eduardo assumiu esta Secretaria, a coisa realmente avançou um pouco. Só que a gente espera realmente que a coisa avance e evolua e que, como comunidade, a gente lute por isso. Acho que não pode haver dentro da região questões, porque a gente não vai entrar agora em luta e briga para que a coisa seja localizada no lugar A, B, ou C. Acho que temos que juntar nossas forças, da comunidade, governo, entidades escolares, enfim, para que a gente realmente consiga ganhar isto. Acho que, conforme o que foi dito no Fórum Século 21, o senhor mencionou aqui, na Zona Sul a cultura é farta e aqui na Zona Oeste, ela infarta. Muito obrigado.

Francisco

Francisco, professor de um antigo colégio de Santa Cruz. Acho que é hora de pensarmos com animação e não com desânimo, já que a propósito de nossas autoridades trazerem um ponto cultural de alto nível para a nossa região, não é momento de lembrarmos pontos negativos. Vamos procurar entusiasmar essas autoridades, para que de fato o museu ecológico, ou qualquer outro nome que tenha, venha para a nossa região. Professor Sinvaldo, em relação ao esquecimento das faculdades ou das universidades, quando lhe foi dada a palavra, a primeira coisa que ele fez foi citar a presença das faculdades da região aqui na nossa reunião, inclusive mencionando nomes dos professores, reitores e diretores de escola. Já no finalzinho, citou o nome de uma das diretoras do Deque, de Santa Cruz, de modo que ele deu muita importância à atuação de nossas escolas, nossas faculdades.

Portanto, acredito que o ecomuseu vai contar grandemente com o apoio dos nossos professores, da nossa comunidade, naturalmente. Inclusive, falou-se aqui, infelizmente, não pude participar deste seminário, estou participando hoje e aprendi muita coisa. Parabéns aos nossos conferencistas, que são muito claros e competentes. Aprendi muita coisa e aprendi que o ecomuseu é uma espécie de universidade popular, conforme se disse aqui, e nós professores antigos da região temos certeza de que temos bons e numerosos professores, para acompanhar o desenvolvimento deste ecomuseu; e temos até um reitor, podemos dizer especialista, que é o nosso Sinvaldo. Ele tem demonstrado isto com a fundação desta Associação, que todos conhecemos e que tem trazido grandes benefícios para Santa Cruz, que é o NOPH. Portanto, acho que temos tudo para começarmos desde agora, como falou a professora da Universidade Rural, para fundarmos já o núcleo inicial dos nossos trabalhos. Por falar nisso, quando ela propôs este início já de um núcleo, lembrei-me de que, em 1990, o comandante do quartel de Santa Cruz se propôs a criar uma espécie de Jardim Botânico, aqui ao lado. Para os que não conhecem bem Santa Cruz, esta rua que passa aqui ao lado se chama Av. Cesário de Mello, e logo adiante, ela desvia para a esquerda e tem início a Av Antares, que também vai em direção à Santa Cruz.

É esta área que forma mais ou menos um triângulo entre essas ruas, uma área grande, devoluta, abandonada. Este comandante do quartel pensou em transformá-la numa espécie de jardim botânico, numa área verde, numa área colorida, bonita.

Novaes

Professor, eu pediria ao senhor que abreviasse um pouquinho seu relato por uma questão de tempo.

Francisco

Pois não. Tudo seria sem gasto nenhum para o governo. Tudo seria por conta do Exército, ele conseguiria até plantas de outros estados, traria tudo aqui para Santa Cruz, mas não conseguiu porque não teve apoio político, não conseguiu a liberação da área. Estamos vendo que em Santa Cruz temos duas grandes entidades que podem nos ajudar muito: a Base Aérea de Santa Cruz e o Exército, o quartel de Santa Cruz, que

sempre nos ajudaram e estão presentes em todas as ações de nossa comunidade. Portanto, podemos contar muito com elas. Queremos dar os parabéns às nossas autoridades por terem lembrado da nossa região.

Novaes

Muito obrigado.

César Moutinho.

Não tenho parentesco ainda com o Mário, mas vou sondar. Professor municipal e membro da comunidade. Realmente, no início me assustei com o termo ecomuseu. Que será ecomuseu? Mas depois, até lendo o prefácio do Carlos Eduardo Novaes, já fiquei mais tranqüilo e até satisfeito, quando li o termo museu da comunidade. E aí pensei: "Museu da Comunidade"? Acho que, na minha leiga visão, a comunidade já vem praticando isso há muito tempo, nós já fazemos o nosso ecomuseu à nossa maneira; o que me deixou perplexo é que realmente nos faltou principalmente a ajuda dos órgãos governamentais. A comunidade se manifestou sempre presente, sempre brigou pelo seu patrimônio histórico e principalmente cultural, e não tivemos até agora. Não quero aqui colocar nenhuma briga político-partidária, não importa quem esteja no poder. Mas até agora, não tivemos necessariamente essa ajuda. A razão que me levou a pegar o microfone foram as palavras do Mário Moutinho. O que estamos fazendo aqui hoje e o que vamos fazer amanhã? Acho que ele deixou no ar um grande alerta à comunidade. Nós devemos arregaçar as mangas, sim, novamente, mais uma vez e cobrar dos órgãos governamentais que venham ao encontro de nossa comunidade. Vamos continuar praticando o nosso ecomuseu. Agora, queremos também que a grande parte interessada venha a contribuir com a comunidade, para que seja realmente colocado em prática o ecomuseu. Obrigado.

Ariane

Eu queria me reportar também às palavras do Mário Moutinho, exatamente neste sentido, que ele conclamou a comunidade para trabalhar, não amanhã, mas hoje, a partir de agora. Não concordo com a idéia colocada aqui pelo dirigente da mesa de que deveríamos esperar o Fórum da Zona Oeste. Acho que não. Que a gente já pode começar a trabalhar agora, porque, de fato, a gente aqui na Zona Oeste já pratica o ecomuseu. Tem vários grupos trabalhando e, de fato, sempre recebemos pouca ajuda dos órgãos públicos. Mas isto nunca foi uma inibição e agora a chegada de um poder público junto à comunidade... se ele vem por um caminho direto, pelo caminho vindo junto e ajudando a comunidade a resolver, acho que tem a completa abertura da comunidade. Então este problema do ecomuseu na Zona Oeste já existe de fato.

Nós, porque eu sou da comunidade, temos um "ecomuseu", que é a Casa de Cultura de Guaratiba, que foi criado por um grupo de pessoas, pela comunidade, funcionava exatamente dentro deste limite, sem quase ajuda governamental, nenhuma. Se bem que todas as pessoas ligadas ao governo gostam do trabalho realizado pela Casa de Cultura. E quando ela chega ao governo, ele está disposto a dar uma ajuda, não vem impor nada, está sempre disposto a dar uma ajuda, a dar uma colaboração. E a comunidade tem tido um acesso muito grande, nos últimos anos a coisas que não tínhamos antes. Então vamos começar a trabalhar agora, já criando instrumentos dentro da comunidade. Porque agora não é o problema da gente começar a cobrar do poder público, é uma questão de começar a organizar nossos grupos. Depois, quando estivermos organizados, voltamos ao poder público e dizemos que estamos mais ou menos organizados e que precisamos de sua ajuda novamente.

Walter

Eu estava pensando agora em como é ingrata às vezes a função pública. Porque fica todo mundo de olho nela e interpretando suas palavras. O que o Novaes disse é que quer que o próximo Fórum de Cultura tenha uma sessão especial dedicada à questão do ecomuseu e foi quem mais aplaudiu a proposta da Ariane quando ela propôs o início do trabalho agora, a partir dos que estiveram presentes. É um mal entendido, estamos numa reunião. Achei engraçado também na intervenção do colega falando com tanta veemência sobre a ajuda do poder público.

Comparando com nosso amigo do Canadá, que esteve aqui nos ajudando tanto, e tudo que ele queria é que o poder público não se metesse no trabalho do ecomuseu, porque a interferência do poder público só pode ser uma interferência política. Companheiro, seja o partido que estiver no poder. Será sempre uma interferência política. Então é aquela interferência que a Ariane também confirmou depois. Nosso trabalho tem que partir já dos recursos que a comunidade possa gerir, independentemente, para depender cada vez menos das injunções políticas; o que não quer dizer que esta dotação que o Novaes anunciou no orçamento do ano que vem para o ecomuseu não seja bem-vinda. Claro que é bem-vinda. Agora será bem-vinda a partir de um trabalho da comunidade.

Sinvaldo

Eu gostaria, enquanto participante da mesa e palestrante também e enquanto um dos coordenadores e fundadores do NOPH, em primeiro concordar com as palavras do César Moutinho, em relação às cobranças ao Centro Cultural, à Biblioteca Pública, à nossa biblioteca de Santa Cruz, que já está fechada há dois anos, às cobranças em relação a uma série de projetos encaminhados tanto à Secretaria Municipal, quanto à Estadual, de Educação e Cultura. Mas, também, para

testemunhar, reconhecer o trabalho e o esforço que se faz. É claro que precisamos sempre fazer cobranças. Ontem eu e o Novaes tivemos uma briga lá na Petrobrás, "disse isso, não disse aquilo"e nós estamos brigando, cobrando sim. Mas nestes dois últimos anos, desde que o Novaes assumiu a Secretaria, o Núcleo de História já realizou algumas atividades com apoio da Secretaria. Realizamos uma exposição de artes plásticas, no final do ano passado. A Secretaria nos deu apoio total, inclusive produção de cartazes, divulgação de painéis e tudo. E agora em fevereiro, realizamos uma exposição de carnaval.

Estamos com uma proposta de uma exposição que seria inaugurada agora para os participantes do Primeiro Encontro Internacional visitarem, que se intitula "Santa Cruz, Raizes e Trajetória"; raízes tanto no sentido ecológico quanto histórico. Estamos aguardando resposta da Secretaria, mas contamos com a sua participação, temos certeza que ela vai nos ajudar. Claro que temos que fazer cobranças sim, mas é importante reconhecer que a Secretaria já está desenvolvendo alguns projetos. Vocês têm, por exemplo, "Arte Plural", um jornal impresso pela RIOARTE, que faz a divulgação do trabalho do NOPH. É uma participação da Secretaria.

Tivemos o Fórum também. Como o César disse, precisamos cobrar cada vez mais, porque não existe na nossa cultura e principalmente em termos de comunidade com Zona Oeste aquela prática que foi proposta pelo professor da Castelo Branco, de autogestão. As empresas ainda não estão compromissadas. Precisamos trabalhar também com relação a isto. A comunidade precisa começar a trabalhar isso, em termos de proposta de ecomuseu e ver o que temos de potencialidade, o que podemos fazer. Falávamos ontem da Jancie Pearlgmann sobre aquela coisa da valorização do poder local, mas não no sentido paternalista, vamos cobrar, a Secretaria tem que fazer; o governo tem que fazer. Nós também temos que ver o que podemos fazer.

Estamos há quase 10 anos no trabalho do NOPH, e nunca deixamos de realizar uma exposição, um projeto, por falta de ajuda. E só há dois anos que começamos a contar com o apoio da Secretaria, mas nem por isso deixamos de fazer nada. Realizamos um trabalho de publicação de divulgação de pesquisa do nosso trabalho, com o apoio do comércio local de Santa Cruz. Todo mundo fala mal do comércio, mas publicamos jornais com 24 páginas só sobre história e cultura. Então, o que a comunidade pode ou tem que fazer? Vamos cobrar, sim, mas não vamos só meter o pau no Carlos Eduardo Novaes. Faço um pedido especial a ele em relação à nossa biblioteca, porque estamos há dois anos fechados e as crianças não têm espaço para pesquisa. Esta biblioteca de Santa Cruz era a segunda do município mais freqüentada, só perdia para a de Copacabana e aqui, as escolas não têm biblioteca. As crianças procuram o NOPH. Como trabalho os três primeiros dias da semana, as crianças ficam doidas. Esta semana, fiquei no ecomuseu e elas ficaram perguntando por mim. Então queria fazer um pedido ao Novaes. Que amanhã, quando ele voltasse para a Secretaria, verificasse com a arquiteta porque a biblioteca está fechada. É o primeiro pedido que faço em relação ao ecomuseu, porque a biblioteca é o espaço. Obrigado.

Novaes

Queria lembrar ao Sinvaldo, que na relação que fez aí de fatos em que a Secretaria interviu em favor da cultura, faltou sobretudo o Matadouro, porque só Deus sabe o que sofri para organizar a reunião do Prefeito com a comissão de Santa Cruz. Porque depois daqueles pequenos incidentes e contratempos que houve ali na porta, o que houve de políticos, autoridades e gente nas minhas costas, dizendo que eu não tinha que promover nenhum encontro com o Prefeito. E contei para isso com a sensibilidade e compreensão do Prefeito, porque é evidente que, se ele não quisesse, teria dito.

Tive de sentar com ele e conversar, explicar que não era nada disso, isto depois de sofrer uma pressão enorme. Quero dizer a vocês que isto não é nenhum tipo de favor, nenhum tipo de ajuda. Estou aqui porque tenho dedicado minha vida à produção cultural e estou desenvolvendo um projeto cultural para esta cidade, sem nenhum outro tipo de ambição. Então, quando interfiro desta maneira, sofrendo pressões internas, que vocês não fazem idéia, não é por causa do Matadouro, não é por causa das pressões que houve ali. É porque tem uma questão cultural em causa e eu preciso correr atrás dela, tenho que resolvê-la. Estou sempre do lado da questão cultural. Acho que o papel do administrador público, do Secretário de Cultura é correr atrás desses conflitos, problemas e tentar interceder, interferir a favor disso. Quando o professor "irmão" do Mário Moutinho cobra, nós gastamos uma fortuna em cima deste seminário. Eu poderia perfeitamente dirigir este seminário e este ecomuseu - que é uma idéia inteiramente nova aqui - para a Zona Sul, que eu ia ganhar muito mais espaço em jornal. Ia receber mais aplausos - televisão, jornal - vocês sabem disso tanto quanto eu.

Mas tento que raciocinar com a clareza da questão cultural. Quer dizer, para onde vai o progresso nesta cidade, neste município? Ela vai para a Zona Oeste porque não tem mais para onde ir. Pode demorar cinco, 10, 20 anos. Acho que o ecomuseu é uma forma de resistência e de tentar organizar a chegada deste progresso aqui, para que não ocorra o que aconteceu na Barra. Vai desenvolver uma consciência social, uma valorização do patrimônio cultural, da memória, que quando este progresso chegar aqui, poderá ser menos caótico e desorganizado do que foi aí, pelo resto da cidade. Sem falar nas possibilidades naturais e culturais aqui da região. Mas eu podia não levar em conta e nem acoplar a Zona Oeste, simplesmente fazer um Seminário e quem quisesse que depois se agarrasse nele e tocasse seu projeto para a frente. E provavelmente o ecomuseu iria

sair através de alguma entidade, de alguma multinacional, de alguma empresa privada.

Situado na Zona Sul, em que pudesse colocar um cartaz na frente do Castelinho ou alguma coisa desse tipo. Quero dizer que tenho as minhas imperfeições também. Mas quero dizer também que o meu compromisso é cultural, por isso me coloco ao lado da cultura o tempo todo, esteja aonde ela estiver. Se em Santa Cruz, Ipanema, Penha, a minha briga é por ela o tempo todo. Então esta não é uma questão pessoal, nem de projetos pessoais, nem de ambições, porque esta não é a minha praia. Quero saltar deste barco e voltar a escrever.

Com relação à biblioteca, quero dizer ao Sinvaldo que tenho me batido profundamente e se ele quiser, pode ligar amanhã para o Reinaldo, que está respondendo pela Secretaria do Governo da Prefeitura, que já falou inúmeras vezes com a Dona Alba e é uma pena que ela não esteja aqui. Porque ela mesma, melhor do que ninguém, pode dar explicações sobre este atravanco em relação à biblioteca. Tenho de ficar correndo, falo com o Reinaldo, com a arquiteta, com a Rio-Urbe, com a Secretaria de Obras. Vocês não imaginam o desgaste que é isso, porque a administração pública foi feita para não dar certo. Então, para tirar um papel daqui e passá-lo para cá, você leva meses.

Quando entrei em março, disse que as obras do Carlos Gomes iam começar em abril. Elas levaram um ano para começar. Essa licitação que saiu agora, no dia 12 de maio, e que liberou 800 mil dólares para o Matadouro, a gente está atrás dela desde o ano passado. Este dinheiro que o Sinvaldo precisou e que apoiamos para fazer esta exposição, ele já tinha pedido há muito tempo, mas só na semana passada foi que o Prefeito liberou esta verba. Aliás, semana que vem, você pode passar lá para recebê-la e para começar a organizar sua exposição. Costumo dizer às pessoas que não tenho um cofre na minha Secretaria, que eu possa abrir e tirar o dinheiro e dizer que o apoio está aqui, a ajuda está aqui. Está aqui o que vocês precisam. Isto é uma complexa máquina que anda em engrenagem lenta e diabólica e dificulta todos nós. Então acho que este trabalho da comunidade é importante - este trabalho de pressão, como vocês vêm fazendo, que eu aprendi a admirar desde os primeiros movimentos que vi de vocês, em defesa da reforma do Matadouro. É por aí que se tem que ir.

Sinvaldo

O Secretário está certo. Estivemos conversando com a Alba no almoço e ela me falava que há uma solicitação da Secretaria de Cultura, no sentido de liberar o segundo pavimento do prédio, mas ela não vai liberar. Queríamos pedir, solicitar ao Secretário que enquanto houvesse esse impasse, pelo menos a parte do piso interno, do pavimento térreo funcionasse. Por que sabemos, como museólogos, que uma biblioteca no Rio de Janeiro, fechada, com os livros sem manuseio, trás problemas serissimos para a conservação do acervo. Isto é a questão técnica. Tem ainda a da comunidade que me preocupa mais, uma população que não tem onde fazer pesquisa. Então, que o Secretário, se possível, junto com a arquiteta responsável, solicitasse a liberação pelo menos do pavimento térreo. E depois verificasse esta questão política para a liberação do outro pavimento, para que não ficássemos sem biblioteca. Obrigado.

Novaes

Sinvaldo, eu pediria a você que, através de uma instituição qualquer, ou através de um abaixo-assinado, me enviasse um ofício. Você sabe que a administração pública é movida a papel, para que eu, de posse deste documento e da necessidade de se restabelecer com a maior urgência esta biblioteca, possa ir até o Prefeito e dizer que isto precisa ser resolvido.

Porque às vezes você fala pelo telefone e o cara diz que vai anotar e algumas vezes tocam para frente, em

outras, a coisa fica no ar. Mas a gente tem um papel ali. Você vai fazer com que eu me lembre mais vezes desta necessidade. Se tenho um papel, vou correr atrás do Secretário de Obras, do governo, da Rio-Urbe, ou até do Prefeito, e a gente vai botar esta biblioteca aí, não tenha dúvida. Mande-me um papel e diga que não é possível que Santa Cruz fique sem biblioteca como está há dois anos. E aí a gente vai correr atrás. Garanto a você que, em última instância, o Prefeito vai mandar construir a biblioteca amanhã, se não conseguimos por outras instâncias. Mas, de qualquer maneira, independentemente de receber um ofício da comunidade, solicitando, vou continuar minhas gestões, para ver se a gente avança, para recuperar e restabelecer a biblioteca de Santa Cruz. Célia, perdão, você estava querendo falar há tanto tempo. A conversa disvirtuou-se, foi para outros caminhos.

Célia

Professora Célia, da Universidade Federal da Bahia. Estamos chegando ao final dos nossos trabalhos desta semana, e eu gostaria de levantar alguns pontos que acho terem sido relevantes, inclusive para avaliação nossa. Primeiro, também como o Mário, é uma novidade para mim assistir a uma discussão destas, a respeito de museologia, ecomuseu, a partir do poder público, com esta abertura que assisti aqui. Acho que este é um ponto extremamente relevante. Acho que temos que ser justos no momento em que criticamos e também ser justos no momento de avaliarmos e elogiarmos também as pessoas. Acho esta postura da Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro um exemplo para o Brasil inteiro. Porque principalmente nós, que viemos da área de museologia, sabemos que os museus são impostos de cima para baixo. Alguém tem uma coleção, o governador compra, pressiona o museólogo, monta exposições e a exposição está aberta. Estamos aqui assistindo um processo de crescimento na museologia brasileira. Acho isto muito importante e louvável.

Segundo, estou saindo impressionada com a capacidade de produção do pessoal da Zona Oeste, da organização de vocês e do potencial que vocês têm, e da magnífica atuação e esta articulação entre vocês certamente vai dar um trabalho extremamente rico para esta região. Gostaria imensamente de continuar trocando figurinhas com vocês, crescendo com vocês. Estamos iniciando lá em Salvador um projeto no bairro de Itapuã. Fiquei muito feliz, porque na minha exposição, as professoras se identificaram muito com meu trabalho. Me coloco mais uma vez à disposição de vocês para continuarmos trocando idéias. Tenho certeza que a idéia de ecomuseu não é de Carlos Eduardo, não é de nós, que viemos de fora, mas é de vocês. E cabe a vocês levá-la à frente. Parabéns, estou voltando feliz.

Presidente da AMCJP

Ao Plenário, meus respeitos, e à mesa também. Faço parte da Zona 1, de Santa Cruz, pela FAMERJ. Sou Presidente da Associação de Moradores da Cidade Jardim Palmares, aqui na avenida Brasil. Nos colocamos à disposição do Sinvaldo para dirigir este documento às autoridades. Eu, como membro, e o colega Urani vamos procurar o Sinvaldo, vamos fazer este documento.

Hélio de Oliveira

Hélio de Oliveira, Fundação José Augusto, Natal, Rio Grande do Norte. Fico muito contente de estar participando do Encontro de Ecomuseus e quero fazer o registro do Rio Grande do Norte. A Célia falou que estava muito empolgada, achando brilhante a idéia de criar o Fórum, mas quero dizer que, no Rio Grande do Norte, todos os museus que estão sendo montados, estão sendo feitos à base de fórum com a comunidade. No mês de março foram feitos três, para decidir que tipo de ocupação a gente faria para o Forte dos Reis Magos. No Museu do Interior, na região do Seridó, estamos com oito projetos de museus comunitários, onde o trabalho

tem sido todo com a comunidade, onde começamos a implantação de questionários, junto às entidades de classe. E depois dos questionários, é que começamos a trabalhar em uma proposta junto com a comunidade e daí criamos os fóruns, onde este trabalho é debatido com ela e no segundo fórum, eles apresentam uma proposta conceitual do que seriam os pedidos da comunidade; e no terceiro fórum, a gente apresenta uma proposta museográfica para eles. Estamos criando na região do Seridó nada mais, nada menos, do que o ecomuseu tão debatido.

Novaes

Então vamos nos despedir, sobretudo dos companheiros e dos representantes de outros estados, de outros países. Terminamos aqui uma jornada de trabalho, estamos começando outra, e queremos agradecer, pelos seus conhecimentos que deixaram aqui com todos nós, a Mário Moutinho, Hughes de Varine e René Rivard, que já se foi, e a Hernan Torval, o equatoriano. Esta é uma semente. Eu queria propor que aqui, com o Sinvaldo na mesa e com os outros representantes da Zona Oeste que estão aqui - porque os que não estão, como disse Mário Moutinho, não têm razão - que já fosse instalado este núcleo, esta pedra fundamental, este primeiro passo para que se comece a desenvolver um projeto de ecomuseu para a Zona Oeste. Acho que isto vai dar muito orgulho ao Rio de Janeiro, ao Estado, e sobretudo ao País, porque é um projeto pioneiro em todo o Brasil. Quero que vocês tenham os melhores momentos e as melhores inspirações no desenvolvimento deste projeto, que não é coisa simples. A gente sabe que vão surgir conflitos, vão surgir problemas, discussões, arranca-rabos, vai surgir tudo. Mas todos nós somos pessoas razoavelmente esclarecidas e vamos saber negociar estes conflitos, no sentido de procurar o melhor, sobretudo para a Zona Oeste.

Quero dizer que o professor Dymas Joseph será o representante da Secretaria de Cultura, que manterá

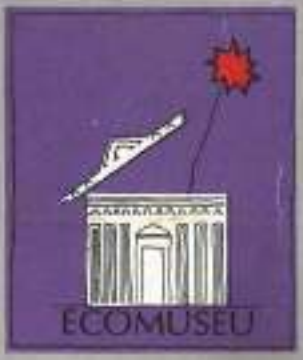
um canal direto e aberto com os representantes deste núcleo que se forma agora com vocês, de propostas da Fundação e do ecomuseu. E certamente me adianto e falo também pela Tereza Scheiner, que a UNIRIO, que tem um dos poucos cursos de museologia da cidade do Rio de Janeiro, também está à disposição para qualquer tipo de assessoria. Quero desejar boa sorte a todos nós. Muito obrigado.

PRINTEL

Gráfica e Editora Ltda.

ANAIS

1º ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECOMUSEUS



RIO Prefeitura da Cidade

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes